

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**“Señores Legítimos”: Territorialização e disputas por terras nas reduções do  
Paraguai**

André Soares Anzolin

Porto Alegre

2021

“Señores Legítimos”: Territorialização e disputas por terras nas reduções do Paraguai

André Soares Anzolin

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH – UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann

Porto Alegre

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patricia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Clarice Gontarski Spereanza

CHEFE SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Alessander Mário Kerber

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Fabiana Hennies Brigidi

### CIP - Catalogação na Publicação

Anzolin, André Soares  
"Señores Legítimos": Territorialização e disputas  
por terras nas reduções do Paraguai / André Soares  
Anzolin. -- 2021.  
373 f.  
Orientador: Eduardo Santos Neumann.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Reduções. 2. Territorialização. 3. Litígios de  
terras. 4. Jesuítas. 5. Guaraní. I. Neumann, Eduardo  
Santos, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

“Señores Legítimos”: Territorialização e disputas por terras nas reduções do Paraguai

André Soares Anzolin

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH – UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.


Banca Examinadora:



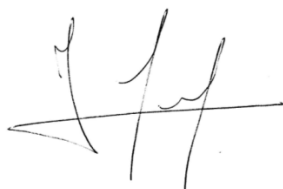
Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann (Orientador) (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil)



Prof. Dr. Arthur Henrique Franco Barcelos (Universidade Federal do Rio Grande – Brasil)



Prof. Dr. Diego Bracco (Universidad de la República – Uruguay)



Prof. Dr. Ignacio Telesca (Universidad Nacional de Formosa – Argentina)

Não passes além dos antigos marcos que puseram teus pais.

Provérbios 22:28

Esta tese é dedicada à memória de Elisa Pessoa da Silva Pereira.

## AGRADECIMENTOS

A realização desta tese contou com uma série de apoios e incentivos, que foram cruciais para a conclusão da pesquisa que aqui apresentamos.

Inicialmente, é preciso agradecer a CAPES, pelo suporte financeiro concedido ao desenvolvimento deste projeto.

Aos professores e colegas do PPG História da UFRGS, pelo aprendizado e pela troca de experiências.

Ao professor Eduardo Neumann, pela confiança, por sua orientação dedicada, e pelos ensinamentos transmitidos ao longo desta trajetória.

Aos professores Artur Barcelos, Diego Bracco, Ignácio Telesca, pela disponibilidade em avaliar este estudo, e por todos os seus comentários e apontamentos.

Também agradeço ao professor Guilherme Galhegos Felipe pelas muitas contribuições e por sua grande generosidade em compartilhar materiais de pesquisa.

Ao professor Guillermo Wilde por suas sugestões e apontamentos.

A professora Maria Laura Salinas, e ao professor Norberto Levinton, que, gentilmente, atenderam minhas solicitações.

A professora Maria Cristina dos Santos, e a todas e todos do Centro de Pesquisas Históricas da PUC, espaço onde fui tão bem recebido.

Ainda estendo meus agradecimentos aos funcionários e funcionárias do Archivo General de la Nación Argentina e da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, pela atenciosidade que dispensaram ao atender minhas solicitações.

Aos colegas César Castro Pereira e Rafael Burd, por todos os auxílios e contribuições.

Ao GT Indígenas na História, pelos bons debates que realizamos nestes últimos anos.

Aos meus pais, por todos os incentivos e pelo suporte nesta jornada.

A Simone Seidel Pelegrini, pela compreensão e companheirismo, pelo apoio constante, e pela leitura de primeira hora.

## RESUMO

Dentre as muitas razões que contribuíram para o notável desenvolvimento alcançado pelas reduções do Paraguai, a organização de uma economia fundada sobre um modelo comunitário de trabalho coletivo estaria entre as mais importantes. Ainda durante o século XVII, este regime se assentaria em torno de três eixos fundamentais: a agricultura e a criação ganadeira, que serviam, prioritariamente, ao consumo de seus habitantes, e a produção da erva-mate, que, além de atender a demanda interna, constituía o principal item do comércio realizado por aquelas comunidades. O desenvolvimento deste modelo econômico implicaria na composição de uma estrutura agrária baseada em domínios territoriais comunitários. Assim, durante as primeiras décadas do século XVIII, quando sua organização já havia se consolidado, todas as reduções contavam com terras próprias para seus cultivos agrícolas, dispunham de campos para a criação ganadeira, e a grande maioria também possuía áreas de bosque nativo para a produção da erva-mate. Consideradas posses da comunidade, estas áreas eram devidamente delimitadas, e seu usufruto, reconhecido como prerrogativa exclusiva de seus moradores. Neste sentido, a exploração destas terras por habitantes de outras reduções era vedado, tomado como uma intrusão indevida, que, uma vez identificada, poderia, inclusive, ser motivo de desacordos e conflitos. Esta tese aborda a formação destes domínios territoriais, e seu desenvolvimento ao longo do tempo, mais precisamente, desde a fundação das primeiras reduções, até meados da década de 1730. Neste sentido, interessam-nos aspectos como as estratégias de apropriação territorial utilizadas naquele contexto, os fatores que estimularam estes processos de territorialização, a composição de limites sobre os domínios pertencentes a cada redução e as lógicas e instrumentos que legitimavam suas relações de posse. Além disso, esta pesquisa também aborda a emergência de disputas intercomunitárias envolvendo direitos de domínio sobre áreas específicas, interpelando as razões que motivaram estes litígios, os argumentos e dispositivos empregados pelas comunidades para defenderem seus direitos de posse, bem como, os meios e critérios adotados para a resolução destas contendas.

**Palavras-chave:** Reduções, territorialização, litígios de terras, Jesuítas, Guarani;



## ABSTRACT

Among the many reasons that contributed to the remarkable development achieved by Paraguay's reductions, the organization of an economy based on a community model of collective work would be among the most important. Still during the 17th century, this regime would be based around three main axes: agriculture and cattle raising, which primarily served the consumption of its inhabitants, and the production of *mate*, which, in addition to meeting demand domestic, was the main item of trade carried out by those communities. The development of this economic model would imply the composition of an agrarian structure based on community territorial domains. Thus, during the first decades of the 18th century, when its organization had already been consolidated, all reductions had their own land for their agricultural crops, had fields for cattle breeding, and the vast majority also had areas of native forest for the *yerba mate* production. Considered community possessions, these areas were duly delimited, and their usufruct recognized as an exclusive prerogative of their residents. In this sense, the exploitation of these lands by inhabitants of other reductions was prohibited, considered an undue intrusion, which, once identified, could even be a reason for intercommunity disagreements and disputes. This thesis addresses the formation of these territorial domains, and their development over time, more precisely, from the foundation of the first reductions, until the mid-1730s. In this sense, we are interested in aspects such as the land appropriation strategies used in that context, the factors that stimulated these territorialization processes, the composition of limits on the domains belonging to each reduction and the logics and instruments that legitimized their relations of possession. Furthermore, this research also addresses the emergence of intercommunity disputes involving domain rights over specific areas, questioning the reasons that motivated these conflicts, the arguments and devices used by the communities to defend their tenure rights, as well as the means and criteria adopted to resolve these disputes.

**Keywords:** Reductions, territorialization, land disputes, jesuits, Guarani;

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Mapa das reduções fundadas pelos franciscanos no Paraguay.....	68
Imagem 2 - Mapa dos <i>pueblos</i> do Guayrá 1610-1630 .....	102
Imagem 3 - Mapa dos <i>pueblos</i> do Paraná e Uruguay 1610-1638 .....	119
Imagem 4 - Mapa dos <i>pueblos</i> do Tape 1611-1636 .....	119
Imagem 5 - Mapa das migrações da década de 1630 .....	124
Imagem 6 - Mapa da localização (aproximada) dos pontos de vigilância .....	135
estabelecidos a partir de meados da década de 1640	
Imagem 7 - Mapa da localização (aproximada) dos <i>pueblos</i> de Candelária, .....	151
San Carlos, Asunción del Mbororé e San Nicolás em princípios da década de 1640	
Imagem 8 - Mapa da localização (aproximada) dos <i>pueblos</i> de Candelária, .....	152
San Carlos, Asunción del Mbororé e San Nicolás em meados da década de 1650	
Imagem 9 - Mapa das áreas ervateiras e da circulação relacionada .....	161
à produção da <i>caamini</i> (+- 1660)	
Imagem 10 - Mapa apresentado pelo <i>pueblo</i> de San Xavier .....	248
Imagem 10a - Detalhe 1. “S. Xavier”, “Yacaguaçu” e “Yerbal q allaron los de S. Xavier” .....	248
Imagem 10b - Detalhe 2. “Nucora” .....	248
Imagem 11 - Mapa das <i>vaquerias</i> .....	278
Imagem 12 - Mapa das estâncias dos <i>pueblos</i> do Paraná e Uruguay no século XVIII .....	285
Imagem 13 - Mapa dos primeiros sítios do <i>pueblo</i> de Jesus .....	295
Imagem 14 - Mapa dos ervais do <i>pueblo</i> de Loreto .....	296

## LISTA DE PLANILHAS

Tabela 1 - Reconfiguração dos povoados das províncias do Paraná e Uruguay .....	125
Tabela 2 - Comparativo entre os cargos nomeados em 1647 nos <i>pueblos</i> de ..... Santa Ana, Candelária, San Xavier, San Nicolás e Concepción	143
Tabela 3 - Comparativo entre a população registrada durante a visita ..... de 1647 e o padrão de 1657	163
Tabela 4 - Crescimento populacional dos povoados – 1657 a 1668 .....	176
Tabela 5 - Volumes de erva-mate negociadas através do Ofício de Santa Fé ..... entre os anos de 1667 e 1677 – em arrobas (@)	200
Tabela 6 - Evolução demográfica dos povoados de ..... San Nicolás e San Miguel (1647-1682)	214
Tabela 7 - Evolução demográfica dos <i>pueblos</i> entre os anos de 1698 a 1716 .....	261
Tabela 8 - Número de óbitos entre os <i>pueblos</i> mais afetados pela varíola .....	332
Tabela 9 - O declínio demográfico dos 30 <i>pueblos</i> entre os anos de 1732-1739 .....	333
Tabela 10 - Evolução demográfica dos trinta <i>pueblos</i> entre os anos de 1740-1745 .....	340
Tabela 11 - Comparativo da evolução demográfica dos <i>pueblo</i> de ..... Yapeyú e San Miguel - Anos de 1736 e 1746	346

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	13
Avaliação da bibliografia pertinente: um panorama (im) possível .....	14
Referenciais teóricos e perspectivas de análise .....	23
Fontes e divisão da pesquisa .....	26
<b>Capítulo 1. (Des) encontros, experiências e estratégias na fundação do Paraguai colonial</b> ....	30
1.1 Entre trocas e mestiçagens: Sobre o Paraguai antes da “Conquista” .....	31
1.2 Novos encontros no “Rio da Prata” .....	38
1.3 “ <i>Ranchedas</i> ”, “ <i>encomiendas</i> ” e a expansão dos novos mestiços .....	45
1.4 Piratininga e os “negros carijós” .....	51
1.5 Experiências e estratégias diante da dupla invasão .....	56
1.6 A solução religiosa .....	62
<b>Capítulo 2. De alianças a <i>pueblos</i>: construções negociadas</b> .....	69
2.1 A província belicosa .....	70
2.2 Os “apóstolos” do Paraná .....	75
2.3 A província amotinada .....	81
2.4 Interesses comuns no Paranapanema .....	88
2.5 Das alianças no Tibagi à “província del Tayaoba” .....	95
2.6 Entre casas e chácaras .....	102
<b>Capítulo 3. Do refúgio ao território</b> .....	109
3.1 O Guairá assolado .....	110
3.2 Expansão e crise na “otra banda” do Uruguai .....	115
3.3 A união dos fragmentos .....	120
3.4 As batalhas de Caaçapaguaçu e Mbororé, e os triunfos de uma aliança .....	126
3.5 Vigilância, poder e território .....	132
<b>Capítulo 4. A ascensão dos <i>pueblos</i> e o território da comunidade</b> .....	137
4.1 A ascensão dos Cabildos .....	138
4.2 O gado e os campos do <i>pueblo</i> .....	144

4.3 A “hierba de la Comunidad” .....	154
4.4 Os limites da comunidade .....	162
4.5 Limites e distinção .....	169
<b>Capítulo 5. Os múltiplos sentidos da expansão</b> .....	<b>175</b>
5.1 A expansão dos <i>pueblos</i> .....	176
5.2 Primeiros pleitos, a terra litigada .....	183
5.3 Os caminhos do mar .....	192
5.4 A expansão ervateira .....	198
5.5 Os bosques do <i>pueblo</i> .....	205
5.6 A expansão necessária .....	210
<b>Capítulo 6. “Señores Legítimos”</b> .....	<b>220</b>
6.1 Três doações legítimas .....	221
6.2 A estância dos “Guenoa” .....	229
6.3 Uma rinconada em litígio .....	234
6.4 O erval de San Xavier .....	243
6.5 Uma questão de limites .....	254
<b>Capítulo 7. A dilatação do território entre avanços e limites</b> .....	<b>260</b>
7.1 A expansão agrícola em meio a necessidades e excessos .....	261
7.2 O tempo das grandes vaquerias .....	268
7.3 A dilatação das estâncias e o reforço de seus limites .....	279
7.4 A produção ervateira entre avanços e apropriações .....	286
7.5 “Con los mapas de la tierra en la mano” .....	298
<b>Capítulo 8. O fim de um ciclo: crise e reestruturação</b> .....	<b>308</b>
8.1 A invasão das campanhas .....	309
8.2 A derrocada das <i>vaquerias</i> .....	317
8.3 Um “cúmulo de males” .....	322
8.4 Crise e território, o fim de um ciclo .....	334
8.5 A construção de um novo equilíbrio .....	339
<b>Considerações finais</b> .....	<b>348</b>
<b>Fontes</b> .....	<b>355</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>362</b>

## Introdução

Por mais alentadas que fossem suas esperanças, os padres jesuítas Marciel Lorenzana e Francisco de San Martin jamais poderiam imaginar, que, em fins de 1609, enquanto assentavam, ao lado de algumas dezenas de famílias Guarani<sup>1</sup>, as bases do que viria a se tornar a redução de San Ignácio, estavam tomando parte em um dos fundamentos daquela que seria a maior e mais célebre dentre todas as experiências que se estabeleceram entre indígenas e missionários no Novo Mundo. Com efeito, apesar do contexto conturbado das primeiras décadas, que seriam marcadas por avanços e recuos, a partir dos anos de 1640, com as vitórias alcançadas ante as expedições bandeirantes, as reduções do Paraguai iniciariam uma trajetória *sui generis* de desenvolvimento e expansão. Estes progressos atingiram seu auge durante as primeiras décadas do século XVIII, quando aquelas comunidades, que somavam um total de 30 *pueblos*, chegariam a abrigar mais de 140 mil habitantes. Neste período, as reduções formavam núcleos urbanos bem-ordenados, que dispunham de casas assentadas em quadras, ruas amplas, igrejas e capelas, escolas de primeiras letras, cemitérios, cárceres, abrigos para viúvas e órfãos, oficinas diversas, armazéns e mais uma série de outros elementos e edificações. Ao mesmo tempo, haviam consolidado suas próprias instâncias políticas, dispunham de uma organização administrativa estruturada, e contavam com a mais poderosa e temida milícia de guerra de toda a região.

Para alcançar esta condição de desenvolvimento, não há dúvidas, concorreram um conjunto de fatores. Dentre estes, um elemento crucial seria a estruturação de uma base produtiva pujante e diversificada, capaz de prover sustento a milhares de famílias, e permitir a aquisição de matérias-primas e itens diversos, que, com o tempo, se tornariam indispensáveis a reprodução material e sociocultural das reduções. Ainda durante o século XVII, a economia dos *pueblos* seria organizada em torno de três eixos principais: a agricultura e a criação ganadeira, que serviam, prioritariamente, ao consumo de seus habitantes, e a produção da erva-mate, que, além de atender a demanda interna, constituía o principal item do comércio realizado por aquelas comunidades. Neste contexto, embora o sistema doméstico de produção, sustentado pela força de trabalho organizada em unidades familiares, tenha constituído um pilar importante para o esteio das reduções, a parcela mais

---

<sup>1</sup> Ainda que sejamos conscientes de que muitas das denominações empregadas nas fontes que utilizamos não constituam etnônimos, mas classificações coloniais, optamos, nesta pesquisa, por empregar as normas definidas em 1953 pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Assim, na grafia de nomes de grupos indígenas, utilizamos a inicial maiúscula e evitamos as flexões de gênero e número.

significativa de seu alicerce econômico estaria fundada sobre uma base comunitária, estruturada pelo trabalho coletivo, e pela redistribuição de seus rendimentos.

O desenvolvimento deste modelo econômico implicaria na composição de uma estrutura agrária baseada em domínios territoriais comunitários. Assim, durante as primeiras décadas do século XVIII, quando este regime já havia se consolidado, todas as reduções contavam com terras próprias para seus cultivos agrícolas, dispunham de campos para a criação ganadeira, e a grande maioria também possuía áreas de bosque nativo para a produção da erva-mate. Considerados posses da comunidade, estes territórios eram devidamente delimitados, e seu usufruto, reconhecido como prerrogativa exclusiva de seus moradores. Neste sentido, a exploração destas terras por habitantes de outras reduções era vedado, tomado como uma intrusão indevida, que, uma vez identificada, poderia, inclusive, ser motivo de desacordos e disputas intercomunitárias.

Esta tese aborda a formação destes domínios territoriais, e seu desenvolvimento ao longo do tempo, mais precisamente, desde a fundação das primeiras reduções, até meados da década de 1730. Neste sentido, interessam-nos aspectos como as estratégias de apropriação territorial utilizadas naquele contexto, os fatores que estimularam estes processos de territorialização, a composição de limites sobre os domínios pertencentes a cada redução e as lógicas e instrumentos que legitimavam suas relações de posse. Por outro lado, esta pesquisa também aborda a emergência de disputas intercomunitárias envolvendo direitos de domínio sobre áreas específicas, interpelando as principais razões que motivaram estes litígios, os argumentos e dispositivos empregados pelas comunidades para defender seus direitos de posse, bem como, os meios e critérios adotados para a resolução destas contendas.

## 1. Avaliação da bibliografia pertinente : um panorama (im)possível

Por quase três séculos, a historiografia produzida a respeito das reduções do Paraguai oscilou entre duas posições antagônicas. Neste âmbito, a corrente pioneira foi inaugurada pelos próprios jesuítas, e tomara corpo ainda durante o século XVII. Em 1673, a publicação da *Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús*, do Pe. Nicolás del Techo, estabelecera as bases de uma historiografia voltada as reduções do Paraguai. Além disso, esta obra marcaria o início

de uma larga tradição de publicações produzidas por historiadores jesuítas, que se estendera até o século XX. Não obstante o significativo lapso temporal, e as grandes distâncias, que, em termos qualitativos, separam os escritos de autores como Nicolás del Techo, José Guevara e Pedro Losano, publicados durante os séculos XVII e XVIII, das obras produzidos ao longo do século XX, por jesuítas como Pablo Pastells, Pablo Hernández e Guillermo Furlong, não há dúvidas de que é possível traçar uma linha comum entre suas narrativas<sup>2</sup>. De fato, em todas elas percebe-se um viés orientado a ressaltar o papel “civilizador” desempenhado pelos jesuítas, a preocupação em produzir uma imagem apologética das missões, e uma tendência ao modelo das grandes sínteses<sup>3</sup>.

A partir da segunda metade do século XVIII, período marcado, tanto na América, quanto no Novo Mundo, pelo avanço do antijesuitismo, forjara-se outra corrente historiográfica, que estabeleceria uma espécie de antítese as interpretações apologéticas difundidas pelos historiadores ligados a Companhia. Assim, em lugar de exaltarem os feitos alcançados pelos jesuítas, estes escritos tratariam de difundir uma visão crítica sobre a atuação de seus missionários. Neste contexto, teriam destaque obras como *El reyno jesuítico del Paraguay, por siglo y medio negado y oculto, hoy demostrado y descubierto*<sup>4</sup>, de Bernardo Ibáñez de Echavarrí, e os textos de Félix de Azara, especialmente sua *Descripción e Historia del Paraguay y del Rio de la Plata*<sup>5</sup>. Dentre os tópicos e argumentos levantados por estes autores, que influenciariam uma série de obras vindouras, constam censuras as formas de governo e ao sistema econômico que teria sido implantado pelos jesuítas nas reduções, referências ao pretenso caráter autoritário com que os missionários administravam

---

2 OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. Clio na Companhia de Jesus: Notas sobre a historiografia jesuítica das reduções do Paraguai. *Revista de Teoria da História*. v. 12, p. 78-108, 2015.

3 Esta corrente, como bem se sabe, também contara com representantes que não pertenciam a ordem jesuítica. Neste âmbito, cabe destacar os escritos de Aurélio Porto, em especial, sua *História das Missões Orientais*, obra publicada em dois volumes no ano de 1954. Ainda que limitada pela ênfase no caráter civilizador da missão jesuítica, esta pesquisa tem o mérito de ter sido a primeira a abordar de modo sistemático o conjunto de manuscritos que compõem a Coleção Pedro de Angelis, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

4 Nesta obra, publicada pela primeira vez em 1770, Bernardo Ibáñez de Echevarri – religioso que fora expulso da Companhia de Jesus em duas oportunidades –, defenderia, dentre outras teses, a de que os jesuítas haviam criado uma espécie de estado autônomo no Paraguai, uma república cuja soberania afrontava os interesses da monarquia hispânica. Além do fato de que Ibáñez havia feito parte da ordem e atuado na província, outro aspecto que fez desta uma obra de grande apelo foi a incorporação de trechos de documentos jesuíticos, registros que, aliados a engenhosidade da escrita daquele religioso, emprestariam um ar de veracidade a seus argumentos. Sobre a trajetória de Ibáñez, as possíveis razões que motivaram seus ataques a Companhia, e o alcance de seus escritos, ver: BACIGALUPO, M. Bernardo Ibáñez de Echavarrí and the Image of the Jesuit Missions of Paraguay. *The Americas*, 35(4), 475-494, 1979. Ver, ainda: NEUMANN, Eduardo. “Ni V. E. ignora que no he tenido ociosa la pluma”: A polémica produção escrita de um jesuíta durante o Tratado de Limites.. *Revista de Estudos de Cultura*, n. 5, p. 35-48, 2016.

5 Em meio aos juízos pouco elogiosos que Félix de Azara teceu sobre a atuação dos jesuítas no Paraguai, alguns temas receberiam maior ênfase. Dentre estes, destacam-se: a crítica em relação ao regime comunitário que teria sido imposto pelos jesuítas, cuja principal consequência fora servir de impeditivo a formação de propriedades particulares nas reduções; a reprovação quanto ao excessivo paternalismo dos missionários, que, segundo Azara, condenara os índios a uma espécie de eterno infantilismo; a reprovação a política de reduções, que, ao cabo, teria ocasionado mais prejuízos do que benefícios; e a condenação a educação promovida pelos jesuítas, que, além de superficial, fora incapaz de imprimir um espírito individualista entre as comunidades indígenas. Sobre o tema, ver: HARALD, Thum. Félix de Azara, los jesuitas y el guaraní. In: THIELEMANN, Werner (ed.), *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata*. Frankfurt a. M., 475-502, 2006.



aqueles *pueblos* e insinuações quanto a exploração da mão de obra indígena em benefício da própria Companhia<sup>6</sup>.

De modo geral, pode-se afirmar que a hegemonia destas correntes só foi suplantada no âmbito historiográfico a partir da segunda metade do século XX, com o surgimento de novas pesquisas, que buscariam romper com as interpretações de caráter polemista<sup>7</sup>. Entre os autores que contribuíram para esta mudança, dois merecem destaque singular, tanto pelo pioneirismo de suas abordagens, quanto pelas influências que seus trabalhos exerceriam para desenvolvimento posterior deste campo de estudos. Referimo-nos a Oreste Popescu, economista de origem romena, que, em 1952, publicou *El sistema económico en las misiones jesuíticas*, e ao historiador sueco, Magnus Mörner, que, no ano seguinte, publicaria sua tese doutoral, com o título *The Political and Economic Activities of the Jesuits in the La Plata Region: The Hapsburg Era*. Construídos em torno de bases documentais sólidas, estes estudos estariam entre os primeiros a revelar as potencialidades de investigações centradas em evidências empíricas como forma de superar as leituras e interpretações de “índole valorativa”<sup>8</sup>. Ademais, ao adotarem enfoques voltados a temas específicos, suas pesquisas lograriam alcançar maior profundidade de análise, algo que escapava ao modelo generalista das grandes sínteses.

Se, é bem verdade, os avanços qualitativos promovidos por tais pesquisas estabeleceriam um importante ponto de inflexão na historiografia produzida a respeito das reduções do Paraguai, ainda levariam alguns anos para que outro paradigma que dominava este campo de estudos fosse questionado. Com efeito, embora suas contribuições tenham sido imensas, os estudos de Popescu e Mörner seguiriam adotando uma visão quase que exclusivamente centrada na perspectiva dos

---

6 A partir de fins do século XIX, esta corrente receberia um forte reforço de intelectuais que se empenharam em um projeto de reescrita da História paraguaia após a fim da guerra contra a Tríplice Aliança. Dentre os principais expoentes deste movimento estaria o escritor Blas Garay, que, em obra intitulada *El comunismo de las misiones de la Compañía de Jesús*, publicada em 1897 (cuja primeira versão apareceu meses antes, como Prólogo de uma tradução da *Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús*, do Pe. Nicolás del Techo), traria uma leitura crítica em relação a atuação dos jesuítas no Paraguai. Segundo Garay, os padres da Companhia não tardaram a abandonar sua postura inicial de “humildes y abnegados misioneros”, para converterem-se em “ambiciosos dominadores de pueblos”, que, em busca de riquezas materiais, teriam promovido a formação de “una inmensa sociedad colectiva de producción, arruinando, amparados en los grandes privilegios que supieron obtener, a la provincia del Paraguay, a cuyos beneméritos pobladores debían reconocimiento por muchos conceptos” (GARAY, 1921 p. 13). Sobre o contexto de produção, e as principais influências dos escritos de Blas Garay, ver: TELESCA, Ignacio. La reinvencción del Paraguay: La operación historiográfica de Blas Garay sobre las misiones jesuíticas. *Revista Paraguay desde la Ciencias Sociales*. n. 5, p. 1-17, 2014

7 Ainda que em desuso na historiografia, estas percepções, como bem se sabe, seguem fazendo parte do imaginário social, que, ainda hoje, tende a se dividir entre opiniões elogiosas e juízos negativos em relação às reduções.

8 Na introdução de sua pesquisa, ao mencionar algumas das dificuldades que enfrentara ao abordar o “sistema econômico” das reduções, Oreste Popescu mencionaria a escassez de referências bibliográficas que pudessem fornecer aportes efetivos a sua análise. Neste contexto, suas palavras resumiriam bem o viés dicotômico e polemista das leituras, que, até então, dominavam as interpretações sobre aquele tema: “(...) la mayoría de los autores en lugar de permanecer en el campo puramente empírico y de inventariar con debida paciencia todos los materiales que constituyeron el esqueleto de nuestro sistema, desviaron sus miradas hacia el terreno normativista, descarrillando en inegotables discusiones de índole valorativo – estériles y perniciosas para la ciencia económica –, alabando unos el sistema como lo mejor y menospreciándolo otros como lo peor” (POPESCU, 1952, p.14).

jesuítas, únicos sujeitos aos quais se atribuía capacidade de agência no devir daquela experiência histórica. Esta leitura só seria efetivamente contestada a partir dos esforços conduzidos por antropólogos como Alfred Metraux, pioneiro nas abordagens que buscariam compreender as relações entre nativos e jesuítas em termos antropológicos, e desde uma perspectiva relacional<sup>9</sup>. As hipóteses levantadas por este autor constituiriam uma espécie de ponto de partida para as pesquisas desenvolvidas por Maxime Haubert e Bartomeu Melià, autores que seriam responsáveis por inserir de forma definitiva entre as pautas deste campo de investigação, questões como: as possíveis razões que levaram diferentes comunidades a estabelecerem relações com os jesuítas, os papéis desempenhados pelos indígenas na formação das reduções, os modos pelos quais os antigos padrões socioculturais nativos repercutiram sobre o desenvolvimento daquela experiência histórica, e as formas pelas quais seus “modos de ser” seriam transformados em meio aos contextos reducionais.

Entre as décadas de 1980-90, o surgimento de uma série de estudos acadêmicos, a organização de simpósios e congressos<sup>10</sup>, e a formação de diferentes grupos de pesquisa marcariam o início de uma nova etapa na historiografia produzida sobre as reduções. Este movimento, cujos desdobramentos podem ser percebidos até a atualidade, seria responsável por uma profusão de publicações, e pela consolidação de um campo de estudos formado por pesquisadoras e pesquisadores de diferentes países<sup>11</sup>. Se, por um lado, é possível observar que esta nova virada historiográfica absorvera as premissas adotadas em investigações conduzidas em décadas anteriores – caso do abandono das leituras de “índole valorativa”, e das interpretações centradas exclusivamente na perspectiva dos jesuítas –, de outro, ressalta-se um notável desenvolvimento de ordem teórico-metodológica, que, para além de resultar em maior profundidade analítica, trouxera uma considerável ampliação ao escopo temático dos estudos. Assim, questões, que, até então,

---

9 Ainda que não tenha publicado estudos centrados exclusivamente sobre as reduções, Metraux desenvolvera, em diferentes obras, formulações que tentariam explicar tanto as razões que levaram os Guarani a estabelecerem relações de convívio com os jesuítas, quanto as formas pelas quais aquelas populações interpretaram a atuação daqueles padres. Dentre estas, destaca-se a hipótese – apresentada pela primeira vez em *Religions et magies indiennes d'Amérique du Sud*, obra publicada em 1967 – que sugeria uma espécie de sobreposição entre a figura dos missionários e a dos xamãs indígenas. Nesta perspectiva, Metraux sustentaria a tese de que os Guarani haviam interpretado a pregação dos jesuítas, menos como uma iniciativa que buscava difundir uma nova religião, e mais como uma proposta que pleiteava um outro modelo de xamanismo.

10 Neste âmbito, as *Jornadas Internacionales Sobre las Misiones Jesuíticas*, evento bienal, que se realiza desde 1982, ocupa posição de destaque. Além de consolidar-se como um locus privilegiado para a divulgação da produção acadêmica relacionada as missões, este congresso, que reúne pesquisadores(as) de diferentes países, constituiu um ambiente de debates profícuo, que têm contribuído em muito para o desenvolvimento deste campo de pesquisas.

11 Para um bom panorama sobre a consolidação deste campo acadêmico, especialmente em meio a historiografia produzida no Rio Grande do Sul, ver: BARCELOS, Artur H. F. De Roque González à Crisanto Nerenda: uma nova virada historiográfica em torno das Missões Jesuíticas? In: Eduardo Santos Neumann; Carla Brandalise. (Org.). *O Rio Grande do Sul revisitado: novos capítulos*. 1ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, v. 1, p. 45-76. 2019.

haviam recebido pouca ou nenhuma atenção tornaram-se alvo de interesse, enquanto tópicos conhecidos passaram a ser abordados a partir de novos enfoques e perspectivas<sup>12</sup>.

Em meio a vasta renovação historiográfica das últimas décadas, não faltam estudos, que, por diferentes prismas, atentaram para questões e dinâmicas de ordem territorial. Em realidade, parece mesmo impossível localizar sequer uma pesquisa que não aborde esta temática em alguma medida. E a razão para isto envolve a constatação, cada vez mais difundida em meio a este campo de estudos, de que as dinâmicas territoriais constituem um dos eixos centrais na história singular daqueles *pueblos*. Com efeito, seja porque a própria ideia de redução tinha como base um projeto de reordenamento territorial das comunidades indígenas (a aglutinação de pequenas aldeias dispersas em povoados mais amplos), pelo fato de que o projeto evangelizador ambicionado pelos jesuítas associava a conversão religiosa à adoção de assentamentos “ao modo espanhol”, pela condição de “fronteira” que caracterizava a região ocupada por aquelas povoações, ou mesmo, pelas particularidades decorrentes do relativo isolamento geográfico daqueles *pueblos*, não há dúvidas de que as questões espaciais são fundamentais para a compreensão daquela experiência histórica. À vista disso, enumerar a série de estudos, que, de algum modo repercutiram esta temática, constitui tarefa demasiado extensa, mesmo se nos restringirmos as pesquisas empreendidas nas últimas décadas. Por outro lado, é imprescindível destacar algumas das linhas gerais desenvolvidas nestas investigações, não só porque é de bom tom reconhecer as contribuições daqueles que nos antecederam, mas, sobretudo, porque é preciso aclarar o modo pelo qual buscamos posicionar nossa pesquisa neste quadro geral. Destarte, optamos por destacar alguns trabalhos, que selecionamos utilizando critérios como a relevância de suas contribuições, sua repercussão em meio a este campo de estudos, e sua importância para o desenvolvimento de nossa investigação.

Neste sentido, as primeiras referências que importam destacar são as pesquisas conduzidas por Ramon Gutierrez, autor que, desde meados da década de 1970, tem realizado estudos sobre a organização “espacial” das reduções, sobretudo a partir de enfoques ligados ao Urbanismo e a Arquitetura. Em *Historia Urbana de las reducciones jesuíticas sudamericanas: continuidad, rupturas y cambios (siglos XVIII-XX)*, obra que sintetiza algumas das principais conclusões de seus

---

12 A lista de publicações, que, ao longo das últimas décadas, foi produzida sobre as reduções do Paraguai é imensa, e se amplia a cada ano. Para ficarmos em apenas alguns exemplos da multiplicidade de abordagens e temas explorados nestes estudo, destacamos investigações sobre os vínculos entre as reduções e o colonialismo espanhol (KERN, 1982); as expressões artísticas e arquitetônicas desenvolvidas a partir das interações entre indígenas e jesuítas (GUTIERREZ, 1983; SUSTERSIC, 1999; LEVINTON, 2008), a evolução demográfica dos *pueblos* (MAEDER, 1989; JACKSON, 2004), a estruturação e desenvolvimento socioeconômico das reduções (CARBONELL DE MASY, 1992; SARREAL, 2018), as práticas de cura (FLECK, 2004, 2005), as festas (MARTINS, 2006), os nexos entre as reduções e a sociedade rio-platense (NEUMANN, 1996; QUARLERI, 2009; AVELLANEDA, 2014), a diversidade étnica de sua composição populacional (BATISTA & SANTOS, 2007; FREITAS DA SILVA, 2013; BRACCO, 2016), as relações entre populações reduzidas e grupos “infiéis” (BRACCO, 2006; WILDE, 2009b), os papéis desempenhados pelas lideranças indígenas na organização política das reduções (WILDE, 2009a), as apropriações da razão gráfica e da cultura escrita entre os Guaraní (NEUMANN, 2015), e as contribuições das mulheres indígenas no desenvolvimento das reduções (SORIANO, 2016; AVELLANEDA & QUARLERI, 2020).

trabalhos anteriores, Gutierrez ressalta, dentre outros pontos, questões como a importância da experiência da Companhia nas Doutrinas de Juli para a conformação de um “modelo tipológico” que seria adotado e aprimorado no Paraguai, as relações entre a organização político-administrativa e socioeconômica das reduções e seu ordenamento espacial, e as influências dos padrões arquitetônicos e urbanísticos estabelecidos nos *pueblos* do Paraguai para o desenvolvimento das estratégias que seriam adotadas pelos jesuítas em outras frentes missionais<sup>13</sup>.

Outro aporte importante para este campo é a análise de Juan Carlos Garavaglia, presente em *Las misiones jesuíticas: Utopía y realidad* (1987). Ainda que seu enfoque não esteja centrado exclusivamente em questões de ordem territorial, este estudo constitui uma referência interessante na medida em que é um dos poucos que prioriza questões de ordem econômica. Ao cotejar dados sobre o comércio realizado por aquelas comunidades através dos Ofícios de Buenos Aires (1731-1767), e Santa Fé (1730-1745), Garavaglia identificara a existência de quatro sub-áreas específicas na região “missioneira”, que se distinguiam pela orientação de sua produção. A primeira, que tinha no cultivo do algodão e no comércio de tecidos sua principal fonte econômica, se estendia do Aguapey até a Cochilha Grande, e abarcava as reduções de Mártires, Santa Maria, San Javier, Apóstoles, Concepción, San Nicolás, San Luís, Santo Angel, San Lorenzo e San Miguel. A segunda sub-região estaria, em grande medida, voltada a produção ervateira, e era composta pelos *pueblos* que ocupavam as margens do rio Paraná, casos de San Cosme, Jesús, Trinidad, Candelaria, Corpus, Loreto, Itapua, San Ignacio Mini, e Santa Ana. A terceira área identificada por Garavaglia era formada pelas comunidades de Santo Tomé, San Borja, La Cruz, San José, e San Carlos, e caracterizava-se por constituir uma zona de transição, que aliava a produção de tecidos e da erva-mate. A quarta sub-região, que abarcava os quatro *pueblos* mais próximos ao Paraguay – San Ignacio Guazu, Santiago, Santa Rosa e Nuestra Señora de Fe – se distinguiu pela vocação comercial, em especial pelo intercâmbio realizado com as vilas espanholas de Assunção e Villa Rica. Por fim, Garavaglia ainda destacaria o caso particular do *pueblo* de Yapeyú, que por sua forte especialização ganadeira, constituía um caso aparte na região.

Ernesto Maeder foi outro autor a empreender estudos com enfoque sobre o território ocupado pelas reduções. Dentre eles, vale destacar o artigo intitulado *De las misiones del Paraguay a los estados nacionales. Configuración y disolución de una region historica: 1610-1810* (1999), uma abordagem de longa duração, que busca traçar um panorama sobre as diferentes etapas que caracterizaram as dinâmicas territoriais da “região missioneira” ao longo de três séculos. Ao

---

13 Além de constituir uma importante referência para os estudos que se dedicam a este campo, as pesquisas de Ramon Gutierrez influenciariam uma série de desdobramentos, seja por inspirarem o desenvolvimento de investigações interessadas em compreender os aspectos arquitetônicos das reduções, seja por fomentarem a emergência de estudos comparativos entre o modelo urbanístico adotado nas reduções do Paraguai, e aqueles empregados em outros contextos e regiões.

relacionar questões de ordem política, demográfica e socioeconômica, Maeder elenca cinco fases distintas para identificar as transformações daquela “região histórica”. A primeira, que o autor chamara de “espaço inicial” (1609-1640), envolve o período de fundação das reduções, e caracterizara-se pela grande dispersão geográfica, já que abarca o contexto de formação de novos *pueblos* em seis regiões distintas (Paraná, Iguazu/Acaray, Guayrá, Uruguay, Tape e Itatin). A segunda fase, qualificada com um ciclo de “contração do espacio misionero” (1641-1685), engloba as décadas que se seguiram às ofensivas bandeirantes, e estaria marcada pelo confinamento das reduções sobre o território que se estende pelo nordeste da mesopotâmia entre os rios Paraná e Uruguay, e sudeste do atual Paraguai. A terceira fase compreenderia um período de “recuperação parcial del espacio misionero”, alicerçado no crescimento demográfico, na criação de novos *pueblos* e na retomada dos territórios da banda oriental (1685-1740). A quarta etapa, que estendera-se entre os anos de 1750-1761, seria marcada por uma nova retração territorial, decorrente do avanço da ocupação portuguesa, e dos efeitos ocasionados pelo Tratado de Madri. A quinta e última fase elencada por Maeder seria marcada pela fragmentação definitiva da “região missioneira”, que teria se iniciado com a expulsão dos Jesuítas em 1767, e se consolidaria com a criação dos estados nacionais durante as primeiras décadas do século XIX. Além de apontamentos sobre alguns fatores que caracterizaram estas diferentes etapas, este estudo ainda é enriquecido com uso dos mapas produzidos para a seção *Pueblo de índios y misiones jesuíticas (siglos XVI-XX)*, do *Atlas histórico y Urbano del Noroeste Argentino* (1994), obra de referência composta por Ernesto Maeder e Ramón Gutierrez.

Ao longo das últimas décadas, os estudos relacionados ao território das reduções do Paraguai ganharam novos aportes. Neste âmbito, cabe mencionar as pesquisas de autores(as) cujas abordagens se destacam pela utilização de escalas de análise centradas em contextos e elementos específicos, ou pela atenção que dispensaram a emergência de disputas territoriais envolvendo diferentes *pueblos*. O primeiro deles é Artur Barcelos, autor que tem empreendido importantes estudos sobre a organização territorial das reduções. Dentre estes, vale destacar a investigação intitulada *Espaço e Arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Baptista* (2000), resultado de sua pesquisa de mestrado. Enfocando o caso de uma redução específica, San Juan Baptista, Barcelos empreendera um amplo levantamento, que coteja informações históricas e pesquisas de campo, para tratar sobre os diferentes “elementos constitutivos” que compunham território daquele povoado. Neste sentido, além de elencar seus diferentes componentes urbanos e rurais, o autor busca caracteriza-los, discorrendo sobre suas formas, usos, e relevância para a organização e reprodução daquela comunidade<sup>14</sup>.

---

14 Outra contribuição importante do mesmo autor, também relacionada a questões de ordem espacial, é sua tese doutoral, intitulada *O Mergulho no Seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América*

Neste rol, também cabe destaque aos estudos desenvolvidos por Norberto Levinton, autor que tem realizado investigações sob múltiplos enfoques, que vão desde análises sobre a arquitetura das reduções, até investigações sobre o território “jesuítico-Guarani”. Em meio a estas pesquisas, sublinhamos o trabalho intitulado “*El espacio jesuitico-guarani: la formación de una región cultural*” (2009). Neste estudo, realizado a partir de um extenso trabalho de arquivo, Levinton defende o emprego do conceito de região cultural para definir o território missioneiro. Sua investigação aborda um conjunto de temas, tais como a formação e o desenvolvimento de *pueblos* e estâncias, a importância das redes fluviais para a circulação e o transporte realizado pelas reduções, e a ressignificação de conceitos espaciais nativos nos contextos reducionais. Além disso, este autor também propõe uma diferenciação entre o que define como “macro-região”, isto é, o território ocupado pelo conjunto das reduções, e as “micro-regiões”, categoria empregada para identificar os domínios vinculados a cada *pueblo*<sup>15</sup>.

Por fim, cumpre mencionar dois estudos, que, ao enfocarem questões relativas ao território, abordaram a emergência de disputas por terras entre diferentes comunidades. O primeiro é o artigo de Rodrigo Maurer, intitulado *Entre o desejo de expansão e os litígios pueblerinos: a Província do Paraguai como paradigma do conflito (Séc. XVII –XVIII)* (2014). Nesta investigação, Maurer realiza um levantamento sobre algumas destas disputas, elencando datas, as comunidades envolvidas, e a áreas que motivaram tais desacordos. Além disso, o autor tece considerações sobre os pleitos, destacando possíveis relações com dinâmicas identitárias. A outra pesquisa que convém ressaltar neste contexto é a tese doutoral desenvolvida por Helenize Serres, que tem por título: *As estâncias missioneiras da Banda Oriental do Rio Uruguay* (2018). Em seu estudo, centrado na primeira metade do século XVIII, Serres se propõe a investigar as articulações entre as estâncias e seus respectivos *pueblos*, destacando os componentes que as estruturavam, sua importância para a economia dos povoados do Uruguay, e as diferentes atividades e formas de trabalho executadas naqueles postos. Ademais, sua pesquisa também apresenta análises sobre a emergência de alguns litígios, que envolveram desacordos sobre a posse de áreas de campo na banda oriental. Neste âmbito, uma das principais contribuições desta tese é questionar, com base nestas disputas, a ideia de que as reduções se estruturavam em torno de uma espécie de organicidade irrestrita, um

---

*espanhola colonial* (2006). Nesta pesquisa, Barcelos propõe um olhar sobre a “atuação dos jesuítas como exploradores e organizadores do espaço sobre o qual se deu a conquista e a colonização de diversas áreas do Império espanhol no continente americano”. Apesar de adotar um recorte amplo, parte relevante deste estudo enfoca as reduções do Paraguai, e discute algumas das estratégias de ordenamento territorial empregadas pela Companhia de Jesus entre os *pueblos* da província. Ademais, as questões suscitadas a partir desta investigação, bem como o grande acervo cartográfico nela reunido, serviriam como uma espécie de ponto de partida para o desenvolvimento de investigações posteriores do mesmo autor. Neste sentido, destaca-se *A cartografia indígena no Rio da Prata Colonial* (2010), talvez o primeiro estudo a abordar com maior ênfase, hipóteses relacionadas as apropriações da tecnologia cartográfica pelos Guarani.

<sup>15</sup> Esta proposta foi empregada pelo mesmo autor em um artigo interessante, que tem por título *La micro-región: espacio y tiempo en la cartografía producida por la interacción jesuítico-guaraní* (2010). Neste estudo, que parte da análise de dois mapas específicos, Levinton aborda aspectos sobre a produção e as funções da cartografia nas reduções.

solidarismo imune a conflitos, percepção que ainda é bastante corrente na historiografia.

Apesar de restrito a investigações realizadas em décadas recentes, e circunscrito a apenas uma amostra do conjunto de estudos que abordaram questões relacionadas as dinâmicas territoriais nas reduções, este painel parece suficiente para que se possa traçar algumas conclusões sobre este campo de pesquisas. E o primeiro aspecto a destacar diz respeito a multiplicidade de ênfases adotadas nestes estudos, que vão desde os enquadramentos que privilegiam aspectos sobre o ordenamento urbanístico, até estudos que realçam a emergência de disputas por terras. Esta diversidade de enfoques, além de indicar que as dinâmicas de ordem territorial apresentam uma série de entradas e possibilidades, revelam como esta temática se consolidou, sobretudo ao longo das últimas décadas, como um tópico de primeira relevância na historiografia que aborda as reduções do Paraguai. Outro ponto que chama atenção a partir destas leituras envolve o recorte temporal adotado nas investigações. Neste aspecto, o que se observa é certo contraste em relação a diversidade de abordagens, uma vez que a maior parte das pesquisas tende a privilegiar um período específico, qual seja, o século XVIII. Ainda que tal escolha seja compreensível, posto que, durante aquele período, tanto o modelo adotado no traçado das reduções, quanto seu ordenamento territorial, já se mostravam devidamente consolidados, não há dúvidas de que esta opção também tem seus efeitos e limitações. E um deles é a pouca atenção ao século XVII, período que, segundo compreendemos, é chave para compreender a construção daquele território. Por fim, o panorama que apresentamos ainda permite destacar certo deslocamento nas escalas de análise, em especial quando se comparam as pesquisas realizadas entre as décadas de 1980-90, e as investigações conduzidas a partir dos anos 2000. De fato, os estudos recentes têm adotado perspectivas menos generalistas, enfocando contextos e elementos específicos, que fazem ver situações e particularidades antes pouco exploradas.

Considerando as potencialidades dos caminhos abertos por estes e outros estudos, e algumas lacunas que pudemos identificar a partir destas leituras, estabelecemos quatro questões principais, que serviram para nortear nossa pesquisa, são elas: quando, em que circunstâncias os *pueblos* passaram a dispor de domínios territoriais próprios, independentes uns dos outros e devidamente identificados como áreas cujo acesso e exploração era considerado direito exclusivo? Que objetivos e necessidades contribuíram para orientar a formação destas divisões? O que legitimava estas relações de posse, e que estratégias e instrumentos as comunidades empregavam para garantir o controle sobre seus domínios? Que fatores contribuíram para a emergência de disputas territoriais entre diferentes *pueblos*, e quais procedimentos, critérios e instrumentos foram empregados para solucionar estas contendas? A través destes questionamentos, busca-se traçar uma linha de investigação, que permita lançar luz sobre aspectos e dinâmicas ainda pouco exploradas nesta temática de estudo, de modo a contribuir com seu desenvolvimento.

## 2. Referenciais teóricos e perspectivas de análise

Do ponto de vista teórico, esta tese se alicerça sobre dois eixos principais. O primeiro envolve um conjunto de reflexões sobre o espaço, o território, a territorialização e a territorialidade, conceitos que, desde as últimas décadas do século XX, tem sido bastante problematizados em diferentes campos de pesquisa. Dentre as principais contribuições a engendrarem novas perspectivas de análise nesta temática, é imperativo destacar as reflexões presentes em *La production de l'espace* (1974) (A produção do espaço), obra do filósofo francês Henri Lefebvre. De modo geral, a epistemologia desenvolvida por este autor proporia o abandono de noções que, muito em voga ao menos até meados do século XX, concebiam o “espaço” como um elemento independente da realidade social, um dado a priori de caráter homogêneo e imutável. Em lugar desta visão solidificada, como indica o próprio título daquela obra seminal, Lefebvre defenderia uma perspectiva que compreendesse o “espaço social” como um “produto social”. Neste sentido, o espaço social é apreendido como uma construção que não pode ser desvinculada da realidade social, da ação de sujeitos coletivos, e de suas técnicas e força de trabalho. Partindo desta tese fundamental, Lefebvre destacaria que a produção do espaço constitui um processo<sup>16</sup>, que pode ser observado em todas as sociedades humanas. Nos termos deste autor, “cada sociedade (por conseguinte, cada modo de produção com as diversidades que ele engloba, as sociedades particulares nas quais se reconhece o conceito geral) produz um espaço, o seu” (LEFEBVRE, 2006, p. 34). Ademais, na acepção desenvolvida por Lefebvre, a relação entre o modo de produção e o território é fundamental, e tem caráter dialético. Ou seja, cada modo de produção resultaria em uma configuração espacial singular, e, ao passo em que a conformação do espaço social reflete os processos de produção, também funcionará como uma espécie de suporte a orientar seu desenvolvimento.

A epistemologia elaborada por Lefebvre, ao lado de um conjunto de contribuições desenvolvidas por outros autores, seria ensejo para uma série de desdobramentos, sobretudo no âmbito da Geografia Política. Dentre os estudiosos que tomaram parte neste debate, cabe destacar as considerações de Claude Raffestin, um dos pioneiros na construção de abordagens, que buscaram romper com antigos cânones daquela disciplina. Em *Pour une géographie du pouvoir* (1980) (Por

---

<sup>16</sup> “Gerar (produzir) um espaço social apropriado, no qual a sociedade geradora toma forma apresentando-se e representando, apesar de não coincidir com ela e mesmo que seu espaço seja tanto sua queda quanto seu berço, isso não se realiza num dia. Trata-se de um processo” (LEFEBVRE, 2006, p. 37).



uma geografia do poder), Raffestin estabelece uma crítica a Geografia Política clássica, que qualifica como uma “Geografia do Estado”. Segundo o autor, por restringir-se ao âmbito do Estado-Nação, aquela disciplina acabara por reduzir e minimizar as potencialidades de seu campo de estudo, ignorando a abrangência dos fenômenos e dinâmicas de ordem territorial. Neste contexto, na mesma linha apontada por Lefebvre, Raffestin sublinharia que “nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Para além da crítica ao viés limitado da Geografia Política clássica em suas abordagens sobre o território, Raffestin também destacaria a necessidade de evitar as imprecisões que geralmente acompanham o uso deste conceito, não raro empregado como um sinônimo de “espaço”. Neste sentido, seu arcabouço conceitual é algo distinto daquele empregado por Lefebvre, dado que propõe uma diferenciação entre tais acepções:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (...). O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (Idem. p. 143, 144).

A ideia de que o território não é o espaço, mas o resultado de uma apropriação do espaço<sup>17</sup>, põe em relevo o conceito de territorialização, que, nesta linha de análise – a mesma que adotamos em nossa pesquisa – designa o processo pelo qual uma sociedade, de forma concreta ou abstrata, se apropria de uma determinada porção do espaço de modo a transformá-lo em *seu* território. Considerando-se as reflexões de Raffestin, é possível afirmar que este processo possuía uma dupla dimensão. Uma delas seria de ordem sociocultural e/ou ideológica, que diz respeito ao conjunto de objetivos que orienta a apropriação, um “programa” mais ou menos elaborado que sustenta a produção territorial. Já a segunda é de ordem prática, e envolve a energia, o trabalho, e o conjunto de técnicas que uma dada sociedade emprega para se apropriar de uma determinada porção do espaço.

Ainda segundo Raffestin, a despeito de que a produção territorial possa assumir diferentes formas, três elementos constituem a base de todos os sistemas territoriais. As *nodosidades*, isto é, os lugares de adensamento de uma coletividade, os pontos a partir dos quais se exerce o poder; as *redes*, que compreendem as rotas de circulação e comunicação, fundamentais ao transporte de bens

---

17 A despeito das diferenças entre as estruturas conceituais empregadas por Lefebvre e Raffestin, o cerne das perspectivas desenvolvidas por estes autores guarda importantes analogias. Um exemplo é o paralelo entre a distinção que Raffestin estabelece para os conceitos de “espaço” e “território”, e a que Lefebvre concebe para as formulações de “espaço natural” e “espaço social”.

e recursos, bem como a transferência de informações; e as *malhas* ou *tessituras*, sistemas de limites que conformam divisões de ordem política ou econômica, estabelecendo acessos e restrições de modo a organizar o território. Muito embora estes três elementos componham eixos importantes para a nossa pesquisa, não há dúvidas de que este último é central a investigação que conduzimos. Neste sentido, vale destacar as considerações de Raffestin sobre o caráter indissociável entre a ideia de território e a noção de limite:

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis. O problema da escala sendo, bem entendido, posto de lado. Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa. O desenho de uma malha ou de um conjunto de malhas é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar da produção de território. (Idem. p. 153).

Como destaca Raffestin, toda apropriação espacial está atrelada a definição de limites, que, a depender do contexto, podem ser mais ou menos precisos, visíveis ou abstratos, demarcados no próprio território, e/ou numa representação construída a partir deste. Assim, nos termos empregados por este autor, é impossível abordar o *território* sem que se mencione a delimitação, processo que possui um caráter estruturador para a produção territorial. Por outro lado, a definição de limites também exprime relações de poder. Neste sentido, trata-se de uma ação cujo objetivo envolve a intenção de um grupo em isolar o espaço apropriado, impor sobre este, políticas de acesso e restrição, em suma, estabelecer uma relação de controle sobre o território. Se, em princípio, esta pode parecer uma tarefa relativamente banal, na prática, sobretudo quando se considera a dinâmica do tempo, percebe-se que esta é uma empreitada que exige grande esforço. Com efeito, sustentar limites de modo a assegurar uma relação de poder sobre um território demanda do grupo o investimento de energia e trabalho, que serão tanto mais necessários, quanto maiores forem as pressões exercidas por outras coletividades.

Além das reflexões em torno de conceitos relacionados a produção territorial, é preciso destacar outro aporte teórico-metodológico, que também se mostrou decisivo ao desenvolvimento desta investigação. Neste ponto, cabe enfatizar que nossa leitura considera que os atores indígenas não foram meros coadjuvantes, ou simples executores dos projetos delineados pelos missionários, mas sujeitos ativos, que desempenharam papéis cruciais nas dinâmicas de territorialização que se desenvolveram a partir da formação das reduções. Esta compreensão parte tanto dos indícios que extraímos da base empírica que empregamos no desenvolvimento desta pesquisa, quanto dos aportes e perspectivas de análise, que, há algumas décadas, tem sido desenvolvidas no âmbito da Nova História Indígena. Como bem se sabe, a partir da segunda metade do século XX, com a

publicação de pesquisas pioneiras de autores como Miguel León Portilla (1959) e Charles Gibson (1964), desenvolveu-se um campo de estudos, forjado na intersecção entre disciplinas como a História, a Antropologia, a Linguística e a Arqueologia que, pouco a pouco, tem sido responsável pela quebra de velhos paradigmas que povoavam a historiografia sobre o contato entre nativos e europeus no Novo Mundo. Em lugar da reificação dos traumas e desastres provocados pela conquista – a “crônica da extinção”, para retomar a expressão de John Manuel Monteiro (2001, p.35) –, ou da oposição solidificada entre indígenas “resistentes” e “conquistados”, estes trabalhos têm buscado salientar, a partir de novas leituras, a capacidade de agência das populações nativas frente aos distintos impactos provocados pelos avanços do colonialismo. Assim, estes estudos trariam à tona uma multiplicidade de adaptações, táticas e subversões desenvolvidas por diferentes grupos indígenas diante das estratégias de domínio dos colonizadores.

Por outro lado, as investigações conduzidas no âmbito da Nova História indígena também questionariam antigos cânones, que dominavam as interpretações a respeito das transformações socioculturais vivenciadas pelas populações originárias a partir de suas interações com as frentes coloniais. Destarte, o emprego de conceitos como os de aculturação e ocidentalização daria lugar a abordagens menos simplistas, que enfatizariam processos como os de mestiçagem, mediação cultural e *etnogênese*. Neste sentido, os estudos conduzidos a partir deste viés trariam destaque a questões como a competência demonstrada por diferentes grupos indígenas ao se apropriarem de lógicas e tecnologias dos europeus para emprega-las de acordo com seus interesses, sua habilidade criativa para construir pontes entre os saberes nativos e ocidentais, e sua capacidade de reconstruir e ressignificar suas filiações étnicas diante dos novos contextos que emergiram com o avanço do colonialismo. Nesta linha, que, pouco a pouco, tem sido absorvida por estudos que abordam as reduções do Paraguai, a presente pesquisa busca incorporar algumas destas premissas, de modo a contribuir na busca por um olhar mais atento ao papel desempenhado por aquelas populações na produção de *seus* territórios.

### 3. Fontes e divisão da pesquisa

Embora tenhamos adotado uma abordagem ampla em relação às fontes empregadas no desenvolvimento desta pesquisa, que se utiliza de documentos, que vão desde Reais Cédulas e correspondências expedidas por governadores de província, até crônicas e diários produzidos por

colonos e viajantes, não há dúvidas de que a documentação legada pelos jesuítas, seja pelo seu volume, ou por sua proximidade em relação às questões que constituem nosso objeto, compõem o principal alicerce deste estudo. Neste sentido, para além de registros publicados em diferentes coletâneas, periódicos e edições específicas, dois acervos foram de fundamental importância para o desenvolvimento desta tese. O primeiro deles abarca os documentos que compõem a Coleção de Angelis, composto tanto pelos escritos já editados nas publicações organizadas por Jaime Cortesão e Hélio Viana, quanto pelos manuscritos digitalizados, aos quais tivemos acesso através do Centro de Pesquisas Históricas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Neste acervo, composto por algumas centenas de escritos, predominam Cartas, Informes e Relações, escritos que fornecem uma visão bastante abrangente sobre as reduções. Além deste, outro conjunto de documentos crucial para a realização desta pesquisa foi acervo da seção *Jesuítas*, que se encontra no Archivo General de la Nación Argentina. Formada por um grande número de registros, esta documentação é mais variada, já que engloba, desde mapas, até bilhetes ou anotações de caráter contábil.

Em meio as fontes legadas pelos jesuítas, é preciso destacar, encontram-se escritos bastante distintos entre si, seja pelo estilo narrativo, ou pelas funções a que se destinavam. De um lado, estão documentos como cartas Ânua, crônicas, relações, em suma, escritos cuja circulação não se restringia a ordem jesuítica. Tais registros, não é novidade afirmar, são marcados por uma perspectiva laudatória, que tende a valorizar as ações dos jesuítas, e enfatizar o caráter benevolente de sua missão. À vista disso, a utilização destes documentos como fontes históricas exige uma leitura crítica, que atente para seus objetivos, e as circunstâncias de sua produção. De todo modo, a despeito de seu viés apologético, estes documentos constituem fontes importantes, e, desde que interpretados com as devidas precauções, permitem acessar um conjunto de indícios e referências, que compreendem desde aspectos sobre formação das reduções, até as dinâmicas do cotidiano de seus moradores. Por outro lado, os escritos jesuíticos também englobam documentos, que, na falta de expressão mais adequada, podem ser qualificados como registros de caráter interno. Tratam-se de exemplares como correspondências enviadas ao Paraguai pelos padres-gerais da Companhia, memoriais produzidos por provinciais e padres visitantes, cartas trocadas entre missionários, títulos de terras e papéis relacionados a litígios. Estas fontes, cuja circulação, em geral, estava restrita aos religiosos que atuavam na província, ou ao ambiente das reduções, além de apresentarem um caráter mais direto, permitem elucidar, dentre outros tópicos, questões relacionadas a administração interna dos *pueblos*, aspectos referentes a suas estruturas de poder, e informações sobre a emergência de conflitos territoriais envolvendo diferentes comunidades. Assim, oferecem um importante contrapeso à nossa análise, já que permitem uma mirada sobre assuntos, que, em geral, não compunham o rol de temas abordados em escritos cuja veiculação excedia

aqueles contextos.

Isto posto, resta esclarecer sobre o ordenamento adotado nesta tese, que se divide em oito capítulos, estruturados em torno de eixos cronológicos e temáticos. No primeiro, busca-se contextualizar as linhas gerais que orientaram a “conquista” do Rio da Prata durante o século XVI. Neste contexto, enfatizamos aspectos como as dinâmicas de interação que se estabeleceram entre espanhóis e indígenas, a formação de povoados coloniais na província, a implantação do regime de *encomiendas*, os conflitos decorrentes deste processo, e o início da atividade missionária no Paraguai. O segundo capítulo aborda os princípios da atuação dos jesuítas no Paraguai, destacando a formação de reduções nas “províncias” do Paraná, Guairá e Uruguai. Aqui, nosso objetivo foi destacar a construção de alianças entre missionários e comunidades indígenas, atentar para os diferentes contextos e circunstâncias que cercaram a fundação daqueles *pueblos*, e conjecturar sobre as possíveis razões que contribuíram para seu desenvolvimento inicial. No capítulo 3, tratamos dos impactos e consequências decorrentes das ofensivas bandeirantes iniciadas em fins da década de 1620. Neste âmbito, são abordadas questões como os impactos provocados pelas investidas paulistas nas províncias do Guayrá e Tape, os processos de migração e a recomposição das reduções ao longo dos anos de 1630, os enfrentamentos em Caaçapaguaçu e Mbororé, e a nova conjuntura que emergira a partir de daquelas batalhas.

O quarto capítulo desta tese, que enfoca as décadas de 1640-60, enfatiza os processos de reorganização política, econômica e territorial das reduções. Neste sentido, são abordados aspectos como a ascensão dos *cabildos* indígenas, e a consolidação do comércio ervateiro e da pecuária como parte da economia dos *pueblos*. Conjuntamente, tratamos sobre algumas dos desdobramentos destes processos, como a construção de redes de circulação, a composição de divisões entre os territórios pertencentes a cada redução, e a emergência de singularidades e distinções entre estas. O tema do quinto capítulo é a expansão territorial das reduções ao longo da segunda metade do século XVII. Nesta perspectiva, destacamos os principais fatores que sustentaram aquela dinâmica, caso do crescimento demográfico, da descoberta de novas fontes de recursos, e do avanço da produção ervateira. Por outro lado, examinamos de suas consequências, como o surgimento de conflitos relacionados aos direitos de exploração entre diferentes comunidades, o início do processo de demarcação de áreas de ervais nativos e a expansão dos *pueblos* em direção a banda oriental. O sexto capítulo está centrado em estudos de caso, que tratam de episódios e processos ocorridos em fins do século XVII. A partir de intercorrências envolvendo doações de terras, concessões de títulos e litígios territoriais, avaliam-se questões referentes as lógicas que legitimavam as relações de propriedade comunitária, os meios empregados para a solução de conflitos e disputas territoriais e a participação das lideranças indígenas nestes processos. O sétimo capítulo aborda as primeiras décadas do século XVIII, período que marca o auge demográfico, econômico e territorial dos trinta

*pueblos*. Neste contexto, ressaltamos aspectos como a emergência de novas estratégias de otimização territorial, o aumento da pressão pela definição de limites entre os domínios pertencentes às diferentes reduções, e a consolidação da tecnologia cartográfica como instrumento ligado a territorialidade das comunidades. O oitavo e último capítulo desta pesquisa trata sobre as convulsões e rupturas que afetaram os 30 *pueblos* ao longo da década de 1730. Neste âmbito, analisamos as causas que contribuíram para a série de crises que atingiram as reduções naquele período, as consequências demográficas e territoriais daqueles distúrbios, e os primeiros passos do amplo processo de reestruturação que permitira a sobrevivência daqueles povoados.

## **Capítulo 1. (Des)encontros, experiências e estratégias na fundação do Paraguai colonial**

Já não constitui mais novidade afirmar que a história do “continente americano” não se iniciou com a chegada dos primeiros europeus. Muito antes de as primeiras embarcações cruzarem o Atlântico e aportarem no Novo Mundo, os povos ameríndios já haviam descoberto e construído suas histórias nesta parte do globo. Através desta, desenvolveram modos de ser e pensar, formas de organização, saberes, línguas, técnicas, expressões artísticas, enfim, toda sorte de criações que só os coletivos humanos são capazes de formular.

Também não é nova a constatação de que, entre as pesquisas históricas, é crescente o interesse em compreender estas práticas, lógicas e contextos anteriores a “conquista”, sobretudo entre estudos que, como este, abordam períodos que remetem aos primeiros contatos entre nativos e europeus nestas terras. Primeiro, por que eles são essenciais para a interpretação da agência indígena naqueles contextos de interação. Segundo, pois permitem um melhor entendimento sobre a extensão das transformações deflagradas entre as populações nativas após a chegada dos novos “conquistadores”.

## 1.1 Entre trocas e mestiçagens: Sobre o Paraguai antes da “Conquista”

É imenso o desafio de estabelecer um panorama – mesmo que breve e delimitado – a respeito das dinâmicas da ocupação humana anterior a chegada dos europeus nos territórios que, atualmente, compõem a América Meridional. De fato, não é exagero afirmar que todas as tentativas de se definirem limites territoriais, políticos e culturais precisos para os diferentes povos nativos que habitavam aquelas regiões estão fadadas ao fracasso. E isto a despeito de que estes objetivos se restrinjam ao período imediatamente anterior a chegada dos primeiros europeus, ou que se concentrem em espaços específicos daqueles vastos territórios. De um lado, por que, tanto os registros arqueológicos, quanto as descrições produzidas pelos primeiros europeus que aportaram a região só podem fornecer uma mirada parcial sobre a heterogeneidade sociocultural das populações originárias que ocupavam aqueles vastos territórios. De outro, pois estas mesmas fontes de informação apontam para a existência de contextos fluídos, marcados por apropriações e trocas culturais. Longe das representações produzidas pelos primeiros colonizadores – que seriam aplicadas de forma acrítica por historiadores e antropólogos ao longo do século XIX, e de boa parte do século XX – as fronteiras culturais e linguísticas dos povos que habitavam aquela região em pouco se assemelham ao conceito de “naciones”, política e territorialmente definidos<sup>18</sup>, que orientavam os processos de classificação empregados por homens do Velho Mundo. A região era, antes, um mundo em constante transformação, onde as interações entre grupos nativos de diferentes origens ensejavam, há séculos, intensos processos de mestiçagem.

Ao longo dos últimos milênios, diferentes ondas migratórias haviam penetrado naqueles territórios. Assim, grupos de origem pampeana e patagônica, e povoadores de filiação Jê estabeleceriam, ainda antes da era cristã, contatos com as primeiras populações amazônicas que chegaram ao Alto Paraguai. A partir daquela região, estes grupos infiltraram-se no Chaco através dos rios Pilcomayo, Bermejo e Salado, trazendo novas técnicas ceramistas e a prática de cultivos em montículos artificiais. A chegada de duas novas levas migratórias de origem amazônica, por volta de 2000 AP<sup>19</sup>, aumentariam este contexto de interações. A primeira seria de nativos pertencentes a família linguística Arawak, e, pouco tempo depois, a região receberia as primeiras

---

18 “Las modalidades de encasillamiento de los grupos indígenas integrados en –y determinados por– el espacio de dominación colonial, son el producto directo de su aprehensión por los agentes coloniales. Ellos son precisamente quienes efectúan las clasificaciones, y establecen los límites entre los grupos indígenas, atribuyéndoles un lugar y un papel “propio” en la economía colonial” (GIUDICELLI, 2007. p.163).

19 Antes do presente (AP), tomando como base o ano de 1950.



populações de filiação Tupi-guarani. Com um avanço massivo, estes contingentes logo se dispersariam através dos principais rios da região e, deste modo, aumentariam as pressões por áreas de cultivo e rotas de circulação (SUSNIK, 1995, pp. 14, 15).

Bem antes da chegada dos primeiros europeus, portanto, a região era habitada por povos que, por séculos, mantiveram frequentes relações de contato. Já na foz do rio do Prata, grupos de diferentes filiações culturais e linguísticas compartilhavam e/ou competiam pelas ilhas e territórios que margeavam o estuário. “Querandies”, “Charruas”, “Chanás”, “Mbegas”, “Timbus” e “Guaranis” (“Chandules”) eram algumas das “naciones” cuja presença na região seria atestada pelos documentos produzidos pelos primeiros “conquistadores”. A competição por áreas de caça e pesca, por regiões propícias aos cultivos agrícolas, ou mesmo pelo domínio sobre rotas e caminhos ensejariam a construção de um contexto dinâmico, marcado por rivalidades, alianças e intensas trocas culturais.

Nas áreas de Pampa, os “Querandi” (“Pampas”) e “Mbeguá,” que circulavam na margem esquerda do estuário, se relacionavam com populações Patagônicas, que habitavam os vastos territórios que se estendem ao sul. Ao mesmo tempo, também estabeleceram contantes interações com grupos que ocupavam a grande região de Pampa que se estendia a leste, desde a mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai, até a costa atlântica. Assim, compartilhavam com “Charruas”, “Yaros”, “Bohanes”, “Guenoas” e “Minuanos”, uma série de hábitos e práticas, tornando impossível o estabelecimento de quaisquer unidades e fronteiras precisas. A construção dos Cerritos<sup>20</sup>, a realização de migrações sazonais, ou a semelhança nas ferramentas e instrumentos de caça, são alguns dos elementos que permitem verificar a proximidade cultural desenvolvida por estas populações.

Os habitantes do Pampa também mantinham relações estreitas com povos que ocupavam as margens e ilhas dos rios Paraná e Uruguai<sup>21</sup>, e os territórios que flanqueavam seus principais afluentes. Estas regiões eram habitadas por populações com forte atividade canoeira, cujas semelhanças renderiam o designativo de “complexo Chaná-Timbu”. Entre estes, encontram-se, além de referências aos próprios Chanás e Timbus, menções a “naciones” como os Carendes (Carendos), Carcarás, Quilozas (Quiluaças), Mocretaes, Mepenes. Com efeito, a tendência

---

20 “Os cerritos são pequenas elevações do terreno, com forma aproximadamente circular, oval ou elíptica, compostos principalmente de terra, ou com grande quantidade de restos de alimentos humanos, que podem chegar até 100 m de diâmetro e 7 m de altura. Encontram-se na proximidade das lagoas ou em banhados ao longo dos rios. Geralmente vêm agrupados, mas há também os solitários.” (SCHMITZ et all, 2006, p. 103). A estes grupos são associadas as cerâmicas da Tradição Vieira, cuja localização nos sítios arqueológicos (bem como os resultados de suas datações) indicam uma apropriação bastante posterior ao início da construção dos cerritos, possivelmente proveniente de seus contatos com os Guaranis.

21 Um exemplo da proximidade nas relações pode ser observado na rapidez com que, após o primeiro ataque espanhol aos Querandí, estes lograram estabelecer uma aliança com Charruas, Chanás, que passariam a realizar uma série de ataques a primeira tentativa de povoação de Buenos Aires.

navegadora permitiria que estes grupos desenvolvessem alto grau de mobilidade, estabelecendo uma densa rede de trocas culturais. A prática de uma agricultura de pequena escala através da construção de montículos artificiais, a proximidade linguística<sup>22</sup>, a realização de perfurações nasais<sup>23</sup> (adornada com pequenas pedras) são alguns dos elementos que denotam a existência de forte parentesco cultural entre estes grupos.

Ainda na mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai, iniciavam-se as áreas de ocupação dos grupos Jê, que se estendiam para leste, nos territórios que hoje compõem o planalto do Brasil meridional. “Guayana”, “Gualachos”, “Camperos”, “Ybiraiyras” e/ou “Coronados” foram alguns dos termos empregados pelos europeus que, já no século XVI, estabeleceriam seus primeiros contatos com estas populações. Principais afetados pela chegada dos povos amazônicos, em especial das levas Tupi-guarani, os Jê teriam experimentado uma redução importante em seus domínios. Com isto, passariam a se concentrar em territórios de maior altitude, nas áreas de predomínio da Floresta Ombrófila Mista, onde, além do consumo do pinhão proveniente da *Araucaria angustifolia*, também desenvolveriam a caça, a pesca e uma agricultura em pequena escala. Estas populações também seriam responsáveis pela construção de habitações a partir de estruturas escavadas no solo (em geral, circulares), que forneciam o abrigo necessário aos rigores do inverno na região<sup>24</sup>.

Na margem ocidental do médio Paraná e do rio Paraguai, o Chaco havia sido palco de uma profusão de correntes migratórias, que tornam impossíveis quaisquer delimitações culturais precisas. Por volta de 2000 AP, a chegada de populações de origem amazônica, bem como as incursões e levas migratórias de origens pampeanas, andinas e patagônicas ensejariam uma série de processos de mestiçagem na região. Estas se manifestariam de formas distintas, ora pela difusão de práticas e tradições culturais, ora pela construção de grupos sociais mestiços. Para o primeiro caso, um exemplo é a cerâmica com impressões de Caraguatá, de possível origem Chané, que se tornara uma técnica distintiva em todo Chaco Oriental (SUSNIK, 1995, p. 27). Do segundo, pode-se citar a aliança entre os mesmos Chané e os Mbayas, que, pelo menos desde o século XVI, tecerem relações “estreitas” e “reciprocamente vantajosas” naquela região (QUELHO, 2011, p. 82).

---

22 Segundo Schmidel, “Timbus”, “Carendes” e “Quiloazas” falavam uma mesma língua, mas esta se diferenciava daquela praticada pelos Mocoeta e Mapene (SCHMIDEL, 1903, Cap. XVII).

23 O termo “timbu”, um dos mais empregados pelas fontes quinhentistas quando se referiam a estas populações, provém do vocábulo Guarani *Tymbú*, que faz menção a prática de perfurar o nariz (MONTROYA, 1639, p. 391). Trata-se, neste sentido, de um exemplo elucidativo da aleatoriedade dos critérios empregados pelos colonizadores para nomear as “naciones” indígenas.

24 A estes grupos atribui-se a tradição cerâmica Taquara/Itararé, cujas formas de difusão, iniciadas por volta de 1800 A.P., ainda são pouco conhecidas. Bastante distintas das cerâmicas de origem Tupi-guarani, nas tradições Taquara/Itararé “são relativamente raras as formas que ultrapassam 30 cm de altura e 20 cm de abertura e/ou largura do bojo. Se funções básicas, como preparar e servir alimentos, podem ser inferidas a partir dessas formas, uma função característica de determinados tipos de vasilhame da tradição Tupi-guarani não é aí encontrada, que é aquela requerida para armazenamento de alimentos sólidos e/ou líquidos (ROGGE, 2005, p.93).

Segundo Susnik (1995, p.22), a construção destes “grupos mixtos” no Chaco fora particularmente significativa em territórios que dispunham de maior variedade de recursos, caso da mesopotâmia entre os rios Pilcomayo e Bermejo. Assim, é possível conjecturar que Mbayas, Mataras, Agaces, Frentones, Guaicurus, Payaguas, Abipones, e outras “naciones”, (para ficarmos apenas no Chaco Ocidental) longe de constituírem unidades socioculturais *sui generis*, eram formações sociais concebidas neste denso histórico de interações, alianças e conflitos que se desenvolveriam após a penetração de diferentes correntes migratórias em territórios chaquenhos.

Contudo, pelo amplo contingente populacional e pela alta dispersão sobre vastas extensões das principais rios da Bacia (Paraná, Paraguai e Uruguai), os povos de origem amazônica de língua Tupi ocupariam um lugar de destaque. Com cultivos diversificados, baseados em gêneros como o milho, a mandioca, o amendoim, o feijão e a batata-doce, a agricultura dos Guarani (Cários, Carijós) produzia excedentes superiores aos dos demais grupos nativos que habitavam a região, contribuindo para que alcançassem contingentes populacionais expressivos se comparados a seus vizinhos. Por outro lado, as habilidades com a navegação, bem como a disposição para caminhadas e grandes deslocamentos – “esta es la más caminadora de cuantas naciones hay en el Rio de la Plata”, notaria Schmidel (1903, Cap. XX) em meados do século XVI – faziam dos Guarani populações especialmente afeitas a realização de migrações<sup>25</sup>. Somem-se a isto, as habilidades guerreiras, que dotavam aquelas ondas migratórias de forte capacidade bélica. Estes e outros elementos permitiriam que os “Cários” desenvolvessem um verdadeiro “dinamismo povoador” (SUSNIK, 1995, p.30), estabelecendo domínio sobre os principais rios e rotas de navegação do que hoje conhecemos como a porção centro-leste da bacia do rio Paraná, e parte do litoral atlântico (desde o sul do estado de São Paulo até o Rio Grande do Sul)<sup>26</sup>.

---

25 O caminhar (*guatá*) era – e continua sendo – uma prática central entre os Guarani. Mesmo entre grupos atuais, a vida boa é associada ao movimento, e o território é concebido como um espaço percorrido (CHAMORRO, 2008, p.176). Antes da chegada dos europeus, a importância desta mobilidade fora capital para a dinâmica povoadora daqueles grupos. A busca contínua por terras aptas a recriação do “modo de ser” Guarani, ora realizadas a partir de deslocamentos capitaneados por grandes lideranças, ora por incentivo e inspiração dos *Caraí*, mantinham constante o avanço destes grupos sobre novos territórios. Ademais, cumpre ressaltar que, entre aqueles grupos, o caminhar era uma prática de ampla significação, cujo valor era positivado nas próprias narrativas míticas dos Guarani. Neste âmbito, os relatos sobre a figura de Sumé, herói cultural que os primeiros missionários logo buscariam identificar à figura cristã de São Tomé, são exemplos elucidativos. Os Guarani atribuíam à Sumé, entre outros ensinamentos e feitos, a realização de uma grande caminhada, cujas provas eram as pegadas e caminhos limpos que, muitos anos depois, ainda podiam ser vistos em diferentes regiões, desde a costa Atlântica até o Paraguai (MONTROYA, 1639a, Cap. XXII).

26 Desde as proximidades do rio Miranda (próxima a atual cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul) no Alto Paraguay, até o médio Paraná. A leste, a partir do Paraná, a dispersão Guarani se desenvolveria a partir margens dos rios Piquiri, Ivaí, e Paranapanema (Tibagi), até chegar a costa atlântica pelos afluentes do rio Ribeira (próximo a Cananéia). Ao sul, além de ocuparem algumas ilhas do rio Paraná, a dispersão se fazia pelo médio Uruguai, sobretudo através de seus afluentes, os rios Ibicuí, Ijuí e Piratini. Na “província do Tape”, os povoamentos Guarani também alcançariam os rios da bacia do Jacuí e, de lá, se estendiam até a lagoa dos patos e o litoral Atlântico. Este povoamento, cabe destacar, era descontínuo, sendo interrompido em regiões como a mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai, o Alto Paraguay e a região de planalto, desde o sul do rio Iguaçu até a metade norte do atual estado brasileiro do Rio Grande do Sul (SUSNIK, 1995, p. 30).

Para a continuidade expansionista, assim como para a manutenção de áreas já povoadas, o estabelecimento de caminhos, portos e o acúmulo de conhecimentos sobre rotas de navegação desempenhariam papel fundamental. Unindo vias estabelecidas pelos antigos povoadores, aos novos caminhos que, pouco a pouco, eram abertos na medida em que expandiam seus assentamentos na região, os Guarani estabeleceriam, por terras e rios, um complexo de rotas de deslocamento e redes de comunicação<sup>27</sup>. Assim, construíram uma “terra passeada”, onde percursos de navegação fluvial se interligavam a portos e caminhos terrestres, de modo que o Paraguai ligava-se ao Paraná e, a partir deste, caminhos e rotas de navegação levavam tanto ao Guairá (e ao litoral Atlântico), quanto ao Uruguai (e deste ao Tape e a costa Atlântica meridional).

Estes caminhos, aliados a disposição para a realização de deslocamentos, também seriam fundamentais para a construção de formas de sociabilidade entre moradores de distintas *tekoá*<sup>28</sup>. Possibilitavam a construção de alianças de guerra para novas expansões ou a defesa de territórios, assim como o desenvolvimento de relações de parentesco e comércio<sup>29</sup>. Deste modo, contribuíam sobremaneira para a construção dos *gûará* (MONTROYA, 1639, pp. 128,129), agrupações formadas por diferentes povoações, que estabeleciam relações de aliança e reciprocidade. Bem mais ampla do que uma simples delimitação política ou territorial, a noção de *gûará* era fundamental para as construções identitárias entre os Guarani. De fato, como assinalou Montoya, o termo indicava a “utilidade de pertencer a coisas, pessoas, tempos (...)”. Ou seja, além de “região”, “província” ou “parcialidade”, *gûará* também (e, principalmente) *delimitava uma relação de pertencimento*. Neste sentido, os *gûará* eram antes uma relação do que uma unidade. Não representavam o estabelecimento de estruturas politicamente centralizadas, ou de áreas geograficamente delimitadas, mas vínculos construídos por povoações que compartilhavam territórios, caminhos e sentimentos de solidariedade e reciprocidade<sup>30</sup>. Tratar-se-ia, como bem destacou Susnik, de uma forma de identificação para além do designativo genérico *avá*. Aqui, a chave de entendimento parece ser o

---

27 Uma boa imagem da relação que os Guarani mantinham com estes caminhos é fornecida por Montoya, que, em seu *Tesoro*, apresenta uma plêiade de termos para exemplificar os usos do termo *pè* (MONTROYA, 1639, p. 264), indicando que os Guarani empregavam substantivos específicos para distinguir os diferentes caminhos que costumavam frequentar. Haviam, entre outros, termos próprios para designar caminhos curtos, longos, largos e estreitos, ou, para percursos acidentados, planos, pantanosos ou trilhados.

28 As *teyy* eram famílias extensas, parentelas que compunham as células sociais básicas das povoações Guarani. A reunião de distintas *teyy* formavam as *tekoá*, que podiam constituir uma ou mais aldeias (MONTROYA, 1639, p. 376). A reunião de distintas *tekoá* formaria os *gûará* (províncias, segundo os primeiros conquistadores).

29 Valendo-se dos registros legados pelos primeiros cronistas, Branislava Susnik (1995, pp. 36-41) identifica pelo menos 12 *gûará* distintos à época dos primeiros contatos com os europeus. Além de localizá-los territorialmente, a autora ainda apontaria a existência de distinções socioculturais importantes, que envolviam o tamanho das habitações, as técnicas de decoração cerâmica, ou as atividades de subsistência.

30 “Los Guaraní precolombinos, si bien conscientes de la unidad pantribal culturo-linguística del “avá-amazónico”, observaban el principio sócioagrupativo por “region-parcialidad”, conjugando el derecho local a tierras fértiles y los intereses de la comunidad poblacional. Este concepto de “guara” no interpreta un organismo sociopolítico propiamente dicho; se basa en la comunidad de intereses y en la solidaridad o reciprocidad de vínculos sociales que unían varios grupos patrilineales. (SUSNIK, 1995, p.35)

termo *mû* (MONTTOYA, 1639, p. 238), utilizado tanto para indicar relações de amizade e parentesco, quanto para designar relações de “troca”, “resgate” ou “contrato”. Daí o termo *amundá*, formado pela conjunção *Mû + tab*, que designaria algo como a vizinhança/parentesco entre aldeias. Nesta perspectiva, os *gûará* seriam formados por povoados habitados por moradores (as) que compartilhavam relações de pertencimento e reciprocidade.

A reciprocidade que regia as relações entre as povoações que compunham um mesmo *gûará* acabava por estabelecer um contexto de interações simétricas, contribuindo para que os *tekoá* preservassem uma importante autonomia política. Deste modo, não constituíram mundos fechados, encerrados em si mesmos. Havia autonomia para que as diferentes povoações estabelecessem suas próprias decisões em relação aos outros, fossem estes grupos Guarani identificados a outros *gûará*, ou mesmo povos de outras filiações étnicas. E tais relações parecem ter sido bastante comuns, uma vez que, a esta autonomia política, somava-se, ainda, certa tendência “inclusivista” (segundo definiria Branislava Susnik) entre estes grupos. Dito de outro modo, os Guarani mantinham uma postura de “abertura para o outro” (agora para retomar a feliz expressão de Eduardo Viveiros de Castro), ou seja, uma conduta afeita a trocas, novas apropriações e mestiçagens<sup>31</sup>. De fato, como têm revelado pesquisas arqueológicas recentes, as fronteiras Guarani foram palco de intensas dinâmicas de intercâmbio envolvendo técnicas, objetos e padrões culturais. Outrossim, estas investigações ainda apontam para a existência de margens porosas e, em alguns casos, sugerem a existência de interações mais significativas do que simples contatos esporádicos<sup>32</sup>. No entanto, o maior exemplo desta abertura dos Guarani ao desenvolvimento de processos de mestiçagem seria revelado pelos estudos que abordaram a formação dos Chiriguano. Seguindo os indícios legados por registros quinhentistas, estas pesquisas apontam como, já no século XV, grupos Guarani teriam migrado do Paraguai em direção ao Chaco Ocidental. Naquela região, estabeleceriam relações com

---

31 Entre os Guarani, esta ideia se expressava através do verbo *Monã*, que Montoya (1639, p.226) traduziria como “*torcer*”, “*mezclar*” e “*borrar*”. A julgar pelas expressões utilizadas pelo missionário para exemplificar seu uso, o verbo não tinha seu emprego restrito a coisas, mas também era empregado para designar a mistura de pessoas. Entre as primeiras referências citada por Montoya está a expressão “*Añemônã hecé*”, que o jesuíta traduziria por “*mézcleme con ellos*”, “*metimé entré ellos*”.

32 Em tese doutoral sobre as relações entre as tradições ceramistas do Rio Grande do Sul, Jairo Henrique Rogge identifica uma série de áreas de fronteira, cujos vestígios apontam a existência de importantes interações entre grupos Tupi-guarani, Taquara e Viera. Segundo Rogge, “tais evidências estão representadas, em vários sítios, pela ocorrência em associação direta de vasilhame e/ou empréstimos de atributos estilísticos da cerâmica relacionada àquelas tradições, assim como unidades residenciais ou mesmo unidades inteiras de assentamento das diferentes tradições cerâmicas próximas ou mesmo justapostas, que parecem indicar alguma forma de convivência entre grupos ligados a uma ou outra daquelas tradições tecnológicas” (ROGGE, 2005. p. 171). Em sentido semelhante, a arqueóloga Marisa Coutinho Afonso, em panorama sobre as contribuições arqueológicas advindas de pesquisas realizadas no estado brasileiro de São Paulo, destacou que, nestas investigações “tem chamado a atenção o achado de cultura material Kaingang em sítios com cerâmica tipicamente tupi-guarani”. Segundo a autora, tais informações revelam “uma relação muito mais complexa entre povos Jê e Tupi que os arqueólogos imaginavam a princípio” (AFONSO, 2009, pp. 142, 143).

nativos Chané, e, com estes, partiriam em direção aos contrafortes orientais da cordilheira andina, onde, junto a seus novos aliados, formariam os “Chiriguano”, um grupo “essencialmente mestiço”<sup>33</sup>.

No entanto, não se pode ignorar que, na porção centro-leste da bacia do Prata, boa parte dos *gûará* encontravam-se em situações de conflito e rivalidade em relação aos seus vizinhos durante princípios do século XVI. No Alto Paraguai, “Guatos”, “Guaxarapos” e outras populações canoieiras que navegavam as lagoas ao norte do rio Miranda eram ameaças constantes aos Guarani do Itatim. A oeste, “Agaces”, “Guaicuru”, “Payagua”, e uma multiplicidade de outros grupos chaquenhos realizavam incursões periódicas assaltando plantações e atacando povoações Guarani nas margens do rio Paraguai. Ao sul, “Charruas”, “Yaros”, “Minuanos”, “Guenoas”, “Bohanes”, assim povos que compunham o “complexo Chaná-Timbu” eram adversários para os Guarani que habitavam as ilhas do rio Paraná, a desembocadura do rio Carcaraña, as margens do rio Uruguai e a região do Tape. Para os moradores das povoações que ocupavam as margens do rio Paraná, o planalto que se iniciava ao sul do rio Iguazu era território dos grupos Jê, que travavam grandes disputas para a manutenção do controle sobre estes territórios. No Guairá, além dos mesmos Jê, os Guarani ainda mantinham grandes conflitos com os Tupiniquim, que, apesar do parentesco cultural<sup>34</sup>, eram fortemente combatidos quando realizavam suas incursões em direção ao Paranapanema, ou ao litoral sul, em direção à Cananéia.

Estas relações de rivalidade, pode-se supor, tendiam a fortalecer os laços de identificação entre diferentes povoações Guarani. A defesa de rotas, territórios de caça e roçados, bem como a realização de expedições de guerra ou expansão, exigiam cooperação, e parecem ter sido essenciais para o reforço de relações de reciprocidade entre moradores de diferentes *tekoá* (base para a existência dos *gûará*). Por outro lado, também é interessante observar que, ainda que limitassem trocas pacíficas, as relações de rivalidade também eram capazes de ensejar trocas culturais e processos de mestiçagem. A realização de raptos de mulheres e crianças provenientes de grupos inimigos é um exemplo disto. Além da própria mestiçagem biológica, também permitia o desenvolvimento de trocas culturais, ensejando casos de bilinguismo<sup>35</sup> (CANDELA, 2014), e, possivelmente, a dispersão de técnicas agrícolas e cerâmicas.

---

33 Retomando as conclusões de sua pesquisa sobre a formação dos Chiriguano, Isabelle Combès reconheceu que o estudo privilegiara, quase que exclusivamente, a influência Guarani sobre as populações Chané. Nas palavras da autora (em artigo publicado em co-autoria com Diego Villar): “a “guaranização” dos Chané certamente existiu, mas desenvolveu-se paralelamente a uma “chaneização” dos Guarani que foi muito mais profunda e duradoura do que então se imaginava, atualmente perceptível além da cultura material” (COMBÈS; VILLAR, 2007, p.42).

34 Segundo a classificação proposta pelo linguista Aryon Rodrigues, “a relação entre o Tupinambá ou Tupí Antigo e o Guaraní Antigo é a de “dialetos”, e dialetos muito próximos (90% de cognatos), mas não a de “línguas”. Consequentemente, não se justifica, do ponto de vista linguístico, uma divisão da família Tupi-guarani em dois grupos principais, como o querem algumas classificações, em que um deles é subordinado ao Tupinambá e o outro ao Guaraní (RODRIGUES, 1964, p. 103).

35 Entre fins de 1542 e início de 1543, o capitão Domingos de Irala realizaria uma expedição que, saída de Assunção, teria rumado em direção ao norte navegando pelo rio Paraguay. Já no Alto Paraguay, a comitiva estabeleceria contato

Frente ao exposto, e, sobretudo, diante do amplo volume de estudos que, há algumas décadas, têm evidenciado as intensas dinâmicas de interações, trocas e mestiçagens, torna-se claro que já não cabe mais falar dos Guarani do Paraguai, bem como dos demais povos que habitavam aquelas regiões, como se estes constituíssem grupos culturais “puros”, ou unidades políticas aferradas à manutenção de suas singularidades socioculturais. As interações entre estes povos, estabelecidas tanto através de relações conflituosas, quanto daquelas baseadas em termos de aliança, ensejaram processos de mestiçagem e permitiram a difusão de uma multiplicidade de técnicas e práticas culturais<sup>36</sup>. Mais do que isto, tais processos parecem estar na base constitutiva de diferentes formações sociais nativas com as quais os europeus estabeleceriam seus primeiros contatos na região. E o mesmo pode ser afirmado para o caso dos grupos falantes de língua Guarani. Suas filiações identitárias – fortemente ligadas aos *gûará* – foram historicamente forjadas em contextos que, há séculos, eram marcados por interações constantes.

## 1.2 Novos encontros no “Rio da Prata”

Em princípios do século XVI, enquanto os grupos Guarani prosseguiam sua expansão, o mundo Ibérico recebia com entusiasmo as notícias sobre o Novo Mundo. Os retornos quase que contínuos de pequenas e grandes expedições traziam relatos a um público ávido por informações sobre os mais recentes “descobrimentos”. Neste contexto encontram-se as navegações realizadas por pilotos como João Dias de Solis (1515), Fernão de Magalhaes (1519-1522) e Sebastião Caboto (1527-1530), que levariam ao Velho Mundo algumas das primeiras notícias sobre a extensa rede hidrográfica dos rios Paraná e Uruguai.

---

com grupos identificados como Guaxarapos, que mantinham intensos conflitos com os “Cários” do Itatim. Naquela oportunidade, a expedição entraria em contato com Surubay, jovem Guarani raptado por grupos Guaxarapos. Sua presença seria de grande valia para a expedição, pois, como era bilíngue, pudera traduzir, aos líderes Guaxarapos, as perguntas que ouvia (em Guarani) dos “línguas” que acompanhavam a expedição. Trata-se, como bem ressaltou Guillaume Candela (2014), de um verdadeiro exemplo de “dupla tradução”.

36 Entre os estudos que permitem dimensionar o impacto ocasionado pela chegada dos Guarani, aqueles que investigaram contextos arqueológicos desenvolvidos nas margens da lagoa dos Patos (próximo a cidade de Rio Grande) estão entre os mais elucidativos. As pesquisas realizadas na região indicam que a chegada daqueles grupos, por volta dos anos 1000 A.P., ocasionaria uma transformação significativa entre os antigos povoadores (ligados a tradição dos cerritos). Devido à incorporação de técnicas agrícolas, estes passariam a ocupar assentamentos mais propícios ao plantio, abandonando as áreas costeiras anteriormente habitadas (SCHMITZ et al, 2006).

Além de informações, estas expedições seriam responsáveis pelos primeiros contatos mais duradouros entre espanhóis e nativos. Com a ocorrência de naufrágios, relativamente comuns durante o período, soldados, navegadores e tripulantes participes destas expedições estabeleceriam, com o auxílio de aliados indígenas, pequenos assentamentos na costa atlântica, nas ilhas de Santa Catarina (porto dos Patos) e São Francisco. Entre estes, nenhum foi mais significativo do que aquele que atingira a expedição capitaneada por Solís. Seus remanescentes se refugiariam na ilha de Santa Catarina, onde desenvolveriam relações com seus habitantes Guarani. Através destes, aprenderiam a língua indígena, teceriam relações de troca e acumulariam conhecimentos sobre povos, rotas de navegação, portos e caminhos que compunham aquela vasta região.

Demorou pouco para que aquelas ilhas também passassem a servir como portos de escala para as embarcações provenientes do Velho Mundo. Ali, valendo-se das relações que os naufragos estabeleceram com os “Cários”, as expedições que navegavam em direção ao Atlântico Sul podiam fazer resgates e obter os recursos e mantimentos necessários para prosseguirem suas jornadas. Além disto, adquiririam suas primeiras informações sobre os perigos da navegação pelo rio Paraná, e a multiplicidade de povos nativos que habitavam aqueles territórios. No entanto, nada causaria maior fascínio entre os recém-chegados do que os relatos sobre grandes fontes de metais preciosos que existiriam a oeste. Com efeito, estas narrativas davam conta da existência de um “rey blanco”, cujos domínios compreendiam uma serra formada por “mucho oro y plata” (Carta de Luis Ramírez [1528], 2007, p.25). A possibilidade de acessar grandes riquezas passaria a povoar os sonhos de marinheiros e navegadores que atracavam suas embarcações naquelas paragens e, ao mesmo tempo, geraria um interesse crescente por descobrir e percorrer os caminhos que levariam àquela serra<sup>37</sup>. Segundo conjecturava-se, o tal reino poderia ser acessado a partir do rio de Solís, que pronto passaria a ser conhecido como rio da Prata.

Quando estas notícias chegaram à Espanha, ainda que tenham alimentado grandes esperanças, também viriam acompanhadas por preocupações. Isto, pois as informações ainda davam conta de um crescente interesse luso na região, e era bastante conhecido o fato de que navegadores patrocinados pela coroa portuguesa já haviam realizado uma série de expedições pelo “rio da Prata”. Ademais, a própria notícia sobre a existência de uma “serra de prata” era atribuída à expedição capitaneada pelo naufrago português, Aleixo Garcia<sup>38</sup>. Com efeito, as preocupações da coroa

---

37 Neste contexto, o caso da expedição de Sebastião Caboto seria sintomático. Após atracar na ilha de Santa Catarina, a armada, que tinha por objetivo percorrer a rota estabelecida por Magalhães até as ilhas Molucas, reorientaria seus objetivos para a navegação do rio de Solís. Segundo Luis de Ramirez, a mudança ocorreria depois que os tripulantes foram “informados de la mucha riqueza que en el abia porque en esto se hacia más servicio a Su Magestad que en el biaje que llebamos. *Carta de Luis de Ramirez a su padre desde el Brasil* (1528) (Apud. MAURA, 2007, p.27).

38 Segundo aqueles relatos, Aleixo Garcia era um dos remanescentes da expedição de Solís, que partira da ilha de Santa Catarina e, na companhia de guerreiros Guarani, alcançaria, após longa jornada, a “serra da Prata”. Transportando grandes quantidades de metais preciosos, este naufrago teria sido emboscado e morto por grupos nativos durante sua viagem de retorno (DÍAZ DE GUZMÁN, 1945, t. I, Cap. V).



espanhola estavam longe de serem infundadas. Enquanto que a presença de seus súditos na região se limitava a um pequeno núcleo que havia se refugiado na ilha de Santa Catarina, entre os portugueses, desde as primeiras décadas do século XVI, degredados, náufragos e alguns soldados já haviam se estabelecido nas proximidades do planalto de Piratininga<sup>39</sup>. Neste contexto, a atuação de João Ramalho, cuja presença na região remontava a década de 1510, seria fundamental. Sua aliança com grupos Tupiniquim – em especial com o líder Tibiriça, de quem tornara-se genro – garantiria relativa segurança aos estrangeiros, além de fornecer uma base para a futura colonização portuguesa da região. Assim, quando a expedição capitaneada por Martin Afonso de Souza fundou, em 1532, a Vila de São Vicente, esta disporia do auxílio de indivíduos que, já há algumas décadas, e através de alianças com lideranças nativas, acumulavam informações, não apenas sobre aquela região, mas também sobre os portos, caminhos e rotas de navegação que se estendiam pelo litoral sul.

Diante dos avanços lusos a partir de São Vicente, o rei Carlos I buscava assegurar a posse espanhola sobre o “rio da Prata”. Assim, concederia ao cavaleiro Pedro de Mendoza o primeiro título de Adelantado no Rio da Prata. Através de uma *capitulación*<sup>40</sup>, Mendoza comprometia-se a efetuar entradas e descobrimentos, assim como, instituir e povoar assentamentos espanhóis na região. Em troca, a coroa conceder-lhe-ia, entre outras mercês, a prerrogativa do comando político-militar das novas conquistas, a autoridade para delimitar e conceder lotes de terras, instaurar cabildos e nomear seus membros, ou receber percentuais das rendas obtidas pelos colonos<sup>41</sup>. Com o apoio real, o cavaleiro reuniria, já no ano seguinte, por volta de 1500 soldados (acompanhados por mulheres e crianças) que, a bordo de 14 navios, iniciariam uma expedição em direção ao rio da “Prata”.

O número elevado de participantes – aquela era a maior frota a cruzar o Atlântico até então –, bem como o patrocínio de negociantes alemães, são alguns dos indícios dos níveis de esperança e confiança que cercavam a armada de Pedro de Mendoza. Desde a chegada ao estuário, ficaria claro que a expedição teria como grande objetivo a busca dos caminhos que os levariam a “serra da prata”. Ou seja, seus tripulantes não concebiam aquela região como um território a ser conquistado, mas como um ponto de passagem em direção às terras do “rey blanco”. Neste sentido, a fundação, em 1536, do pequeno porto de Buenos Aires seria o primeiro passo para o estabelecimento de uma

---

39 Ressalte-se, ainda, que a fundação de São Vicente só foi efetuada depois que a expedição de Martin Afonso de Souza realizou a navegação do rio da Prata.

40 “El contenido fundamental de las capitulaciones, cuando éstas se daban para la conquista o población de un territorio, era otorgar al titular de aquélla el gobierno de una provincia indiana en forma vitalicia, a lo cual se agregaba con frecuencia la facultad de nombrar un heredero investido de los mismos privilegios y derechos” (ZORRAQUÍN BECÚ, 1985 p. 88).

41 “La capitulación otorgada a don Pedro de Mendoza creó una provincia perfectamente enmarcada, que comprendía doscientas leguas de costa medidas “por meridiano derocho”, que iban desde el Atlántico al Pacífico. Hoy podemos decir que los límites eran los paralelos 25° 31' y 36° 57'” (Idem, p. 100).

rota que, segundo imaginava-se, possibilitaria o transporte dos metais preciosos para o Velho Mundo (CANABRAVA, 1984, p. 50).

Para a concretização daquela jornada, contudo, os recém-chegados precisariam reunir os mantimentos necessários para sustentar o prosseguimento de suas buscas, o que demandaria o estabelecimento de relações de troca com as populações nativas. Desde esta perspectiva, seriam promissores os primeiros contatos com os “Querandí” (Carendíes, Carendes), que habitavam os territórios que se estendiam a partir da margem oeste do estuário. Aqueles nativos se prontificaram a estabelecer “resgates” com os espanhóis, compartilhando com estes “sus miserias de pescado y de carne”. Após algumas semanas, contudo, a situação mudaria, e os indígenas dariam a entender que não pretendiam seguir sustentando um assentamento na região. Diante desta nova postura, Pedro de Mendoza teria enviado emissários a algumas aldeias próximas, mas estes acabaram sendo rechaçados por seus moradores. O próximo passo dos “conquistadores” poria fim às convivências pacíficas na região, e colocaria em risco a própria continuidade da expedição. Por ordem do *Adelantado*, um destacamento de soldados – “con 300 lanskenetes y 30 de a caballo bien pertrechados” – fora enviada para invadir e apossar-se de uma povoação dos “Querandí”. De acordo com o relato de Schmidel – um dos participantes da ofensiva –, o grupo era liderado por Diego de Mendoza (irmão do Adelantado), e tinha ordens “bien apretadas de tomar presos o matar a todos estos indios carendies y de apoderarnos de su pueblo” (SCHMIDEL [1534-1541], 1903, Cap. VII).

Apesar da vitória, a expedição de guerra não lograria os resultados desejados, uma vez que não fora capaz de obter uma quantidade significativa de mantimentos ou cativos. Assim, os meses seguintes seriam de penúria e desastres para os “conquistadores”. Fomes e expedições frustradas acabariam por vitimar a maior parte da armada. Segundo Isabel Guevara, dos 1500 soldados que haviam acompanhado a armada de Pedro de Mendoza, apenas 500 sobreviveriam a este período crítico, e o resultado só não fora pior por causa da resiliência das mulheres que acompanhavam a comitiva, pois “si no fuera por ellas, todos fueran acabados” (C.I, 1877, pp. 619-620). A situação se tornaria especialmente grave quando uma aliança que reunia *Querandies*, *Charruas*, *Chanás* e outras “naciones” passara a realizar investidas contra a pequena povoação. No principal ataque, nem as construções destinadas a fortificar a vila foram suficientes. Com flechas incendiárias, os nativos puseram fogo em quase todas as casas e em quatro embarcações espanholas. Na mesma investida, 30 soldados foram mortos, entre eles o próprio capitão Diego de Mendoza.

Após acumularem perdas e verem seus recursos se esvaírem, novas expedições rumaram em direção ao norte, em busca de sítios e povos com os quais pudessem estabelecer resgates. Já sob o comando do tenente de governador Juan de Ayolas, a maior parte da comitiva se estabelecerá na “ilha dos Timbus” (nas proximidades da foz do rio Carcarañá), onde fundariam o porto de Corpus Christi e lograriam reunir uma quantidade significativa de mantimentos. O novo sítio, contudo, não

parecia capaz de sustentar a armada por longo tempo, e os recém-chegados retomariam suas buscas ao norte, em direção a confluência dos rios Paraná e Paraguai. Em uma destas entradas, Juan de Salazar e Espinosa de los Monteros, fundariam, em 1537, a casa forte de Assunção, pequena povoação na terra dos “cários”. Enfim, os espanhóis estabeleceriam contatos com os Guarani do Paraguai. Com recursos provenientes de uma agricultura diversificada, um conhecimento amplo sobre as rotas e caminhos da região, e o domínio sobre territórios que possibilitavam abundância de caças e pescado – informações bem conhecidas desde os primeiros contatos com os nativos da ilha de Santa Catarina – os colonizadores logo veriam aquele encontro como uma oportunidade singular para a concretização de seus objetivos de “conquista”.

A sua maneira, os habitantes das povoações que se estendiam entre o Tebicuary e Manduvirá (afluentes do rio Paraguai) efetuaram uma recepção amistosa aos recém-chegados. A oferta de alimentos – prática fundamental na construção de vínculos e alianças – era prova da boa vontade com que receberam os estrangeiros. Contudo, alguns grupos Guarani logo mostraram-se insatisfeitos com a permanência dos espanhóis na região. Os primeiros sinais de descontentamento viriam dos moradores da aldeia de Lambaré, que teriam se oferecido para seguir estabelecendo resgates com os colonizadores, mas solicitavam que estes abandonassem seu assentamento na região. A alternativa não satisfez os recém-chegados, já que o sítio era bem provido de plantações, e contava com um porto estratégico para a navegação no rio Paraguai. Assim, dias depois, os espanhóis emprenderiam um ataque, mantendo um cerco de três dias contra a povoação. Vencidos, aos moradores da aldeia restou a aceitação dos termos impostos pelos espanhóis. Segundo Schmidel, além de mantimentos, os Guarani ainda teriam “presenteado”<sup>42</sup> os invasores com duas mulheres para cada soldado.

A vitória traria novo ânimo à expedição. Com o trabalho das mulheres Guarani, os espanhóis garantiriam mão de obra capaz de prover o grosso do sustento material. Aos poucos, os colonizadores também lograriam estabelecer alianças com parte dos grupos “Cário” que ocupavam a região. Interessados em contar com o auxílio dos contingentes de guerreiros Guarani para efetuar seus “descobrimientos”, os colonizadores também teriam acesso as cativas e cativos apresados nas guerras empreendidas contra grupos “contrários”. Em troca, ofereciam um auxílio poderoso nas guerras que os “Cários” mantinham com seus inimigos de fronteira, além de fornecerem objetos e itens de metal, mercadorias que pronto causariam grande interesse entre os nativos.

Estas alianças se tornariam ainda mais importantes com os fracassos dos assentamentos de Buenos Aires e Corpus Christi. O primeiro, após constantes ataques de diferentes inimigos

---

42 Dado o contexto de rendição dos moradores da aldeia, e a conduta que aqueles mesmos espanhóis adotaram em situações semelhantes, o que Schmidel descreveria como um “presente” parece parte das exigências dos colonos para suspender os ataques à povoação.

indígenas, seria despovoado por ordens do governador Domingos de Irala<sup>43</sup>, que também providenciaria, em 1539, a transferência de seus últimos moradores para Assunção. O segundo assentamento seria abandonado depois que uma embosca articulada pelos *Timbu* vitimara algo em torno de 50 soldados espanhóis (SCHMIDEL, 1903, Cap. XXVIII). Assim, já em fins da década de 1530, os colonizadores acabariam por se concentrar em Assunção. Quando, dois anos após sua fundação, Irala realizou um recenseamento dos habitantes da vila, chegou à conclusão de que o contingente total era de 600 soldados<sup>44</sup> (DÍAZ DE GUZMÁN, 1945, t. I, Cap. XVIII).

Nos anos seguintes, apesar de algumas crises nas relações com diferentes grupos nativos – caso dos ataques promovidos pelos “Agaces” – os colonizadores atingiriam sua melhor condição desde a chegada ao rio da Prata. Em princípios da década de 1540, os assucenhos contavam com a força de trabalho de 700 cativas indígenas (GANSON, 2003, p.24), e as alianças estabelecidas com alguns grupos Guarani ajudariam a compor uma força militar considerável para o empreendimento de novas expedições e “descobrimientos”. A chegada de um novo *Adelantado*, Alvar Nunes Cabeza de Vaca<sup>45</sup>, em 1541, acompanhado de uma comitiva de 400 “hombres”, parecia iniciar uma retomada na busca pela “serra da Prata”. Tão logo aportou em Assunção, trataria de seguir suas capitulações, ordenando a realização de novas entradas e “descobrimientos”. Depois de nomear Irala como mestre de campo – em clara tentativa de angariar o apoio do antigo tenente de governador – Cabeza de Vaca logo o enviaria em expedição ao norte do Paraguai, em busca de informações sobre o “rey blanco”, e os caminhos percorridos por Aleixo Garcia. Além de Irala, Juan de Salazar, nomeado capitão pelo novo *Adelantado*, também seria enviado ao norte, em direção a “província dos Xarayes”. Contudo, a promulgação de disposições que proibiam a prática de cativeiros nestas entradas acabaria por minar as relações entre os colonos e Cabeza de Vaca (AVELLANEDA, 2014). Em pouco tempo, e sob a liderança decisiva de Irala, os antigos moradores de Assunção articulariam um motim, que levaria a prisão do *Adelantado* e culminaria em seu deporte para a Espanha.

---

43 Irala chegara ao posto através de uma eleição realizada após o “desaparecimento” de Juan de Ayolas (DÍAZ DE GUZMÁN, 1945, t. I, Cap. XVI).

44 Entre estes já se contavam os “200 hombres” que, em princípios de 1538, haviam chegado ao Rio da Prata na expedição capitaneada por Alonso Cabrera (SCHMIDEL, 1903, Cap. XV).

45 Descendente de uma família nobre da Extremadura, Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca realizou sua primeira viagem ao Novo Mundo em 1527-28, como tesoureiro Real da esquadra liderada por Panfilo de Narváez em direção à Flórida. Após sucessivos naufrágios, uma série de vicissitudes, e embates contra grupos indígenas da região, a expedição, que partira com 60 tripulantes, teria apenas quatro sobreviventes, que passariam quase oito anos entre grupos nômades que habitavam o atual golfo do Texas. Em 1536, após uma longa jornada, os quatro remanescentes daquela empreitada chegaram ao México, de onde embarcaram em direção a Sevilha. O relato destas desventuras foi narrado em *La Relación que dio Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca de lo acaecido en las Indias en la armada donde iba por gobernador Pánfilo de Narváez desde el año de treynta y seis que bolbió a Sevilla con tres de su companhia*, texto publicado pela primeira vez em 1542, e que, mais tarde, ficaria conhecido simplesmente como *Naufrágios*. Sobre o tema, ver: CORDIVIOLA, A. A palabra expuesta: Los naufragios de Cabeza de Vaca. *Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos*, Madrid, v. 11, p. 151-160, 2001.

Reconduzido ao governo, Domingos de Irala buscaria prosseguir a política de entradas e novos descobrimentos, que se desenvolveriam sem as limitações previstas nas disposições do antigo governador. Neste período, uma série de expedições – cujos objetivos aliavam a busca pelos caminhos da “sierra de plata” e a realização de novos cativeiros de mulheres e crianças indígenas – seriam realizadas no Alto Paraguai e, sobretudo, na região do Chaco (AVELLANEDA, 2014). Nestas incursões, os colonizadores eram acompanhados por várias centenas de guerreiros Guarani, interessados, como já destacado, em guerrear contra seus antigos inimigos chaquenhos, e em obter resgates com os espanhóis a partir da troca de cativos apresados.

Entretanto, as constantes exigências dos colonizadores multiplicavam-se, e passariam a causar crises nas alianças estabelecidas na região. A chegada de novos contingentes de espanhóis – caso da grande comitiva que acompanhava Cabeza de Vaca – acabaria por duplicar a população de origem europeia em Assunção ao longo da década de 1540, o que pronto incrementaria a demanda por alimentos e novas escravas indígenas. Em ambos os casos, as mudanças afetariam diretamente os grupos Guarani daquela região, pressionados a fornecer parcelas ainda maiores de seus cultivos, e a ceder novos contingentes de guerreiros para acompanhar as expedições de apresamento (isto quando estas não atingiam as próprias mulheres Guarani). Este quadro causaria insatisfações até entre povoados que, desde os primeiros contatos, haviam buscado estabelecer relações amistosas com os recém-chegados. Entre 1540-43, na região do rio Jejuy, os *mburichá* Taberé e Guacany passariam a se recusar a fornecer alimentos aos espanhóis. Já em 1546, o mesmo Taberé, aliado a outras lideranças, organizaria uma revolta que reuniria habitantes de diferentes povoados na região de Assunção (NÉCKER, 1990, p.219).

As negociações para dirimir os conflitos advindos da prisão do *Adelantado* Cabeza de Vaca, somadas as constantes mobilizações de guerra destinadas a reprimir as insurgências que emergiram em regiões como Karayba, e Jejuy, acabariam por demandar, de Irala e seus apoiadores, esforços que se prolongariam ao longo dos anos seguintes<sup>46</sup>. Por força destas circunstâncias, as buscas pelos caminhos que levariam a “serra da prata” acabariam postergadas até a segunda metade da década de 1540, quando o governador proporia a realização de uma nova expedição. Reunindo 350 espanhóis e pelo menos 2 mil indígenas Guarani, a comitiva contaria com sete bergantins, e não menos do que duas centenas de canoas (SCHMIDEL, 1903, Cap. XLIV). Após uma jornada de mais de 350 léguas, e inúmeros contatos e enfrentamentos com distintos povos nativos, as informações sobre a existência de metais preciosos passariam a se avolumar. Diante da magnitude daquela expedição, e

---

46 Diante destas sublevações, os espanhóis buscaram se valer das rivalidades que os “Cários” mantinham com seus vizinhos no Paraguay. Para as revoltas de meados da década de 1540, a solução fora buscar a aliança de indígenas chaquenhos (“Yapirús” e “Batataés”, segundo Schmidel (1903, Cap. XLI-XLIII), que desde os primeiros contatos ficariam conhecidos como “gente buena para la pelea por tierra y por agua”. Assim, em 1546, 450 “cristianos” e 1300 destes guerreiros chaquenhos realizariam um ataque à aldeia de “Karayeba”, a sudeste de Assunção, e mais tarde, novos contingentes se deslocariam ao norte, realizando incursões contra os habitantes do Jejuy.

das esperanças que, por tanto tempo, haviam nutrido a imaginação daqueles “conquistadores”, pode-se imaginar a decepção que os atingiria quando, logo após adentrarem em um povoado habitado por nativos identificados como “machkaysis”, tomaram contato com indígenas que lhes “recibieron muy bien” e, em seguida, “empezaram a hablar en español” (Idem, Cap. XLVIII). Para a surpresa de todos, tratava-se de território já “conquistado”. A expedição havia chegado ao Peru<sup>47</sup>. À vista disso, o ano de 1548 marcaria, para os moradores de Assunção, o fim dos sonhos de riqueza com a “serra da Prata”. Ademais, também principiaria, entre aqueles, uma nova postura em relação às terras e gentes que habitavam a bacia do Paraná.

### 1.3 “*Ranchedas*”, “*encomiendas*” e a expansão dos novos mestiços

Com o fim do sonho da Prata, o Paraguai teria outro significado para aqueles “conquistadores”. De um local de passagem, destinado a fornecer suprimentos e recursos, passaria a um espaço de fixação, um território a ser colonizado. A realização da tarefa de assenhorar-se da terra, contudo, não poderia prescindir do trabalho dos nativos. Tomados pelas ideias de que seus “feitos” e “conquistas” deveriam ser devidamente gratificados, e de que os trabalhos manuais não estavam à altura de homens que tantos serviços haviam prestado a *el rey*, os agora colonizadores buscariam, por todos os meios possíveis, dispor da mão de obra indígena para levar a cabo os seus novos projetos e ambições. E as mulheres indígenas seguiriam como os principais alvos da cobiça dos colonizadores. Com o pretexto de coibir agressões ou punir ataques realizados contra espanhóis, os “conquistadores” realizariam uma série de entradas que, na prática, constituíam verdadeiras expedições de apresamento. Ao lado das cativas, estas incursões também atingiriam, ainda que em menor escala, jovens e crianças, instaurando as categorias dos escravos “originários” ou “yanaconas”, cuja condição seria justificada sob o argumento do cativo em “guerra justa”. Se a realização das “*ranchedas*” e “*pacificações*” remontava aos primeiros contatos entre europeus e nativos<sup>48</sup>, em princípios da década de 1550, se tornariam práticas cada vez mais comuns, atingindo,

---

47 Naquele período, a Real Audiência de Lima já era comandada por Pedro de la Gasca, que, ainda em 1548, lograra sufocar o levante capitaneado por Gonçalo Pizarro após a publicação das *Leyes Nuevas* (SCHMIDEL, 1903, Cap. XLVIII).

48 Em sua crônica, Rui Diaz de Guzmán relataria entre outras expedições realizadas em fins daquela década, uma entrada realizada pelo capitão Francisco Ruiz nos seguintes termos: “propuso determinantemente dar sobre los indios Caracarás, sin outra más razón que decir favorecían a unos indios rebeldes contra los españoles; y sin acuerdo ni

especialmente, grupos indígenas no Chaco e no Alto Paraguai. Sobre este contexto, as cartas escritas pelos clérigos Martín Gonzales e Juan Muños de Carvajal, ambas destinadas ao rei Carlos I, e datadas do ano de 1556, estão entre as mais expressivas. Em tom crítico em relação aos desmandos ocorridos após a prisão do *Adelantado* Cabeza de Vaca, as correspondências apontavam excessos e violências cometidos pelo governador e seus apoiadores. De acordo com Martín Gonzales, a realização de entradas de apresamento tornaram-se frequentes e, nos pouco mais de dez anos que separavam a prisão de Cabeza de Vaca e o envio de sua carta, nada menos que 50 mil mulheres indígenas haviam sido raptadas pelos colonizadores<sup>49</sup> (p.604). Ainda de acordo com o clérigo, algo em torno de 15 mil destas mulheres viviam em Assunção em 1556, e alguns espanhóis dispunham de verdadeiros plantéis de cativas, que reuniam de 80 a 100 indígenas (Cartas de Índias, 1887, p.604). Juan Muños de Carvajal, no mesmo sentido, forneceria uma descrição bastante eloquente sobre este tema:

Traen manadas destas mugeres para sus serviçios, como quien va á una feria y trae una manada de ovejas, lo qual a sido causa de poblar los cimiterios de las yglesias desta ciudad y aver precedido en la tierra más de veynte mil ánimas y averse despoblado gran parte de la tierra. (Cartas de Índias, 1887, p. 598).

Além de forçadas ao concubinato, as mulheres indígenas também seriam obrigadas a exercer trabalhos domésticos e agrícolas para os moradores de Assunção. Entretanto, seria a produção de tecidos que ocuparia a maior parte da atividade laboral das cativas, “y de noche toda la más della les pasa em hilar para vestir al señor que las tiene y tener para vender” (Cartas de Índias, 1887, p.609). Cumpre notar que a tecelagem revestia-se de uma importância singular na incipiente economia da região. Com a escassez de metais, os tecidos eram a principal moeda nas trocas comerciais estabelecidas entre colonos e pequenos mercadores do rio da Prata (CANABRAVA, 1984, p. 37). Sendo assim, mais do que garantir o sustento material dos colonizadores, o trabalho das indígenas também produziria excedentes para a realização de trocas no restrito mercado da região.

Como bem observou Melià (1997, p. 23), a postura dos colonizadores distanciava-se bastante das práticas de *cuñadazgo*, frequentemente empregadas – mesmo entre alguns trabalhos recentes – para caracterizar as relações entre espanhóis e mulheres Guaraní neste período<sup>50</sup>. Isto não significa que não tenham havido casos em que, buscando estabelecer alianças com os recém-

---

parecer de los demás capitanes, habiéndolos asegurado com buenas palabras, dio em ellos una madrugada, y quemándoles sus ranchos, mató gran cantidad, y prendiendo mucha suma de mujeres, y demás chusma, lo repartió todo entre los soldados (...) (DÍAZ DE GUZMÁN, 1945, t. I, Cap. XIV).

49 Em documento posterior, o clérigo afirmaria que, entre os anos de 1544 e 1564, nada menos do que 100 mil cativas indígenas seriam aprisionadas e forçadas ao trabalho em Assunção (CANDELA, 2014).

50 Mesmo nos primeiros anos de contato, os apresamentos seriam o principal meio de obtenção de mulheres indígenas. Ainda em 1541, por ocasião da “pacificação” das povoações lideradas por Taberé nas proximidades do rio Ipane, Alonso Riquelme e o capitão Ruy Díaz de Melgarejo seriam encarregados de uma expedição que, além de quatro mil mortos, ainda seria responsável pelo cativo de mais de três mil mulheres e crianças (DÍAZ DE GUZMÁN, 1945, t. II, Cap. III).

chegados, algumas lideranças tenham incentivado estas uniões. O grande equívoco está em afirmar que o *cuñadazgo* fora a tônica destas relações, quando, na realidade, o que se depreende das fontes é que imensa maioria daquelas mulheres vivia em situação de cativo. A condição de verdadeira escravidão se torna ainda mais patente a partir das referências ao tráfico de cativas e “yanaconas”. De fato, os apresamentos não se resumiriam a fins de exploração direta, e logo ensejariam a formação de uma série de relações de comércio. Vendas, trocas, heranças, presentes, dotes de casamento e até apostas eram, segundo Martin Gonzales (Cartas de Índias, 1887, p. 612), algumas das formas pelas quais as cativas seriam transformadas em propriedade pelos colonizadores. Aos tecidos, portanto, somavam-se as próprias escravas indígenas, que pronto se tornariam moeda de troca em um comércio que, longe de se restringir ao Paraguai, também despertaria o interesse dos colonos portugueses de São Vicente.

Apesar da quantidade expressiva de apresamentos, as cativas e “yanaconas” não satisfizeram as crescentes exigências dos espanhóis por mão de obra para o trabalho nas fazendas da região. Em 1555, Irala receberia as provisões reais para a administração e governo do Rio da Prata (DÍAZ DE GUZMÁN, 1945, t. III, Cap. 1). Depois de quase uma década como governador intendente, seria a primeira vez que disporia de uma nomeação real para exercer suas funções<sup>51</sup>. Junto com estas provisões, a coroa também concederia mercês para outros “conquistadores”<sup>52</sup>. Entre estas, a mais importante seria a instauração da cobrança da *mita*<sup>53</sup> dos nativos. Segundo as novas ordenações, este imposto seria pago aos “conquistadores” através do trabalho por *encomiendas*, que deveriam ser prestadas por homens com idade entre os 18 e 50 anos (“caciques” e mulheres estariam isentos), ao longo de dois meses a cada ano. Os *encomenderos*, por seu turno, ficariam encarregados de prover a doutrina dos nativos e realizar a segurança de suas povoações. O primeiro *empadronamiento* realizado no entorno de Assunção, “desde el territorio de la dicha ciudad de Asumpción, cincuenta leguas hacia el Norte, y otras tantas para el Este y Mediodía, hasta el río Paraná”, registraria 27 mil “homens de guerra”, que seriam repartidos entre 400 *encomenderos* (DÍAZ DE GUZMÁN, 1945, t. III, Cap. 1). A divisão obedeceria ao “sistema de cacicado”, ou seja,

---

51 Também caberia ao governador fundar um Cabildo em Assunção e nomear seus membros, e designar outras autoridades coloniais, como as de capitão, mestre de campo, Alguacil Maior, Regidor e Oficiais da Fazenda Real (DÍAZ DE GUZMÁN, 1945, t. III, Cap. I).

52 “La adscripción de los indígenas a la encomienda encuentra su origen en sus obligaciones tributarias como vasallos de la Corona. La Monarquía por su parte cedía este derecho a los particulares (encomenderos) en atención a la ayuda que habían prestado o prestaban en las tareas de descubrimiento, conquista y pacificación, y éstos, como titulares de la encomienda, debían asegurar la protección y el adoctrinamiento de sus encomendados. Como quiera que la obligación tributaria de los nativos pudiera ser satisfecha en metálico o en mercancías, o con su propio trabajo, los colonos prefirieron de manera generalizada el trabajo físico de los nativos; los encomenderos rentabilizaban de mejor manera la mano de obra indígena que tenía unos límites difíciles de fijar, abarcando “la labor de los campos, edificios, guarda de ganados, servicios de las casas”, con respecto al tributo en metálico o mercancías, cuyo valor económico era constante e invariable.” (CASTILLO, 2008, p. 67)

53 *Mit'á* era o termo quéchua para os turnos de trabalho. Após a “conquista” fora utilizado pelos europeus para designar o tributo (em espécie ou através de mercadorias) a ser pago pelos nativos como vassallos da coroa espanhola.



os *mburichá* Guarani se converteriam em capitães, estando isentos da prestação das *encomiendas*, mas responsáveis por garantir que suas “parcialidades” cumprissem suas obrigações em relação aos *encomenderos* (SUSNIK, 1995, p.53).

Contudo, tão logo concluía a divisão das *encomiendas*, Irala receberia as primeiras críticas e queixas sobre os critérios adotados em seu *repartimiento*. (Cartas de Índias, 1887, p.600). Muitas delas partiriam de “conquistadores” que, há duas décadas, haviam participado, ao lado do próprio governador, da expedição do primeiro *Adelantado* Pedro de Mendoza. Para estes, Irala utilizara a divisão das *encomiendas* como estratégia política, priorizando seus antigos e novos apoiadores, em detrimento de muitos daqueles que haviam participado dos primeiros “descobrimientos” efetuados na região. Segundo informara Bartolomé Garcia, em documento enviado ao Conselho de índias, pelo menos uma centena dos primeiros “conquistadores” queixava-se de que o governador lhes “dió lo peor y más leños, donde nunca dellos torná servicios” (Cartas de Índias, 1887, p.600).

Ainda que alguns tenham se beneficiado pela proximidade ao governador, a efetividade das *encomiendas* certamente ficara aquém das primeiras expectativas. Em muitos casos, os *repartimientos* distavam até 80 léguas de Assunção, impossibilitando qualquer controle sobre o trabalho dos *mitayos*. De outro lado, a emergência de doenças do contato, aliadas aos contínuos deslocamentos empreendidos pelos nativos, acabariam por prejudicar os esforços com vistas a impor regimes de trabalho aos nativos. Com efeito, os “conquistadores” perceberiam que era preciso muito mais do que ordenanças e cédulas reais para que se pudesse garantir a prestação do trabalho pelos nativos. Assim, não é de se estranhar que, ainda em 1556, Juan de Salazar já sugerisse disposições sobre as *encomiendas* que ficassem vagas:

El governador a encomendado los yndios que en la tierra ay, que, por ser pocos y contentar á muchos, an cabido á muy pocos. Seria mi parecer, que se le deve mandar que los que vacaren se resuman en çient repartimientos, por el bien y descanso de los yndios, y porque, de otra manera, según la pobreza de la tierra, los christianos no podrán sustentarse en ella; y tengo entendido, en Dios y en mi conçiencia, que en encomendallos, sirve á Dios y á Vuestra Alteza y restaura la vida á los yndios que ay. (C. I., 1887, p. 580).

Enquanto o número de povoações Guarani no entorno de Assunção declinava, o contingente de moradores da cidade espanhola crescia de forma vertiginosa. As relações entre “conquistadores” e mulheres indígenas implicaram na geração de filhas e filhos mestiços que, em poucas décadas, comporiam a maior parcela da população assuceña. Em 1550, em torno de 3 mil destes jovens já viviam na povoação (SUSNIK, 1995, p.51). De suas mães, os mestiços adotariam a língua e uma série de outras práticas culturais. Já de seus pais espanhóis, tomariam as habilidades militares e a mentalidade soldadesca (com clara aversão aos trabalhos manuais<sup>54</sup>). Deste modo, passariam a

---

<sup>54</sup> “No son mui humildes, ni aplicados a trabajos de manos”, notaria o franciscano Juan de Rivadeneira, em princípios da década de 1580 (Revista de la Biblioteca, 1881, t. III, p. 26).

constituir uma importante força militar, que aliava o conhecimento sobre a região e a língua indígena, à destreza no manejo de espadas e arcabuzes.

Por outro lado, os jovens mestiços também herdariam a ideia de que, como descendentes de “conquistadores”, tinham direito a dispor do trabalho indígena para garantir seus proventos. Para isto, contribuiria o reconhecimento, por parte das autoridades coloniais, de que filhas e filhos nascidos destas relações – e devidamente reconhecidos por seus progenitores – poderiam usufruir das mercês, bens e privilégios outorgados a seus pais (Anales de la Biblioteca, 1915, t. X. p. 202). Contudo, a escassez de *encomiendas* disponíveis em Assunção<sup>55</sup> frustraria esta possibilidade, e os jovens mestiços seriam levados a buscar outras estratégias para dispor da mão de obra indígena. A alternativa seria levada a cabo durante as décadas seguintes, quando passariam a se engajar em diferentes expedições organizadas com o intuito de estabelecer novos povoamentos na região (MELIÀ, 1997, p. 66). O êxito destas empreitadas garantia aos seus integrantes o acesso a novas terras e trabalhadores indígenas<sup>56</sup>, que eram repartidos como mercês pelas novas conquistas. Destarte, a política de *encomiendas* forneceria uma solução não planejada para um problema que, por décadas, frustrou os planos da coroa espanhola na região: a construção de novos povoamentos. Ainda que, desde as capitulações dos primeiros *Adelantados*, houvessem menções expressas à realização de novas fundações, estas determinações permaneceriam letra morta até fins de 1550. A coroa não considerava os riscos, gastos e esforços necessários para a efetivação de novos estabelecimentos em áreas ainda dominadas por populações indígenas. Com efeito, era preciso muito mais do que a vontade real para que os colonos se dispusessem a fundar uma povoação em um território de fronteira<sup>57</sup>.

---

55 “Los encomenderos de consideración son muy contados, y desde el principio han sido las encomiendas debiles, porque el governador domingo de Irala atendió a conservarse y assi a todo genero de gente dio indios, y como se repartieron entre tantos cupo a pocos indios, y con el tiempo se han ido consumiendo, de donde viene que ay encomenderos de a seis y siete indios y algunos que no tienen dos” (MCA I, 1951, p. 165).

56 O conteúdo de um *Bando* publicado em Santa Fé, que convocava moradores a participarem da fundação de um novo porto em uma das ilhas do estuário do Prata, fornece uma ideia clara dos argumentos empregados nestas ocasiões para atrair contingentes a se somarem a estas empreitadas. Como mercês aos que auxiliassem na instauração do novo porto, “ansi españoles como hijos”, o documento citava a distribuição de “tierras e solares”, além da “encomienda de índios comarcanos”. Bando de Martín Suárez de Toledo, Tenente de governador, capitão e justiça maior do Rio da Prata. 23 de novembro de 1573 (Anales de la Biblioteca, 1915, t. X, pp. 255, 256). Em sentido semelhante, o *Adelantado* Juan Ortíz de Zárate, em sua apresentação ao Cabildo de Assunção, dava conta de que, dentre outros poderes, sua *capitulación* lhe reservava poderes para distribuir as *encomiendas* que estivessem vagas, e efetuar *repartimientos* para aqueles que auxiliassem na fundação de novas povoações (Idem, p.71).

57 Um exemplo das dificuldades para a criação de novas vilas pode ser vislumbrado a partir das tentativas de povoamento da ilha de São Francisco, na costa Atlântica. Pelo menos desde a *capitulación* de Juan de Sanabria (1547), a coroa insistia na necessidade de povoar a região, vista como ponto estratégico por sua localização e proximidade em relação aos domínios portugueses (ZORRAQUÍN BECÚ, 1985, p. 95). Após uma tentativa frustrada em 1552, os colonos parecem ter desistido de empreender a fundação. Assim, já em 1562, o então governador, Francisco de Vergara, elencava ao rei as razões que impediam a realização daquela empreitada: “Tambien se yntento y procuro enviar a poblar el rio de Sant Francisco que es en la costa del Brasil y porque uvo falta de gente que quysiesen salir a poblarlo se dexo de hazer. Damos aviso a Vuestra Alteza que este pueblo de la costa no se podra asentar si no es con el calor que venga desos reynos para que se pueda pertrechar y fundar con todo lo neçesario y asi el que se uviere de poblar en San Gabriel

Estimulados pela possibilidade de se tornarem grandes *encomenderos*, os jovens mestiços seriam, ao longo das décadas seguintes, os soldados que comporiam a linha de frente nas expedições que partiriam de Assunção com o objetivo de estabelecer novos povoamentos coloniais na região. Ainda que as informações sobre as primeiras entradas, que ensejariam as fundações de Ciudad Real do Guairá (1557) e Santa Cruz de la Sierra (1561), não sejam precisas quanto a composição de seus contingentes, é possível supor que, devido ao elevado número de mestiços em Assunção, boa parte dos soldados que compunham estas incursões teriam a mesma origem. O interesse pelas *encomiendas*, contudo, já apareceria de forma bastante clara. Tão logo estabeleceram as bases para estes assentamentos, os colonizadores iniciariam o *empadronamiento* das populações indígenas de suas respectivas comarcas, fazendo constar em 60 mil os “homens de guerra” em Santa Cruz de la Sierra, e 40 mil em Ciudad Real (DÍAZ DE GUZMÁN, 1945, t. III, Cap. 6). Para as expedições que apresentam informações mais detalhadas, caso daquelas lideradas por Juan de Garay, a predominância dos soldados “nascidos en esta tierra” chama à atenção. Santa fé de la Vera Cruz, vila fundada em 1573, seria formada a partir de um núcleo inicial de 76 povoadores, dos quais apenas 7 seriam espanhóis. Em 1580, para a segunda fundação de Buenos Aires, Juan de Garay reuniria uma comitiva que contava com 10 espanhóis e 50 soldados mestiços, em sua maioria nascidos em Assunção. (Anales de la Biblioteca, 1915, t. X, p. 155).

Na escolha dos sítios para a construção das povoações, outro padrão se estabeleceria desde a década de 1550. Os colonizadores privilegiariam áreas próximas as antigas rotas e portos indígenas, primeiro em territórios Guaraní (casos de Assunción e Ciudad Real, mas também de Villa Rica del Espiritu Santo, fundada no Guairá, próxima ao rio Ivaí, na década de 1570<sup>58</sup>), e depois em portos estratégicos no rio Paraná – casos de Santa Fé (1573), Buenos Aires (1580), e Corrientes (1588). Deste modo, com exceção de Concepción del Bermejo (1584), e apesar das distâncias que separavam os diferentes núcleos espanhóis, era possível navegar por toda a província<sup>59</sup>, “y por estos

---

o Santi Espiritus porque esta Çibdad esta ya y queda a la razon tan ymposibilitada de gente, armas, munçiones, hierro, azero e otras cosas que terná bien que hazer en sustentarse asymysma” (Actas del Cabildo de Asunción, 2001, p. 78).

58 A data de fundação de Villa Rica é controversa. Apesar de o povoamento inicial datar de 1570 (sob a liderança do capitão Ruy Díaz de Melgarejo), ao que tudo indica, só atingiria a condição de Vila na segunda metade da década de 1570. Já em 1589, seu local de assentamento seria transferido pela primeira vez, passando das terras do *mburichá* Coraciberá (60 léguas a leste de Ciudad Real), para as proximidades da foz do rio Corumbataí, afluente do Ivaí. Sobre o tema ver: CARDOZO, 1970.

59 Ao longo deste período, os limites territoriais da governação do Rio da Prata sofreriam importantes reconfigurações. A fundação de Assunção, cuja localização encontrava-se ao norte das coordenadas definidas na *capitulación* de Pedro de Mendoza, criaria um primeiro problema de demarcação. Ademais, a fundação das governações de Santa Cruz de La Sierra (1560) e Tucumán (1564) reduziria boa parte de sua porção oeste. Assim, em 1569, os territórios confiados ao quinto Adelantado do Rio da Prata, Juan Ortiz de Zárate, já davam conta de parte destas transformações. Por um lado, a coroa lhe outorgava o poder sobre as regiões que já haviam sido “descobertas e povoadas”, o que estendia sua jurisdição ao norte, por outro, retirava-lhe grandes porções de terras no oeste, que passariam a compor as novas governações de Tucumán e Santa Cruz de La Sierra. No ano seguinte, Zárate ainda receberia a *capitulacion* sobre os territórios ao sul da foz do Rio da Prata, incorporando as 200 léguas que se estendiam até o estreito de Magalhães (exceptuando-se 100 léguas desde litoral do Pacífico, que pertenciam a governação do Chile). Com isto, pelo menos em tese, o governador

rios y por tierra también está paseada y se puede andar por espacio de seiscientas leguas” (MP, 1970, Vol. V, p. 588).

A política de avanço colonial através das *encomiendas* e novos povoamentos, como se poderia esperar, ocasionaria múltiplas revoltas entre os nativos. Já a partir de fins da década de 1550, os colonizadores do Rio da Prata passariam a registrar crises e ataques constantes, que partiriam, sobretudo, de grupos Guarani que habitavam regiões próximas aos recém-fundados povoamentos coloniais. Antes de seguir neste tema – que ocupara a parte final deste capítulo – voltemos nossa atenção à costa atlântica, para, desde São Vicente, pontuarmos em linhas gerais, os desenvolvimentos da colonização portuguesa naquela região. Longe de uma descrição exaustiva, o que se buscará ressaltar são as diferentes investidas que, desde aquela capitania, seriam direcionadas aos povoados “Carijós” do Guairá e da costa Atlântica. Este enfoque, segundo compreendemos, é fundamental para o entendimento das diferentes pressões exercidas pelas frentes coloniais sobre estas populações e, portanto, essencial para a compreensão das revoltas e levantes que os Guarani empreenderiam ao longo da segunda metade do século XVI.

#### 1.4 Piratininga e os “negros carijós”

Após a chegada da expedição do donatário Martin Afonso de Souza, os moradores da povoação liderada por Tibiriça e João Ramalho no planalto se transfeririam para o litoral. Assim, logo após a fundação da capitania de São Vicente, formariam, ao lado dos novos moradores, uma força militar expressiva na região. Com o auxílio das armas de fogo, os guerreiros Tupiniquim seriam capazes de pressionar seus inimigos mais próximos, caso dos Tupinambás (ao norte) e dos “Carijó” (ao sul). Para os portugueses, a aliança possibilitaria acessar cativos de guerra, concebidos, desde o princípio, como força de trabalho indispensável à vida na colônia.

Nos anos e décadas seguintes, a procura pelos “negros da terra” se expandiria para além dos limites de domínio português. Desde os primeiros anos, os saltos e expedições teriam como um de seus principais focos o cativo dos “Guarani”, cujas habilidades como agricultores já eram bastante reconhecidas pelos colonos da capitania. Devido as suas antigas rivalidades com os

---

tinha poderes sobre territórios que iam desde as províncias do Paraguay e Paraná até a costa atlântica meridional. Da fronteira com os portugueses na Cananéia, seus territórios ainda se estendiam por todo litoral sul, até findarem no estreito de Magalhães (ZORRAQUÍN BECÚ, 1985, pp. 100-103).

“Cários”, os guerreiros Tupiniquim mostravam-se particularmente dispostos em auxiliar os colonos nestas expedições. Assim, acompanhariam as embarcações dos colonos que se dirigiam ao sul, em busca dos povoados Guarani que habitavam a faixa litorânea e as ilhas do *Mbiazá*. Neste ritmo, e contando com outros alvos de apresamento, a capitania contaria, já na segunda metade da década de 1540, com dois centros de povoamento e, para os serviços nas fazendas e pequenos engenhos da região, dispunham da força de trabalho de mais de 3 mil cativas e cativos indígenas (MONTEIRO, 2013, p. 37).

Em outra frente, comerciantes e colonos portugueses, valendo-se de sua posição privilegiada na costa atlântica, passariam a buscar, no Paraguai, as cativas (os) para o trabalho na capitania. De fato, os portos atlânticos de São Vicente (1532) e Santos (1545) forneciam ancoradouros favoráveis à comunicação ultramarina, facilitando a chegada de produtos e suprimentos europeus às colônias lusas. Claramente, tratava-se de situação distinta de Assunção, onde a necessidade de transporte fluvial impunha grandes desafios desde a entrada no estuário do rio da Prata (CANABRAVA, 1984, p. 63). Nesta condição, a colonização espanhola no Paraguai desenvolveria certa dependência das atividades de mercadores e colonos lusos, sobretudo para o acesso a metais e tecidos. Neste intercâmbio, os comerciantes portugueses aproveitariam para adquirir cativos e cativas indígenas, que, posteriormente, seriam integrados aos plantéis de “administrados” nas vilas e fazendas vicentinas, ou, em alguns casos, vendidos aos moradores de outros portos lusos da costa<sup>60</sup>.

O comércio de cativos “carijó” atrairia as atenções dos primeiros missionários jesuítas que, acompanhando a expedição de Thomé de Souza – nomeado primeiro governador-geral do Brasil –, aportariam na América portuguesa em 1549. Ainda na Bahia, Manuel da Nóbrega e seus companheiros de missão estabeleceriam contato com grupos Guarani, que, poucos meses antes, haviam sido apresados por moradores de São Vicente, e vendidos a colonos de diferentes povoados da costa atlântica. Após classificarem aqueles apresamentos como injustos, os inicianos conseguiriam o apoio do novo governador para, ao lado daqueles cativos, partirem em uma expedição em direção ao sul, com o objetivo de iniciar a evangelização entre os “Carijó”, “entre os quaes se espera muito fructo, porque têm fama de serem os melhores Gentios de toda aquella costa do Brasil” (C.A., 1988, p.78,79).

A chegada e estabelecimento dos inicianos na capitania inauguraria um novo período na colonização da região. Como bem ressaltou John Manuel Monteiro, depois de algumas décadas, os

---

60 Em 1556, o clérigo Martin Gonzalez acusaria Irala de estar diretamente envolvido na venda de cativos indígenas para São Vicente. Segundo estes, o governador “daba liçençias á los vezinos de San Vicente para que pudiesen sacar yndias desta terra y levallas á San Vicente” (C.I, 1877, p.617). Irala, por seu turno, afirmaria: “permite el gouernador de San Vicente que los yndios Cários, que de aqui salen con algunos christianos foragidos, se vendan y contraten y ponen los de su hierro y señal, cosa cierto en que Dios Nuestro Señor y V. A. grandemente se desiruen; y avnque hasta aqui por cartas les he rogado, exortado y requerido no lo hagan, no a auido hemienda, antes levan su costunbre adelante. Thengo por cierto, que la misma cuenta tendrán con los despachos y requerimientos que sobre esto enbio; por tanto, V. A., por el orden que más sea seruido, lo remedie.” Irala (C. I, 1877, p. 578).

colonos passariam a ter um “contraponto”. Contrários aos argumentos que os antigos moradores empregavam para justificar suas práticas de apresamento, que se baseavam em pretensas agressões realizadas contra cristãos, e críticos das relações que estes estabeleciam com as cativas indígenas, os missionários passaram a contestar publicamente os métodos e condutas adotadas pelos moradores da vila<sup>61</sup>. Em pouco tempo, e com o apoio da coroa e dos governadores-gerais, os religiosos se tornariam atores políticos importantes na capitania, capazes não apenas de denunciar e contestar os excessos cometidos pelos colonos, mas também de sugerir novas estratégias de assimilação dos nativos.

Neste ambiente propício, os jesuítas tratariam de iniciar seus trabalhos catequéticos na região. Para isto, tal como ocorrera com os partícipes da expedição do donatário Martin Afonso de Souza, se apoiariam nos conhecimentos de antigos moradores da capitania. Neste contexto, o auxílio prestado por Pero Correia, português que desde a década de 1530 vivia no Brasil, seria fundamental. Aceito como irmão pelo Pe. Leonardo Nunes, o antigo colono – que havia participado de uma série de expedições de apresamento – seria o primeiro intérprete dos missionários na região. Com sua colaboração, o trabalho apostólico se centraria, inicialmente, entre os aliados Tupiniquim e os escravos que serviam aos colonizadores (em sua maioria, “Carijós”). Entretanto, com a inconstância pertinaz dos Tupiniquim, e as dificuldades que as exigências dos colonos imporiam a catequese de seus cativos, a evangelização entre os Guarani retornaria ao centro dos interesses dos inacianos. Segundo Nóbrega, diferentes dos povos da costa Atlântica, aqueles nativos mostravam-se mais “aparelhados” para a recepção da doutrina cristã (C.B., 1931, p. 82). Para o Pe. José de Anchieta, que era de opinião semelhante, apesar da proximidade cultural, os “Carijó” eram mais “propensos” a receberem a evangelização do que seus vizinhos Tupiniquim:

Ha outra casta de Indios grandemente disseminada por toda a parte (á qual chamam Carijó), em nada diferente destes no alimento, no modo de viver e na língua, todavia muito mais mansos e mais propensos ás cousas divinas, o que claramente conhecemos pela conversação de alguns que conhecemos aqui entre nós, bastante firmes e constantes. Estes estão sob a jurisdição dos Castelhanos, cujas casas fazem de boa mente, comprando-lhes o necessario para o uso da vida e com quem vivem em amigavel disposição (ANCHIETA, 1933, p.79)

Com o início oficial da ocupação portuguesa no planalto, tudo parecia indicar que o projeto missional entre os carijós tomaria novo fôlego. Em 1553, um primeiro núcleo liderado por João Ramalho seria responsável pela fundação da Vila de Santo André da Borda do Campo. Poucos meses depois seria a vez do colégio jesuítico de São Paulo de Piratininga, fundado ainda em princípios de 1554. Próximos aos caminhos Tupiniquim, os assentamentos estariam fortemente

---

<sup>61</sup> De acordo com o padre Leonardo Nunes, que escreveria ainda em 1550, a posição dos missionários causaria conflitos com os antigos habitantes: “fui perseguido de alguns amancebados polos querer apartar do peccado e trabalhar que se emendassem e tornassem a Deus, e da outra era attribulado também dos que aqui tinham os negros Carijós christãos captivos polos haver salteado (...)” (Cartas Avulsas, 1988, p.89).

ligados as rotas que levavam ao “sertão” dos carijós, o que, para os missionários, significava uma via de entrada ao Guairá. (MONTEIRO, 2013, p. 38). No entanto, as constantes expedições de apresamento realizadas pelos moradores de Santo André, que, em busca dos “negros carijós”, percorriam os caminhos que ligavam o planalto ao interior, acabariam por criar indisposições entre os habitantes da região do Paranapanema. A maior presença de espanhóis a partir da segunda metade da década de 1550, também contribuiria para incrementar este contexto de animosidades, já que os moradores de Ciudad Real pronto se envolveriam com os apresamentos e comércio de cativos para o trabalho no planalto. Em represália, os “carijó” promoviam pequenas incursões contra aldeias Tupiniquim, e organizavam *tocaias*<sup>62</sup> para os colonos e seus aliados quando estes incursionavam em seus territórios. Esta situação acabaria por multiplicar os riscos para a realização de novas entradas em direção ao Guairá, e os missionários, mesmo já contando com a anuência de autoridades e moradores do Paraguai – “o Capitão e os principaes da terra” (C.B., 1931, p. 174) –, seriam forçados a postergar a realização de seus intentos catequéticos naquela região.

Os conflitos no Guairá seriam acompanhados pelo crescimento das ameaças de facções Tupiniquim, que, sob a liderança de Piquerobi e Jaguaranho, mostravam-se, desde os primeiros contatos, pouco afeitas a presença dos portugueses no planalto. Ainda na segunda metade da década de 1550, os riscos se tornariam iminentes, com os nativos empreendendo ataques e cercos frequentes a povoação de Santo André. Em 1560, após visita a região, Mem de Sá buscava uma solução definitiva para a questão. Seguindo conselhos do jesuíta Manuel da Nóbrega, o governador ordenaria o despovoamento da vila e a transferência de seus moradores para as proximidades do colégio jesuíta, onde dariam início a povoação da Vila de São Paulo de Piratininga.

Com a mudança, os jesuítas passariam à linha de frente da política indigenista na capitania. Ainda em princípios da década de 1560, seriam autorizados a inaugurar o sistema de aldeamentos na região, fornecendo uma alternativa as estratégias assimilacionistas que, até então, haviam sido levadas a cabo pelos colonos<sup>63</sup>. Diante daquela nova conjuntura, os religiosos passariam a concentrar seus esforços entre as populações que habitavam regiões próximas aos assentamentos portugueses da capitania, o que os afastaria ainda mais do projeto das missões nos territórios Guarani. No planalto, ainda naquela década, seriam instituídas através de antigas alianças com

---

62 Em seu *Tesoro*, Montoya traduziria o termo *Tocai* (p. 396) por curral. A leitura dos exemplos listados pelo jesuíta, contudo, dá mostras de que o vocábulo possuía um significado mais amplo. Caso da expressão *Cherocai*, que fazia menção ao cerco realizado pelos caçadores para que não fossem sentidos por suas presas.

63 Instituído em 1558, por Mem de Sá, o Estatuto das Aldeias seria aplicado, inicialmente, entre os Tupinambá, na capitania da Bahia. A nova legislação previa a reunião de distintas aldeias indígenas em povoações com áreas devidamente delimitadas pelas autoridades coloniais. As “aldeias” contariam com a presença de missionários encarregados de ensinar a doutrina, celebrar missas, e promover o ensino elementar das crianças indígenas. “No plano temporal”, o estatuto previa “uma forma de autonomia quase municipal com a instalação do tronco e do pelourinho, privilégios das vilas portuguesas, e a nomeação de um meirinho em cada aldeia (...)” (CASTELNAU L'ESTOILE, 2006, p 274).

contingentes Tupiniquim e Guaianá, as aldeias de São Miguel, Nossa Senhora dos Pinheiros e Itaquaquetuba. Ao sul da Vila de São Vicente, também seria fundado o povoamento de São João (junto à povoação costeira de Itanhaém, alçada a categoria de Vila em 1561), este, contando em sua maioria, com moradores “Carijós” (MONTEIRO, 2013, p.43).

Nos primeiros anos, a política de aldeias fora vista com bons olhos pelos colonos. Ainda que concebidas como substitutivo a escravidão indígena, as novas povoações proveriam, mediante baixos pagamentos, mão de obra abundante para o trabalho nas fazendas da região. Ao mesmo tempo, também se projetava que as aldeias serviriam como uma barreira contra as investidas das facções Tupiniquim de Ururuai, cujos assaltos ainda atemorizavam os moradores do planalto. Após o cerco que estes realizaram à Vila de São Paulo, em 1562, a possibilidade de que aquelas contribuíssem com a defesa da vila e das fazendas tornara-se um argumento de peso em favor do novo sistema encabeçado pelos inácianos.

Entretanto, ainda em meados da década de 1560, a política de aldeias passaria por suas primeiras provações. As eclosões de diferentes epidemias seriam as principais responsáveis por uma série de crises naqueles povoados. “A principal destas doenças não são varíolas”, destacaria Anchieta (1933, p. 238), missionário que acompanhara de perto as catástrofes ocasionadas pela onda de contágios que atingira a capitania nos idos de 1564. Afetando a continuidade das relações que os missionários buscavam desenvolver com os nativos, a multiplicação das infecções instauraria conflitos e desconfianças a respeito da presença daqueles religiosos. Assim, para além das altas taxas de mortandade, os missionários registrariam uma quantidade expressiva de fugas entre os habitantes das aldeias próximas à Vila de São Paulo de Piratininga. Para os cativos, as epidemias teriam efeitos semelhantes, ou ainda mais graves, o que ocasionaria uma queda expressiva na mão de obra que sustentava as fazendas e engenhos da capitania.

A queda populacional ocasionada pelas epidemias, ao lado dos esforços de guerra orientados a Guanabara<sup>64</sup>, refletiriam em dificuldades para a segurança dos moradores da Vila de São Paulo. Já em fins daquela década, o sistema de aldeamentos dava mostras de que não seria capaz de cumprir com a proteção dos estabelecimentos coloniais. Para agravar a situação, as ameaças dos Tupiniquim já contavam com o auxílio de grupos que haviam abandonado aquelas povoações em anos anteriores. No início da década seguinte, em 1572, os membros da Câmara de São Paulo veriam a necessidade de articular, por sua própria conta, uma série de medidas visando a defesa da vila. Entre outras disposições, ordenariam o estabelecimento de vigias em locais estratégicos, a construção de

---

64 A decisão do governador Mem de Sá de pôr fim à colônia francesa que, desde 1556, havia se estabelecido na Guanabara, acabaria por deslocar a atenção de colonos e missionários para o litoral da capitania. Ainda que a destruição do forte Coligny, em 1560, tenha ocasionado um forte impacto nos interesses dos colonos liderados por Nicolas Durand de Villegagnon, os guerreiros “Tamoio” permaneciam, sob a orientação de Cunhambebe, ameaçando os povoados lusos na região. Somente em 1567, com a ofensiva capitaneada por Estácio de Sá e o líder Temiminó Araribóia, os portugueses lograriam, enfim, expulsar a “ameaça francesa”, e concluir a fundação da capitania do Rio de Janeiro.



pontes, e a limpeza dos caminhos que cercavam a povoação, tudo isto com vistas a reduzir as possibilidades de que seus moradores fossem surpreendidos pelos inimigos Tupiniquim. (KOK, 2009, p.9).

Neste contexto, torna-se claro, como destacara John Manuel Monteiro, que o projeto de aldeias encabeçado pelos jesuítas em Piratininga fracassaria em seus diferentes objetivos. Primeiro, por que os missionários seriam incapazes de promover a doutrina entre os nativos, seja pela contínua inconstância dos Tupiniquim, seja pelas quedas demográficas, distúrbios e crises que, já na segunda metade da década de 1550, tencionariam as relações entre inacianos e indígenas na região. Como fonte de mão de obra, os “aldeamentos” se mostraram impossibilitados de prover os contingentes necessários para o trabalho nas fazendas e engenhos da região, situação que se tornaria ainda mais patente após as sucessivas ondas de contágios, quando o declínio nos plantéis de cativos e administrados incrementaria a demanda por novos trabalhadores. Por fim, a fundação dos aldeamentos não cumpriria o objetivo de garantir a segurança dos moradores da Vila de São Paulo, razão pela qual, já na década de 1570, as preocupações com as investidas dos Tupiniquim retornariam ao centro das preocupações dos colonos implantados no planalto.

A maior prova do fracasso da política de aldeamentos viria em 1580, com a retomada da prática de cativeiros pelos moradores da capitania. Em 1585, os camaristas de São Paulo articulariam pedidos para a realização de novas entradas de apresamento ao capitão-mor da vila, Jerônimo Leitão, alegando prejuízos causados pelas contínuas epidemias que assolaram os plantéis nas décadas anteriores. A solução encontrada seria a execução de uma “guerra justa” contra os Carijó, sob o argumento de que estes haviam sido responsáveis pela morte de mais 150 cristãos desde o início da colonização europeia na região (KOK, 2009, pp.9-10). Poucos anos depois, os moradores da capitania executariam suas primeiras partilhas provenientes destas novas expedições. Ao lado de outros grupos, os Carijó retomariam a posição de principais responsáveis pelo sustento material da capitania.

## 1.5 Experiências e estratégias diante da dupla invasão

Após algumas décadas de contato com os europeus, os diferentes povos nativos que habitavam o rio da Prata haviam experimentado uma série de transformações significativas. As epidemias advindas do contato, somadas aos ataques e avanços empreendidos pelas frentes

coloniais, haviam contribuído para o advento de quedas demográficas expressivas, e a perda de autonomia sobre importantes territórios. Nas áreas próximas aos locais em que os recém-chegados erigiram seus assentamentos, onde o “choque da conquista” se faria sentir de modo mais drástico e abrupto, as mudanças exigiriam grandes adaptações, ensejando conflitos, deslocamentos e uma verdadeira reconfiguração política e territorial entre as povoações indígenas.

Entre os Guarani, estas pressões foram particularmente expressivas, uma vez que duas frentes coloniais quase simultâneas passariam, ainda em meados da década de 1530, a avançar sobre diferentes territórios habitados por estas populações. As habilidades e conhecimentos agrícolas, a alta densidade populacional e proximidade linguística, assim como os conhecimentos sobre as rotas e povos que habitavam aqueles territórios os tornariam, primeiro aliados ideais e, pouco depois, alvos preferências para o trabalho nos assentamentos coloniais. Frente a estes interesses, alguns grupos buscariam estabelecer negociações e alianças com os estrangeiros, visando, de um lado, garantir seus auxílios militares contra inimigos, e, de outro, assegurar o acesso às novas mercadorias e itens de metal que estes portavam. Porém, o aumento progressivo nas exigências dos colonizadores acabaria por expor a série de contradições e desvantagens que cercavam tais alianças, e logo passariam a ameaçar a manutenção daqueles acordos.

As primeiras mostras de oposição às condutas adotadas pelos novos *carai*<sup>65</sup> viriam a tona já em fins da década de 1530, a partir dos sucessivos apresamentos de crianças e mulheres indígenas. Aliás, cabe ressaltar que as próprias cativas engendrariam diferentes estratégias contra o jugo colonial. Naqueles contextos, muitas optariam por saídas extremas, como o suicídio, ou o assassinio de seus “amos”<sup>66</sup>. Outras utilizariam de pequenas táticas para atingir os colonos, que pronto veriam a necessidade de adotar medidas de controle para evitar sabotagens realizadas pelas cativas:

“que aun una onça de algodón no se les puede fiar, sino por peso, para que lo hilen, porque lo an de quemar, o esconder, o dar; que su gloria no es syno echar á perder á los christianos, y destruir quanto ay, syn más cuenta ni razon, de que, si les preguntan por ello, y dizen ellas *erua*, que es como quien dize no sé” (C.I, 1877, p. 626)

Nas décadas seguintes, com o aumento das expedições de cativo, o início da política de *encomiendas* no Paraguai, e a expansão de assentamentos coloniais no Guairá e no planalto vicentino, estas formas de resistência ao avanço colonial se tornariam ainda mais expressivas. Levantes e revoltas eclodiriam em diferentes localizações, e ao longo de toda a segunda metade do século XVI<sup>67</sup>. De acordo com um levantamento realizado por Louis Necker, pelo menos 26

65 *Carai* era um dos termos empregados pelos Guarani para nomear os xamãs indígenas e, desde os primeiros contatos, fora aplicado aqueles grupos para designar os espanhóis (MONTROYA, 1639, p.90). Esta questão será retomada com maior profundidade no capítulo seguinte, quando tratarmos da fundação das primeiras reduções no Paraguai.

66 *Memoria de Pero Hernández, secretario del Adelantado Alvar Núñez Cabeza de Vaca*. 23 de enero de 1545, Apéndice B. in: SCHMIDEL, 1931.

67 Parte significativa destas revoltas apresentava forte apelo profético e/ou messiânico. O caso mais emblemático seria o movimento liderado por Oberá, que surgira em fins da década de 1570, na região de Guarambaré. Descrito como um

movimentos e rebeliões lideradas por grupos Guarani eclodiram entre 1556 e 1600 (NÉCKER, 1990, pp. 219-222). Do confronto aberto, à desobediência frente a tentativas de imposição dos colonizadores, os nativos imporiam uma série de obstáculos às ambições coloniais. Além disso, empreenderiam deslocamentos e migrações, dificultando as tentativas de controle e imposição dos colonos, e frustrando suas expectativas quanto à exploração regular de grandes contingentes de trabalhadores Guarani.

Nos arredores de Assunção, o declínio no número de moradores das aldeias seria sublinhado em diferentes escritos da segunda metade do século XVI. Dentre aqueles que haviam conseguido escapar aos contágios e as incursões promovidas pelos moradores da vila, boa parte havia se refugiado no Caaguazu e, de lá, passariam a ameaçar os colonos que se deslocavam pelos caminhos que se estendiam a leste da vila. Nas regiões do Acay e Caraibá, os levantes seriam mais expressivos. Os nativos passariam a empreender ataques contra as fazendas dos colonos, e “apellidar libertad y guerra sangrienta contra los españoles” (DÍAZ DE GUZMÁN, 1945, t. III, Cap. 8). Entretanto, a principal frente de oposição aos espanhóis se desenvolveria na província do Paraná, onde, ainda na década de 1560, se estabeleceria uma aliança entre os antigos habitantes e grupos refugiados provenientes de aldeias próximas à Assunção. Através de ataques e emboscadas, estes grupos obstruiriam a navegação do rio Paraná, dificultando a continuidade de incursões que se dirigiam ao sul do rio Tebicuary.

A situação no Guairá era pouco distinta. Como já mencionado, diante das fundações de Santo André da Borda do Campo e Ciudad Real, em meados da década de 1550, a região seria alvo constante de expedições que se aventuravam no “sertão dos Carijó”. Em represália, os guayrenhos realizariam uma série de *tocaias* e ataques contra as aldeias Tupiniquim no planalto, e as fazendas erigidas nas proximidades de Ciudad Real. Durante este período, e a julgar pelos escritos legados pelos missionários que atuavam em São Vicente, os nativos da região ainda não estabeleciam grandes distinções entre as frentes coloniais. Em 1557, após sofrerem com uma ofensiva organizada por espanhóis, responderiam com ataques a portugueses, “os quais dizem que todos são uns e assim roubaram cinco ou seis que andavam entre eles, em diversos lugares, e agora novamente mataram um, ao qual despindo, arrastaram pelo campo (...)” (ANCHIETA, 1933, p. 101). Nos anos seguintes a situação se tornaria ainda mais grave, sobretudo para os moradores de Ciudad Real. As “parcialidades” encomendadas aos moradores da vila passaram a dar mostras de que não iriam se submeter ao trabalho para os colonos. Ainda em 1560, empreenderiam suas primeiras ofensivas

---

“índio batizado”, Oberá pregava a libertação do jugo colonial com um discurso que unia temas e práticas cristãs, a rituais e elementos da cosmologia Guarani. Sobre o tema, ver: Oberá, *uma respuesta profética contra la opresión colonial*. In: MELIÀ, Bartomeu. *El Guarani Conquistado y Reducido– Ensayos de Etnohistoria*. 4. ed. Assuncion, Paraguai: Centro de Estudios Antropológicos, 1997, p 30-40.

contra a povoação e, em 1563, travariam uma série de embates em seus arredores (DÍAZ DE GUZMÁN, 1945, t. III, Cap. X).

Uma observação um pouco mais detida sobre as distintas revoltas e levantes ocorridos nestas décadas indica um deslocamento progressivo nas estratégias adotadas por estes grupos. De um lado, manteriam maior distância dos novos povoados, estabelecendo seus assentamentos em posições menos expostas ao contato com os colonizadores, e mais propícias as novas necessidades defensivas<sup>68</sup>. Distantes das vilas, e contando com a atuação de “espias” nos caminhos que cercavam seus assentamentos, estes povoados se tornariam menos susceptíveis de serem surpreendidos por ataques de apresamento e expedições de “pacificação”. Por outro lado, observa-se uma adaptação dos guerreiros indígenas diante do poder bélico e dos artifícios militares dos europeus. Diante das experiências desastrosas dos embates campais<sup>69</sup>, e munidos de um maior entendimento sobre o funcionamento das armas de fogo, os guerreiros Guarani adotariam, cada vez mais, a estratégia dos ataques furtivos e a realização de *tocaias*. Com isto, além de reduzirem sua exposição aos arcabuzes e “bocas de fogo”, poderiam tirar vantagem de seu amplo conhecimento sobre as rotas e caminhos que interligavam a região.

Estas adaptações e novas estratégias afetariam o ritmo da expansão colonial e, já durante a década de 1570, complicariam a situação dos “colonizadores mestiços” no Paraguai. Recusando-se a servir e negociar com os moradores de Assunção, os habitantes das povoações do Itatin, no Alto Paraguai, haviam imposto barreiras às ambições coloniais, libertando-se do trabalho como *mitayos* (NECKER, 1990, p.37). Nas regiões de Guarambaré e Yerquisaba, nas proximidades do rio Jejuy, uma série de levantes entre os anos de 1575 e 1579 seria levada a cabo por povoações que, já há algumas décadas, estavam submetidas ao regime de *encomiendas* (MELIÀ, 1997, pp. 32,33). No Paraná, onde o histórico de enfrentamentos remetia à década de 1550, os Guarani já não se restringiam a organizações defensivas, empreendendo ataques a comitivas e embarcações dos colonos. Em meados da década de 1570, seus assaltos seriam deflagrados cada vez mais a leste, próximos a foz do rio Paraguai. Deste modo, a aliança afetaria as comunicações entre Assunção e Santa Fé, para além de impedir as tentativas de expansão em direção ao rio Uruguai, de “manera que no se podía entrar ni salir sino con escolta de gente y a veges con todo este resguardo quedaban muertos o presos los que navegaban este rio” (MCA I, 1951, p.169). No Guairá, do mesmo modo,

---

68 Algo semelhante ocorreria na costa Atlântica, onde, após as contínuas expedições de apresamento realizadas pelos paulistas, os habitantes do Mbiaça abandonariam a costa rumando em direção ao interior. (PÉREZ, 1999, p.201)

69 No ataque à aldeia de Lambaré (1536), primeiro enfrentamento entre espanhóis e grupos Guarani no Paraguay, os guerreiros da região se mostrariam, segundo Schmidel, completamente alheios ao poder de fogo dos espanhóis, “porque no habían experimentado lo que eran las rodela y los arcabuces nuestros”. O resultado, como se poderia prever, seria trágico: “(...) les hicimos un descarga con nuestras bocas de fuego; eso que la y vieron que su gente caía al suelo, y, que no asomaban ni jara ni flecha alguna y sólo sí un agujero en el cuerpo, se llenaron de espanto, les entró miedo y al punto huyeron em pelotón” (SCHMIDEL 1903, Cap. XXI).

a política de *encomiendas* declinaria rapidamente diante das insatisfações e contínuas migrações realizadas pelos *mitayos*. Depois de algumas décadas, boa parte dos colonos seriam forçados a abandonar a região, o que ocasionaria uma diminuição no número de moradores em Ciudad Real<sup>70</sup>.

A capacidade de impor barreiras ao avanço colonial, contudo, não pode obliterar as múltiplas e significativas transformações vivenciadas pelas populações Guarani que estabeleceram contatos com os colonizadores. Ademais, cabe destacar que, mesmo que tenham trazido grandes dificuldades aos espanhóis e seus filhos mestiços, estas posturas não impediriam que cativas e cativos Guarani, assim como algumas “parcialidades”, seguissem desempenhando papel central na economia de ambas as frentes coloniais<sup>71</sup>. E seria sobre estas que as transformações impostas pela chegada dos europeus se fariam sentir de forma mais severa. Passando a viver em contato direto com os colonos, ora nos próprios povoamentos coloniais, ora nos *pueblos de encomenderos*, sofreriam, além da exploração do trabalho, com doenças e violências de toda ordem. No caso das cativas e *yanaconas*, as transformações seriam ainda mais agudas, já que, além do jugo colonial, o desenvolvimento de um comércio de escravos ainda acarretava em riscos de desterro.

Para as populações que não haviam sido submetidas ao trabalho para os colonos, ou que alcançaram se desvencilhar destas imposições, os contatos com as frentes coloniais, ainda que de maneira distinta, também acarretariam mudanças importantes. Demoraria pouco para os habitantes de regiões como o Paraguai e o Paraná perceberem que, com seus metais e “bocas de fogo”, aqueles *carai* constituíam uma ameaça que não podia ser ignorada. Para estes grupos, a presença colonial limitaria práticas de deslocamento, interferiria na composição de alianças, forçaria migrações, demandaria mudanças nas formas de assentamento, em suma, exigiria adaptações que comprometiam a manutenção de antigos padrões culturais e configurações sociopolíticas. Para além disto, parece claro que, passadas algumas décadas, muitos grupos haviam definido as frentes colonizadoras como seus principais adversários, estabelecendo estratégias de defesa comuns e coordenando ataques furtivos contra os novos inimigos<sup>72</sup>. Se os grupos chaquenhos seguiam representando ameaças aos Guarani do Paraguai e do Paraná, e os Tupiniquim de Piratininga ainda eram percebidos como grandes rivais pelos habitantes do Guairá, em meados de 1560, isso já se

---

70 “(...) por algunos años estuvieron en gran sosiego y quietud, y muy bien servidos y respetados de todos los indios de aquella provincia (...) Hasta que por discurso de tiempo les fue faltando el servicio personal, y los naturales comaranos del río, con las continuas jornadas y salidas que hacian ocasionaran a esta ciudad muy grande diminución y miseria” (DÍAZ DE GUZMÁN, 1945, t. III, Cap. III).

71 Em muitos casos, estes levantes seriam um ensejo para a realização de novos apresamentos através das expedições de “pacificação”. Segundo levantamento realizado por Mercedes Avellaneda, entre 1559 e 1600, pelo menos 14 entradas e pacificações seriam realizadas contra grupos Guarani no Itatin, Paraná, Paraguay e Guayrá. (AVELLANEDA, 2014).

72 Já em princípios do século XVII, quando os inacianos passariam a empreender suas primeiras atividades missionais na região do Paraná, tiveram uma ideia da imagem negativa que os nativos faziam dos espanhóis: “pareceles muy bien la ley de dios pero no los españoles, y nombrar español entre ellos no es sino nombrar un Pirata ladrón fornicario y adultero mentiroso” (MCAI, 1951, p.168).

devia mais às alianças que estes estabeleceram com espanhóis e portugueses, do que às antigas rivalidades que opunham estas populações.

Os antigos *gûará* também haviam se transformado. Parte destes, em especial os mais próximos aos assentamentos coloniais, seriam desestruturados, ora pela eclosão de epidemias, ora vitimados pelos ataques realizados pelas expedições de apresamento e/ou “pacificação”. Neste contexto, pode-se supor que as “*rancheadas*” e outras formas de cativo de mulheres indígenas ocasionariam repercussões especialmente graves. Além da redução drástica nos contingentes que compunham as povoações atingidas, estas práticas comprometeriam ainda a própria reprodução biológica destes grupos. De outro lado, uma série de migrações ensejariam a construção de novas formações sociais, que emergiam após a união de antigos povoamentos locais, a refugiados provenientes de áreas pressionadas pela influência colonial. Em diferentes aspectos, a organização destas novas alianças refletiria as necessidades impostas pela chegada dos europeus, que afetavam, desde decisões sobre a escolha de áreas a serem ocupadas, até as estratégias empregadas em seus esforços de guerra. Mais do que isto, entre os principais sustentáculos destas alianças estava a própria reciprocidade defensiva frente aos colonizadores, que, para alguns grupos, se tornariam, não apenas um inimigo comum, mas também um rival capaz de aglutinar populações de diferentes regiões de origem. Desde o ponto de vista identitário, pode-se afirmar, portanto, que a chegada e estabelecimento das frentes colonizadoras seriam diretamente responsáveis, tanto por deflagrar processos de crise e fragmentação, quanto por fomentar a necessidade de se elaborarem novos arranjos e construções sociais entre os nativos.

Estas e outras adaptações, bem como a construção de novas alianças seriam fundamentais para que, como destacado, alguns destes grupos lograssem se libertar das imposições dos colonos, ou fossem capazes de manter importante autonomia sobre determinados territórios. Ao mesmo tempo, com o bloqueio da navegação no Paraná, estas alianças impediriam o avanço colonial em direção ao rio Uruguai. Deste modo, vastos territórios dominados pelos Guarani, tanto nas margens daquele rio, quanto na província do Tape, seguiriam, ao longo de todo o século XVI, relativamente imunes as investidas dos colonizadores. Assim, paradoxalmente, enquanto o trabalho de homens e mulheres “*Carijó*” sustentava boa parte da vida material de duas frentes coloniais, um grande contingente de povoados Guarani ainda havia estabelecido pouco ou nenhum contato direto com os europeus. A vasta dispersão territorial contribuía para que, distante de uma trajetória unívoca, as interações entre populações Guarani e as frentes coloniais se desenvolvessem em distintas condições e temporalidades.

## 1.6 A solução religiosa

Durante as últimas décadas do século XVI, os hispano-crioulos atravessavam um período crítico na colonização do Rio da Prata. O declínio das populações indígenas nas proximidades dos povoamentos coloniais teria, por óbvio, efeito direto na já bastante precária economia da província. Para piorar, os colonos assistiriam a ascensão de núcleos formados por populações, que, além de não se submeterem ao regime de *encomiendas*, colocavam em risco a própria circulação por caminhos e rotas de navegação, que conectavam os diferentes povoamentos da província. Esta situação era particularmente grave para os assucenhos, que, além de enfrentarem problemas com a escassez de mão de obra em seus *repartimientos*, se deparavam com sérias ameaças sempre que se deslocavam para além das áreas mais imediatas à cidade. Ao norte, as embarcações que se aventuravam pelo rio Paraguai eram alvo constante de ataques, sobretudo a partir da desembocadura do rio Jejuí-guaçu, onde, ao menos desde fins da década de 1560, um conjunto de aldeias mantinha forte aversão a presença dos colonizadores. Ao sul, uma aliança formada por grupos Guarani de diferentes proveniências dominava pontos estratégicos para a navegação do rio Paraná, e exigiam o emprego de escoltas armadas para todos aqueles, que, desde Assunção, se arriscavam a navegar em direção a Corrientes.

A partir de meados da década de 1570, uma alternativa pouco provável traria esperanças de melhora para a condição enfrentada pelos colonos assucenhos. Em 1575, acompanhando a armada do Adelantado Juan Ortiz de Zárate, desembarcariam no Paraguai dois frades cuja trajetória marcaria um importante ponto de inflexão para atividade missionária na região, os franciscanos Luis Bolaños e Alonso de San Buenaventura. Muito embora, desde a primeira metade do século XVI, já houvessem religiosos na província, inclusive membros de algumas ordens religiosas<sup>73</sup>, sua atuação, em geral, havia se limitado a formação de conventos e/ou ao sacerdócio entre a população hispano-crioula. Com efeito, das poucas tentativas levadas a cabo com vistas à promoção da catequese entre os “naturales”, todas haviam fracassado, seja pelas dificuldades impostas pelas barreiras linguísticas, pela falta de apoio das autoridades da província, ou pelo próprio desinteresse dos religiosos. Assim, não é exagero afirmar, que, quando Bolaños e San Buenaventura iniciaram

---

73 Os frades mercedários Juan de Salazar e Juan de Alméida, que acompanharam a expedição do Adelantado Pedro de Mendoza, seriam os primeiros a desembarcarem no Rio da Prata (QUIROGA, 1999, p. 43). Seis anos mais tarde, ou seja, em 1542, viriam os primeiros franciscanos, os freis Bernardo de Armenta e Alonso Lebrón, ambos procedentes da América portuguesa, que chegariam a Assunção depois de tomarem parte na expedição do Adelantado Alvar Núñez Cabeza de Vaca (DURAN, 1989, p.956).

suas missões durante a segunda metade da década de 1570, ambos estavam, na prática, dando os primeiros passos da atividade evangelizadora entre as populações nativas do Paraguai.

Em princípio, os dois franciscanos se revezariam entre os ministérios realizados em meio a população assucenha, e o trabalho catequético entre os *pueblos* de *encomenderos* localizados há poucas léguas da cidade. Contudo, não levariam mais do que alguns anos para que Bolaños e San Buenaventura adquirissem familiaridade com a língua Guarani, e passassem a concentrar seus esforços na pregação entre os “naturais”. Assim, ainda durante a segunda metade da década de 1570, os frades ampliariam seu raio de atuação, estabelecendo contato com populações, que, há tempos, rechaçavam a presença dos colonizadores em suas terras. Em outros termos, mais do que simples missões religiosas, Bolaños e San Buenaventura empreenderiam verdadeiras campanhas pacificadoras (DURAN, 1989). Primeiro, os franciscanos se voltariam a pregação entre populações que haviam se refugiado em territórios que se estendiam a leste de Assunção, nas proximidades do que hoje se conhece como a *cordillera de los Altos*. Ali, levaria só algum tempo para que ambos estabelecessem relações amistosas entre as aldeias da região, e iniciassem sua pregação evangelizadora em meio a comunidades, que, pouco antes, viam com grande receio qualquer aproximação dos colonizadores. E este ainda não seria o feito mais impressionante que os dois franciscanos alcançaram naquele período. Entre fins dos anos de 1570, e princípios da década de 1580, Bolaños e San Buenaventura partiriam, sem escolta ou auxílio de soldados, em direção as “províncias rebeladas” do Jejuí e Ypané, localizadas a algo como 30 léguas ao norte de Assunção. Novamente, sua entrada seria bem-sucedida, e, em poucos meses, os frades já gozavam da confiança daquelas populações, logrando algo que, há anos, constituía um objetivo dos moradores da província.

As iniciativas missionárias lideradas por Bolaños e San Buenaventura, ao promoverem a reunião de parcialidades em *pueblos* mais amplos, também seriam precursoras da política de “reducciones” na província do Paraguai. Ao longo das duas últimas décadas do século XVI, mais de uma dezena de povoados seriam compostos nestes moldes pela intervenção dos franciscanos, casos de Ypané, Guarambaré, Mbaracayú, Altos, Atyrá, Perico Grande, Teracañy, Jejuí, Tobatí, Itá, Yaguarón, e outros. Longe de constituírem uma novidade, como bem se sabe, esta política seguia os passos de uma estratégia, que, ao menos desde meados do século XVI, era empregada em províncias da Nova Espanha e do Perú. De modo geral, as “reduções” nasceram como uma solução pragmática, fruto das dificuldades experimentadas por religiosos, que, na tentativa de promover a evangelização entre as populações nativas, encontrariam grandes obstáculos devido ao caráter disperso de suas aldeias. Levada ao conhecimento das autoridades metropolitanas, a proposta de reunir diferentes comunidades em povoações mais amplas receberia apoio da Coroa, que logo se tornara uma incentivadora desta política. Ainda em 1549, Carlos V enviaria uma real cédula a



Audiência de Lima, na qual ordenava que os índios fossem levados a viver “en pueblos juntos”, e não “derramados”, como já ocorria em algumas províncias da Nova Espanha (MEDINA, 1993, p. 274). Ao longo da segunda metade do século XVI, diferentes ordens e decretos relacionados a pregação entre os “naturales” trariam a mesma determinação, e passariam a agregar outras justificativas para sua implementação. Nas *Ordenanzas de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias*, ditadas por Felipe II em 13 de julho de 1573, podem-se ler instruções como:

Haiendo assentado paz y aliança con ellos y con sus republicas procuren que se junten y los predicadores con la maior solenidad que pudieren y con mucha charidad les comiencen a persuadir quieran entender las cosas de la santa fee catolica y se las comiencen a enseñar con mucha prudencia y discrecion (...) (Ordenança 140)

Ou ainda:

Los españoles a quien encomendaren los indios soliciten con mucho cuidado que los indios que les fueren encomendados se reduzgan a pueblos y en ellos edifiquen vglesias para que sean dotrinados y biban en poliçia (Ordenança 148).

Para além de uma alternativa pragmática, destinada a facilitar a pregação da “fé católica”, a “redução” passaria ser associada ao viver em “polícia”, termo que, na acepção da época, estava ligado a organização política. Ou seja, em contraposição a desordem que reinaria nas aldeias “derramadas”, o *pueblo*, estruturado à semelhança dos povoamentos espanhóis, constituiria uma via privilegiada para a promoção da ordem social aos moldes hispânicos entre as populações nativas. Assim, mais do que auxiliarem a evangelização, projetava-se que as “reduções” também permitiriam a propagação, em meio ao mundo indígena, de concepções, valores e visões de mundo dos colonizadores.

No Paraguai, embora tenham facilitado a pregação missionária, as primeiras reduções formadas pelos franciscanos, pode-se supor, ainda estariam longe de contarem com a organização e aparato necessários para se pudesse almejar que contribuíssem de forma efetiva para a promoção de uma transformação política e sociocultural entre os nativos. Apesar da falta de referências específicas sobre sua estrutura naquele período, é possível imaginar, considerando-se a escassez de recursos na província, que, para além do maior número de habitantes, tais povoados não se diferenciavam em muito dos *pueblos de encomenderos* em seu formato e configuração. Além disso, há de se considerar as dificuldades impostas pela escassez de missionários na província. Com efeito, todo o trabalho missional realizado nas mais de dez reduções, que, naquele período, eram atendidas pelos franciscanos, caberiam a quatro ou cinco religiosos. Ou seja, Bolaños, San Buenaventura, e alguns outros frades noviços – como os crioulos, Fr. Juan de San Bernardo e Gabriel de la Anunciación – precisavam atuar de forma itinerante, já que cada um era responsável por atender a três, quatro, ou até cinco *pueblos* de modo concomitante.

O modelo de pregação volante seria regra da missão franciscana por pouco mais de duas décadas. Com efeito, fora somente a partir da virada do século XVI, que aquele sistema passara pelas primeiras transformações. Em boa medida, estas mudanças seriam o resultado das políticas implementadas a partir de 1597 pelo governador Hernando Arias de Saavedra. Desde que tomara cargo da província, o novo governador – que ficaria conhecido por ter sido o primeiro crioulo a ocupar este posto em toda a América espanhola – se mostraria determinado a apoiar a atuação das missões franciscanas, e a coibir os excessos praticados contra os índios por *pobleros* e *encomenderos*. Contudo, seria entre os anos de 1602-1609, isto é, durante seu segundo período como mandatário da província,<sup>74</sup> que Hernandarias levaria a cabo as principais medidas neste âmbito. Em novembro de 1603, o governador crioulo faria publicar – “en lengua natural y castellano” – suas “ordenanzas de buen gobierno”, um conjunto de disposições destinadas a promover a evangelização entre os nativos, e coibir os abusos cometidos pelos hispano-crioulos. A partir de então, ficariam estipulados regramentos como a exigência de que cada “*pueblo de naturales*” possuísse uma igreja, e contasse com “un indio que sea sacristán y otro fiscal”, e uma série de limites e impedimentos direcionados aos colonos, tais como a proibição de que os índios fossem levados a trabalhar em obras públicas, de que os *encomenderos* obrigassem a trabalhar “más de la cuarta parte de los indios que sean encomendados”, ou, que retirassem terras e posses dos “naturales” (ARIAS DE SAAVEDRA, 1906, pp. 370-391).

Meses antes da promulgação das *ordenanzas de Hernandarias*, celebrara-se em Assunção o primeiro sínodo da província do Rio de la Plata. Convocado pelo bispo recém-empossado, o franciscano, Fr. Martín Ignacio de Loyola, este seria mais um evento-chave para a construção de normativas a serem adotadas pelos religiosos que atuariam na promoção da catequese entre os nativos. Deste encontro, como era praxe, resultaria um conjunto de “constituições”, que contava com 43 tópicos, divididos em três partes. A primeira tratava sobre a orientação doutrinária a ser observada na evangelização dos nativos da província; a segunda abarcava temas relativos à administração dos Sacramentos aos índios, e o terceiro, aspectos atinentes à reforma dos costumes. Assim, para além de reafirmarem o compromisso dos religiosos com a evangelização dos índios, e também com a política de reduções, as constituições sinodais versariam sobre uma ampla gama de assuntos, tais como a definição do Guarani como língua da catequese na província “por ser mas clara y hablarse casi generalmente”<sup>75</sup> (MELIÀ, 2003, pp. 69, 70), a obrigação de que os “curas de indios” promovessem diariamente a doutrina para “muchachos y muchachas” (Idem. p.71), a obrigação de que os *encomenderos* arcassem com o estipêndio dos religiosos que atendiam a seus

74 Hernandarias ocuparia o cargo de governador do Rio da Prata em três oportunidades, a primeira entre os anos de 1597 a 1599, a segunda de 1602 a 1609, e a terceira entre 1615 e 1618.

75 No sínodo, também seria aprovado o uso da tradução do catecismo limense para o Guarani elaborada pelo Fr. Luis Bolaños.

*repartimientos* (Idem. p. 72), o compromisso contra os abusos dos colonos e a definição de penas contra aqueles que cometessem excessos (Idem. p.80-83), entre outros.

Tanto as disposições da política promovida pelo governador Hernandarias, quanto às constituições aprovadas no Sínodo, trariam importantes repercussões para o modelo catequético, que, até então, vigorava na província. Dentre as mudanças decorrentes da aprovação destas novas diretrizes, uma teria importância singular, e se refere a constância da dinâmica evangelizadora. A partir de então, a atuação itinerante dos predicadores se tornaria incompatível com a prática reducional. Com efeito, os novos encargos estipulados no Sínodo demandariam a presença contínua dos “curas de índios” em meio aos *pueblos*, exigindo que estes passassem a residir de forma permanente nas reduções. Para a missão franciscana, esta nova orientação imporia a necessidade de uma verdadeira reorganização. Ao cabo, dos mais de dez *pueblos* que eram atendidos pelos frades desde as últimas décadas do século XVI, apenas Itá seguiria sendo administrado pela ordem (DURAN, 1989, p. 966). As demais reduções, em sua maioria, passariam ao encargo de clérigos seculares, ou permaneceriam à espera da chegada de novos missionários.

Para além das novas diretrizes estabelecidas para as reduções, a decisão que levava os franciscanos a abandonarem a evangelização em *pueblos* que atendiam a mais de uma década, ao que parece, ainda envolveria um outro fator. Desde fins do século XVI, Bolaños e seus companheiros de missão estabeleciam planos para dar início a uma nova frente evangelizadora. E se os desafios da pregação em meio a populações “rebeladas” já não constituíam uma novidade para àqueles missionários, desta feita, não haviam dúvidas de que os obstáculos seriam bem maiores, e exigiriam esforços redobrados. Isto, pois o destino projetado para a missão era a temida província do Paraná, onde, há mais de três décadas, uma aliança formada por grande número de aldeias, compunha o mais expressivo foco de oposição aos espanhóis em todo o Paraguai.

Somente em princípios do século XVII, após sucessivos intentos frustrados, é que os franciscanos conseguiriam, enfim, empreender uma entrada bem-sucedida em direção àquelas terras. O modo pelo qual os missionários lograram alcançar aquele objetivo é abordado em uma carta enviada por Hernandarias ao rei, documento que revela bastante sobre o grau de colaboração existente entre o governador e os religiosos da ordem de São Francisco. Em 1606, Hernandarias e o Fr. Luis Bolaños estabeleceram um estratagema. Acompanhado por uma centena de soldados, o governador partira de Assunção simulando a intenção de empreender uma expedição de guerra contra as aldeias do Paraná. Nas proximidades do *pueblo* Itá, em acordo com o plano que ambos haviam pactuado, Bolaños forjaria um encontro com o comboio, e, diante de um grande grupo de indígenas – dentre os quais se encontravam algumas lideranças daquela província –, instara o governador a desistir da ofensiva, estabelecendo o compromisso de realizar uma nova tentativa com vistas a estabelecer uma redução no Paraná. O governador acedera à proposta, mas não sem

antes, como o combinado, dar a entender, que, em caso de novo fracasso, iniciaria uma grande incursão, para, de uma vez por todas, destruir toda aquela província. Tão logo Hernandarias e os soldados que o acompanhavam iniciaram seu retorno à Assunção, uma série de mensageiros partiram em direção as aldeias do Paraná dando conta do ocorrido. E não tardou para que a intervenção de Bolaños fosse conhecida na região, e, como o esperado, resultasse em bom crédito ao missionário. Em poucos dias, mais de 20 caciques do Paraná se dirigiram ao *pueblo* de Itá, convidando o franciscano a acompanhá-los até suas terras. Ao lado de outros dois frades, e do clérigo Hernando de la Cueva, Bolaños partira até uma localidade conhecida como Caazapá, localizada a algo como 20 léguas de Itá. Dias depois, um dos religiosos que havia tomado parte na entrada, retornara a Assunção, onde prestaria contas ao governador sobre o sucesso da missão. Ao tomar conhecimento sobre a boa recepção dada aos religiosos, e ser informado dos planos de estabelecer um novo *pueblo* naquela região, Hernandarias enviaria ferramentas, e diferentes gêneros de gado, além de um ferreiro e um carpinteiro para auxiliar as “labranças” dos índios, e a construção de “la dicha redución” (RBN, 1937, t, I, n 1, pp. 133-135). Assim, ainda em fins daquele ano, dera-se início ao povoamento de San Joseph de Caazapá, a primeira redução estabelecida por missionários da província do Paraná.

O feito alcançado em Caazapá seria um marco importante para toda a província. Embora ainda fosse bastante expressivo o contingente de aldeias, que, em todo o Paraná, seguiam rechaçando a presença dos colonizadores, ao menos por algum tempo, a incursão liderada por Bolaños contribuiria para diminuir os riscos de ataques para as embarcações, que, do Paraguai, tomavam direção rumo a Corrientes. Assim, não é sem razão, que, na mesma carta em que narrava ao rei a entrada bem-sucedida dos franciscanos naquelas terras, Hernandarias enfatizasse o fato de que a província encontrava-se “mas paçífica que a estado muchos anos” (Idem. p. 132). O sucesso da missão liderada pelo Fr. Bolaños, por outro lado, também seria ensejo para emergência de novas esperanças. Para o governador, a empreitada representava uma possibilidade de expandir os domínios coloniais para regiões que ainda se encontravam inacessíveis, em especial, para “a província del Uruguay”, cuja conquista, segundo conjecturava-se, permitiria estender a ocupação espanhola até a ilha de Santa Catarina. Entre os assucenhos, o sucesso alcançado pelos religiosos no Paraná alentaria expectativas de que, em breve tempo, seria possível dispor de novos *repartimientos*, e, assim, incrementar a mão-de-obra indígena da província, tão necessária para seu desenvolvimento. Já para os religiosos – e, aqui, além dos próprios franciscanos, incluíam-se, também, os missionários da ordem jesuíta, que, naquele período, já se encontravam bem estabelecidos no Paraguai – a fundação da redução de Caazapá significaria a abertura de uma nova frente evangelizadora, que permitiria a propagação da fé entre populações, que, até então, permaneciam completamente alheias a doutrina cristã.



Imagem 1. Mapa das reduções fundadas pelos franciscanos no Paraguai. Fonte: Durán Estragó, M. *Presencia franciscana en el Paraguai: 1538-1824*. Asunción: Ediciones y Arte SRL, 2005.

## Capítulo 2. De alianças a *pueblos*: construções negociadas

A criação da Província Jesuítica do Paraguai, em princípios do século XVII, marcaria o início de uma nova etapa para a atividade missionária no Rio da Prata. Se, em princípio, os jesuítas seguiriam os caminhos abertos pelos franciscanos, não levaria mais do que alguns anos para que os padres da Companhia assumissem a linha de frente nos esforços evangelizadores entre as populações indígenas da província. E os resultados, como se sabe, seriam bastante expressivos. Entre 1610 e 1630, os jesuítas seriam responsáveis pela fundação de mais de vinte reduções em três regiões distintas, parte delas em meio a territórios, que, até então, permaneciam vedados aos colonizadores.

Neste capítulo, tratamos da composição de alianças entre indígenas e missionários jesuítas, e da formação de reduções nas “províncias” do Paraná, Uruguai e Guairá. O intuito é entender como diferentes contextos e circunstâncias influíram nestes processos, seja dificultando, seja facilitando seu desenvolvimento. Por outro lado, também buscamos compreender, na medida do que as fontes disponíveis permitem especular, algumas das razões e/ou interesses que teriam motivado comunidades indígenas de diferentes províncias admitirem a presença dos jesuítas em suas terras, e a formarem novos *pueblos* junto a estes. Por fim, abordam-se as estratégias de territorialização que orientaram a construção das reduções, atentando para seus elementos constitutivos, e para as possíveis justificativas de seu êxito inicial.

## 2.1 A província belicosa

O sucesso alcançado por Bolaños e seus companheiros de missão no Paraná traria otimismo em relação à atuação das ordens religiosas, que haviam se mostrado a melhor alternativa para garantir a pacificação da província. Depois de visitar a redução de Caazapá, e constatar os bons resultados obtidos pelos franciscanos, Hernandarias estaria ainda mais convicto de que era preciso dar seguimento àquela política. No entanto, a continuidade do projeto de reduções dependia de missionários aptos a pregar entre os índios, e os frades da ordem seráfica haviam atingido o limite de sua capacidade. Na impossibilidade de contar com a experiência dos franciscanos, o governador apelaria à única opção viável naquele contexto, e a tarefa caberia aos religiosos da Companhia de Jesus.

Embora a presença de jesuítas no Rio da Prata remontasse a década de 1580<sup>76</sup>, sua atuação seria prejudicada por um impasse, que se estendera por todo o século XVI. A questão envolvia a qual província caberia a coordenação das missões empreendidas, tanto em Tucumán, quanto no Paraguai. Por um lado, haviam aqueles, que, por razões diversas, defendiam sua vinculação a “Província Jesuítica do Perú”. De outro, estaria a corrente, que, sob o argumento da contiguidade geográfica, e da proximidade linguística entre os grupos nativos, sustentava que a melhor opção era a de que a administração das atividades da ordem naquelas províncias estivesse atrelada a Província do Brasil. Frente a este dilema, a solução que perdurou por alguns anos determinava um meio-termo, de modo que, enquanto a província de Tucumán seria atendida por missionários provenientes do Perú, caberia aos jesuítas do Brasil o envio de religiosos ao Rio da Prata (MÖRNER, 1985, pp. 31,32). Contudo, não levaria mais do que uma década para tornar-se claro que tal divisão não prosperara. Assim, depois de ponderar novamente sobre a questão, o Pe. Geral da Companhia, Claudio Acquaviva, decidira pela criação de uma nova “Província Jesuítica”, que, de forma independente, estaria encarregada de coordenar a atividade dos religiosos da ordem em uma vasta área, que compreendia as províncias do Chile, Tucumán e Rio da Prata. Em uma carta escrita em 9 de fevereiro de 1604, que teria como destinatário o Pe. Rodrigo de Cabredo então provincial do Peru, Acquaviva detalharia sua decisão:

(...) la división en que se detenía para esa Provincia sola la parte de Tucumán, dejando al Brasil lo que toca al Paraguai, según otras veces se avía ordenado, tiene sus grandes dificultades y se ve que no ha salido. Por esso juzgamos que será necesario juntar estas

---

76 Em 1588, os padres Juan Saloni, Manuel de Ortega e Thomas Field, todos provenientes da Província do Brasil, seriam os primeiros jesuítas a chegarem ao Paraguai (HERNANDEZ, 1912, t. I, p. 5).

dos partes y poner Uno que gobierne todo esto con título de Provincial o Vice, de la manera que ahí juzgaren VV. RR. con que en el gobierno sea libre y no dependiente del Provincial del Pirú en el gobierno o disposición de los sugetos, porque de otra suerte poco podría gobernar (MP, 1986, t. VIII, p. 574).

Na mesma carta, o Padre Geral também informava sobre a escolha do Pe. Diego de Torres Bollo – missionário reconhecido por sua liderança na fundação das Doutrinas de Juli, no alto Perú – como primeiro provincial daquela que viria a ser conhecida como a Província Jesuítica do Paraguai. Torres, que, por aquela época, encontrava-se na Espanha atuando como procurador da Província do Perú, levaria ainda três anos para tomar posse efetiva do novo cargo. Deste modo, seria somente em 1607, após sua chegada a Tucumán ao lado de, pelo menos, outros dez jesuítas, que a nova província seria efetivamente instituída (ASTRAIN, 1913, v. IV, pp. 630, 633).

Foi ao provincial Diego de Torres, que Hernandarias recorreu para dar continuidade a política de reduções iniciada pelos franciscanos. Em 1609, o governador solicitara o envio de missionários a três frentes distintas, a primeira em direção ao Guairá, que deveria seguir “al parage y rio que llaman de la Tibaxiba”, a segunda, “de la otra parte del rio que pasa junto a la ciudad de Asunción a la nación que llaman Guaycurus”, e a terceira, “en la provincia de los naturales que llaman del Paraná circunvecina de la que tiene hecha el padre fray Luis Bolaños” (RBN, t. I, N 4, 1937, pp. 755, 756). Dentre estas, a que primeiro alcançaria resultados seria a missão no Paraná, para a qual foram designados os padres Marçal de Lorenzana e Francisco de San Martin. Sua expedição partira de Assunção em direção ao Tebicuary em princípios de 1610, e contaria com a companhia do clérigo Hernando de la Cueva, e de um grupo de indígenas que possuía relações de parentesco com famílias que habitavam aquela região. Depois de alguns dias de viagem, logo após cruzarem aquele rio, o comboio alcançaria a aldeia do cacique Arapizandú, onde, além de uma boa recepção e oferta de alimentos, receberiam permissão para estadia. Nos dias seguintes, os missionários teriam boa percepção sobre a rede de alianças existente na região, já que passariam a receber visitas de lideranças de todo o Paraná. E seria através destas, que os padres reuniriam informações com vistas a escolha de um sítio conveniente para abrigar uma redução. Ainda na primeira carta que enviara ao provincial após sua chegada à região, o Pe. Lorenzana daria detalhes sobre a eleição do posto sobre o qual, pouco depois, seriam lançadas as bases para a fundação da redução de San Ignacio<sup>77</sup>, a primeira formada por jesuítas e indígenas no Rio da Prata:

(...) en este tiempo nos informamos de los indios y caciques comarcanos que nos iban a visitar, (que desde luego comenzo a visitarnos toda la tierra como gente que nos estaba esperando) a donde podiamos poblar que tubiese las calidades que son necesarias para una buena poblacion, todos nos inclinaron a este puesto, venimos le a ber y nos ha parecido muy bien y lo que mas nos inclino fue ber em el un pueblecillo con tanto mantenimiento y un cacique de tan buenas entrañas que a nosostro y amas de que vinieron con nosotros y a todos los que nos vinieron a visitar que no son pocos da

<sup>77</sup> O local escolhido estaria a algo como 12 léguas do rio Paraná (aprox. 65 km), e a 8 rio do Tebicuary (aprox. 44 km).



comida con abundancia y asi estamos ya de asiento en el y hemos señalado un sitio muy llano y muy ayroso de linda vista adonde nos hemos de sitiar que estara poco mas de un tiro de arcabuz de donde estamos (DHA, 1927, t. XIX, p.45).

As palavras de Lorenzana sugerem que seriam necessárias apenas algumas semanas para que os jesuítas estabelecessem “asiento” naquelas terras, e, assim, lograssem alcançar o primeiro objetivo de sua missão. E a postura receptiva manifestada por lideranças de diferentes localidades do Paraná soava como um prenúncio de que, em poucos meses, a redução reuniria centenas de famílias. Esta impressão, contudo, não tardara a se revelar uma ilusão. Com efeito, o passado de conflitos e rivalidades com os hispano-crioulos logo se mostrariam um empecilho às ambições dos missionários, e, ainda em meados daquele ano, os padres veriam crescer as desconfianças em relação a suas intenções. Destarte, surgiriam acusações de que os missionários atuavam como “expias” dos espanhóis, e que seu verdadeiro objetivo era facilitar a imposição do regime de *encomiendas* sobre as parentelas que habitavam a região. Como consequência, as expectativas de que, em breve tempo, o povoado contaria com grande número de moradores acabariam frustradas. De fato, seriam apenas doze os “caciques” que, junto as suas parentelas, decidiram se juntar ao povoado em 1610 (Idem. p.130).

Ainda em fins daquele ano, o clima de desconfiança e oposição aos padres se agravaria. E o principal motivo para isso seria um episódio ocorrido a algumas léguas do novo *pueblo*. Em dezembro de 1610, uma aliança capitaneada por importantes lideranças do Paraná – caso do cacique Tabacambi, que, meses antes, havia realizado uma visita ao povoado de San Ignacio –, empreendera um ataque contra um grupo de indígenas que costumava auxiliar os assucenhos na navegação do rio Paraguai. Ao tomar conhecimento da ação, o Pe. Lorenzana decidira intervir, enviando mensageiros com o intuito de libertar os cativos que haviam sido aprisionados na ofensiva. No entanto, além de malograda, a tentativa de ingerência seria vista com repulsa pelos “Paranaes”, que logo voltariam-se contra os padres. A partir daí, o grupo passaria a dirigir suas ameaças aos missionários, sinalizando a intenção de realizar uma ofensiva sobre o *pueblo* de San Ignacio. Ao cabo, os “inimigos” só não destruíram por completo as ambições dos missionários, porque a chegada de reforços antecipara sua investida. De fato, ante a iminência de um ataque, o Pe. Francisco de San Martin rumara a Assunção em busca de auxílios, e, com o apoio do novo governador, D. Diego Marín de Negrón, retornaria acompanhado de uma milícia composta por 60 soldados hispano-crioulos e 350 índios “amigos” (Idem. p.131). Com a aporte daquele contingente, que, além de bem armado, contava com grande número de animais de montaria, o ímpeto dos “Paranaes” arrefecera. Assim, a milícia passaria a realizar buscas pela região, e, em 12 de janeiro de 1611, após localizar parte dos “inimigos” nas proximidades do *Yacuí* (um dos muitos portos do Rio Paraná), teriam poucas dificuldades para impôr a estes sua superioridade bélica.

Apesar do fim daquele conflito, os receios em torno da presença dos missionários na região persistiriam. Tratando sobre este contexto, o Pe. Diego de Torres daria conta das dificuldades que os jesuítas enfrentavam naquele povoado, e previa que os padres que atuavam no Paraná ainda precisariam de muita complacência e perseverança para alcançarem seus objetivos:

Han passado los dos Pes. mucho travaxo assi en la falta de comida como en la reduccion de los yndios, que como no se acavan de fiar de nosotros, no convienen todos en reducirse (...) (Idem. p. 88).

Esta conjuntura só daria os primeiros sinais de alteração em meados de 1611. Em parte, a melhora das relações entre jesuítas e indígenas no Paraná a partir daquele período pode ser explicada pela chegada de novos religiosos ao *pueblo* de San Ignacio. Neste contexto, há que se destacar a figura do noviço assucenho, Roque González de Santa Cruz, que, desde o começo de sua trajetória na região, agregaria contribuições valiosas para a atividade missionária naquela província<sup>78</sup>. Tanto por sua familiaridade com a língua Guaraní, quanto pela experiência que acumulara enquanto ainda atuava como clérigo, o padre tomara a frente em importantes iniciativas, que lograriam sucesso em atrair novos moradores ao povoado<sup>79</sup>.

Outro fator que contribuíra para aquela mudança foram as repercussões da visita realizada entre os anos de 1611 e 1612, pelo ouvidor da Real Audiência de Charcas, D. Francisco de Alfaro. Incumbido de dar cumprimento a uma Real Cédula de 27 de março de 1606, que determinava a visita de um representante da Real Audiência as províncias de Tucumán e Rio da Prata, com o objetivo de impor medidas que, enfim, dessem cabo das “moléstias agravios opresiones y vejámenes” praticados pelos encomenderos (HERNANDEZ, 1912, t. II, p. 660). O ouvidor estabeleceria, em um total de 120 tópicos, um conjunto de disposições sobre o tema. Dentre as principais determinações das chamadas *Ordenanzas de Alfaro*, estavam a extinção de qualquer forma de “serviço pessoal”, a imposição de um limite de dois meses para o trabalho nas *encomiendas*, a proibição (salvo casos específicos) de que os espanhóis entrassem nos “pueblos de indios”, e a garantia de que os “infieis” que aceitassem viver em reduções para se tornarem cristãos não seriam “encomendados” ou obrigados a pagar “tasa” pelo período de dez anos. Ainda que boa parte do conteúdo das ordenanças ditadas naquela ocasião apenas reafirmassem disposições que já haviam sido promulgadas em anos anteriores, duas razões parecem ter contribuído para que as normativas estabelecidas pelo ouvidor tivessem maior alcance e efetividade. De um lado, suas *ordenanzas* delimitavam com precisão aspectos e situações que ainda poderiam soar ambíguos, diminuindo margens para incompreensões e/ou subterfúgios. De

78 A rápida adaptação de Roque González no Paraná chamaria atenção do provincial Diego de Torres, que, na Ânua de 1612, destacava que “aunque soldado nuevo”, o padre se relacionava com os indios daquela província “como antiguo, y exercitado” (DHA, 1927, t. XIX, p.162).

79 Também naquele período, chegaria a San Ignacio o padre Pedro Romero, outro missionário que teria atuação destacada, primeiro no Paraná, e mais tarde, no Uruguay.

outro, e este era o ponto mais relevante, as normativas seriam ditadas de forma específica para as duas províncias, de modo que, em caso de não cumprimento, seria impossível alegar desconhecimento em relação a seu conteúdo.

A visita do ouvidor seria acompanhada de perto pelos jesuítas, que não esconderiam seu apoio ao conteúdo das ordenanças. Com efeito, as disposições ditadas por Alfaro iam de encontro as posições defendidas pelos padres da Companhia, que, para além de fortemente contrários ao “serviço personal”, haviam assumido, ao menos desde a chegada do Pe. Diego de Torres à província, posição bastante crítica em relação ao regime de *encomiendas*, sobretudo pelas dificuldades que este impunha a evangelização dos “naturales”. Por outro lado, como se poderia supôr, a reação dos colonos diante das ordenanças ditadas pelo ouvidor seria bastante distinta. Tanto em Tucumán, quanto no Rio da Prata, os *encomenderos* se mostrariam contrariados ao perceberem os grandes prejuízos que teriam com as limitações e impedimentos do novo ordenamento. E não tardara para que suas insatisfações se voltassem contra os próprios jesuítas, sobre os quais passariam a pesar acusações de influência sobre as determinações ditadas pelo ouvidor. No Paraguai, os descontentamentos em relação a Companhia ainda seriam agravadas, quando, em resposta a uma solicitação do Pe. Torres a respeito de uma promessa que teria sido feita a algumas lideranças do Paraná, Alfaro ordenara que os habitantes das novas reduções fossem isentados da *encomienda* até que o Vice-rei ou a Real Audiência deliberassem sobre a questão (MÖRNER, 1985, p. 38). A partir de então, as relações entre jesuítas e assucenhos, que haviam se iniciado de forma bastante cordial, se transformariam por completo, e os padres logo seriam alvo de censuras e boicote em todo o Paraguai.

Se, por um lado, as medidas ditadas por Alfaro tornariam crítica a situação dos jesuítas em Assunção, por outro, parecem ter contribuído bastante para a melhora das relações entre missionários e indígenas no Paraná. Com efeito, não há dúvidas de que os padres fariam repercutir as notícias de que, graças a uma intervenção direta do provincial, ao menos por algum tempo, os moradores de San Ignacio não estariam sujeitos a prestar serviço aos *encomenderos*. No entanto, seria para as relações que os missionários buscavam estabelecer com os grupos que ainda se mantinham reticentes a ideia de se integrarem a redução, que as disposições do ouvidor trariam maior impacto. Isto, pois, com a resolução que determinava um prazo de 10 anos de isenção – tanto em relação ao regime de *encomienda*, quanto ao pagamento de tributos – para os “infieis”, que, de bom grado, aceitassem se incorporar aos *pueblos*, os jesuítas passariam a asseverar, que aqueles que optassem por este caminho estariam livres de quaisquer encargos ou vínculos em relação aos colonos. Esta promessa, tudo leva a crer, constituiria um importante trunfo para que os missionários que atuavam no Paraná expandissem suas alianças, e lograssem, já em 1612, atrair um número expressivo de novas famílias ao povoado de San Ignacio. Assim, somente durante

aquele ano, a redução agregaria algo como 400 novos moradores, alcançando um contingente próximo a 2 mil habitantes (DHA, 1927, t. XIX, p.162).

No ano seguinte, já sob a supervisão do Pe. Roque González de Santa Cruz – que substituiria o Pe. Lorenzana na função de Superior do Paraná –, um conjunto de importantes avanços seriam registrados no *pueblo* de San Ignacio. Dentre estes, talvez o que melhor simbolizara aquela nova conjuntura seria a concretização de um objetivo, que havia sido traçado desde as primeiras instruções ditadas pelo Pe. Diego de Torres aos jesuítas que partiam em direção as missões. Referimo-nos as diretrizes relativas a disposição que deveria ser adotada na formação das reduções. Em mais de uma oportunidade, o provincial insistira para que estas fossem construídas “con traza y orden de calles”, isto é, à semelhança dos povoados espanhóis, e da configuração adotada nas Doutrinas de Juli (HERNANDEZ, 1912, t. I, p. 586). A empreitada seria narrada na Ânuia referente ao povoado de San Ignacio de 1613:

Este año, habiendo de hacer pueblo estos indios, nos pareció lo hiciesen con buen orden, para irlos poniendo en policía, y quitar muchos inconvenientes y desventuras que hay en essas casas largas, que tienen los indios en toda esta tierra, y aunque entendimos que no lo tomarían bien, por quererles quitar un uso tan antiguo de sus antepassados, no fue así, antes lo tomaran muy bien, y están muy contentos en sus casas nuevas; a las quales se pasaron aun antes de estar acabadas, por estar holgados y anchurosos, y cantar, como dicen, cada gallo. Esta pues el pueblo en nueve quadras: la una sirve de plaza, cada cuadra tiene seis casas de a cien pies, y cada casa haze cinco lances de a veinte pies; y en cada lance de estos vive un indio con su chusma (MCA-CPH. Cx. 28. Doc. 8- 857).

Nesta passagem, o que mais chama atenção não é exatamente a concretização daquele projeto, mas o modo pelo qual este seria realizado. Longe de constituir uma decisão tomada a revelia dos anseios de seus moradores, a redução tomaria forma com participação direta dos índios, que, não só construiriam suas bases, como “tomaran muy bien” o formato sugerido pelos padres. Dito de outro modo, ainda que a configuração do novo *pueblo* seguisse o plano traçado dos jesuítas, sua execução só foi possível por que contara com a aprovação e o engajamento dos “naturais”. Desde esta perspectiva, o que se destaca é que, mais do que uma simples conquista dos missionários, aquele feito representava o fortalecimento de sua aliança com os indígenas.

## 2.2 Os “apóstolos” do Paraná

Com os progressos alcançados no *pueblo* de San Ignacio, e o incentivo do Pe. Diego de Torres, os jesuítas voltariam seus esforços a fundação de novas reduções (ÂNUA, 1615, P.22).

Assim, em meados da década de 1610, seriam realizadas uma série de entradas pelas “orillas del rio Paraná”, cujos objetivos eram estabelecer alianças com grupos “infiéis”, e buscar sítios apropriados para comportar novos povoamentos. Neste contexto, destacara-se a figura do Pe. Roque González, que, acompanhado por lideranças daquele povoado, capitanearia boa parte daquelas incursões.

Em 1614, uma destas expedições chegaria a uma localidade conhecida como Itapua. E não demorou muito para que, percebendo que aquele era um ponto estratégico, tanto para a navegação do Rio Paraná, quanto para a comunicação com outras províncias, Roque González se convencesse da conveniência daquele posto para abrigar uma redução. E seu interesse aumentaria, quando, ao estabelecer contato com os habitantes de uma aldeia localizada naquelas terras, o missionário recebera boa acolhida, em especial, dos caciques Terapua, Anapece e Nãmandu (MCA-III, 1969, pp.121, 122), que manifestariam sua concordância com a ideia de estabelecer um novo *pueblo* na região. Assim, tão logo quanto possível, o padre dirigira-se a Assunção, onde daria conta do ocorrido ao Pe. Lorenzana, então reitor do colégio da Companhia, e encarregado de coordenar as missões naquela província (DHA-ÂNUA, 1929, t. XX, p.24). Em 25 março de 1615, com a permissão de seus superiores, e a autorização do então tenente de governador em Assunção<sup>80</sup>, Roque González retornara ao mesmo posto, para dar início efetivo a nova redução, que receberia o nome de N. Señora de la Encarnación de Itapua.

A fundação de Itapua contribuiria em muito para a expansão da atividade missionária naquela província. Além de um importante apoio para a realização de novas incursões pelo rio Paraná, os padres passariam a contar com o suporte dos *Itapuanos* em suas missões. Por conseguinte, demoraria pouco para que os jesuítas forjassem novas alianças na região. Primeiro, os jesuítas concentrariam suas investidas a oeste, nas proximidades da Laguna de Santa Ana, onde já haviam estabelecido contatos promissores em anos anteriores. Em pouco tempo, o Pe. Roque González estabeleceria boas relações com os habitantes da região, e chegaria a ajustar as bases para a fundação de um novo *pueblo*. No entanto, devido a um pedido do governador Hernandarias, que defendia caber aos franciscanos a “redução” daquelas comunidades, os jesuítas acabariam por abandonar aquele projeto (MCA-III, 1969, pp. 123-125). Destarte, os missionários da Companhia voltariam suas atenções ao Yaguapoa (ou Yaguapoha), paragem localizada a pouco mais de 4 léguas a oeste de Itapua. Levava pouco tempo para que o padre Roque González estabelecesse bom trânsito entre as aldeias da região, muito provavelmente, devido as relações de parentesco e afinidade que ligavam seus moradores aos *Itapuanos*. Assim, ainda em julho de 1616, seria

---

<sup>80</sup> Há época, o cargo de tenente de governador de Assunção era ocupado pelo general Francisco González de Santa Cruz, irmão do Pe. Roque González. Ao que parece, a proximidade entre ambos auxiliara os jesuítas, que obteriam licença para fundarem não uma, mas quatro reduções no Paraná. (MCA-III, 1969, p. 122).

fundada a redução de Yaguapoa de los Reyes, em um sítio posicionado a “un cuarto de légua” do rio Paraná. O novo *pueblo* teria princípios bastante modestos, já que, em virtude da escassez de missionários na província, não contaria de imediato com sacerdotes fixos (DHA, 1929, t. XX, p.215). De fato, seria somente dois anos após sua fundação, com a chegada dos padres Pedro Romero e Tomas Ureña, que seus moradores – algo em torno de 400 – passariam a conviver de modo contínuo com os jesuítas.

Em 1617, depois de receber autorização para dar prosseguimento a suas incursões, o Pe. Roque González iniciara tratativas para uma expedição com destino as “províncias” de Iana e Iguagu. Desta feita, contudo, as dificuldades seriam bem maiores do que aquelas enfrentadas em anos anteriores. A primeira delas seria a resistência dos moradores de Itapua, que cientes de que as populações que habitavam aldeias “Paraná arriba” não se mostravam dispostas a receberem os missionários, temiam que a entrada fosse ocasião para o deflagramento de um conflito. Assim, González teria de recorrer ao auxílio de Arapilandi, cacique de San Ignacio, que, ao lado de outros “Doce escogidos”, aceitara acompanhar a jornada. A expedição percorreria algo como quarenta léguas, até alcançar “a lo ultimo navegable deste Parana” (Idem. p. 141-143). Contudo, apesar da longa jornada, e dos contatos estabelecidos com diferentes comunidades, as interações se mostrariam pouco promissoras. Isto, pois, como previsto, a comitiva seria recebida com grande desconfiança, e, por mais de uma vez, enfrentara a oposição de lideranças que se mostravam fortemente contrárias a sua presença naquelas terras. Assim, depois de um mês viagem, não caberia alternativa ao Pe. González que não a de retornar a Itapua.

O fracasso daquela incursão não arrefecera os ânimos dos missionários, que mantinham-se convictos de que era questão de tempo até que acaçassem seus objetivos. Contudo, diante da emergência de um conjunto de crises no *pueblo* de Itapua durante os anos de 1617 e 1618, os padres seriam forçados a adiarem seus projetos. Os problemas se iniciaram com um período de secas, que, por duas vezes, consumiram grande parte da produção agrícola do povoado, e levariam seus moradores a um estado de penúria, que só não seria mais grave devido aos gestos de solidariedade dos habitantes de San Ignacio. Em seguida, os temores de que um grupo de soldados assucenhos, que realizava uma expedição punitiva contra “ciertos yndios rebeldes”, pudesse se voltar contra outras aldeias do Paraná, causariam alvoroço na região. Para piorar, em princípios de 1618, eclodira em Itapua uma “pestilência de catarros y calenturas” (DHA, 1929, t. XX, p. 213), que, além de atingir grande parte dos moradores daquele *pueblo*, não tardara a se espalhar por toda a “província”.

Seria somente em meados de 1619, com o abrandamento da onda de contágios, que os jesuítas retomariam suas expedições. Ainda naquele ano, duas frentes seriam estabelecidas tendo como ponto de partida o *pueblo* de Itapua. A primeira delas, liderada pelo Pe. Roque González,

buscava concretizar um feito, que, há muito, era acalentado, tanto pelos missionários<sup>81</sup>, como por autoridades da província, alcançar a “tan nombrada” “província” do Uruguai. Com a fundação da redução de Encarnación, este projeto parecia cada vez mais próximo, não só porque Itapua constituía uma espécie de caminho para aquela província, mas, também, porque ao longo de toda a segunda metade da década de 1610, o *pueblo* receberia visitas de “muchos indios” provenientes de “diferentes partes del Uruguai” (Idem. p.217). Após muitas tratativas, e acenos de que haviam lideranças dispostas a acolher os missionários naquelas terras, Roque González recebera do então provincial, Pe. Pedro de Oñate, a incumbência de dar início àquele projeto. Assim, em 25 de outubro de 1619, partira de Itapua a expedição que teria por objetivo estabelecer a primeira redução naquela província. Em carta escrita em 24 de novembro, ou seja, menos de um mês após aquela entrada, o Pe. Diego de Boroa dava conta das notícias que havia recebido sobre o sucesso da expedição, e informava ao provincial do “gusto con que los caciques de Hiruguay iban saliendo a hablar ao Pe. Roque González” (Idem. p.220). No mesmo Documento, Boroa ainda destacaria que seu companheiro de missão já havia localizado um sítio para formar uma nova redução, distante “una legua pequenã del Uruguai”, que contava com todas as comodidades necessárias para abrigar grande número de moradores, e a devida aprovação dos caciques da região. A redução receberia a denominação de Concepción del Uruguai, e, segundo projetava o Pe. González, dentro de dois anos, poderia reunir algo como quinhentas famílias.

A outra frente de investidas teria como foco o rio Paraná, e seguiriam as rotas percorridas pelo Pe. González em 1617. Desta feita, contudo, as expedições seriam lideradas pelo Pe. Diego de Boroa. A primeira destas incursões, que partiria de Itapua, seria realizada ainda em fins de 1619, e contaria com a presença de importantes lideranças do *pueblo* de San Ignacio, caso do cacique Arapizandu (ou, D. Paulo Arapizandu, segundo seu nome de batismo). Após navegarem mais de 50 léguas “Paraná arriba”, e realizarem visitas a povoados que ocupavam as margens daquele rio, a expedição alcançaria o Acaray, onde receberia boa acolhida. Depois de conquistarem a confiança do cacique Ararepa, uma importante liderança da região, a comitiva manifestaria a intenção de estabelecer um novo *pueblo* naquelas terras. A proposta seria bem recebida, e, ainda naquele ano, nasceria a redução de Natividad de la Santissima Virgen Maria, ou Natividad del Acaray (Idem. p. 292). No entanto, devido a falta de missionários na província, o povoado permaneceria por um longo período sem a presença de jesuítas. De fato, seria somente em 1624, com a chegada do padre

---

81 Ainda em 1613, o Pe. Roque Gonzáles manifestaria esperanças de que, com o avanço do povoado de San Ignacio, não tardaria para que aquela redução se tornasse uma “puerta” “para innumerables almas que hay en el Uruguay, tan nombrado y deseado de tantos, por no haber hasta ahora tenido de nuestra santa fé, ni haber entrado español entre ellos, que lo es más que se puede desear, porque se les predicaba nuestra santa fe, como la predicaron los Apóstoles, y no con la espada como se ha hecho en estas” (MORENO et al, 1994, Doc. 4).

Claudio Ruyer, e, meses depois, do padre Thomas de Ureña, que os missionários estabeleceriam assento definitivo na região.

Neste meio tempo, isto é, entre a fundação do *pueblo* de Natividad, e a efetiva fixação dos jesuítas naquele sítio, outra entrada liderada pelo padre Boroa alcançava bons resultados. Neste caso, o destino eram as aldeias localizadas nas proximidades do rio Igaña (também referido como Iana, ou Higana), um dos muitos afluentes do rio Paraná. Ao menos desde fins da década de 1610, os missionários eram bem recebidos na região, e firmavam boas relações com lideranças como o cacique Peruyu, que já havia se mostrado favorável a ideia de estabelecer aliança com os jesuítas. O primeiro intento dos padres seria o de convencer as famílias que ocupavam a região a se incorporarem as reduções já estabelecidas no Paraná, em especial, à Itapua, localizada a doze léguas daquele posto. No entanto, apesar das relações de parentesco e afinidade que os ligavam aos *Itapuanos*, a perspectiva de deixarem suas terras não agradava as lideranças do Igaña, que insistiriam em sua intenção de permanecerem na região (MCA-III, 1969, p.127). Diante daquela decisão, não restara aos jesuítas outra opção, que não esperar até que houvessem missionários aptos a se estabelecerem naquelas terras. Isto ocorreria em meados de 1622, quando, acompanhados por moradores de Itapua, os padres Diego de Boroa e Pedro Romero retornaram a região. Em 18 de maio daquele ano, ao lado de caciques e “parcialidades” provenientes de diferentes aldeias, os padres “levantaron cruz y hizieron una pequena iglesia” no Iganã, estabelecendo os fundamentos da redução de Córpus Christi (Idem). Em poucos anos, o *pueblo* reuniria algo em torno de 400 famílias, parte proveniente dos “diversos montes, rios y arroyos” daquela região (MCA-IV, 1970, pp. 28, 29), e parte vinda do povoado de Yaguapoa, que, por razões que parecem escapar as fontes coetâneas, seria abandonado em 1624 (Idem. p.335)<sup>82</sup>.

As expedições lideradas pelo Pe. Boroa ao longo rio Paraná ainda renderiam mais um importante feito por aqueles anos. Após quase uma década alimentando anseios de empreender a “redução” dos habitantes da “província” do Iguacu, e duas tentativas que acabariam em completo fracasso, em 1626, uma expedição lograria, enfim, sucesso em estabelecer alianças com diferentes lideranças daquela região. Partindo de Itapua ao lado de caciques como D. Saulo Tabacambi (o mesmo que, em princípios da década de 1610, havia liderado a oposição a entrada dos missionários no Paraná), a comitiva encabeçada pelo Pe. Boroa seguiria pelo rio Paraná, até alcançar o povoado de Natividad. Ali, com o reforço do Pe. Claudio Ruyer – e, muito provavelmente, também de alguns caciques daquele *pueblo* –, o comboio seguiria viagem, e, não levaria mais que um dia até desembarcar no Iguacu. Antes de que adentrassem a região, contudo, a comitiva teria de esperar pela deliberação de uma “junta general”, que trataria sobre a recepção

---

82 A incorporação dos moradores de Yaguapoa parece ter sido um dos motivos pelos quais, em 1626, a redução de Córpus fora transferida para um novo posto, situado “doze léguas arriba de Itapua” (DHA, 1929, t. XX, p. 273-276).



dos recém-chegados (DHA, 1929, t. XX, pp. 277, 278). Depois de receberem permissão para a sua entrada, a comitiva percorreria diferentes aldeias da região, e faria expor sua intenção de estabelecer um *pueblo* naquelas terras. Se, é bem verdade, os padres encontrariam certa resistência a seus propósitos, não há dúvidas de que estas seriam bem menores do que as que haviam enfrentado em suas primeiras visitas a região. E muito disso se devera a postura de Taupâ, liderança a quem o Pe. Boroa identificara como “caçique principal del Rio, i como Sr. de los demas” (Idem. p.279). Além de manifestar concordância com a ideia de formar um novo *pueblo*, Taupâ atuaria de modo bastante ativo para atrair outros caciques àquele projeto. Foi por seu intermédio, por exemplo, que o *mburuvichaba* Paraverâ, liderança de uma das principais “parcialidades” do Iguaçu – composta por quase 200 famílias –, estabeleceu os primeiros contatos com os padres, e, em seguida, tomara parte nos esforços para fundação da nova redução. Assim, não é à toa, que o novo *pueblo*, que receberia o nome de Santa Maria, e seria estabelecido em um sítio localizado há algo como três léguas da confluência entre os rios Iguaçu e Paraná, não levara mais do que quatro meses para reunir um contingente de 400 famílias (Idem, p. 281).

A despeito das diferentes circunstâncias de cada contexto, é possível assinalar um conjunto de aspectos comuns a todos estes casos. E talvez a principal similaridade a aproximá-los envolva o papel central desempenhado pelos caciques na fundação dos novos *pueblos*. Com efeito, não é exagero afirmar, que sem o apoio das lideranças, as chances de sucesso daquelas empreitadas eram praticamente nulas. Afinal, visto que os missionários não dispunham de condições para imporem seus objetivos aos índios, parece impensável, que sem que os caciques estivessem afeitos a ideia de comporem novos povoados, e tomassem para si a tarefa de convencerem suas parentelas a aderirem àquelas propostas, que seria possível reunir número suficiente de famílias dispostas a se engajarem em tais projetos. De fato, se havia algo que ficara claro ao longo daqueles anos, era que a fundação de novos *pueblos* exigia bem mais do que somente a intenção e a disposição de jesuítas e autoridades coloniais.

Para além da influência que exerciam sobre seus agregados diretos, a participação de lideranças constituía uma parte chave para o sucesso daquelas incursões. Ao atentarmos aos registros relativos as expedições, nota-se que, em todos os casos, constam alusões, diretas ou indiretas, a participação de caciques naquelas entradas. E não seria apenas pelo conhecimento sobre os caminhos e rotas de navegação que levavam a outras “províncias”, ou pelo auxílio que prestavam a proteção das comitivas, que a participação dos caciques tornara-se imprescindível naquelas entradas. Neste contexto, parece válido destacar as palavras do Pe. Lorenzana, que, em uma *Relación* encaminhada ao rei em 1621, destacava:

“(…) porque la experiencia ha mostrado que hecha la reducción primera, que es la de San Ygnacio, en la qual se rompieron grandes dificultades, lo demas se ha hecho con mas suavidad, porque estos Yndios de San Ignacio han sido como vnos Apostoles del Parana,

trayendo y llevando a los Padres por todo el, hablando y persuadiendo a sus parientes para bien [borroso] sacerdotes [roto] tierras, y oponiendose con mucho valor [roto] muchas veces la vida en defensa de la ley de Dios y de los Padres que ellos recibieron. (PAGE, 2018, p.153).

Apesar de orientada pela mesma perspectiva apologética dos demais escritos que destacamos até aqui, as palavras do Pe. Lorenzana apresentam uma visão distinta sobre a participação dos “índios de San Ignacio” na construção das alianças que ensejaram a fundação de novas reduções naquela província. Mais do que simples auxiliares nas incursões empreendidas pelos missionários, os caciques teriam atuação decisiva no desenvolvimento de negociações e acordos que precediam a formação dos novos *pueblos*. Neste âmbito, dois aspectos parecem ter sido determinantes. O primeiro envolvia as relações de afinidade e parentesco, que, muito antes da chegada dos jesuítas, uniam populações de diferentes regiões do Paraná e de províncias vizinhas. Ao contarem em suas expedições com o suporte de caciques que participavam daquela rede de alianças, os missionários teriam, por certo, maior facilidade em dirimir as desconfianças, que, naturalmente, cercavam a entrada de estrangeiros naqueles territórios. O segundo ponto, que, segundo compreendemos, teria repercussão determinante naquele contexto relacionava-se com o conjunto de interesses compartilhados que aproximavam as comunidades daquela “província”, em especial, sua aversão a ideia de servirem aos colonizadores. De fato, pode-se imaginar, que os testemunhos dos “índios de San Ignacio” (e o mesmo se poderia afirmar sobre as lideranças de Itapua) a atestar que os padres já haviam dado mostras de seu comprometimento com aqueles princípios teriam peso para dirimir possíveis desconfianças que ainda pairavam sobre suas intenções. Por estes e outros motivos, parece certo que o apoio de lideranças que já haviam firmado alianças com os jesuítas não fora apenas importante, mas crucial para a expansão do sistema de reduções ao longo daquela década.

### 2.3 A província amotinada

Enquanto as incursões lideradas pelo Pe. Diego de Boroa resultavam em importantes avanços para a política de reduções no rio Paraná, no Uruguai, a situação enfrentada pelos padres Roque González e Alonso de Aragón era bastante distinta. Depois de um início promissor, que, em pouco tempo, permitira a fundação de Concepción, primeiro *pueblo* daquela província, o contexto

havia adquirido novos contornos. Com efeito, se os prognósticos iniciais do Pe. González davam conta de que, em torno de dois anos, seria possível reunir um contingente de mais de 500 famílias naquele povoado, porém a realidade não tardara a se apresentar bem mais desafiadora, e, segundo registrava o Pe. Lorenzana, em 1621, o povoado não reuniria mais de 200 famílias (PAGE, 2018, p.152).

Nos anos seguintes, apesar da insistência dos padres, as tentativas de convencer novas famílias a se instalarem no povoado acabariam frustradas. E se o cenário já era desalentador, a emergência de uma “cuelíssima peste” em Concepción tornaria tudo ainda mais penoso. Por três longos anos, os contágios atingiriam quase todos os moradores daquela redução, e, por pouco, não decretaram o seu fim. De fato, quando o surto arrefecera, o *pueblo* já não contava com mais do que 60 famílias (DHA. 1929, t. XX, p.356). Diante de tantas dificuldades, o Pe. González, que, ao longo de anos, havia alentado projetos de estender a evangelização por todo o Uruguai, chegara a cogitar a ideia de abandonar aquela empreitada.

A situação só tomaria novos rumos em meados da década de 1620, quando, estimulado pelo provincial, Pe. Nicolás Durán Mastrilli, Roque González retomaria os esforços com o objetivo de estabelecer novos *pueblos* nas proximidades do rio Uruguai. E seria na “outra banda” daquele rio, que o padre alcançaria seu primeiro êxito após quase sete anos de dificuldades e agruras. Partindo de Concepción, uma expedição liderada pelo Pe. González seguiria em direção ao leste, até o cruzar o rio Uruguai. Nas proximidades do rio Piratini, a comitiva recebera boa acolhida em diferentes aldeias. Assim, já em 3 de maio de 1626, sobre um sítio de “terra muy fértil y acomodada”, seriam estabelecidos os alicerces de uma nova redução, San Nicolás del Piratini. E não levaria mais do que alguns meses para que o novo *pueblo* reunisse um total de aproximadamente 280 famílias, dando mostras de que não tardaria a tornar-se uma grande povoação (DHA, 1929, p. 365).

A boa acolhida das aldeias localizadas nas proximidades do rio Piratini parece ter incentivado os missionários a empreenderem novas incursões pela banda oriental. E a estratégia se mostrara acertada, já que logo surtiria bons efeitos. De fato, poucos meses após a fundação de San Nicolás, outra incursão bem-sucedida daria origem a um novo *pueblo* na região, San Francisco Xavier. Situada sobre um posto localizado a uma distância de aproximadamente 10 léguas de Concepción, a terceira redução daquela província também contara com um início promissor, posto que reuniria, em breve tempo, algo em torno de 600 moradores (Idem. p. 366).

Os êxitos alcançados naquele ano não tardariam a serem colocados a prova. E a razão para isto envolvia um projeto liderado pelo governador de Buenos Aires<sup>83</sup>, Don Francisco de Céspedes.

---

83 Como se sabe, ainda em dezembro de 1617, uma Real Cédula de Felipe II determinara a divisão da província do Rio da Prata. A medida, que só teria efetividade prática nos anos seguintes, era uma resposta aos contínuos reclamos de autoridades da província, que, por décadas, argumentavam que a grande amplitude daquela jurisdição impossibilitava sua efetiva administração. Pela decisão, seriam criadas duas novas governações, a do Rio de la Plata (ou Buenos Aires),

Desde o princípio de seu período como mandatário daquela província, Céspedes definiria a expansão daquela governação em sentido ao atlântico como uma prioridade de seu governo. E o primeiro passo neste sentido seria dado ainda em 1624, ano de sua chegada a cidade portenha. Depois de estabelecer contatos com lideranças “Charruas” e “Chanás”, o governador estimularia a criação de duas novas reduções junto a confluência entre os rios Uruguai e Negro. Assim, naquele mesmo ano, seriam fundados os *pueblos* de San Juan de Céspedes, composto por grupos “Chanás” (p.194), e San Francisco de Olivares (que, mais tarde, se tornaria San Domingo Soriano), formada por famílias “Charruas”. O modelo administrativo adotado em ambos os casos seria semelhante. Céspedes nomearia corregedores espanhóis para, ao lado de missionários da ordem franciscana, promoverem a evangelização e a “polícia” entre os nativos (Idem).

Em princípios de 1626, o governador arquitetara um novo passo em sua política de Conquista, que buscava romper os limites do salto do Uruguai. Para tanto, Céspedes encarregaria Hernando de Sayas, então corregedor do povoado de San Juan, a tarefa de navegar em direção ao norte, com objetivo de fazer o reconhecimento daqueles territórios, e estabelecer contato com o Pe. Roque González. Segundo um depoimento dado por aquele corregedor anos depois, a jornada se estendera por meses, e seria marcada por inúmeros percalços. Enfim, por meados daquele ano, Sayas logrou cumprir a tarefa, e, após alcançar o povoado de Concepción, seria recebido pelos jesuítas<sup>84</sup>. Ao Pe. Roque González, o enviado entregaria mensagens do governador, que solicitava sua presença em Buenos Aires. Assim, depois de alguns dias, ambos partiriam ao lado de alguns caciques da região em direção a cidade portenha.

Em fins de junho daquele ano, a comitiva desembarcara em Buenos Aires, e logo seria recepcionada pelo por Céspedes. Diante do governador – ainda de acordo com o depoimento de Hernando de Sayas – Roque González exporia as grandes dificuldades que enfrentava naquela província. Para o padre, o principal empecilho daquela missão envolvia o fato de que indígenas do Uruguai possuíam pouco conhecimento sobre os colonizadores, e, por isso, “no creían” nas “fuezas de los españoles”. Diante daqueles relatos, Céspedes organizaria uma demonstração de força com o claro objetivo de impressionar os caciques que acompanhavam visita. Para isto, mandara “juntar toda la gente que avia y de a cavallo y de a pie”, formando uma tropa, que, munida de mosquetes e arcabuzes, realizaria uma “muestra general” de suas forças (Idem. p. 182). Em seguida, o

---

que abarcaria as cidades de Buenos Aires, Santa Fe, Corrientes e Concepción del Río Bermejo, e a do Guayrá (ou Paraguay), que incorporaria os distritos de Assunção, Ciudad Real, Villa Rica del Espíritu Santo e Santiago de Jerez. Além das cidades coloniais, a divisão também compreenderia os *pueblos* de índios, que, a depender de sua localização, estariam subordinados a uma ou outra governação.

84 *Información hecha en la ciudad de Buenos Aires, á petición del gobernador don Pedro Esteban Dávila, acerca de los indios Uruguay, tapes y viaza, en la que se encuentran insertos vários pareceres é informes sobre dichos indios y países, su conquista y reducción, comenzada por Hernán Arias de Saavedra* (01/04/1634). Colección de copias de documentos del Archivo General de Indias de Sevilla [manuscrito]. Tomo 214 (1618-1635). Documento N° 4878. Colección Gaspar García Viñas. Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). p.180.

governador distribuiria presentes aos caciques, e concederia aos jesuítas a autorização para que prosseguissem com a fundação de novos *pueblos* no Uruguai (MCA-IV, 1970, p. 11).

Dias depois de a comitiva liderada pelo Pe. Roque González iniciar sua viagem de retorno, Céspedes colocaria em prática um plano que já havia esboçado nos meses anteriores. Para tanto, o governador enviaria uma expedição em direção àquelas terras, da qual fariam parte o Capitão Salvador Barbosa de Aguilar, e os *criollos* Hernando de Sayas, Pedro Bravo e Pedro de Payua. O grupo empreenderia sua jornada munido de instruções bem detalhadas. Enquanto o Capitão Aguilar fora nomeado Tenente Geral da província do Uruguai, com ordens para tomar posse daqueles territórios em nome do governador e do rei de Espanha, e assumir sua administração, os demais receberiam títulos para exercerem a função de corregedores dos *pueblos* de índios. As intenções do governador eram claras, além de efetivar seu domínio sobre a província, sua estratégia era implementar, nas reduções que haviam sido fundadas pelos padres da Companhia, o mesmo modelo que havia sido aplicado nos *pueblos* do rio Negro, isto é, delegar sua administração a corregedores espanhóis, que atuariam ao lado dos jesuítas.

A doença que acometera o capitão Salvador Aguilar em meio a viagem, obrigando-o a retornar a Buenos Aires em companhia de Pedro Bravo, não impediu que Hernando de Sayas e Pedro Payua prosseguissem em sua jornada. Munidos dos títulos concedidos pelo governador, ambos dariam início a sua atuação como corregedores, ao que parece, ainda em fins de 1626. Assim, enquanto Hernando de Sayas se instalara em Concepción, onde atuavam os padres Roque González e Francisco de Alfaro, Pedro Payua partiria, ao lado do Pe. Miguel de Ampuero, em direção a San Xavier.

Em princípio, a chegada dos corregedores enviados pelo governador não parece ter ocasionado maiores consequências. Tanto assim, que, em fevereiro de 1627, os jesuítas alcançariam cumprir um objetivo que já alentavam a alguns anos, qual seja, estabelecer um *pueblo* junto ao salto do Uruguai, ponto estratégico para garantir a segurança das expedições que navegavam em direção a Buenos Aires. A redução de Ntra. Señora de los Reyes de Yapeyú estaria localizada às margens do rio Uruguai, próxima a sua confluência com o Ibicuiti (atual Ibicuí), a uma distância de trinta léguas ao sul de Concepción (aprox. 165 km) (DHA, 1929, p. 368). Encarregado de assistir ao novo *pueblo*, o padre Pedro Romero teria a companhia de Pedro Bravo, que, após seu retorno de Buenos Aires, assumiria as funções de corregedor em Yapeyú.

Quando os informes sobre a presença dos novos corregedores chegaram aos *pueblos* do Paraná, o descontentamento seria imediato. Com efeito, tão logo tomaram conhecimento de que os moradores de Concepción teriam “consentido” a presença de um administrador espanhol em suas terras, os *Itapuanos* enviariam ameaças direcionadas aos seus moradores, afirmando que “los avian de destruir” se não agissem logo para expulsá-lo (DHA, 1929, t. XX, p.360). Contudo, tais alertas

não seriam suficientes para que as lideranças de Concepción adotassem quaisquer medidas. De fato, a atitude dos moradores daquele *pueblo* só mudaria quando estes se tornaram alvo dos desmandos do corregedor, e, enfim, tomaram uma ideia clara de quais eram suas pretensões. Daí em diante, a oposição em relação a presença daquele “administrador” só faria crescer, e não tardaria a tomar os aspectos de um revolta. O estopim para o acirramento dos ânimos seria uma agressão de Hernando de Sayas a um habitante do povoado, afronta que geraria um motim em “todo el pueblo”. Além de exigirem a imediata saída do corregedor, os moradores de Concepción cercariam a casa em que este se refugiara, e passaram toda a noite “sonando sus bocinas y tambores a guisa de guerra” (Idem). E os descontentamentos também recairiam sobre o Pe. Francisco de Alfaro, que seria acusado de conivência com os desmandos do enviado do governador.

Enquanto os distúrbios em Concepción ganhavam força, em San Xavier, também cresciam as insatisfações em relação a conduta do corregedor que se instalara no povoado. Segundo o Pe. Durán, os motivos ali seriam as intimidações do novo administrador, que, ao que parece, ameaçava com punições todos os que se negavam a cumprir suas ordens. Diante das coações, ainda de acordo com relato do provincial, os habitantes do povoado passariam a crer, que “la Santa Cruz que se avia levantado como es costumbre, en la fundación de las reducciones”, seria “la horca donde avian de acerlos morir” (DHA, 1929, t. XX, p. 361). Destarte, levaria pouco tempo até que algo em torno da metade de seus moradores optasse por deixar o *pueblo*, o que reduziria seu contingente a um número inferior a cem famílias<sup>85</sup>.

Em meio a crise, o provincial Nicolás Durán realizaria uma visita ao Uruguai, e, em suas palavras, encontrou “toda amotinada esta provincia”. Logo após sua chegada a Concepción – que contara com uma recepção bem mais comedida do que normalmente ocorria em tais ocasiões –, Durán tomaria conhecimento a respeito dos conflitos que agitavam a região, e não somente pelos padres que se encontravam naquele *pueblo*, pois, de acordo com seu próprio relato, na mesma tarde em que pisara em Concepción, seus moradores o interpelaram com grande “resolucion”, pressionando-o para que “mandasse logo salir de la tierra aquel español” (DHA, 1929, t. XX, p. 361). Diante das cobranças, o provincial parece ter percebido que o que estava em jogo ali não era uma simples desavença, mas um conflito que colocava em risco a própria continuidade da atividade dos jesuítas naquela província. De imediato, Durán agiria para mediar uma saída para aquele impasse, delegando ao Pe. Miguel de Ampuero a tarefa de viajar até Buenos Aires levando mensagens que davam conta da situação ao governador (MCA-IV, 1970, p. 130). Ao tomar conhecimento sobre a gravidade da crise, e, pelo conteúdo das missivas do provincial, compreender

---

85 A queda no número de habitantes parece ter sido o principal motivo pelo qual o povoado de San Xavier seria abandonado anos depois. Em 1629, outro *pueblo* com o mesmo nome seria fundado no Uruguai, este na margem esquerda daquele rio, nas proximidades do arroio Tabituí (FURLONG, 1962, p. 152).

que a única saída possível naquele contexto era a imediata saída dos espanhóis da região, Céspedes logo despacharia uma ordem para o retorno de seus enviados. Assim, em menos de um ano, mais do que apenas ser forçado a abandonar seus planos de implantar corregedores em meio aos *pueblos* daquela província, o governador sofreria um decisivo revés em suas ambições de expandir a colonização em direção a costa atlântica, e, ao cabo, assim como tantos outros que lhe antecederam, seria obrigado a desistir daquele projeto.

Além de comprometerem os planos do governador, os conflitos decorrentes da atuação daqueles corregedores teriam efeitos paradigmáticos, tanto para as populações indígenas daquela província, quanto para os jesuítas. Se, até então, as comunidades do Uruguai pareciam pouco inteiradas a respeito dos objetivos dos colonizadores, e, sobretudo, sobre o que implicava admitir a presença de administradores espanhóis em suas terras, aquela experiência serviria como um aprendizado. Ainda que tenha durado poucos meses, o convívio com os corregedores fora suficiente para evidenciar as formas de poder que estes almejavam exercer em meio aos *pueblos*, e, mais ainda, qual o nível de sujeição pretendiam impôr a seus moradores. Assim, sua passagem pela região daria aos habitantes daquela província algo que ainda não haviam vivenciado diretamente, um exemplo em primeira mão do que significava estar submetido ao domínio dos colonizadores. Por outro lado, o episódio também traria importantes lições aos jesuítas. Com efeito, as reações provocadas pelos desmandos praticados pelos administradores espanhóis deixariam claro que sua presença em meio as reduções, além de um sério risco a atividade catequética, também poderia representar uma ameaça a própria segurança dos missionários. Assim, não é sem razão, que, a partir dessa experiência, qualquer plano que envolvesse a implantação de corregedores espanhóis nas reduções seria fortemente combatido pelos padres da Companhia, que, não raro, se valeriam daquele caso para exemplificar os riscos e limites de tais projetos.

Logo após o retorno dos enviados do governador a Buenos Aires, o provincial encarregaria ao Pe. Roque González a tarefa de dar seguimento as expedições com vistas a expansão das reduções na província. Seguindo as instruções de Durán, que insistia na importância de assegurar o controle sobre o “paso” do Uruguai, González partiria de Yapeyú com o objetivo de fundar um *pueblo* nas margens do Ibicuiti. Em princípio, a entrada seria bem-sucedida, e, com apoio do cacique Tavacân, seriam implantadas as bases do novo *pueblo* na região. Contudo, após o ataque de um grupo que se opunha a presença dos padres naqueles territórios, a empreitada seria abandonada, e levaria os jesuítas a concentrarem suas ações em outra região, onde os primeiros prospectos haviam se mostrado mais promissores. Com efeito, já em anos anteriores, os padres haviam constatado, que as terras que se estendiam os rios Piratini e Ijuí abrigavam grande número de aldeias. Assim, desde princípios de 1628, a redução de San Nicolás se tornaria o ponto de partida para uma série de incursões naquela região. E não levaria muito tempo até que os missionários

alcançassem bons resultados em suas investidas. Ainda em fevereiro daquele ano, uma expedição capitaneada pelos padres Roque González e Pedro Romero encontraria boa acolhida entre aldeias localizadas a algo como cinco léguas a oeste de San Nicolás, em um posto conhecido como Caaçapamini. Contando com o apoio de diferentes lideranças, os missionários não teriam grandes dificuldades para reunir um bom número de famílias, e encontrar um sítio bem “acomodado” para comportar uma nova redução. Assim, nasceria o *pueblo* de Nsa. Sra. de la Candelária, o quinto erigido por indígenas e jesuítas naquela província (Idem. pp. 376,377).

Em meados de 1628, as notícias que chegavam ao provincial desde a “otra banda” do Uruguai, davam conta de que o único empecilho para a fundação de mais reduções era a escassez de missionários, uma vez que não faltavam “puestos” apropriados, e “gente dispuesta para fundar otras muchas” (Idem. p. 377). E os sucessos alcançados após a chegada de novos padres a região comprovariam que aqueles prognósticos não eram exagerados. De fato, ainda em julho daquele ano, uma entrada liderada pelo Pe. Roque González estabeleceria as bases de uma nova redução nas proximidades do rio Ijuhí (Ijuí). O novo *pueblo*, Asunción del Ijuhí, estaria sob o encargo de um dos missionários recém-chegado à província, o Pe. Juan del Castillo. Nos meses seguintes, incentivados pelas notícias de que haviam lideranças que aguardavam a visita dos missionários a suas terras, os jesuítas prosseguiriam em suas entradas. Seria neste contexto, que, em princípios de novembro de 1628, uma expedição realizada pelos padres Roque González e Alfonso Rodríguez (outro dos jesuítas enviados ao Uruguai naquele ano) chegaria ao Caaró, região localizada a pouco mais de dez léguas de San Nicolás (aproximadamente 70 km). Com o apoio de um bom número de caciques, em especial, de Nezá, uma importante liderança da região, os dois jesuítas dariam início aos trabalhos com vistas ao assentamento de uma nova redução. No entanto, o que parecia o início promissor de mais um *pueblo*, logo daria lugar a uma sucessão de acontecimentos trágicos. Segundo fontes posteriores, a chegada à região de grupos que haviam deixado a povoação de San Xavier alteraria os ânimos de algumas lideranças, que passariam a se opôr a presença dos jesuítas (BLANCO, 1929, pp. 520, 521). Em 15 de novembro daquele ano, sob o comando do cacique Nezá, o grupo empreenderia um ataque direcionado aos missionários, que culminaria na morte dos padres Roque González e Alfonso Rodríguez. Dois dias mais tarde, outra investida, desta vez no *pueblo* de Asunción, traria o mesmo destino a outro jesuíta, o Pe. Juan del Castillo<sup>86</sup>. A morte dos três missionários ainda seria seguida por ataques as povoações de San Nicolás e Candelária, o que

---

86 Em um documento em que enumerava razões para que os índios das reduções fossem isentados das *encomiendas*, o Pe. Diego de Torres destacava a aversão que estes nutriam em relação aos espanhóis, e sublinhava o quanto suas interferências prejudicavam a atividade evangelizadora dos missionários. Para exemplificar este ponto, Torres citava a morte daqueles três missionários, que relacionava diretamente aos projetos levados a cabo pelo governador Francisco de Céspedes: “Y assi van perdiendo el crédito de los padres que se la dieron. Y tienen riesgo de que también los maten como ya lo hicieron en el Uruay martirizando a tres sacerdotes [(de la Compañía)] unos indios infieles cercanos porque avian entrado tres o quatro españoles enviados por el governador del Puerto, con que también se alvortaron los indios christianos de aquellas reducciones. (MCA-I, 1951, p.374).



desencadearia um grave conflito na região. Ao cabo, além do fim trágico dos três jesuítas, e do abandono das reduções do Caaró e Ijuhí, estes episódios ainda interromperiam o ciclo de incursões na banda oriental, de modo que a fundação de novos *pueblos* no Uruguai só seria retomada em princípios da década seguinte.

## 2.4 Interesses comuns no Paranapanema

Como já havíamos mencionado, a entrada dos jesuítas no Paraná ocorreria em paralelo ao desenvolvimento de outra importante frente missional, que teria como palco a região do Guairá. A situação daquela província em princípios do século XVII, no entanto, era bem distinta da que os padres encontraram ao sul do Tebicuari. Desde fins do século XVI, com o fim das esperanças de riqueza através da exploração de minérios, a precária economia guayrenha havia se estruturado em torno da exploração de erva mate na serra de Maracayu. Para tanto, os colonos – que, entre Ciudad Real e Villa Rica, não somavam mais do que 130 famílias – dependiam da força de trabalho de suas *encomiendas*, que, além de realizarem os benefícios ervateiros, também efetuavam o transporte do produto até Assunção. Depois de alguns anos, contudo, o número de trabalhadores empregados em tais funções já estava bem aquém das expectativas e ambições dos *encomenderos*. E isto não possuía relação com a densidade da ocupação indígena no Guairá, que, ainda em princípios do século XVII, era estimada em mais de 150 mil famílias (RBN, 1937, t. I, N 1, p.152). O fato é que, devido à falta de contingentes e recursos, os colonos encontravam-se incapazes de impôr o regime de *encomiendas* à maior parte daquelas populações. Em 1607, o governador Hernandarias resumiria bem aquele quadro ao afirmar que, apesar da “gran summa” de indígenas que ocupavam os distritos de Villa Rica e Ciudad Real, a grande maioria servia aos colonizadores apenas “como y quando” lhes convinha, já que os espanhóis não dispunham de força “para poderlos conquistar ni subjeter” (Idem).

O contexto de relativa estagnação da colonização hispano-crioula no Guairá contrastava em muito com os avanços, que, naquele mesmo período, ocorriam na capitania de São Vicente. Ainda em meados da década de 1590, as notícias sobre a descoberta e o início da exploração de ouro no Jaraguá – feito atribuído a Afonso Sardinha, o moço –, implicaria em importante afluxo de novos moradores ao planalto vicentino. Dentre estes, estaria o próprio governador-geral do Brasil, D. Francisco de Souza, que, em 1599, deixaria a cidade de Salvador para, ao lado de uma grande

comitiva, fixar residência em Piratininga. Sua chegada marcaria o início de um movimento de expansão da ocupação colonial na região. Além de incentivar a realização de expedições em busca de novas fontes de metais preciosos, o governador-geral estimularia a formação de novas propriedades, ao implementar uma política voltada a concessão de sesmarias. Como resultado, surgiriam novos núcleos de povoamento, tanto a leste, seguindo em direção as nascentes do rio Anhembi (atual Tietê), quanto a oeste e sudoeste, em direção ao Jaraguá e ao Parnaíba (BUENO, 2009, pp. 264-265). Deste contexto, o que, aqui, importa destacar é que o sustento destes avanços, como se poderia supôr, estaria alicerçado sobre a exploração da força de trabalho indígena, em especial, dos “negros carijós”. Assim, não é sem razão, que, desde princípios do século XVII, as dimensões e a frequência das expedições de cativo que partiam de Piratininga cresceriam de forma expressiva. E, a despeito de que o chamado “sertão dos patos” seguisse constituindo um destino importante para as entradas de apresamento, seria outra região, mais próxima ao planalto, que passara a concentrar a maior parte das incursões sertanistas. Com efeito, ainda naquele período, o principal foco de tais investidas estaria voltado para as aldeias do Guairá, território que os paulistas denominavam genericamente como o “sertão dos carijós” (MONTEIRO, 2000, p.61).

Seria durante este período, e em meio a este contexto, que o governador Hernandarias passaria a defender a envio de missionários e a formação de reduções no Guairá. Este encargo caberia aos padres da Companhia de Jesus, os únicos que, há época, encontravam-se em condições de assumir tal empreitada. Segundo o governador, a melhor opção para aquela missão seria iniciar pelo rio Tibagiba (Tibagi), que, segundo afirmava-se, era “el mas poblado de naturales de aquella provincia” (RBN, 1937, t. I. N 4, p.755). E foi esta a orientação, que, ainda em 1609, o provincial da Companhia, Pe. Diego de Torres, repassara aos padres italianos Joseph Cataldino e Simon Maceta. Assim, em princípios do ano seguinte, depois de reunirem todo o necessário para a jornada, os dois jesuítas partiriam de Assunção, acompanhados por Rodrigo Melgarejo, clérigo nascido no Guairá, e bem relacionado em toda aquela província<sup>87</sup>.

A viagem até Ciudad Real duraria quase dois meses, mas ainda levaria algum tempo até que os padres dessem início aos objetivos de sua missão. Isto, pois os jesuítas ainda realizariam visitas as vilas coloniais, e, neste período, seriam acometidos por enfermidades que os obrigaram a postergarem seus planos. Destarte, seria somente depois de sete meses de sua chegada ao Guairá, que os padres dariam início efetivo aos projetos que os levaram àquela província. Em companhia de Juan Garcia, antigo tenente de governador da província, e “muy inteligente de toda la tierra rios y naciones pobladas por alli”, a expedição partiria em direção ao Paraná “arriba”, até entrar pelo rio Parapanane (atual Parapanema) (DHA, 1927, t. XIX, p.129). No entanto, em lugar de

---

87 O sacerdote Rodrigo Ortiz Melgarejo era um dos filhos de Ruy Díaz Ortiz Melgarejo, fundador de Ciudad Real e Villa Rica.

partirem diretamente para o Tibagiba, executando o plano que havia sido traçado ainda em Assunção, os padres optariam por outra estratégia. Com efeito, desde que começaram a navegar pelo rio Paranapanema, o grupo passara a avaliar as condições da região em busca de sítios que pudessem comportar reduções. E a ideia de se estabelecerem naquelas terras parece ter ganhado ainda mais força quando a comitiva passara a experimentar manifestações de boa acolhida. De fato, enquanto ainda navegava por aquele rio, a expedição recebera mensagens de “varias naciones de yndios”, que enviariam convites para que o grupo visitasse suas terras. Assim, depois de pouco mais de uma semana em busca das “mejores y mas espaciosas tierras”, o grupo decidira tomar assento na confluência entre os rios Paranapanema e Pirapó. Junto a uma pequena aldeia de 200 habitantes, seria erigido o “estandarte de la cruz”, e uma “pequeña choza para Iglesia”, os fundamentos da redução de N. Señora de Loreto, a primeira daquela província. Em breve tempo, o novo *pueblo* reuniria centenas de famílias, todas provenientes de aldeias do Pirapó (MONTROYA, 1639, Cap. VI).

Estimulados por aquele sucesso, e pela constatação de que a ideia de formarem povoados mais amplos também agradava outras comunidades da região, levaria pouco tempo até que os padres decidissem que haviam condições para a fundação de mais uma redução no Paranapanema. Assim, ainda em princípios de 1611, seriam estabelecidas as bases de um novo *pueblo*, batizado com o nome de San Ignacio. Situada nas proximidades da margem direita do rio Paranapanema, a povoação estaria a pouco mais de 6 léguas de Loreto (aproximadamente 35 km), distância que poderia ser percorrida em dois ou três dias. E, tal como ocorrera no primeiro caso, foram necessários apenas alguns meses até que aquela redução passasse a contar com centenas de famílias.

Em menos de um ano, os padres já atuavam em duas grandes reduções, que, a cada mês, recebiam mais e mais famílias. E a rede de alianças forjada naquele curto período ainda não se encerrara por ali. Com efeito, pouco depois da fundação dos *pueblos* de Loreto e San Ignacio, os jesuítas estabeleceriam contatos com, pelo menos, duas outras povoações, que logo passariam a visitar com certa frequência. Uma destas era a aldeia do “cacique” Roque Maracana, situada em um posto bem próximo a redução de Loreto (MONTROYA, 1639, Cap. XV). A outra era a povoação de Itamaraca (Tamaraca), esta, localizada a poucas léguas de San Ignacio (MCA-I, 1951, p.327). Assim, se, formalmente, eram somente duas as reduções atendidas pelos jesuítas, na prática, já em meados de 1611, os padres atuavam em quatro povoados. E as referências quanto ao número de habitantes destas povoações impressionam. No total, os quatro povoados reuniam mais de 3 mil famílias, que formavam um contingente superior as 10 mil pessoas (DHA, 1927, t. XIX, p. 129). E este número ainda cresceria no ano seguinte. Em uma das primeiras cartas que enviara após sua chegada a região em princípios de 1612, o Pe. Antonio Ruiz de Montoya afirmava que aqueles

“quatro *pueblos*” já contavam com mais de 3500 famílias, que, juntas, somavam entre 12 e 13 mil habitantes (Idem. p.179).

O rápido desenvolvimento dos povoados do Pirapó, e a amplitude das redes de aliança, que, em tão breve tempo, seriam forjadas entre missionários e indígenas naquela região, diferem bastante das situações verificadas em outras províncias. Como vimos, tanto no Paraná, quanto no Uruguai, levariam anos até que as reduções reunissem contingentes mais expressivos. Diante destas discrepâncias, uma questão se impõe: afinal, como explicar que, em um intervalo de pouco mais de um ano, os padres enviados ao Guairá tenham alcançado resultados tão expressivos? Por certo, a resposta para esta questão não é unívoca, mas múltipla, e envolve um conjunto de variáveis, que, se enumeradas uma a uma, excederiam em muito os limites deste tópico. Neste âmbito, parece suficiente destacar três fatores, que, segundo compreendemos, desempenhariam papel fundamental naquele contexto. O primeiro deles tem relação com os auxílios prestados tanto pelo clérigo Rodrigo Melgarejo, quanto pelo tenente Juan Garcia. Com efeito, tendo em vista, que, até então, os padres Joseph Cataldino e Simon Maceta jamais haviam pisado na naquelas terras, e dispunham de poucas informações sobre a província, não há dúvidas de que o conhecimento e a experiência de dois *criollos*, que, há décadas, percorriam aquele território, seriam cruciais para facilitar sua entrada no Guairá. Mais do que isto, parece bastante provável, que a decisão tomada pelos jesuítas de se dirigirem ao Paranapanema tenha se orientado pelas sugestões daqueles informantes, que, tudo indica, tinham conhecimento sobre a situação daquela região, e sabiam que eram grandes as chances de que ali os missionários contariam com boa acolhida. Ainda neste contexto, há que se mencionar a possibilidade de que, em passagens anteriores, Melgarejo e Juan Garcia já houvessem construído vínculos de confiança com as comunidades do Pirapó, algo que, seguramente, teria grande peso na boa recepção que aquelas populações ofereceram aos padres da Companhia.

Outro fator importante para aquele resultado envolveria a própria densidade da ocupação existente na confluência dos rios Paranapanema e Pirapó em princípios de século XVII. De fato, um dos aspectos que chamara a atenção dos missionários logo após suas primeiras incursões pela região seria o grande número de aldeias que ocupavam aqueles territórios. Décadas mais tarde, o Pe. Montoya registraria, que somente nas proximidades do sítio que passara a abrigar o *pueblo* de Loreto, os jesuítas italianos teriam constatado a existência de mais de vinte aldeias. E a despeito de que a grande maioria daqueles povoados era composto por pequenas comunidades, não faltariam, também, “*algunas poblaciones de razonable numero*” na região (MONTROYA, 1639, Cap. VI). Além de facilitar a atuação dos missionários, a proximidade entre aquelas comunidades contribuiria em muito para agilizar a transferência de seus moradores aos novos *pueblos*, algo que,

sem dúvidas, seria crucial para que fosse possível reunir um número tão expressivo de famílias em um curto espaço de tempo.

Por fim, cumpre ressaltar outro aspecto, quiça ainda mais importante do que os anteriores. Trata-se da boa recepção manifestada por grande parte daquelas comunidades, não só em relação a presença dos jesuítas em suas terras, mas, sobretudo, ante a ideia de formarem *pueblos* mais amplos. Com efeito, é bastante claro, que desde a chegada dos missionários ao Pirapó, lideranças de toda a região se mostrariam bastante interessadas naquela proposta, e, mais do que isto, dispostas a conduzirem suas parentelas a se engajarem em tais projetos. Ainda que as fontes jesuíticas não contemplem maiores explicações a este respeito, é possível conjecturar uma hipótese para esta abertura, diretamente relacionada ao contexto vivenciado por aquelas comunidades durante as primeiras décadas do século XVII. Como destacamos em páginas anteriores, para as comunidades de todo o Guairá, aquele período seria marcado pelo aumento das pressões exercidas pelas expedições de captura que partiam do planalto de Piratininga. E esta dinâmica teria consequências. A medida em que a região tornava-se alvo prioritário das entradas de apresamento, cresceria entre as aldeias daquela província a convicção de que a adoção de medidas de caráter defensivo era uma necessidade. Assim, enquanto algumas comunidades optariam pelo refúgio em áreas de difícil acesso, distantes das rotas comumente empregadas pelos colonizadores, outras investiriam na composição de povoações mais amplas, e, portanto, mais aptas a resistirem a tais ofensivas. Neste contexto, cabe destacar uma observação de Bartomeu Melià, que, em uma das muitas investigações que dedicara a este tema, pontuaria a possibilidade de ler, na origem de algumas reduções, o interesse de certas lideranças “hacia la formación de aldeas mayores y potencialmente mas fuertes” (MELIÀ, 1997, p. 198). Se esta perspectiva, de fato, se aplicava àquele contexto, é possível conjecturar, que uma das principais variáveis a contribuir para o rápido desenvolvimento daqueles povoados estaria alicerçada na confluência de interesses entre caciques e missionários. Enquanto os padres viam àquelas lideranças como aliados cruciais para a fundação de suas reduções, os caciques do Pirapó parecem ter enxergado nos missionários, uma parceria oportuna para a construção de comunidades “potencialmente mais fortes”, seja para se defenderem de possíveis investidas das expedições de captura vindas do planalto, seja para se oporem aos excessos dos *encomenderos*.

A incorporação de novos habitantes aos *pueblos* do Pirapó se manteria em alta até meados de 1613. Neste contexto, tudo parecia sugerir que a formação de novas reduções na província dependia unicamente da chegada de missionários. No entanto, ainda em fins daquele ano, o surgimento de graves crises interromperia a dinâmica de crescimento que havia sido a tônica desde a fundação daquelas povoações. E a primeira fonte de distúrbios seria a eclosão de um surto epidêmico – provavelmente ocasionado pela varíola – que, em pouco tempo, se alastraria por toda

a região. Assim, em questão de meses, os contágios provocariam efeitos funestos, que implicariam em, pelo menos, algumas centenas de óbitos. A partir de um informe que recebera de um dos jesuítas que atuava no Guairá<sup>88</sup>, o provincial Diego de Torres enfatizava a gravidade daquela situação, e sublinharia o fato de que a quantidade de enfermos e mortos excedia em muito a capacidade de assistência dos missionários:

Tenía este Padre que sepultar tantos muertos, que le era ya imposible repetir cada vez las preces del ritual prescritas para tal ocasión, y tenía que contentarse con rociar a los muertos con agua bendita, y volver al instante a confesar a los moribundos, día por día, desde la mañana hasta la noche, no quedandole siquiera tempo para comer. (DHA, 1927, XIX, p. 453)

O enfrentamento dos efeitos decorrentes da peste não seriam os únicos desafios, que naquele período, afetariam de modo grave o cotidiano daqueles *pueblos*. Entre fins de 1613, e princípios do ano seguinte, os *encomenderos* guayrenhos deixariam cada vez mais claras suas insatisfações ante a postura dos padres da Companhia. Ao que parece, se, ainda antes da chegada dos jesuítas, os colonos daquela província já encontravam obstáculos para imporem o regime de *encomiendas* às comunidades do Pirapó, com a vinda dos missionários, estes empecilhos haviam se tornado ainda maiores. Neste contexto, a chegada a Assunção de um cônego visitador, que logo se colocara como um forte opositor a atuação dos padres da Companhia, seria ocasião para um acirramento daqueles conflitos. No Guairá, as notícias que circulavam eram de que, assim que entrasse naquela província, o religioso trataria de “hechar los padres de estas reducciones” (DHA, 1929, t. XX, p. 46). E, ao menos em alguma medida, as previsões pareciam acertadas. Segundo os jesuítas, desde sua chegada ao Guairá, o prelado daria mostras de que seu intento era substituir os missionários por clérigos seculares. E este objetivo ficaria ainda mais evidente durante sua visita aos *pueblos* do Paranapanema. Na ocasião, além de semear dúvidas quanto aos verdadeiros objetivos dos padres da Companhia – acusando-os de agirem em proveito próprio, e dando a entender que os padres logo abandonariam a região – o cônego passaria a incentivar diferentes caciques a deixarem as reduções. E o fato de que, naquele período, apenas o Pe. Simon Maceta encontrava-se no Guairá seria visto como um sinal de que os jesuítas já se preparavam para abandonar a região. Destarte, o clima de incertezas em relação aos padres cresceria, e, junto a estas, também as manifestações de desapareço, “gran enojo” (Idem. p. 47). Assim, embora o retorno dos padres Joseph Cataldino e Antonio Montoya ao Guairá tenha sido suficiente para atenuar as desconfianças entre os índios, muitos dos danos provocados pela passagem daquele clérigo não pudera ser remediado. Isto, pois o número de famílias que já haviam deixado aqueles *pueblos* era bastante expressivo.

---

88 Esta referência, muito provavelmente, provinha de uma carta escrita pelo Pe. Montoya.

Tanto a mortandade decorrente da onda de contágios, quanto o êxodo provocado pelas pressões do visitador, implicariam em significativo declínio demográfico nas comunidades de Loreto e San Ignacio. E este seria o ensejo para um verdadeiro processo de reestruturação daqueles *pueblos*, que se iniciara ainda em meados 1614. A primeira medida tomada neste sentido envolveria a mudança do sítio ocupado pela redução de San Ignacio, povoado mais atingido pelo surto epidêmico. Já naquele ano, as famílias que haviam permanecido na povoação, deixariam o primeiro assento, para se realocarem em um novo posto conhecido como Ypaumbucu, que situava-se a uma distância de três léguas de Loreto (DHA, 1929, t. XX, p.46). Contudo, a mudança mais significativa promovida naquele período teria relação com os habitantes dos outros dois *pueblos* que eram visitados pelos missionários. De fato, ainda em fins de 1614, ambos seriam abandonados, e seus moradores passariam a migrar para as reduções de Loreto e San Ignacio<sup>89</sup>. Assim, os jesuítas deixariam de atender as chamadas povoações de visita, e concentrariam suas atividades de modo exclusivo em apenas dois *pueblos*.

Os esforços necessários para estruturar o novo assentamento da redução de San Ignacio levariam por volta de dois anos, pouco tempo a mais do que o fora necessário para concluir a reorganização da comunidade de Loreto. A partir de então, emergiria uma nova conjuntura, bastante distinta daquela que existia durante boa parte da primeira metade da década de 1610. Além da nova composição de famílias, tudo indica que seria por aqueles anos que, nos dois *pueblos*, adotara-se o traçado “al modo español”, isto é, a disposição urbana baseada na composição de praça central, divisão em quadras e “orden de calles”. Contudo, a principal diferença em relação aos anos anteriores envolveria a diminuição no número de famílias que habitavam aquelas reduções. Na Ânuia de 1616, o Pe. Pedro Onãte registrava, que, enquanto o *pueblo* de San Ignacio contaria com algo em torno de 850 famílias, Loreto reunia por volta de 700 (DHA, 1929, t. XX, p. 96). Assim, a despeito de ainda reunirem contingentes expressivos, a comparação com os dados referentes a 1612 e 1613 indica que, em poucos anos, as duas reduções haviam perdido cerca de um terço de seus habitantes.

---

89 A mudança obedeceria ao critério de proximidade. Deste modo, enquanto os moradores da comunidade liderada pelo cacique Roque Maracana se instalariam em Loreto, as famílias de Itamaracá seriam incorporadas à redução de San Ignacio.

## 2.5 Das alianças no Tibagi à “província del Tayaoba”

Apesar da diminuição de seus contingentes, o processo de reestruturação ensejaria o início de uma nova etapa de desenvolvimento para os *pueblos* do Pirapó. Seja pela proximidade entre as duas reduções, que permitiria o auxílio mútuo entre seus moradores, pela maior organização decorrente da adoção dos novos traçados, e/ou pela maior dedicação dos missionários àqueles povoados, o certo é que, já em 1617, aquelas comunidades vivenciava situação bem mais cômoda que a de anos anteriores. Além da abundância de mantimentos, em especial, daqueles provenientes da produção agrícola, outra marca dos avanços alcançados naquele período seriam as novas construções erigidas nas duas povoações. Dentre estas, destacavam-se as Igrejas, cuja estrutura de três naves, e as dimensões de 150 pés “de largo” e 80 “de ancho” (aproximadamente 45x24m), superavam em muito o acanhamento dos antigos templos.

Para os jesuítas, a melhora nas condições “temporais” das reduções de Loreto e San Ignacio, além de um alento após anos de incertezas, seria um incentivo para a retomada dos projetos com vistas a composição de novos *pueblos* no Guairá. Nesta linha, ainda em 1619, o Pe. Joseph Cataldino elaborara uma espécie de panorama a respeito da ocupação indígena na província. Da leitura daquele informe, fica claro que sua intenção era apresentar ao então provincial, Pe. Pedro Oñate, as perspectivas para o avanço da atividade missionária na região. Segundo Cataldino, a imensa maioria das comunidades do Guairá ainda era formada por “infieles”, e destas, apenas uma pequena fração prestava serviço aos *encomenderos*. Neste âmbito, a maior parcela da população indígena daquela província era composta por grupos, que, depois de algum tempo em contato com os colonizadores, haviam optado pelo afastamento, seja migrando para regiões distantes dos núcleos coloniais, seja refugiando-se em áreas de difícil acesso. E, embora reconhecesse as dificuldades de empreender a atividade missionária em tais circunstâncias, o Pe. Cataldino se mostrava otimista quanto a possibilidade de ampliar o número de reduções naquela província. No entanto, ainda de acordo com aquele missionário, a concretização destes intentos não ocorreria antes da superação de outro obstáculo, a “falta de obreros”<sup>90</sup>, afinal apenas quatro jesuítas atuavam no Guairá por aqueles anos (MCA-I, 1951, pp. 161,162).

---

90 Com a morte do Pe. Martín de Urtazún em 1613, os padres Joseph Cataldino, Simon Maceta e Antonio Montoya passariam um longo período como os únicos missionários daquela província. Com efeito, a chegada de um novo missionário ao Guayrá só ocorreria em 1619, ano em que o Pe. Diego Salazar fora designado para atuar na região (FURLONG, 1962, p. 164).



Somente em princípios da década de 1620, com a chegada de uma nova leva de religiosos a região – da qual fariam parte missionários como Francisco Diaz Taño e Cristobal de Mendoza –, os projetos com vistas a formação de novas reduções seriam, enfim, postos em prática. E a tarefa de liderar tais empreitadas caberia ao Pe. Antonio Montoya, que, por aqueles anos, substituiria o Pe. Joseph Cataldino na função de superior das missões do Guairá. Neste contexto, os primeiros intentos a alcançarem bons resultados viriam a partir de expedições direcionadas ao Tibagi. Ainda em 1622, o novo superior partiria ao lado dos padres Joseph Cataldino e Diego Salazar em uma entrada cujo objetivo era estabelecer contatos e alianças com as povoações que ocupavam aquela região. Depois de uma jornada de 30 léguas desde o Pirapó (aproximadamente 165 km), os missionários chegariam a um pequeno povoado, onde seriam recepcionados “con muy buen agasajo”. Auxiliados por de seus moradores, os jesuítas estabeleceriam ali as bases de uma nova redução, San Francisco Xavier, a terceira fundada naquela província. Em poucos meses, o *pueblo* passaria a agregar grande número de aldeias, e logo reuniria um contingente de mais de mil famílias (MONTROYA, 1636, Cap. XX). Ao que parece, este crescimento repentino e expressivo ocorreria de modo inesperado, e o posto escolhido para abrigar a redução não tardara a se mostrar limitado para acomodar tantos moradores. Assim, depois de alguns anos, a ocorrência de um incêndio na redução serviria de estímulo para a mudança de sítio, e o *pueblo* seria transferido para um monte “mui alto y vistoso, puesto donde se an hallado las comodidades que en el primer se deseaban” (MCA-I, 1951, p. 263).

A formação do povoado de San Xavier seria o ponto de partida para uma série de incursões pelo Tibagi. Graças a estas, já em meados da década de 1620, outras duas povoações seriam erigidas junto as margens daquele rio. A primeira seria a redução de San Joseph, fundada a algumas léguas ao norte de San Xavier, em uma região conhecida como Tucuti. Em carta escrita alguns anos mais tarde, o Pe. Antonio Montoya daria conta de que, dentre as aproximadamente 200 famílias reunidas no povoado, a maioria era composta por grupos “ya Cristianos”, que, anos antes, haviam deixado a redução de San Ignacio “por enfermedad y otros inconvenientes” (Idem. p.262). O número restrito de moradores em comparação a outros *pueblos* tornara-se ocasião para debates, já que, para alguns missionários, não fazia sentido manter um povoado com tais dimensões, e a melhor alternativa seria conduzir aquelas famílias aos povoados do Pirapó. No entanto, tal proposta não prosperaria, sobretudo pela resolução de seus moradores, que, em mais de uma oportunidade, mostraram-se fortemente contrários a ideia de abandonarem aquelas terras (Idem. p. 230).

A outra redução fundada naquele ano seria estabelecida na “província” do Tayati, e, em grande medida, estaria atrelada a mudança de postura de Pindobuyu, importante liderança daquela região, que, depois de alguns anos sustentando forte resistência em relação aos jesuítas, passara a

se mostrar afeito a ideia de recebê-los em suas terras (DHA, 1929, t. XX, p. 329). Com o apoio daquele cacique, os padres Antonio Montoya e Cristoval de Mendonça receberiam boa acolhida após uma viagem de quatro dias desde San Xavier, e, em pouco tempo, já tratavam da escolha de um sítio propício para abrigar um novo *pueblo*. A opção seria por um posto situado “al pie de una serra” (Idem. p. 239), local onde, em 9 de agosto de 1625, seriam estabelecidos os primeiros fundamentos do *pueblo* de N. Señora de la Encarnación. No entanto, se, em princípio, aquele posto parecia reunir todas as comodidades necessárias para comportar um povoado, em menos de um ano, a falta de áreas propícias para a produção agrícola em suas adjacências passara a constituir uma adversidade para seus moradores. Assim, já em 1627, a redução seria reassentada em um novo sítio, localizado junto “as serras férteis” do Nuatengui (MCA-I 1951, p. 275). Meses após a mudança, graças a uma incursão que partira do povoado sob a liderança do Pe. Cristóval de Mendoza e do cacique Pindobyu, mais de uma centena de índios “Camperos” seriam libertados após terem sido feitos prisioneiros por uma “tropa de Tupis” que percorria a região (Idem. p. 143, 144). A partir de então, além de parcialidades Guarani, o *pueblo* de Encarnación passaria a abrigar um número considerável e crescente de famílias de origem Jê. E, a despeito do longo histórico de conflitos, e das diferenças socioculturais e linguísticas entre aqueles grupos, a convivência ali seria pacífica. Ao que parece, diante das ameaças representadas pelas expedições de apresamento vindas do planalto, as antigas rivalidades já não faziam mais tanto sentido, e a ideia de unir esforços contra aqueles inimigos ganhava força.

Depois daqueles sucessos, os jesuítas renovariam as esperanças de empreenderem um projeto que já alentavam a bom tempo. De fato, desde sua chegada ao Guairá, os padres da Companhia teriam notícias sobre um cacique “muy poderoso llamado Tayaova” (DHA, 1927, t. XIX, p. 86), principal liderança de um conjunto de comunidades, que, há décadas, mantinha relações conflituosas com os colonizadores<sup>91</sup>. Refugiadas em um território situado a algumas léguas ao sul de Villa Rica, e cujo acesso era dificultado por uma série de barreiras naturais, as povoações da chamada “Província de Tayaoba” (Tayoba, Tayaova) impediriam todas as tentativas de aproximação dos colonizadores. Em 1622, os jesuítas receberiam do governador Manuel de Frías uma licença para a fundarem reduções naquela região (MCA-I, 1951, p. 174). E alguns anos mais tarde, acompanhado de um grupo de habitantes do Pirapó, o Pe. Montoya realizaria sua primeira tentativa efetiva de entrada naquelas terras. No entanto, o resultado seria desastroso, sobretudo para aqueles que acompanhavam o missionário. Ao cabo, sete indígenas que

---

91 Segundo os jesuítas, a trajetória de Tayaoba, e seu histórico de conflitos com os colonizadores, havia se acirrado após uma ocorrência marcante. Feito prisioneiro ao lado de três outras lideranças que haviam sido atraídas a Villa Rica com falsas promessas, Tayaoba foi o único sobrevivente daquela experiência, e isto, graças a uma fuga do cárcere. Após o episódio, o cacique “se retiro a sus tierras con toda su gente, y cerro de tal suerte su entrada que no solo no la han consentido a algún español, pero ni aun a indios que se ocupan en servillos” (MCA-I, 1951, p. 245).

compunham aquela comitiva seriam mortos, e a sorte do jesuíta só não fora a mesma “por verse obligado de sus indios que le forzaron por el amor que le tenían a esconderse y huyr de la muerte gloriosa” (Idem. p. 245). Dois anos mais tarde, isto é, em meados de 1626, Montoya empreenderia uma nova tentativa, desta vez, acompanhado do Pe. Diego de Salazar. Na oportunidade, os jesuítas já contavam com o apoio de alguns caciques, caso do próprio Tayaoba, e do jovem cacique Maendiy, o que permitira a entrada de sua comitiva naquelas terras. No entanto, enquanto se iniciavam os esforços com vistas a fundação de um novo *pueblo* na região, uma série de ameaças de grupos “infiéis” passariam a ser dirigidas aos missionários. E não levaria muito tempo até que as advertências tomassem corpo, e o sítio escolhido para abrigar a nova redução se tornasse alvo de ataques. Logo, ficaria claro, que, apesar do amparo de importantes lideranças<sup>92</sup>, estas não seriam o bastante para garantir a segurança dos missionários, que seriam forçados a abandonar a fundação (Idem. p. 247).

Com a notícia do rechaço a investida dos missionários, um grupo de colonos arregimentados pelo tenente daquela província partira acompanhado de algumas centenas de índios de *encomienda* com objetivo de “yr al castigo” dos “inimigos” (Idem. p. 283). Apesar das tentativas do Pe. Montoya, que decidira se juntar a expedição no intuito de demover o grupo da ideia de realizar a ofensiva, nada seria suficiente para barrar os planos do tenente e de seus conselheiros. Destarte, tal como previa o missionário, seriam necessários apenas alguns embates para que ficasse evidente que os hispano-crioulos haviam subestimado a força daquelas comunidades, e nem de longe contavam com recursos suficientes para alcançarem seus objetivos. Assim, não lhes restara alternativa além de se defenderem dos ataques, e, logo que a oportunidade aparecera, o grupo bateria em retirada (Idem. p.287).

Enquanto a situação na “província de Tayaoba” ainda carecia de condições mais seguras para a fundação de um *pueblo*, as incursões realizadas em outras frentes trariam uma série de bons resultados. Assim, após uma expedição realizada pelos padres Antonio Montoya e Cristóbal de Mendonza “en los Campos cerca del Iguazu”, duas novas reduções seriam fundadas naquelas terras, San Miguel, ainda em 1626, e San Antonio Abade, em princípios do ano seguinte. Sobre estas, dispomos somente de referências pontuais. Da primeira, sabe-se apenas que seu sítio estaria localizado na região do Ybitiruna, há algumas léguas ao sul de Encarnación (MCA I, 1951, p. 316). Da segunda, além de uma referência ao posto, situado em um território denominado Ibiticoy

---

92 Apesar de ocupar o papel de principal liderança daquela “província”, a ideia de que o cacique Tayaoba detinha um poder absoluto sobre as comunidades da região não passava de uma crença dos colonizadores, e a resistência, que, mesmo após conquistarem seu apoio, os jesuítas ainda enfrentariam para se estabelecerem naquelas terras é a prova disto.

(HERNANDEZ, 1913, t. I, p.10), constam indícios de que também agregaria grupos “Camperos”<sup>93</sup>.

Ainda em princípios de 1627, as circunstâncias contribuiriam para que os jesuítas dessem um importante passo em seus intentos. Isto, pois, em virtude das distâncias, um grupo composto por aproximadamente 200 famílias, que habitavam a redução de Encarnación passara a manifestar o desejo de retornar a suas terras. Diante daquela situação, o então provincial, Pe. Nicolás Durán, sugerira a fundação de um novo *pueblo*, que, mais próximo aos seus antigos povoados, poderia abrigar tais parcialidades (MCA I, 1951, p. 280). Assim, graças aos esforços daquelas famílias, e ao empenho dos padres Antonio Montoya e Simon Maceta, nasceria a redução de San Pablo, fundada sobre um posto localizado junto a margem direita do rio Iniay (Ivaí). Ocorre que, além de bastante próximo da província de Tayaoba, o novo *pueblo* estaria diretamente conectado ao caminho usualmente empregado para acessar aquelas terras. Assim, não levaria muito tempo até que as notícias sobre a formação daquele povoado fossem conhecidas naquela região. E, ao que tudo indica, isto seria o suficiente para que um número considerável de lideranças deixassem suas aldeias naquela “província” para se integrarem a nova redução. Tanto assim, que, poucos meses após sua fundação, o *pueblo* de San Pablo já contava com 400 famílias, boa parte vinculada a 27 caciques provenientes de “las tierras de Taiaovâ” (DHA, 1929, t. XX, p. 351).

Em meados de 1627, as notícias de que algumas lideranças da província de Tayaoba se movimentavam para estabelecer um *pueblo* na região, trariam novas esperanças aos jesuítas. Com efeito, pouco depois de tomar conhecimento destes informes, o padre Antonio Montoya partiria em sua terceira incursão em direção àquelas terras (MCA I, 1951, p. 249). Ainda no caminho, o missionário seria recebido pelos caciques Tayaoba e Piraquatia, que o acompanhariam em uma espécie de procissão até o sítio que abrigaria a redução de Los Angeles del Tayaoba (também referida como Sete Arcangeles del Tayaoba), a primeira fundada em meio àquela província. Em princípio, a nova povoação – que seria assentada em posto próximo ao rio Iniay (Ivaí), e distava algo como dois dias de caminho da redução de San Pablo (Idem. p. 282) –, reuniria poucas famílias, e ainda persistia algum temor de que, assim como ocorrera em outras oportunidades, as lideranças que ainda se opunham a presença dos missionários na região empreendessem ataques contra seus moradores. Contudo, os receios de uma investida não se confirmaram, e a redução logo

---

93 Ao longo das últimas décadas, o tema da diversidade étnica nas reduções tornou-se foco de renovado interesse. Neste sentido, um número crescente de investigações tem contribuído para desconstruir uma visão, que, por muito tempo, foi dominante na historiografia, a ideia de que aqueles povoados eram compostos exclusivamente por populações Guarani. Com efeito, o que estes estudos vêm demonstrando, é que outros grupos étnicos também foram incorporados às reduções, e isto desde as primeiras décadas do século XVII. Sobre o tema, ver: SANTOS, Maria Cristina dos; BAPTISTA, Jean Tiago. Reduções Jesuíticas e Povoados de Índios: controvérsia sobre a população indígena (séc. XVII e XVIII). *Revista de História*. UNISINOS, São Leopoldo, RS, v. 11, n° 2 p. 240-251, Maio/Agosto 2007; FREITAS DA SILVA, André Luis. *Reduções Jesuítico-Guarani: espaço de diversidade étnica*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2013; BRACCO, Diego. Los guenoa minuanos misioneros. *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, v. 24, n. 1, p. 33-54, 2016.

passaria a agregar um número crescente e expressivo de novos habitantes. Assim, ainda antes de completar um ano desde sua fundação, o *pueblo* já reunia “mil índios” (mil famílias), boa parte vinculados a lideranças que, até então, haviam mantido postura de rechaço em relação ao jesuítas (Idem. p. 288).

A fundação da redução de Los Angeles, longe de uma ocorrência pontual, manifestava uma mudança bastante significativa na postura, que, até então, era adotada pelas comunidades daquela região. Com efeito, na mesma carta em que relatara o sucesso de sua terceira incursão àquelas terras, Montoya daria conta de que 60 dos 80 caciques que lideravam as comunidades da “província de Tayaoba” já se mostravam concordes ante a presença dos jesuítas em suas terras (Idem. p.254). Diante de tal afirmação, há que se questionar o que teria mudado para que, depois de tantas décadas de rechaço aos colonizadores, e duas tentativas frustradas dos jesuítas, a maior parte daquelas lideranças tenha passado a apoiar a entrada dos padres da Companhia? Embora as fontes jesuíticas não abordem esta questão de modo específico, alguns indícios parecem sugerir que uma visita ao Guairá realizada no ano anterior pelo então provincial, Pe. Nicolás Durán, desempenhara papel crucial naquele contexto. Por outubro de 1626, Durán iniciaria sua passagem pela região, ocasião em que visitaria três dos cinco povoados então existentes na província, caso das comunidades de Loreto e San Ignacio, e do *pueblo* de San Xavier. E seria neste último povoado, que o provincial assumiria um importante compromisso. Diante de todos os presentes, isto é, tanto indígenas, quanto missionários, Nicolás Durán garantiria que os moradores daquele *pueblo*, bem como os de todas as demais reduções, que, porventura fossem fundadas naquela província, seriam postos “en cabeza de el rei”, razão pela qual, jamais poderiam ser requisitados a prestar serviços aos colonos. A notícia sobre a palavra empenhada pelo Pe. Durán não tardaria a se espalhar por diferentes comunidades do Guairá, e não há dúvidas de que suas repercussões também chegaram até a “província de Tayaoba”. Em realidade, numa das correspondências em que Pe. Montoya relatara os esforços envolvidos na fundação do *pueblo* de Los Angeles, consta uma passagem, que parece atestar que tal promessa desempenhara papel crucial para que os jesuítas, enfim, lograssem estabelecer alianças entre aquelas comunidades:

(...) los Indios no se olvidan de lo que V. R. les dixo en S. Xavier y nos encargo dixecemos a los demas que ybamos reduciendo que eran del Rey e que el Rey los ampararía como cosa suya. (MCA-I, 1951, p. 287)

Com efeito, as palavras do então superior das missões do Guairá sugerem que os habitantes da “província de Tayaoba” não tomaram o discurso do provincial como um simples aceno ou possibilidade, mas sim, como uma condição para sua adesão às reduções. E não era para menos, afinal, as comunidades daquela província haviam resistido aos intentos dos *encomenderos* por décadas, e se demonstravam disposição para receberem os missionários em suas terras, parece

razoável que reivindicassem destes, dentre outros compromissos, o de que sua entrada não estaria vinculada a prestação de serviços aos colonos.

Os esforços para estabelecer as bases da primeira redução na “província de Tayaoba” ainda estavam em curso quando os jesuítas receberam mensagens que serviriam de estímulo para o início de uma nova missão. Desta feita, eram os “Gualachos”, que solicitavam a visita dos padres em suas terras (DHA, 1929, t. XX, p. 351). Assim, meses depois da fundação do *pueblo* de Los Angeles – que, a partir de então, ficaria ao encargo do Pe. Pedro Espinosa –, Montoya partiria em uma expedição rumo aos campos do Iguaçu. Depois de quatro dias de viagem, o então superior do Guairá receberia boa acolhida entre os primeiros povoados da região, e, com o auxílio de um intérprete indígena, tomara conhecimento da disposição de suas lideranças ante a ideia de formarem reduções naquele território. Deste modo, levaria pouco tempo para que dois novos *pueblos* fossem erigidos junto aos campos que se estendiam desde a margem direita do rio Iguaçu, ambos, ao que parece, compostos exclusivamente com famílias não-Guarani. Dentre estes, o primeiro seria o povoado Concepción de N. Señora de Guañanos (também referida como Concepción de los Lanceros Guañanas, ou Concepción de los Gualachos), fundado nas proximidades da povoação do cacique Çohe, liderança que, desde o princípio, mostrara-se bastante afeito a receber os jesuítas em suas terras (MCA-I, 1951, p. 295, 296). Ainda em 1627, com a chegada do Pe. Diaz Taño, outra redução, chamada San Pedro, seria fundada naquelas terras, isto é, há algumas léguas ao sul de San Miguel, e não muito longe do rio Iguaçu (Idem. p.244).

Em princípios de 1628, enquanto Diaz Taño permanecera entre os Gualachos, Montoya retornara as “terras de Tayaoba”, onde, com o auxílio dos padres Pedro Espinosa e do experiente Simon Maceta, coordenaria os esforços com o objetivo de erigir novas reduções naquela “província”. E, em razão do crescente apoio conquistado pelos jesuítas entre aquelas comunidades, não tardaria até que outros dois *pueblos* fossem fundados na região. Do primeiro, San Tomás Apóstol, não constam maiores informações além de referências sobre seu posto, situado a uma légua de distância do povoado de Los Angeles, na outra margem do Iniy (Idem. p. 300). O segundo, fundado em fins daquele ano, seria o *pueblo* de Jesús Maria, estabelecido sobre “un campo circundado de montes y junto a un alto”, a partir do qual era possível avistar “los humos de la Red.on de S. Thomas y de los Angeles y de la Concep. en la tierra de los guayanas (...)” (Idem. p. 303). Além de sua localização privilegiada, e sua proximidade em relação a outros povoados, a redução de Jesús Maria ainda contava com outro aspecto relevante, o fato de que abrigaria famílias ligadas ao cacique Guirabera, liderança que, ao menos até o ano anterior, capitaneava a última frente efetiva de oposição aos jesuítas naquelas terras. Assim, a fundação daquele *pueblo* representaria a conclusão de um ciclo, já que, a partir de então, se não todas, a imensa maioria das “parcialidades” da “província de Tayaoba” passaria a viver em reduções.



damandaria uma série de negociações e compromissos. Neste sentido, resta patente que as diferentes circunstâncias e contextos implicariam em distinções bastante marcadas na construção de acordos entre indígenas e jesuítas, de modo que parece impossível elencar uma razão únivoca para explicar estes processos.

No entanto, entre a composição dos ajustes que precediam a fundação de novos *pueblos*, e seu estabelecimento efetivo, um caminho considerável deveria ser percorrido. Neste caso, contudo, a despeito de algumas variações pontuais, é possível afirmar que o assentamento das reduções seguiria etapas bastante similares nas diferentes províncias. Dentre estas, a primeira, evidentemente, envolvia a definição das áreas sobre as quais as povoações seriam implantadas. Na escolha dos postos, levavam-se em conta um conjunto de aspectos, tais como a amplitude e as condições do terreno, a proximidade em relação a boas fontes de água e outros recursos, e a facilidade de acesso à caminhos e rotas de navegação. Tendo em vista que a grande maioria dos *pueblos* seriam fundados em locais muito próximos, ou mesmo junto a aldeias já existentes, não há dúvidas de que a eleição dos sítios, além de levar em conta as preferências manifestas pelas comunidades, também seguiria os critérios que orientavam os padrões nativos de assentamento<sup>94</sup>. Dito de outro modo, os novos *pueblos* estariam situados em áreas que atendiam as preferências ecológicas comumente observadas nas antigas povoações indígenas.

Uma vez localizado o sítio, o passo seguinte envolvia a implantação do “estandarte da cruz”, ato simbólico, que, a um só tempo, acumulava predicados de caráter religioso e político, delimitando o início de um processo de apropriação. A etapa subsequente abarcava dois conjuntos de operações, que, em geral, eram conduzidas de modo paralelo. Um destes processos compreendia a composição do *pueblo* propriamente dito, e se iniciava com a delimitação, mais ou menos elaborada, de um traçado base, a partir do qual se estabelecia a disposição a ser seguida em sua construção. Se, é bem verdade, tudo indica que a composição das “trazas al modo español” só seria efetivamente adotada tempos depois da fundação das novas reduções. Os registros relacionados aos primeiros anos de alguns povoados, ao aludirem a existência de praças centrais, e, em, alguns casos, de “calles”<sup>95</sup>, sugerem que, ao menos em alguma medida, a grande maioria, se

---

94 Ainda que, desde as primeiras instruções do Pe. Diego de Torres, hajam menções claras a importância de que a escolha dos sítios levasse em conta as preferências “de los mismo indios, principalmente de los caciques” (Apud HERNANDEZ, 1912, t. I, p. 586), parece equivocado considerar que a opção por postos que reuniam condições semelhantes àquelas que se observavam nas antigas aldeias constituísse algum tipo de concessão dos jesuítas. Em realidade, os missionários não estavam em condições de imporem suas preferências, muito menos se estas conflitassem com as disposições e interesses das comunidades, de modo que não lhes restava alternativa além de se adequarem àqueles padrões.

95 O caso de Itapua constituiu um exemplo interessante neste sentido. Ainda em 1615, ou seja, poucos meses após sua fundação, o povoado recebera a visita de uma comitiva liderada pelo governador Hernandarias. E suas primeiras impressões sobre o novo *pueblo* não poderiam ser melhores. Segundo o Pe. Roque Gonzáles, o governador mostrara-se “agradecido, y contento de la reducción”, e muito disto devido a organização de seu traçado, que, além de grande, já contava “con sus calles” (MORENO et al, 1994, Doc. 9).



não todas as reduções, seriam erigidas a partir de certo ordenamento prévio. Em realidade, mesmo que não contássemos com tais indícios, parece impensável que povoações que, desde seus princípios, reuniriam algumas dezenas de construções, poderiam ser erigidas sem qualquer planejamento, por mais simplório que fosse.

Uma vez esboçada esta planta básica, tarefa que, muito provavelmente, não deveria levar mais do que alguns dias, dava-se início efetivo as construções. Neste âmbito, é fácil observar que as primeiras edificações erigidas em praticamente todos os *pueblos* seriam as mesmas. De modo bastante genérico, e levando-se em conta seus usos e funções, estas estruturas podem ser divididas em duas categorias. De um lado, estariam as construções, que, por falta de expressão mais adequada, poderíamos qualificar como as edificações de cunho religioso, que, neste período inicial, seriam basicamente duas. Uma delas, obviamente, eram as igrejas, erigidas em áreas de destaque, geralmente em frente a praça central dos *pueblos*. Em princípio, tendo em vista suas proporções acanhadas, pode-se supôr que tais construções não comportavam maiores solenidades. Assim, ao menos por algum tempo, deveriam servir menos como local efetivo de culto, e mais como uma espécie de abrigo para os objetos sacros trazidos pelos missionários. Além desta, outra estrutura que também possuía caráter religioso, e, a despeito de seu menor porte, pode ser enquadrada no rol das primeiras construções de todas as reduções, era o campanário. Geralmente erigido ao lado das igrejas, sua função era marcar o início de todas as solenidades, uso que parece ter se tornado corrente desde o princípio das reduções, já que os relatos sobre as primeiras missas, batismos solenes e demais celebrações realizadas em meio aos novos *pueblos*, aparecem, quase sempre, acompanhados de menções ao repique de campanas.

Ao mesmo tempo em que eram erigidas as edificações de caráter religioso, estabeleciam-se as bases para a construção de habitações, empreitada que, por razões óbvias, era essencial em qualquer povoado, e deveria iniciar tão cedo quanto possível. Com excessão das moradias que seriam destinadas aos missionários, o restante destas estruturas - isto é, as habitações que serviriam ao abrigo das famílias que comporiam as reduções - seguiriam moldes bastante similares ao das chamadas “casas largas” Guarani. Segundo Bozidar Sustersic, autor que chama atenção para a engenhosidade de tais edificações, haviam dois sistemas de construção para as *og-jekutú*. Destes, um “partía de varas gruesas clavadas en el suelo en dos hileras, las que arqueadas y unidas, una fila con la otra en el alto, constituían el armazón que entretejido con hojas de palma contituía como un techo que llegaba al suelo, sin paredes”. O outro também era alicerçado por uma espécie de armação, “pero ya no de varas arqueables sino de “horcornes rigidos” que formaban como el esqueleto que cubierto de paja o de hojas de palma tejidas, organizaba edificios de gran tamaño (...)” (SUSTERSIC, 1999, p. 109). Dado que cada casa abrigava uma família extensa, e tendo em

vista que o número de agregados que formavam as *teyy* podia oscilar entre dezenas e centenas de pessoas, é possível supôr que as dimensões destas estruturas não fossem uniformes, ou seja, que variassem de acordo com o contingente de famílias que compunham cada cacicado. Seja como for, o certo é que, ao menos em princípio, estas deveriam ser as maiores construções em todos os povoados, e, em geral, estariam situadas no entorno das praças centrais.

Muito embora a edificação de construções compreendesse um passo crucial para a implantação das reduções, a conclusão desta etapa, que, em condições normais, costumava levar menos de um ano, não constituía uma garantia à ocupação permanente dos novos povoados. Para tanto, um outro conjunto de operações, que, como referimos, se iniciava praticamente no mesmo período em que eram erigidas as primeiras estruturas do *pueblo*, precisava ser concluído. Referimo-nos aos esforços relacionados a produção agrícola, ou seja, a construção de áreas de roçado, elemento-chave para garantir o sustento material das reduções<sup>96</sup>. Neste âmbito, é interessante ressaltar as palavras do provincial Nicolás Durán, que, tratando sobre a visita que realizara ao *pueblo* de Yapeyú logo após sua fundação, destacaria que seus moradores:

Habían dado principio a desmontar para las sementeras, que es la primera cosa que se hace en la fundación de cada una de las reducciones. Porque no usan los indios sembrar en campo descubierto, por estar la tierra más gastada, y así no se logran las sementeras, pero como en los montes la tierra está defendida por los árboles, que son muy coposos, se conserva más húmeda y pingue, y vuelve muy colmados de frutos. Para ésto, pues, arrasan gran pedazo del monte conforme al número de las familias, a cada una de las cuales se les señala distinto pedazo para sus sembrados, y después de cinco o seis años la dejan por cansada e inútil y desmontan de nuevo otro tanto, por lo cual es necesario que donde se funda algún pueblo, haya muchos montes cercanos. (DHA, 1929, t. XX, p. 368).

Ao destacar o caráter prioritário dispensado a formação dos “sembrados”, parece claro, Durán não se referia apenas a comunidade Yapeyú, mas a um padrão, que, em suas palavras, era observado na fundação de cada uma das reduções. Este processo se iniciava pela escolha de uma ou mais áreas situadas em meio aos montes mais próximos ao sítio do novo *pueblo*. Uma vez definidos estes espaços, cujas dimensões, pode-se supôr, variavam de acordo com o número de famílias reunidas em cada povoação, dava-se início a um grande esforço de lavradio, que envolveria uma série de recursos, e meses de trabalho cotidiano. A primeira tarefa era realizada de modo coletivo, e envolvia a derrubada da mata que se estendia sobre a área previamente escolhida para a composição dos roçados. Tão logo concluído este passo, efetuava-se a queima dos resíduos do “desmonte”, ação que, além de facilitar a abertura de clareiras, contribuía para a fertilização do

---

<sup>96</sup> Na Ânuia referente ao período de 1618 e 1619, o provincial, Pedro Oñate, afirmaria que “el 1º ano destas reducciones en el q no se trata ni puede del evangelho y doctrina sino de q hagan sus casas y chacras y se reduzgan a pueblo (...)” (DHA, 1929, t. XX, p. 209).

solo<sup>97</sup>. A etapa seguinte envolvia a divisão dos lotes que caberiam a cada família extensa, composição que levava em conta o tamanho das parentelas. Por fim, logo que a área recebia boa quantidade de chuvas, revolvia-se a terra, de modo a prepará-la para o plantio das primeiras sementes.

Embora sucinto e bastante esquemático, o esboço acima parece suficiente para destacar que a produção agrícola nas reduções seguiria os mesmos modelos e estratégias usualmente empregadas pelos horticultores Guarani. Em realidade, se havia uma diferença em relação as antigas práticas, esta se dava apenas pela substituição dos machados de pedra utilizadas na etapa do “desmonte”, que dariam lugar as cunhas de ferro trazidas pelos jesuítas. De resto, ou seja, tanto a preferência pelo plantio em “montes” e/ou encostas<sup>98</sup>, o emprego das técnicas de *coivara* (corte e queimada), e até o sistema de produção (baseado nas unidades domésticas<sup>99</sup>), eram idênticos aos padrões agrícolas, que, há muito, eram utilizados pelos Guarani (SUSNIK, 1982; NOELLI, 1993; MELIÀ, 1996, SOUZA, 2002). E o mesmo pode-se afirmar sobre as variedades cultivadas, caso do milho, da mandioca, do feijão, das batatas, do amendoim, do cará, e de tantos outros gêneros, que, bem antes da chegada dos colonizadores, compunham os roçados daqueles grupos (SCHMITZ & GAZZANEO, 1991; NOELLI, 1993).

Em razão da manutenção dos padrões da horticultura Guarani, a escolha dos sítios que abrigariam os novos *pueblos* também exigia boa avaliação de seu entorno, que, nas palavras do Pe. Nicolás Durán, deveriam contar com “muchos montes cercanos”. Neste âmbito, as dificuldades enfrentadas com o primeiro posto da redução guayrenha de Encarnación constituem um exemplo elucidativo. A despeito de que as primeiras avaliações apontassem que o sítio escolhido ainda em meados de 1625 nas “tierras del *Taiati*” era “muy a proposito”, tanto pela proximidade em relação a um rio, quanto pelo fato de estar em uma área que contava com “muchos campos cercados de piñales” (p. 239), não demorou muito para que seus moradores passassem a enfrentar dificuldades. E a principal razão para tal, envolvia a escassez de áreas propícias para a produção agrícola nas

---

97 A importância da técnica de *coivara* para a fertilização dos roçados foi bem percebida pelo Pe. Lorenzana, que, em sua “Carta y Relación” endereçada ao rei em 1621, destacava que a “nação” Guarani “siempre siembra en montes y cada tres años por lo menos mudan chacra. El modo de hazer sus sementeras es, primero arrancan y cortan los arboles pequeños y despues cortan los grandes, y ya cerca de la sementera como estan secos los arboles pequeños (aunque los grandes no lo estan mucho) les pegan fuego y se abrasa todo lo que han cortado, y como es tan grande el fuego quedan quemadas las rayces, la tierra hueca y fertilizada con la zeniza, y al primer aguazero la siembran de maiz, mandioca y otras muchas raizes, y legumbres, que ellos tiene muy buenas dassé todo con grande abundancia”. (Apud. PAGE, 2018, p.135).

98 Neste aspecto, é interessante notar uma diferença importante em relação aos projetos iniciais do Pe. Diego de Torres, que, nas *Instruções* que direcionara aos missionários do Guayrá, recomendava que fossem reservados espaços, de modo que, em meio ao traçado dos *pueblos*, “cada indio” possuísse “sitio bastante para su huertezuela” (Apud HERNANDEZ, 1912, t. I, p. 586). Esta prática, até onde sabemos, jamais foi adotada nas reduções.

99 Segundo Branislava Susnik, antes do advento dos colonizadores, a extensão dos roçados de uma família nuclear variava entre 0,5 e 2 hectares (SUSNIK, 1982, p. 73). Com base nesta e em outras estimativas, Francisco Noelli calculara que a área cultivada por uma família extensa (composta por 60 famílias nucleares) abrangia algo entre 30 e 120 hectares. (NOELLI, 1993, p. 280)

proximidades do povoado. Assim, segundo o Pe. Montoya “os Indios de aquel partido” estariam “mui divididos en sus puestos”, e a redução “con solo el nombre algún tiempo por estarse la gente en sus chacaras (...)” (MCA-I, 1951, p. 275). Com o agravamento daquele quadro, que geraria situações de penúria, logo se tornara patente que a única solução possível era a busca por um novo sítio:

(...) mudóse el pueblo por estas causas en una sierra que según dicen todos es mui fértil y la experiencia lo a mostrado, y juntamente la utilidad de la mudança porque se a formado un mui bueno pueblo en el qual asiste toda la jente porque tienen las chacaras mui çerca y tanto que de sus mismas casas las ven por aquellas sierras (Idem).

A mudança para um local bastante próximo a uma serra “mui fértil” logo se mostraria a solução ideal para os impasses, que, no antigo sítio, impediam o desenvolvimento daquela comunidade. No novo posto, não levaria mais do que um ano para que seus moradores, “ayudados de su natural que son dados a tener chaçaras y nada pereçosos en cultivarlas”, passassem a contar com abundância de mantimentos, condição que impressionaria a todos que haviam presenciado as dificuldades enfrentadas em anos anteriores. Era o caso do Pe. Montoya, que se dizia “maravillado de ver tantas chacaras y tan llenas, con lo qual luce el pueblo y asisten en el” (Idem, p.276).

Além de elucidar a razão pela qual, na escolha dos sítios que seriam destinados a abrigar os *pueblos*, era fundamental considerar sua proximidade em relação a montes e/ou encostas - isto é, a áreas adequadas para a produção agrícola nos padrões Guarani - este caso também permite destacar a relação indissociável existente entre o assentamento definitivo das famílias nas reduções, e a composição de seus novos roçados. Por um certo período, que, em situações ideais, se estendia entre um e dois anos, o sustento das parcialidades que decidiam se integrar as reduções dependia de atividades como a caça, a pesca, da coleta de frutos silvestres, mas, sobretudo, dos alimentos que estas retiravam de seus antigos plantios. Por esta razão, era necessário, que, com alguma frequência, as famílias se deslocassem até seus sítios de origem, seja para assegurar o bom desenvolvimento de seus roçados, seja para efetuar a colheita de seus frutos. Assim, a despeito de sua mudança, persistia um elo de dependência em relação as antigas povoações, que, ao cabo, impedia seu assento definitivo nos novos *pueblos*. E a ruptura deste vínculo só ocorria quando os roçados estabelecidos junto as reduções alcançavam rendimentos suficientes para garantir o sustento daquelas famílias<sup>100</sup>. Destarte, é possível considerar que a ocupação permanente daqueles povoados estava atrelada ao sucesso das primeiras colheitas efetuadas por seus moradores. Daí porque, ao ressaltar a amplitude das chácaras, que, um ano após sua mudança, os habitantes de Encarnación haviam estabelecido sobre as “serras” que se estendiam junto ao novo posto, o Pe.

---

<sup>100</sup>Esta dependência criaria dificuldades para os missionários, que, por vezes, permaneciam por largos períodos praticamente sozinhos em meio às novas reduções.

Montoya fazia referência ao fato de que todas as famílias do povoado “assitiam” naquele sítio. Com efeito, o que as palavras do então superior do Guairá indicavam era que, graças a abundância de seus roçados, as famílias daquele *pueblo* já não precisavam se deslocar a outras partes em busca de alimentos, e, assim, haviam se assentado em definitivo na redução.

Desta breve exposição, duas conclusões parecem se sobressair. A primeira se refere a esta complementariedade e interdependência, que, desde o princípio, vinculava a redução em si, e suas adjacências. Efetivamente, o sustento material, e, em consequência, a ocupação permanente do *pueblo* dependia do bom desenvolvimento da produção agrícola, atividade que se realizava em meio ao montes que o circundavam. Por outro lado, as dimensões da povoação, ou melhor, o número de moradores que passariam a habitá-la, influiria diretamente na extensão de sua malha agrícola, que deveria ser tanto mais ampla, quanto maior fosse o contingente reunido no povoado. Esta dinâmica relacional, que, como veremos em capítulos seguintes, se tornaria cada vez mais importante com o passar dos anos, constitui a principal razão pela qual parece impossível compreender as reduções apenas por seu aspecto “urbano”, sobretudo quando o que se pretende é entender seu desenvolvimento ao longo do tempo.

O outro aspecto que chama atenção, diz respeito a série de permanências que se observam entre os padrões de assentamento e ordenamento territorial adotados nas reduções, e aqueles que orientavam as aldeias tradicionais. Com efeito, a despeito de sua maior amplitude em comparação com as antigas povoações, fator que, por certo, implicava em desafios adicionais, e da própria influência dos jesuítas, que levaria a adoção de estruturas e certos elementos alheios as pautas nativas, não há dúvidas de que as continuidades superavam em muito as transformações. Das preferências observadas na definição dos sítios, até os métodos de construção empregados na edificação das moradias, passando pelos critérios de escolha das áreas de produção agrícola e pelo esquema de divisão dos roçados, o que se sobressai são as semelhanças em relação aos modelos indígenas tradicionais. A própria complementariedade entre o *pueblo* e suas adjacências, aspecto que constituiria uma marca das reduções, também se observava nas antigas aldeias (NOELLI, 1993, p. 269). Neste sentido, não parece exagero afirmar que, diferente do que supôs boa parte da historiografia tradicional, o êxito inicial da dinâmica de territorialização das reduções devera-se menos a capacidade diretiva dos jesuítas no sentido de implantar um novo modelo de ocupação, e mais as continuidades entre os padrões adotados nos novos *pueblos*, e aqueles que, há muito, orientavam as estratégias nativas de assentamento, especialmente dos Guarani.

### Capítulo 3. Do refúgio ao território

A década de 1630 seria marcada por uma série de crises, que, de um modo ou de outro, afetariam todos os povoados formados a partir das alianças entre indígenas e missionários jesuítas. No centro destas transformações estariam os avanços das grandes expedições bandeirantes, que, com seus assaltos, espalhariam medo e destruição em diferentes províncias. Diante das ofensivas daqueles inimigos, grandes contingentes seriam aprisionados, e povoações inteiras seriam destruídas ou abandonadas. Para os que lograram escapar daquelas investidas, a busca por refugio, mais que um objetivo, constituía uma necessidade, e este seria o ensejo para um conjunto de ondas migratórias.

Se, de um lado, os assaltos e sequestros promovidos pelos paulistas deixariam um rastro de destruição, de outro, foram um estímulo para a construção de novas alianças. Em torno destas, se reuniriam populações de diferentes origens e trajetórias, que estabeleceriam vínculos, e passariam a compartilhar de um objetivo: impor um limite às expedições bandeirantes. Diretamente relacionada às ameaças de um inimigo comum, emergiria uma noção de coletividade, e, segundo compreendemos, também uma nova organização territorial.

### 3.1 O Guairá assolado

Em fins da década de 1620, a província do Guairá abrigava treze povoados, que, juntos, contavam mais de 40 mil habitantes. A maior parte daquelas povoações, como vimos, havia sido formada ao longo da segunda metade daquela década, e a despeito das pretensões dos *encomenderos* de Villa Rica e Ciudad Real, que, apesar dos protestos, não puderam impedir a expansão das alianças entre indígenas e missionários. Além disto, os prognósticos eram auspiciosos, já que crescia o número de “parcialidades” que demonstrava interesse em receber os missionários e formar novos *pueblos*.

Diferente do que se imaginava, contudo, o período de expansão não se prolongaria por muito tempo. Ao longo da segunda metade da década de 1620, motivados pelo declínio demográfico, que, em São Vicente, afetava o contingente de “índios administrados”, especialmente nas fazendas do planalto, os paulistas passariam a intensificar suas expedições de apresamento. (MONTEIRO, 2013, p. 73). E, como ocorria desde fins do século XVI, a região do Guairá seguiria como o principal destino daquelas entradas. Foi neste contexto que, ainda em princípios de 1628, Antonio Raposo Tavares, colono de grandes cabedais, lideraria os preparativos para uma grande expedição. A iniciativa reuniria centenas de moradores de diferentes vilas do planalto, dentre os quais não faltavam autoridades coloniais e membros das principais famílias da capitania <sup>101</sup>. A julgar pela quantidade de “escopetas, espadas, escupiles, rodela, machetes”, pela “muchu munición de balas, y polvora”, e pelo contingente de mais de 2 mil indígenas – “en otros tiempos injustamente captivados” (MCA- I, 1951, p.311) – ficava claro que aquela seria a maior e mais bem organizada expedição de apresamento a partir do planalto. Antes de iniciarem seu deslocamento, os partícipes ainda se dividiriam em quatro companhias, cada uma com seus próprios capitães e sargentos (Idem. p. 312,313) <sup>102</sup>.

A partida ocorreria em agosto daquele ano, e, em algumas semanas, a expedição já havia alcançado o Guairá. Em 8 de setembro, os contingentes cruzariam o rio Tibagi, chegando as

---

101 Segundo os jesuítas, a lista de autoridades que participara daquela expedição era grande: “(...) entre ellos los dos jueces de la misma villa de S. Pablo Sevastian Fernandez Camacho y Francisco de Payva dos vreadores Mauricio del Castillo y Diego Barbosa el Procurador del Consejo Christoval mendez, el hijo, yerno, y hermano del mismo oydor de la villa Amador Buenos; y de la villa de S. Ana de Paranyha que esta siete leguas de S. Pablo, el Capitan Andrés fernandez, y el juez Pedro Alvares, su yerno de manera que en San Pablo fuera de los viejos que por su vejez no podian ir, apenas quedaron 25 hombres que pudiesen tomar armas” (MCA- I, 1951, p.311).

102 A primeira companhia seria capitaneada por Antonio Raposo Tavares, e as demais por Pedro Vas de Barros, Blas Leme e Andrés Fernandez. Todas estas contariam, ainda, com o auxílio do experimentado Manuel Prieto, que desempenharia a função de Mestre de campo de toda a expedição.

proximidades do *Ñatingui*, há poucas léguas de povoados como San Antonio, Encarnación e San Pablo. Na região, os paulistas estabeleceriam um acampamento e uma paliçada, e, tão logo instaladas, as companhias dariam início a uma série de assaltos. Nos primeiros meses, os ataques seriam direcionados aos “pueblos de infieles”, em especial àqueles que ocupavam as margens do rio Tibagi. A partir daí, ficariam evidentes os motivos por trás da construção de um acampamento e de uma pequena fortificação no Natingui. Além de suporte material, o sítio serviria como uma espécie de cativeiro, onde seriam mantidos – atados por grilhões e correntes, e sob forte vigilância – os grupos capturados pelas diferentes companhias. Assim, cada “batalhão” poderia, ao longo de meses, realizar uma série de incursões de apresamento, e só retornaria ao planalto depois de reunirem os contingentes que julgavam suficientes.

Nos primeiros meses, as investidas não afetariam diretamente os povoados erigidos a partir das alianças entre indígenas e missionários. De fato, os jesuítas chegariam a acreditar que os apresamentos não se estenderiam àquelas povoações (MCA-I, 1951, p. 270). Neste sentido, apesar de condenarem as ações dos bandeirantes, os missionários, temendo que as expedições se voltassem contra os *pueblos*, buscariam evitar maiores conflitos. Em uma *Relación*, os padres Simon Maceta e Justo Mancilla expressariam esta postura de forma bastante clara:

“(..) aunque continuamente ivan captivando con mucha crueldad a los gentiles que aun no estaban reducidos por falta de Padres, heriendo, matando, y despedazando a muchos caciques viejos y niños sin bautismo, nos dexaron en paz con nuestros hijos hasta quatro meses y tratamos con ello.; con amistad, para que desta manera, ya que no podíamos atajar los muchos males que ivan haciendo aseguramos por lo menos lo mejor que pudiésemos a nuestras reducciones (Idem. p. 314).

A conduta dos jesuítas seria distinta daquela tomada por lideranças de povoados como San Xavier e Encarnación, que, mesmo não tendo sofrido com ataques diretos, tomariam parte no combate às expedições de captura. Contando com algumas armas de fogo, um grupo formado por guerreiros de ambas as povoações chegara a realizar incursões bem-sucedidas. Em uma delas, lograriam render um grupo de “Tupis”, libertando, em seguida, um contingente que estes haviam aprisionado (Idem. p. 272). No entanto, a escassez de recursos, especialmente de munições e armas de fogo, impedira a construção de uma resistência mais efetiva, e episódios como este seriam bastante raros. Nesta perspectiva, outra estratégia parece ter surtido maiores efeitos. Cientes da condição de “administrados” da maior parte dos “Tupis” que acompanhavam aquela expedição, os moradores de povoações localizados nas proximidades do Natengui passariam a incentivá-los a abandonarem os paulistas, e juntarem-se a seus povoados. E, ao que parece, não foram poucos os casos em que esta estratégia teria sucesso. Dentre estes, nenhum seria mais significativo do que o protagonizado por Tataurana, cacique que, ao lado de “toda su gente”, abandonara a expedição bandeirante e buscara refúgio no povoado de San Antonio (Idem. pp. 314, 315). O que tornaria aquele um caso emblemático, contudo, não seria a condição de importante liderança de Tataurana,



mas, sobretudo, as implicações que o episódio acarretaria. Com efeito, a fuga do cacique seria notada pelos paulistas, que logo tomariam conhecimento sobre sua localização. Assim, não tardou para que o abrigo concedido ao cacique fosse utilizado como pretexto pelos paulistas. Em 30 de janeiro de 1629, sob a acusação de que o povoado de San Antonio havia se tornado um refúgio para os cativos fugidos de suas fileiras, um “batalhão” capitaneado por Simeon Alvares empreenderia um forte ataque contra seus moradores. Valendo-se da furtividade e do poder bélico das armas de fogo, os paulistas não teriam dificuldades em render o povoado, e logriam apresar aos menos dois mil de seus habitantes (Idem. p. 251).

O assalto a San Antonio motivaria grandes protestos dos jesuítas, que, enfim, adotariam uma postura de enfrentamento em relação aos bandeirantes. Dirigindo-se diretamente a estes, os padres ressaltariam o caráter ilegal dos apresamentos, e destacariam a conduta pecaminosa na qual incorriam todos os partícipes daquela expedição. Percebendo que seus argumentos não seriam suficientes, os missionários buscariam auxílio junto às autoridades da província. Evocando as responsabilidades dos moradores de Ciudad Real e Villa Rica, que, na condição de *encomenderos*, tinham por obrigação promover a defesa daqueles povoados, os jesuítas solicitariam, por mais de uma vez, o envio de soldados que expulsassem os inimigos. Novamente, seus pedidos não receberiam mais do que respostas evasivas<sup>103</sup>.

Nos meses seguintes, estimulados pelos milhares de apresamentos realizados em San Antonio, e já sem os escrúpulos de empreenderem assaltos diante dos jesuítas, os bandeirantes passariam a orientar suas investidas em direção as “reduções”. Em março de 1629, uma incursão capitaneada por Manuel Morato – sargento da Companhia liderada por Raposo Tavares – empreenderia um assalto sobre Jesús Maria, a última das povoações fundadas na “província de Tayaoba”. Apesar de informados sobre o acampamento paulista no Nuatengui, e sobre a série de apresamentos que os bandeirantes haviam realizado em San Antonio, os moradores do povoado, ao que tudo indica, não consideravam a possibilidade de sofrerem um ataque. De fato, as grandes distâncias que separavam suas terras do acampamento erigido pelos bandeirantes pareciam mais do que suficientes para impedir qualquer ofensiva. Assim, a ofensiva da companhia liderada por Manuel Morato contaria com o fator surpresa, e não teria maiores dificuldades para render a maior parte das mais de 1500 famílias que habitavam aquele sítio (Idem. p. 317)<sup>104</sup>.

As notícias sobre o novo ataque logo correriam todos os povoados do Guairá, provocando uma onda de temores e incertezas. De um lado, a ofensiva traria uma imagem do poder bélico

---

103 Para piorar aquele quadro, os hispano-crioulos ainda se valeriam da ocasião para pressionar os missionários, exigindo a mudança imediata dos povoados do Pirapó para as proximidades de Villa Rica, local onde, segundo argumentavam, estariam seguros dos assaltos promovidos pelos paulistas.

104 Segundo Melià (1997, p. 77), o contingente aprisionado em Jesús Maria pode ter alcançado um total de 10 mil pessoas.

daquela expedição, de sua capacidade de movimento, e de sua disposição de realizar assaltos apesar da presença dos missionários. De outro, as investidas bandeirantes fariam emergir graves crises nas relações entre indígenas e jesuítas. Como os assaltos haviam atingido povoados formados apenas alguns meses antes, surgiriam desconfiças em torno dos missionários, que, não raro, seriam acusados de cooperar com os paulistas. Este clima de dúvidas e insegurança traria grandes repercussões em diferentes povoados, e seria ensejo para uma série de fugas. Assim, quando, poucos dias depois do ataque a Jesús Maria, uma expedição liderada por Antonio Vicudo de Mendoza tentara uma ofensiva sobre a povoação de San Miguel, sua companhia acabaria surpreendida, pois não encontraria mais do que as construções que haviam sido abandonadas por seus moradores (Idem. p. 252). E os habitantes de San Miguel não seriam os únicos que, diante de “tantas crueldades y tirannias” optariam por abandonar seus povoados. Segundo os padres Simon Maceta e Justo Mancilla, o mesmo ocorreria em outras quatro “reducciones”, casos de Encanación, San Pablo, Los Angeles e de Santo Thomas Apóstol (Idem. p. 319).

A bandeira ainda permaneceu no Guairá por alguns meses, e, ao menos até meados de 1629, ainda haviam companhias realizando apresamentos na região. Assim, quando retornaram ao planalto, os bandeirantes o faziam acompanhados por dezenas de milhares de indígenas escravizados, no que seria, de longe, a maior expedição de cativo realizada pelos paulistas até então. Estabelecer a quantidade de apresamentos realizados entre os habitantes das “reduções” do Guairá, contudo, não é tarefa simples. Ao tratar sobre o tema, John Manuel Monteiro, ressaltou as discrepâncias existentes entre as estimativas presentes em diferentes escritos da época. Para isto, destacou três referências distintas. A primeira, tomada dos escritos do Pe. Antonio Ruiz de Montoya, pontuava que os paulistas haviam destruído onze povoados no Guairá, e que, cada um deles, abrigava entre 3 e 5 mil habitantes. Ou seja, o total de prisioneiros oscilava entre 33 e 55 mil cativos. A segunda estimativa seria arrolada a partir dos escritos de um comerciante espanhol, Manuel Morales, segundo o qual, das 40 mil pessoas que habitavam aqueles povoados, 30 mil teriam sido aprisionadas pela bandeira de 1628-29. Por fim, Monteiro ainda elencara os registros de um clérigo, o Pe. Lourenço de Mendonça, que afirmava que os bandeirantes haviam aprisionado moradores de 14 reduções, que, em média, reuniam 1,5 mil famílias cada. Assim, o total de apresamentos realizados pelos diferentes batalhões que compunham a bandeira liderada Raposo Tavares alcançariam algo em torno de 60 mil pessoas (MONTEIRO, 2013, p. 74).

Ao relacionarmos estas estimativas às informações presentes nas relações e Documentos escritos por missionários que participaram diretamente daquele contexto, fica evidente que todas elas apresentam um problema em comum: baseavam-se no pressuposto de que os habitantes de todas as reduções destruídas ou abandonadas em 1629 haviam sido postas em cativo pelos bandeirantes. Ou seja, elas desconsideram o fato de que, nos primeiros meses de 1629, diante temor

gerado por aqueles assaltos, a maior parte dos *pueblos* do Guairá havia sido abandonada por seus moradores <sup>105</sup>. Com efeito, se nos atemos apenas às referências seguras, os indicativos são de que somente os povoados de San Antonio e Jesús Maria foram alvo de apresamentos massivos, razão pela qual todas aquelas estimativas parecem exageradas. Tomando como base as informações coligidas por Bartomeu Melià, autor que, ao examinar os dados relativos aos contingentes reunidos nos *pueblos* do Guairá, estimara que cada um daqueles dois povoados contava com algo entre 8 e 10 habitantes, chega-se a conclusão de que as companhias que formavam a bandeira liderada por Raposo Tavares fizeram de 16 a 20 mil cativos entre as reduções. Esta cifra, é preciso ressaltar, consideram somente os registros seguros, e só levam em conta as capturas realizadas após ataques empreendidos diretamente sobre os *pueblos*. Assim, tal estimativa não contempla, por exemplo, apresamentos efetuados entre grupos que, pouco antes, haviam deixado as reduções em busca de refúgio.

Apesar de insuficientes para determinar com maior precisão o total de apresamentos realizados pela bandeira de 1628-29, as fontes coetâneas evidenciam com clareza a amplitude da destruição provocado por aqueles assaltos. Em poucos meses, a expedição de Raposo Tavares seria responsável pelo abandono de onze povoados no Guairá. Assim, em toda aquela província, não restariam mais do que as reduções de San Ignacio e Loreto em princípios de 1630. Dos demais *pueblos*, sabe-se que apenas alguns contariam com remanescentes. Era o caso de um pequeno grupo de famílias dos povoados de San Javier, San Joseph e Encarnación, que logo se transferiram para as comunidades do Paranapanema, e de um reduzido núcleo que, meses após o retorno dos bandeirantes ao planalto, estabeleceu-se de forma bastante precária sobre o que restara do sítio de Jesús Maria, na província de Tayaoba. Deste modo, dos 50 mil habitantes com os quais contavam os 13 povoados do Guairá em 1628, o que restara dois anos depois era somente a quarta parte, algo em torno de 12 mil pessoas.

Entre as pouco mais de três mil famílias que permaneceram ao lado dos missionários no Guairá, havia se disseminado o temor de que os paulistas não tardariam a retornar a província. Assim, mesmo para os habitantes de San Ignacio e Loreto, que dispunham de povoados bem assentados, resultado de décadas de esforços, a ideia de que era preciso deixar a região tornara-se uma convicção quase unânime, e já se especulava qual seria o melhor destino para aquelas famílias. Contudo, antes de abordarmos o longo processo migratório dos remanescentes do Guairá, parece adequado que voltemos nossa atenção ao que se passava em outro contexto, que também seria bastante afetado pelas ofensivas bandeirantes.

---

105 As fontes que consultamos não fornecem referências sobre o destino dos povoados formados por Guañanas e Gualachos, erigidos entre o Iguacu e a “província de Tayaobá”. Por sua localização, no entanto, tudo leva a crer que o destino daquelas povoações não tenha sido diferente das demais, ou seja, seriam abandonados tão logo chegaram notícias sobre os apresamentos realizados em Jesus Maria.

### 3.2 Expansão e crise na “otra banda” do Uruguai

Desde os ataques que resultaram na morte de três missionários no Caaró, os jesuítas enfrentariam dificuldades na “otra banda” do Uruguai. A perda do Pe. Roque González, religioso que, por quase duas décadas, liderara a frente missionária naquela “província”, traria incertezas quanto às possibilidades concretas do projeto missional, e provocaria uma interrupção na formação de novas alianças. A situação só se alteraria em princípios da década 1630, e, ao menos em parte, estaria relacionada a destruição provocada pela bandeira liderada por Raposo Tavares, que forçara o abandono da frente missionária do Guairá. Destarte, a maior parte dos religiosos que atuavam naquela província seria designada ao Uruguai, onde passariam a integrar os esforços que, sob a liderança do Pe. Pedro Romero, visavam expandir o número de reduções naquela província.

Com o reforço de missionários experientes, novas missões seriam empreendidas com sucesso, ensejando a construção de alianças com diferentes lideranças do Uruguai. Assim, já em 1630, dois novos *pueblos* seriam fundados na província. Destes, um estaria situado junto a margem ocidental do Uruguai, bem próximo de sua confluência com o rio Acaraguá, a redução de N. Sra. de la Asunción, também referida como Asunción del Acaraguá. O outro seria erigido na banda oriental, ao que parece, sobre o mesmo sítio que, anos antes, havia sido palco do ataque sofrido pelo Pe. Roque González, e receberia o nome de Três Santos Mártires del Caaró.

No entanto, foi a partir de 1631, com o estabelecimento de duas novas frentes de atuação na banda oriental, que o ritmo das novas fundações alcançara. A primeira avançaria pelos rios Ijuí e Piratini, e teria, nas povoações de San Nicolás e Candelária seus principais pontos de partida. Neste contexto, ainda naquele ano, seriam estabelecidas as reduções de San Carlos, situada sobre as margens do rio *Caapy* (um afluente do Ijuí), e Apósteles, fundada entre os rios Ijuí e Ijuímirim, em uma região conhecida como *Caaçapaguaçu*. No ano seguinte, a partir desta mesma frente, ainda seria estabelecida a redução de Santa Teresa del Ivitiruno, situada em uma região de pinhais, há algo como 12 ou 14 léguas “al oriente de San Carlos” (C.A. 1632-1634, [1990] p. 171).

A outra frente iniciada por aqueles anos avançaria a partir do rio Ibicuí, seguindo em direção a leste, até a “província do Tape”. E seria a partir desta que os jesuítas alcançariam os resultados mais expressivos. Seu princípio ocorrera em 1632, com a fundação do *pueblo* de San Thomé, junto às terras do cacique Arasay, nas proximidades do rio Ibicuí. No entanto, seria com a fundação da redução de San Miguel, situada a pouco mais de 10 léguas a leste de San Thomé (aprox. 55 km), que os missionários lograram seu maior feito durante aquele ano. Além de marcar sua entrada

efetiva na chamada “província del Tape”, o estabelecimento daquela povoação seria o ponto de partida para uma série de incursões, que, em pouco mais de dois anos, seriam responsáveis pelo estabelecimento de nada menos que oito novas reduções (C.A. 1632-1634, [1990] p. 195). Destas, cinco seriam fundadas ao longo do ano de 1633, casos de San Joseph, estabelecida sobre um sítio localizado a meio caminho entre Santo Tomé e San Miguel, de N. Sra de la Natividad, fundada na margem esquerda rio do Ygay (atual Jacuí), das reduções de Santa Ana e San Joaquin, ambas erigidos na margem direita do mesmo Ygay, e do *pueblo* de Jesús Maria, situado no que seria o extremo leste da “província de Tape”, bem próximo do rio Tebiquari (atual Taquari). Em 1634, ainda seriam erigidas outras três povoações, todas na “província do Tape”: San Cosme y Damian, fundada em janeiro de 1634, a algumas léguas a leste de San Miguel, San Cristóbal, nas proximidades de Jesús Maria, e Visitacion, povoação que ocuparia um sítio a sudeste de Santa Tereza (MCA- III, 1969, pp. 98-100).

Em apenas três anos, onze novos povoados seriam formados na banda oriental, parte junto ao Uruguai e seus afluentes, parte na “província del Tape”. Se, é bem verdade, a chegada de missionários provenientes do Guairá seria fundamental para tais resultados, de modo algum esta seria a única causa a explicar a rapidez daquele processo. Com efeito, a semelhança do que ocorrera em outras “províncias”, a fundação de novas reduções na “outra banda” do Uruguai dependera de negociações e alianças, que envolveriam forte participação das lideranças indígenas. É neste sentido que apontaria o superior daquela missão, Pe. Pedro Romero, que registrara como os “caziques de la Concepción, S. Nicolas, Candelaria, Caro, S. Thome, S. Miguel y de la Natividad”, mostrariam grande empenho na construção das novas alianças, ou, em suas palavras, “no cessaron de hablar la gente e inclinarla a nuestra voluntad” (MCA- III, 1969, p. 38).

Diante daquele contexto, nada parecia prenunciar a série de crises, que, ainda em princípios de 1635, interromperiam de modo abrupto o avanço da atividade missionária na “outra banda” do Uruguai. Pelo contrário, seria justamente em meio a uma incursão que visava à construção de novas alianças, que os jesuítas enfrentariam o primeiro grande abalo em seus projetos. O fato ocorrera em abril de 1635, quando uma expedição liderada pelo Pe. Cristóval de Mendoza partira do povoado de Jesús Maria em direção aos territórios que se estendiam a leste do Tebiquari. Seu objetivo, ao que tudo indica, era contatar as aldeias da região, e avaliar as possibilidades de estabelecer novas reduções naquelas terras. Depois de algumas semanas, e uma série de contatos promissores, a comitiva tomara o caminho de volta com boas impressões. Seus projetos, contudo, seriam rapidamente desfeitos. Em uma região identificada como *Ibiá*, a expedição seria alvo de uma embosca, que culminaria com a morte do Pe. Cristóval de Mendoza. O ataque ao jesuíta, tão logo conhecido entre os moradores das reduções, motivaria a organização de uma expedição de guerra, dando início a uma série de enfrentamentos na região (MCA- III, 1969, pp. 101-104).

Ao que parece, a onda de conflitos só não persistira por mais tempo devido a uma nova crise, esta de proporções bem mais expressivas, que atingiria com rigor tanto as reduções do Tape, quanto as do Uruguai. Em meados de 1635, duas grandes epidemias, uma de varíola, e outra de “câmaras de sangue”, eclodiriam de modo quase simultâneo, provocando desastres de grandes proporções na maioria dos *pueblos*. Em algumas reduções, casos de Jesús Maria, Santa Ana, Santos Martires, e Asunción del Acaragua, seriam contabilizados mais de mil mortos, e isto em cada povoado (DHA, 1929, t. XX, p. 593 e 708). Em Santa Tereza e San Nicolás, duas povoações que também registrariam grande número de contágios, as vítimas chegariam à casa das novecentas pessoas (Idem, pp. 640-44). Nas demais reduções, as cifras seriam igualmente expressivas, posto que, em praticamente todas elas, o número de vítimas superaria a marca das centenas.

Para piorar, as epidemias se alastrariam ao mesmo tempo em que surgiam informes sobre a presença de expedições paulistas na região do Mbiaça. As primeiras notícias, que chegariam ainda em princípios de 1635, seriam ensejo para uma série de preparativos, que tinham por objetivo estabelecer uma defesa armada contra os bandeirantes. Com o auxílio dos irmãos Antonio Bernal e Juan de Cardenas, um grupo que reunia guerreiros dos povoados de Jesús Maria e Santa Ana realizaria treinamentos com armas de fogo, e daria início à construção de trincheiras e paliçadas (Idem. p. 598). Assim, em fins de 1635, ainda em meio aos fortes surtos epidêmicos, centenas de guerreiros se mantinham a postos para responder a qualquer ameaça. Durante aquele verão, contudo, os prognósticos não se confirmariam, e não correriam mais do que rumores sobre possíveis expedições vindas do planalto.

Seria somente em 1636, que os guerreiros reunidos em Jesús Maria se veriam frente a uma grande expedição paulista (DHA, 1929, t. XX, p. 554). A bandeira, que alcançara o Tape em dezembro de 1636, era mais uma expedição liderada por Antonio Raposo Tavares, que, meses antes, havia partido do planalto ao lado de 120 “lusitanos” e pelo menos 1400 “Tupis” (Idem. p. 610). Ao que tudo indica os paulistas não contavam que teriam de enfrentar uma resistência pronta a dar combate à expedição. Com o apoio de armas de fogo, e até de peças de artilharia, os guerreiros indígenas mediriam forças contra os invasores, e, em um combate que durara quatro dias, chegaram a impor baixas aos inimigos. Na estimativa do provincial, Pe. Diego de Boroa, por volta de 50 Tupis e 5 paulistas seriam mortos naquele enfrentamento (Idem. p. 600-603). Ao cabo, os paulistas acabariam por abandonar a região, mas não sem levarem certo número de prisioneiros tomados durante os embates.

Como ocorrera no Guairá, as notícias sobre o ataque a Jesús Maria espalhariam temores entre os habitantes dos povoados do Tape. E os maiores receios correriam entre as povoações, que, mais próximas ao local da primeira ofensiva, veriam crescer os riscos de um novo ataque. Assim, tanto os moradores de San Cristóval, quanto os de Santa Ana, rumariam em direção ao povoado de

Natividade, sítio considerado mais seguro por estar localizado na margem esquerda do rio Igay (MCA-III, 1969, p. 143). Naquele povoado, um “conselho” formado por missionários e mais de 700 guerreiros tentaria articular uma nova linha de defesa (DHA, 1929, t. XX, p. 630). Os planos, contudo, logo seriam desfeitos, muito provavelmente, pelas notícias que davam conta dos estragos provocados pela bandeira entre povoados de “infiéis”. Destarte, as famílias reunidas em Natividade optariam por abandonar aquele sítio, e o mesmo ocorreria nos povoados de Martires e Candelária, cujos moradores, temerosos quanto à possibilidade de um assalto, iniciariam uma marcha em direção ao rio Uruguai (Idem. p. 623).

O drama se repetiria no verão seguinte, quando uma nova bandeira chegara à região. Sob a liderança de André Fernandes, a expedição alcançaria o Tape ainda em fins de 1637, e, logo ficaria claro que seu principal objetivo era empreender apresamentos entre as reduções. Em 18 de dezembro, uma das companhias que compunham aquela bandeira empreenderia um assalto ao povoado de Santa Tereza. A ofensiva surpreenderia os moradores do *pueblo*, e, de uma só vez, os paulistas fariam cerca de quatro mil prisioneiros, no que seria o maior ataque registrado na região (C.A. 1637-1639, [1984], pp. 72-74). Apesar do grande contingente capturado, a expedição prosseguiria nos meses seguintes, e logo passaria a avançar em direção aos povoados do Uruguai. Em 11 de fevereiro, três pelotões investiriam sobre a redução de San Nicolas, uma das únicas que ainda não havia sido abandonadas naquele período. Apesar de oporem resistência ao ataque, seus moradores acabariam vencidos, e às pressas, seriam forçados a empreender fuga para evitar maiores perdas. Enquanto isso, outro destacamento paulista, o mesmo que havia empreendido a ofensiva contra Santa Tereza, estabeleceu uma paliçada no Caaçapamini (sobre o antigo sítio de Candelária), que serviria como base para suas expedições. Em 25 de fevereiro, alguns padres dirigiram-se até o local numa tentativa de negociar a libertação dos cativos. Frente a negativa dos bandeirantes, o Pe. Diego de Alfaro, que detinha poderes como comissário do Santo Ofício, ameaçaria os paulistas com excomunhão caso estes não abandonassem imediatamente a região (MCA- III, 1969, p.172). A ação dos parece ter surtido certo efeito, já que, pela manhã do dia seguinte, os bandeirantes levantariam acampamento e deixariam a região. A tentativa de liberação dos indígenas aprisionados, contudo, não se concretizara, e, novamente, os paulistas retornariam ao planalto conduzindo milhares de indígenas escravizados.

Depois de duas grandes expedições, 1636-37, 1637-38, os bandeirantes haviam destruído ou forçado o abandono de todas as reduções formadas na “outra banda” do Uruguai desde meados da década de 1620. E a convicção de que uma nova ofensiva era questão de tempo era compartilhada por todos. Nesta perspectiva, não restariam alternativas além da busca por refúgio, e, para muitos, a única opção viável naquele contexto era cruzar o rio Uruguai.



Imagem 3. Mapa dos *pueblos* do Paraná e Uruguai 1610-1638. Fonte: HERNANDEZ, 1912, t. I, p. 8.

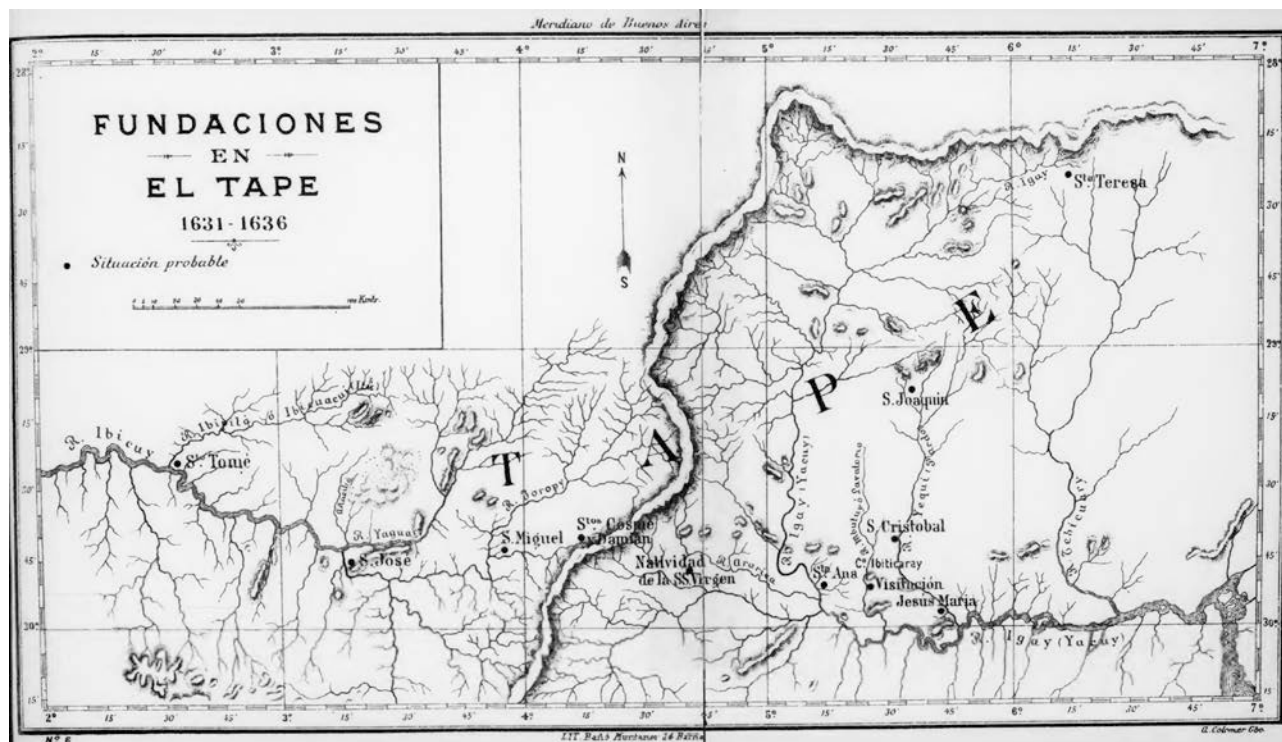


Imagem 4. Mapa dos *pueblos* do Tape 1611-1636. Fonte: HERNANDEZ, 1912, t. I, p. 8.



### 3.3 A união dos fragmentos

Além de um rastro de destruição, as grandes expedições bandeirantes deixariam para trás um clima de incerteza e insegurança. Nas regiões que haviam sido alvo de ataques, o temor de novas investidas se tornaria uma questão de primeira ordem, e a busca por refúgio, para muitos, constituía a única solução possível. Assim, ao longo de toda a década de 1630, famílias provenientes de diferentes regiões empreenderiam grandes jornadas com o objetivo de evitar novos assaltos. Seu destino seria a mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai, região que apresentava melhores possibilidades, seja pela distância em relação ao planalto, seja pela existência de povoados relativamente estruturados na região.

Os primeiros a empreenderem sua jornada em direção ao Paraná seriam os guayrenhos. Como vimos, após as investidas de 1629, apenas os dois povoados do Paranapanema, e um núcleo de famílias na “província de Tayaoba” – a maioria proveniente do antigo pueblo de Los Angeles – ainda mantinham ao lado dos jesuítas. Naquele contexto, como se poderia supor, sua situação estava longe de uma condição segura. Carentes de toda sorte de recursos que pudessem auxiliá-los contra os invasores, e desenganados quanto à possibilidade de contarem com a ajuda das autoridades coloniais da província, os sobreviventes não nutriam esperanças de que pudessem compor uma defesa efetiva contra os bandeirantes. Assim, o abandono daqueles territórios e a transmigração de seus povoados emergiriam como única alternativa possível para evitar novos desastres. O plano de deixar a região, contudo, enfrentaria a oposição dos hispano-crioulos de Ciudad Real e Villa Rica, que insistiriam para que as famílias formassem seus novos povoados nas proximidades de Ciudad Real. Por óbvio, sua intenção era manter a continuidade do regime de encomiendas, que se tornava cada vez mais importante na medida em que o comércio ervateiro se tornara a principal fonte de recursos aos hispano-crioulos do Guairá.

A situação se agravaria em meados 1631, quando novas informações atestavam que os moradores do planalto preparavam outra expedição em direção ao Guairá. As notícias trariam a tona um sentido de urgência entre os habitantes de San Ignacio e Loreto<sup>106</sup>. Assim, alguns meses depois um contingente que reunia entre dez e doze mil pessoas partiria dos povoados do Pirapó. Navegando pelo Paranapanema a bordo de mais de 700 canoas, os refugiados levariam alguns dias até alcançarem o rio Paraná. A partir dali, as dificuldades se multiplicaram. E a primeira delas seria

---

106 “Así que no hay que maravillarse que nuestros indios fuesen presa de tan grande panico y que resolvieron transmigrar, dejando su tierra y hogar, para no exponer la vida de sus hijos y el pudor de sus esposas a semejante canalla.” (DHA. 1929, t. XX, p. 726).

imposta por moradores de Ciudad Real, que, decididos a manter poder sobre suas *encomiendas*, tentariam impedir a transmigração formando um bloqueio armado nas proximidades do Salto do Guairá. Junto a outros religiosos que acompanhavam os refugiados, o Pe. Antonio Montoya tentaria, sem sucesso, demover os colonos de seus intentos. O impasse só seria resolvido quando os *encomenderos* constataram a decisão dos milhares de emigrados, que, tomados por “una espécie de desesperacion” (DHA, 1929, t. XX p.730), ameaçavam um grande ataque caso decidissem manter o bloqueio.

Nas proximidades do Salto do Guairá, o comboio de refugiados se ampliara com a chegada do grupo de remanescentes da província de Tayaoba, que alcançaria o rio Paraná em companhia do Pe. Pedro Espinosa (Idem). Naquele ponto, como não era possível prosseguir a navegação, seria preciso tomar um caminho por terra de cinco léguas. Neste período, tornou-se patente, que os recursos que haviam sido reunidos às pressas para aquela jornada seriam insuficientes para sustentar tão grande número de famílias. Assim, a situação de penúria não demorou a se alastrar entre os refugiados. Para piorar, a emergência de doenças, provavelmente ocasionadas pela condição debilitada dos partícipes daquele comboio, tornaria a viagem ainda mais penosa. Frente àquele quadro, surgiriam desconfiças quanto às chances de sucesso da transmigração, que passaria a registrar grande número de deserções. Neste contexto não é exagero afirmar que a continuidade daquela jornada só fora possível com os auxílios fornecidos por moradores de povoados do Paraná, que, cientes da condição dos refugiados, transportariam cargas de alimentos com o intuito de remediar sua penúria.

Os auxílios permitiram que os emigrados retomassem sua viagem pelo Paraná, e, em algumas semanas, milhares de famílias desembarcariam na região do Iguaçu, parte no povoado de Santa Maria e parte em Natividad. Por alguns meses, os moradores daqueles *pueblos* não só receberiam os refugiados, como compartilhariam com estes suas casas e todos os seus recursos (Idem. p. 732). Contudo, nem a boa acolhida fora suficiente para impedir as catástrofes, que, novamente, atingiriam aquelas famílias. Desta feita, a causa seriam as desinterias, que se alastraram de modo tão grave, quanto repentino. Em Natividad, seria necessário estabelecer um “hospital” improvisado para assistir as centenas de enfermos, que, quase simultaneamente, foram acometidos pela doença. Ainda assim, levariam poucos meses para que ao menos 600 mortes fossem contabilizadas somente naquele povoado (C.A. 1632-1634, [1990] p.130). E este número seria bem próximo ao registrado no Iguaçu, onde 500 refugiados morreriam no mesmo período e pelas mesmas razões (Idem. p.134). Assim, quando o comboio lograra se reestabelecer, e, enfim, retomar sua jornada, não restaria mais do que uma parcela dos contingentes que iniciaram aquela migração. De fato, o número de famílias que lograra aportar no Iabebiri, região onde seriam estabelecidos os

fundamentos dos novos povoados de Loreto e San Ignacio (Mini) <sup>107</sup>, era de aproximadamente de três mil, o que correspondia a não mais que a “quarta parte” da multidão que havia deixado o Guairá (Idem. p.121).

Os longos meses de convivência com os emigrados teriam repercussões significativas entre os moradores de Santa Maria e Natividad. E os impactos não se resumiriam ao fato de que, naquele período, grande parte dos recursos de ambos os *pueblos* seria consumido para socorrer aquelas famílias. Com efeito, desde a chegada dos refugiados, os habitantes de Santa Maria e Natividad tomariam conhecimento sobre os grandes riscos a que estavam expostos. Afinal, se os paulistas haviam assaltado povoados na província de Tayaobá, e, no ano seguinte, efetuado uma série de ataques aos “pueblos de encomienda” próximos à Villa Rica, tudo levava a crer que suas expedições não teriam dificuldades para alcançarem a região do Iguaçu. E tendo presenciado a série de calamidades e “espetáculos de dolor” (Idem. p.132) que se abateram sobre os refugiados guayrenhos, não há dúvidas de que aquelas populações fariam de tudo para evitar o mesmo destino. Desta perspectiva, não é surpresa que, pouco depois que aquelas famílias partiram em direção ao Iabebiri, os moradores de Santa Maria e Natividad tenham dado início a uma série de preparativos com o objetivo de abandonar a região. Tais medidas, é importante salientar, contrariavam os planos dos jesuítas, que projetavam a construção de uma resistência armada no Iguaçu. No entanto, em meados de 1633, com a chegada de novas notícias sobre a presença de expedições paulistas no Guairá, não restaria alternativa aos padres, que teriam de ceder diante de uma decisão já selada pelos moradores de ambos os povoados (Idem. p.139).

Poucas semanas separariam o embarque dos moradores dos dois povoados, que, no total, formavam um contingente de, aproximadamente, cinco mil pessoas. Neste caso, graças aos preparativos realizados nos meses anteriores, a jornada pelo rio Paraná seria concluída sem maiores sobressaltos. Para isto, também contribuiriam os socorros prestados por habitantes de diferentes povoados do Paraná, que enviariam grandes quantidades de alimentos aos emigrados. Ademais, quando as famílias do Acaray e Iguaçu completaram as 30 léguas de navegação pelo rio Paraná, ainda contariam com a solidariedade dos moradores de Córpus e Itapua, que, além de grandes quantidades de recursos, disponibilizariam abrigo aos recém-chegados. Assim, enquanto as famílias provenientes do Acaray se dividiriam entre ambos os povoados, os refugiados do Iguaçu se instalariam em um sítio bem próximo a redução de Itapua (MCA-III, 1969, pp. 52,53). Nos meses seguintes, as trajetórias daquelas famílias seguiriam caminhos distintos. Para os refugiados do Acaray, o arranjo provisório se tornaria permanente, ou seja, os refugiados se “avencidaron”

---

107 Segundo o provincial, Pe. Diego de Boroa, três motivos fizeram os refugiados optarem pelo Iabebiri (um afluente do Paraná, a meio caminho entre Córpus e Itapuã): a fertilidade do solo, a segurança do inimigo e a vizinhança pacífica (DHA, 1929, t. XX, pp. 733-734).

naqueles povoados, recebendo de seus moradores “tierras y casas con todo lo demas necessario” para formarem seus próprios bairros em Córpus e Itapua (C.A. 1632-1634, [1990], p.137). As famílias provenientes de Santa Maria do Iguaçu, por outro lado, manteriam seu intuito de estabelecerem uma nova povoação. Assim, depois de alguns meses nas proximidades de Itapua, o grupo, que contava com pouco mais de dois mil refugiados, partiria em direção ao rio Uruguai<sup>108</sup>, onde um sítio localizado a meio caminho entre Concepción e San Xavier já havia sido previamente delimitado para recebê-los.

Pouco mais de três anos depois do abandono das povoações do Iguaçu e Acaray, os assaltos bandeirantes na província do Tape dariam início a uma nova onda de transmigrações. A partir de princípios de 1636, e até o fim daquela década, algo em torno de 12 mil pessoas cruzariam o rio Uruguai diante do terror provocado pelos paulistas. E, tal como ocorrera com os refugiados do Guairá, as famílias da “otra banda” não dispunham de recursos suficientes para sustentar suas jornadas. Assim, os emigrados chegariam ao Uruguai em situação de grande penúria, e a situação só não emergira para uma catástrofe, pelo socorro prestado por missionários, e, sobretudo, pelos habitantes de outros povoados. Neste contexto, os moradores de San Xavier e Concepción, povoações que ocupavam sítios próximos ao rio Uruguai, cumpririam papel decisivo, fornecendo alimentos e abrigo a centenas de famílias. No entanto, com a chegada constante de novos contingentes, os auxílios das comunidades do Paraná também seriam imprescindíveis. Em Córpus, a chegada de refugiados se tornara fato comum, e seus moradores, além de abrigarem grandes contingentes de famílias ao longo de meses, trabalhariam na construção de casas e roçados para os recém-chegados (DHA. 1929, t. XX, p.630). A comunidade de Itapua seria a demonstrar “gran favor” em hospedar os refugiados, dentre os quais estariam centenas de famílias que, depois de escaparem ao ataque paulista à Santa Tereza, estabeleceriam seu próprio bairro naquele povoado (C.A. 1637-1639, [1984], p. 85). E o mesmo se poderia afirmar sobre os moradores do Iabebiri, que apesar de ainda não disporem de boas condições materiais em seus novos *pueblos*, comporiam a linha de frente no socorro aos emigrados. Assim, quando as famílias provenientes do povoado de San Cosme y Dámian, que estariam entre as primeiras a deixarem a banda oriental, alcançaram as margens do rio Paraná, puderam contar com o auxílio dos moradores de Loreto e San Ignacio, que, além de cederem abrigo em seus povoados, trabalhariam na construção dos alicerces de uma nova povoação para os recém-chegados (C.A. 1637-1639, [1984], p.87, 88).

---

108 Antes de se transferirem em definitivo, as famílias provenientes do Iguaçu permaneceriam por quase um ano divididas entre os *pueblos* de Concepción, San Nicolás e San Xavier, período em que trabalharam na construção de seu novo povoado (C.A. 1632-1634, [1990] pp.141,142).



Imagem 5. Mapa das migrações da década de 1630.

Ao considerarmos o conjunto daquelas experiências, parece claro que desde que as primeiras famílias provenientes do Guairá chegaram à mesopotâmia, a solidariedade seria a tônica na recepção aos refugiados. Seja oferecendo recursos e espaço em seus próprios povoados, participando da construção de casas e roçados, ou auxiliando as famílias recém-chegadas a estabelecerem as bases de seus novos povoados, as comunidades do Paraná e Uruguai não mediriam esforços no sentido de garantir condições para que os refugiados se estabelecessem naquela região. Ao tempo em que colaboravam naqueles esforços, é importante salientar, os antigos moradores ainda transmitiriam seus conhecimentos sobre a disposição daquelas terras, informando sobre seus caminhos e vias de navegação, sobre a localização de recursos, de espaços propícios para a agricultura, etc. Destarte, ainda que, para a maior parte dos recém-chegados, a região em que aportaram era pouco conhecida, seu processo de territorialização, além de se iniciar com alguma base material, também contara com um conjunto de informações, que seriam cruciais para sua adaptação àquelas terras <sup>109</sup>.

109 Sem isto, parece pouco provável, por exemplo, que apenas alguns anos depois de terem se assentado no Iabebiri, os refugiados do Guayrá tivessem condições de contribuir com alimentos e abrigo para o socorro dos refugiados da “otra banda”.

Por fim, antes de seguirmos ao próximo tópico, é importante traçar um panorama sobre a nova configuração que emergira após a chegada dos refugiados a mesopotâmia. Em fins da década de 1630, algo entre 30 e 35 mil habitantes ocupariam um total e vinte povoados nas províncias do Paraná e Uruguai. Dentre estes, a maioria seria formada exclusivamente pelos cerca de 20 mil refugiados que haviam aportado na região ao longo daquela década. O quadro abaixo, construído a partir de fontes coetâneas e posteriores aos processos de transmigração, e informações provenientes de outras pesquisas, apresenta os diferentes arranjos construídos naquele contexto:

**Tabela 1: Reconfiguração dos povoados das províncias do Paraná e Uruguai**

<b>Povoados de origem:</b>	<b>Configuração estabelecida a partir de 1639:</b>
San Ignacio do Paraguai	San Ignacio do Paraguai
San Ignacio (Guairá) San Xavier (Guairá) San Joseph (Guairá)	San Ignacio Mini (Paraná)
Loreto (Guairá) Angeles del Tayaoba (Guairá) Encarnación (Guairá) San Xavier (Guairá)	Loreto (Paraná)
Yaguapoa de los Reyes Natividad (Acaray)	Córpus (Paraná)
Santa Tereza (Tape) Natividad (Acaray)	Itapua
San Joseph (Tape)	San Joseph (Paraná)
San Cosme y Damian (Tape)	San Cosme y Damian (Paraná)
Candelária	Candelária (Paraná)
San Carlos (Uruguai, “otra banda”)	San Carlos (Paraná)
San Cristóval (Tape) San Joaquin (Tape) Jesús Maria (Tape) San Carlos (Uruguai, “otra banda”)	Martires del Japón (Uruguai)
Santa Anta (Tape)	Santa Ana (Paraná)
Natividad (Tape)	Santos Apóstoles San Pedro y San Pablo (Uruguai)
Jesús Maria (Tape) Apóstoles (Uruguai, “banda oriental”) Visitacion (Tape)	Concepción
San Nicolás (Uruguai, “banda oriental”)	San Nicolás (Uruguai)
San Miguel (Uruguai, “banda oriental”)	San Miguel (Uruguai)
Asunción del Acaragua	Asunción del Acaraguá
San Thomé (Uruguai, “banda oriental”)	San Thomé (Uruguai)
Santa Maria (Iguaçu)	Santa Maria (Uruguai)

San Xavier	San Xavier
Yapeyú	Yapeyú

Fontes: C.A. 1632-1634, [1990]; C.A. 1637-1639, [1984]; DHA, 1929, t. XX. BECKER, 1992; FURLONG, 1962; PASTELLS, 1915, t. II.

O quadro evidencia as diferentes configurações estabelecidas após a chegada dos refugiados. Do total de 20 reduções, 13 haviam sido formados exclusivamente por famílias recém-chegadas, casos de San Inácio, Loreto, Santa Maria, Santa Ana, San Cosme y Dámian, San Miguel, San Joseph, Santos Apóstoles, San Carlos, Candelária, San Thomé, San Nicolás e Mártires del Japón. Dentre estas, 10 eram reduções que se realocaram, mantendo, basicamente, os mesmos arranjos que haviam formado anos antes. Por outro lado, outros três povoados seriam constituídos a partir da reunião de “parcialidades” provenientes de diferentes povoações abandonadas após os ataques paulistas, casos de Loreto e San Ignácio, que, além de famílias do Pirapó, também abrigariam refugiados provenientes de antigos povoados do Tibagi, e da “província de Tayaoba”, e da povoação de Martires del Japón, que nascera como “un conjunto de muchos pedazos de antiguas reducciones desaparecidas (...)” (C.A. 1637-1639, [1984], p. 119).

A chegada dos emigrados também implicaria em importantes transformações entre os povoados fundados nas décadas anteriores. Neste contexto, ao menos dois receberiam grandes contingentes de famílias refugiadas, casos de Concepción, povoado que recebera “varias tropas de las reducciones destruídas pelos portugueses”, todas provenientes da banda oriental (Idem. p. 56), e Itapua, redução onde se “avecindaron” centenas de famílias provenientes de Natividad (Acaray), e Santa Tereza (Tape). Em ambos os casos, os novos moradores formariam seus próprios bairros, de modo que, apesar de sua integração às novas comunidades, ainda manteriam certos vínculos de afinidade, e uma memória de seu passado comum.

### 3.4 As batalhas de Caaçapaguaçu e Mbororé, e os triunfos de uma aliança

A despeito de terem deixado seus *pueblos* para evitarem as ofensivas bandeirantes, os refugiados que chegaram à mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai sabiam que aquele não seria o fim das ameaças vindas do planalto. Pelo contrário, depois das ofensivas sobre ao povoado de Santa Tereza, e a destruição promovida em diferentes povoados do Uruguai, pairava a certeza de que,

cedo ou tarde, as expedições paulistas retornariam. Em fins da década de 1630, no entanto, os paulistas teriam a frente uma resistência mais organizada e consistente. Com o auxílio dos jesuítas, que, ao longo de todo aquele período, intermediaram a compra e o transporte de armas de fogo e animais de montaria, o poder bélico dos guerreiros indígenas havia aumentado. Além disto, apesar das grandes perdas populacionais, os processos de transmigração, ao ensejarem a concentração dos povoados nas “províncias” do Paraná e Uruguai, também contribuiriam para reforçar a capacidade de mobilização daquelas populações, já que a proximidade entre os povoados permitiria maior rapidez na comunicação, o que facilitava a reunião de contingentes e a construção de ações conjuntas. Contudo, talvez o mais importante naquele contexto fosse o fato de que aquelas comunidades, direta ou indiretamente, haviam experimentado de perto os estragos provocados pelas bandeiras paulistas. Neste sentido, todos compartilhavam de um sentido de urgência, e da convicção de que a organização de uma defesa era uma prioridade incontornável para a própria sobrevivência. Derrotar aqueles inimigos tornara-se um projeto comum, e este seria o ensejo para a consolidação de uma aliança de guerra.

Em dezembro de 1638, a chegada de notícias sobre a presença de uma expedição bandeirante na “outra banda” do rio Uruguai seria uma espécie de primeiro teste para aquela aliança. E desde os primeiros movimentos, ficaria evidente que já havia se estruturado uma organização bem coordenada. Com o auxílio dos missionários, em especial do Pe. Diego de Alfaro, um alerta correria em todos os povoados, e seria seguido por uma série de preparativos e movimentações de guerra. Com a proximidade entre os *pueblos*, levaria pouco tempo para que um contingente de 400 guerreiros se reunisse em Concepción. Sob a liderança de D. Nicolas Nenguiru, e do mesmo Pe. Diego de Alfaro, ainda em 6 de janeiro de 1639, a milícia iniciaria seu deslocamento em direção a “outra banda” do Uruguai (C.A. 1637-1639, [1984], p.142). Junto a estes, também estariam 50 soldados espanhóis, além do próprio governador do Rio da Prata, D. Pedro de Lugo y Navarra, que, por coincidência, realizavam uma visita aos povoados do Uruguai naquele período.

Em pouco mais de uma semana, a expedição faria uma parada junto ao que havia restado da já abandonada povoação de San Nicolás. Dali, sob as ordens governador, um pequeno grupo de soldados partiria em busca de novas informações sobre a localização dos inimigos. O destacamento retornaria alguns dias depois com a notícia de que os paulistas haviam estabelecido um acampamento no *Caaçapaguaçu*, e que já haviam realizado grandes apresamentos na região. Apesar da hesitação dos soldados espanhóis <sup>110</sup>, que se mostrariam temerosos depois de constatarem a amplitude dos contingentes inimigos, a expedição partiria em direção a região decidida a dar

---

110 O Pe. Lupércio Zurbano não poupara críticas a postura dos soldados espanhóis, que, em suas palavras, teriam sido tomados por um “medo infantil” ao se depararem com os paulistas. Aquela disposição, ainda segundo o provincial, contrastava com o dos guerreiros indígenas, que, ao cabo, haviam se mostrado “más valerosos que los españoles” (C.A. 1637-1639, [1984], p. 153).



combate aos bandeirantes. Na manhã do dia 17, sem que os paulistas percebessem qualquer movimentação, a milícia indígena se dividira em duas “colunas”, estabelecera um cerco sobre o acampamento de seus inimigos, e passara a fustigá-lo em uma forte ofensiva. Surpreendidos, os paulistas se veriam forçados a buscar abrigo em uma região de mata densa, junto ao Salto do *Caaçapaguaçu*. De lá, passariam a responder ao ataque, dando início a um intenso enfrentamento, que se estenderia por algumas horas. Em meio aos conflitos, o Pe. Diego de Alfaro, que participava diretamente da batalha, seria morto depois de atingido por um tiro de arcabuz (C.A. 1637-1639, [1984], p. 149). O ataque ao missionário acirraria os ânimos da milícia indígena, que redobraria sua carga sobre os inimigos. Finalmente, vendo reduzidas suas chances de sucesso, e convencidos de que faltava pouco para que sua tragédia fosse completa, os paulistas se veriam forçados à rendição. Caberia a Don Nicolás Nenguiru a tarefa de efetuar a prisão de 18 inimigos – “diez y siete Portugueses y un Negro” (MCA-III, 1969, p. 300) –, que, depois de desarmados, seriam entregues ao governador com a esperança de que este “los castigase por sus delitos y para escarmiento de otros y satisfaccion de la muerte del Padre Diego de Alfaro” (Idem).

Ao fim dos embates, a vantagem alcançada pelos guerreiros liderados por Neenguiru era evidente. As poucas baixas da milícia indígena contrastavam com a situação dos inimigos, que contabilizariam dezenas de mortos (ao menos nove paulistas, além de “muchos de sus Tupis”). A derrota imposta aos bandeirantes, contudo, não seria o principal prêmio alcançado naquele embate. Isto, pois, após a rendição dos paulistas, os guerreiros que compunham o contingente indígena seriam responsáveis pela libertação de nada menos do que dois mil cativos, que, até o fim da batalha, seguiam presos por grilhões e correntes dentro da paliçada que havia sido erigida pelos bandeirantes<sup>111</sup>.

Em diferentes sentidos, a vitória no *Caaçapaguaçu* constituíra um marco no histórico de enfrentamentos contra os bandeirantes<sup>112</sup>. Se, é bem verdade que, tanto no Guairá, quanto no Tape, guerreiros de diferentes povoados haviam, com o auxílio de armas de fogo, imposto dificuldades, e até derrotas aos paulistas, nem de longe tais sucessos poderiam ser comparados com o que ocorrera em 1639. Mais do que subjugar os inimigos, a milícia indígena também impedira que a bandeira cumprisse seu principal objetivo, o de retornar ao planalto com milhares de prisioneiros indígenas. Neste sentido, não há dúvidas de que derrota imposta aos paulistas no *Caaçapaguaçu* teria um forte componente anímico. E não era sem razão, afinal, depois de uma série de derrotas, perdas e padecimentos, as milícias indígenas haviam conquistado, por suas próprias forças, um triunfo frente a inimigos que pareciam insuperáveis em anos anteriores. Neste sentido, o êxito confirmava o

---

111 Os libertos, que, em sua maioria, eram “infieles”, seriam incorporados as reduções de Concepción e Asunción del Acaragua (C.A. 1637-1639, [1984], p. 119).

112 Aquela grande vitória só não seria completa pela posição adotada pelo governador do Paraguai, D. Pedro de Lugo y Navarra, que não havia imposto “castigo ninguno” aos prisioneiros tomados naquele embate (MCA-III, 1969, p.269).

potencial daquela aliança de guerra, e também os acertos das estratégias adotadas naquela ocasião. Ao mesmo tempo, deixava evidente que, com bom número de armas de fogo, organização, e rapidez na reunião de contingentes, as chances de novos sucessos seriam grandes.

Após dois anos daquele episódio, a milícia indígena se veria diante de um novo enfrentamento, e, desta vez, não deixaria dúvidas sobre a amplitude de seu poder bélico. Em fins de 1640 (novamente durante os meses de verão), uma “expia,” que estabelecia vigilância sobre o rio Uruguai detectara os primeiros sinais da chegada de portugueses. Novamente, a notícia seria reportada a todos os povoados, dando ensejo a preparativos e movimentações de guerra. Em todos os povoados, grupamentos que contavam com mais de uma centena de guerreiros estavam a postos, e, sob a liderança de seus próprios capitães, não tardariam a iniciar seus deslocamentos. Como as informações davam conta de que os paulistas pretendiam atacar em duas frentes, uma pelo Uruguai e outra pelo Paraná, as milícias se estabeleceriam, ainda em janeiro de 1641, em dois pontos distintos. A principal frente se concentrara junto ao *pueblo* de Asunción, nas margens do Acaragua, e era composta por mais de dois mil guerreiros de diferentes reduções do Uruguai. O outro grupo que reuniria mais de mil guerreiros do Paraná, posicionara-se junto ao rio Tabay, onde levantara uma paliçada com o objetivo de rechaçar qualquer investida.

Apesar da chegada de novas notícias, que prenunciavam ser questão de tempo até que os paulistas alcançassem a região do Acaragua, se passariam semanas sem que houvesse quaisquer novas informações sobre os inimigos. O longo período de espera não diminuía a disposição da milícia, que, às margens do Uruguai, seguiria agregando novos guerreiros. Além disto, aquele período também serviria para a organização de um plano de combate. Por razões estratégicas, o contingente recuaria algumas léguas, estabelecendo-se junto ao rio Mbororé, e o contingente seria dividido em dois destacamentos distintos. De um lado, seria formada uma “armada” que atuaria em terra, posicionando vigias e definindo estratégias de combate, sob a liderança do irmão Domingo de Torres. De outro, uma “armada del rio”, que contaria com ao menos 70 embarcações, e seria capitaneada por Don Ygnácio Abiaru, cacique do povoado do Acaragua, que, por sua experiência, coordenaria as ações e movimentações pelo rio Uruguai<sup>113</sup>.

Foi somente em 25 de fevereiro que novas notícias sobre a localização dos paulistas seriam conhecidas. Os informes viriam através de um pequeno destacamento que, em vigilância pelo rio Uruguai, daria vista as embarcações dos inimigos. E não tardaria mais do que uma semana para que, desde o acampamento montado no Mbororé, os contingentes indígenas pudessem avistar a aproximação dos bandeirantes<sup>114</sup>. Daquele ponto, os guerreiros também assistiriam ao fracasso da

---

113 Ao que tudo indica, parte importante das armas utilizadas naqueles embates haviam chegado poucos meses antes, graças as diligências do Pe. Diego de Boroa (MCA-III, 1969, p. 346).

114 Segundo estimativas posteriores, os contingentes daquela bandeira eram significativos, e reuniam algo em torno de 350 paulistas e 1200 Tupis.

investida que os inimigos, julgando estarem diante de uma oportunidade de realizar um grande assalto, empreenderam ataque sobre o já abandonado povoado de Asunción, no Acaragua. Além de frustrada, a ofensiva ainda implicaria em grande atraso a expedição, já que, no mesmo dia, teria início um período de fortes chuvas, que, por quase uma semana, impediria quaisquer avanços.

Quando, enfim, puderam prosseguir em sua navegação pelo rio Uruguai, os paulistas já haviam perdido qualquer chance de surpreenderem os guerreiros indígenas. E, ao que parece, não demorariam a perceber que um contingente expressivo os aguardava junto ao Mbororé. Assim, em lugar de uma investida, os bandeirantes optariam por realizar uma nova parada, desta vez junto a uma chácara próxima ao Mbororé. Aquele seria o ensejo para D. Inácio Abiaru, que, ao lado de 5 canoas, partiria em direção aos inimigos citando uma série de “agravios” que os paulistas haviam realizado em anos anteriores, e exortando “a la gente que traya el Português a que se saliesse y se recogiesse a los nuestros”. Diante daquela aproximação, os inimigos estabeleceriam uma formação de ataque, posicionando armas em direção ao pequeno destacamento. O movimento logo seria acompanhado pela “armada del rio”, que, a bordo de 70 canoas, avançaria em formação de meia-lua, estabelecendo um cerco sobre os inimigos. O avanço marcaria o início de um grande enfrentamento “de arcabuceria”, que se estenderia por algumas horas. Nos confrontos, a “armada” liderada por Abiaru alcançaria grande vantagem frente aos inimigos, deixando nove paulistas mortos, e dezenas de feridos. Além disso, os bandeirantes seriam forçados a buscar refúgio em terra. Assim, enquanto os guerreiros indígenas reuniam parte de seus despojos, os paulistas construíam uma fortificação improvisada para se defenderem de novos ataques.

O triunfo no primeiro embate reforçaria a confiança da milícia indígena. Logo pela manhã do dia seguinte, a “armada del rio” empreenderia uma série de ataques sobre a paliçada erigida pelos paulistas. Munidas de mosquetes e peças de artilharia, as embarcações se tornariam armas de grande impacto, e causariam danos expressivos na fortificação improvisada pelos inimigos. Neste ritmo, não se passaram mais do que dois dias para que os partícipes daquela expedição percebessem que suas chances eram praticamente inexistentes. De fato, em 13 de março, o capitão Manuel Pérez<sup>115</sup>, um dos líderes da companhia acampada as margens do Uruguai, enviaria um bilhete solicitando trégua aos missionários. No escrito, o colono argumentava que o objetivo da expedição não era a realização de apresamentos, mas a busca de notícias sobre alguns paulistas, que não haviam retornado ao planalto. Os argumentos do capitão eram bem conhecidos pelos jesuítas, que não tinham dúvidas de suas verdadeiras intenções:

por conocer ya por experiencia de tantos anos y tan a costa de nras Red.es ser traza suya para con esto entretener el tiempo en demandas y respuestas, enfadar y entibiar los ânimos de nros hijos, y hazernos sospechosos a ellos lebandandonos mil testimonios y

---

115 Além de Manuel Pérez, aquela bandeira também teria outro capitão, Jerônimo Pedroso de Barros.

diziendo que nosotros tenemos trato con ellos y los entregamos (sic) en sus manos, por esto la respuesta que se le dio a esta carta aviendo hablado a nros hijos y rasgado delante dellos un traslado della, fue que animados se determinaron de sercarle por rio y tierra para acabarle y consumirle dentro en su misma palisada (...) (MCA-III, 1969, p. 356)

A resposta ao pedido de trégua viria no dia seguinte, e deixaria evidente que a milícia indígena não faria concessões aos inimigos. Logo pela manhã, nada menos do que três mil guerreiros estabeleceriam um cerco, e, sem que fossem notados, emprenderiam um grande ataque ao refúgio dos paulistas. Combinando “rociadas de arcabuceria e flecheria” (Idem. p. 356), a ofensiva não daria descanso aos inimigos, e os estragos só não seriam maiores porque a noite obrigaria a milícia indígena a interromper seus ataques.

No dia seguinte ao cerco (15 de março), a “armada del rio” retomaria seus ataques pelo rio Uruguai. Durante os três dias seguintes, seis balsas revezariam para “inquietar al enemigo de dia y de noche dandole cargas de mosqueteria a sus ranchos, que por estar en una chacra descombrada y eminente a la mesma orilla del rio resevia muy grande dano” (Idem. p. 357). Cientes de que não poderiam resistir aos ataques, e de que seus pedidos de trégua não seriam aceitos, os paulistas buscariam empreender fuga em diferentes ocasiões. Numa destas, um grupo partiria pelo rio Acaragua, navegando rio acima, em direção ao Paraná. A empreitada acabaria frustrada pelos 1200 guerreiros, que haviam estabelecido um bloqueio sobre o rio Tabay, uma passagem obrigatória para os que seguiam pelo Acaragua (Idem. p. 358). No dia 19, em nova tentativa de retirada, os paulistas tomariam caminho em direção aos montes que cercavam a sua paliçada. A movimentação, que se iniciara ainda pela manhã, não passou despercebida pela milícia indígena, que, desde o Mbororé, mantinha forte vigilância sobre o acampamento de seus inimigos. Decididos a impedir a fuga, lideranças como D. Ignacio Abiaru (Acaragua), D. Nicolás Nenguiru (Concepción), D. Francisco Mbayroba (San Nicolás) e D. Rodrigo Arazay (San Thomé), capitaneariam uma perseguição “por unos especissimos montes y por unas enpinadas serranias” (Idem. p. 358). A ofensiva, que seria qualificada por um dos jesuítas que participava dos embates como “una temeridad”, ensejaria intensos combates corpo a corpo, que se estenderiam até o meio da tarde daquele dia. Ao cabo, este seria o último da série de embates travados na região, e, novamente, acabaria em derrota para os paulistas.

Ao fim de oito dias de enfrentamento – que se estenderam entre 11 e 19 de março –, a vantagem alcançada pelas milícias indígenas era incontestável. Enquanto, ao longo de toda aquela batalha, seriam contabilizados apenas dez guerreiros mortos, entre os inimigos, as baixas ultrapassaram a casa das centenas. Desta vez, mais do que a emergência de uma aliança de guerra, a vitória manifestava a consolidação de uma milícia forte e articulada, que superava seus rivais tanto na amplitude de contingentes, quanto em seu poder de fogo. Se a vitória alcançada no Caaçapaguaçu já havia demonstrado que as forças bandeirantes não eram insuperáveis, o feito

alcançado no Mbororé, mais do que reforçar esta convicção, seria o marco do fim de um ciclo. Dali em diante, a ideia de que o melhor era evitar enfrentamentos contra os paulistas seria completamente abandonada, e daria lugar a uma postura confiante, que já não considerava a possibilidade de novos recuos. O tempo em que a única alternativa considerada era a busca por refúgio havia acabado, e a nova ordem era impor limites às expedições de apresamento.

### 3.5 Vigilância, poder e território

Ao tempo em que celebravam suas conquistas, reafirmando o poder de sua aliança de guerra, os habitantes daqueles povoados dariam mostras de que as preocupações quanto à chegada de novas ofensivas bandeirantes não haviam diminuído. Naquele período, por certo, os guerreiros indígenas não poderiam imaginar que suas vitórias haviam selado o fim do período das “grandes bandeiras”, que, a partir de então, adotariam nova organização e novos destinos para suas expedições<sup>116</sup>. Em realidade, a convicção era a de que, depois de terem amargado duas derrotas significativas, os paulistas, além de apresamentos, buscariam vingança. Assim, nos anos seguintes, a possibilidade de novos assaltos permaneceria como uma questão de primeira ordem, e manteria o estado de alerta em todos os povoados.

Nada representaria melhor estas preocupações do que a série de esforços de vigilância postos em prática ao longo da primeira metade da década de 1640. Com efeito, pouco tempo depois dos conflitos travados no Mbororé, expedições volantes partiriam de diferentes povoados com o objetivo de reunir informações, e assegurar que quaisquer notícias sobre a presença de bandeirantes seria conhecida com antecendência. Ao tempo em que realizavam suas diligências, os destacamentos também constatariam a grande destruição provocada pelas expedições anteriores, tanto sobre as “reduções” abandonadas, quanto sobre “pueblos de infieles”. Por outro lado, as incursões ainda ensejariam uma série de encontros com grupos que haviam sobrevivido aos ataques paulistas, ou

---

116 “A partir da década de 1640, as expedições de grande porte cederam lugar a novas formas de organização do apresamento. De modo geral, as viagens rumo ao sertão passaram a ser de menor porte, mais frequentes e mais dispersas em termos geográficos. De fato, a mudança mais significativa residia na orientação geográfica das expedições, na medida em que os paulistas viam-se obrigados a procurar um substituto adequado para os cativos Guarani, que haviam alimentado as operações anteriores” (MONTEIRO, 2013, p.79).

escapado de seus cativeiros. Dentre estes, não faltariam os que, temerosos com a possibilidade de novos ataques, optariam por acompanhar as expedições volantes em busca refúgio nas reduções<sup>117</sup>.

Ao lado das “correrias”, outras medidas seriam tomadas com o mesmo propósito, qual seja: resguardar as povoações do Paraná e Uruguai contra possíveis assaltos bandeirantes. Com efeito, também durante primeira metade da década de 1640, uma rede de sentinelas seria conformada ao longo de diferentes pontos. As “expias” seriam posicionadas junto aos principais caminhos e rotas de navegação que, segundo conjecturava-se, poderiam ser empregadas pelas expedições que partiam de Piratininga. Diferente do caráter esporádico das “correrias”, as sentinelas estabeleceriam uma vigilância regular, independente da chegada de novas notícias sobre a presença de expedições ou outras ameaças. O principal período de vigilância, contudo, não deixava dúvidas sobre sua orientação e objetivos. Seriam durante os meses de verão – período em que os paulistas costumavam realizar suas expedições de apresamento – que diferentes grupos de guerreiros, munidos de recursos e armas de fogo, se revezariam na vigilância das rotas e caminhos comumente utilizados pelos paulistas.

Como principais vias de acesso à região, os rios Uruguai e Paraná constituiriam os principais focos de preocupação. Neste contexto, apesar de serem parte de um esforço coletivo, uma estratégia de defesa que envolvia todos os povoados, a tarefa de estabelecer expias e sentinelas, recairia, sobretudo, a moradores de povoações específicas, cuja escolha era definida de modo pragmático, ou seja, levava em conta a maior proximidade em relação aos pontos de vigilância. No Uruguai, é possível afirmar que ao menos duas povoações concentrariam boa parte destes esforços. A primeira, por razões bastante evidentes, era a povoação de Asunción, que, após os enfrentamentos de 1641, havia se transferido para as margens do rio Mbororé. Como o último povoado “Uruguai arriba”, ou seja, mais ao norte daquele rio, seus moradores, além de “contínuas correrias”, formariam destacamentos, que se revezavam na vigilância daquela rota de navegação. Ainda em 1644, o provincial, Pe. Lupércio Zurbano, ressaltaria a importância do povoado para aquela rede de sentinelas:

“(...) esta reducción ha sido el palenque de bien sangrientas batallas; aquí donde se hizo temer el indio guaraní del más insolente enemigo; aquí las velas y centinelas muchas léguas de distancia para que no coja de repente el português (...) (C. A. 1641-1644, [1996]. p.100)

Também nas margens do Uruguai, mas bem mais ao sul, os moradores de Yapeyú, desempenhariam função semelhante na conformação daquela rede. O povoado, que, por sua localização, já era considerado, ao menos pelos padres, com uma espécie de fronteira por sua

---

117 Em um espaço de dois anos, segundo registraria o provincial Pe. Lupércio Zurbano, algo em torno de 600 pessoas chegariam aos povoados do Uruguay. Neste contexto, D. Ignacio Abiaru, cumpriria, mais uma vez, um papel de destaque. Em apenas uma de suas “correrias”, o cacique (por certo, acompanhado por muitos outros), ajudaria a atrair 115 novos habitantes ao povoado de Mbororé (C. A. 1641-1644, [1996]. p. 104).

proximidade aos territórios ocupados por “infiéis”, passaria, desde princípios da década de 1640, a constituir uma “fronteira” também em relação aos inimigos paulistas. Assim, seus habitantes estariam à frente de sentinelas, e se mantinham a postos diante de qualquer vestígio ou informação sobre os inimigos. Neste contexto, o principal foco não seria exatamente o Uruguai, mas o rio Ibicui, via que, segundo acreditava-se, poderia servir às expedições que, vindas da “otra banda”, buscavam alcançar aqueles povoados<sup>118</sup>.

Se a série de ofensivas ocorridas em anos anteriores faria do Uruguai o principal eixo de vigilância durante a primeira metade da década de 1640, a possibilidade de um ataque pelo rio Paraná não deixara de constituir uma preocupação. Por esta razão, aquela rota também receberia sentinelas, especialmente junto a sua confluência com rio Iguazu. Neste contexto, a tarefa ficaria a cargo dos moradores de Córpus, que, como o último povoado “Paraná arriba”, passaria a ser considerado uma “frontera del enemigo maloquero”. Neste sentido, além de expedições para “recorrer la tierra”, seus habitantes se tornariam “continuos en las sentinelas”, e se mantinham bem armados e a postos, “prevenidos siempre para todo acontecimiento” (MCA-CPH. Cx. 29. Doc.19-902).

---

118 Assim como nas “correrias” realizadas durante aquele período, as sentinelas também seriam ensejo para a chegada de novos moradores. Um destes episódios, que envolvera as “expias” de Yapeyú, seria descrito pelo provincial, Pe. Lupércio Zurbano, ainda nos primeiros anos da década de 1640: “Salieron desta reducción a hacer centinela, y espiar si venían los enemigos de San Pablo, y de vuelta trajeron nueve indios com sus mujeres, y chicuelos que se habian huido desta reducción y la pasada de Santo Thomé (..).

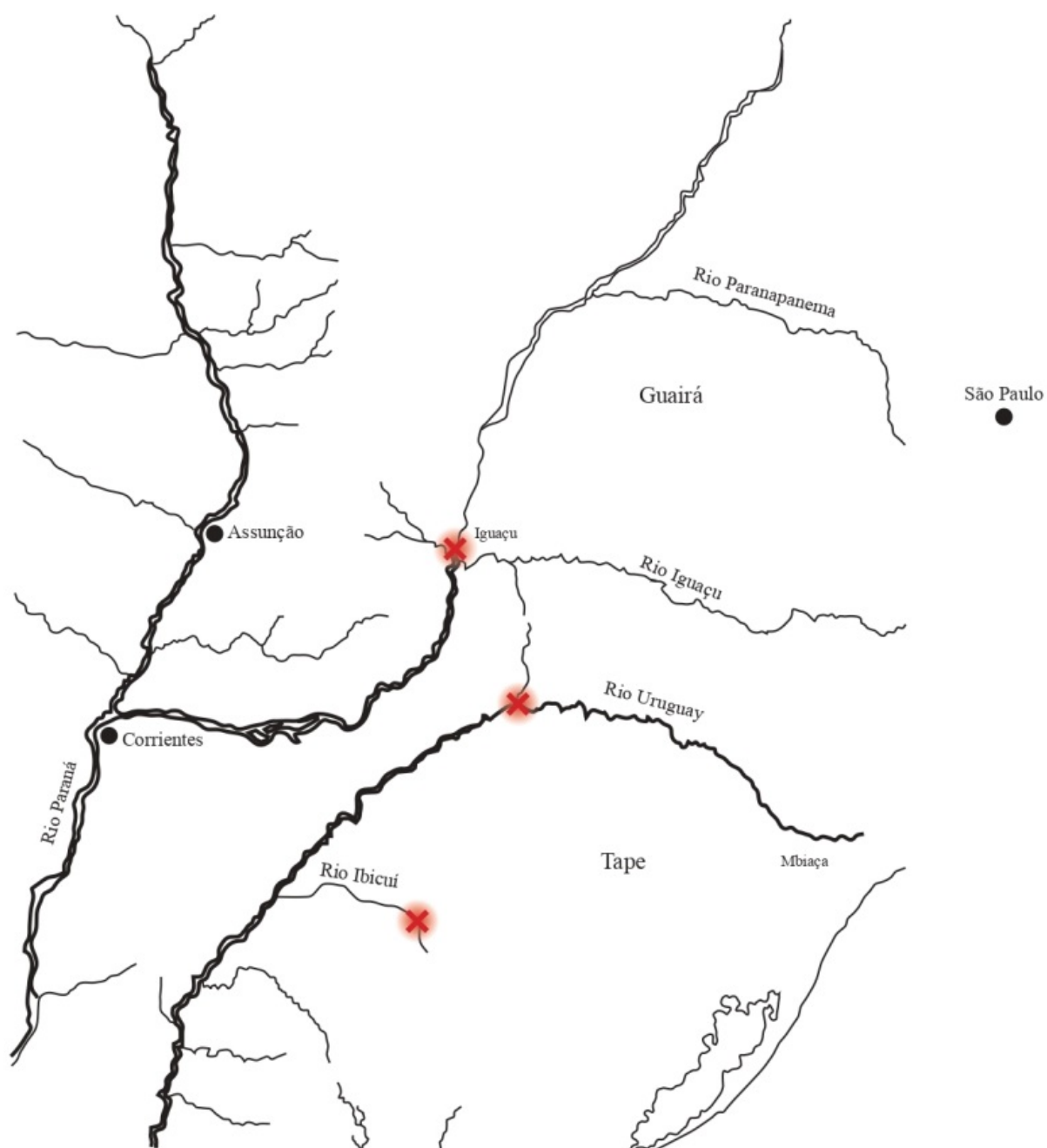


Imagem 6. Mapa da localização (aproximada) dos pontos de vigilância estabelecidos a partir de meados da década de 1640.



E foram os moradores de Córpus, que, ainda em 1645, dariam mostras de que as sentinelas estavam prontas para responder a qualquer sinal de ameaça. Naquele ano, um grupo que realizava expias “Paraná arriba” avistara destroços de pequenas embarcações (Idem). Os indícios seriam interpretados como resultado de um ataque, e logo passariam a ser tratados como vestígios da presença de expedições paulistas na região. Tão logo quanto possível, o destacamento retornaria ao povoado, onde daria notícias sobre o achado. A partir de Córpus, a “nova” sobre a proximidade dos inimigos seria compartilhada, e pronto chegaria ao conhecimento dos habitantes dos demais povoados. Neste ínterim, outro destacamento armado partiria em busca de novas informações sobre a posição e as intenções dos inimigos, e, se necessário, mostrava-se pronto a dar combate a estes. Depois de uma série de diligências, contudo, não seriam avistados mais do que alguns sinais de enfrentamentos, e chegar-se-ia a conclusão de que um grupo de “Gualachos” teria dado cabo dos invasores.

Mesmo que não tenha implicado em enfrentamentos, este episódio revela aspectos elucidativos, tanto sobre o grau de articulação, quanto sobre a importante função desempenhada por aquela rede de vigilância. Ao menor sinal dos inimigos, uma série de medidas de caráter defensivo era posta em prática, parte orientada a espalhar um alerta sobre a possível ameaça, e parte destinada a dar os primeiros combates aos intrusos. Neste sentido, o que se observa é que objetivo ali era estabelecer um controle sobre as principais vias de acesso aos povoados, um conjunto de barreiras destinadas a detectar com antecedência e impor bloqueios às expedições bandeirantes. A composição daquela rede de vigilância, medida que logo se mostraria bastante eficiente, aliada a confiança advinda das vitórias alcançadas contra os paulistas em anos anteriores, traria maior segurança ao cotidiano dos *pueblos*. Assim, não é sem razão que, já por aqueles anos, as comunidades iniciariam um processo de reorganização interna, que, como veremos no capítulo seguinte, teria como base o território que se estendia em meio àqueles limites.

## Capítulo 4. A ascensão dos *pueblos* e o território da comunidade

Depois de uma década de perdas e sofrimentos, as vitórias alcançadas contra os paulistas, e a composição de uma rede de vigilância sobre as principais vias de acesso às reduções, marcariam o início de um período de reestruturação dos *pueblos*. Esta dinâmica, contudo, não seguiria exatamente os mesmos moldes que haviam orientado a construção das reduções durante as primeiras décadas do século XVII, seja porque as circunstâncias eram outras, seja porque novas necessidades e interesses passariam a orientar aquelas comunidades. Com efeito, o que a Documentação relativa às décadas de 1640-1660 sugere é um processo de reorganização dos povoados, que envolvera ajustes e importantes transformações de ordem político-administrativa e socioeconômica, e uma crescente singularização de seus projetos. Este capítulo aborda alguns elementos desta dinâmica, e busca relacioná-las a questões de ordem territorial, que seriam, ao mesmo tempo, produto e produtores destas mudanças.

## 4.1 A ascensão dos Cabildos

Seguindo um modelo que já era adotado na Nova Espanha e no Peru, as ordenanças de Pe. Diego de Alfaro previam a instalação de uma organização político-administrativa aos moldes espanhóis para todos os “pueblos de índios”. Neste sentido, determinava que:

Para que los indios vayan entrando en policía, mando que en cada pueblo haya un alcalde que sea indio de la misma reducción. Y si pasare de ochenta casas, habrá dos alcaldes, y dos regidores. Y aunque sea el pueblo más grande, no ha de poder haber más de dos alcaldes y cuatro rejidores. Y si el pueblo fuere de menos de ochenta indios, que llegan á cuarenta, no ha de haber más de un alcalde, y un regidor. Los cuales han de elegir por año nuevo á otros, como se usa en los pueblos de españoles y en los de indios del Pirú. (HERNÁNDEZ, 1913, p.665)<sup>119</sup>

A diretriz do ouvidor mostrava consonância com os objetivos dos jesuítas, que, desde sua implantação na província do Paraguai, ressaltavam a necessidade de instaurar “policía” e promover a vida “política e humana” no interior dos povoados. E os missionários não tardariam a orientar esforços no sentido de promover a formação de cabildos nas reduções. Com efeito, a primeira referência sobre o tema – mais precoce do que se costuma considerar – aparece nas correspondências jesuíticas ainda naquele ano. Em um anexo da Carta Ânua de 1612, o Pe. Ignacio Urtazu, recém-chegado ao Guairá, dava conta de que, poucos dias após aportar em San Ignacio, uma festa fora celebrada no povoado. Nesta oportunidade, segundo o missionário, os moradores elegeriam “alcalde, quatro regidores, y procurador”, tudo “con mucho aplauso” dos presentes (DHA p. 178).

A referência do Pe. Urtazu parece isolada, já que, nas correspondências escritas nos anos seguintes, não constam novos registros sobre o tema. De fato, nem as Ânua seguintes, do Pe. Diego de Torres Bollo, nem as de seu sucessor, Pe. Pedro Oñate, trazem outras menções sobre o tema. Assim, seria somente em meados da década seguinte, que novas alusões a existência de funções relacionadas aos cabildos seriam mencionadas em correspondências legadas pelos missionários. Uma destas apareceria em uma carta de 1626, escrita pelo Pe. Claudio Ruyer. Tratando da visita do Pe. Nicolas Mastrilli Durán ao recém-fundado povoado de Santa Maria, o missionário daria conta da boa recepção feita ao provincial. Na oportunidade, além de “muchos caciques”, também os “capitanes” Taupa<sup>120</sup> e Paravera, e também “alcaldes y gente del cabildo”

119 As ordenanças também estabeleciam regras para as eleições dos cabildos. A escolha deveria ser realizada em presença dos curas, e definidas a partir dos votos daqueles que formavam o cabildo no ano anterior. (HERNÁNDEZ, 1913, p.671).

120 “El principal y señor natural de todo el Iguazu como ellos le reconocen” (MCA – IV, 1970, p. 64).

dariam suas boas vindas ao provincial.

Em ambos os casos, é preciso reconhecer que as referências não passam de menções pontuais, e não permitem maiores considerações a respeito das funções político-administrativas dos cabildos. Neste contexto, seria somente na década seguinte que surgiriam as primeiras informações mais consistentes sobre a atuação de cabildos nas comunidades. Em 1630, os padres Joseph Cataldino e Christoval de Mendiola transcreveriam uma resposta dada pelo cabildo de San Ignacio do Guairá a respeito da chegada de duas novas provisões reais sobre as *encomiendas*. Além de celebrarem as determinações da coroa, que limitava a um máximo de dois meses o período de serviço nos ervais, e proibia que os trabalhos fossem requisitados em “*tiempo enfermo*”, os cabildantes enumerariam a série de excessos praticados pelos *encomenderos*, e dariam conta dos grandes tormentos que envolviam o trabalho na produção de erva-mate em Maracayu<sup>121</sup>. Ao tomarem conhecimento da iniciativa das lideranças de San Ignacio, os “*alcaldes*”, “*regidores*” e “*demás caciques*” do povoado de Loreto solicitariam ao Pe. Juan Agustin de Contreras que também registrasse sua insatisfação quanto as constantes perseguições dos *encomenderos*. Ademais, pediriam ao missionário que enviasse notícias ao rei dando conta de que em “*ningún otro tiempo avian querido ir a Maracayu ni embiar alla sus vasallos por las muchas muertes que an sucedido y suceden cada dia en aquella tierra adonde se les an consumido todos sus vasallos e hijos* (GUAIRÁ p. 357).

A julgar por estas referências, ao menos entre os povoados mais antigos do Guairá, os cabildos já possuíam, desde princípios da década de 1630, funções de relativa importância<sup>122</sup>, e contavam com poder de representatividade entre as comunidades. No entanto, com o início dos ataques promovidos pelos bandeirantes, e o abandono de boa parte dos povoados, as referências ligadas à atuação dos cabildos tornariam-se, novamente, bastante escassas. Com efeito, as menções a cargos ou funções se concentrariam quase que exclusivamente na figura dos capitães. E não faltariam razões para isto. Como vimos, sua atuação seria decisiva, tanto na construção da aliança defensiva que se formara com o objetivo de derrotar os portugueses, quanto na organização das estratégias de combate a serem empregadas contra os inimigos<sup>123</sup>.

Com as vitórias alcançadas nas batalhas travadas no Caaçapaguaçu e no Mbororé, e a

---

121 Respuesta que dieron los índios a las Reales Provisiones é la que se manda no sirban los Yndios de las Reduciones mas que dos meses como S. M. lo manda y no sean llevados a Maracayu en tiempo enfermo, fecha en 25 de Agosto de 1630 (MCA-I, 1951, pp. 352 e 357).

122 Em 1639, o Pe. Antonio Ruiz de Montoya, fazia referências a termos relacionados as funções do Cabildo. Em seu *Tesoro* são mencionados vocábulos como *ibirayara*, traduzido como alguazil ou fiscal, e *ibirayaruçu*, em referência as funções de alcalde ou alguazil maior (MONTROYA, 1639, p. 169).

123 Em 1640, alguns destes capitães receberiam títulos do governador de Buenos Aires, Don Ventura Mujica. Seriam nomeados os capitães da guerra, Don Nicolás Neenguiru (Concepción), Don Francisco Bayroba e Don Antonio Quaracica (San Miguel), Don Teodoro Tambatay (San Carlos), e Don Francisco Abie [Yabie] (San Miguel). (SALINAS, 2006, p. 271). Agradeço a professora Maria Laura Salinas pelo envio de uma cópia deste artigo.

organização de uma rede de vigilância capaz de fazer frente àquelas ameaças, os povoados dariam início a um período de reestruturação. Assim, não é sem razão que a década de 1640 tenha sido marcada, dentre outros aspectos, como o período que marca a ascensão dos cabildos. Esta percepção foi assinalada por diferentes pesquisadores, de modo que afirma-la já não constitui novidade. Neste âmbito, a pesquisa de Magnus Morner, *Actividades políticas y económicas de los jesuitas em el Río de la Plata*, parece estar entre as primeiras a darem mais ênfase a esta relação.

Nas palavras do autor:

Trasladados con frecuencia, los indios perdieron el contato con los habitos y las tendencias de su lugar de origen y se adaptaron mas rapidamente a las directivas de los jesuitas; la introduccion de la disciplina militar, y la victoria obtenida sobre los paulistas, fortalecieron su confianza en sí mismos, especialmente en su trato con los blancos. En poco tiempo, se desarrolló, entre los indígenas descollantes, una estructura jerárquica similar a la española, y se creo, en cada reduccion, un cabildo rudimentario, presidido por un corregidor indigena quien, simultaneamente, asumia el poder militar (...) Sin embargo, ni los procedimientos destinados a tales nombramientos ni la autoridad de estos funcionarios indigenas han de ser consideradas con mucha seriedad: el cura jesuíta intervenía en todo y las autoridades españolas asi lo esperaban (MÖRNER, 1985, p. 57).

Ainda que concordemos com a tese de que os cabildos ganhariam força depois do período de transmigrações e de conflitos com os bandeirantes, ou seja, a partir da década de 1640, é preciso pontuar a divergência que nos afasta da leitura deste autor. Não é preciso muito para constatar que a interpretação de Morner concebe aquelas estruturas político-administrativas como uma espécie de extensão do poder dos jesuítas. Os cabildantes, desde esta perspectiva, não constituíam mais do que subordinados, selecionados de acordo com as preferências dos missionários, e cuja atuação se resumia a executar as diretrizes estabelecidas pelos padres. Por esta razão, seu poder não poderia ser considerado “con mucha seriedad”, uma vez que, em qualquer decisão de relevância, era sempre dos jesuítas a palavra final <sup>124</sup>. Esta visão, compartilhada, em maior ou menor medida, por uma série de estudos, tem sido matizada por pesquisas mais recentes, que salientam a importância dos cabildos, tanto para o funcionamento interno dos povoados (NEUMANN, 2015, p. 74), quanto para sua organização político-institucional (WILDE, 2009). Não se trata, cabe sempre frisar, de obliterar a influência dos jesuítas na consolidação daquelas estruturas, ou negar que as posições dos missionários tinham implicações importantes, seja na composição dos cabildos, seja nas decisões

---

124 Esta interpretação é semelhante à apresentada por outros autores. Guillermo Furlong faria uma leitura bastante similar: “Por encima de todos los cargos estaba siempre la presencia visible o invisible del Misionero, y en las deliberaciones y resoluciones era su parecer el que predominaba, aunque expresado por otros que lo habían hecho suyo, y si esto no bastaba para evitar errores o injusticias, su autoridad, tan fuerte como paternal: sabía enderezar los entuertos de los Cabildantes, sin ofensa ni disgusto de los mismos.” (FURLONG, 1962, p. 371, 372). Esta interpretação, ao que tudo indica, se baseia, em grande medida, nos escritos de jesuítas como José Cardiel, Juan de Escandón e Jaime Oliver, autores que produziram seus relatos em meados do século XVIII, período em que a atuação dos jesuítas era alvo de constantes críticas. Como destaca Julia Sarreal, “estos autores jesuítas claramente tenían un proposito: defender su orden y presionar a favor de ella y de las actividades realizadas por esta en Paraguay”, pouco adiante, referindo-se especificamente as obras de Cardiel e Escandón, a autora completa “Al contrastar la incapacidad de los guaraníes bajo la dirección de los jesuitas, ambos autores esperaban demostrar que las misiones requerían el manejo de los jesuitas” (SARREAL, 2017, p. 107).

tomadas por seus membros. O que se busca, antes de tudo, é enfatizar o fato de que os padres jamais poderiam impor seus arranjos aos indígenas, e que sua influência passava por negociações e exigia convencimento para que obtivessem resultados. E mesmo que os missionários tivessem poder para impelir seus objetivos, parece muito pouco provável que pudessem ter total controle em meio àquele contexto. É importante salientar, como enfatiza Eduardo Neumann, “que cada redução contava apenas com um ou dois jesuítas para atender uma população que variava entre dois a três mil habitantes” (NEUMANN, 2015, p. 74).

Neste aspecto, os registros da visita realizada em 1647, pelo então governador da província do Rio da Prata, D. Jacinto Lariz, fornecem subsídios bastante elucidativos. Em sua passagem pelos povoados que então compunham aquela jurisdição, o governador promoveria eleições para diferentes cargos relacionados à administração e a defesa de quinze povoados. As nomeações incluíam as funções de capitães principais, alcaides ordinários de primeiro e segundo voto, alcaides da irmandade, alguazil maior e alguazis menores. Além destes, que, ao que parece, eram os cargos que formavam os cabildos dos povoados (com exceção dos alguazis menores), ainda seriam eleitos postos relacionados aos “ofícios militares”. Assim, as nomeações também abrangeriam capitães de guerra, capitães a cavalo (apenas em Concepción), tenentes e sargentos. Quanto as atribuições específicas de cada função em particular, os registros são bastante sucintos, limitando-se a informar que, aos alcaides ordinários e da irmandade caberia administrar “justicia con igualdad, sin agravio de partes”, (RAGBA, 1870, t. II, p. 68) e aos capitães e sargentos, acudir “a la defensa de la gente desta y demas reducciones”.

Antes de promover as eleições, o governador solicitara, em cada povoação, que fossem entregues “las varas de justicia las personas que la estaban administrando, y los capitanes y oficiales de guerra las insignias de tales” (Idem. p. 80). Isto indica que cabildos e “ofícios militares” já estavam estruturados antes de sua visita, ou seja, o governador não instituiu novas funções, apenas renovara a composição de seus ocupantes. Quanto aos procedimentos de escolha adotados para definir as nomeações, os registros não são totalmente coincidentes. Em alguns casos, as referências apontam que as eleições eram definidas “con concurrencia del maior número de votos” (Idem. p. 80), mas não especificam a quem cabia este poder. Em outros, as decisões são atribuídas a “general voluntad de todos los caciques y principales, y reformados, y demas comum” (Idem. p.58). Em que pesem as diferenças, dois pontos parecem evidentes. O primeiro diz respeito a participação efetiva das comunidades na eleição. Com efeito, ainda que não se descarte a influência dos missionários naquele processo, é preciso ressaltar que não constam quaisquer referências sobre sua interferência

nas nomeações<sup>125</sup>. O segundo ponto que merece destaque tem relação com as evidências de que as eleições não constituíram processos fechados, ou restritos a um grupo específico de indivíduos. Pelo contrário, todos os registros indicam que, além da presença maciça das lideranças, o evento era acompanhado de perto por todo o povoado.

A eleição não se dera a revelia das hierarquias que permeavam as relações entre as famílias que compunham aquelas povoações, e isto fica patente ao cotejarmos os registros sobre quem eram os eleitos naquela ocasião. Em grande medida, os cargos seriam ocupados por “caciques”, que, naqueles Documentos, seriam referidos com o título de “Don”<sup>126</sup>. Assim, de um total de 245 nomeações, 135 seriam listadas com este título, o que significa que mais da metade (55,1 %) das funções seriam ocupadas por tais lideranças. E, se excetuarmos os sargentos e aguazis menores, cujas atribuições estavam diretamente subordinadas a outros cargos, este percentual se torna ainda maior. Ademais, talvez tão significativo quanto o alto número de *caciques* eleitos como cabildantes, é vermos listados naqueles registros uma série de lideranças cujo prestígio já havia sido assinalado em décadas anteriores, e, em muitos casos, remetiam a um período anterior à própria formação das reduções. Tomando apenas as funções de capitães principais<sup>127</sup>, constata-se a presença de figuras como D. Francisco Yabie (San Miguel), D. Juan Guirarague (Mártires), D. Antonio Guaracica (Quaracica) e D. Francisco Bayroba (San Nicolás), D. Rodrigo Arasay (San Thomé), D. Ignacio Abiaru (Assunción del Mbororé), D. Alonso Nenguiru (Concepción). Todos estes, ocupariam, ou seguiriam ocupando, funções de primeira importância em seus povoados.

O número expressivo de caciques nomeados para os diferentes cargos, e a presença de lideranças cuja autoridade era reconhecida ainda antes da formação daquelas povoações, sugere que, ao menos até então, aquelas estruturas político-administrativas não eram vistas como poderes conflitivos ou concorrentes ao dos cacicados. Ao contrário, tudo parece sugerir que a ascensão dos cabildos e dos “ofícios militares” se daria com forte apoio das lideranças indígenas. Mais do que isto, os registros parecem indicar que a própria legitimidade daquela organização se assentava, em boa medida, sobre a autoridade que era conferida ao *mburuvichas*. Em outros termos, os cabildantes e oficiais de milícia, por sua condição de caciques, gozavam de influência e prestígio entre as “parcialidades” que formavam o *pueblo*, e era esta que, em grande medida, garantia autoridade e

---

125 O único cargo nomeado diretamente pelos padres, devidamente referido nos registros, era o de fiscais de Igreja. “Los fiscales de la iglesia de esta dicha reducción fueron nombrados pelos curas doctrineros della y aprobadas por el dicho gobernador (...)” ((RAGBA, 1870, t. II, , p. p. 106).

126 A concessão do título de “Don” às lideranças indígenas era parte de uma política de cooptação da monarquia espanhola, que buscava incorporar as estruturas nativas de poder dentro das lógicas nobiliárquicas da sociedade de Antigo Regime. Sobre o tema, ver: WILDE, Guillermo. *Prestigio indígena y nobleza peninsular: la invención de linajes guaraníes en las Misiones del Paraguay*. Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas, 43: 119-145, 2006.

127 Os capitães principais, por vezes referidos simplesmente como capitães, ou como “capitanes de la gente” (p.78) constituíam as principais autoridades dos Cabildos naquele período. Muitos dos nomeados em 1647 desempenhariam, nas décadas seguintes, cargos de corregedores em seus povoados.

representatividade para que exercessem aquelas funções. A ascensão dos cabildos e dos ofícios militares não se dera em detrimento do poder dos cacicados, mas em estreita relação com estes<sup>128</sup>.

Outro ponto interessante naqueles registros diz respeito às discrepâncias no número total de nomeações, e nas configurações dos postos eleitos em cada povoação. Contando-se as funções de maior e menor relevância, as somas variam desde um mínimo de 12, a um máximo de 20 cargos por povoado. A tabela abaixo traz os registros de cinco deles:

**Tabela 2: Comparativo entre os cargos nomeados em 1647 nos *pueblos* de Santa Ana, Candelária, San Xavier, San Nicolás e Concepción.**

Cargos/ Povoado	Alcaide ordinário de 1º e 2º votos	Alcaide da Irmandade	Alguazil Maior	Alguazis menores	Capitão principal	Capitão à guerra	Tenente	Capitão a cavalo	Sargento	Total de habitantes
Santa Ana	2	2	---	2	2	2	1	---	2	779
Candelária	2	2	2	-	2	2	-	---	3	1067
San Xavier	2	2	1	4	2	2	-	---	5	1340
San Nicolas	2	2	---	4	2	2	1	---	7	1854
Concepción	2	2	1	4	2	2	-	2	4	2469

Fonte: RAGBA, 1870, t. II, pp. 35-199

A amostra é suficiente para destacar a grande assimetria na quantidade de cargos eleitos em cada povoado. Neste contexto, chamam atenção as variações relacionadas às funções de caráter subordinado, muito provavelmente ligadas as tarefas de administração cotidiana. É o caso dos alguazis menores, que, a depender do povoado, poderiam oscilar entre 2 e 4 ocupantes. O mesmo vale para os sargentos, que variavam desde um mínimo de 2 até um máximo de 7 eleitos. Ao mesmo tempo, a comparação permite sublinhar diferenças significativas, tanto na composição das funções ligadas aos Cabildos, quanto às relacionadas aos “ofícios militares”. Assim, o cargo de alguazil maior não existia em todos os povoados, o de tenente tampouco<sup>129</sup>, e a função de “capitan de a caballo” seria registrada somente em Concepción.

As diferenças na configuração e no número de cargos sugerem que o governador não estabeleceu uma formatação precisa, nem um limite fixo para o total de postos. Ao mesmo tempo, revela que aquelas estruturas político-administrativas não eram estáticas, e que, em certa medida, sua composição também passava pelas necessidades e particularidades de cada comunidade.

128 A julgar pelos registros do Pe. Cardiel, esta lógica perduraria, ao menos, até meados do século XVIII: “para mayor concierto, está dividido el pueblo en varias parcialidades con sus nombres: la de Santa María, S. Josef, S. Ignacio, etc., hasta ocho ó diez, según el pueblo mayor ó menor: y cada una tiene cuatro ó seis cacicazgos, de que es jefe ó mayoral algún Cabildante” (APUD HERNANDEZ, 1912, t. II, p. 524)..

129 A escolha dos tenentes era realizada de forma distinta das demais. Ao que parece, sua nomeação era uma prerrogativa dos capitães. Este era, ao menos, o caso do povoado Concepción, onde o escrivão, logo após enumerar os capitães à guerra do povoado, registraria que estes manteriam “la misma facultad que hasta ahora han tenido y de nuevo se les dá para poder nombrar sus tenientes” (RAGBA, 1870, t. II, p.75).



Infelizmente, os registros da visita não tratam sobre as razões para estas discrepâncias, o que não impede que apontemos alguns elementos que poderiam influir para tais distinções. Dentre estes, podem-se elencar fatores como: a amplitude populacional do povoado, a existência de necessidades administrativas singulares, de condições socioeconômicas particulares, de atribuições militares específicas (caso dos povoados de “fronteira”), ou mesmo, o interesse em estabelecer arranjos políticos capazes de contemplar as diferentes parcialidades que compunham a povoação. Se estas são apenas suposições, o que parece certo é que, apesar de bastante distinta das lógicas nativas de poder, aquela organização já parecia relativamente adaptada às necessidades e interesses de cada comunidade.

Por diferentes ângulos, a ascensão desta nova organização político-administrativa reflete uma maior autonomia política dos *pueblos*, que estruturavam suas instâncias de decisão e representação, e seus próprios batalhões e hierarquias militares<sup>130</sup>. Sua estruturação não se daria em detrimento do poder dos cacicados, mas de forma imbricada ou justaposta a este. Por outro lado, a ascensão destas novas organizações políticas coincide com um período em que as comunidades passavam por transformações socioeconômicas significativas, que fariam emergir novas funções e atribuições. Estes processos, segundo compreendemos, não podem ser vistos de modo isolado. Cada vez mais, os habitantes daqueles povoados passariam a compartilhar de necessidades, projetos e interesses comuns, e isto implicava em novas necessidades político-administrativas.

## 4.2 O gado e os campos do *pueblo*

Desde que iniciaram seu projeto evangelizador na província do Paraguai, os jesuítas demonstrariam preocupação com as formas de sustento dos religiosos que atuariam nas distintas frentes missionais. Em suas *Instruções* de 1610, o provincial, Pe. Diego de Torres Bollo, recomendava que os padres evitassem a todo custo tornarem-se “molestos aos índios”, e deixava claro: “não se lhes peça o que quer que seja, a não ser em casos extremos, e neste caso pagando-os”.

---

130 Neste âmbito, é interessante ressaltar um último tópico presente naqueles registros. Durante sua visita, o governador constatou que cada povoado contava com um depósito de armas, onde se armazenavam algumas dezenas de arcabuzes e mosquetes, além de pólvora, cordas e munições. Ou seja, além de contarem com seus próprios destacamentos, os povoados também dispunham de recursos para estes. O que se ressalta com estes registros é que eles denotam uma mudança ocorrida durante aqueles anos, que também aponta para a crescente autonomia daquelas comunidades. Com efeito, ao menos até princípios daquela década, era em Concepción que se concentrava toda “la armeria y defensa de todas las reducciones (...)” (C. A. 1641-1644, [1996]. p.125).

Ao que tudo indica, a posição refletia os receios de que a imposição de encargos aos índios pudesse contaminar suas relações com os missionários. Para evitar estes inconvenientes, o provincial defendia que o sustento dos padres deveria ser provido a partir do que “houver de dar Sua Magestade”, e propunha que os missionários adquirissem “bois y arados” para estabelecerem seus próprios roçados. Além disso, o provincial também aconselhava que, na medida do possível, os padres promovessem a criação de “algun ganado mayor y menor, si fuere fácil: que ayudará para tener con qué favorecer y regalar á todos los pobres y enfermos, y á los españoles pobres que acudieren” (Apud HERNANDEZ, 1912, t. I, p. 588) <sup>131</sup>.

A tarefa, contudo, não era simples. Primeiro, seria preciso vencer as grandes distâncias e o relevos acidentados, que dificultavam sobremaneira a condução do gado. Ademais, a criação dependia da construção de currais e da abertura de áreas de pastagem, tarefas que exigiam considerável força de trabalho. Assim, levariam alguns anos até que a criação de gado se tornasse uma realidade entre aqueles povoados. Uma das primeiras referências consistentes sobre o tema seria mencionada na Carta Ânua de 1617, e referia-se aos povoados do Paranapanema. Segundo o então provincial, Pe. Pedro Oñate, os povoados de Loreto e San Ignacio contavam com algumas centenas de animais, incluindo vacas, cabras, ovelhas e porcos (P.148).

Os registros sobre a presença do gado se tornariam mais comuns durante a década seguinte, e dariam conta de que sua função já não se resumia a atender aos padres. Tanto os povoados do Paraná, quanto do Guairá, contavam com currais e pequenas estâncias para abrigar seus rebanhos. No Paraná, os moradores de San Ignacio contavam, em 1627, com algo em torno de duas mil cabeças de gado vacum, e o povoado de Itapua também dispunha de seus próprios rebanhos <sup>132</sup> (MCA-CPH. Cx. 28. Doc. 21-879). Entre as povoações do Paranapanema, os registros também apontavam para uma situação semelhante. Assim, ainda em 1628, o aumento no número de animais obrigaria os moradores de Loreto a realizarem uma reforma em sua estância de “ganado bacuno” (MCA-III, 1951, p. 261).

Contando com o crescimento dos rebanhos, os jesuítas que, em meados da década de 1620, partiram em direção as novas frentes missionais no Uruguai, no Tibagi, e na província de Tayoba, conduziram diferentes gêneros de gado logo após suas primeiras incursões. Assim, pouco tempo depois de suas fundações, povoados como San Xavier e Yapeyú receberiam animais provenientes de Itapua (DHA, 1929, t. XX, p. 269). No Guairá, a situação seria semelhante. Ainda em 1629, a povoação de Ángeles del Tayaobá já contava com alguns rebanhos, e as perspectivas para sua

---

131 “En este proyecto de una hacienda que abastezca a los jesuitas misioneros y a los pobres percibimos una resonancia de la Doctrina de Juli, donde fue formada una hacienda de ganado para el sustento de los padres y los pobres, y donde se distribuyó preiódicamente ganado menor y mayor para el consumo de las diversas aldeas vinculadas a la Doctrina y parroquia de Juli (CARBONELL DE MASY, 1992, P. 167).

132 Esta média é bastante próxima ao que possuíam as estâncias portenhas no mesmo período (LEBRERO, 1993 p. 83).

reprodução se mostravam promissoras<sup>133</sup>. Em princípios da década seguinte, a situação se repetiria por ocasião das novas fundações na província do Tape. Naquele contexto, o povoado de San Miguel se tornara uma espécie de eixo, não só para a partida de expedições que buscavam efetuar novos contatos e alianças, mas também para a condução de pequenos rebanhos para os povoados recém-fundados<sup>134</sup>.

Em pouco mais de uma década, além de adquirirem gosto pelo consumo da carne de gado, já existiam, em diferentes povoações, vaqueiros que, com o auxílio de missionários “irmãos” coadjutores, haviam desenvolvido aptidões para a montaria e mostravam-se hábeis na condução e trato com os rebanhos. No entanto, ainda que já houvesse se difundido entre boa parte dos povoados, deve-se ressaltar que o consumo da carne de gado, talvez com algumas exceções, não constituía mais do que um complemento na dieta alimentar, ou melhor, uma reserva para os períodos de escassez. Com efeito, não eram poucas as povoações que abrigavam mais de mil famílias, e os rebanhos, que, em geral, não ultrapassavam as algumas centenas de animais, nem de longe poderiam sustentar contingentes tão amplos. Assim, as atividades de caça e pesca seguiriam constituindo as principais fontes para o consumo de proteínas entre aquelas populações.

Esta situação passaria por uma transformação significativa com o início dos processos de transmigração. A chegada de contingentes expressivos de famílias refugiadas provocaria grande demanda por alimentos. Assim, tardou pouco para que os recursos provenientes da produção agrícola fossem completamente consumidos, e seria necessário recorrer aos rebanhos para aplacar a situação de penúria dos recém-chegados. Segundo o provincial, Pe. Diego de Boroa, ainda durante a primeira metade da década de 1630, a realização de abates tornara-se uma prática quase constante: “se matavan en nuestras reducciones treinta rezes cada día para mantener a los necesitados, de suerte que se vino a consumir un número excesivo de vacas” (C.A. 1632-1634, [1990], p. 141).

Naquele ritmo, como se poderia supor, levariam somente meses para que os rebanhos das estâncias dos povoados do Paraná e Uruguai fossem completamente consumidos<sup>135</sup>. E, com a chegada dos refugiados do Iguacu, e das famílias provenientes do Tape e da “otra banda” do Uruguai, aquela demanda só faria aumentar. Destarte, a busca por novos rebanhos se tornaria um problema de primeira ordem, e a solução fora recorrer aos campos da jurisdição de Corrientes. Para

---

133“(…) el ganado comienza ya a parir con que tienen ya leche y manteca y hacen quecos. y ay ya muy buen multiplico del ganado de cerdo” (MCA-I, 1951, p. 342).

134 Em alguns casos, as manifestações de interesse dos indígenas pelo gado antecederiam a própria instalação dos missionários. Em 1633, quando o Pe. Joseph Cataldino partira em direção ao local onde, no ano seguinte, seria fundada a povoação de San Joseph, constataria que, além de algumas construções, o povoamento já contava com um “corralito de bacas” (MCA-III, 1969, p. 83).

135 “(…) como eran tantos tambien se sentio en las demas reducciones la falta de comida con que fue ness. buscar bacas trayendolas de lexos en que se gasto todo lo que avia quedado de alhajas y algunos hornamentos de las reducciones matavense seis y ocho bacas cada dia.” pero no les cabia sino una mui moderada porcion p. solam. p. entretenir la vida y dilatar la muerte” (MCA-III, 1969, p. 198).

isto, os jesuítas empenhariam importantes quantias na compra de licenças, que garantiam direitos para que vaqueiros de diferentes povoados retirassem gado na região. Em 1636, uma missiva do Pe. Pedro Romero, então superior das missões, fazia referência ao envio de cavalos à Itapua, animais que serviriam para que os “baqueros” do povoado efetuassem capturas nos campos de Corrientes (p.292). Nos anos seguintes, esta prática se tornaria uma constante, a tal ponto, que chegara a motivar protestos entre as autoridades *correntinas*. Em um episódio ocorrido em 1638, um grupo de vaqueiros indígenas seria impedido de realizar capturas naqueles campos. Ao tomar conhecimento sobre o caso, o Pe. Tomaz de Ureña, então procurador das missões, enviaria uma petição ao governador de Buenos Aires, D. Mendo de la Cueva y Benevides. No Documento, além de fazer alusão à significativa “suma de plata” que havia sido gasta para garantir aquele acesso, Ureña enfatizava que tais rebanhos eram a única fonte disponível para alimentar os refugiados - “no tienen otra cosa que comer por agora sino la carne” (MCA-IV, 1970, p. 264)). O pedido seria atendido pelo governador, que, sensibilizado com a situação de extrema necessidade (“atento ser obra tan pia y que no perezca tanta cantidad de almas”), determinara que os *correntinos* não obstassem a passagem dos vaqueiros indígenas (MCA-III, 1969, p. 265).

Segundo o Pe, Montoya, nada menos do que 13 mil animais teriam sido consumidos durante aqueles anos (MONTROYA, 1639, Cap XXXIX), de modo que não há dúvidas de que o gado constituía o principal recurso para o sustento dos refugiados. Entretanto, o que nos interessa sublinhar neste contexto é uma mudança mais profunda, que seria observada a partir daquele período, e envolvia a própria dieta cotidiana daquelas populações. Depois de anos de penúria, período em que carne bovina fornecera um socorro decisivo, e, por vezes, a única fonte alimentar disponível, o gado deixaria a condição de um recurso suplementar, para se tornar parte central da dieta de todas aquelas comunidades<sup>136</sup>. Em outros termos, ao menos a partir de fins da década de 1630, os rebanhos se tornariam fundamentais à reprodução daquelas populações, que, muito embora não tenham deixado de consumir pescados e carnes de caça, passariam a ter no gado, em especial o bovino, sua principal fonte de proteína animal. E é interessante notar que esta mudança ocorrera menos como o resultado de um projeto previamente delineado, e mais como uma decorrência das contingências e necessidades vivenciadas por aquelas populações. Com efeito, ainda que seja inegável, que, desde suas primeiras missões, os jesuítas tenham promovido práticas de criação ganadeira, seu objetivo era contar com rebanhos em caráter suplementar, e não transformá-los em

---

136 Neste âmbito, o *Tesoro* do Pe. Antonio Ruiz de Montoya, forneceria um retrato interessante sobre a difusão do gado naquele período. De fato, seus registros trazem um grande número de termos relacionados à economia pastoril. Dentre estes, encontram-se espanholismos como *mbaca* (vaca), *toro* (touro), *obecha* (ovelha) e *cabara* (cabra). Constam, ainda, referências a derivados do gado, tais como couro e sebo de vaca, lã de ovelha e queijo. Ademais, há registros de termos relacionados as funções como vaqueiro e “ovejero”, expressões relativas a práticas de captura e trato com os animais, como “rodear vacas”, e espaços ligados a criação pastoril, como os currais (MONTROYA, 1639).

um recurso a ser consumido de modo cotidiano em meio às reduções<sup>137</sup>.

Ao longo dos anos de 1630, a chegada de sucessivos contingentes de refugiados manteria em alta a demanda pelo gado. E esta situação não se alterou em princípios da década de 1640, período em que boa parte dos *pueblos* ainda não contavam com uma produção agrícola abundante. Deste modo, não tardavam mais do que alguns meses para que os animais conduzidos desde Corrientes até a chamada “estância comum” – uma área de campo que havia sido delimitada nas proximidades do rio Uruguai em meados da década de 1630 com o objetivo facilitar a distribuição de rebanhos entre os *pueblos* –, fossem completamente consumidos, o que demandava novas aquisições de modo periódico.

Os primeiros indícios da composição de reservas mais substanciais viriam a partir da segunda metade da década 1640. Em 1646, depois de terem empenhado grandes quantidades de gado para o socorro dos refugiados, os habitantes de São Ignácio (Guazu) viam os primeiros sinais de recuperação em sua estância, que apresentava número crescente de bovinos, e já dispunha de um bom número de ovelhas e cavalos (MCA-CPH. Cx. 29. Doc 16-899). No ano seguinte, outros registros semelhantes seriam assinalados por ocasião da passagem do governador Lariz. Ainda que não fosse parte dos objetivos de sua inspeção, o escrivão responsável pelos autos daquela visita destacaria alguns pontos sobre a condição material dos povoados, e ressaltaria a importância do gado para o sustento daquelas comunidades. Em Itapua, os registros davam conta de que seus moradores contavam com uma estância de grande importância para seu sustento (RAGBA, 1870, t. II, p. 50). Outra referência seria anotada por ocasião da passagem da comitiva por Yapeyú, e assinalava que seus habitantes haviam “poblado en las tierras de este sitio y reduccion, con sementeras y estancia de ganados en que se ocupan” (Idem. p. 104). As menções ainda atestavam que alguns povoados que haviam transmigrado na década anterior também iniciavam a formação de seus rebanhos. Era o caso dos habitantes de San Cosme y Dámian, que começavam a “poblar estancias de ganados”, e de San Carlos, que trabalhavam em uma “estancia de ganado vacuno para su sustento” (Idem. p. 63).

Nos anos seguintes, as referências seriam ainda mais expressivas, e atestam a consolidação da economia ganadeira como parte fundamental para a reprodução dos povoados. Uma *Relación general de las reducciones del Paraguai*, escrita por volta de 1650, traria uma série de alusões que

---

137 No mesmo conjunto de instruções em que recomendava que os missionários promovessem a criação de “algun ganado menor y maior” para atender a enfermos e necessitados, o Pe. Diego de Torres destacava a importância de que, na escolha dos sítios onde seriam fundadas as reduções, fosse considerada a existência de terras a propósito para que as famílias tivessem sustento “con chacras, pescas y cazas” (Apud HERNANDEZ, 1912, t. I, p. 586). Ou seja, não havia da parte dos jesuítas a ideia de que a criação ganadeira deveria ser promovida de modo a substituir as atividades de caça e pesca.

sugerem a expansão dos rebanhos ocorrida em anos anteriores<sup>138</sup>. Naquele contexto, era, ainda, a “estância comum”, que atendia as “reducciones, que por falta de campos, o pobreza, no pueden tener ganado”, a que apresentava os números mais expressivos<sup>139</sup>. O sítio contava com um impressionante rebanho de mais de 20 mil bovinos, ao menos 3 mil ovinos e 600 éguas. Ademais, dispunha de grande quantidade de bois e cavalos, animais que serviam nas “labranzas” de moradores de diferentes povoados (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 18-901). Por outro lado, o Documento também apresenta uma série de registros a cerca da boa condição das estâncias particulares de distintas comunidades. As mais bem estruturadas, como se poderia supor, eram as mais antigas, que serviam as povoações fundadas ainda durante as décadas de 1610-20. Assim, os habitantes de San Ignacio do Paraguai contavam com uma estância em crescimento, que era “de muy gran ayuda para el sustento del Pueblo”, situação semelhante à dos moradores de Itapua, cujos campos dispunham de grande quantidade de vacunos, e número crescente de éguas e ovelhas. Os habitantes de Concepción, por seu turno, além de uma “grande estância de vacas y éguas”, também contavam com 1500 bois para o auxílio de suas “labranzas”. Além destes, a *Relación* ainda indicava que parte importante dos povoados formados por populações refugiadas também haviam estabelecido suas próprias estâncias, ou encontravam-se em vias de implementá-las. Dentre estas, estavam como as de San Nicolás, que contava “con una buena estancia de ganado” e “buen numero de cavallos y bueyes para el cultivo de las chacaras, y sementeras”, e Apósteles, que, “a imitacion de los demas pueblos”, havia “entablado su estancia de ganados” (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 18-901).

A *Relación* evidencia que a segunda metade da década de 1640 fora marcada por um crescimento expressivo na amplitude dos rebanhos, e no número de estâncias. Naquele período, não parece exagero afirmar, a economia ganadeira já havia se consolidado entre todas as comunidades. E é interessante sublinhar, que, para além de sugerir a importância do gado na dieta cotidiana daquelas populações, as referências também sinalizam a relevância de seu emprego como força de tração. O uso de bois se tornava parte indissociável do trabalho agrícola, seja auxiliando na abertura de roçados, seja associado aos arados, facilitando o preparo do solo para o plantio. Além disto, como veremos em mais detalhe ainda neste capítulo, o emprego dos animais em outras “labranzas”, especialmente como força de transporte, também seria uma marca daquele período.

Por outro lado, a referências constantes na *Relación* também atestam que apesar da grande quantidade de rebanhos da “estância comum”, era crescente o número de povoados que contavam

---

138 *Relación general de las reducciones del Paraguay, con un informe detallado de los sucesos que han tenido en las desavenciaso curridas em tiempo del Obispo Cárdenas*. Este documento não possui data, nem a assinatura de seu autor. Por narrar os conflitos em torno das disputas com o bispo Cardenas, citar um documento de 16 de dezembro de 1649 (uma carta de Don Sebastian de Leon y Zarate ao Pe. Laureano Sobrino), e finalizar tratando do retorno dos jesuítas ao Colégio de Assunção, parece seguro afirmar que tenha sido escrito por volta do ano de 1650 (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 18-901).

139 “Esta estância comum, como es para el sustento de muchos, es muy grande” (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 18-901).

com suas próprias estâncias. Neste sentido, as povoações que ocupavam as proximidades do Uruguai teriam vantagens importantes “por ser la tierra mas fresca y tener muchos campos para estancias de ganado, como las van teniendo cada una en particular” (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 18-901). Ao que parece, na medida em que se consolidara como um recurso prioritário, contar rebanhos exclusivos, e estabelecer controle sobre sua disponibilidade, se tornaria um projeto comum a todas aquelas comunidades. E as razões para isto eram evidentes, tanto para os missionários, quanto para os indígenas. Com efeito, era nítido que os povoados que gozavam de melhores condições “temporais” eram os que dispunham de estâncias “en particular”, e que a condição de “pobreça” se associava a escassez de gado e de campos para o pastoreio. Os rebanhos comunitários se tornariam sinônimo de previsibilidade alimentar, e este era um objetivo prioritário para todas aquelas coletividades.

A consolidação de uma economia com forte base pastoril também teria implicações na territorialização daquelas comunidades. E o primeiro ponto que se destaca neste âmbito é o aumento da importância conferida às áreas de campo, mais propícias ao abrigo e engorda dos rebanhos, e, portanto, à formação de estâncias. Esta tendência pode ser assinalada quando observamos os casos de alguns povoados que mudariam de localização entre princípios da década de 1640, e meados dos anos de 1650. Durante aquele período, ao menos quatro comunidades deixariam as terras que ocupavam para se reassentarem em novos sítios, caso das povoações de Candelária, San Carlos, San Nicolas e Asunción del Mbororé. As referências sobre as razões que os levaram a abandonar seus assentamentos são escassas e desencontradas, e tendem a ser atribuídas a enfermidades, ou receios quanto a possíveis investidas paulistas. A escolha dos sítios que seriam ocupados, por outro lado, parece revelar alguns padrões. No caso de Candelária, a que já fizemos menção, a mudança ocorreria ainda na primeira metade da década de 1640. Seus moradores deixariam o sítio “mal sano” que ocupavam nas proximidades de Itapua, para se assentarem mais ao sul, na “otra banda del Paraná acia el Uruguai” (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 18-901). O novo sítio se localizava em uma área de planície, próxima as margens do rio Garupá. Em princípios da década seguinte, seria a vez dos habitantes de San Carlos deixarem o sítio que ocupavam nas ribeiras do rio Paraná, ao norte do Iabebiri (entre os povoados de Santa Ana e San Joseph), em busca de outro local para a povoação. Em sua busca, também rumariam em direção ao sul, instalando-se junto as nascentes do rio Aguapey, também na mesopotâmia entre os rios Paraná e Uruguai. Os casos de San Nicolás e Assunción de Mbororé, ocorridos no mesmo período, contariam com uma particularidade, dado que seus moradores se assentariam junto a outros povoados. Em 1652, os *nicolaístas* deixariam a povoação que ocupavam nas margens do rio Uruguai (a meio caminho entre Santa Maria e San Xavier), e se transferiram para junto da povoação de Apósteles, algumas léguas a oeste, onde

passariam a dividir o mesmo sítio, ainda que separados do ponto de vista político<sup>140</sup>. No caso de Assunción (redução que, já nas décadas seguintes, passaria a ser designada como La Cruz), a mudança, ocorrida um ano antes, isto é, em 1651, seria bem mais expressiva, posto que seus moradores trocariam a região acidentada do Mbororé, por um sítio na periferia de Yapeyú, o mais austral entre os vinte povoados (LEVINTON, 2005, p. 35). Se as razões que impeliram aquelas comunidades a abandonarem seus sítios são desconhecidas, algumas das características levadas em conta para a escolha de seus novos assentamentos parecem ser bem evidentes. Em todos os casos, as povoações tomariam maior distância de terrenos acidentados e montanhosos, e passariam a ocupar sítios mais próximos a áreas de campo (ver imagens 4 e 5). Segundo compreendemos, estas não são simples coincidências, mas escolhas que sugerem o interesse crescente daquelas populações em contarem com territórios propícios a criação de gado. Mais do que isto, parecem revelar como a consolidação da economia ganadeira repercutia nas próprias preferências e estratégias de territorialização daquelas comunidades<sup>141</sup>.

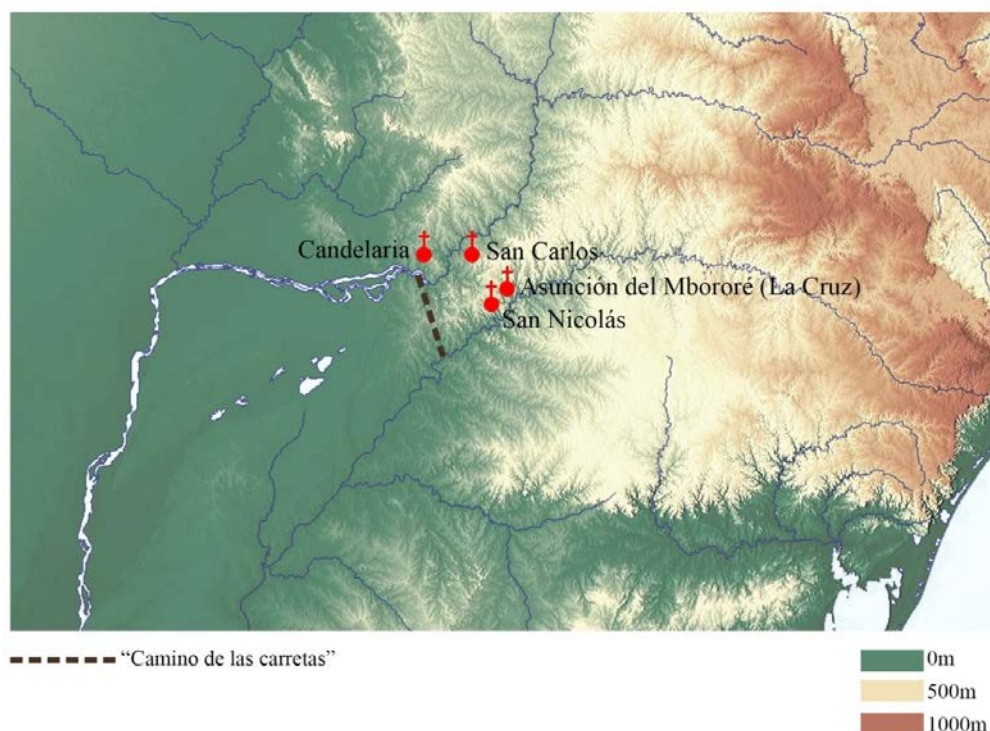


Imagem 7. Mapa da localização (aproximada) dos *pueblos* de Candelária, San Carlos, Asunción del Mbororé e San Nicolás em princípios da década de 1640.

140 Apesar de juntos, seus moradores viveriam em bairros distintos, e cada comunidade manteria seu próprio Cabildo.

141 Estas mudanças, por certo, contariam com a influência e o auxílio dos jesuítas. No entanto, é importante salientar que nenhuma delas se realizava sem a concordância das comunidades, e, em alguns casos, mesmo com a insistência dos missionários, não se realizavam. Um exemplo mal-sucedido ocorrera ainda em princípios da década de 1650, quando o provincial Juan Pastor (1651-1655) tentaria, com o auxílio de outros jesuítas, empreender a reunião das comunidades de Mártires e Santa Maria em um mesmo sítio. Apesar dos intentos dos padres – que seriam mencionados em uma carta endereçada ao Pe. Juan Pastor – tal reunião jamais ocorrera (AGNA, Sala IX, 7-1-2).



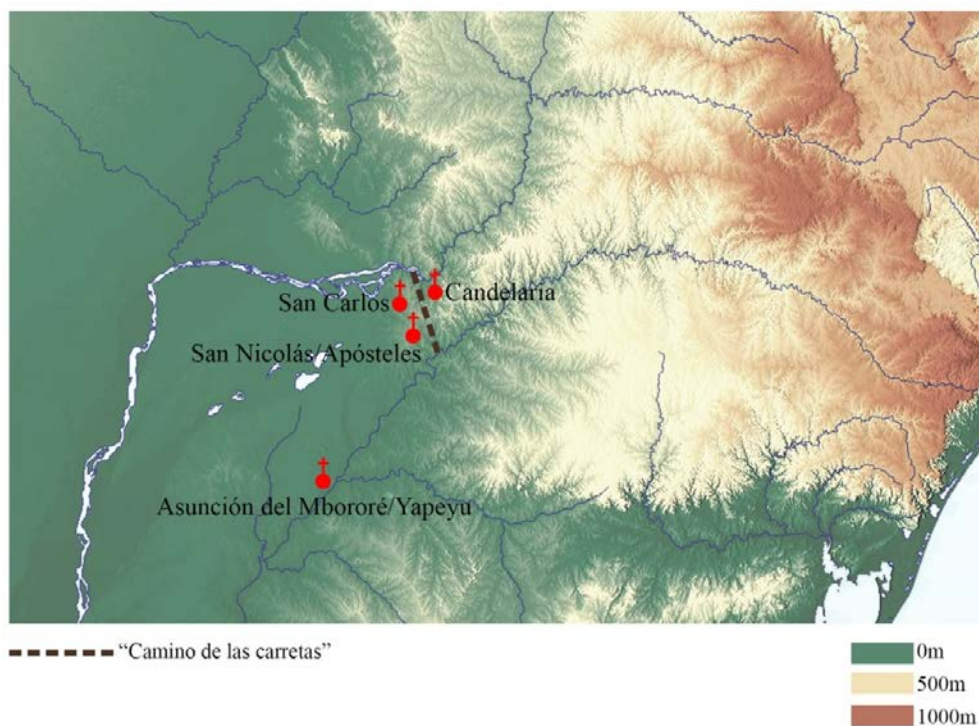


Imagem 8. Mapa da localização (aproximada) dos *pueblos* de Candelária, San Carlos, Asunción del Mbororé e San Nicolás em meados da década de 1650.

A consolidação do gado como um recurso de primeira importância para o sustento daquelas comunidades também ensejaria fluxos e movimentos periódicos. De tempos em tempos, ou seja, com frequência regular, vaqueiros de diferentes povoados deslocavam-se até as estâncias, e, desde lá, de acordo com as demandas e a disponibilidade de rebanhos, conduziam os animais que seriam destinados a suprir as necessidades de seus povoados. Estabelecia-se, assim, uma circulação entre povoados e estâncias, movimento tanto mais significativo, quanto maior era a importância do gado para a reprodução daquelas comunidades. Neste sentido, é possível afirmar que a expansão da economia pastoril também estaria diretamente relacionada à abertura de novos caminhos, acessos e conexões, em suma, ela estimulava a ampliação da capilaridade das rotas terrestres. Ao mesmo tempo, antigas vias receberiam novas funções, e se tornariam passagens para os constantes movimentos de vaqueiros, rebanhos e carretas. Os caminhos terrestres, além de ampliados, ganhavam novas dimensões e aspecto, moldando-se através da contínua passagem dos animais.

Além de implicar em maior interesse por áreas de campo, determinar fluxos periódicos, ensejar a abertura de caminhos (ou dar novas funções a antigas rotas), a consolidação do gado como recurso fundamental a reprodução daquelas comunidades ainda implicaria em outras transformações territoriais, que, apesar de menos visíveis, traziam repercussões tão ou mais significativas. Na maior parte dos casos, as estâncias seriam formadas nas chamadas “dehesas” ou “rinconadas”<sup>142</sup>, espaços

142 No *Tesoro de la lengua castellana o española* (1611), Don Sebastian de Covarrubias y Orozco, registraria que o termo “rincon” “vulgarmente se toma por aquel estrecho que causan dos paredes juntado una con otra, adonde de

delimitados por cursos d'água, pântanos ou montes, que serviam como obstáculos à dispersão dos rebanhos. Esta estratégia seguia uma lógica que parece indissociável da economia pastoril. De modo geral, para que o gado constitua um recurso de disponibilidade mais ou menos previsível, é indispensável que se estabeleçam barreiras que impeçam sua livre dispersão. Neste sentido, a criação ganadeira parece invariavelmente imbricada a certo controle territorial. E esta lógica não se resume as estâncias, estendendo-se a outras estruturas ligadas a economia pastoril. Currais e poteiros podem ter formas e dimensões diversas, mas tem em comum o fato de serem espaços cercados, projetados com o objetivo de limitar a movimentação do gado. Tendo isto em vista, cabe assinalar que o desenvolvimento de uma economia ganadeira vem acompanhado por esta lógica, uma territorialização ligada ao cerco, às barreiras, e aos limites, ideia que, se não era exatamente estranha àquelas populações, certamente não contava com o mesmo sentido que passaria a adquirir a partir de então.

A importância destes limites cresceria na medida em que eram formadas novas estâncias comunitárias. Isto, por que além de servirem como barreiras para o gado, também passariam a marcar uma relação de exclusividade entre a comunidade, seus rebanhos e a porção do espaço que eles ocupavam. Assim, com o crescimento no número de povoados que contavam com suas próprias estâncias, seus limites passariam a demarcar, também, relações de domínio territorial. Deste modo, revestiam-se de um caráter político, uma vez que estabeleciam mecanismos de acesso e restrição determinados pelas lógicas de pertencimento ou não a um determinado povoado. Ainda retomaremos este tema com maior ênfase neste e em outros capítulos. Por ora, cumpre salientar que a formação de estâncias comunitárias reforçava a importância das noções de limite e domínio territorial, tornando-as elementos cada vez mais significativos para a territorialidade daquelas comunidades.

Antes de avançarmos a estas questões, é importante destacar que a ascensão da produção pastoril não fora a única transformação socioeconômica a afetar as estratégias de territorialização dos *pueblos* ao longo daquelas décadas. Como veremos, a formação de uma rede de comércio interprovincial envolvendo a “*hierba del Paraguai*” (*cáa*), também influiria naquelas dinâmicas.

---

ordinario no llegan derechamente las luzes: y así se toma por el lugar escondido, obscuro. Dezimos estarse al rincon, y arrinconado, y arrinconarse, por retirarse, y esconderse (...) (COVARRUBIAS, 1674, p. 162).

### 4.3 A “hierba de la Comunidad”

Ao menos desde princípios do século XVII, o comércio da erva-mate<sup>143</sup> constituía o principal eixo econômico da província do Paraguai. Naquele período, o consumo da infusão já não se restringia apenas aos indígenas e hispano-crioulos que habitavam as cidades do Rio da Prata. Com a formação de conexões ligando Buenos Aires e Santa Fé à rota de Tucumán, e consequente aumento das relações de comércio entre as duas províncias, o hábito se difundira, ganhando novos mercados a cada ano. Assim, ainda nas primeiras décadas do século XVII, seu uso também havia se tornado hábito entre moradores de cidades como Córdoba, Santiago del Estero, S. Miguel de Tucumán e Salta. Ademais, ainda naquele período, o produto alcançaria mercados na província do Chile, e, ao mesmo tempo, tornava-se mais e mais conhecido no Alto Peru. “Este vicio esta entablado en esta Provincia, y en la de Tucuman y va cundiendo por el Piru”, relatava o Pe. Marciel Lorenzana em princípios da década de 1620 (PAGE, 2018, p.141).

No entanto, como identificara Juan Carlos Garavaglia, seria em princípios da década seguinte que o comércio interprovincial da “hierba del Paraguay” se tornara uma prática regular. Para isto, teria destaque o governo de D. Luis Céspedes Xeria, que se estendera entre os anos de 1631 e 1636. Afinado aos objetivos dos *encomenderos* assucenhos, o governador exerceria forte pressão para garantir o cumprimento do regime de *encomiendas*, que passariam a se concentrar quase que exclusivamente na realização de benefícios a partir dos ervais da Serra de Maracayu. Como resultado, os volumes produzidos triplicariam, superando, ainda em meados daquela década, as duas mil arrobas anuais (GARAVAGLIA, 1983, p. 68)<sup>144</sup>.

Os *encomenderos* paraguaios seriam os principais beneficiados com o aumento do mercado consumidor. Contudo, ao menos desde princípios da década de 1630, não seriam (estes) os únicos a enviarem cargas com destino ao comércio interprovincial. Ainda naqueles anos, diferentes registros

---

143 “(...) llamánla assi los españoles impropriamente porque es una oja de un arbol que se parece al naranjo y el indio la llama caá. Naçe este arbol espontaneamente por todos aquellos montes, que son grandísimos y no se cultiva, cortan los ramos, tuestanlos a la llama del fuego, despues la oja tostada se cae, muelenla y ia asi la traen a vender en gran cantidad” (PAGE, 2018, p. 141).

144 O avanço do mercado da “hierba del Paraguay” é um dentre os muitos exemplos que atestam o fortalecimento das relações internas na América hispânica ao longo do século XVII.. Este desenvolvimento estaria diretamente atrelado a expansão dos centros mineradores, que passariam a demandar grandes quantidades de recursos e produtos, estimulando o desenvolvimento das relações interprovinciais, e a formação de rotas comerciais de média e longa distância. Sobre o tema ver: GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mercado interno y economía colonial. Tres siglos de historia de la yerba mate*. México: Grijalbo, 1983. Para uma leitura sobre o descompasso entre a situação florescente da economia colonial, e a situação de crise na metrópole durante o século XVII, ver: ROMANO, Ruggiero. *Coyunturas opuestas: la crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica*. México: Fideicomiso de Historia de las Américas/El Colegio de México/FCE, 1993.

atestariam a existência de um comércio incipiente envolvendo os povoados dos Paraná e Uruguai e as cidades do Rio da Prata. Na Carta Ânua relativa aos anos de 1632-34, o Pe. Diego de Boroa faria referência a descoberta de “grandes y copiosos yervasales” efetuada pelos moradores de San Xavier. O achado era importante, segundo o provincial, pois a “hierba del Paraguai” era fundamental para “el comercio y ussos de los indios” (C.A. 1632-1634, [1990], p.144). Ainda 1634, um exemplo deste comércio fora registrado por ocasião de uma visita realizada por lideranças do Uruguai ao porto de Buenos Aires. Naquela oportunidade, o governador do Rio da Prata, Don Pedro Esteban Dávila, promoveria a realização de uma *información* através de depoimentos que, com o auxílio de intérpretes, seriam colhidos junto a diferentes “casiques”. Em um deles, D. Francisco Bayroba, um dos capitães do povoado de San Nicolas, seria questionado sobre “quantas conoas o valsas an traydo y que gerneros o cossas trajeron en ellas si las han vendido”. Diante da indagação, o *mburuvicha* responderia:

“que de su pueblo vinieron tres yndios y de otros de la provincia de Uruguai algunos que no save al cierto los que son ni quantas canoas ni valsas trajeron y que trajeron alguna yerva parte della se perdio en el rrio y parte metiron en esta çiudad (...)”<sup>145</sup>

A passagem revela que desde meados da década de 1630, a demanda pela erva-mate nas cidades coloniais era conhecida pelos moradores dos povoados do Paraná e Uruguai, que tiravam proveito de suas viagens para transportar e comerciar o produto. E, ao que parece, não demorou para que a produção e o comércio realizados por aqueles povoados se tornasse alvo de críticas. Em uma missiva escrita em 1636, o Pe. Pedro Romero, então Superior das Missões, mencionaria um “rruydo con el gobernador de Buenos Aires sobre la yerba”. Diante disto, sugeria que, por algum tempo, se evitasse o envio de novas cargas, e que o comércio ficasse restrito ao que “los índios levare a sus rescates” (MCA-IV, 1970, p. 313). A situação se repetiria no ano seguinte. Desta vez, as críticas partiriam do Cabildo assucenho, que acusava os missionários de imporem grandes jornadas de trabalho aos indígenas, e se utilizarem da produção realizada por estes para estabelecerem um comércio em benefício próprio (CARBONELL DE MASY, 1992, p.125).

Se as alusões ao comércio realizado pelas comunidades remontam aos anos de 1630, seria somente em meados da década seguinte que as referências passariam a sugerir seu desenvolvimento como prática regular. Para isto, ao menos três fatores seriam decisivos. O primeiro, por óbvio, envolveria o fim dos processos de migração e dos conflitos com os paulistas. Com efeito, só então

---

145 Bayroba ainda afirmaria que a produção era realizada em 2 meses, e que os bosques se encontravam “en unas sierras”. *Información hecha en la ciudad de Buenos Aires, á petición del gobernador don Pedro Esteban Dávila, acerca de los indios Uruguay, tapes y viaza, en la que se encuentran insertos vários pareceres é informes sobre dichos indios y países, su conquista y reducción, comenzada por Hernán Arias de Saavedra* (01/04/1634). Colección de copias de documentos del Archivo General de Indias de Sevilla [manuscrito]. Tomo 214 (1618-1635). Documento N° 4878. Colección Gaspar García Viñas. Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Argentina). p.18-19.

os habitantes daquelas comunidades dispunham de tempo para restabelecer os ritmos de trabalho, e retomar a realização de benefícios. Outro estímulo importante viria em 1645, com a confirmação de uma licença da Coroa, que garantia o direito de comércio da “hierba” produzida por aquelas comunidades em toda a província (MÖRNER, 1985, p. 57). De fato, apesar da ausência de autorizações não ter constituído empecilho para que tivessem dado início a um comércio com as cidades do Rio da Prata, não há dúvidas de que aquela chancela traria benefícios, sobretudo para contrapor as contínuas queixas levantadas por *encomenderos* assucenhos. Como um último fator preponderante para o desenvolvimento daquele comércio, deve-se destacar a expansão da demanda pelo produto, que atingiria novos níveis ao longo das décadas de 1640 e 1650. De fato, foi exatamente neste período que o consumo da “hierba del Paraguai” tornou-se popular em todo Alto Peru, passando a constituir um item de consumo diário entre espanhóis, hispano-crioulos, e, sobretudo, entre os mineradores indígenas. A partir daí, o eixo Lima-Potosí se consolidaria como o principal centro consumidor do produto, e a cidade de Santa Fé, por sua conexão com a rota de Tucumán, despontaria como o seu maior entreposto comercial (GARAVAGLIA, 1983).

Diante de uma conjuntura mais favorável, da estruturação de redes de circulação interprovincial, e do aumento crescente da demanda, a produção da *caamini* com vistas ao comércio avançaria em todas as reduções, tornando-se uma importante fonte de ingressos para seus moradores. Neste sentido, os Documentos produzidos durante a já referida visita realizada pelo governador do Rio da Prata, D. Jacinto Lariz, fornecem alguns indícios sobre esta expansão. Uma referência interessante seria mencionada durante passagem da comitiva por Itapua, a partir de um breve diálogo estabelecido entre o governador e um cacique proveniente da extinta povoação de Santa Tereza. Segundo o registro do escrivão, Gregorio Martinez Campusano, ao ser questionado sobre a condição de sua parentela naquele povoado, o cacique Anton Taccaro relataria a boa condição que estes encontraram em Itapua, cujos moradores, além de uma estância em crescimento, também contavam com “la yerba que traen por sus tiempos del año de la parte donde la hay y se coge, con que se visten y sustentan a sí y a sus mugeres e hijos” (RAGBA, 1870, t. II, p. 50).

Alguns anos mais tarde, outros Documentos realçariam a importância do comércio ervateiro, revelando que aquela já não era uma prática esporádica ou ocasional, mas uma atividade regular, que contribuía em muito para o *sustento* dos *pueblos*. Em 1655, o então reitor do Colégio da Companhia em Buenos Aires, Pe. Juan de La Guardia, promoveria a realização de um *Informe* sobre o tema. Seu principal objetivo, ao que tudo indica, era afastar as acusações de que os jesuítas se valiam do comércio ervateiro em benefício próprio<sup>146</sup>. Dentre os depoimentos prestados naquela

---

146 Ainda que, em volume, a produção dos *pueblos* fosse inferior àquela enviada pelos *encomenderos* assucenhos, sua maior qualidade logo seria valorizada em diferentes mercados. A diferença entre ambas, como explicava o Pe. José Cardiel mais de um século depois, decorria do métodos empregados em sua produção: “Hay dos modos de yerba (no digo especies) : una que llaman Caamini, ó yerba menuda: otra Caá Ivirá, ó yerba de palos. La diferencia entre las dos

ocasião, dois chamam atenção especial: tratam-se dos testemunhos do capitão, Don Martin de Vera, e do alferez, Francisco de Palacios, ambos partícipes da comitiva que havia acompanhado o governador Lariz em 1647. Com base no que constataram por ocasião daquelas visitas, e no que haviam observado nas cidades da província do Rio da Prata, os dois concordavam que o comércio era realizado em proveito exclusivo dos indígenas. Neste sentido, Martin de Vera afirmara que:

la dicha Yerba es de los indios particulares de dichas reducciones la qual este testigo vio estando en dichas reducciones la benden y truecan como cosa suya a diferentes personas a xeneros y este testigo lo esperimento con dichos indios por haverles trocado muchos xeneros por dicha yerba y asimismo le consta como en las ciudades adonde llegan hazen lo próprio (...) (MCA-CPH. Cx. 17. Doc. 4-388).

Além de disporem de quantidades do produto para efetuarem seus “resgates” particulares, os depoimentos também apontam a existência de outra forma de comércio. Em sua declaração, Francisco de Palacios mencionaria a existência da “hierba de la comunidad”, e afirmava que, por ocasião da visita de 1647, constatara que haviam povoados que “la tenian en un aposento separada”. Na mesma perspectiva, Martin de Vera, faria referência ao “monton que llaman de la comunidad”, e acrescentava que, com o seu comércio, atendia-se “al vien comum de los pueblos”. Os depoimentos sugerem que, ao menos desde fins da década de 1640, as diferentes parcialidades que formavam aquelas povoações reuniam parte expressiva do produto de seus benefícios ervateiros, que eram vendidas em conjunto, e cujos resultados eram convertidos em favor de todo o povoado. Havia se estruturado, com o auxílio dos padres de cada povoação, organizações intracomunitárias para a negociação dos excedentes ervateiros, e esta, ao que parece, já era a principal forma de comercialização da *caamini*.

O comércio nas cidades do Rio da Prata era realizado com forte apoio dos jesuítas. Cabia a Procuradoria de Missões a responsabilidade de efetuar a venda da produção enviada pelas comunidades, e garantir que estas receberiam seus resultados. Para isto, os colégios e casas que a Companhia mantinha em cidades como Buenos Aires, Corrientes e Santa Fé se tornariam importantes pontos de apoio, tanto para o estoque do produto, quanto para o seu comércio. Referindo-se aos anos de 1653, Martin de Vera, afirmaria que 1.500 arrobas haviam entrado em Santa Fé, vindas de comunidades do Uruguai e Paraná. Francisco de Palacios, por outro lado, citaria a chegada, em Buenos Aires, de duas remessas em um mesmo ano, que somariam algo em torno de 300 arrobas. Estes registros, ainda que incompletos, permitem estimar que, em princípios de 1650, o comércio total já havia atingido algo em torno de 1800 arrobas. Por estas somas, ter-se-ia, já

---

sólo es que la yerba de palos, para molerla, la meten en un hoyo, barriendo con ella tierra y otras cosas que había debajo de los zarzos adonde la echaron después de ahumada, y no tapan el hoyo: allí la majan, cayendo y entreverándose con ella la tierra de los lados del hoyo: y no la ciernen en cribas, sino quitando los palos mayores, dejan en ella los menores. La Caamirí, ó menuda, se muele en canoas, ó en hoyo bien dispuesto que no se le mezcle tierra: y se criba, dejándola sin palitos. Esta vale casi doblado que la la otra. De ésta hacen los treinta pueblos. La otra de palos la hacen los españoles del Paraguay, y los indios de los diez pueblos que tienen allí” (Apud HERNANDEZ, 1912, t. II, p. 539).

naquele período, uma média de 90 arrobas (aprox. 1.000 kg) por povoado.

Naqueles mercados, cada arroba de *caamini* era vendida pelo equivalente a algo entre três e seis pesos. No entanto, de acordo com outro testemunho presente no *Informe*, o comércio raramente era realizado em moeda. Segundo afirmaria o Pe. Thomas de Ureña, procurador das missões, a erva era negociada em troca de “ropa, cavalos, mulas y yeguas”. Os resultados do comércio eram, assim, revertidos em bens e itens desejados pelas comunidades. E, a julgar pelo depoimento do Pe. Ureña, parece razoável considerar que o gado estava entre os principais recursos obtidos a partir deste. Esta constatação se reforça ao retomarmos outro excerto, registrado alguns anos antes, por ocasião da já referida visita do governador Jacinto Lariz. Durante a passagem de sua comitiva por Candelária, o escrivão Gregorio Martinez Campusano registraria que, após a mudança daquele povoado, seus moradores haviam se instalado:

“en buenas tierras y de buen temple, en que hacen y tienen sus sementeras, y van entablado estancias de ganado vacuno para su sustento, que han ido y van comprando con el valor de la yerba que sacan y recogen”(…) (RAGBA, 1870, t. II, p. 53).

Assim como o depoimento do padre procurador, este excerto estabelece uma vinculação direta entre o comércio da erva mate e a aquisição do gado. E esta não era uma condição exclusiva dos moradores de Candelária, mas, ao que tudo indica, comum a todos os povoados que realizavam aquele comércio. Neste sentido, o comércio ervateiro contribuiria para uma maior autonomia dos povoados na obtenção de recursos, sobretudo se considerarmos que, até a década anterior, boa parte do gado de que dispunham haviam sido custeados pelos jesuítas, e destinavam-se ao usufruto do conjunto daquelas coletividades. Para, além disto, ainda se pode considerar que a expansão daquele comércio, ao possibilitar que as comunidades adquirissem seus próprios rebanhos, teria relação direta com a formação e/ou expansão de suas estâncias particulares. Nesta perspectiva, a coetaneidade entre a estruturação do comércio da “hierba de la comunidad”, e ascensão das estâncias comunitárias não era uma coincidência, mas faces de um mesmo processo, que envolvia organização e crescente singularização socioeconômica dos povoados.

Ainda naqueles anos, a produção ervateira se organizaria através de dois eixos principais. Para os povoados que ocupavam as proximidades do rio Paraná, as principais fontes seriam os bosques localizados sobre os montes que se estendiam nas cercanias de dois de seus afluentes, os rios Acaray e Iguazu. Por outro lado, as povoações assentadas nas proximidades do rio Uruguai realizariam os benefícios a partir dos ervais que se estendiam a partir das margens do curso superior daquele rio, muito provavelmente próximos a sua confluência com o Pepirí-Guaçu. Em ambos os casos, a produção envolvia grandes deslocamentos, já que as distâncias entre os *pueblos* e as áreas de benefício variavam entre 50 a 70 léguas. Navegando em canoas rio acima, as expedições, que, em geral, eram formadas por grupos de uma mesma família extensa, tardavam cerca de duas

semanas para alcançar as zonas ervateiras<sup>147</sup>. O trabalho nos benefícios durava entre um e dois meses, e envolvia a colheita, a tosta e a moagem das folhas. Para a viagem de retorno, o produto era armazenado em “porongos y cestillos”, e as canoas eram transformadas em pequenas balsas, que, valendo-se de correntes favoráveis, levavam em torno de uma semana para regressar aos povoados.

O crescimento da produção ervateira também estabelecera uma circulação regular entre povoados e ervais. Sobretudo durante os meses de verão, embarcações provenientes de diferentes comunidades partiam Uruguai e Paraná “arriba” em direção aos bosques de ervais nativos com o objetivo de realizarem seus benefícios. Para isto, como ressaltamos, os habitantes daqueles povoados precisavam vencer grandes distâncias<sup>148</sup>. Deste modo, ao menos desde princípios da década de 1650, duas povoações cumpriram, por sua localização de “fronteira”, função central como portos de apoio para esta circulação. No Paraná, caberia a povoação de Córpus, última “Paraná arriba”, a tarefa de fornecer auxílio para as expedições que partiam em direção aos “ervais”, e de receber àquelas que retornavam após semanas ou meses de trabalho. No Uruguai, uma função semelhante seria executada pelos moradores de San Xavier, cujo porto se tornaria uma parada essencial para os moradores das povoações que se valiam daquele rio para alcançar os bosques nativos.

Além de rotas para a produção, os rios Uruguai e Paraná, ao permitirem acesso às cidades do Rio da Prata, também constituiriam as principais vias para o escoamento dos excedentes reunidos por aquelas comunidades. Neste âmbito, alguns povoados desempenhariam, também por sua localização privilegiada, a função de portos para o transporte destinado aos mercados da província. No Uruguai, caberia a Yapeyú o papel de principal entreposto para as cargas enviadas com destino a Buenos Aires. Em que pese a falta de referências precisas, pode-se conjecturar que o deslocamento até a cidade portenha levava mais de uma semana, uma vez que, apesar das correntes favoráveis, a distância do percurso superava as 120 léguas (mais de 700 km). Entretanto, com a consolidação do mercado de Santa Fé como o principal mercado ervateiro da região, seria pelo rio Paraná que a maior parte dos povoados transportariam seus excedentes. Assim, a povoação de Itapua, conhecida por sua posição privilegiada para a navegação daquele rio, desempenharia função central como porto de partida da maior parte da produção realizada pelos povoados localizados junto ao rio Paraná. Neste caso, o percurso seria ainda mais extenso, uma vez que as embarcações precisariam vencer algo em torno de 160 léguas (aproximadamente 900 km) até o desembarque em Santa Fé.

---

147 Em alguns casos, os povoados do Uruguay também utilizavam um caminho por terra para alcançar as áreas de bosque nativo. As referências sobre este, contudo, parecem indicar que sua utilização era rara, e apresentava uma série de riscos.

148 Tudo parece indicar que a localização dos bosques nativos onde eram realizados aqueles benefícios era relativamente próxima aos pontos onde as “expias” realizavam seus períodos de vigilância.



Além de Yapeyú e Itapua, o povoado de Candelária também cumpriria a função de porto para o escoamento da produção ervateira. Depois de sua mudança para as proximidades do rio Garupá, a povoação contaria com uma posição privilegiada para a navegação via Paraná. No entanto, era por sua conexão com o caminho terrestre<sup>149</sup> que ligava as duas “províncias”, que o porto do povoado adquirira importância. Aquela via se tornara destino de boa parte dos excedentes que, reunidos pelas comunidades mais próximas ao Uruguai, eram enviados para o comércio no mercado de Santa Fé. Para os que partiam desde as margens daquele rio, seu trajeto passava junto aos povoados de Concepción e Apóstoles, e se estendia até chegar ao Garupá. Já na década de 1650, o transporte era feito com o uso de bois e carretas – daí porque passara a ser referida como “camino de las carretas” –, que, depois de cumprirem seu percurso de aproximadamente 15 léguas (80 km), desembarcavam suas cargas em Candelária<sup>150</sup>.

À semelhança da economia pastoril, o crescimento da produção e do comércio da *caamini* também implicaria na formação de movimentos regulares, que se tornariam tanto mais importantes, quanto maior era a relevância de seu comércio para o sustento daquelas comunidades. Neste caso, estabelecera-se uma espécie de dupla circulação, a primeira ligada à produção realizada nos bosques nativos, e a outra vinculada ao seu transporte até as cidades do Rio da Prata. No centro destas, estavam comunidades cada vez mais organizadas, capazes de reunir seus excedentes, administrar estoques, e coordenar o transporte até os mercados da província. Tudo isto refletia o aumento da coesão interna daquelas comunidades, que davam mostras de crescente engajamento em seus projetos comuns.

---

149 Este caminho de origem pré-hispânica, foi, muito provavelmente, o mesmo que, décadas antes, o Pe. Roque Gonzales tomara para alcançar a “província do Uruguay”.

150 As referências aos “carretones” são bastante comuns na *Relacion* de 1650, e, comumente, aparecem relacionadas aos povoados do Uruguay. Dentre estas, podem-se citar, como casos mais expressivos, as lusiões relativas ao povoado de San Miguel, cujos moradores contavam com “cantidad de bueyes e carretones”, e, Concepción, onde eram poucos os habitantes que não possuíam suas próprias carretas. Além destas, a estância comum também contava com “doscientos bueyes y otros tantos cavallos para el servicio y uso de las carretas q sirven a todas las reducciones” (MCA-III. Cx. 29. Doc. 18-901).

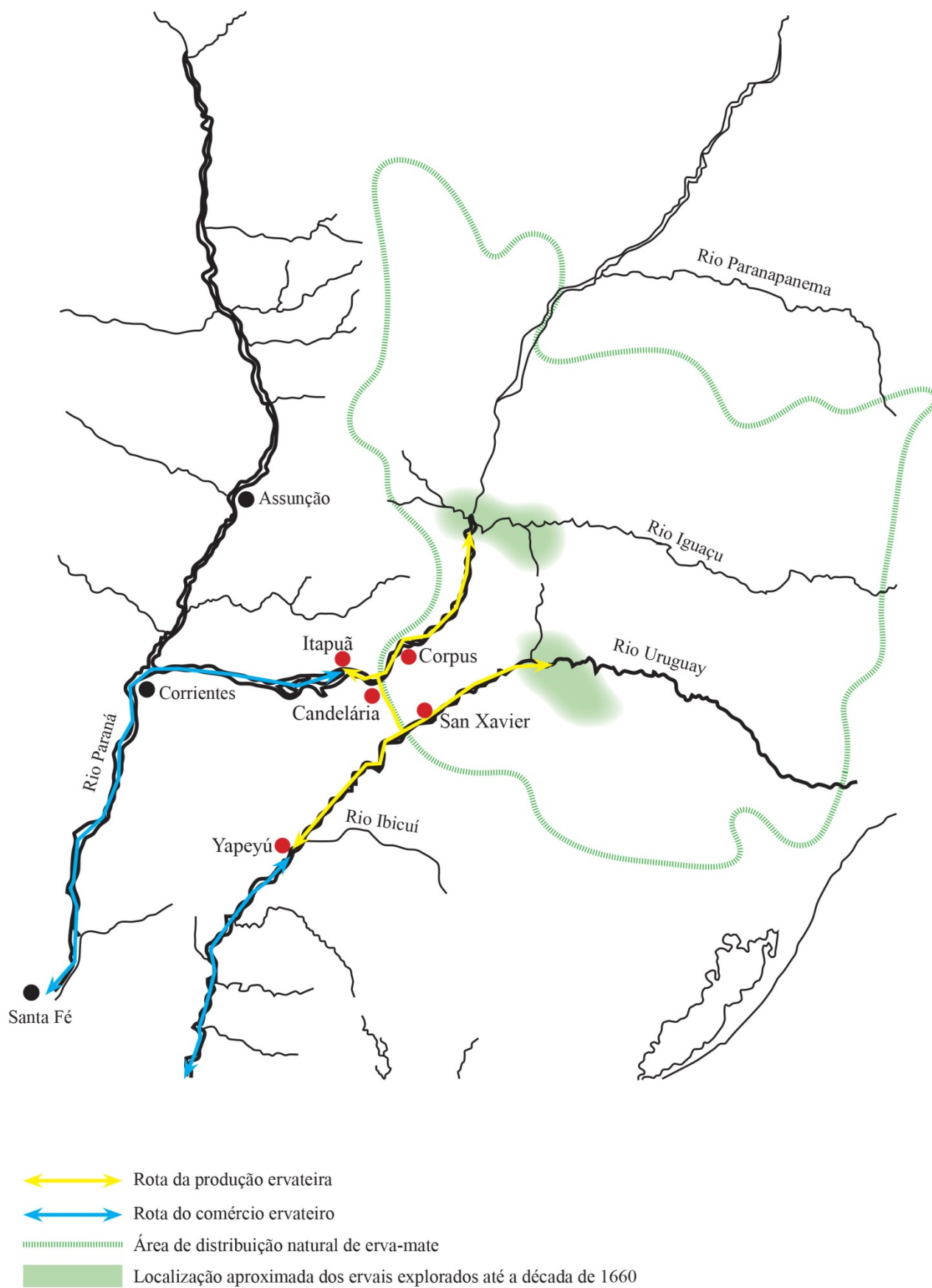


Imagem 9. Mapa das áreas ervateiras e da circulação relacionada à produção da *caamini* (+- 1660).

#### 4.4 Os limites da comunidade

Em setembro de 1656, desembarcara em Assunção um novo governador, o licenciado D. Juan Blazquez de Valverde. Nomeado dois anos antes, em 10 de junho de 1654, o novo mandatário era um ouvidor da Real Audiência de Charcas, e já no título que lhe fora outorgado pelo rei Filipe IV, ficaria patente que sua escolha tinha objetivos específicos. O ouvidor ocuparia o cargo por um período definido – três anos a contar de sua chegada ao Paraguai –, e teria como principal encargo “oyer”, “librar” e “conocer todos los pleitos y causas asi civiles como criminales” daquele “distrito”. Com os títulos de governador e capitão geral, gozaria de plenos poderes para examinar as querelas, e, em cada caso, implementar as soluções que mais atendiam ao real serviço e a legislação indiana.

Ao mesmo tempo, o licenciado receberia o título de visitador das províncias do Uruguai e Paraná. Neste contexto, seus encargos seriam distintos, e relacionavam-se diretamente aos pueblos de indios. O principal destes era o de efetuar os “padrones de los Indios tributarios” de toda a governação, e determinar o montante de tributos a ser recolhido em cada povoado. A incumbência estava ligada a provisão real emitida em Lima pelo vice-rei, Don García Sarmiento de Sotomayor, que, em 1649, delimitava que todos os habitantes das reduções eram considerados vassallos da Real Coroa, e estariam isentos de prestar o regime de *encomiendas*. Em contrapartida, teriam a obrigação de atuar como força militar às ordens dos governadores de província, e de efetuar o pagamento anual de um tributo de “un peso de a ocho reales”, a ser realizado por todos os homens entre 18 e 50 anos, com exceção dos “caciques”.

Em meados de 1657, junto a uma comitiva que reunia escrivão, interprete e soldados, e seria acompanhada de perto pelo Pe. Francisco Diaz Tano – missionário que, há época, acumulava as funções de Vice-provincial e Superior das missões –, o Dr. Blazquez de Valverde dera início a visita e *empadronamiento* de todos os vinte povoados do Paraná e do Uruguai. Listados com base nas famílias nucleares, o padrão apontaria um total de 37.474 habitantes, e revelava um crescimento populacional importante em relação à década anterior. O quadro abaixo estabelece uma comparação entre os dados registrados na visita de 1647, e os do *empadronamiento* de 1657.

**Tabela 3: Comparativo entre a população registrada durante a visita de 1647 e o padrão de 1657**

<b>Povoado/Ano</b>	<b>Visita de 1647</b>	<b>Padrão de 1657</b>	<b>Número de Caciques em 1657</b>
Santa Maria	2.000	2.776	37
Mártires	1.186	1.278	15
Concepción	2.479	3.276	42
San Miguel	2.175	2.101	17
San Carlos	1.701	2.183	24
San Nicolás	1.854	-	33
Apósteles	1.144	3.239 (soma de San Nicolás e Apósteles)	30
San Thomé	1.960	3.494	37
Mbororé	1.472	1.514	19
Yapeyú	1.600	1.828	34
San Xavier	1.340	1.604	28
San Ignacio Guazu	1.150	1.327	-
San Ignacio Yabebiri	1.708	2.171	34
Córpus	1.300	1.331	22
Candelária	1.067	1.471	20
Loreto	1.700	1.920	44
Itapua	1.700	2.294	55
San Cosme	1.075	1.376	15
San Joseph	1.334	1.267	50
Santa Ana	779	1.024	29
<b>TOTAL</b>	<b>30.724</b>	<b>37.474</b>	<b>585</b>

Fontes: RAGBA, 1870, t. II, pp. 56-107; AGNA, Sala IX, 18-08-01; PASTELLS, 1915, t II, pp. 471-501 e pp.512-513.

Além de determinar o total de habitantes de cada povoado, e calcular o montante de tributos a serem pago por estes, Blazquez de Valverde ainda instituiu uma nova divisão. As povoações localizadas nas cercanias do rio Paraná, casos de San Ignacio Guazú, Itapua, Córpus, Loreto, San Ignacio Mini, Candelária, San Joseph, Santa Ana e San Cosme y Damián, estariam sob a jurisdição do bispado e da governação do Paraguai. Por outro lado, as povoações de Concepción, San Nicolás, Apósteles, San Xavier, Santa Maria, Mártires, San Miguel, San Carlos, San Tomé, Asunción del Mbororé e Yapeyú, povoados mais próximos ao rio Uruguai, estariam vinculadas e responderiam as autoridades civis e eclesiásticas de Buenos Aires (C.A. 1658-1660, [2010], pp. 41-42).

As lideranças dos povoados do Uruguai e Paraná estavam a par das incumbências do visitador, e aproveitariam a ocasião para encaminhar suas próprias demandas. Ressaltando os

“disgustos y discórdias” que resultavam da ausência de limites territoriais bem definidos entre seus povoados, e a necessidade de meios para “la mas facil paga y contribucion del tributo que se les a de ymponer para su magestad”, corregedores e caciques de diferentes povoações solicitariam que o visitador concedesse títulos de terras para suas comunidades. As solicitações incluiriam terras para as “chacras y labranzas”, e para “estâncias de ganado”, e seriam requisitadas em caráter comunitário, ou seja, em nome de todo o *pueblo*. Ao acatar os pedidos, Blazquez Valverde concederia os primeiros títulos escritos relativos a territórios particulares outorgados àqueles povoados. Cotejando as referências diretas e indiretas presentes em diferentes Documentos<sup>151</sup>, é possível inferir que o ouvidor concedera títulos para a maior parte dos povoados. Dentre estes, localizamos registros claros para ao menos treze, caso das povoações de Itapua, Loreto, San Ignacio Mini, Córpus, San Carlos, San Miguel, San Thomé, Concepción, Santa Maria, Mártires, San Xavier, San Nicolás e Apósteles. No quadro abaixo, selecionamos trechos de quatro destas “doações”:

<p><b>San Carlos -</b> 14 de junho de 1657</p>	<p>Concluído o padrão San Carlos “se me a rrepresentado por parte de los Casiques y Corregidor<sup>152</sup> quanto ymportaria, para conservar la paz entre unos y otros que cada Reducion y Doctrina de yndios tuviesse divididas y señaladas las tierras que a menester, asi para labranzas y chacaras como para sus ganados, para escusar las discordias que con la confucion de unos y otros pudiera aver entre ellos, y cada uno supiese las tierras que le pertenesen y tuviesse titulo de ellas” (...) “y considerando lo que por parte de dichos Yndios se me an rrepresentado para la mas facil paga y contribucion del tributo que se les a de ymponer para su magestad como encomendadas en su corona real (...). “para sus chacaras y labransas, las tierras que corren, por la parte que mira al norte, deste dicho Pueblo, desde el Rio Aguapey de poniente a oriente, corriendo por linea recta del Arroyo o pantano de el Caabusuti, donde al presente tienen algunas chacaras, hasta el Caabera exclusive y Camino Real de las Carretas, y por la parte que mira al oriente desde el Arroyo de el Ytaô corriendo derechamente, por la otra parte del Cerrillo que hase frente al dicho Pueblo, y por el monte llamado Taquarucuti, inclusive hasta la cavesada del Arroyo Taquati, con sus campos montes y dehesas que el dicho Arroyo encierra (...) y para estancias de ganados mayores y menores les señalo las tierras que corren desde el dicho ñatiundi y su arroyo o pantano vogeando hasta el poniente hasta el Arroyo o pantano del Tareyrí hasta el Rio Aguapey con mas otras dos léguas de tierras de la otra parte del Rio tierra adentro desde el aguapey hasta los linderos y terminos que se an de señalar para Estancia del Pueblo y Doctrina del Corpus (...) (AGNA, Sala IX, 22-8-2).</p>
<p><b>Mártires del</b></p>	<p>“(…) me hizo Relacion Don Juan Guirarague<sup>153</sup> Casique principal capitán a guerra</p>

151 *Memoria de los Titulos, pertenencias de Tierras, Pleitos, y otros Papeles correspondientes a estos pueblos que quedan en el Archivo de esta Capital* (AGNA, Sala IX, 22-2-7), e *Inventários dos pueblos de 1784* (AGNA, Sala IX, 22-8-2).

152 O pedido fora capitaneado pelo corregedor do povoado, D. Roque Tambatay. Seu nome consta na visita de 1647, quando fora nomeado para o cargo de alguazil (RAGBA, 1870, t. II, , p. 64).

153 Don Juan Guirarague foi o primeiro capitão do povoado de San Cristóval (MCA-III, 1969, p. 108), povoado cujos moradores se uniram a outros refugiados para a fundação da povoação de Santos Mártires. Seu nome também consta como capitão nos registros da visita do governador Jacinto Lariz (RAGBA, 1870, t. II, p. 81).

<b>Japón</b> - 3 de julho de 1657	y corregidor de los Indios de ella tenia necesidad se le señalasen tierras suficientes para sus estancias de ganados y para chacras y sembrados de todos los indios de este dicho Pueblo porque de tenerlas en comunion con los Indios de los demas Pueblos y Doctrinas circunvezinas era ocasion de discordias y disgustos entre ellos y habiendo lo asi considerado y reconocido las tierras que pide en nombre de todos los dichos indios (...) tierras que hay desde el Aguapey Miri: que corren, a faldas del monte nobrado Caaguaçu dos leguas del Tatayeti hacia el apey guasu y hacia el norte Corriendo hasta el pantano grande que divide la Estancia de San Nicolas (...) y asimesmo les hago merced del sitio nombrado ñungacu hasta el ypita para que en todas estas dichas tierras puedan tener sus Estancias y ganados (...) y para sus chacaras y sembrados les señalo las montañas y sitios donde atualmente las tienen con los Canpillos anejos y consernientes a las dichas montañas qe. Estan circunvezinas al dicho pueblo hasta los terminos y linderos q e señalaron al de Santa Maria La Mayor (...) (Idem).
<b>Santa Maria</b> - 4 de julho de 1657	“(...) me hizo relacion Don Diego Taupa <sup>154</sup> Corregidor y Casique principal de este dicho pueblo que para los moradores del tenia nesecidad se le señãlase tierras suficientes para sus estancias de ganado, y para sus chacaras y ganados por que de tenerla en comun con los de las demas reducciones circunvezinas era ocasionar disgustos y discordias entre ellos y habiendo asi considerado y reconociendo las tierras qe. piden usando de los poderes y facultad q de S.M. tengo hago merced al dicho Don Diego Taupa para todos los Yndios de esta dicha Doctrina del sitio qe. ay de la parte del Norte desde el Tacuarare hasta este dicho Pueblo, y pela parte del sur hasta el arroyo llamado capirigua y [...] que entra en el camino de San Miguel y hacia la Doctrina y Pueblo de los Santos Martires desde el Cerrillo y su falda de hacia el sur incluyendo la Isleta asi nombrada hasta el pueblo con todas sus ensenadas montes arroyos y lagunas para que todas las tierras que ay debajo de los dichos linderos puedan hacer sus chacaras y labranzas. Y para sus ganados les señalo por tierras las q.e ay y corren desde el Uruguai entre el Urucurea [...] y Capiibari con todos los campos montes y lagunas en que puedan guardar sus ganados (...) (Idem)
<b>San Francisco Xavier</b> - 8 de julho de 1657	“Por quanto habiendo visitado este pueblo y Doctrina de S. Fran.º Xavier desta provincia dei Uruguai Y hecho el Padron y numeracion de todos sus havitadores me hizo Relacion Don Thomas Potira <sup>155</sup> Casique principal Capp." a guerra Corregidor y Governador que al presente es del, que para los Yndios de dho Pueblo tenia necesidad se le senalassen tierras sufficientes para tener en ellas estancias de Ganados Chacarar, y sembrados porque de tenerlas en cumunion con los índios de los demas pueblos Sircunvecinos era ocasion de disgustos y discórdias entre ellos y aviendolo asi considerado y reconocido los que piden usando de los poderes y facultad que de su mag.'l tengo que por su notoriedad. No van aqui insertos: por el presente hago merced al dicho Corregidor en nombre de los demas índios deste dho pueblo de las tierras que ay desde el rio Tacaruare y linderos de la Reduccion y Doctrina de Santa Marya la mayor hasta las taperas del Borore para sus chacaras y sembrados y asi mesmo para sus Estancias les doy y señalo por sus tierras las que ay de la otra parte del Rio Uruguai que son las que estan desde el dicho Rio hasta el Iyuy Rio arriva con todos sus Montes entradas y salidas que derechamente le pertenesen (...) (MCA-IV, 1970, p.31).

154 D. Diego Taupa era, muito provavelmente, um dos filhos de Taupa, cacique principal do Iguazu e primeiro capitão do povoado de Santa Maria.

155 Em 1647, D. Thomas Potira já ocupava posição de relevância no Cabildo de San Xavier, já que seu nome consta como um dos capitães do povoado naquele ano (RAGBA, 1870, t. II, p. 89).

A primeira questão que é preciso considerar é a de que as divisões territoriais assinaladas naqueles títulos não constituíam a imposição de um novo sistema de limites para aqueles territórios. Pelo contrário, fora com base nas referências fornecidas pelos próprios corregedores e caciques – “y habiendo asi considerado y reconociendo las tierras qe. Piden” – que o governador estabeleceu as extensões e “linderos” previstos naqueles títulos<sup>156</sup>. E o fato de que os pedidos foram realizados em diferentes povoados, e sustentavam-se em argumentos semelhantes, apontam que havia uma combinação prévia sobre as terras e limites que seriam solicitados em cada comunidade. Em boa medida, portanto, o conteúdo das “doações” correspondia a limites reconhecidos, que haviam sido construídos ao longo das décadas anteriores através de apropriações, arranjos e concessões. Dito de outro modo, as terras concedidas para as “chácaras y labranças” de um povoado se referiam, em geral, aos montes e encostas circunvizinhos a este, territórios que, em boa medida, já eram, ao menos parcialmente, utilizados por seus moradores. E, tendo em vista que, ao longo da segunda metade da década de 1650, a maioria das comunidades já dispunha de estâncias particulares, pode-se supor que o mesmo valeria para as “tierras para ganado”. Ou seja, ao menos parte das terras “doadas” para as estâncias já abrigavam rebanhos particulares daquelas comunidades. O que garantia validade e legitimidade àqueles títulos não era o fato de eles terem sido concedidos por uma autoridade colonial, mas, sobretudo, porque eles foram solicitados pelas próprias comunidades, e outorgados com base nas referências fornecidas por estas.

Ao admitirmos que os títulos concedidos pelo visitador seguiam um sistema de limites que, em boa medida, já era reconhecido por aquelas comunidades, outra questão se impõe. Se o interesse era possuir um registro escrito para demarcar os limites territoriais de seus povoados, estes não poderiam ter sido estabelecidos pelas próprias comunidades, com o auxílio dos jesuítas? Qual era a necessidade de solicitá-las ao visitador? Infelizmente, não dispomos de indicações claras para uma resposta taxativa a estas perguntas. Uma hipótese plausível é a de que aquela seria uma estratégia pactuada por lideranças e missionários com objetivo de obter reconhecimento, por parte das autoridades coloniais, da relação de posse daquelas comunidades sobre tais territórios. Por certo, a visita de um ouvidor da Real Audiência, autoridade menos sujeita aos interesses e disputas locais, era a ocasião mais propícia para isto. Para esta possibilidade corrobora constatar que, naqueles anos, não há dúvidas de que as lideranças não só compreendiam as possibilidades da tecnologia escrita, como também o seu valor para as relações com os espanhóis<sup>157</sup>. Entre produzirem registros sobre os

---

156 Esta leitura é reforçada quando se considera o pouco conhecimento do visitador sobre aqueles territórios. Afinal, quem além de indígenas e jesuítas conhecia suficientemente bem aquelas terras para efetuar tais divisões?

157 Esta não seria a primeira vez em que lideranças daquelas comunidades demonstravam interesse em dispor de registros escritos. Um exemplo interessante ocorrera dois anos antes, por ocasião de auxílio prestado pelas milícias de São Carlos ao mestre de campo de Corrientes, D. Juan Arias de Saavedra. Depois de cumprirem com suas atribuições, o

limites de suas terras que teriam validade restrita as dinâmicas internas, ou contarem com títulos outorgados por um visitador da Real Audiência, que, além disto, também poderiam servir para defesa de seus direitos diante de ameaças externas, não há dúvidas que a segunda opção traria muito mais vantagens para aquelas comunidades.

De qualquer modo, o conteúdo dos títulos parece evidenciar que o principal objetivo a orientar aqueles pedidos era o intuito definir com maior precisão a extensão e os limites que dividiam os territórios de cada povoado. Neste sentido, parece impossível não relacioná-los ao contexto de transformações políticas, socioeconômicas e territoriais que aquelas comunidades vivenciavam, sobretudo ao longo das duas décadas anteriores<sup>158</sup>. Com efeito, a visita de Blazquez Valverde ocorria em um período em que as comunidades consolidavam suas estruturas político-administrativas, definiam seus próprios projetos e orientavam esforços no sentido de estabelecer maior controle e autonomia em relação aos recursos considerados prioritários a sua reprodução. Para isto, tornava-se cada vez mais importante dispor de territórios bem delimitados, de áreas de uso exclusivo e independentes daquelas utilizadas pelos demais povoados. Neste contexto, definir com maior precisão os limites em relação às terras de outras povoações constituía, em alguma medida, um objetivo para todas aquelas comunidades.

Em grande medida, esta maior pressão pela definição de limites territoriais teria relação com o avanço das estâncias comunitárias. Desde meados da década de 1640, dispor ou não de uma estância própria era a diferença entre viver com maior ou menor comodidade. Depois de um período de grandes carestias, contar com rebanhos tornara-se sinônimo de abundância, mas também de previsibilidade, de garantia em tempos de crise. No entanto, se o interesse por formar estâncias era crescente, a disponibilidade de áreas de campo propícias para a produção pastoril não era ilimitada, e, ao tempo em que uma comunidade se apropriava de um determinado espaço para abrigar seus próprios rebanhos, estabelecia limites e restrições às demais. Assim, quanto mais estâncias comunitárias eram formadas, menor a amplitude das áreas disponíveis. Este contexto faria crescer, sobretudo entre as comunidades que já dispunham de seus próprios rebanhos, a intenção de reforçar a relação de exclusividade que mantinham com os espaços que os abrigavam. Frente ao interesse crescente de outros pueblos, era preciso assegurar que os limites de suas terras seriam respeitados, e

---

“tercio” liderado por Don Marselo Mendai receberia, em 12 de outubro de 1655, um certificado pelos bons serviços prestados. Em um trecho deste documento, pode-se ler: “y de pedimiento del dho mro de campo don marselo mendai doi la presente sertificando al Rey nro S.r que dios guarde y a sua Reales Consejos al exseltisimo S.r birrey destos Reynos a la Real audiência y S.res gobernadores destas probinsias como dho mro de campo y su terçio cunplio con las obligaciones de su cargo bien y fielme.te (...)” (MCA-IV, 1970, p.174). Sobre o tema da apropriação da razão gráfica e da cultura escrita pelos Guarani nas reduções, ver: NEUMANN, Eduardo S.. *Letra de índios. Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai*. 1. ed. Sao Bernardo do Campinas/SP: Nhanduti Editora, 2015.

158 “De fato, desde que surjam mudanças nos modos de produção, nas relações de produção, na organização das forças de trabalho, o sistema de limites conhece então mutações. Mutações que não são somente economicas, mas também políticas, sociais e culturais” (RAFFESTIN, 1993, p. 165).



a produção de um registro que reforçava sua relação de exclusividade com aqueles espaços constituía uma estratégia neste sentido.

Por outro lado, o crescimento populacional iniciado a partir da segunda metade da década de 1640, também pressionaria a demanda por espaço, e parece ter contribuído para aumentar o interesse das comunidades em garantir terras de uso exclusivo. Ao que parece, esta condição afetaria, sobretudo, os territórios destinados à produção agrícola, localizados, em geral, no entorno dos povoados. De fato, na medida em que as populações cresciam, passando a demandar mais recursos, a necessidade de espaço para as “chácaras y sembrados” também aumentava. Nesta perspectiva, considerando a pouca distância que separava a maior parte daqueles povoados, e os ganhos produtivos provenientes da adoção de arados e da força de tração do gado, pode-se supor que não levaria muito tempo para que as áreas de plantio de diferentes povoações se tornassem muito próximas<sup>159</sup>. Neste contexto, pode-se conjecturar que a proximidade crescente entre os roçados de diferentes *pueblos* tenha sido um dos motivos para os “disgustos y discórdias” relatados pelos corregedores, e um componente decisivo para aumentar o interesse das comunidades em dispor de limites bem definidos para suas terras. O espaço não era ilimitado, e muitos já haviam previsto que a expansão dos roçados não tardaria a trazer problemas.

Ao atentarmos para o conteúdo dos títulos, nota-se que, em geral, as concessões de terras outorgadas a um povoado faziam referências aos limites que as separavam dos territórios de outras povoações. Por exemplo, as terras delimitadas para as “chácaras y labranzas” dos moradores de San Xavier confinavam com aquelas outorgadas aos moradores de Santa Maria, e, estas, por sua vez, faziam divisa com as terras designadas aos roçados do povoado de Mártires. O mesmo se pode dizer para as estâncias. Assim, as terras concedidas à criação pastoril da comunidade de San Carlos confinavam com os campos destinados ao *pueblo* de Corpus, as cedidas à Martires com as de San Nicolás, e assim por diante. Estas referências denotam que, ao menos desde a segunda metade da década de 1650, período em que foram concedidos aqueles títulos, parte significativa dos espaços que, na mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai, se estendiam entre aqueles povoados, era, ou passaria a ser, reconhecida como área pertencente a alguma daquelas comunidades. Estabelecera-se, assim, uma *malha* formada por domínios territoriais comunitárias. Este sistema de limites definia critérios de acesso e exclusão baseados no pertencimento ou não a um determinado povoado. Com eles, as comunidades consolidavam uma espécie de identidade territorial, que determinava possibilidades de usos e restrições. Com efeito, os rios, arroios, pântanos, montes e caminhos

---

159 Um exemplo seria citado alguns anos depois, na Carta Ânua de 1661. Tratando sobre uma epidemia que atingira diferentes povoados, o Pe. Simon de Ojeda assinalava com certa surpresa que a povoação de Santos Mártires não havia sido afetada pela “peste”. E o que mais chamava atenção naquele contexto era que o povoado ficava bem próximo a comunidades que haviam sofrido bastante com os contágios, caso de Santa Maria, redução situada a apenas uma légua daquele *pueblo*, e cujos moradores possuíam chácaras praticamente contíguas aos roçados pertencentes as famílias de Martires (MCA-IV, 1970, p. 200).

assinalados nos títulos não demarcavam simples divisas, mas limites políticos. E, como veremos nos capítulos seguintes, a definição daquelas malhas traria novas atribuições político-administrativas aos povoados. Defender as terras da comunidade frente aos interesses de outras povoações passaria a constituir uma função de primeira importância, e este tema se tornaria cada vez mais frequente na política do “pueblo”.

Como um último ponto, cabe destacar que se os títulos não criaram aquelas malhas, certamente lhes davam uma maior precisão, ou melhor, estabeleciam uma nova forma de registro para estas. Nesta perspectiva, não há dúvidas de que sua solicitação ao visitador estava, também, relacionada a um contexto de crescente apropriação das lógicas da Documentação escrita, que, por sua capacidade de registro, passava a ser vista como instrumento capaz de dirimir “disgustos y discordias”, e dar mais clareza para que cada comunidade “supiese las tierras que le pertenesen”. E o fato de que aqueles registros seriam solicitados pelos próprios representantes dos povoados não parece deixar dúvidas de que tais lideranças, mais do que compreenderem que os títulos eram recursos que permitiam representar as relações de posse, reconheciam o valor e a legitimidade daqueles instrumentos, isto é, entendiam que aqueles escritos permitiam reforçar os direitos de exclusividade que suas comunidades detinham sobre determinados territórios.

#### 4.5 Limites e distinção

Em fins da década de 1650, um sistema de limites devidamente reconhecido dividia boa parte das terras que se estendiam entre os vinte povoados. As comunidades haviam se apropriado de amplos espaços, formando uma malha composta por domínios territoriais aos quais se atribuíam direitos de uso exclusivo. A ascensão destas ocorreria em detrimento dos territórios considerados como de uso intercomunitário. Neste contexto, talvez o exemplo mais representativo seja o da chamada “estância comum”. Em *Guaranies y sus misiones*, Guillermo Furlong fizera referência a um Documento bastante elucidativo sobre este tema. Trata-se de uma carta escrita em agosto de 1658, pelo então Geral da Companhia, Pe. Goswin Nickel. A correspondência era uma resposta a outra missiva, que havia sido enviada pelo novo provincial do Paraguai, Pe. Simón de Ojeda. No Documento, dentre outros pontos, o Padre Geral sugeria que se avaliasse a pertinência de se manter a “estância comum”:

Escribe V.R. que cuando la limosna falta, se socorre a las Reducciones de la estancia común, que se ha hecho por orden de sus antecesores. Sobre dicha estancia escribí a V.R. encargándole que consultase muy de propósito si era conveniente conservarla o deshacerla, porque me escribieron que no era necesaria, por tener cada Reducción su estancia propia. (FURLONG, 1962 p. 433)

A despeito de tal avaliação, aquele não seria o fim da “estância comum”, que, ao que parece, ainda seria mantida ao menos até meados da década seguinte. No entanto, o simples questionamento a respeito de sua conveniência, e a menção de que haviam missionários que defendiam a tese de que aquele território deveria ser extinto, constituem bons indicativos de que, em fins da década de 1650, aqueles campos já não possuíam a mesma relevância de outrora. E a razão para isto era bastante clara: com o grande número de comunidades, que, além de contarem com seus “próprios” rebanhos, dispunham de áreas particulares para abrigá-los, a “estância comum” deixava de cumprir a função para a qual havia sido criada. A formação de “estancias propias” tornara-se parte indissociável das estratégias de territorialização de todas as comunidades, de modo que a ideia de manter rebanhos intercomunitários perdia sentido.

A constatação de que, na virada da década de 1650, a imensa maioria, se não todos os povoados já contavam com áreas de campo reconhecidas como domínios de uso exclusivo para a criação ganadeira, não deve conduzir a conclusão de que suas condições eram iguais. Pelo contrário, desde aquele período, as configurações das estâncias seriam marcadas por grande assimetria. Para isto, contribuiriam uma série de fatores, tais como a maior ou menor proximidade do *pueblo* em relação a áreas de campo, sua localização inicial, a origem das famílias que o compunham, a disposição e as características de relevo dos terrenos que o circundavam ou a distância que o separava de outras comunidades. Em lugar de enumerar a série de elementos e fatores que, de um modo ou outro, poderiam contribuir para tais distinções, parece mais relevante estabelecer comparações que permitam compreendê-las de um modo concreto. Para evitar uma exposição exaustiva, que excederia os limites e objetivos deste tópico, estabelecemos ênfase em dois povoados, que selecionamos levando em conta a distinção de suas trajetórias, e a expressiva disparidade de seus domínios territoriais.

Iniciemos pelo caso da redução de Yapeyú. Desde sua fundação em meados da década de 1620, a criação ganadeira seria uma das marcas da comunidade *yapeyuana*<sup>160</sup>. E a principal razão para isto era sua localização, já que o *pueblo* se situava em área cercada por grandes extensões de campo. Nas décadas seguintes, mesmo após o período das transmigrações, a redução de Yapeyú se manteria a boa distância dos demais povoados, de modo que seus vaqueiros encontrariam poucos obstáculos para expandirem o número de estâncias do povoado. Ao visitar o povoado em 1647, o

---

160 Ainda em 1627, um ano após sua fundação, os missionários registravam que a posse de bois, e a disponibilidade de campos para o pastoreio faziam de Yapeyú uma das reduções mais prósperas do Uruguay (MCA-CPH. Cx. 28. Doc. 22-871).

governador Jacinto Lariz destacava que seus moradores encontravam-se “amparado y defendidos”, e iam “poblando como han poblado en las tierras de este sitio y reduccion, con sementeras y estancia de ganados” (RAGBA, 1870, t. II, p.105).

Ainda que, muito provavelmente, tenham sido concedidos, não dispomos de referências sobre ouvidor Blazquez Valverde sobre os primeiros títulos de terras concedidos a comunidade de Yapeyú. Ainda assim, são claros os indicativos de que suas terras eram devidamente reconhecidas pelas demais comunidades como territórios de uso exclusivo de seus habitantes. Um bom indicativo disto ocorreria naquele mesmo ano de 1657, quando os antigos moradores do Mbororé, que, como referimos em outra parte, haviam se estabelecido na periferia de Yapeyú, optariam por partir em busca de um novo sítio para sua povoação. O local em que aquelas famílias erigiriam seu novo povoado, um posto situado às margens do rio Uruguai, e a algo como duas léguas ao sul do Aguapey, não fora uma escolha baseada apenas em suas preferências. Com efeito, a definição daquele sítio ocorrera a partir de uma doação efetuada pelos *yapeyúanos*, que cederiam parte de suas terras – uma extensão que ia desde o arroio Mbocarí até o rio Aguapey – para a comunidade de La Cruz (LEVINTON, 2005, p. 35). E se houvera a necessidade de que o *pueblo* de Yapeyú desse seu consentimento para aquela fundação, era por que, ao menos até então, aquelas terras eram devidamente reconhecidas como parte de seu território.

Apesar da extensão de terras cedidas a comunidade de La Cruz, tal doação não implicaria em grandes perdas para a criação pastoril dos *yapeyúanos*. Tanto assim, que em setembro daquele mesmo ano, segundo consta na *Memoria para las generaciones venideras, de los indios misioneros del pueblo de Yapeyú*<sup>161</sup> (HERNÁNDEZ, 1913, p. 546), a comunidade daria início a uma nova estância, que, por certo, não seria primeira, e, muito possivelmente, nem a segunda formada pelos moradores daquele povoado. O novo posto ganadeiro seria estabelecido junto as margens do rio Miriñay, a partir de um rebanho de 562 reses<sup>162</sup>. Além de evidenciar a contínua expansão da atividade pecuária da comunidade de Yapeyú, a fundação daquela estância permite um vislumbre sobre a vasta extensão de seus territórios. De fato, se considerarmos a confluência entre os rios Miriñay e Uruguai como o limite sul, e o arroio Mbocari como limite norte, chega-se a conclusão de que as terras pertencentes ao povoado possuíam algo em torno de 20 léguas de extensão (aprox. 110 km). E, tendo em vista que boa parte daquela área era composta por campos entrecortados por

---

161 Este documento, publicado entre os apêndices da obra de Pablo Hernandez, foi encontrado em poder de um cacique Guarani, e traduzido para o espanhol em 1826, pelo então Vigário Geral das missões. Trata-se de um registro cujo conteúdo, ordenado de maneira cronológica, remete a fatos relativos à história do *pueblo* de Yapeyú, e se orienta pela perspectiva dos jesuítas. O ato de guardar tais anotações, como salienta Eduardo Neumann, sugere um cuidado em preservar informações julgadas cruciais para as gerações futuras daquela comunidade (NEUMANN, 2015, p. 157).

162 O posto ficaria ao encargo do “capataz” Alonso Mandaré, cujo nome consta no padrão realizado por Blazquez Valverde em 1657. “Alonso Mandare de quarenta y quatro años casado con Beatriz Mbayeru tiene dos hijos (...)” (AGNA, Sala IX, 18-08-01).

cursos d'água, não há dúvidas de que ainda possuía todas as condições para abrigar outros postos ganadeiros.

A amplitude do território *yapeyuano*, e as condições privilegiadas que aquela comunidade dispunha para formar estâncias ficam mais evidentes quando comparadas as situações de outros povoados no mesmo período, em especial, quando o paralelo é estabelecido com reduções que não dispunham de conjuntura tão cômoda. Dentre estas, o caso da comunidade de San José constitui um exemplo destacado. Como referimos no capítulo anterior, seus moradores estiveram entre as milhares de famílias que haviam transmigrado depois que as ofensivas bandeirantes avançaram sobre a região do Tape. Em fins da década de 1630, a comunidade se assentaria junto ao rio Paraná, há algumas léguas ao sul da redução de Córpus. Naquele posto, a comunidade enfrentaria uma série de dificuldades no transcorrer das décadas seguintes. De fato, enquanto a maioria dos povoados veria sua população crescer, em média, pouco mais de 20% ao longo da década de 1647-1657, San José estaria entre as poucos *pueblos* que registraram queda demográfica ao longo daqueles anos. Dentre as razões para este declínio – que, certamente, envolvera múltiplas causas – parte estaria relacionada a condição do sítio em que a comunidade se assentara, um posto cercado por áreas de relevo acidentado. Se, é bem verdade, aquele não era um problema para que seus moradores promovessem a construção de suas chácaras, por outro, constituía um grande empecilho para a criação de rebanhos. Neste contexto, tudo leva a crer que San José fosse um dos povoados que, segundo registrava a *Relación* de 1650, ainda dependia, “por pobreza y falta de campos”, do gado proveniente da estância comum.

A situação daquela comunidade parece ter chegado a um limite em 1660, quando seus moradores abandonariam sua povoação em busca de um novo sítio para seu assentamento. Com o auxílio dos habitantes de Candelária, as famílias de San José se instalariam junto às margens do rio Pindapoy (FURLONG, 1962 p 155), duas léguas a leste do povoado de San Carlos<sup>163</sup>. A escolha seguiria a mesma estratégia de territorialização empregada pelas comunidades que haviam se transferido em décadas anteriores, ou seja, seus moradores se deslocariam em direção ao sul, e, depois da mudança, estariam mais próximos de áreas de campo. Assim, para utilizar os termos empregados pelo Pe. Andrés de Rada, o povoado deixara as “serranias del Itape” e “fue trasladado a la planície” (C.A. 1659-1662. [2010], p.117)<sup>164</sup>.

A escolha de um sítio próximo ao Pindapoy se mostraria acertada, de sorte que tardara a que

---

163 A proximidade entre os dois *pueblos* não era uma novidade, já que, antes de se transferir para aquela região, a comunidade de San Carlos ocupava um sítio bem próximo as “serranias del Itape”.

164 San Joseph não fora a única povoação a se transferir naquele ano. Também em 1660, o povoado de Santa Ana deixaria o sítio que ocupava nas proximidades do rio Peyurí, e transferiu-se para um posto ao sul de Loreto. “Su emplazamiento fue en un llano alegre sobre una lomita que le permitía ver todos sus alrededores”. (FURLONG, 1962 p. 141).

comunidade de San Joseph passasse a gozar de situação mais cômoda<sup>165</sup>. E, ao que tudo indica, uma das principais razões para isto envolvia as condições do novo posto, e, sobretudo, o acesso de seus moradores a uma área de campo de maiores dimensões do que aquela que contavam nas “serranias do Itape”. Em um Documento datado de abril de 1663, o Pe. Christoval Altamirano, então superior das missões, dava conta de que, para abrigar seus rebanhos, os habitantes de San José haviam escolhido um sítio que distava pouco mais de duas léguas da redução, e se estendia “entre las reducciones de S. Carlos y San Nicolás” (MCA-IV, 1970, p. 33).

Ainda que, aparentemente, as famílias de San Joseph não tenham encontrado maiores dificuldades para formar uma nova estância nas proximidades de seu novo *pueblo*, por certo, seus moradores não puderam escolher qualquer campo para abrigar seus rebanhos. Em 1660, uma malha composta por domínios territoriais comunitários devidamente reconhecidos já havia sido estabelecida sobre parte significativa das terras que se estendiam pela mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai, de modo que a comunidade de San José precisara respeitar um sistema de limites consolidado. Neste contexto, a única opção era estabelecer seus domínios sobre as poucas áreas ainda disponíveis. Como resultado, além de dimensões diminutas, o campo que aquele *pueblo* teria a sua disposição para compor estâncias estaria cercado por domínios pertencentes a outras povoações. Em que pese a ausência de referências precisas, sua extensão pode ser estimada considerando-se a distância que separava os povoados de San Carlos e San Nicolás, que correspondia a algo em torno de 4 léguas (MCA-IV, 1970, p. 336). Supondo que parte daquelas terras era ocupada pelas chácaras dos moradores daquelas reduções, pode-se inferir que a comunidade de San Joseph contaria com, no máximo, três léguas de campo para abrigar seus rebanhos (aprox. 16 km), e isto, se considerarmos que toda àquela área era propícia à criação ganadeira.

Ao traçarmos um paralelo entre as condições e a configuração dos domínios territoriais dos *pueblos* de San José e Yapeyú naquele período, as discrepâncias são evidentes. Enquanto os *yapeyuanos* dispunham de uma área que se estendia por, pelo menos, 20 léguas, e já contavam com duas ou mais estâncias, a comunidade de San José formava, em uma área limitada a não mais que 3 léguas, aquele que, muito provavelmente, era seu primeiro posto ganadeiro com dimensões razoáveis. E estas assimetrias ainda se acentuariam nos anos seguintes. De fato, ainda em fins da década de 1650, ao tempo em que o *pueblo* de San José encontrava-se restrito a um território cercado por terras pertencentes a outros povoados, onde praticamente não haviam margens para expansão, a comunidade de Yapeyú, distante de outras reduções, encontrava poucas barreiras para

---

165 “La transmigración se verificó con indecibles trabajos y molestias, hasta llegar a este lugar definitivo, donde quedó y prosperó, a gran consuelo de sus habitantes, los cuales están aumentándose de día en día (C.A. 1659-1662. [2010], p.117).

ampliar seus domínios<sup>166</sup>.

Em meio aos extremos representados pelos casos de Yapeyú e San Joseph, havia uma série de outras configurações, povoados com maiores e menores extensões, maior ou menor proximidade com outros, maiores ou menores possibilidades de expansão. No entanto, a questão aqui não se resumia a amplitude dos domínios territoriais, ou ao número de estâncias com que contava cada comunidade. Ela dizia respeito as próprias condições socioeconômicas dos *pueblos*. Na medida em que, seja como fonte alimentar, seja por seu emprego como força de tração, o gado havia se tornado um recurso de primeira importância para aquelas comunidades, a extensão de terras com que estas contavam para abrigar seus rebanhos estaria diretamente relacionada aos níveis de sua reprodução material. Em outros termos, a abundância ou a falta de campos atrelava-se as próprias condições de vida em cada povoado.

A estruturação de um sistema de limites territoriais baseado em domínios comunitários cuja configuração era marcada por expressivas assimetrias estabelecia restrições e possibilidades específicas para cada *pueblo*, estimulando a emergência de contrastes entre estes. Assim, não é sem razão que, sobretudo a partir de meados do século XVII, as distinções entre as comunidades tenham acumulado contornos pronunciados, e suas trajetórias, adquirido sentidos cada vez mais singulares.

---

166 Já por aqueles anos, a comunidade de Yapeyú estabelecera as bases de mais uma estância, a primeira localizada na banda oriental, muito provavelmente, junto ao rio Ibicuí (HERNÁNDEZ, 1913, p. 546).

## Capítulo 5. Os múltiplos sentidos da expansão

Depois de mais de duas décadas de reorganização política, econômica e territorial, haviam se estruturado as bases para que, ao longo da segunda metade do século XVII, os *pueblos* que compunham as províncias do Uruguai e Paraná passassem a registrar crescimentos significativos. Na Documentação referente a este período, proliferam as informações e indícios que demonstram, em diferentes sentidos, o contexto de desenvolvimento que emergira entre àquelas comunidades. Além de progressivos aumentos demográficos, seriam frequentes, sobretudo a partir da década de 1660, as referências sobre uma série de expressivos incrementos socioeconômicos. Em distintas perspectivas, as manifestações seriam consonantes, atestando a vitalidade, que, em maior ou menor medida, abarcaria todas aquelas povoações.

Para as dinâmicas territoriais, eixo central do presente estudo, este período também seria, por razões bastante evidentes, caracterizado por avanços importantes. O crescimento populacional implicaria em aumento da demanda por alimentos e outros recursos, fator que desencadeara diferentes processos de expansão. De um lado, ampliaram-se em muito as redes de circulação, resultado do acesso a novas fontes de exploração, e da descoberta de novas matrizes de recursos. Em paralelo, os *pueblos* fariam aumentar seus territórios, dilatando suas áreas de ocupação através de novas apropriações. Em poucas décadas, esta dinâmica precipitaria a emergência de relações de competição por espaço, e concorrência por recursos, o que, não raro, implicaria em desacordos entre as comunidades. Na medida em que se tornavam mais graves, estes temas demandariam a construção de soluções e novos arranjos, que transformariam as relações de domínio territorial, e estimulariam a colonização de novas áreas.



## 5.1 A expansão dos *pueblos*

Ao longo da década de 1660, o crescimento populacional das 20 “reducciones muy florescipientes” (C.A. 1659-1662. [2010], p. 99), que compunham as províncias do Paraná e Uruguai assumiria um novo ritmo. Apesar de uma epidemia de sarampo, que, ainda em 1661, atingira a maior parte das comunidades, seu contingente total avançaria de modo progressivo, ultrapassando, ainda em princípios daquela década, a marca dos 40 mil habitantes.

**Tabela 4: Crescimento populacional dos povoados – 1657 a 1668**

Ano	População total dos 20 povoados
1657	37.474
1660	40.000
1667	43.753
1668	47.088

Parte deste crescimento seria resultado da incorporação de novas famílias aos *pueblos*, fenômeno que, por aqueles anos, se tornaria recorrente. E, na maioria dos casos, é interessante observar, que a chegada de neófitos não se daria a partir de missões realizadas pelos padres, mas por meio de esforços empreendidos por seus próprios moradores. Com efeito, seriam cada vez mais frequentes os episódios envolvendo expedições que, ao estabelecerem contatos com grupos “infiéis”, lograriam, por diferentes meios, integrá-los a seus povoados. Dentre os exemplos que podem ser elencados neste contexto, boa parte se dera após encontros ocorridos em meio a realização de expedições de vigilância. Assim, no ano de 1660, uma destas “correrias”, que havia partido do povoado de La Cruz, retornaria a este junto a mais de uma centena de neófitos, em sua maioria “infiéis”, atraídos após negociações e a oferta de “donecillos” (C.A. 1658-1660, [2010], p. 49). No entanto, tais incorporações nem sempre ocorreriam de modo pacífico. No mesmo período em que seus vizinhos recebiam novos habitantes, chegavam a Yapeyú pouco mais de duas centenas “infiéis” Charruas. Neste caso, contudo, os recém-chegados não seriam atraídos por presentes ou acordos, mas conduzidos como prisioneiros de guerra após enfrentamentos ocorridos na “pampa”. Apesar das diferenças entre estes episódios – e outros tantos poderiam ser mencionados aqui – chama atenção que a postura adotada pelas comunidades manteria um mesmo padrão. Os habitantes dos *pueblos* se mostravam abertos a receberem novos moradores, e mesmo aqueles que chegavam como

inimigos recebiam auxílios para que pudessem se adaptar ao novo contexto<sup>167</sup>. A lógica de “abertura para o outro”, como bem destacou Guillermo Wilde (2009, p.151), seria a tônica da conduta em relação aos recém-chegados, e facilitaria em muito sua integração ao cotidiano dos *pueblos*.

Além dos “infiéis”, as incorporações também ocorreriam a partir da chegada de famílias provenientes de outras reduções, atraídas, ora pelo interesse de se verem livres do regime de *encomiendas*, ora pela possibilidade de dispôr de maior segurança frente as incursões que partiam do planalto de Piratininga. Neste contexto, dois casos constituiriam os exemplos mais significativos. O primeiro se passara entre os anos 1663 e 1664, e envolveria habitantes de uma redução, que, em princípios daquela década, havia sido erigida junto a confluência dos rios Negro e Uruguai. O povoado de San Miguel, fundado por ordem do então governador do Rio da Prata, D. Alonso Mercado y Villacorta, e posto ao encargo do mercedário, Fr. Francisco de Ribas Gavillán, seria composto por mais de 300 moradores de “nación Guarani”, a grande maioria formada por fugitivos provenientes das fazendas de São Vicente. Desde seus princípios, a redução receberia visitas de jesuítas e lideranças dos *pueblos*, fato que se tornaria ainda mais recorrente depois de sua mudança a um novo sítio, localizado algumas léguas ao norte, também sobre as margens do rio Uruguai. Em 1664, interessados e gozar da mesma condição de seus vizinhos, livres da obrigação de servir aos espanhóis, seus habitantes optariam por abandonar a suas terras, transferindo-se para as povoações de San Tomé, La Cruz e Yapeyú<sup>168</sup>. Contudo, o caso mais significativo, e também mais conhecido, ocorreria no Paraná, já em fins daquela década. Depois de um novo ataque bandeirante ter efetuado centenas de apresamentos na região do Itatin<sup>169</sup>, algo em torno de 2 mil habitantes dos povoados de San Ignacio, Caaguazu e Nsa Señora de Taré, migrariam ainda em fins de 1668 em direção ao sul, para se instalarem nas proximidades de San Ignacio Guazú. Com grandes contribuições dos moradores daquele *pueblo*, que, além de auxiliarem no traslado, cederiam parte de suas terras e rebanhos, os recém-chegados formariam dois novos povoados na região, Santiago e N. Sra de Fée (Santa Maria de Fé) (C. A. 1669-1672, 1994 [1927], pp. 29-31).

---

167 Mesmo os “Charrua”, que haviam chegado como prisioneiros a Yapeyú, receberiam tratamento amistoso de seus moradores. Nas palavras do Pe. Andrés de Rada: “después de haberlos agasajado mucho, enviaron dos a su tierra, para invitar los demás a venir, y realmente comparecieron algunos”. Idem, p.85.

168 Em uma carta endereçada ao governador a 28 de maio de 1664, o Fr. Ribas Gavillán dava conta do despovoamento da redução. Segundo este, as próprias lideranças do povoado haviam lhe explicitado as razões de sua mudança: “lo que nos muebe es qie quisiermos estar y vivir juntos con los de Yapeyu, libres como ellos de servir a los espanoles solamente en cabeza de el Rey, esto es lo que nos muebe” (AGNA, Sala IX, 6-9-3).

169 “Esta tierra del Itati es muy fragosa y por esto se llama Itaati que quiere dezir piedras con puntas por los muchos pedregales que ay en ella, todos estos Itatines son de buen natural, y no difieren de los demás guaranis, sino que tienen mas trato y policia de quantos Guaranis avernos visto hasta agora, y también en la lengua tienen alguna diferencia de los demás Guaranis aunque poca acercándose algo al lenguaje Tupi, de suerte que algunos dicen que non son verdaderos Guaranis ni Tupis tampoco, sino que es una nación entremedia entre los Guaranis y Tupis que llaman Temiminos.” (MCA-II, 1952, p.30).

No entanto, ainda que a incorporação de famílias de diferentes proveniências tenha sido uma constante ao longo de toda aquela década, é preciso enfatizar que esta não fora a principal razão para a expansão demográfica daquelas comunidades. Em um estudo centrado na dinâmica populacional dos *pueblos* ao longo da segunda metade do século XVII, Ernesto Maeder (1989) destacou – em contraposição a uma leitura corrente até então – que aqueles aumentos seriam, antes de tudo, resultado de crescimento vegetativo. De fato, a análise dos dados populacionais evidência que a reprodução interna constituía elemento central para tal expansão, e apesar de serem poucas as referências sobre as taxas de natalidade deste período, todas parecem apontar neste mesmo sentido. Um exemplo são os registros presentes na *Ânua* de 1668, que, além de uma referência a população total das duas províncias, pouco mais de 47 mil habitantes, mencionava que, somente naquele ano, o número de nascimentos (3.330) havia superado o de óbitos (2.000) em 1330 registros (C. A. 1668, 1994 [1927], p.15).

Para sustentar uma população que crescia ano a ano, a produção de recursos precisaria passar por ampliações constantes. Assim, não é acaso que a década de 1660 também tenha sido marcada por incrementos substanciais para a economia agropastoril dos *pueblos*, e, em consequência, por forte expansão nas margens de ocupação das comunidades. Um dos primeiros sintomas deste processo envolvera o aumento das áreas destinadas a produção agrícola. Por óbvio, a medida em que as comunidades cresciam, era imprescindível que as margens ocupadas pelos roçados de seus moradores fossem ampliadas. Muito embora este tema raramente conste de modo claro em meio as fontes do período, alguns indícios destas dinâmicas se tornariam visíveis ainda em princípios da década de 1660. Já naqueles anos, haviam povoados que, pela proximidade em relação a comunidades vizinhas, enfrentavam dificuldades para fazerem avançar suas áreas de plantio. Como vimos em capítulo anterior, esta era a situação das povoações de Santos Mártires e Santa Maria, que, ao menos desde 1661, possuíam chácaras “entreveradas las unas con las otras”, (MCA-IV, 1970, p.200).

A escassez de menções claras sobre o tema pode ser contornada a partir de referências indiretas. Neste sentido, algumas passagens que tratam de adaptações realizadas pelos jesuítas durante aqueles anos fornecem indícios interessantes. Em 1661, um padre superior propunha que, nos meses em que as comunidades se dedicavam aos trabalhos agrícolas, a atuação evangelizadora deveria se concentrar aos sábados. A razão para isto envolvia a constatação de que, durante aqueles períodos, as cerimônias realizadas em dias de semana reuniam poucos congregantes, sobretudo nos povoados, que “tenian mas lejos las chacaras del pueblo” (MCA-IV, 1970, p.185). Uma recomendação semelhante seria destacada alguns anos mais tarde, pelo então visitador, Pe. Andrés de Rada. Em 1664, numa das cartas em que dera a conhecer suas muitas instruções, o visitador fazia referência ao “tiempo de carpiciones”, sugerindo que, ao longo daqueles meses, “solamente se

obligara a todos a que viniere a la Doctrina los Domingos por la mañana (...)”<sup>170</sup>. Estas referências refletem uma realidade que se tornava comum a muitas povoações, e exigia cada vez mais atenção dos padres. Com o crescimento demográfico, e a conseqüente expansão das áreas de plantio, a disponibilidade de terras aptas a produção agrícola nas proximidades dos povoados tendia a diminuir. Deste modo, para que fosse possível compor novas chácaras, as famílias precisariam recorrer a áreas cada vez mais afastadas de seus *pueblos*. Esta situação, como indicam aqueles registros, passaria a afetar a frequência com que moradores de diferentes povoados compareciam a “doutrina” durante o “tiempo de carpiciones”. Isto, pois, tendo em vista as distâncias de suas chácaras, muitas famílias acabavam impossibilitadas de retornarem diariamente às reduções, e, assim, também de participarem da maior parte das atividades religiosas promovidas durante tais períodos. Destarte, a preocupação dos jesuítas em concentrar as atividades catequéticas em dias específicos ao longo daqueles meses revela o quão corriqueira havia se tornado aquela situação, e, ainda que de um modo indireto, constitui bom indício da dinâmica de crescimento das áreas de roçado naquele período.

Por aqueles anos, é importante ressaltar, além dos plantios familiares, a grande maioria, se não todos os *pueblos*, já contavam com áreas de roçado cultivadas em regime comunitário, os chamados *Tupambaé*, que, muito provavelmente, também cresciam em paralelo ao avanço demográfico daqueles povoados. Sua primeira função era amparar enfermos, órfãos e outros necessitados, que, por razões diversas, encontravam-se incapazes de manter seus próprios plantios. Com o tempo, e o crescimento das tarefas relacionados ao bem-estar comunitário, seus proventos também passariam a atender aqueles que cumpriam encargos atrelados aos *pueblos*. Além de contar com os gêneros usualmente semeados nas *cóg*, outro cultivo, que, já neste período, ocupava parcela importante nos *Tupambaé* era o algodão (BARCELLOS, 2000, p. 318), que servia a produção de tecidos, umas das muitas tarefas executadas pelas mulheres nas reduções.

Além da ampliação da produção de recursos agrícolas, o crescimento populacional também implicaria na necessidade de aumento de rebanhos e estâncias. Para isto, o acesso a uma nova fonte ganadeira, que se tornaria alvo de exploração ainda em princípios da década de 1660, teria importância crucial. Antes de abordá-lo, é preciso destacar que este tema parece constituir uma lacuna, mesmo entre as investigações que deram ênfase a economia ganadeira para o desenvolvimento dos *pueblos*. Com efeito, são poucos os estudos que abordaram esta que fora a primeira “vaqueria” explorada de modo consistente por aquelas comunidades. Uma possível explicação para isto envolve o fato de que os escritos jesuítas não tratam com detalhe do assunto,

---

170 Biblioteca Nacional de España. Cartas de los PP. Generales y Provinciales de la Compañía de Jesús a los misioneros jesuitas del Paraguay, Uruguay y Paraná [Manuscritos], t. I, s.XVIII. Localização: Mss/6976. Carta del Pe. Visitador, y Vice Prov. Andres de Rada de 13 de abril de 1664, p. 35.

de modo que é preciso recorrer a outras fontes de informação para que se possa examiná-lo com maior clareza. O caso envolve um dos muitos serviços prestados por moradores daqueles povoados em cidades da província do Rio da Prata. Em meados de 1658, trabalhadores de diferentes *pueblos* do Uruguai e Paraná haviam se deslocado até Santa Fé em atenção a uma solicitação enviada por seus *cabildantes*. Naquele período, os *santafecinos* estavam as voltas com a mudança de sua povoação, cujo sítio sofria, periodicamente, com as cheias do rio Paraná. As dificuldades envolvidas no traslado, que já se arrastava desde princípios daquela década, seriam a principal causa para a demora em sua concretização. Ao que tudo indica, este também foi o motivo para que seus moradores decidissem apelar por auxílio. Com o reforço dos trabalhadores indígenas, a mudança, por certo, ganhara um novo ritmo, e seria concluída em 1660. Se este episódio, apesar de pouco mencionado, é relativamente conhecido, o mesmo não se pode afirmar sobre as negociações que envolveram sua concretização, e é justamente este o aspecto que importa destacar. Para isto, o exame de algumas das *Actas* do Cabildo de Santa Fé fornecem pistas interessantes. Em sessão de 4 de abril de 1657, o alcaide, Ignacio Arias Montiel, enfatizava a necessidade de providências quanto a “mudanza de la ciudad”, que, novamente, padecia com as cheias do rio Paraná<sup>171</sup>. Diante disto, propunha “escribir al gobernador y al obispo en demanda de ayuda de indios”, e mencionava de forma expressa os habitantes dos povoados onde atuavam os “padres de la compañía”. Ao que tudo indica, foi nesta oportunidade que os *cabildantes* decidiram por solicitar o auxílio de trabalhadores indígenas, e, também, quando definiram a contrapartida que seria ofertada a estes pela paga de seus serviços. Em troca do auxílio, os *santafecinos* concederiam licenças para que os moradores dos *pueblos* pudessem realizar “vaquerias” nos campos que se estendiam na parte sul da mesopotâmia<sup>172</sup>.

Para as comunidades do Uruguai e Paraná, aquela seria a oportunidade para a exploração de um grande *stock* ganadeiro, que, em meio ao contexto de aumento demográfico, atenderia uma demanda de primeira importância<sup>173</sup>. Em que pese não dispormos de maiores informações sobre o teor das licenças cedidas pelo cabildo de Santa Fé, o certo é que, ao menos desde princípios da década de 1660, tornara-se comum que grupos de vaqueiros de diferentes povoados realizassem expedições em busca do gado selvagem que se multiplicava por aqueles campos. Para isto, as tropas precisariam vencer distâncias que, a depender da localização dos *pueblos*, podiam oscilar entre 30 até mais de 70 léguas (aproximadamente 350 km e 800 km, respectivamente). As primeiras menções mais consistentes sobre estas operações envolveriam, por óbvio, as comunidades do

---

171 Acta del Cabildo de Santa Fe, 4 de abril de 1657. Disponível em: [https://www.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/1045-4\\_de\\_Abril\\_de\\_1657](https://www.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/1045-4_de_Abril_de_1657) (acesso em 11/08/2020).

172 Região que hoje corresponde, basicamente, a província argentina de Entre Rios.

173 Ainda em meados da década 1620, Hernandarias estimava em 100 mil reses o total de animais que povoavam aquela pampa (CONI, 1930, p.273).

Uruguai mais próximas daqueles campos. No entanto, é preciso sublinhar um aspecto sobre os Documentos que mencionam estas expedições. Como apontamos, as fontes jesuíticas não atribuem grande destaque ao tema. Assim, ainda que façam referências a realização de “vaquerias”<sup>174</sup> por aqueles anos, tais escritos, em geral, não fornecem maiores informações sobre a localização dos campos onde estas operações eram executadas. À vista disso, para que se possa vislumbrar qual era destino daquelas tropas, é preciso recorrer a outros indícios. Neste sentido, um ponto revelador surge a partir das constantes referências a contatos estabelecidos entre os vaqueiros que se lançavam naquelas expedições, e grupos “infiéis”, que, nas fontes, seriam classificados, ora como “Charruas”, ora como “Yaros”. Ainda que não se possa determinar quaisquer limites precisos quando se tratam dos territórios por onde costumavam circular aquelas populações, sabe-se, a partir de pesquisas de autores como Diego Bracco, que havia uma importante identificação entre estas e as pampas que se estendiam pelo sul da mesopotâmia (BRACCO, 2004, p.88). Deste modo, sempre que se mencionam expedições que estabeleciam contatos com estes grupos, tem-se um bom indicador de que seu destino eram aquelas campanhas. Dentre os episódios que se relacionam a este contexto, um deles vinculava-se aos enfrentamentos que resultariam na chegada de 250 “infiéles” prisioneiros ao povoado de Yapeyú, caso a que fizemos referência pouco acima. De acordo com o Pe. Andrés de Rada, a ofensiva que levava aos apresamentos era uma resposta a um ataque sofrido por 40 vaqueiros *Yapeyúanos*, que, meses antes, haviam sido surpreendidos por uma emboscada promovida por “Charruas” enquanto se deslocavam “para rodear animales” em “dilatados campos” (C.A. 1659-1662. [2010], p. 134). No mesmo período, outro episódio, que, a primeira vista, não teria nenhuma relação com este tema, também aponta neste sentido, a emergência de uma epidemia de sarampo, que, como já mencionamos, atingira a maior parte dos povoados em 1661. Segundo descobrira-se meses depois, os contágios haviam chegado aos *pueblos* através de um grupo de vaqueiros do povoado de San Thomé, que, enquanto retornava com cavalos de uma tropa que havia realizado rodeios pela “pampa”, tivera contato com grupos “inficionados de la peste” (MCA-IV, 1970, p.203). Neste caso, além da menção a interação com os “infiéles”, outro indício de que o destino da expedição eram os campos que, na mesopotâmia, se estendiam ao sul do rio Miriñay, é a referência de que, em seu retorno, os vaqueiros *tomístas* haviam passado pelos povoados de Yapeyú e La Cruz, onde fariam transmitir os contágios<sup>175</sup>.

---

174 “Esta palabra es un neologismo del castellano rioplatense del siglo XVII, cuyo campo semántico fue ampliándose con el correr del XVIII, y cuya complejidad de significados corre pareja con la diversidad que fueron adoptando las formas de explotación ganadera en el Litoral. En origen se usaba indistintamente para designar el espacio físico donde se asientan grandes rebaños de ganado vacuno salvaje, y también la acción de “vaquear”, o ir hasta una reserva de animales salvajes y extraer ejemplares para darle alguna forma de aprovechamiento.” (VÀZQUEZ, 2007, p. 23)

175 Sobre este episódio, ainda chama atenção o tempo que levava até que os padres que atuavam em San Thomé tomassem conhecimento sobre o caso. Somente depois de oito dias da chegada daqueles vaqueiros é que os missionários tomariam conhecimento de sua situação (MCA-IV, 1970, p.204).

Em meados da década de 1660, a julgar pelas recomendações do Pe. Andrés de Rada, as *vaquerias* constituíam operações recorrentes para diferentes comunidades. Em outra das instruções que, em 1664, prescrevera após suas primeiras visitas aos *pueblos*, o jesuíta recomendava que os missionários buscassem, a todo custo, evitar que as expedições fossem realizadas antes de que houvessem passado “*todos Santos y dias de Difuntos*”. A intenção, ao que tudo indica, era a de assegurar que as *vaquerias* ocorressem somente durante os meses de verão, tendo em vista “*los graves inconvenientes que de lo contrario se originan*”<sup>176</sup>. Do que se depreende das palavras do visitador – que estenderia a mesma determinação para a produção ervateira – ao menos duas conclusões parecem possíveis. A primeira é a de que, ao menos para alguns povoados, tais expedições constituíam, já naquele período, práticas habituais, que eram realizadas anualmente<sup>177</sup>. A segunda, derivada da anterior, diz respeito a importância crescente daquelas empreitadas para a economia ganadeira dos *pueblos*. De fato, a frequência regular de tais expedições era um sintoma de que sua relevância havia se tornado fundamental para a reprodução daquelas comunidades.

Diante da recorrência das expedições, não tardaria para que as *vaquerias* se convertessem em operações bem estruturadas. Destarte, as comunidades formariam suas próprias tropas, que, reunindo algumas dezenas de vaqueiros experientes, seriam capazes de conduzir milhares de reses a cada jornada. Como bem destacou María Inés Vázquez, estas operações abarcavam dois procedimentos distintos e complementares (VÁZQUEZ, 2007, p. 26). O primeiro era a captura do gado selvagem através dos chamados rodeios, e o segundo, a condução destes rebanhos até as estâncias. Para estas tarefas, que exigiam diferentes técnicas e habilidades, e o uso de cavalos era indispensável. A cada expedição, as tropas partiam junto a algumas centenas de animais de montaria, que, ao que tudo indica, eram conduzidos por vaqueiros que se dedicavam especificamente a esta tarefa.

Com a formação de tropas bem organizadas, e a frequência daquelas expedições, os rebanhos dos *pueblos* cresceriam de forma substancial ao longo daqueles anos. E este incremento progressivo logo passaria a repercutir nas dinâmicas de territorialização das comunidades. O efeito mais visível deste processo seria o aumento nas dimensões e no número de estâncias. Além de terem de abrigar quantidades crescentes de vacunos, as comunidades também passariam a compor

---

176 Carta do Padre Visitador y Vice Provincial Andres de Rada para os Superiores de 13 de abril de 1664. In: *Cartas de los Generales y Provinciales de la Compañía de Jesús sobre las Misiones del Paraguay, 16 de julio de 1623 a 19 de septiembre de 1754*. Biblioteca Nacional - Madrid, Mss. 6976, pp.32-33.

177 Já em princípios do século XVIII, este tema seria alvo de reclamações por parte dos moradores de Santa Fé e Corrientes, que se mostravam insatisfeitos com a exploração realizada por vaqueiros dos *pueblos* nos campos que pertenciam às jurisdições daquelas cidades. Diante disto, os jesuítas produziram informes, que, em boa medida buscavam minimizar tais denúncias. Ainda assim, seus testemunhos permitem destacar a longa duração daquelas operações, e sugerem que, já na década de 1660, não eram apenas moradores de povoados do Uruguay que vaqueavam por aqueles campos. Em um dos depoimentos, o Pe. Venceslao Christman afirmaria ter ouvido do Pe. Francisco Ximenez de Araya, que, por volta de 1668, os vaqueiros de San Ignacio Mini teriam conduzido algo em torno de mil reses de “*dhas baquerias de entre los dos rios*” (MCA-IV, 1970, p. 354).

seus próprios rebanhos de cavalos, formado estâncias dedicadas exclusivamente a criação de equinos. Em dezembro de 1667, o Pe. Andres de Rada, já na posição de provincial do Paraguai, destacava esta expansão, e ainda pontuava algumas de suas implicações:

Mucho ha ido creciendo el número de las estancias de ganado, con notable daño de los pobres índios, en especial de los muchachos, por criarse montaraces y faltos de Doctrina dexo los que se an muerto sin sacramentos assi adultos, como niños con ocasion de estar tan apartados del pueblo (...)<sup>178</sup>

Ao enfatizar a multiplicação das estâncias, a passagem chama atenção para as dificuldades que esta expansão impunha a atuação missional dos jesuítas. Como o cuidado dos rebanhos dependia de capatazes, que, juntos de suas famílias, viviam fora de seus povodos de modo permanente, era inevitável que sua condição "espiritual" se distanciasse em muito do ideal projetado pelos padres. Desde esta perspectiva, parece impossível não estabelecer um paralelo entre este contexto e o que se passava com a ampliação de chácaras e roçados. A formação de novas estâncias, assim como o aumento das áreas destinadas a produção agrícola, implicavam em dificuldades a atuação catequética dos padres, e, em ambos os casos, estes embaraços se relacionavam ao tempo que capatazes e agricultores passavam fora dos *pueblos*. Nas duas situações, também era evidente que havia pouco que os jesuítas pudessem fazer para alterar aquela realidade. Para sustentar uma dinâmica de crescimento demográfico, a produção de recursos precisava passar por incrementos progressivos, e, em uma economia de forte base agrária, isto não poderia ocorrer sem que houvesse avanços nas margens de ocupação dos *pueblos*. Deste modo, era cada vez mais claro que a expansão territorial não seguia um curso controlado pelos jesuítas. Seu ritmo era, antes de tudo, orientado pelos interesses e necessidades das próprias comunidades.

## 5.2 Primeiros pleitos, a terra litigada

Com a expansão territorial das comunidades, um problema latente se tornaria cada vez mais visível. Sempre que os moradores de um povoado faziam avançar suas margens de ocupação, as distâncias em relação às terras de outros *pueblos* diminuían. Assim, enquanto a demanda territorial crescia, sua disponibilidade na mesopotâmia reduzia gradativamente, e logo se tornara nítido que

---

178 Carta Comun de su R<sup>a</sup> del Pe. Provincial para todos do PP. de estas reducciones del Parana y Uruguay. Su fecha 19 de diciembre de 1667. In: *Cartas de los Generales y Provinciales de la Compañía de Jesús sobre las Misiones del Paraguay, 16 de julio de 1623 a 19 de septiembre de 1754*. Biblioteca Nacional - Madrid, Mss. 6976, p. 49.



era questão de tempo para que esta dinâmica ocasionasse disputas entre as povoações. Ao que tudo indica, foi na tentativa de evitar que esta situação implicasse em conflitos, que, ainda em meados da década de 1660, os jesuítas passaram a conceder títulos de terras para as comunidades<sup>179</sup>. No entanto, se a estratégia era mesmo esta, sua efetividade seria restrita. Em verdade, nem todos os esforços seriam suficientes para obstar a eclosão de contendas envolvendo os limites territoriais dos *pueblos*.

Para a resolução destes conflitos, o primeiro caminho, tudo leva a crer, passava pelas tentativas de composição entre as partes. Dado o clima de boa convivência, que, em geral, regia as relações entre aquelas comunidades, parece bem provável que a maior parcela destas divergências tenham sido resolvidas através de negociações e ajustes estabelecidos por seus moradores. Contudo, dado que nem sempre as tentativas de acordo chegavam a bom termo – e estes casos se tornariam cada vez mais comuns – seria preciso adotar outras estratégias para dirimir estes desacordos. A solução encontrada contava, por certo, com forte influência dos jesuítas, e diferia pouco dos procedimentos que eram adotados em outros contextos da América hispânica para a resolução de contendas desta natureza. Seriam instaurados processos judiciais, que, seguindo o modelo do direito castelhano, tinham por objetivo averiguar os direitos de posse que competiam a cada *pueblo*<sup>180</sup>.

Para as décadas de 1660 e 1670, foi possível localizar referências a quatro litígios envolvendo diferentes comunidades do Uruguai e Paraná. Em todos estes casos, entretanto, dispomos apenas de alguns fragmentos em meio ao conjunto de registros que envolveram tais processos. Estas limitações, por óbvio, impedem que acompanhem seus desdobramentos em maior detalhe. Ainda assim, é possível, através deles, traçar algumas considerações sobre o caráter e o contexto que envolvera estas disputas. Para fins de exposição, trataremos de modo sucinto – e não poderia ser diferente, haja vista os limites imposto pelas fontes –, sobre cada um deles, e, a partir deste conjunto, pontuaremos algumas observações sobre estes processos.

Dentre as contendas que surgiram naqueles anos, as disputas que envolveram os povoados

---

179 O povoado de San Xavier estaria entre os primeiros a receber títulos concedidos por padres superiores. Depois de sofrerem ataques de “infieis” em suas chácaras e na estância que mantinham na “otra banda” do Uruguay, os *xavieristas* seriam forçados a abandonar a região. Diante disto, estabeleceriam uma pequena estância na mesopotâmia, e, ainda em 1663, receberiam do Pe. Christoval Altamirano, um título referente a esta. (MCA-IV, 1970, p.33)

180 Em toda a América hispânica, e desde o primeiro século da “conquista”, os litígios de terras constituíram matéria constante em meio à multitude de processos que correram nas diferentes esferas da justiça colonial. E muitos destes casos envolveriam territórios pertencentes a comunidades indígenas. Na vasta bibliografia produzida sobre o tema, multiplicam as referências a litigantes indígenas, que, ora de forma direta, ora por meio de representantes, recorreram às instâncias jurídicas coloniais para demandar direitos sobre seus territórios. Suas queixas abrangiam denúncias de intrusões, reclamações relativas à definição de “linderos”, protestos que mencionavam direitos ao acesso a cursos d’água e outros recursos, etc. E apesar de a imensa maioria dos pleitos ter envolvido disputas frente a proprietários espanhóis, não seriam totalmente incomuns os litígios que emergiram a partir de desacordos nascidos em meio à “República de Indios”. Dentre as referências pioneiras nesta temática, destacam-se os trabalhos de americanistas como Woodrow Borah (BORAH, Woodrow. W. *El juzgado General de Indios en la Nueva España*. México, Fondo de Cultura Económica, Primera edición en español, 1985), e Steve Stern (STERN, Steve, *Los pueblos indígenas del Perú y el desafío de la conquista española*, Madrid, Alianza, 1986).

de La Cruz e Yapeyú estariam entre as primeiras a implicarem na emergência de litígios. O desacordo entre estas comunidades, que se estenderia por várias décadas, iniciara poucos anos depois de os *Yapeyúanos* terem cedido parte das terras de que dispunham para abrigar as famílias provenientes do Mbororé. O principal motivo seria a expansão dos *crucistas*, que, ainda em princípios da década de 1660, passariam a conduzir rebanhos, e estabelecer roçados na “otra banda” do Uruguai. As novas ocupações não seriam bem recebidas pelos moradores de Yapeyú, que se viam prejudicados pelo avanço de seus vizinhos. Em 23 de fevereiro de 1663, caberia ao visitador, Pe. Andrés de Rada, a tarefa de emitir uma sentença sobre aquele conflito:

Vistas las razones de ambas partes y consultado las a muchos padres: determino lo siguiente, para que se quiten quiebras de caridad, y aiga buena correspondencia entre las dos reducciones que en las lo mas que estan enfrente de la Assumpcion de la otra vanda del Uruguai, no aren los de la dicha Doctrina para sus sementeras, ni passen ganado alguno para repartar en ellas, por el daño que de aquello se sigue a la Estancia del Yapeyú, y señalo por terminos de dicha estância, toda la tierra, que esta entre el Ybicuiti, y el Uruguai arriba hasta el Itaqui, con el Caá ãmba, que esta entre estes terminos, en los quales solo los del Yapeyú tengan sus ganados de Yeguas, y vacas (...) La liberalidad con que los del Yapeyú an dado sus tierras, y ganado maiores y menores sin interes alguno desacomodandose para acomodar a los de la Assumpcion pide no les inquieten en lo que tiene de la otra vanda del Uruguai (...) (AGNA, Sala IX, 6-9-4).

A decisão favorecia o povoado de Yapeyú, e se baseava no entendimento de que as terras que se estendiam entre os rios Ybicuiti e Itaqui, na “otra banda del Uruguai”, eram reconhecidas como posses daquele povoado mesmo antes da chegada de seus vizinhos na região. Assim, apesar de algumas concessões, a sentença impunha restrições a comunidade de La Cruz, que, a partir de então, não poderia formar estâncias ou cultivar novas chácaras na banda oriental. Esta determinação, contudo, não teria efetividade por muito tempo. De fato, nos anos seguintes, o mesmo Pe. Andrés de Rada suspenderia sua primeira decisão, restituindo aos habitantes de La Cruz o direito de conduzirem rebanhos e construírem roçados na banda oriental. Ao que parece, a mudança se devia a um novo entendimento, o de que parte das terras reclamadas no litígio jamais haviam sido domínios dos *yapeyúanos*, e que sua ocupação era fruto de “conquistas” realizadas em conjunto pelas duas comunidades<sup>181</sup>.

Se o litígio entre os povoados de Yapeyú e La Cruz seria uma mostra de que a expansão territorial das comunidades geraria disputas ainda em meados de 1660, seria na década seguinte, quando os contingentes dos *pueblos* do Uruguai e Paraná já superavam a marca dos 50 mil habitantes, que estes processos se tornariam mais frequentes. Dentre os casos ocorridos durante a década de 1670, um deles emergira a partir de um desacordo entre as comunidades de Santa Ana e San Nicolás. Para este processo, à semelhança do anterior, contamos somente com parte da sentença

181 Em um documento relacionado a este litígio, intitulado *Instrumentos del primer derecho que tiene La Cruz a las tierras de la estancia*, consta a menção de que o Pe. Andres de Rada havia restituído àquele povoado os direitos para que seus moradores pudessem reestabelecer sua estância na banda oriental. Alguns anos depois, o Pe. Francisco Ricardo também confirmaria esta decisão. (MCA-CPH. Cx. 23. Doc. 53-719).

do litígio, que, em 1674, seria proferida por uma espécie de colegiado formado pelos padres Alonso Gutierrez, Ignacio de Faria e Thomas Baeza. Através desta, é possível constatar que a disputa envolvia as terras que “llaman del Quyindi”, uma área que, em 1656, havia sido reservada ao povoado de Santa Ana para a formação de sua primeira estância. Ainda naquele ano, por sugestão do Pe. Ignacio Aquiliano, alguns de seus moradores levantariam uma cruz “en señal de posesion” do território, mas, como a comunidade ainda não dispunha de rebanhos expressivos, não pudera ocupá-lo de modo efetivo. Este projeto, ao que parece, só seria retomado na década de 1670, quando, enfim, seus habitantes contavam com animais suficientes para povoar aqueles campos. O que não sabiam era que, em anos anteriores, os moradores de San Nicolás, cuja estância era “continua” ao “Quyindi”, haviam feito passar parte de seus rebanhos para aquelas terras. Tal avanço não era fortuito, já que o campo em questão estava dentro dos limites assinalados nos títulos concedidos aos *nicolaístas* pelo ouvidor Blazquez Valverde. Com o impasse, o conflito seria levado aos padres superiores, que, em 1674, proferiram sua sentença. Nesta, defendiam a tese de que, apesar de o título outorgado pelo ouvidor ter beneficiado a povoação de San Nicolás, cabia aos moradores de Santa Ana o “derecho legítimo de dichas tierras”, já que sua posse era anterior àquela concessão. Para justificarem tal decisão, que, na prática, tornaria nula parte da concessão efetuada por Blazquez Valverde, os juízes do litígio se valeriam das palavras do próprio ouvidor:

Pero esto no perjudica al derecho que tiene a dichas tierras La Doctrina de S. Anna, y lo cautela el dicho Oydor en el despacho de los titulos a que me refiero, en que dice, que por ellos en nombre de su Mag. haze donacion a la Doctrina de S. Nicolas de las tierras que actualmente posee, *como no sea en perjuizio de otra persona que mejor derecho tenga*, estas condiciones faltaron en las tierras del Quyindi (...) (AGNA, Sala IX, 6-9-3).

As contendas em torno dos limites das estâncias não seriam as únicas a motivarem disputas territoriais por aqueles anos. Com efeito, a expansão das áreas de plantio, consequência direta do aumento populacional, seria foco de, ao menos, dois pleitos ocorridos naqueles anos. Do primeiro, que, em 1676, envolvera os povoados de San Miguel e Santos Mártires<sup>182</sup>, contamos apenas com as referências mencionadas por Guillermo Furlong. Apesar de não oferecer maiores informações sobre o contexto, ou sobre as fontes daquele processo, seu relato permite inferir que a disputa ocorreria em razão da grande proximidade entre as áreas de roçados utilizadas pelos moradores de ambos os povoados. De acordo com Furlong, quatro padres seriam designados para decidir o pleito, e, depois de ouvirem as partes envolvidas, e examinarem “mapas y títulos de propiedad”, emitiriam sua sentença. Esta, ao que parece, seria concedida em favor da comunidade de San Miguel, mas contava com um arranjo que permitiria “a un indio de Mártires gozar de por vida una chacra que caía dentro del territorio de San Miguel” (FURLONG, 1962, p. 377).

---

182 Cabe lembrar que aquele não era o primeiro limite que se impunha aos roçados dos moradores do povoado de Mártires. Ainda em princípios da década anterior, como vimos, parte de suas chácaras já confinavam com áreas cultivadas pelos habitantes do *pueblo* de Santa Maria.

No ano seguinte, um novo conflito, também relacionado a terras agrícolas, envolveria os povoados de San Ignacio Mini e Loreto. As disputas se centrariam sobre uma área localizada junto ao Iabebiri, rio que servia como uma espécie de limite para os territórios daquelas comunidades. Para este caso, dispomos de parte das defesas realizadas pelos padres Pedro Ximenes, pároco do povoado de San Ignacio, e Jeronimo Delfin, missionário que atuava em Loreto. A julgar pelas informações deste último, a contenda não era nova, e havia se iniciado ainda antes do litígio que envolvera os povoados de La Cruz e Yapeyú. Em suas palavras:

“(..) el año de 58 quisieron tomar tambien esta tierra (siendo cura el P. Salazar y su compañero el Pe. Thomas de Baeza) señalaron se jueces q viesen los titulos y diesen a cada [...] lo que era suyo los jueces fueron Pe. Andres Gallego y Pe. Pedro Orduña y estos juntos con el Pe. Silverio Pastor Superior q era entonces dieron la sentencia q vera VR. Y dicen ser toda la vanda del Iabebiri de Loreto como la tuvieron desde el principio de su fundacion sin esceptuar nada (...)” (AGNA, Sala IX, 7-1-2).

Além desta primeira decisão, o padre Delfin também pontuaria outros dois argumentos para defender os direitos de posse da comunidade de Loreto. O primeiro era o de que as terras em questão eram reconhecidas como posses exclusivas do povoado “desde el año de 35”, período em que seus moradores se assentaram junto ao Iabebiri. Ademais, Jeronimo Delfin ainda defendia que, de acordo com o título outorgado por Blazquez Valverde, todas as vertentes que formavam aquele rio pertenciam aos *lauretanos*. Por outro lado, como pároco de San Ignacio, coube ao Pe. Pedro Ximenes a tarefa de atuar como procurador daquela comunidade. Em sua resposta, datada de 17 de outubro de 1677, o jesuíta exporia uma série de críticas ao seu companheiro de missão, a quem atribuía a culpa pela emergência do conflito. Segundo Ximenes, as terras questionadas no litígio nunca haviam sido utilizadas pelos *lauretanos*, e eram, há mais de duas décadas, ocupadas por uma moradora de Santo Inácio, que mantinha ali os seus roçados. Esta “gran labradora”, ainda de acordo com o padre Ximenes, havia estabelecido suas chácaras com a anuência da comunidade de Loreto, e fora somente depois da chegada do Pe. Delfin àquela povoação, que as disputas haviam se iniciado. Para o pároco de San Ignacio, era daquele jesuíta, “tan pleitista y desasosegado”, a culpa pela emergência do litígio, já que “solo el sin q sus yndios se lo pidan mueve todos estos pleitos”. Além de criticar a conduta do pároco de Loreto, Pedro Ximenes ainda enfatizaria as tensões geradas por sua atuação. Segundo este, a comunidade de San Ignacio mostrava-se decidida a se opôr a qualquer mudança: “que por defender sus tierras los de mi pueblo (visto el empeño del Pe. Delfin en querer les arrancar sus sembrados) estan arresgados a padecer la muerte en manos de los Lauretanos” (AGNA, Sala IX, 6-9-4). Infelizmente, a falta de outras referências sobre este litígio nos impede de tirar maiores conclusões sobre seus desdobramentos, e também sobre a decisão que seria tomada ao fim do processo.

Em que pese contarmos com apenas uma parcela do conjunto de Documentos, que, muito possivelmente, compuseram tais litígios, estas referências parecem suficientes para que

estabelecamos algumas considerações sobre estes processos. E o primeiro aspecto que cumpre destacar é a relação direta e bastante evidente entre a emergência destes pleitos e o contexto de expansão territorial que os *pueblos* vivenciavam naquele período. Com efeito, na maioria dos casos, os desacordos nasciam quando as comunidades avançavam ou projetavam avançar suas margens de ocupação, ora com a ampliação de suas chácaras, ora com a fundação de novas estâncias. E a razão para isto parece clara. Uma vez que, sobretudo na mesopotâmia, grande parte dos espaços já haviam sido apropriados por algum povoado, sempre que uma comunidade expandia ou buscava expandir suas áreas de ocupação, cresciam os riscos de que avançassem sobre as terras de *pueblos* vizinhos. Neste sentido, ao passo em que refletiam as dinâmicas de crescimento territorial, os pleitos também fornecem uma imagem das repercussões deste processo. As distâncias que separavam as áreas de ocupação daquelas comunidades haviam diminuído significativamente, e, por consequência, era cada vez mais difícil localizar áreas disponíveis para comportar novos avanços.

A emergência destes pleitos, por outro lado, evidencia a estruturação de uma instância apropriada para a resolução de divergências em torno dos direitos de exclusividade territorial dos *pueblos*. Em boa medida, como já mencionamos, este modelo seguia as determinações previstas pela legislação de Índias, que, ainda em meados do século XVI, prescrevia que todas as contendas envolvendo os direitos territoriais, inclusive àqueles relativos às terras pertencentes a comunidades indígenas, deveriam ser resolvidas por meio de litígios, seguindo, portanto, as lógicas do direito castelhano. Contudo, também é evidente que os casos em questão possuíam suas próprias especificidades. A principal delas dizia respeito à participação central dos jesuítas, que atuavam em diferentes etapas dos processos. Por um lado, e, neste ponto, não haviam grandes diferenças em relação a outros contextos, os párocos desempenhavam funções de procuradores dos *pueblos*, reunindo títulos, informações e argumentos em defesa dos direitos de posse das comunidades onde atuavam. De outro, e é neste aspecto que se destaca a singularidade daqueles casos, os jesuítas formariam pequenos colegiados, que detinham a prerrogativa de conduzir os processos, e aplicar sentenças diante de cada situação concreta. Esta configuração, que se consolidaria nas décadas seguintes, constituía, ao que tudo indica, um caso singular para todo o continente. Com efeito, se a participação de comunidades indígenas em pleitos territoriais era, naquele período, bastante comum em diferentes áreas da América hispânica – e isto valia tanto para as ditas “áreas centrais”, quanto para regiões de “fronteira” – em todos estes contextos, a condução dos processos e a definição das sentenças cabiam a autoridades coloniais (vice-reis, governadores, corregedores, alcaides, etc.), ou, sobretudo, aos magistrados que atuavam nas Reais Audiências. De fato, ao menos durante o século XVII, não havia, na legislação de Índias, qualquer amparo que autorizasse os jesuítas a julgarem contendas daquela natureza.

A constatação da singularidade daquela configuração traz consigo outras indagações. Afinal,

por que este modelo era, ali, diferente do que se observava em outros contextos? Responder a esta questão é tarefa difícil, tanto mais pelo silêncio das fontes sobre o tema. Com efeito, seria somente em meados do século XVIII, quando a Companhia enfrentava uma torrente de acusações sobre sua atuação missional na América, que este tema passaria a constar entre os assuntos tratados nos escritos jesuíticos. E isto, pois a atuação dos padres naqueles processos tornara-se um dos tópicos destacados pelos críticos da ordem, que o utilizavam como exemplo para ilustrar o pretense poder “soberano” que os padres exerciam na região<sup>183</sup>. Para contrapor tais acusações, jesuítas como o Pe. José Cardiel argumentariam que tal arranjo constituía uma solução prática, estabelecida com o objetivo de evitar os gastos que envolveriam o encaminhamento de processos a Real Audiência de Charcas, tribunal localizado a mais de 600 léguas de distância dos *pueblos*<sup>184</sup>. Se, parece certo, os custos e o tempo que levariam tais viagens, parecem constituir elementos bastante plausíveis para explicar tal arranjo, estes, seguramente, não foram os únicos, e, tampouco, os fatores mais relevantes a contribuírem para aquela configuração. Nada impedia, por exemplo, que os litígios fossem encaminhados aos governadores das províncias do Rio da Prata ou do Paraguai, que dispunham de todas as prerrogativas para sentenciar disputas daquela natureza. Se isto não ocorreu, parece lógico cogitar que era porque não havia, nem entre as lideranças daquelas comunidades, nem entre os jesuítas, o interesse de que as autoridades coloniais se envolvessem naquelas contendas. Em boa medida, portanto, aquele arranjo refletia a intenção de que os conflitos fossem resolvidos internamente, sem intromissões externas. Isto só seria possível, segundo compreendemos, pela condição política particular de que gozavam aqueles *pueblos*, e pela fragilidade dos poderes coloniais sobre aqueles territórios. De fato, tudo leva a crer que tal arranjo não teria sido possível se as comunidades não contassem com relativa autonomia sobre suas terras.

Estes elementos, contudo, não explicam como os jesuítas adquiriram legitimidade para julgarem aqueles processos. Considerando que os padres não estavam em posição de impor suas

---

183 Na primeira parte da obra *Reyno Jesuítico del Paraguay por siglo y medio negado y oculto, hoy demostrado y descubierto*, Bernardo Ybáñez Echevarri, ao defender a tese de que a Companhia de Jesus havia estabelecido um estado soberano no Paraguai, incluiria entre seus argumentos, referências ao *modus operandi* adotado pelos jesuítas para solucionar tais litígios. Após citar algumas das diretrizes de padres superiores relacionadas àqueles processos, Ybáñez questionava: “pues, ahora, quien en cumplimiento de su oficio, y por quererlo así, puede (...) levantar Tribunales, Audiencias, Chancillerias, y Consejos Supremos, donde se sentencien definitivamente pleytos sobre terminos, tierras, y haciendas de un dilatado País, reservandose para sí las apelaciones de agravio en el caso de notoria injusticia, no se declara en el hecho mismo Soberano de tal País?” (ECHEVÁRRI, 1770, t. IV, part. I, art. II).

184 Este argumento foi utilizado pelo Pe. José Cardiel, que, em sua *Breve Relación*, ao tratar sobre as “diferencias y pleitos” que ocorriam entre os *pueblos*, afirmava: “Los más ordinarios son sobre límites de tierras: porque aunque hay títulos de ellas, dados y firmados de los Gobernadores en nombre del Rey, suelen con el tiempo mudarse los nombres de ríos ó cerros, etc., linderos de las tierras, de que se siguen dudas v diferencias. Los indios comprometen en lo que dijeren los Padres, sin acudir á la Audiencia de Chuquisaca, 600 leguas distante, como hacen los españoles con tantos gastos. Sucede en una ciudad que dos hombres de razón tienen su diferencia ó pleito sobre tierras, casa, ú otro interés. Para evitar reyertas y gastos, se conciertan en ir á un ciudadano inteligente v de mucha equidad, prometiendo estar á lo que él dijere, esto nadie puede condenar, sino alabar. Esto es lo que hacen los indios con los Padres”. (Apud. HERNANDEZ, 1913, t. II, p. 578).

decisões, nem dispunham de acesso a um poder coercitivo capaz de tornar obrigatório o cumprimento de suas sentenças, parece razoável concluir que sua posição como juízes dos litígios só poderia ser autorizada se contasse com aprovação interna. Em outros termos, era o reconhecimento das comunidades, em especial, de suas lideranças, que garantiria a legitimidade de suas decisões. Neste contexto, em que pese a ausência de indicativos claros, é possível conjecturar alguns fatores, que, muito provavelmente, contribuiriam para este arranjo. Um deles envolvia as relações de aliança construídas ao longo de mais de cinco décadas de convívio. De fato, é inegável que os jesuítas gozavam de confiança e prestígio entre as comunidades, condição que lhes garantia posição de autoridade em meio às lideranças e famílias que compunham os *pueblos*. Outro aspecto significativo que parece ter contribuído para tal arranjo diz respeito a posição singular que os padres ocupavam em meio àquele contexto. Este ponto foi destacado pelo jesuíta Domingo Muriel, último provincial da Província Jesuítica do Paraguai, em *Rudimentas Juris Naturae et Gentium* (Elementos de Derecho Natural y de Gentes), obra publicada em 1791<sup>185</sup>, que faria referências específicas sobre as relações de posse nas reduções. No tratado, dentre outros aspectos, Muriel abordara a atuação dos jesuítas como juízes dos litígios. Sobre esta, enfatizaria que a Companhia não dispunha de direitos sobre aquelas terras, razão pela qual os padres “ni eran partes en los pleitos, ni eran sospechados de parcialidad” (MORELLI, 1911, p.142). Com efeito, tendo em vista que, sem soluções arbitradas, tais conflitos poderiam se agravar, e era do interesse de todos evitarem maiores acirramentos, não parece estranho que as comunidades tenham reconhecido nos jesuítas, autoridade para emitir pareceres sobre tais contendas, pois, além de gozarem de prestígio e confiança, os padres não constituíam parte interessada nos processos.

Passando da forma para o conteúdo dos litígios, parece claro, quando atentamos aos argumentos empregados em meio a estes, que a posse anterior constituía o principal critério para determinar os direitos de posse que cabiam a cada comunidade. Daí porque a antiguidade dos vínculos entre *pueblos* e territórios constituíam temas centrais nos processos. De um lado, os párocos buscavam comprovar as relações pretéritas entre suas comunidades e as áreas litigadas, de outro, os juízes faziam questão de demonstrar que suas sentenças tomavam a anterioridade do vínculo como principal critério para as decisões. Neste sentido, pode-se afirmar, em consonância com as reflexões de autores como Norberto Levinton, que tais processos se amparavam no direito natural, e no direito positivo. De fato, a teologia política de base neotomista – que reconhecia a propriedade como um direito natural – constituía, como bem se sabe, uma das bases da legislação indiana. Na prática, isto implicaria no reconhecimento, por parte da coroa, de que as comunidades

---

185 A primeira versão deste tratado foi dada a conhecer em Veneza, sob o pseudônimo de Ciríaco Morelli, expediente empregado como forma de contornar as dificuldades enfrentadas pelos jesuítas para publicarem suas obras em fins do século XVIII. Sobre o tema, ver: OLIVERO, Sandra F. “Domingo Muriel”, em Real Academia de la Historia, *Diccionario Biográfico electrónico*. Disponível em: <http://dbe.rah.es/biografias/20701/domingo-muriel>.

indígenas possuíam direito sobre suas terras, noção que seria expressa em diferentes cédulas e provisões reais<sup>186</sup>. De todo modo, é importante sublinhar que apesar de alheio às lógicas nativas, aquele não era um código de difícil entendimento, nem representava uma ruptura total com o passado daquelas comunidades. Para compreender aquelas lógicas não era preciso conhecer os preceitos do direito natural, ou dominar as bases jurídicas que compunham a legislação indiana. De fato, tudo leva a crer que os indígenas não só tinham uma ideia clara de quais eram os critérios que norteavam aquelas disputas, como também reconheciam tais parâmetros como legítimos.

Ainda nesta perspectiva, é importante destacar que a atuação dos párocos como procuradores em meio aquelas disputas não deve conduzir a ideia de que tais processos corriam sem o conhecimento e a participação das comunidades. Sobre este ponto, as referências que envolvem o litígio que se estabelecera entre os povoados de Loreto e San Ignacio Mini fornecem algumas pistas elucidativas. Dentre as críticas que o Pe. Pedro Ximenes dirigira ao pároco de Loreto, estava a de que este movia pleitos “sin que los indios se lo pidan”. Apesar de não contarmos com informações capazes de precisar em que medida esta era uma crítica justificada, o modo como fora mencionada indica que aquela era uma conduta condenável. Em outros termos, a norma era que os padres não deveriam iniciar pleitos por iniciativa própria, mas sim, com base nas queixas que lhes eram apresentadas pelas comunidades. Além deste, outro aspecto referido pelo Pe. Pedro Ximenes também aponta neste sentido, pois, a julgar por suas palavras, os moradores de San Ignacio não só estavam cientes de que aquela disputa estava em curso, como demonstravam grande preocupação em relação ao seu desfecho.

Ao concluirmos este tópico, não parece exagero afirmar que a emergência dos litígios consolidaria, entre aquelas comunidades, uma espécie de sentido jurídico para as relações de domínio territorial comunitário. Ainda que a concessão dos primeiros títulos tenha constituído um passo importante nesta direção, seria nestas contendas que tomaria corpo a ideia de posse como um direito, que podia ser reclamado em uma alçada específica, e com base em um código devidamente reconhecido. Em suma, havia se estruturado uma instância a que as comunidades sabiam que podiam apelar sempre que julgassem que seus direitos de exclusividade eram desrespeitados por outros *pueblos*.

---

186 Veja-se, por exemplo, a cédula real de D. Felipe II, de 19 de fevereiro de 1560, incorporada a *Recopilación de leyes de los Reynos de las Indias* (Livro IV, Título 3, Lei X) nos seguintes termos: “Que de los indios reducidos no se quiten las tierras que antes hubieren tenido. Con mas voluntad, y prontitud se reducirán á poblaciones los indios, si no se les quitan las tierras y granger tas, que tuvieren en los sitios que dejaren: Mandamos, que en esto no se haga novedad, y se les conserven como las hubieren tenido antes, para .que las cutiven, y traten de su aprovechamiento” (PAREDES, 1681, t. II, p. 199).



### 5.3 Os caminhos do mar

Dentre as muitas razões que contribuíram para o aumento no número de litígios ao longo da década de 1670, a realização de vaquerias nas campanhas que, ao sul do Miriñay, se estendiam entre os rios Paraná e Uruguai teria importância destacada. Em que pese já houvessem expirado as licenças concedidas pelos *cabildantes* de Santa Fé, o número e o porte das expedições que, anualmente, se lançavam em direção àqueles campos só faria aumentar<sup>187</sup>, fator que implicaria na necessidade de aumento das estâncias. Em pouco tempo, contudo, aquelas campanhas não seriam mais o único destino das tropas de vaqueiros que partiam dos *pueblos*. Isto, pois ainda naquele período, a “descoberta” de vastos rebanhos na costa de Maldonado, região que, pouco mais tarde, ficaria conhecida como a “vaqueria del mar”, passaria a atrair as atenções e interesses daquelas comunidades.

Este tema, como bem se sabe, foi investigado por diferentes pesquisadores, que partiram de múltiplos enfoques. E não sem razão, já que levariam poucos anos para que os milhões de reses que vagavam por aquelas campanhas passassem a constituir a principal fonte para a economia ganadeira daqueles povoados, condição que perduraria por ao menos cinco décadas. Contudo, apesar das distintas abordagens, pode-se afirmar que a maior parte destes estudos concentrou suas análises sobre um conjunto específico de referências. De modo geral, as fontes utilizadas por estas investigações são compostas por Documentos posteriores à época das primeiras expedições, e a maior parte é datada da primeira metade do século XVIII (PORTO, 1954; BRUXEL, 1961; FURLONG, 1962; CARBONELL DE MASY, 1989). Há, também para isto, um motivo evidente. Ao longo das décadas de 1710 e 1720, a emergência de disputas em torno dos direitos sobre aqueles rebanhos levaria a produção de um grande volume de registros. Com o objetivo de defender a legitimidade das comunidades do Uruguai e Paraná de realizarem suas vaquerias naquelas campanhas, os jesuítas encaminhariam informes e depoimentos, que, dentre outros aspectos,

---

187 Ao longo da década de 1670, os *cabildantes santafecinos* demonstrariam, por mais de uma vez, sua contrariedade em relação às contínuas incursões realizadas por tropas de vaqueiros indígenas nos campos da mesopotâmia. Em 12 de fevereiro de 1675, quando o então procurador de Santa Fé, Don Roque de Mendieta y Zarate, externara preocupações com a diminuição dos rebanhos de “ganado cimarrón” nas campanhas que se estendiam na “otra banda” do rio Paraná, e propusera que as vaquerias na região fossem proibidas por alguns anos, faria questão de enfatizar que a medida deveria ser estendida aos vaqueiros “guaraníes” das “provincias del Uruguay”. Alguns anos mais tarde, em meados de 1679, o tema retornaria as reuniões do cabildo, desta vez em tom mais grave. O motivo era uma denúncia que dava conta de que cinco ou seis tropas provenientes de *pueblos* do Uruguay e Paraná realizavam, sem licença, vaquerias na “otra banda” do Paraná. Acta del Cabildo de Santa Fé, 12 de Fevereiro de 1675. Disponível em: [https://www.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/1388-12\\_de\\_Febrero\\_de\\_1675](https://www.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/1388-12_de_Febrero_de_1675) (acesso em 11/08/2019). Acta del Cabildo de Santa Fé, 24 de abril de 1679. Disponível em [https://www.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/6884-24\\_de\\_Abril\\_de\\_1679](https://www.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/6884-24_de_Abril_de_1679) (acesso em 11/08/2019)

abordavam questões relativas a origem daqueles rebanhos, as circunstâncias que envolveram sua descoberta e o contexto nos quais ocorreram as primeiras expedições realizadas com destino a região. Em boa medida, como se poderia supôr, estes registros apresentam informações relativamente semelhantes. Eram consonantes em apontar que a “origem” da *vaqueria del mar* era resultado da multiplicação dos animais, que, na década de 1630, haviam sido abandonados por ocasião das ofensivas bandeirantes. Além disto, em que pese algumas distinções, todos parecem concordar que a descoberta de sua existência ocorrera em princípios dos anos de 1670, e que fora na segunda metade daquela década, que se iniciaram as expedições em direção àqueles campos. Ao mesmo tempo, nota-se, em todos os depoimentos, a intenção dos jesuítas em enfatizar que tudo fora feito com o conhecimento e aval dos governadores da época, que as vaquerias só se iniciaram com autorização dos padres superiores, e que esta, só foi concedida quando não havia mais dúvidas de que tais rebanhos eram fruto da reprodução dos animais deixados por ocasião da transmigração dos povoados da banda oriental<sup>188</sup>.

Em lugar de retomar a análise de Documentos já bem conhecidos, julgamos mais apropriado destacar outras referências, que, salvo algumas exceções, receberam pouca atenção por parte dos investigadores que se dedicaram ao tema. Referimo-nos, aqui, as fontes coetâneas, Documentos produzidos durante a segunda metade século XVII. Apesar de não contarem com a mesma profusão de detalhes e informações, estes escritos permitem ressaltar outras perspectivas sobre questões que envolveram a “descoberta” e o estabelecimento de formas de acesso aos campos da “vaqueria del mar”. Neste contexto, a primeira referência significativa que importa mencionar sugere que a existência de rebanhos na costa atlântica era conhecida ao menos desde fins dos anos de 1660. Em meados daquela década, começaram a correr rumores de que os paulistas projetavam um ataque

---

188 Em meio à série de depoimentos produzidos naquele contexto, três parecem constituir as principais fontes para as investigações realizadas neste âmbito. O primeiro é o testemunho do Pe. Leandro Salinas, datado de 1715. Segundo este, por volta do ano 1676, grupos “Guenoas”, costumavam, em troca de “yerba e tabaco”, trazer gado aos povoados de La Cruz e Yapeyu. Até então, sua origem era desconhecida, mas logo chegara-se a conclusão de que “eran de las baquerias del mar por medio de un Pe. llamado Xacinto Marquez”, que teria realizado “una espia al Mar” em 1667, “y buelto dijo avia hallado mucho ganado manso”. No mesmo depoimento, o padre Salinas ainda asseverava que as primeiras vaquerias realizadas na região ocorreriam por volta de 1679, quando o Pe. Cristóval Altamirano – depois de “consulta de los Pe. antiguos no dudaban ser procedidas de las q los Guaranies dexaron en sus reducciones antiguas” –, deu licença “para q los Pueblos probassen fortuna, y sacassen bacas de las Baquerias del Mar” (AGNA, Sala IX, 6-9-5). Também relacionado às mesmas querelas, o depoimento do Pe. Bartholomé Navarro, de 1716, é outra fonte bastante referida naquelas investigações. Nele, o missionário afirmaria que as “baquerias del mar” haviam se iniciado entre os anos de 1677 e 1678, e pontuava que os vaqueiros dos povoados de Concepción e San Miguel estariam entre os primeiros a realizarem incursões à região. A semelhança do que referira o Pe. Salinas, Navarro também destacava que as expedições só se iniciaram depois da autorização do Pe. Cristóval Altamirano (MCA-V, 1954, p. 170). Alguns anos mais tarde, por ocasião de novas discussões em torno dos direitos sobre aqueles rebanhos, outros depoimentos agregariam informações sobre o tema. Um deles, concedido pelo Pe. Policarpo Duffo, em 1722, mencionava que a descoberta dos rebanhos seria o resultado de uma “correduria”, realizada por volta dos anos de 1669 e 1670, por um tenente de cavalos de Buenos Aires, que, em seu retorno, afirmava ter avistado “gran multitud de vacas cimarronas” nas proximidades do Ayuy (ou Yeyui), rio que desembocava no mar. Esta notícia, ainda segundo o Pe. Duffo, teria sido repassada ao então governador do Rio da Prata, D. José Martínez de Salazar, que informaria o Pe. Cristóbal Altamirano sobre a existência dos rebanhos (MCA-V, 1954, p. 191).

sobre os povoados do Uruguai. Em 1669, a situação ganharia contornos mais graves, quando, em circunstâncias pouco claras, três ou quatro “mestiços” provenientes do planalto de Piratininga foram conduzidos até o povoado de San Thomé. Tão logo chegaram à povoação, e os forasteiros seriam interrogados por algumas de suas lideranças. A partir de seus depoimentos, chegara-se a conclusão de que os paulistas já tinham um plano bem definido para conduzir sua investida. Os “maloqueros” desembarcariam na “laguna de los patos”, seguiriam através do rio “Ygay” (atual Jacuí), e, a partir deste, tomariam direção rumo aos *pueblos*. As notícias criariam preocupações, e logo seriam transmitidas ao governador do Rio da Prata através de um informe, em cuja transcrição constavam nomes de lideranças como D. Christobal Capiy, corregedor do povoado, D. Mathias Marangua, D. Marcos Tabie, D. Luis Choque, D. Francisco Quiriquiri, e D. Rodrigo Arasai<sup>189</sup>. No Documento, datado de outubro daquele ano, o tom adotado buscava transmitir a necessidade de medidas urgentes para conter a ameaça. Assim, enfatizava-se que, além de já terem traçado uma rota “mas breve y de menos embarasos”<sup>190</sup> para sua ofensiva, os paulistas não necessitariam de grandes recursos para empreendê-la. Isto, pois, ainda de acordo com as lideranças de San Thomé, os “maloqueros” poderiam contar com as “muchas bacas”, que, de acordo com o que se afirmava, ocupavam a região. Apesar dos muitos rumores, tais ameaças, ao cabo, não se confirmariam. No entanto, o episódio deixaria um registro bastante indicativo de que, já naqueles anos, as notícias sobre a existência de gado no litoral eram correntes, ainda que, muito possivelmente, sua localização e amplitude não fossem conhecidas com maior precisão.

Nos escritos jesuíticos deste período, não constam, ao menos entre os Documentos a que tivemos acesso, referências diretas a “vaqueria del mar”. Por outro lado, se tornariam recorrentes as menções a indígenas de uma “nación” fortemente identificada com as campanhas da banda oriental, e, em especial, com os campos que se estendem junto a costa atlântica. Por aqueles anos, as fontes descreveriam diferentes episódios envolvendo interações entre habitantes de povoados do Uruguai e grupos indígenas que, de modo genérico, seriam denominados pelos jesuítas como “Guenoas” ou “Guanoas”. Parte destes encontros ocorriam em meio a expedições de vigilância, que, desde meados da década de 1660, percorriam distâncias cada vez mais expressivas em direção a costa. Neste contexto, as entradas mais significativas seriam realizadas por habitantes de Yapeyú, que, por aqueles anos, emprenderiam ao menos duas “correrias” que haviam alcançado a região das nascentes do rio Negro, territórios que, como sublinhou Diego Bracco, “todo autoriza a considerar guenoa” (BRACCO, 2004, p. 88). No entanto, estas expedições não seriam o principal estímulo para que tais interações se tornassem mais comuns ao longo daquele período. Ao que tudo indica,

---

189 Estas lideranças, muito possivelmente, constituíam parte do cabildo de San Thomé por aqueles anos.

190 “Todo lo referido dijo el dho Bentura Dias y lo confirmaron Salvador Nuno y Antonio de Acosta companeros suios y de los mesmos Portugueses y el ultimo mestiso tambien como el primero e hijo de ellos” (MCA-IV, 1970, p. 345).

fora a expansão ganadeira dos povoados de San Thomé, La Cruz e Yapeyú a principal razão para a maior frequência daqueles contatos. Naqueles anos, fins da década de 1660, estes *pueblos* já haviam formado estâncias na banda oriental, o que tornara constante a circulação de peões e capatazes naqueles campos, e, em consequência, suas interações com “parcialidades” “guenoas”. E a maior parte destes encontros, é importante destacar, não era resultado de acasos, mas fruto de relações baseadas em práticas de intercâmbio. Com efeito, ao menos desde fins da década de 1660, era usual que vaqueiros “Guenoa” – que, por aquele período, já dominavam as habilidades equestres – se dirigissem até as estâncias da banda oriental conduzindo pequenos rebanhos, que trocavam por produtos como tabaco e erva-mate (BRACCO, 2004, p. 88). E a origem destes animais, tudo indica, era o “ganado cimarrón”, que, mais tarde, passaria a ser conhecido como a “vaqueria del mar”. Neste contexto, ainda que não se possa afirmar de modo categórico, há, sem dúvidas, muitas razões para se acreditar que fora a partir das interações com os “Guenoas”, que chegaram até os *pueblos* as primeiras notícias sobre as “muchas vacas” que vagavam pela costa atlântica.

Durante a primeira metade da década de 1670, o então provincial, Pe. Cristóval Gomes, faria referência a uma série de episódios envolvendo interações com aquelas “parcialidades”. Por aqueles anos, além das relações de intercâmbio, ficariam evidentes os esforços orientados com o objetivo de incorporar estas populações aos *pueblos*. Neste âmbito, a atuação de lideranças do Uruguai teria importante destaque, em especial, as do povoado de San Thomé, que estariam a frente de diferentes entradas e negociações realizadas com este intuito<sup>191</sup>. Dentre os casos narrados na Ânuia de 1672-75, um tivera tratamento singular. O episódio envolvera a chegada de um grupo formado por “muchos caziques” daquela “nación”, que “se acercaron a armar sus esteras (que son sus casas portatiles)” não muito longe do povoado de Yapeyú (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 23-906). A aproximação daria início a uma série de tratativas, e, depois de solicitarem “tierras para fundar pueblo”, os “infielos” receberiam, da comunidade de San Thomé, a oferta de uma de suas estâncias, que contava com 9 mil reses, e dispunha de todas as comodidades para a construção de um povoado. As negociações iniciariam de modo promissor, mas, segundo o provincial, enfrentariam a resistência de alguns “hechizeros”, que, dias depois, seriam responsáveis pela fuga da maior parte daquelas famílias. O fracasso não diminuiria a determinação dos *tomistas*, e, pouco tempo mais tarde, seria formada-se uma comitiva que, sob a liderança do “capitan Arazay” – “el caudillo de todos, y el que capitaneava las correrias” –, partiria com o intuito de localizar os “infiéis”. A expedição, ainda de acordo com o Pe. Gomes, percorrera mais de 150 léguas (aproximadamente 825 km), e, depois de uma série de

---

191 Dentre as muitas razões que explicam o protagonismo das lideranças indígenas nestas negociações, há que citar as próprias limitações no contingente de missionários que atuavam em meio aos *pueblos* naquele período. Na Ânuia relativa ao triênio de 1669-1672, o provincial, Pe. Agustín de Aragona, sublinhava que dos 42 padres que atuavam naqueles povoados, a grande maioria tinha idade avançada, e alguns mostravam-se “casi imposibilitados para los sagrados ministerios” (C. A. 1669-1672, 1994 [1927], p.33).

diligências, estabelecera contato com um grupo “Guenoa”. Apesar de terem tratado “familiarmente” com estes, os resultados da incursão, ao menos a primeira vista, não saíram exatamente como o planejado, já que apenas um daqueles “infiéis” aceitara integrar-se ao povoado de San Thomé. No entanto, a julgar pelas distâncias referidas pelo provincial, e pelos territórios em que aquelas populações costumavam circular<sup>192</sup>, presume-se que a expedição havia ultrapassado o rio Negro, e chegara até os campos da costa atlântica. Assim, é bem provável que seus partícipes tenham circulado pela região, e retornado ao povoado inteirados a cerca da amplitude dos rebanhos que se multiplicavam naqueles pampas<sup>193</sup>. Se esta foi a primeira vez em que habitantes daqueles povoados estiveram em meio àqueles campos, não se pode saber. De todo modo, o que este episódio permite afirmar é que, por aquele período, além de boa ideia sobre a amplitude e a localização daqueles rebanhos, moradores de povoados como San Thomé conheciam os caminhos, e, mais importante, dispunham dos meios necessários para alcançar a “vaqueria del mar”.

Até aqui, a Documentação a que fizemos referência parece sugerir que, ainda em princípios da década de 1670, os moradores dos *pueblos* mais austrais do Uruguai, além de informações sobre os rebanhos que se espalhavam pela costa, também conheciam os trajetos que lhes permitiam acessar a região. E muito disso, aparentemente, devia-se as relações que haviam estabelecido com as parcialidades “Guenoa”. No entanto, outros registros parecem atestar que os vaqueiros de povoados como San Thomé, La Cruz e Yapeyú não seriam os únicos, que, por aqueles anos, dispunham de meios e vias para alcançar a “vaqueria del mar”. Neste contexto, cabe ressaltar um Documento específico, produzido algumas décadas mais tarde. Em meio a um litígio iniciado por volta de 1698 – episódio a que retornaremos no capítulo seguinte –, o Pe. Francisco de Avendaño faria referência a Lorenzo Abayebi, vaqueiro experiente, que, durante a década de 1670, habitava o povoado de Concepción<sup>194</sup>. Ao enfatizar sua destreza e conhecimento, o jesuíta atribuiria a Abayebi um feito significativo. Fora ele, segundo o padre Avendaño, “quien abrio ese camino para la

---

192 Na década seguinte, em sua obra dedicada aos *Insignes Misioneros del Paraguay* (1687) (escrito que retomaremos em um próximo capítulo) o Pe Francisco Jarque, incluiria uma espécie de descrição sobre as terras pelas quais o “Guanoas” costumavam se movimentar: “La nación de los Indios llamados Guanoas, son los gentiles mas inmediatos à las reducciones, pobladas sobre el rio Uruguay: discurren por las tierras que ay entre el dicho rio, y las Costas del mar del Norte, entre el cabo de Santa Catalina, y rio de la Plata. El temple de tierra frio, muy destemplado, por los vientos tormentosos, que mayor parte del año reynan (...) Es por la mayor parte llano el suelo, y sin arboles, como las tierras frias: ay muchos rios, lagunas, y anegadizos, que sirven de aguadas a las muchas vacas, y cavallos, que se han multiplicado en campos tan estendidos, por centenares de leguas, y cubiertos siempre de crescidos pastos para todo genero de animales (JARQUE, 1687, Cap. XXIII).

193 Ao que parece, as tratativas estabelecidas por aqueles anos teriam algum sucesso, já que, no padrão realizado entre os anos de 1676 e 1677 por D. Diego Ibañez de Faria, fiscal da Real Audiência de Guatemala, constam registros sobre a presença de moradores “Guenoas” em povoados como La Cruz e San Thomé. Sobre este último, chama atenção a referência a Don Juan Mbarugua, cacique de “nación guenoa”, e liderança de uma “parsialidad” que reunia algo em torno de 10 famílias (AGNA, Sala IX, 18-8-1).

194 O nome de Lorenzo Abareby consta no padrão realizado por D. Diego Ibanez de Faria entre os anos de 1676-1677. Segundo os registros, o vaqueiro tinha 31 anos, era casado com “Catalina”, e pai de 4 filhos, “Justino de meses, y três hijas, Maria, Dorotea y Veronica”. (AGNA, Sala IX, 18-8-1).

vaqueria, la primera vez ahora treinta años” (MCA-V, 1954 p. 112, 113). Através do mesmo Documento, e de outros que envolveram este mesmo processo, pode-se inferir que o trajeto em questão era o mesmo que, mais tarde, ficaria conhecido como “camino de la sierra”, ou “camino real de las vaquerias”, rota que corria pela banda oriental, e levava à “vaqueria del mar”. Esta via, cujo percurso superava as 150 léguas, estaria, em grande medida, vinculada ao “caminho das carretas”, uma vez que a única separação efetiva entre ambas era o rio Uruguai. Seu percurso se iniciava junto a margem direita daquele rio, ao sul de sua confluência com o Ijuí, seguia em direção a sudeste, contornando as nascentes do rio Piratini, e, a partir de então, tomava rumo em direção ao sul, cruzando a serra do Tape entre os rios Ibicuí e Jacuí, e as nascentes do rio Negro, para, finalmente, alcançar as campanhas da vaqueria. Apesar da imprecisão da referência, pode-se estimar que seu trajeto teria sido estabelecido entre fins dos anos de 1660, e a primeira metade da década seguinte. Isto indica que, já naquele período, os vaqueiros de Concepción (e, muito provavelmente, também os de povoados como San Miguel, San Nicolás, Apósteles, Santa Maria e San Xavier) contavam com uma rota que, pela banda oriental, lhes permitia acessar e conduzir rebanhos desde a “vaqueria del mar”.

Ao cotejarmos estas referências, é possível afirmar que ainda na primeira metade da década de 1670, poucos anos após a “descoberta” dos grandes rebanhos que vagavam pela costa atlântica, duas rotas que permitiam acesso aqueles campos já haviam sido consolidadas, e ambas, tudo leva a crer, eram resultados de esforços e iniciativas capitaneadas por lideranças e vaqueiros indígenas. Através destas vias, a maior parte, se não todas, as comunidades do Uruguai teriam acesso aos extensos rebanhos que espriavam por aquelas campanhas. Destarte, ainda que os campos da mesopotâmia seguissem, por aqueles anos, recebendo tropas de peões provenientes de diferentes comunidades, parece razoável concluir que, ainda na segunda metade da década de 1670, a “vaqueria del mar” assumiria o papel de principal fonte ganadeira para aqueles *pueblos*. Apesar de terem que vencer maiores distâncias, as vantagens de que dispunham naquelas campanhas compensavam todos os esforços. Além da maior amplitude dos rebanhos, e da ausência de povoamentos coloniais na região, os vaqueiros também contariam com o auxílio dos “Guenoas”, que, interessados em intercambiar produtos, não se furtavam, ao menos por aqueles anos, em colaborar com as tropas que realizavam seus rodeios na região.

Ao tempo em que a “vaqueria del mar” se consolidava como a principal fonte de rebanhos para as comunidades do Uruguai, as dinâmicas de circulação que envolviam a economia ganadeira daqueles *pueblos* passariam por uma importante reorientação. A partir da segunda metade da década de 1670, quando, ao que tudo indica, a exploração daquele *stock* já era frequente, os caminhos que levavam àqueles campos se tornariam fundamentais para o próprio sustento daquelas comunidades. Deste modo, a presença de tropas na “otra banda” tornara-se constante, e a região ganharia cada vez

mais relevância para as povoações do Uruguai. Em outros termos, enquanto crescia a importância da “vaqueria del mar” para a reprodução daqueles *pueblos*, os interesses e objetivos de seus moradores estariam, cada vez mais, voltados em direção a banda oriental.

#### 5.4 A expansão ervateira

Enquanto a economia ganadeira dos *pueblos* passava por aumentos expressivos, o comércio ervateiro também registraria crescimento ao longo da segunda metade do século XVII. Esta curva ascendente, que abarcaria o mercado da “yerba del Paraguai” como um todo, teria relação direta com o crescimento da demanda pelo produto, que tornara-se item de consumo cotidiano em diferentes províncias. Neste contexto, a consolidação de redes comerciais, que conectavam o Paraguai e o Rio da Prata, às províncias de Tucumán, Chile, e ao eixo Lima-Potosí, permitiriam o escoamento de grandes montantes, e, já nos princípios da década de 1660, aquele comércio movimentava volumes próximos as 20 mil arrobas anuais (GARAVAGLIA, 1983, p. 70). Em 1672, uma década depois de suas viagens por aquelas províncias, o francês, Acarete du Biscay, registraria suas impressões sobre o mercado ervateiro, que, em suas palavras, constituía:

(...) un gran negocio en todas las Indias Occidentales. esto obliga a los comerciantes de Chile y del Perú a mantener correspondencia con los del Paraguai, porque sin essa yerba (con la cual preparan una bebida refrescante, con agua y azucar, que debe beberse tibia) los habitantes del Peru, salvages y otros, especialmente los que trabajan en las minas, no podrian subsistir, porque el suelo esta lleno de vetas minerales y los vapores que se desprenden los sufocarian y nada sino este brebaje puede resteurarlos, ya que los hace revivir y los devuelve a su antigo vigor (DU BISCAY, 1943, p. 17).

A passagem resume bem o contexto de expansão da demanda pelo produto que marcara aquelas décadas. Ao mesmo tempo, ressalta a amplitude dos circuitos comerciais que se estruturaram em torno do seu comércio. O consumo da “yerba del Paraguai” havia se popularizado por “todas las indias occidentales”, ensejando um “gran negocio”, que atraía comerciantes de diferentes províncias. Ademais, o excerto ainda ressalta a consolidação do centro mineiro peruano como o principal mercado do produto. Neste período, cabe lembrar, Potosí vivia seu apogeu, e já contava com mais de 160 mil habitantes (ASSADOURIAN, 1982, p.20), grande parte formada por trabalhadores indígenas, que demonstravam cada vez mais apreço pelo consumo do *mate*.

Parte importante deste comércio era realizado a partir da produção crescente enviada pelos *pueblos* do Uruguai e Paraná. Neste contexto, aquelas comunidades ainda contariam com uma vantagem importante, que lhes garantia posição vantajosa nos mercados interprovinciais. Ao menos

desde meados do século XVII, os centros consumidores passariam a demonstrar maior predileção pela *caamini*, em comparação com a “yerba de palos” (*caaguazu*), produzida em Maracayu, o que seria traduzido em maior valor ao produto comercializado pelos *pueblos*. Além do crescimento da demanda, e da valorização da *caamini*, outros dois fatores contribuiriam para estimular incrementos nos volumes negociados por aquelas comunidades. O primeiro envolvia o aumento das necessidades materiais dos *pueblos*, resultado de sua expansão demográfica, e do surgimento de novas demandas relacionadas as transformações sócio-econômicas em curso desde as décadas anteriores. De fato, o florescimento dos *ofícios* faria crescer a demanda por itens e insumos diversos, e o comércio ervateiro seria a principal fonte de recursos para sua aquisição. Por outro lado, ao menos desde princípios da década de 1660, os ganhos auferidos através da venda da “yerba” também serviriam ao pagamento de tributos as caixas Reais. Depois de muitos debates, a Real Audiência de Buenos Aires definira em 9 mil pesos o montante anual a ser pago pelo conjunto dos povoados (MORNER, 1985, p. 74,75), valor esse que seria, quase que integralmente, arcado a partir dos lucros resultantes daquele comércio.

Em 1664, a Real Audiência de Buenos Aires estipulara em 12 mil arrobas (aproximadamente 138t) o limite máximo para as cargas, que, anualmente, poderiam ser enviadas pelos *pueblos*. A medida parece indicar que os volumes movimentados haviam passado por aumentos expressivos desde princípios da década anterior. Estabelecer estimativas para os montantes negociados pelas comunidades ao longo daquele período, no entanto, é tarefa complicada. Além de serem poucas as referências que fornecem dados sobre as cargas embarcadas com destino aos mercados provinciais, os poucos Documentos disponíveis são marcados por lacunas e imprecisões. Para as décadas de 1660 e 1670, são dois os principais registros que dispõem de informações sobre o tema. Um deles, datado de 12 de novembro de 1673, fornece dados sobre os volumes das cargas enviadas pelos *pueblos* durante os anos de 1671, 1672 e 1673<sup>195</sup>. O segundo, produzido em 1678, é mais amplo, e abarca informações referentes ao período que se estendera entre os anos de 1667 e 1677<sup>196</sup>. Em ambos os casos, os registros eram o resultado de petições encaminhadas por padres procuradores, e, muito provavelmente, foram solicitados com o intuito de responder a queixas levantadas a respeito daquele comércio. Na tabela abaixo, cotejamos os registros destes dois Documentos, discriminando os volumes por *pueblo*, e as cargas em arrobas (@)<sup>197</sup>.

---

195 *Carta de petición del Hermano Francisco Flores de testimonio de movimiento de embarcaciones provenientes de los pueblos de indios de la Compañía para el pago de tributo a la corona*, 14 de novembro de 1673 (AGNA, Sala IX, 6-9-3).

196 *Carta de petición del Padre Pedro de Orduña de admisión de relación relativa al transporte de yerba de y hasta el Puerto de Santa Fee*, 14 de junho de 1678 (AGNA, Sala IX, 6-9-4).

197 A tabela não apresenta dados para o ano de 1670, posto que não constam referências sobre este em nenhum dos registros.



**Tabela 5: Volumes de erva-mate negociadas através do Ofício de Santa Fé entre os anos de 1667 e 1677 – em arrobas (@)**

Ano / Povoado	1667	1668	1669	1671	1672	1673	1674	1675	1676	1677
San Ignacio Guazu						95@				
Santiago						50@		505@		
N. Sra. de Fee								407@		
Itapua	400@		320@			900@ + 1044@	393@		229@	
Córpus	400@					400@				
San Inácio Mini	400@					475@			471@	
Loreto	425@*					475@ + 420@	920@		398@	
San Cosme					480@					
San Joseph	430@*				300@*	300@	442@			364@
Santa Ana		400@*	225@	280@	401@	628@*	308@			
Candelária					500@				235@	
San Carlos						280@		830@		741@*
San Xavier						480@ + 470@	590@			384@
Santa Maria	300@	585@			338@	425@		453@ + 400@		
Concepción						450@**	330@ + 393@			240@
San Nicolás						1100@*	588@ + 393@		518@	
Mártires					393@	200@				
San Miguel			595@			600@ + 342@				
San Thomé	800@*	500@*			566@*	880@*	350@			
La Cruz						420@				
Cargas sem registro de origem		900@		1600@ + 900@			363@ + 4 balsas s/ dados			
Total de cargas	3175@	2385@	1140@	2780@	2978@	10434@	4089@ + 4 balsas s/ dados	2595@	1851@	1729@

\*2 balsas, \*\* 3 balsas.

Fontes: AGNA, Sala IX, 6-9-3; AGNA, Sala IX, 6-9-4.

Neste quadro, o que primeiro chama atenção são as grandes discrepâncias entre os volumes das entradas registradas em cada ano. A primeira vista, os dados sugerem que haviam variações expressivas nas cargas que, anualmente, eram enviadas pelos *pueblos* do Uruguai e Paraná durante aquele período. No entanto, nossa leitura é a de que estas diferenças se explicam mais pela falta de rigor dos registros, do que por oscilações efetivas nos volumes movimentados por aquele comércio. De fato, são muitos os indicativos de que a contabilidade não era das mais rigorosas, e sobram indícios de omissões e incongruências em meio aos registros<sup>198</sup>. Ainda que, muito provavelmente, tenha havido, de um ano a outro, variações nos volumes movimentados por aquele comércio, sua importância era demasiada para que estas oscilações fossem tão expressivas<sup>199</sup>. Neste sentido, somos inclinados a concordar com as considerações de Juan Carlos Garavaglia, cujas estimativas sugerem que, ao longo da segunda metade do século XVII, a produção das reduções correspondia, em média, a algo em torno de 20 ou 25% do total das cargas comercializadas em Santa Fé<sup>200</sup>. Isto significa que, entre fins dos anos de 1660, e princípios da década de 1670, os volumes enviados pelos *pueblos* correspondiam a algo entre 8 e 12 mil arrobas anuais (aproximadamente 115 t), totais que eram de três a quatro vezes superiores ao que era remetido em princípios da década de 1650.

Apesar das lacunas e imprecisões, tais registros, deve-se reconhecer, sugerem mais do que somente a fragilidade da fiscalização a que eram submetidas as cargas que entravam pelo porto de Santa Fé. Em alguma medida, estes Documentos também refletem a dinâmica de crescimento dos volumes movimentados por aquele comércio. Por um lado, é significativo notar, que, enquanto os dados referentes ao fim dos anos de 1660 indicam média de um envio anual por povoado, para meados da década seguinte, são comuns os registros que apontam casos de comunidades que despachavam duas ou mais cargas em um mesmo ano. Ao mesmo tempo, se dividirmos em dois o período abarcado por estes registros, e estabelecermos uma média dos volumes das cargas enviadas por povoado a cada ano, temos, para o período de 1667-1671, uma média próxima as 435 arrobas, número significativamente inferior as 550 arrobas referentes aos anos de 1672-1677. Assim, em que pese não apresentem informações seguras para a construção de estimativas sobre a evolução dos volumes comercializados durante aqueles anos, estes dados permitem, ao menos, apontar uma linha de crescimento nas médias anuais daqueles envios.

---

198 Além de menções a entradas não contabilizadas, ao fato de que as cargas não eram efetivamente aferidas (aceitava-se a referência dada por seus condutores), ainda constam, em meio àqueles documentos, referências ao extravio de anotações. No registro de 1678, o escrivão, Alonso Fernandez Ruano, destacava que “aviendo llegado a los años de mill seiscientos y setenta, y mill seiscientos y setenta y uno se dejaron en basio por no poder ser havidos los quadernos de visittas de dichos años” (AGNA, Sala IX, 6-9-4).

199 Com efeito, não parece plausível que povoados com grande número de habitantes – casos de Concepción, San Carlos, San Nicolás, dentre outros – pudessem, tendo em vista a importância daquele comércio, passar quatro ou cinco anos sem enviarem qualquer carga até Santa Fé, principal mercado da *caamini* na província.

200 Neste contexto, por seu maior preço, a *caamini* correspondia a algo em torno dos 40% do total de valores movimentados por aquele comércio (GARAVAGLIA, 1984, p.73).

Por outro lado, estes Documentos também revelam um processo de aprimoramento nas técnicas e na organização das diversas fases que envolviam o transporte das cargas produzidas pelas comunidades. Por aqueles anos, as viagens realizadas em direção ao mercado de Santa Fé eram operações bem estruturadas, que reuniam algo em torno de 20 trabalhadores a cada jornada. Para estas, boa parte dos *pueblos* já contavam com suas próprias balsas, com capacidade para transportar quantidades que superavam as 500 arrobas (5,7t). Com embarcações de porte médio, bem ajustadas aos volumes das cargas, reduziam-se as viagens, e, por consequência, os custos daquelas empreitadas. Além do trajeto fluvial, outras etapas do transporte também haviam passado por aprimoramentos. Neste aspecto, um detalhe específico fornece importantes indícios. Em ambos os Documentos, chama atenção que uma parcela significativa das entradas contabilizadas não mencionava os volumes das cargas em arrobas, mas em *tercios*<sup>201</sup>. Como se sabe, esta era uma unidade diretamente ligada a força de tração do gado mular, e equivalia, em média, ao peso de 7 arrobas (aproximadamente 80kg)<sup>202</sup>. Nesta perspectiva, tais referências denotam que, naquele período, era corrente o emprego de mulas para o transporte das cargas, que, desde os *pueblos*, eram conduzidas para o embarque nos portos de Itapua e Candelária<sup>203</sup>. Além de conferir maior agilidade ao transporte, a tração mular reduzia a força de trabalho necessária para a movimentação dos carregamentos. A menção aos *tercios*, ademais, também indica mudanças nas formas de armazenamento das cargas. Ao que tudo indica, já não eram mais em “porongos y cestillos”, mas em sacas de couro, que a maior parte dos volumes eram acondicionados<sup>204</sup>. Por sua impermeabilidade, o uso dos “zurrone” minimizava as perdas, e, pode-se supor, ainda facilitava o manejo das cargas. Em diferentes aspectos, portanto, estes registros também apontam que, em meio ao contexto de aumento dos volumes enviados pelos *pueblos* com destino aos mercados provinciais, o transporte dos excedentes ervateiros também havia passado por uma série de melhorias. Através de novas técnicas, recursos e soluções, a movimentação das cargas seria otimizada, e sua capacidade ampliaria, fatores que, seguramente, contribuíram em muito para a dinâmica de crescimento dos carregamentos despachados pelos povoados do Uruguai e Paraná em direção aos mercados do Rio da Prata.

Considerando o incremento das cargas movimentadas, e a crescente organização de seu transporte, é presumível que a produção ervateira também tenha passado por aumentos ao longo

---

201 A ausência de uma unidade de volume padrão para os registros das cargas constitui outro exemplo da falta de rigor daquela fiscalização.

202 Em geral, cada animal carregava dois tercios. Ou seja, para uma carga de 400 arrobas, eram necessárias algo em torno de 28 mulas.

203 Das 1500 éguas que o povoado de Concepción possuía em 1675, 200 eram empregadas “en crias de mulas”, e rendiam entre 40 e 50 animais por ano (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 26-909).

204 Tratando sobre os *tercios*, quase um século depois, o Pe. Cardiel afirmaria: “son unos zurrone de cuero de vaca, de siete arrobas, poco más o menos, que se acomodan bien en cargas” (HERNANDEZ, 1911, t. II, p. 545).

daqueles anos. Esta perspectiva se reforça quando consideramos que o produto também se destinava ao consumo interno das comunidades, e tal demanda havia aumentado de modo significativo com o crescimento populacional das décadas anteriores. Atestar a ampliação da produção ervateira, contudo, não é tão simples quanto parece. Isto, pois, é somente através das fontes legadas pelos jesuítas, que se podem acessar informações sobre o tema, e são raras as vezes em que este é abordado em cartas ou outros Documentos produzidos pelos missionários. Assim, salvo poucas exceções, a maior parte dos indícios sobre esta questão provém de referências indiretas, presentes em descrições cujo foco principal não é a produção ervateira propriamente dita. Neste contexto, um tópico particular concentra os indicativos mais relevantes, qual seja, a incorporação de novos moradores aos povoados. De fato, seriam recorrentes, ao menos desde fins da década de 1660, os casos em que as expedições que partiam em direção aos bosques nativos estabeleceriam contatos com populações “infiéis”. E não eram raras as ocasiões em que os trabalhadores ervateiros logravam, após algumas negociações e a oferta de presentes, convencer parte destes grupos a que os acompanhassem até seus *pueblos*. Ao tratar sobre o período que se estendera entre os anos de 1669 e 1672, o então provincial, Pe. Agustín de Aragona, mencionava alguns destes episódios. Um deles ocorrera com uma expedição que, de Santa Maria, partira em direção “a las lejanas montañas para elaborar la conocida yerba”. Em meio a jornada, o grupo faria contato com “gentiles de su misma lengua”, e convencera ao menos um deles a se incorporar àquela povoação. Na mesma carta, o provincial ainda registrava outros casos mais expressivos, que evidenciavam que estas interações, nem eram incomuns, nem estariam restritas a populações de língua Guaraní:

Animáronse nuestros indios a hacer otra expedición apostólica, proponiéndose ganar a los gentiles por medio de doncellas, si topaban esta vez con ellos, a irse a los yerbales. Hicieron algunas exploraciones por los montes y hallaron felizmente unos 16 infieles gualachos, los cuales estaban vagando por aquellos parages. (C. A. 1669-1672, 1994 [1927], pp. 32,33)

Este e outros casos narrados pelo Pe. Aragona eram bastante semelhantes àqueles que, poucos anos depois, seriam registrados por seu sucessor, o Pe. Cristóval Gomes. Em realidade, haja vista a série de referências, o que parece é que aqueles episódios haviam se tornado ainda mais comuns em meados da década de 1670. Na *Ânu*a de 1672-75, o Pe. Gomes mencionaria que, somente naquele período, ao menos duas “missões” realizadas por moradores de Santa Maria haviam, depois de incursionarem em terras localizadas Uruguai “arriba”, retornado ao povoado junto a “considerables tropas de infieles”. Por outro lado, o provincial também destacaria a ocorrência de casos similares envolvendo trabalhadores que partiam de povoados do Paraná. Ali, os sucessos mais expressivos envolveriam expedições saídas de Loreto. Uma destas, realizada nos idos de 1674, estabeleceria contato com bom número de famílias “de nación Guañana”, e retornaria ao povoado junto a 48 neófitos (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 23-906).

Em um primeiro plano, estas referências indicam uma vinculação direta entre as expedições ervateiras e a ocorrência de contatos e incorporações de grupos “infiéles”. As razões para isto, ainda que não explicitadas textualmente pelas fontes, tornam-se evidentes ao considerarmos a localização dos ervais explorados pelos *pueblos*. Com efeito, a maior parte da produção da *caamini* era realizada a partir de bosques situados em regiões de planalto, áreas muito próximas aos territórios ocupados por Guaraní “monteses”, “Gualachos” e “Guañanas”. Assim, é razoável considerar que os encontros com estas populações seriam, tanto mais comuns, quanto maior era a frequência daquelas expedições. Ao mesmo tempo, é possível conjecturar que, se os episódios se tornaram mais regulares e expressivos ao longo a década de 1670, tem-se um bom indicativo de que, naqueles anos, aumentava o número de incursões empreendidas com destino àquelas regiões<sup>205</sup>.

No entanto, nossa leitura é a de que a recorrência destes episódios revelam mais do que somente o incremento na frequência das expedições ervateiras realizadas durante aquele período. Segundo conjecturamos, estas referências também parecem sugerir, que, ao longo da década de 1670, estava em curso um processo de ampliação das áreas de bosque nativo que eram exploradas por aquelas comunidades. Neste ponto, um aspecto relacionado a produtividade destes ervais deve ser sublinhado: após a realização de uma poda, as plantas levavam algo em torno de quatro anos até recuperarem sua folhagem, e, assim, estarem prontas a suportarem novos benefícios. Desta perspectiva, parece razoável considerar que, em um ritmo de incremento progressivo da produção, localizar áreas aptas a exploração passaria a exigir que as expedições ervateiras se internassem cada vez mais em meio as áreas de planalto, e este era um fator que aumentava as probabilidades de que estabelecessem contatos com os “infiéis”. Ainda neste sentido, é relevante destacar um outro detalhe. Nos episódios mencionados nas ânuas, os provinciais davam conta de que muitos daqueles “encontros” ocorriam enquanto os trabalhadores empreendiam “exploraciones por los montes”. Em alguma medida, tais referências permitem cogitar que, por aqueles anos, eram realizadas entradas com fins exploratórios, que, dentre outros objetivos, também visavam localizar novos bosques propícios aos benefícios ervateiros. Com efeito, há, para aqueles anos, referências a respeito de novos achados, muito provavelmente, resultados destas iniciativas. Ao que parece, as áreas exploradas já não forneciam com comodidade os volumes de que necessitavam os *pueblos*, o que estimulava avanços em busca de novos bosques aptos a realização de benefícios.

---

205 A presença crescente dos “Guañanas” e “Gualachos” em meio aos *pueblos* também foi registrada no padrão realizado por Don Diego Ibañez de Faría entre os anos de 1676 e 1677. Para o povoado de Santa Maria, por exemplo, há referências a neófitos “recien sacados de los montes”, que seriam registrados com os nomes que mantinham desde “su infidelidad” (AGNA, Sala IX, 18-8-1). Entre os povoados do Paraná, como se poderia prever, os registros mais significativos seriam mencionados no padrão realizado em Loreto. Assim, nas últimas páginas deste, pode-se ler: “estando este Padron en este estado el dicho Corregidor [D. Antonio Pana] dijo que estan empadronados todos los Indios con sus familias de este dicho Pueblo y Doctrina y que solamente resta por empadronar algunas personas de nacion Guañana de un año y un mes a esta parte se an reducido de las quales se an Bautizado algunas personas y que todas son de nacion Guañana”. Esta “parcialidade” estaria sob a liderança do “cacique” Cáil Guca, e era composta por algo em torno de 13 famílias nucleares (AGNA, Sala IX, 18-7-1).

A importância crescente do comércio da *caamini*, além de implicar em um aumento na frequência das expedições, e, em consequência, dos volumes produzidos pelas comunidades, também fomentava a expansão das áreas exploradas pelos trabalhadores ervateiros. Este processo, como veremos em seguida, não tardara a implicar em dinâmicas de competição entre as comunidades. Afinal, se as áreas aptas a produção tendiam a diminuir, nos anos e décadas seguintes, a demanda pelo produto só faria aumentar.

## 5.5 Os bosques do *pueblo*

Durante a segunda metade da década de 1670, o povoado de Concepción, que já reunia mais 6,4 mil habitantes, despontava como o mais populoso dentre todos os 22 povoados que compunham as províncias do Uruguai e Paraná (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 29-912). E em 1678, o *pueblo* ainda receberia novos moradores. Para uma comunidade que, em grande medida, era formada por “parcialidades” compostas por famílias refugiadas, pode-se supor, que, aquela não era exatamente uma novidade. Neste caso, contudo, as incorporações envolviam uma particularidade, tendo em vista que os forâneos eram famílias “Guañana”. Se as circunstâncias de sua chegada não são explicitadas pelas fontes, o que parece certo é que os adventícios não tiveram maiores dificuldades para se integrarem ao povoado. Muito disto pode se creditar a postura dos habitantes de Concepción, que, além de dispensarem boa acolhida aos recém-chegados, reconheceriam em sua principal liderança, um Guañana de nome Donge<sup>206</sup>, a condição de “cacique”.

Proveniente da região do Curyiti (pinhais), Francisco Donge – nome que recebera após o batismo – não tardara a se adaptar ao novo contexto, e, tudo indica, também a compreender as dinâmicas sócio-econômicas do povoado. Segundo referências posteriores, pouco tempo depois de se estabelecer em Concepción, Donge mencionaria, em diferentes ocasiões, que existia um erval nas proximidades de sua antiga povoação. Por alguns anos, contudo, suas alegações não parecem ter recebido maior crédito. Isto mudaria em 1683, quando uma expedição que partira de Concepción em direção a “otra banda” do Uruguai constatou a veracidade de seus relatos. Depois das primeiras diligências, que contariam com importante auxílio do Pe. Joseph Serrano, chegara-se a conclusão de que não se tratava de um, mas dois bosques de amplas proporções, ambos na banda oriental, em

---

206 Além do nome Donge, as referências também registram algumas variações, como Nonge e Ndonge.

terras que se estendiam entre os rios Uruguai e Ijuí. Enquanto um dos achados fora localizado na região do Curiyti (pinhais)<sup>207</sup>, o outro seria encontrado a poucas léguas de distância, próximo aos “contornos” do rio Ijuí. Segundo conjecturavam os partícipes daquela expedição, ambos os bosques estavam situados na região do Caaçapaguaçu. Neste ponto, as descobertas causariam certa surpresa, uma vez que, em Concepción, havia descendentes de famílias provenientes da região, mas nenhuma delas teria quaisquer informações sobre a existência daqueles bosques<sup>208</sup>.

Em meio a um contexto que, como sublinhamos em páginas anteriores, era de crescente demanda pela *caamini*, os novos achados representavam um feito de importância singular. Por aqueles anos, princípios da década de 1680, Concepción já contava com mais de sete mil habitantes, e tinha naquele comércio uma fonte de recursos de primeira importância, seja para o pagamento de tributos as Caixas Reais, seja para o acesso da comunidade a bens e itens que, ao longo das décadas anteriores, haviam se tornado indispensáveis a sua reprodução socioeconômica. Ademais, em meio ao aumento das disputas por áreas aptas a realização dos benefícios, a descoberta de fontes praticamente inexploradas, e mais próximas ao povoado se comparadas as áreas utilizadas até então, traria, por óbvio, uma série de conveniências. Assim, já no ano de sua “descoberta”, os bosques localizados na “outra banda” do Uruguai se tornariam destino quase que exclusivo das expedições ervateiras que partiam da povoação<sup>209</sup>.

Ao tempo em que forneciam boas perspectivas aos moradores do povoado, os achados também seriam acompanhados por algumas preocupações. A comunidade sabia que era questão de tempo até que aqueles ervais passassem a atrair expedições provenientes de outros *pueblos*, e, por certo, temia que sua exploração tomasse o mesmo destino de outras descobertas realizadas naqueles anos. Esta possibilidade, tudo indica, seria decisiva para que, ainda em 1685, por ocasião da visita do então Superior das Missões, Pe. Thomás Donvidas, os moradores de Concepción encaminhassem a este um pedido *sui generis*. Com o apoio do padre Joseph Serrano, a comunidade solicitaria a concessão de títulos demarcando sua posse exclusiva sobre os novos achados. As alegações seriam aceitas pelo superior, e, em 1º de novembro daquele ano, um título seria outorgado em referência àqueles ervais. Transcrevemos, abaixo, parte de seu conteúdo<sup>210</sup>:

---

207 A relação entre a *Ilex paraguariensis* e as matas de Araucária angustifólia foi assinalada por diferentes pesquisadores. Veja-se, por exemplo: OLIVEIRA & ROTTA. Área de distribuição natural da erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.). In: *Anais do Seminário sobre atualidades e perspectivas florestais*. 10, Curitiba, Embrapa-CNPF, 1985, p.17-36.

208 “(...) sin q del dicho yerbal se hubiesse tenido noticia, ni aun los Pes. e yndios, q vivieron en dicho pueblo del caazapaguazu supiesse del (...)” (AGNA, Sala IX, 6-9-4).

209 Nas últimas décadas do século XVII, a cidade de Lima, além de importante mercado consumidor, tornara-se, também, um centro distribuidor da “yerba del Paraguay”, que, pelo Pacífico, seria enviada até os portos de Arica, Guayaquil e Panamá (GARAVAGLIA, 1984, p. 93).

210 Foi, em boa medida, com base no conteúdo de trechos deste título que nos baseamos para descrever as circunstâncias daquele achado. Na citação, buscamos evitar as repetições, de modo a torná-la mais sucinta.

Aviendo N. Sor traydo a esta Doctrina de la Concepción el año de 1678 a un indio Cacique llamado Francisco Donge nascido y criado en las tierras del Curiti q yacen en frente y pertenecen a las tierras del Caazapaguazu tierras q son del Cap. Joseph Taparay natural y habitador de esta Doctrina de la Concepción (...) Aviendose experimentado en otros descubrimientos de yerbales pequeños no suster buen efecto el q se hagan de destruirlos, como se a visto. Siendo la necesidad de esta Doctrina tan numerosa maniesta assi por su multitud, como por el tributo de mil pesos q paga, y aviendo ella discubierto en tierras del Caazapaguazu dicho yerbal compuesto de Varios montecillos y pididome, q le ampare en el dicho yerbal agregandole y adjudicandole a esta Doctrina de la Concepción jusgue deberlo hacer assi, como al presente lo hago, en q le aplico el Yerbal del Caazapaguazu q esta en los contornos del rio Yiuí en el qual hasta este presente dia an hecho dos beneficios, y assi mismo les doyy y señalo por ierbal próprio el del Curiti donde han hecho otro beneficio. El qual pertenece a las tierras del Caazapaguazu, como assimismo a otros montecillos circunvecinos a estos parages (...) y assi ordeno q el dicho pueblo de la Concepción unicamente goze del dicho yerbal, si q otra Doctrina alguna assi del Uruguai como del Parana, vaya, ni intente entrar en dicho yerbal (...) (AGNA, Sala IX, 6-9-4)

Antes de considerarmos os argumentos empregados pelo Pe. Donvidas para legitimar tal “concessão”, é importante ressaltar um aspecto relacionado a este título, que permite vislumbrar seu caráter particular, e, também, a razão pela qual selecionamos este dentre tantos outros episódios possíveis. Até aqueles anos, deve-se lembrar, não haviam quaisquer divisões relacionadas aos ervais nativos, que eram utilizados de forma conjunta por todas as comunidades. Com efeito, se os povoados do Paraná e Uruguai costumavam utilizar-se de áreas distintas para realizarem sua produção, estas eram escolhas que se baseavam unicamente nas distâncias que os separavam daqueles bosques. Mesmo quando ocorriam novos achados, estes não tardavam, tão logo sua localização tornava-se conhecida, a constituírem destino de expedições provenientes de diferentes povoados. Nesta perspectiva, os ervais do “Curiti”, assim como aqueles localizados nos “contornos del rio Yiuí”, seriam os primeiros a serem titulados e reconhecidos como domínios exclusivos de uma única comunidade<sup>211</sup>.

Ao atentamos ao conteúdo do título, nota-se que, para fundamentá-lo, o padre superior se valeria de diferentes argumentos, que, muito provavelmente, tomavam como base as alegações que lhe foram apresentadas pelas lideranças de Concepción, e por seu pároco, o Pe. Joseph Serrano. De modo sucinto, e selecionando seus aspectos principais, as justificativas podem ser divididas em dois conjuntos. O primeiro envolvia argumentos que, por falta de termo mais apropriado, poderíamos definir como de ordem “contextual”. Estes faziam referência a questões como a importância da produção ervateira para as necessidades materiais do povoado, os problemas que a exploração

---

211 Em documento relacionado a um litígio transcrito em fins do século XVII – episódio que trataremos no capítulo seguinte –, pode-se ler: “También se confirma por haver dicho el dicho Pe. Pedro de Orduña, q jamas pueblo alguno tubo yerval próprio asta de unos 20 años a esta parte, que un Indio llamado Francisco Nongê se agrego al pueblo de la Concepción”. *Copia de la sentencia pronunciada por el Padre Domingo Calvo a favor del pueblo de la Concepcion, como consecuencia del pleito por la posesión de Yerbales que mantenía con el pueblo de San Xavier.* (AGNA, Sala IX, 6-9-4)



conjunta havia ocasionado em bosques descobertos em anos anteriores<sup>212</sup>, e ao fato de que os achados haviam sido realizados pelos próprios moradores de Concepción. Neste âmbito, o que estava em jogo era a intenção de justificar uma “concessão” que não possuía referentes anteriores. Em outros termos, o objetivo era ressaltar que o título outorgado a comunidade de Concepción contava com motivos e razões pertinentes. Para isto, os tópicos mencionados buscavam, de um lado, enfatizar os encargos e necessidades que recaíam sobre aquele povoado, e, de outro, destacar que o modelo de exploração comum apresentava problemas, já que, não raro, levava ao esgotamento dos bosques recém-descobertos.

Ademais, parte das justificativas apresentadas no título também sublinhavam os vínculos pretéritos que relacionavam os moradores do povoado, às terras onde haviam sido localizados aqueles bosques. Neste sentido, o Documento atribuiria destaque a dois personagens específicos. O primeiro é Francisco Donge, cacique “Guañana”, cuja relação com a região do Curiti seria evidenciada pela menção de que este era “nascido y criado” naquelas terras. O segundo era o capitão Joseph Taparay, “natural y habitador de esta Doctrina de la Concepción”, a quem o padre superior atribuía um vínculo de posse sobre as terras do Caaçapaguaçu. Se, no primeiro caso, parece evidente a relação entre Donge e a região do “Curiti”, o vínculo deste “capitão” com o Caaçapaguaçu não é exatamente explicitada no título, ainda que pareça subentendido neste. Ao que tudo indica, Taparay, fazia parte de uma das famílias que, em fins da década de 1630, por ocasião das ofensivas bandeirantes, haviam transmigrado para Concepción depois de deixarem a povoação de Apósteles, cujo antigo sítio localizava-se, justamente, no Caaçapaguaçu. No padrão de 1676-77, o nome de Don Joseph Taparay é relacionado como “reservado por viejo” (ou seja, maior de 50 anos<sup>213</sup>), e “cacique” de uma grande parcialidade, que reunia mais de noventa famílias nucleares<sup>214</sup>. Neste sentido, parece seguro afirmar que aquele capitão era uma das principais lideranças entre os descendentes dos refugiados do Caaçapaguaçu, e era na qualidade de representante destes, que seu nome seria mencionado no título outorgado pelo padre superior. Neste conjunto de justificativas, o objetivo era demonstrar a legitimidade dos moradores de Concepción em pleitear seus direitos de exploração sobre aquelas áreas. Para isto, buscava-se enfatizar que a concessão era amparada pelo código que regia as relações de posse vigentes naquele contexto. Uma vez que este assegurava que as comunidades teriam direito de incorporar aos seus domínios as terras que seus moradores antigamente ocupavam, era fundamental demonstrar, no título, que aquele caso se enquadrava neste

---

212 Ao que parece não se tratava de um esgotamento total, mas temporário, já que, como vimos, os ervais nativos levavam algo em torno de quatro anos para recuperarem suas folhagens.

213 De acordo com o padrão, Don Joseph Taparay era casado com Cecília, e tinha dois filhos, ambos casados, o primogênito, Don Xtoval Taparay, de 27 anos, e Gonzalo Taparay, de 22 anos (AGNA, Sala IX, 18-8-1).

214 A título de comparação, o cacicado de Neenguiru, um dos mais importantes de Concepción, reunia, no mesmo período, pouco mais de 70 famílias (AGNA, Sala IX, 18-8-1).

modelo. De fato, a julgar pelas referências destacadas pelo padre superior, não restariam dúvidas de que, pelo “direito natural”, cabiam aos habitantes de Concepción o domínio sobre aqueles bosques. Neste contexto, ainda é interessante sublinhar como esta lógica também fora estendida aos novos habitantes, neste caso ao Guañana, Francisco Donge. Sua incorporação ajudaria a sustentar as justificativas expansionistas daquela comunidade. Destarte, a chegada de novos habitantes também poderia significar uma oportunidade para expansão dos territórios do povoado, não só pelas informações trazidas pelos neófitos, mas também pela anexação dos territórios que estes haviam deixado.

A despeito de constituir um caso sem precedentes, deve-se reconhecer, que a solicitação da comunidade de Concepción, e a concessão do título pelo padre superior, não eram fatos desconectados da realidade que envolvia a produção ervateira naquele período. Como ressaltamos em páginas anteriores, com o incremento progressivo dos volumes beneficiados pelas comunidades, haviam aumentado os esforços e distâncias que as expedições ervateiras precisavam enfrentar em busca de bosques aptos a exploração. Ao mesmo tempo, a importância do comércio da *caamíni* havia crescido, a ponto de se tornar indispensável a reprodução material dos *pueblos* e a satisfação dos encargos a que estavam submetidos. Nesta perspectiva, não parece sem razão que os moradores daquela comunidade pretendessem usufruir com exclusividade de seus novos achados. Ao contrário, para os moradores de Concepción, que formavam a mais populosa dentre todas aquelas povoações, estabelecer controle e previsibilidade na obtenção daquele recurso constituía um interesse bastante compreensível. Possuir bosques de uso exclusivo constituía uma garantia importante, tanto mais em meio a um cenário de aumento da concorrência por áreas de exploração. Em resumo, havia um contexto apropriado que tornava aquela uma solicitação plausível, a despeito de seu caráter *sui generis*.

A importância daquela concessão, contudo, estaria longe de se resumir ao fato de que, pela primeira vez, uma comunidade passaria a dispor de ervais como posses de uso exclusivo. Com efeito, o episódio ainda teria um caráter paradigmático, posto que suas repercussões provocariam efeitos sobre todo aquele sistema territorial. Ao longo dos anos e décadas seguintes, tanto no Uruguai, quanto no Paraná, a apropriação de bosques nativos pelas comunidades, e a concessão de títulos referentes a estes se tornaram ocorrências frequentes. Assim, o sistema de limites comunitários avançaria sobre as fontes ervateiras, que, progressivamente, deixariam de constituir áreas de livre acesso, para se tornarem parte dos domínios explorados de modo exclusivo pelos *pueblos*.

Para além de um caráter paradigmático, este episódio também constituiria um caso exemplar em, ao menos, dois sentidos distintos. Primeiro, por que ele evidencia que as lógicas de domínio que estruturavam aquele sistema territorial não estavam dadas de antemão. De fato, caso a

exploração dos bosques nativos não tivesse, a partir de um período específico, passado por um processo de expansão que estimulava a concorrência entre as comunidades, não existiriam razões para que fossem estabelecidos limites e relações de exclusividade em torno das áreas ervateiras, e muito possivelmente, tais divisões jamais houvessem ocorrido. A definição de domínios comunitários sobre áreas de bosque nativo só se tornou uma realidade quando a exploração conjunta passara a apresentar problemas, sobretudo para as povoações mais populosas. De outro lado, este episódio também teria um caráter exemplar para a compreensão dos fundamentos que orientavam as dinâmicas de expansão que marcaram aquele período. Em geral, os avanços territoriais eram resultados de iniciativas que partiam dos próprios *pueblos*, e não seguiam um programa previamente estabelecido. De fato, seriam as necessidades e projetos comunitários que forneceriam os principais estímulos para que estas empreendessem novas apropriações territoriais.

## 5.6 A expansão necessária

A segunda metade da década de 1680 marcaria uma etapa crucial na expansão territorial das reduções. Os avanços ocorridos por aqueles anos, como destacaram diferentes autores, seriam ensejo para o período de maior desenvolvimento e prosperidade para aqueles *pueblos*. O primeiro passo neste sentido seria a fundação, em 1685, do povoado de Jesus, junto ao rio Monday, em uma região ervateira do Paraná<sup>215</sup>. No entanto, fora na província do Uruguai, dois anos mais tarde, que a expansão atingiria os resultados mais expressivos. Em 1687, as comunidades de San Miguel e San Nicolás deixariam suas povoações na mesopotâmia para se instalarem, ambas, em territórios da banda oriental. No mesmo período, as famílias que habitavam as povoações de Concepción e San Thomé se dividiriam, e, enquanto parte permanecera nos mesmos sítios, os demais se assentariam em novas terras, formando, respectivamente, os povoados de San Luis e San Borja<sup>216</sup>, também na “otra banda” do Uruguai. Destarte, em fins da década de 1680, chegariam a 25 o total de *pueblos*

---

215 Este caso será retomado com maior ênfase no capítulo seguinte.

216 O ano de fundação do *pueblo* de San Borja segue como motivo de controvérsias. Enquanto alguns autores afirmam que ocorrera em 1682, outros consideram que sua fundação se dera 1687, e há, ainda, aqueles que sugerem o ano de 1690. Inclina-mos-nos a aceitar que sua fundação ocorrera em 1687, já que é este o ano que menciona a referência mais clara que dispomos sobre o tema. Em meio a um inventário realizado naquele povoado quase um século depois (1784), há um tópico com o seguinte título: “Territórios de la Jurisdicción de este Pueblo que poseè desde su primer establecimiento en el año 1687” (AGNA, Sala IX, 22-9-2).

nas duas províncias.

Apesar de constantemente aludidos como referências de um novo tempo na história daquelas comunidades, é curioso notar a escassez de investigações que abordaram estes processos com maior ênfase. De fato, são poucos os estudos que buscaram refletir sobre as causas de tais mudanças e divisões, e ainda mais exíguos aqueles que se ocuparam dos interesses e estratégias de territorialização que condicionaram a escolha dos novos sítios. De modo bastante sucinto e esquemático, pode-se afirmar que são duas as principais hipóteses interpretativas a respeito das razões que motivaram tais processos. Uma delas foi defendida pelo historiador Aurélio Porto, ainda na década de 1940, e enfatiza o caráter defensivo daquela expansão. Em *História das Missões Orientais do Uruguai*, Porto apresenta a hipótese de que as mudanças e novas fundações ocorridas naqueles anos tinham razões de “ordem política”, posto que destinavam-se a estabelecer, na banda oriental, uma barreira contra os avanços de portugueses e espanhóis, que, naquele período, punham em risco o domínio de territórios importantes a “economia vital” dos povoados<sup>217</sup>. Nesta leitura, que constitui uma referência importante, mesmo para trabalhos recentes, as pressões externas seriam os principais motivos para que as ocupações se estendessem em direção a “outra banda” do Uruguai. Tal hipótese, contudo, já recebeu críticas pela fragilidade de sua sustentação empírica. Magnus Mörner foi, muito provavelmente, o primeiro autor a questionar a falta de referências Documentais ou notícias que forneçam base concreta a esta leitura<sup>218</sup>. Com efeito, ainda que os receios em torno de possíveis avanços da colonização portuguesa constituíssem uma preocupação recorrente para aquelas comunidades, não existem, salvo engano, evidências que relacionem tais mudanças a uma estratégia de defesa. De outro lado, a proposição de que, durante aquele período, os espanhóis começavam a “assolar” a “vaqueria del mar” parece anacrônica, posto que as incursões de vaqueiros hispano-crioulos com destino a banda oriental só se tornaram efetivas em princípios do século XVIII<sup>219</sup>.

Em outra vertente estão os autores que enfatizaram o aumento populacional como fator

---

217 “Além da defesa natural que suas forças regulares oporiam à invasão dos mamalucos que, na Laguna, mais próximos de suas aldeias tinham um interposto, não era de menor importância a assistência que prestariam às vacarias, que começavam a ser assoladas pelos próprios espanhóis, e o cuidado eficiente que precisavam dispensar às estâncias recém-fundadas no vale do Uruguai, que eles projetavam estender ao coração do Rio Grande do Sul, bem como a exploração intensiva dos ervais de “yerba provechosa”, não só para o consumo dos índios, mas para o comércio florescente do mate de que exportavam para Buenos Aires quantidades apreciáveis” (PORTO, 1943, v.1, p. 296).

218 Segundo o autor, Aurélio Porto “(...) no fundamenta su tesis, aludida en el texto. Respecto de San Miguel, él mismo dice que un motivo importante era “não poder mais expandir suas lavouras por falta de terras cultiváveis”. Este motivo parece aun mas probable en el caso de las reducciones que surgieron de la división de otras ya existentes. Hemos de señalar, además, que, en esta región, el territorio es mucho más abierto y despegado al sur que al norte del rio Uruguay (MÖRNER, 1985, p. 213, Nota 33).

219 “Durante el siglo XVII los vecinos de Buenos Aires. Santa Fe y Corrientes no explotaron vaquerías en la Banda oriental, por cuanto el ganado abundaba en todas partes, y también por no existir en ella ninguna población blanca, no contando la colonia del Sacramento, fundada en 1680, ni las míseras reducciones de indios de San Juan de Céspedes y San Francisco de Olivares, refundidas más tarde en la de Santo Domingo de Soriano” (CONY, 1930, p.325).

chave para o encadeamento daqueles processos. Dentre estes, os trabalhos de Ernesto Maeder parecem figurar entre os que dispensaram maior atenção ao tema (MAEDER, 1989, pp. 52-54). Em diferentes estudos relacionados aos aspectos demográficos das reduções, o historiador argentino chamaria atenção para o vigor do crescimento populacional verificado a partir de meados do século XVII. Neste sentido, destacaria que nas quatro décadas que se seguiram a visita do governador Don Jacinto Lariz (1647), a população total dos 22 *pueblos* havia dobrado, e alcançava, na década de 1680, um total superior aos 70 mil habitantes. Ainda neste sentido, Maeder também sublinhara o fato de que seriam justamente os povoados mais populosos do Uruguai, Concepción e San Thomé, os que passariam pelos processos de divisão. Por outro lado, mesmo que com menor ênfase, o autor ainda aludiria a outros dois componentes, que teriam contribuído para aquela expansão. O primeiro era a chegada de novos missionários, ocorrência que, segundo Maeder, facilitaria as divisões e a formação de novos *pueblos*<sup>220</sup> (p. 54). O segundo dizia respeito a um ponto diametralmente oposto as conclusões levantadas por Aurélio Porto, já que referia-se a “la seguridad existente en el área” como outro dos fatores que “permitirán dividir ciertos pueblos y comenzar una nueva etapa de expansión y colonización en el Rio Grande” (p. 52)<sup>221</sup>.

Nossa leitura se aproxima das considerações de autores que conferem primazia a razões de caráter endógeno como impulsionadoras daqueles processos. No entanto, julgamos que a ênfase sobre os aspectos demográficos tende a obliterar outros fatores, cuja importância também seria crucial para tais resultados. Referimo-nos, por óbvio, as dinâmicas territoriais. Como já sublinhamos, desde meados do século XVII, o crescimento populacional seria acompanhado pela ampliação das margens de ocupação das comunidades. E, a medida em que novos avanços eram efetuados, as áreas disponíveis para comportar novas expansões se reduziam. A emergência dos litígios territoriais, que se avolumariam na década de 1670, constituem sintomas bastante evidentes de que, sobretudo na mesopotâmia, as terras aptas a comportar novas ampliações já não correspondiam as necessidades de alguns *pueblos*. Mesmo nas Cartas Anuais, esta situação também seria destacada, e de modo cada vez mais explícito. Assim, em 1678, uma passagem presente na *Anua de las Doctrinas del Paraná y Uruguai*, destacava como as limitações territoriais já implicavam em dificuldades materiais para algumas comunidades:

El estado en lo temporal es medianamente bueno y antes se inclina a pobre q à copioso y

---

220 Ao atentarmos as fontes do período, nota-se que este aumento não parece ter sido realmente expressivo para que se possa considerá-lo um fator relevante para explicar aquele processo. Entre os anos de 1675 e 1690, o número de sacerdotes que atuavam naqueles *pueblos* passou de 46 para 54 (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 23-906 e MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 5-918).

221 Algumas investigações também conjugaram estas duas perspectivas. Veja-se, por exemplo, as considerações de Arno Kern: “(...) após a implantação de um núcleo de colonização lusa na margem norte do Rio da Prata, com a fundação da Colônia de Sacramento (1680), devido ao crescimento demográfico e à necessidade de proteção das áreas *ganadera* e *ervateira* ameaçadas pelo avanço português, os limites Orientais das Missões estenderam-se, novamente, pela margem esquerda do rio Uruguay (...)”. (KERN, 1982, p. 13).

abundante ya por no tener todas las Doctrinas sierras pingues y montes para sus rozas, ya por la falta de lluvias y buenos temporales (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 29-912).

Considerando que, ao menos desde fins dos anos de 1670, eram patentes as dificuldades que algumas comunidades enfrentavam devido a escassez de terras disponíveis, parece lógico concluir que, em meados da década seguinte, quando a população total das duas províncias havia superado a casa dos 70 mil habitantes, esta situação havia se agravado. E é neste sentido que aponta um dos poucos registros referentes àquele contexto, a obra do Pe. Francisco Jarque, dedicada aos *Insignes Misioneros del Paraguai*. Publicado pela primeira vez em 1687, este escrito traz, em seu terceiro volume, uma relação a respeito do “estado que al presente gozan las misiones de la Compañia en las Provincias del Paraguai, Tucumàn, y rio de la Plata”. Ao fornecer uma espécie de retrato da província durante meados da década de 1680, a obra evidencia, dentre outros aspectos, o contexto de expansão que marcava aquele período. Em um excerto que reflete esta perspectiva, o texto destaca os “aumentos” experimentados ao longo das pouco mais de quatro décadas que se seguiram aos conflitos com os paulistas:

Desde la victoria referida, empezaron a respirar aquellos pueblos, con tan gloriosos aumentos, que ha sido ya necesario fabricar otros muchos, que constituyen una nueva Provincia, poblada, con similitud, à las de Europa, y no poco semejante à otras que se han fundado en las Indias (...) (JARQUE, 1687, cap. IV)

A passagem estabelece uma relação direta entre a fundação de novos povoados e os “aumentos”, que, a partir da década de 1640, eram registrados em grande parte dos *pueblos*. Assim, dá-se a entender que fora a “necessidade” imposta pelo crescimento populacional que levara a “fabricação” de novos povoados. Neste sentido, a citação parece corroborar a hipótese que atribui as dinâmicas internas, em especial, a expansão demográfica, um papel central naquele processo. Ainda que esta seja uma das poucas referências que, naquele escrito, fazem menção direta a este tema, não faltam, nas páginas seguintes, trechos que evidenciam o contexto de expansão que marcara aquelas décadas. Tratando sobre a ocupação das terras que se estendiam entre os povoados – “as sesenta leguas que median entre los dos pueblos de San Ignacio [Guazú], y los Santos Reyes [Yapeyú]” – o texto sublinhava que aquele “território” encontrava-se:

(...) bien poblado, pues aun los campos, que entre las reducciones median, estan llenos de caserías, en que viven los Labradores, y Pastores, con todas las cosas necesarias para guardar sus cosechas, vivir toda su familia, sin que se vea casa, ò rancho, ni cabaña, que no la señoree una muy grande, y hermosa cruz; y en algunos pagos, tambien Hermita, muy decente para oír missa, los que no pueden acudir à su Pueblo las fiestas. (JARQUE, 1687, cap. IV)

Em uma descrição vívida, este excerto oferece uma imagem da amplitude da ocupação da mesopotâmia em meados da década de 1680. A multiplicação de caserías, ranchos e capelas naqueles “campos” eram marcas de um processo de expansão, que já se estendia por mais de três décadas, e, ano após ano, fazia diminuir as distâncias entre os limites territoriais dos *pueblos*. A

mesopotâmia encontrava-se “bien poblada”, e eram poucos os espaços que ainda não haviam sido apropriados por alguma daquelas povoações. Com grandes cruces expostas, as comunidades faziam questão de demarcar seus domínios, pois sabiam que, diante de um contexto de forte pressão por espaço, e escassez de áreas disponíveis, eram grandes as possibilidades de que povoações vizinhas avançassem sobre seus domínios. Neste sentido, parece claro que os “aumentos” referidos na citação anterior não se resumiam ao aspecto demográfico, mas abarcavam, também, a expansão territorial daquelas comunidades.

Em meados dos anos de 1680, havia se agravado o descompasso entre as necessidades expansionistas das comunidades, e a disponibilidade, na mesopotâmia, de espaços aptos a comportar novas ocupações. Para alguns *pueblos*, parece razoável afirmar, esta situação já se arrastava por mais de uma década, e se aproximava de uma situação-limite. Seria em meio a este contexto que ocorreriam aquelas mudanças e divisões. As comunidades necessitavam de mais terras para seus roçados e estâncias, e fora este o principal estímulo para que deixassem seus *pueblos* e tomassem rumo em direção a banda oriental. Esta perspectiva torna-se mais clara quando atentamos aos casos concretos. Como ponto de partida, parece oportuno iniciar pelos casos das comunidades de San Nicolás e San Miguel, cujas trajetórias apresentam uma série de similitudes. Desde meados do século XVII, em que pese alguns períodos de oscilação, estas povoações manteriam um ritmo de progressivo crescimento populacional. Assim, em pouco mais de três décadas, seus contingentes haviam quase dobrado, e, em meados de 1680, cada um contava com mais de 800 famílias.

**Tabela 6: Evolução demográfica dos povoados de San Nicolás e San Miguel (1647-1682)**

Ano	San Nicolás	San Miguel
1647	1.854	2.175
1682	3.548	3.740

Fontes: RAGBA, 1870, t. II, pp. 56-107; MAEDER, 1989.

Para as duas comunidades, não há dúvidas, o avanço demográfico implicaria em aumento na demanda por recursos, e, por consequência, exigiria a expansão de suas margens de ocupação. Além disto, é preciso lembrar que o crescimento daqueles *pueblos* não se dera de modo isolado, mas combinado ao de povoados vizinhos, que também passariam a fazer avançar suas malhas territoriais. Destarte, enquanto assistiam ao incremento populacional de suas comunidades, e, em consequência, ao aumento da demanda por recursos, tanto *miguelistas*, quanto *nicolaístas* viam reduzir as possibilidades de expandir seus domínios. Ainda na década de 1670, como vimos, os moradores dos dois povoados haviam enfrentado litígios territoriais com povoações vizinhas, ou seja, conheciam, desde aqueles anos, e por experiência própria, as dificuldades impostas pela exiguidade de terras disponíveis na mesopotâmia. Em meados da década seguinte, já com algumas centenas de novos

moradores, pode-se conjecturar que estas limitações haviam se tornado ainda mais expressivas, e, por certo, constituiriam um estímulo mais do que significativo para que ambas comunidades optassem por partir em busca de novas terras.

Neste contexto, em meio ao horizonte de possibilidades que se apresentava, a banda oriental constituía, em diferentes sentidos, a escolha mais conveniente. Se, como defendemos, a limitação territorial desempenhara um papel decisivo para que seus moradores optassem pela mudança, as terras que se estendiam a leste do rio Uruguai representavam uma alternativa bastante adequada. Primeiro, pela amplitude dos territórios, que forneciam todas as comodidades almejadas, seja para a produção agrícola, seja para a criação ganadeira. Some-se a isto, o fato de que, em meados da década de 1680, eram poucas as comunidades que dispunham de roçados ou estâncias na região, situação bastante distinta dos territórios “bien poblados” da mesopotâmia. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, para seus moradores, a opção pela “outra banda” também envolvia relações de posse. De fato, as comunidades de San Nicolás e San Miguel não migrariam apenas por nutrirem a esperança de que, com a mudança, teriam a chance de dispor de mais espaço para seus roçados e estâncias, mas sim, tendo a certeza de que possuíam direitos sobre grandes extensões territoriais na banda oriental. Como descendentes de famílias provenientes da região, *miguelistas* e *nicolaístas* estavam convictos de que a mesma lógica que, anos antes, garantira aos habitantes de Concepción os direitos de exclusividade sobre os ervais do Caaçapaguaçu, amparava suas comunidades a reclamarem posse sobre as terras que seus ascendentes ocupavam na outra banda do Uruguai. A confiança de que aquelas eram, de fato, suas terras, e que suas comunidades poderiam dispor delas de modo exclusivo, traria, por certo, maior segurança para que seus moradores decidissem pela mudança.

A opção pelos territórios da banda oriental ainda carregava outra importante motivação. Desde meados da década de 1670, com o início da exploração da vaqueria del mar, os interesses econômicos daquelas comunidades, assim como o de outros *pueblos* do Uruguai, estariam cada vez mais atrelados àquelas terras. Para garantir sua reprodução, povoados como San Nicolás e San Miguel passariam a depender diretamente das rotas de circulação que se estendiam pela “outra banda”. Nesta perspectiva, é possível afirmar que tais mudanças representariam, também, maior facilidade de acesso a uma fonte de recursos que se tornava “vital” àquelas comunidades. E esta hipótese se reforça quando atentamos aos locais escolhidos para abrigar os dois povoados. Como se sabe, ambos instalaram-se em sítios localizados entre os rios Ijuí e Piratini, dois afluentes do Uruguai<sup>222</sup>. E a razão para isto torna-se evidente quando lembramos que aquela era uma região bem

---

222 Para os habitantes de San Nicolás, a mudança seria uma espécie de retorno, já que seus moradores se estabeleceriam em terras bem próximas ao sítio que haviam deixado em fins da década de 1630. A comunidade de San Miguel, por seu turno, se estabelecería em um sítio mais a leste – algo em torno de 16 léguas de San Nicolás –, nas proximidades do arroio Urubucaru, um afluente do rio Ijuí.



conhecida por moradores dos dois povoados, posto que era por ali que se iniciava a rota utilizada pelos vaqueiros que partiam em direção as campanhas da costa atlântica. Em outros termos, ambos os povoados se instalariam a pouca distância do “camino de la sierra”, uma via que, desde a década anterior, adquiria importância crescente para a reprodução daquelas comunidades.

Quando passamos aos casos das povoações que, no mesmo período, se dividiriam, dando origem a novos *pueblos*, parece claro que estes casos constituía, parte deste mesmo processo. Para os moradores de Concepción, não há dúvidas de que, já a algumas décadas, o crescimento populacional implicava em dificuldades. Ainda em meados da década de 1670, quando o povoado contava com pouco mais de 6,5 mil habitantes, as áreas de cultivo de algumas famílias distavam “mas de quatro leguas” da povoação (aprox. 22 km) (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 26-909). Neste ritmo, e levando em conta as distâncias que os separavam de seus vizinhos<sup>223</sup>, é possível conjecturar que, uma década mais tarde, quando Concepción já abrigava mais de 7 mil pessoas, os roçados de seus moradores confinassem, em diferentes pontos, com as terras cultivadas por famílias de povoações vizinhas. A falta de espaço aproximava-se de um limite, e, muito provavelmente, constituía o principal motivo pelo qual, em 1687, parte de seus moradores tenha deixado o *pueblo* em busca de novas terras na banda oriental.

Também neste caso, a escolha pela outra banda envolveria direitos de posse. Neste contexto, é importante destacar a forma como se dera a divisão daquelas famílias. Enquanto algo em torno de 4,5 mil pessoas permaneceram no mesmo sítio, os demais, pouco mais de 2,8 mil, seguiriam em direção a banda oriental<sup>224</sup>. A diferença entre estes números constituem um primeiro indício de que tal divisão não se dera de modo aleatório. De fato, partiriam para a fundar o povoado de San Luís, os descendentes das famílias que, ainda em fins da década de 1630, haviam se instalado em Concepción depois de abandonarem os povoados de Natividad, Jesus Maria e Apóstoles<sup>225</sup>. (FURLONG, 1962, p. 142). Em boa medida, portanto, sua mudança também era encarada como uma espécie de retorno às terras de seus ascendentes<sup>226</sup>. Deste modo, as famílias que formariam a povoação de San Luís também partiriam convencidas de que dispunham de direitos de exclusividade sobre grandes extensões territoriais na banda oriental.

A escolha do sítio para o novo povoado, que seria erigido na região do Caaçapamini, revela

---

223 O povoado de Concepción localizava-se a aproximadamente 4 léguas de distância Santa Maria (aprox. 22 km), e algo em torno de 5 léguas de Apóstoles (aprox. 30 km)

224 Esta estimativa foi estabelecida com base nos dados de 1690. Nesta, consta que, três anos após a divisão, o povoado de Concepcion contava com 4569 moradores, e o de San Luis, com 2922 (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 5-918).

225 Dentre os cacicados que se transferiram para San Luís estava, como se poderia supor, o liderado por D. Joseph Taparay (TAKEDA, 2016, p.91).

226 Ao analisar os padrões dos povoados de Concepción e San Luís, Kazuhisa Takeda, concluiu que grande parte dos cacicados que partiram para a nova povoação se dividiriam “en dos, tres, cuatro o cinco partes y cada una se convirtió en un cacicazgo independiente en San Luis. (Idem, p.90).

dois aspectos interessantes. O primeiro é uma convergência com os casos de San Nicolás e San Miguel, já que a opção também seria por uma área situada entre os rios Ijuí e Piratini. Ou seja, a escolha também considerava a importância de que a povoação estivesse próxima ao “caminho da serra”, rota que levava a “vaqueria del mar”. Outro aspecto que chama atenção diz respeito a posição do *pueblo* em relação a seus novos vizinhos. O povoado de San Luís estaria situado a meio caminho entre as recém-transmigradas povoações de San Miguel e San Nicolás, e as distâncias que o separavam de ambas eram semelhantes, algo em torno de 7 léguas (aprox. 38 km). Ao que parece, esta opção se pautava pelas experiências vivenciadas na mesopotâmia durante as décadas anteriores. Assim, para a escolha dos sítios que abrigariam as novas povoações, levava-se em consideração, não somente os espaços necessários para a construção dos roçados de seus moradores, mas, ainda, a garantia de estes contariam com certa margem de expansão.

A divisão do povoado de San Thomé, tudo parece indicar, teria motivações semelhantes àquelas que levaram a cisão do povoado de Concepción. Em princípios da década de 1680, a comunidade reunia mais de 5,2 mil habitantes, e formava a segunda mais populosa entre todas aquelas povoações (MAEDER, 1989). Assim, embora não contemos com referências sobre as dinâmicas territoriais deste *pueblo* em específico, é possível conjecturar que, para uma comunidade que reunia mais de 1,3 mil famílias, a pressão por espaço também constituísse uma questão de primeira importância. Durante aquele período, cabe lembrar, o povoado ainda receberia número significativo de novos habitantes. De fato, a primeira metade da década de 1680 parece ter constituído uma época chave para incorporação de famílias “Guenoas” ao povoado de San Thomé. Além de expedições realizadas com este fim – que haviam se intensificado por aqueles anos–, não seriam raros os casos de pequenos grupos que, de modo espontâneo, dirigiam-se ao *pueblo* solicitando abrigo<sup>227</sup>. A julgar por referências posteriores, ao menos duas centenas haviam se incorporado apenas neste período. Destarte, se os efeitos da concentração demográfica já eram bem visíveis em San Thomé desde anos anteriores, em meados da década de 1680, esta situação ainda se reforçara.

Com a cisão do *pueblo*, parte de suas famílias seguiriam para a banda oriental, dando origem a povoação de San Borja. E este seria o único povoado a se instalar na região, que não se estabelecera em terras próximas aos rios Ijuí e Piratini. A escolha seria por um sítio junto a margem oriental do rio Uruguai, bem próximo a San Thomé, e a há poucas léguas ao sul do arroio Icabacua (atual, rio Icamaquã). Tal opção, tudo indica, orientava-se por duas razões principais, ambas relacionadas a história daquele povoado. A primeira envolve o fato de que aquela era uma região

---

227 No ano de 1683, em uma carta em que tratava sobre as incursões e tratativas realizadas com o objetivo de atrair os “guanoas”, o Pe. Francisco Garcia, referindo-se apenas aos últimos meses daquele ano, mencionava ao menos 40 novas incorporações ao povoado de San Thomé. (JARQUE, 1687, cap. XXIV).

bem conhecida por seus futuros habitantes, já que, ao menos desde a virada da década de 1660, a comunidade de San Thomé mantinha uma estância na região. Na década seguinte, com o início da exploração da “vaqueria del mar”, aquelas terras ainda se tornariam uma passagem obrigatória para os vaqueiros *thomístas* que seguiam em direção a costa atlântica<sup>228</sup>. Assim, mesmo que relativamente distante dos demais *pueblos* que se transferiram para a banda oriental, a opção por aquele sítio também parece ter considerado a importância de que este mantivesse proximidade com os caminhos que permitiam acesso a “vaqueria del mar”. Por outro lado, a escolha por aquela localidade em específico também envolvia relações de posse. De fato, o novo *pueblo* estaria bem próximo das terras que, na banda oriental, haviam abrigado o primeiro sítio do povoado de San Thomé, abandonado ainda em fins da década de 1630 por ocasião das ofensivas bandeirante. Deste modo, as famílias que seguiram para fundar o povoado de San Borja, tudo leva a crer, também partiriam convencidas de que possuíam direitos de exclusividade, ao menos sobre parte daquelas terras.

Cerca da metade dos habitantes de San Thomé, algo em torno de 2,6 mil pessoas, deixariam o povoado para se estabelecerem em San Borja<sup>229</sup>. E alguns registros posteriores sugerem que, também neste caso, a divisão não se processara de modo fortuito. Com efeito, não parece coincidência que, dentre as famílias que partiriam para fundar o novo povoado, estivessem os descendentes de lideranças como D. Rodrigo Arazay, que, além antigo habitante da banda oriental, estivera, ao longo das décadas anteriores, a frente de diferentes incursões e iniciativas que percorreram aquelas terras. No mesmo sentido, tudo indica que não era por acaso, que, dentre os habitantes do novo povoado de San Borja, estivesse uma expressiva parcialidade “Guenoa”, que, desde a década anterior, havia se formado em San Thomé. Por sua identificação com os territórios da banda oriental, não é surpresa que aquele contingente, que reunia algo em torno de 300 pessoas, também tenha optado por rumar em direção novo *pueblo*. Além de maior proximidade com as campanhas que se estendiam até a costa atlântica, aquelas famílias poderiam gozar de maior autonomia, posto que, em San Borja, constituiriam seu próprio bairro, ao que tudo indica, em um ponto algo afastado dos demais<sup>230</sup>.

De todo o exposto, parece claro que, apesar de certas distinções e particularidades, estes casos apresentam similitudes expressivas. E não poderia ser diferente, haja vista que as razões que levaram àquelas mudanças e divisões, assim como as motivações e interesses que estimularam a

---

228 De fato, os futuros moradores de San Borja não estavam entre aqueles que se valiam do caminho da serra para alcançar aqueles campos. Não haviam, portanto, quaisquer razões para que se instalassem entre os rios Ijuí e Piratini.

229 Em 1690, o povoado de San Thomé contava com 2804 habitantes, e San Borja com 2714, dentre os quais, 324 seriam identificados como “Guenoas”. (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 5-918)

230 Em documentos posteriores, “Jesus Maria de lo Guenoas” é ora citado como um bairro, ora como um *pueblo* vinculado a San Borja.

escolha de territórios na banda oriental, seriam, para todas aquelas comunidades, basicamente as mesmas. De um lado, estaria a tensão entre as necessidades expansionistas dos *pueblos*, fruto de seu expressivo crescimento demográfico, e a exiguidade, na mesopotâmia, de terras disponíveis para comportar novas ampliações. Esta dinâmica, ao implicar em dificuldades a produção de recursos, estimulava a ideia de busca por novas áreas. Neste contexto, a banda oriental fornecia uma série de conveniências. A amplitude das terras e suas comodidades, a existência de vínculos territoriais que amparavam direitos de posse, e a oportunidade de estarem mais próximos a *vaqueria del mar*, eram fatores de atração, que, por aqueles anos, tornavam a “outra banda” uma escolha bastante lógica. Em meio as necessidades e o horizonte de possibilidades, aquela região apresentava-se como a solução mais a propósito, e também mais cômoda para abrigar novos *pueblos*.

As repercussões destes processos seriam amplas, e, em boa medida, compõem temas que serão abordados nos capítulos seguintes. Contudo, desde já é importante sublinhar que, para aqueles que se transferiram para a banda oriental, os esforços envolvidos na mudança seriam recompensados. Com efeito, as comunidades não tardariam a se apropriarem de boa parte dos territórios que haviam sido ocupados por seus ascendentes, de modo que, além de disporem de terras suficientes para, com comodidade, comporem seus roçados, também contariam com grandes extensões territoriais para formarem suas estâncias. Em outros termos, contariam com áreas cujas dimensões seriam bem mais amplas do que aquelas de que dispunham anteriormente. Ao mesmo tempo, vale destacar que as implicações destes processos não afetariam apenas as comunidades que se instalaram na banda oriental. Considerando que algo em torno de 12 mil pessoas deixariam a mesopotâmia – cerca de 30% do total de habitantes dos povoados do Uruguai, e 15% do contingente de ambas as províncias –, não há dúvidas de que tais mudanças e divisões resultariam em importante redução da concentração demográfica naquela região. Em consequência, estes processos também trariam certo alívio a pressão territorial que, desde as décadas anteriores, impunha dificuldades e limitações a diferentes povoados. Em diferentes sentidos, portanto, aquela expansão abriria caminho para novas oportunidades e descobertas, que, não parece exagero afirmar, seriam ensejo para um período conhecido como de apogeu para aquelas comunidades.

## Capítulo 6. “Señores Legítimos”

Em fins do século XVII, com a formação de novos *pueblos*, o início da reocupação da banda oriental e a manutenção de um ritmo acelerado de expansão, as questões de ordem territorial alcançariam patamar de primeira relevância, tanto no Uruguai, quanto no Paraná. Neste contexto, nenhum aspecto parece ter ganhado maior projeção do que os temas que envolviam as dinâmicas e relações de exclusividade territorial. Com efeito, em meio à Documentação que abarca este período, são recorrentes os exemplos e indícios que denotam a centralidade atribuída as demandas relacionadas ao controle, administração, e a defesa dos domínios territoriais daquelas comunidades. E é sobre estes e outros tópicos que tratamos neste capítulo.

A melhor forma de articular estas questões, segundo compreendemos, é abordando-as a partir de contextos particulares e situações concretas. Neste sentido, o presente item reúne estudos de caso e análises sobre Documentos específicos, todos centrados na década de 1690. Eles envolvem operações, episódios e processos relacionados a temas como a doação de terras, a concessão de títulos, e a emergência de desacordos e litígios sobre direitos de posse. Neste âmbito, o enfoque a partir de uma escala reduzida permite acompanhar em maior detalhe os procedimentos empregados em tais circunstâncias, e possibilita uma mirada sobre as lógicas que orientavam as relações de exclusividade territorial naquele contexto. Ao mesmo tempo, tal abordagem fornece indícios que viabilizam considerações sobre os papéis desempenhados pelos diferentes atores que tomariam parte em meio a estas dinâmicas e processos. Nesta perspectiva, como veremos, dois elementos chamam atenção de modo singular. De um lado, a profusão dos registros escritos, cujo emprego, cada vez mais difundido, aponta para a consolidação do sentido jurídico das relações de posse naquele contexto. Por outra parte, destacam-se os papéis desempenhados por indígenas, em especial pelas lideranças, que além de tomarem parte ativa em todos estes processos, demonstrariam plena compreensão sobre as lógicas e instrumentos, que legitimavam os direitos de suas comunidades.

## 6.1 Três doações legítimas

O primeiro tópico deste capítulo aborda três casos que, apesar de envolverem contextos e desdobramentos bastante distintos entre si, guardam ao menos duas similitudes que os aproximam. Uma delas é a coetaneidade, já que todos transcorreram em meio ao período que se estende entre fins dos anos de 1680 e a primeira metade da década de 1690. Outro fator comum, este particularmente importante para os fins desta pesquisa, é o de que tais episódios envolveriam concessões de terras realizadas entre diferentes *pueblos*. Estas ocorrências, como veremos, indicam a consolidação de um sentido jurídico a estes processos, e permitem captar algumas das lógicas referentes as relações de domínio territorial que os cercavam.

O primeiro caso tem relação com uma nova cisão ocorrida em uma comunidade da província do Uruguai. Desde meados da década de 1680, o *pueblo* de Santa Maria, que já havia ultrapassado a marca dos 5 mil habitantes, ganhava ao menos uma centena de novos moradores a cada ano. Assim, com as divisões dos povoados de Concepción e San Tomé durante a segunda metade daquela década, a povoação se tornara a mais populosa dentre todas as 24 que então compunham as províncias do Uruguai e Paraná. Para uma comunidade cujo sítio localizava-se a poucas léguas de seus vizinhos, e que, ainda na década de 1670, havia enfrentado disputas em torno dos limites de suas terras, aquele ritmo de expansão, pode-se supôr, implicava em crescentes dificuldades de ordem territorial. Neste contexto, não causa surpresa que, em 1690, quando o povoado reunia 1.384 famílias, e um total de 5.725 habitantes, tenha se decidido que era hora de efetuar sua divisão (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 5-918). Destarte, ainda em meados daquele ano, a maior parcela dos habitantes de Santa Maria – algo em torno de 60% de seu contingente – optaria por deixar o povoado, e tomaria parte na fundação de um novo *pueblo*:

(...) se ha dividido la reduccion de Santa Maria en dos partes por su gran multiplico, quedando en el pueblo antiguo el pedaço menor, que mantiene el nombre antiguo, y dando a este otro el de S. Lorenço Martyr que consta de 3512 almas, en que ay ochocientas y veinte tres famílias (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 6-919).

A nova comunidade também se estabeleceria em um sítio localizado entre os rios Ijuí e Piratini, a algo como três léguas de distância de San Miguel (aproximadamente 16 Km), e seis do *pueblo* de San Luís (aproximadamente 33 Km) (FURLONG, 1962, p. 143)<sup>231</sup>. Para esta escolha, em

---

231 A povoação de San Lorenzo não seria a única fundada ao longo da década de 1690 a partir da divisão de comunidades que haviam experimentado um crescimento demográfico expressivo. Como bem se sabe, durante a segunda metade daquela década, outros dois *pueblos* seriam erigidos a partir de processos semelhantes. Um destes seria o povoado de San Juan Baptista, formado entre os anos de 1697 e 1698, a partir da divisão da comunidade de San

que pese a escassez de referências específicas, parece razoável considerar que pesariam, tanto as comodidades daquele território, quanto a própria condição alcançada pelos povoados que haviam se estabelecido na região durante a segunda metade da década de 1680. Ali, para além de contarem com rotas de circulação bem assentadas – dentre elas o caminho que levava as vaquerias –, a nova comunidade de San Lorenzo teria a conveniência de contar com a proximidade e os auxílios de outros *pueblos*. Ademais, a situação dos povoados que, poucos anos antes, haviam se transferido para a região, constituía outro atrativo nada desprezível, já que sua condição próspera fornecia bons indícios de que aqueles territórios dispunham das qualidades necessárias para sustentar a nova povoação.

No entanto, havia uma circunstância que diferenciava o caso de San Lorenzo daqueles ocorridos em anos anteriores, e é justamente este aspecto distintivo, que, neste contexto, importa ressaltar. Referimos ao fato de que as famílias que comporiam aquela povoação não possuíam relações pretéritas com a banda oriental. Como destacamos em capítulo anterior, a comunidade de Santa Maria teria seus princípios no Iguazu, ainda em meados da década de 1620, e se formara a partir da reunião de cacicados provenientes daquela região. Com a mudança para as margens do Uruguai em princípios da década de 1630, o *pueblo*, é bem verdade, incorporaria novas famílias, mas, até onde se sabe, estas não provinham da “outra banda” do Uruguai. Isto significa que, diferente dos casos de San Borja, San Luís, San Nicolás e San Miguel, as “parcialidades” que se estabeleceriam em San Lorenzo não dispunham, ao menos pelo “direito natural”, de qualquer legitimidade para pleitear direitos de exclusividade sobre territórios na banda oriental. Neste ponto, soa algo incoerente que, nesta situação, tais famílias tenham optado por uma mudança para aquela região. Mais do que isto, esta constatação parece contradizer um dos argumentos que levantamos no capítulo anterior, qual seja, o de que os direitos de posse estiveram entre os principais estímulos para as comunidades que escolheram migrar para a “outra banda” do Uruguai. A Documentação coetânea, por infortúnio, é escassa, e não fornece pistas capazes de aclarar este ponto. No entanto, recorrendo a registros posteriores, é possível, ao menos em parte, compreender algo do arranjo que possibilitou o acesso daquela comunidade a territórios na banda oriental. Em 14 de janeiro de 1713, ao emitir um parecer sobre um litígio que envolvera os povoados de San Miguel e San Thomé (episódio que será abordado com mais detalhe no capítulo seguinte), o Pe. Juan Maria Pompeyo fazia referência a uma “donacion” realizada pelos miguelistas a comunidade de San Lorenzo:

en la cual se declara q las tierras q se les davan a S. Lorenzo empesaban desde el Toropí exclusivo y primer termino a la parte del norte empezando desde este mismo toropi las tierras de S. Miguel de suerte que el mismo Toropi es lindero de donde empiezan las tierras de los dos pueblos conbiene a saber S. Lorenzo como termino ultimo excluyendo

---

Miguel. O outro seria o *pueblo* de Santa Rosa, composto por famílias que antes habitavam a povoação de N. Sra. de Fé, a primeira comunidade que, no Paraná, havia superado a marca de 5 mil habitantes.

el Toropi y S. Miguel incluyendo terminando esta inclusion hazia el Poniente en el ñagaru y no mas adelante. (AGNA, Sala IX, 6-9-5)

A área cedida pelos *miguelistas*, que se estendia ao sul do rio Toropi, permitiria que a comunidade de San Lorenzo dispusesse de uma extensa área de campo, bastante propícia para a formação de suas estâncias. Infelizmente, não constam, neste ou em outros Documentos que pudemos reunir, referências sobre como o pueblo tivera acesso a área sobre a qual assentariam seu *pueblo*, e as terras e montes onde formariam seus roçados. No entanto, pela proximidade entre o sítio escolhido e o povoado de San Miguel, parecem grandes as possibilidades de que estas também fossem resultado de concessões efetuadas nos mesmos termos. Outro aspecto que também escapa aos registros se refere ao período em que estas doações foram oficializadas. Neste ponto, contudo, tudo indica que o acerto seria definido ainda antes daquela comunidade iniciar sua mudança em direção a banda oriental, afinal, parece pouco provável que, por aqueles anos, seus futuros moradores tenham se engajado naquele projeto sem contarem com garantias mínimas de que poderiam dispor de terras suficientes para sustentar seu novo povoado.

Doações como a efetuada pelos *miguelistas* a comunidade de San Lorenzo, é bem verdade, estavam longe de constituir fatos novos na história daquelas comunidades. Neste âmbito, para ficarmos em apenas alguns exemplos, poderíamos citar a concessão, que, em meados da década de 1650, fora realizada pelos *yapeyuanos* a comunidade de La Cruz, ou, ainda, a doação, que, em fins da década de 1660, a comunidade de San Ignacio efetuara aos refugiados do Itatim. A diferença neste caso específico – e, como veremos, também em outros transcorridos a partir de fins do século XVII – diz respeito a produção de um registro sobre aquele ato, fato que, salvo engano, não ocorrera nas décadas anteriores. Com efeito, pelos termos utilizados pelo Pe. Juan Maria Pompeyo, parece claro que havia sido produzido um Documento escrito, que registrava os termos daquela concessão. Com este, a “donación” passava a contar com um suporte, que poderia ser consultado sempre que houvesse necessidade para tal, como, de fato, ocorrera naquela oportunidade. Esta prática, é possível conjecturar, tinha por objetivo conferir maior precisão aos pontos acordados na concessão, de modo a esclarecer e/ou evitar futuras discordâncias sobre seus termos. Em outras palavras, aquela outorga, diferente das realizadas em décadas anteriores, teria, com o registro, uma espécie de amparo jurídico, uma garantia formal que conferia maior legitimidade a doação.

Este caso guarda importantes semelhanças em relação a outros ocorridos no mesmo período, para os quais a Documentação existente é bem mais expressiva. Um destes envolveria o *pueblo* de Jesus, que, como mencionamos de passagem no capítulo anterior, fora erigido em 1685, nas proximidades da desembocadura do rio Monday. Em boa medida, sua formação era fruto dos esforços levados a cabo pelo Pe Geronimo Delfin, que, desde os princípios daquela década, realizava incursões com o objetivo de estabelecer alianças com parcialidades Guarani que



habitavam a região<sup>232</sup>. O novo *pueblo*, contudo, não se manteria por mais de um ano em seu primeiro sítio. Ainda em 1686, a comunidade migraria para um novo assentamento localizado nas proximidades do rio Ibaroti, medida que, segundo afirmava-se, fora tomada em virtude dos riscos de ataques promovidos por incursões paulistas (LEVINTON, 2010, p. 590). No novo assentamento, outras famílias seriam agregadas a comunidade, que logo somaria algo em torno de 800 moradores.

A permanência no Ibaroti, no entanto, também não se estenderia por muito tempo. Quatro anos mais tarde, em princípios de 1690, seria definida uma nova mudança, e, desta vez, a intenção era de que a comunidade se instalasse em terras localizadas ao sul do rio Tebiquari, integrando-se definitivamente a província do Paraná. A transmigração ocorreria ainda em fins de 1690, e, além dos auxílios dos missionários, contaria com importantes contribuições de moradores de outros povoados, em especial de lideranças de N. Sra de Fé. Na “Ânua de las Doctrinas del Paraná e Uruguai” de 1690, consta que a migração, realizada por algo em torno de 850 pessoas (190 famílias), havia sido empreendida a grandes custas, mas fora concluída sem maiores sobressaltos (MCA-CPH. Cx. 30. Doc 5-918). O sítio escolhido para abrigar a comunidade localizava-se entre os rios Mandisoby e Capiibari, a algo como 4 léguas do rio Paraná (aproximadamente 22 Km), e dispunha de “todas las comodidades en lo temporal” (MCA-CPH. Cx. 30. Doc 5-918)<sup>233</sup>.

Nosso interesse sobre este caso, contudo, não é exatamente o de tratar sobre os detalhes da mudança, mas sublinhar o modo pelo qual os *jesuatos* teriam acesso aos territórios que comporiam seu novo *pueblo*, e, em especial, destacar o conteúdo de um Documento relacionado a este processo. Antes disso, é importante considerar que grande parte das terras que se estendiam ao sul do rio Tebiquari constituíam, por aqueles anos, domínios reconhecidos de alguma das comunidades que formavam a província do Paraná. Destarte, ao menos a primeira vista, não haviam áreas disponíveis para que um novo povoado se instalasse na região. Seria necessário, portanto, que outras comunidades cedessem parte de suas terras em “donación” aos *jesuatos*, e foi justamente o que ocorreu. Através de Documentos apresentados pela comunidade de Jesus em dois processos posteriores – ambos ocorridos muitos anos mais tarde, já na segunda metade do século XVIII – é possível ter boa ideia de como fora construído este arranjo. Em grande medida, a conformação territorial daquele *pueblo* seria resultado de concessões outorgadas ao longo da primeira metade da década de 1690<sup>234</sup>. E a maior parte delas seria efetuada pela comunidade de Córpus, que, além do

---

232 Nas fontes, a principal designação empregada em referência a estas populações é a de “monteses”, uma alusão as configurações de relevo das terras que ocupavam junto ao Monday, mas, também, um indício que denota certa distinção sociocultural em relação a outros grupos Guarani.

233 Em carta ao provincial, datada de 20 de setembro de 1690, o Pe. Geronimo Delfin, expressaria entusiasmo com as qualidades do novo posto, que, em suas palavras, localizava-se “entre dos arroyos y tan capaz q una Sebilla se podia fundar, muy alegre y coronado de montes (...)” (AGNA, IX, 6-9-4).

234 Em uma carta escrita em 4 de novembro de 1762, relacionada a um litígio pela posse de uma área de extração de cal que envolvia os povoados de Jesus e Trinidad, o Pe. Juan Antonio de Rivera, que atuava em defesa dos *jesuatos*,

local em que seria erigido o novo povoado, e das terras nas quais foram estabelecidas boa parte das chácaras de seus moradores, também doariam outra área aos *jesuatos*, esta próxima ao Tebiquari. Os termos desta concessão constam em um Documento apresentado pela comunidade Jesus em um dos processos a que fizemos referência, e seu teor é bastante elucidativo:

En veinte y dos del mês de Mayo del año de mil seiscientos y noventa, el Corregidor del Pueblo del Corpus Antonio Abaro, el theniente Ignacio Chipii, y todo el Cavildo Alcaldes, y Regidores con los Casiques de dicho pueblo a peticion del Padre Superior Salvador de Roxas, damos espontanea, y graciosamente, â los del Pueblo del Jesus para su nueva fundacion las tierras que de la otra parte del Paraná tenemos y gosamos como Señores legitimos suyos por haber sido de nuestros Padres, y Abuelos, que son las tierras, Campos, y Montes, que estan de la otra vanda del Arroyo que llaman Capiibariaguazu aguas avajo hasta el Paraná, y aguas arriba hasta el Parage que llaman Mbaeporomoco desde un Arroyo que esta alli cerca, y subiendo arriba hasta un campichuelo llamado San Ignacio de suerte que desde estos terminos ya señalados hacia la parte del Corpus, y Parana los reservamos para nosotros, assi campos como Montes, sin que los del Pueblos del Jesus se puedan meter en dichas tierras, y montes que estan en esta vanda del ya dicho Arroyo Capiibariaguazu, y mas les damos las tierras, Campos, y Montes del Yatayti que tambien fueron de nuestros Padres y Abuelos y les damos todo el Derecho que dellos tenemos como sus leg(x)ítimos Señores, y desde el fin del Yatayti , mirando al Poniente hasta llegar al Arroyo llamado Taquari confinante con las tierras del Yaguapoha y desde alli corriendo aguas arriba de la otra vanda del dicho Taquari hasta el Caraguatati, es de nuestros hermanos, y parientes del Yuti y desde las cabezadas del Taquari, corriendo del Nordeste hasta el Tebiquari deesta vanda con todas sus cabezadas se lo damos tambien, por que de todos estos Campos y Montes gozaron nuestros Padres y Abuelos, y para que en adelante conste de esta donacion que hacemos a los de el Jesus, lo firmamos de nuestros nombres los que savemos, y por los que no firman el Teniente Ignacio Chipiy, fecha en el pueblo de el Corpus, en el dia y año sobredicho. Antonio Abaro, Ignacio Chipiy Pedro Aguayi. Miguel Cuipia [...], Nicolas Ocariti <sup>235</sup> (AGNA, Sala IX, 10-07-04).<sup>236</sup>

Apesar de tratar-se de uma cópia em língua espanhola, muito provavelmente traduzida de um original escrito em Guarani, nenhuma referência presente neste Documento parece impedir que se atribua sua autoria ao cabildo do povoado de Córpus. E mesmo que não se descarte que um ou mais missionários tenham contribuído em sua elaboração, o que parece certo, pelo próprio conteúdo deste escrito, é que as lideranças daquele *pueblo* tinham pleno conhecimento sobre o teor e o significado de tal registro. Isto posto, é possível afirmar, como no caso anterior, que o registro constituía uma espécie de garantia sobre os termos daquela concessão. De um lado, os moradores

---

faria referência a três concessões realizadas pela comunidade de Córpus ao *pueblo* de Jesus (“tierras que el Corpus dio al Jesus los años de 90, 92 y 94”). Na mesma missiva – que tinha como destinatário o então visitador, Pe. Nicolas Contucci – Rivera também citava outra concessão outorgada em favor daquela povoação, esta efetuada pela comunidade de Itapuã em 1694 (AGNA, Sala IX, 6-10-5).

235 No padrão 1676-77, mencionam-se, pelo menos, três nomes referidos neste documento, todos relacionados como caciques: Don Antonio Abaro, Don Ignacio Chipiy e Don Nicolás Ocariti (AGNA, Sala IX, 18-08-01).

236 A cópia deste documento se encontra em meio a um conjunto de registros, que, em 1784, fora apresentado pela comunidade de Jesus durante um litígio travado contra o *pueblo* de Yuti. Este processo, que se iniciara na década de 1760, e se estenderia, pelo menos, até meados da década de 1780, seria motivado por disputas pelos direitos de exploração sobre os “yerbales” do Monday. Sobre o tema, ver: La micro-región: espacio y tiempo en la cartografía producida por la interacción jesuítico-guaraní. *Anuario de Estudios Americanos*, [S. l.], v. 67, n. 2, 2010. pp. 589-593).

do povoado de Jesus contariam com um instrumento de que poderiam se valer caso fosse levantado algum questionamento a respeito de seus direitos de posse sobre aquelas terras. Ao mesmo tempo, tal Documento também serviria como uma forma de proteção para a comunidade de Córpus. Com efeito, a preocupação de suas lideranças em sublinhar com precisão os limites das terras que cediam aos *jesuatos* denota seu interesse em assegurar que, caso os novos habitantes extrapolassem as divisas estipuladas, haveria um registro a que poderiam recorrer para afiançar seus direitos de posse<sup>237</sup>.

O conteúdo deste Documento, no entanto, ainda traz outras referências bastante relevantes. Com efeito, o registro apresenta um conjunto de elementos, que permitem compreender algumas das lógicas que envolviam os direitos de exclusividade territorial naquele contexto. Neste sentido, um aspecto que se depreende do registro é o de que a doação não ocorrera a partir de uma iniciativa das lideranças de Córpus, mas como resposta a uma petição realizada pelo superior, Pe. Salvador de Roxas. De um lado, isto evidencia o papel de intermediário desempenhado pelo missionário, e, deve-se reconhecer, também a importância de sua participação na construção daquele arranjo. Contudo, mirando por outro viés, a referência também demonstra os limites de sua autoridade. Com efeito, a despeito de sua posição de padre superior, Roxas não possuía autoridade para conceder aquelas terras aos *jesuatos*, e isto, mesmo que tais áreas não fossem, por aqueles anos, efetivamente ocupadas pela comunidade de Córpus, como parecia ser o caso. O fato de que as famílias do povoado não possuíam roçados ou estâncias na região não significava que desconhecêssem seus direitos de domínio sobre aquelas terras, nem dava ao padre superior o direito de concedê-las a outro *pueblo*. Cabia a comunidade de Córpus, representada pelo conjunto de suas lideranças, a última palavra sobre a doação, afinal, eram eles os “senhores legítimos” daquelas terras.

Ainda neste contexto, chama atenção o modo pelo qual, no registro, os *cabildantes* de Córpus sustentariam sua legitimidade para realizar tal doação. Ao longo do Documento, mencionara-se, por mais de uma vez, que os “campos y montes” que a comunidade cedia aos *jesuatos* compunha parte dos territórios de que gozaram seus “padres y abuelos”. Deste modo, suas lideranças deixavam claro que era na condição de herdeiros reconhecidos daquelas terras, e, portanto, de detentores de plenos poderes sobre estas, que realizavam-se tais concessões. Estes apontamentos sugerem, por um lado, a familiaridade com que os representantes daquele *pueblo* articulavam a noção de domínio territorial como um direito vinculado a sua ascendência. Ao mesmo tempo, revelam sua compreensão de que este “direito natural” lhes assegurava a prerrogativa de

---

237 Dois anos depois, em 20 de outubro de 1692, ainda seria estabelecido um marco delimitando a divisa entre as terras que permaneciam sob os domínios da comunidade de Córpus, e aquelas que haviam sido cedidas aos *jesuatos*. Sobre o tema, o Pe. Geronimo Delfin, que acompanhara este processo, afirmaria que uma cruz fora implantada em um local assinalado pelos “dichos Indios del Corpus, como dueños lexítimos de dichos Campos, y Montes en conformidad de la donacion sobredicha” (AGNA, Sala IX, 6-7-10).

dispor daqueles territórios do modo que julgassem mais conveniente. Neste sentido, tinham plena ciência de que o que outorgavam a comunidade de Jesus não era uma simples autorização, mas os próprios direitos de posse que dispunham sobre aquelas terras. A partir de então, os *jesuatos* não teriam apenas uma licença para ocupar tais áreas, mas tornavam-se “legítimos señores” daqueles territórios.

O terceiro e último caso que gostaríamos de destacar neste tópico teria lugar no Uruguai, e envolvera os povoados mais austrais daquela província. Em 1688, a pedido do “cabildo y demas caciques” do *pueblo* de La Cruz, o então provincial, Pe. Thomas Donvidas, produziria, com o auxílio do superior, Pe. Alonso del Castillo, um Documento que delimitava o conjunto dos territórios que pertenciam ao povoado. O objetivo, segundo destacavam, era dar aos *crucistas* “mas justificacion de su derecho y de que legitimamente las poseen; para que en ningun tiempo nadie les moleste, ni inquiete su pacifica possession”. A partir do registro, verifica-se que as terras daquele *pueblo* abarcavam uma grande área, que se estendia por ambas as margens do rio Uruguai. Para o tema de que estamos tratando, importa, neste Documento, ressaltar o trecho em que eram mencionados os limites das terras que se dilatavam pela banda oriental:

(...) declaro por terminos da estancia de la otra banda del Uruguai donde tienen sus vacas y se llama el Itaqui comenzando el termino de dicha estancia desde la otra banda del Uruguai corre hacia el oriente y llega hasta el Ybipita miri q es el último termino largo y por costado desde el Itaembe q es la cabezada del mbutuy viene corriendo siempre dicho mbutuy por la otra banda hasta entrar al Uruguai dicho mbutuy, y por el otro costado al arroyo q llaman Tebiri de cuya cabeçada se corre por un campo q tiene un caapau llamado caape y corre hasta llegar al Ibicuiti, y es declaracion q dicho termino del Tebiri es donacion hecha del corregidor y cabildo y demas casiques del Yapeyu siendo cura de dicho pueblo el p. Juan de Torres en presencia del P. Provincial Thomas Donvidas, y Pe. Superior Alonso del Castillo q todos unanimes y conformes espontanea y libremente hizieron donacion desde el Itaqui hasta dicho arroyo de Tebiri corriendo hasta el Ybicuyti como esta dicho solo dexando les libre para que quando nesecitar en sacar Lagas del Itaqui lo pueda hacer como los de este pueblo teniendo ambos pueblos por comum dicha cantera. (MCA-CPH. Cx. 19. Doc. 62-511)

Neste excerto, o que se pretende destacar é a menção a nova “donación” realizada pela comunidade de Yapeyú aos moradores de La Cruz. A concessão, que, ao que parece, ocorrera naquele mesmo ano, dizia respeito a uma faixa de terra localizada entre o rio Itaqui e o arroio Tebiri, e compreendia um ponto estratégico para os *crucistas*, já que era por ali que os vaqueiros do povoado cruzavam o rio Uruguai. Neste caso, além de se referir a uma área bem específica, a doação teria uma outra particularidade, esta relacionada a seu registro, já que seria mencionada em meio a um título conferido pelo provincial. A julgar por suas palavras, o ato contaria com apoio unânime do conjunto das lideranças de Yapeyú, e seria realizado em uma espécie de solenidade, que, além do corregedor, *cabildantes* e “demas caciques” daquele *pueblo*, também se dera em presença de testemunhas de autoridade, caso do superior, Pe. Alonso del Castillo, do pároco do povoado, Pe. Juan de Torres e do próprio Donvidas.

A despeito dos esforços do provincial em destacar a legitimidade daquela doação, a comunidade de La Cruz não estava plenamente satisfeita com a menção referida naquele título, ao que tudo indica, pela lembrança dos desacordos que, em décadas anteriores, haviam envolvido os dois *pueblos*. Assim, em setembro de 1690, seria produzido outro registro relacionado àquela concessão. Desta vez, para formalizar o acordo, os cabildos dos dois povoados se reuniriam, e, junto a seus párocos, produziriam um novo Documento, desta vez ratificado por lideranças de ambos os *pueblos*. E como se não bastasse, dois anos depois, quando o novo provincial, Pe. Lauro Nuñez, realizava uma visita ao povoado de La Cruz, ainda lhe seria solicitada uma confirmação para aquele registro (MCA-CPH. Cx. 19. Doc. 62-511).

A busca por registros, que, em um primeiro olhar, aparentava uma preocupação excessiva por parte das lideranças do *pueblo* de La Cruz, não tardaria a se mostrar uma postura acertada. Isto, pois, ainda em meados da década de 1690, este tema estaria no centro de um litígio entre os dois povoados. Em 1696, a comunidade de Yapeyú apresentaria um pleito com o objetivo de invalidar a concessão, alegando que suas lideranças haviam sido coagidas a efetuá-la, e não tinham completo entendimento sobre os termos acordados. Este litígio já foi investigado por outros autores, e não pretendemos, aqui, retomá-lo em maior detalhe (LEVINTON, 2005, 2010; SERRES, 2018). O que, neste contexto, importa sublinhar é que, em defesa dos direitos dos *crucistas* sobre aquelas terras, seriam apresentados dois instrumentos principais, quais sejam, o Documento produzido pelo Pe. Donvidas, e a confirmação da cessão realizada em 1690<sup>238</sup>. O objetivo, por óbvio, era contestar a tese apresentada pela comunidade de Yapeyú, e comprovar que tal doação havia sido realizada de modo legítimo, como confirmavam tais registros. E estes Documentos teriam, tudo leva a crer, grande peso na decisão que, anos mais tarde, daria ganho de causa a comunidade de La Cruz. Com efeito, o entendimento ao final do litígio seria o de que a concessão havia sido plenamente legítima, e as lideranças de Yapeyú tinham total ciência de seus termos, tanto que, por mais de uma vez, reiteraram sua conformidade com o acordo<sup>239</sup>. Ao cabo, a insistência dos *crucistas* em obter tais registros se provaria acertada, uma vez que garantiria sua posse sobre aquelas terras.

Este caso exemplifica a pleno as razões pelas quais a produção de registros escritos havia se tornado parte daqueles processos. Com estes, as doações eram formalizadas, e estabelecia-se um recurso de salvaguarda, que, devidamente reconhecido, poderia ser utilizado caso surgissem

---

238 Na sentença do Pe. Anselmo de La Mata sobre este litígio, pode-se ler: “(...) y por parte de la Cruz para probar mejor derecho se an presentado dos donaciones la una del Pe. Provincial Thomas Dombidas, con asistencia del Pe. Superior Alonso del Castillo con consulta y consentimiento de los Indios de Yapeyu, comose refiere en ella, y otra Donacion de dichos Indios ratificada delante del Pe. Provincial Lauro Nuñez, y confirmada por el mismo (...)” (AGNA, Sala IX, 6-9-4).

239 Segundo o Pe. Anselmo de La Mata, a mudança de postura dos *yapeyuanos* só ocorreria anos depois de efetuada a concessão, e devia-se a manifestação de um antigo pároco daquela comunidade, que enviara um bilhete as lideranças do *pueblo* questionando sua conveniência. Idem.

questionamentos ou discordâncias. Em meio àquele contexto, portanto, os registros davam maior legitimidade as concessões, conferindo a estas um sentido jurídico. E esta função, por aqueles anos, já não era uma noção alheia ao entendimento de *cabildantes* e caciques. Ao contrário, o que este e os demais episódios sugerem, é que as lideranças dos *pueblos* reconheciam a importância e os significados de tais Documentos. Ou seja, tudo leva a crer que já haviam assimilado uma espécie de dimensão jurídica às relações de posse.

## 6.2 A estância dos “Guenoa”

No capítulo anterior, mencionamos de modo breve que, com a fundação de San Borja em 1687, as famílias de origem Guenoa, que, ao longo dos anos anteriores, haviam se estabelecido em San Tomé, também partiram em direção ao novo *pueblo*. No entanto, omitimos, naquela ocasião, um detalhe, que, neste ponto, convém tratar com maior atenção. Ao longo da primeira metade da década de 1680, com as contínuas incursões de vigilância realizadas pelos *tomístas*, e o aumento progressivo das expedições realizadas em direção a “vaqueria del mar”, o número de novas famílias incorporadas ao povoado crescera de modo expressivo. Destarte, segundo as referências do Pe. Francisco Jarque, esta dinâmica de incremento avançara a tal ponto, que, em 1685, decidira-se que era conveniente “formarse otra reduccion nueva, con los Neophitos, y Cathecumenos” (JARQUE, 1687, Cap. XXIII). Estabelecera-se, assim, um novo *pueblo*, que seria nomeado Jesus Maria.

Por infortúnio, as referências do Pe. Jarque sobre este tema são bastante sucintas, e não contam com indícios que permitam contextualizar a nova fundação de modo mais preciso. Assim, não dispomos, por exemplo, de informações sobre a localização específica do *pueblo*, ou mesmo, de uma confirmação de que, de fato, seus moradores haviam se estabelecido em um sítio à parte. Ademais, também não constam naqueles registros menções sobre a amplitude do contingente que a nova povoação lograra reunir por aqueles anos. Com efeito, a única informação mais precisa sobre este contexto refere-se ao pároco do povoado, função que seria exercida pelo Pe. Francisco Garcia, missionário que, desde a década anterior, participara de diferentes incursões realizadas com o intuito de atrair as “parcialidades” Guenoa, e muito provavelmente, era o único que, há época, compreendia algo do idioma praticado por aquelas famílias.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que as referências sobre a comunidade de Jesus Maria só se tornariam mais consistentes a partir de princípios dos anos de 1690. E o interessante é que os

Documentos deste período apontam para um cenário bastante distinto daquele que, para meados da década anterior, sugeria o escrito do Pe. Francisco Jarque. De fato, as menções presentes nas Cartas Ânuaas indicam que, pelo menos desde o ano de 1690, as parcialidades Guenoa já haviam se transferido para o sítio do *pueblo* de San Borja<sup>240</sup>. Naquele ano, os registros davam conta de um contingente relativamente expressivo, composto por 324 pessoas, entre jovens e adultos, que formavam um total de 74 famílias (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 5-918)<sup>241</sup>. Ao que parece, estas “parcialidades” teriam se estabelecido em um bairro, que estava junto, ou muito próximo a San Borja. Assim, passariam a frequentar a mesma igreja que os *borjistas*, e, também, a participar das congregações daquele povoado. No entanto, apesar de terem se estabelecido nas mesmas terras ocupadas pela comunidade de San Borja, as referências sugerem que tais famílias manteriam certa autonomia política. De fato, ao longo de toda a década de 1690, as menções presentes nas ânuaas, apesar de destacarem que os Guenoas habitavam “el mismo puesto” do povoado de San Borja, referiam-se àquelas famílias como parte do “pueblo de Jesus Maria de los Guenoas”, marcando a existência de certa diferenciação entre as duas comunidades<sup>242</sup> (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 5- 918).

Junto a San Borja, o “povoado” se tornaria uma espécie de baluarte nas interações com as populações “infiéis” da banda oriental. Com efeito, ao lado do Pe. Francisco Garcia, seus moradores empreenderiam uma série de incursões com o objetivo de atrair e incorporar populações “infiéis” a comunidade. Nestas “correrias”, além de voltarem-se a parcialidades com as quais mantinham certas relações de parentesco, os esforços também se estenderiam a incorporação de outros grupos. Ainda em 1690, uma referência daria conta, por exemplo, que em uma das “varias salidas” realizadas “en busca de los infieles”, haviam sido estabelecidos contatos com “tres yaros nacion distinta y opuesta a la de los Guenoas, que oy estan en paz con ellos, a ver el pueblo, y pareciendoles bien, uno se quedó” (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 5- 918).

Para o tema deste capítulo, no entanto, o que importa observar com maior atenção é a condição política daquela comunidade, em especial, sua situação em relação ao *pueblo* de San Borja. Neste âmbito, a despeito do caráter abreviado das referências presentes nas Ânuaas do período, é possível destacar alguns elementos para consideração. Na carta referente ao ano de 1691, por exemplo, consta uma passagem interessante, que, apesar de bastante pontual, parece assinalar certa distinção. No trecho que reúne informações sobre a comunidade de Jesus Maria, além da menção de que esta encontrava-se “conjunta a la Doctrina de San Francisco de Borja”, registra-se o

---

240 Ao que parece, portanto, a mudança ocorrera em algum momento entre os anos de 1687 e 1690.

241 No mesmo período, o povoado de San Borja contava com 2.396 moradores, e um total de 658 famílias (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 5-918).

242 Diego Bracco foi um dos autores a pontuar a situação peculiar da comunidade de “Jesús María de los guenoas” em meio ao *pueblo* de San Borja, que, em suas palavras: “parece haber funcionado alternativamente como pueblo independiente y como bairro (...)” (BRACCO, 2016, p. 45).

falecimento de “un capitan llamado Xavier”. A alusão enfatiza que tratava-se de uma importante liderança da comunidade, que gozava de autoridade entre aquelas famílias – “era como el oraculo de todos ellos” (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 6-919). Apesar de bastante pontual, esta referência, ao indicar que havia um “capitan” em Jesus Maria, permite conjecturar sobre a existência de uma organização político-administrativa específica daquela comunidade. Neste sentido, reforça a ideia de que aquele não era um simples bairro, e que seus habitantes possuíam certa autonomia em relação aos *borjistas*.

Contudo, a referência mais significativa neste sentido, e também a mais relevante ao objeto deste tópico, não provém das cartas ânuas, mas de outro Documento, este datado da segunda metade da década de 1690. Em agosto de 1697, quando realizava uma visita a San Borja, o então provincial, Pe. Simon de Leon, receberia uma solicitação das lideranças do *pueblo* de Jesus Maria. A demanda apresentada por estes não era incomum, mas, naquelas circunstâncias, ganhava um contorno particular. O pedido era para o que o padre outorgasse um título de terras àquela comunidade, que pretendia contar com uma área exclusiva para a formação de sua própria estância. A solicitação, ao que tudo indica, seria prontamente atendida pelo provincial, que produziria um registro nos seguintes termos:

Por averme pedido el Cap.n y los demas del Cabildo de Jesus Maria de Nacion Guenoa recién convertidos, que asisten en este Pueblo de S. Borja, y representado la necesidad que tienen de tierras para tener sus ganados separados en tierras propias por tener los agora en las tierras de S. Borja, y previniendo para en adelante, en convirtiendose todos los de su Nacion para se separaren deste Pueblo endonde estan, puedan tener tierras en que tener ganado competente, así mayor como menor para conservacion, y sustento, y rogandome señalase una Estancia suficiente para dicho efecto, les doy y señalo las tierras que estan en la otra vanda del Ibicuyti, que se contienen entre dicho rio Ibicuyti, que le servira de un costado, y por el otro un arroyo, que llaman Ibiapitaguaçu, que es lindero de las tierras del Yapeyu y va corriendo hasta las cabeçadas, inclusive, de *tapitagua* que llaman los Indios y todo lo contenido en estos terminos se les consede, y da para que las tengan, gocen, y posean como cosa própria, hasta que algun Gobernador, o Ministro de su Magestad en su nombre les de títulos en forma, y ordeno que ninguno sea osado a entrometerse ni perturbarles su pacífica posesion, y esto se entiende ser consedido sin perjuicio, de tercero, que mejor derecho tenga, que es echo em este Pueblo de S. Borja En nueve días del mês de Agosto de mil seiscientos y noventa y siete años. (AGNA, Sala IX, 6-9-7)

O conteúdo deste título permite diferentes considerações. E o primeiro aspecto que se nota de modo mais evidente é o de que, em que pese houvesse se instalado junto ao *pueblo* de San Borja, a comunidade de “Jesus Maria de Nacion Guenoa” contava com seu próprio cabildo, e foi este o responsável por encaminhar o pedido. Neste sentido, o registro fornece uma confirmação de que aquelas parcialidades usufruíam de certa autonomia política em relação aos *borjistas*, e também permite afirmar que estas dispunham de uma instância político-administrativa nos mesmos moldes dos demais *pueblos*. Mais do que isto, o título revela que o cabildo daquela comunidade possuía as



mesmas prerrogativas com as quais contavam as lideranças de outros povoados, tanto assim que reconheceu-se a sua legitimidade para pleitear um território particular.

No entanto, é para outros aspectos sugeridos por este registro que gostaríamos de chamar atenção de modo mais específico. Referimo-nos a dinâmica de adaptação das parcialidades “Guenoa” à territorialidade vigente naquele contexto. Neste sentido, convém sublinhar, inicialmente, que o conteúdo do título parece indicar que os moradores de Jesus Maria contavam com um rebanho próprio, ou, pelo menos, que colaboravam com os *borjistas* em tarefas ligadas a estância daquele *pueblo*. Isto sugere, em outros termos, que a comunidade “Guenoa” já se mostrava bem habituada ao sistema de estâncias. Por certo, tal adaptação fora facilitada pela experiência que tais grupos haviam adquirido ainda antes de se estabelecerem junto aos *pueblos* do Uruguai. Com efeito, quando se incorporaram, já contavam com aptidões para a montaria, e boas habilidades em tarefas relacionadas a captura e a condução do gado<sup>243</sup>. Ao mesmo tempo, uma vez que o manejo das estâncias possuía certas particularidades, e que estas exigiam alguns conhecimentos específicos, também é possível supor que os anos de convivência nos *pueblos* haviam sido suficientes para que aqueles grupos desenvolvessem tais noções. De todo modo, o que parece seguro afirmar é que, por aqueles anos, a comunidade de “Jesus Maria de Nacion Guenoa” se mostrava adaptada ao modelo de estâncias, e mais, que seus moradores já eram afeitos as conveniências proporcionadas por aquele sistema.

Em meio ao conteúdo do título, também constam dois dos argumentos, que, muito provavelmente, estiveram entre as alegações levantadas pelas lideranças de Jesus Maria para solicitar “tierras propias” para sua comunidade. O primeiro teria relação com uma questão de ordem prática, o inconveniente de que, por aqueles anos, seus moradores precisavam se utilizar das estâncias do *pueblo* de San Borja. Já o segundo envolvia a intenção de, no futuro, estabelecer um povoado à parte, projeto que seria posto em execução a partir da incorporação de novas famílias<sup>244</sup>. Estas alegações, segundo compreendemos, também podem ser vistas como indícios da adaptação daquelas “parcialidades” – sobretudo de suas lideranças – às dinâmicas territoriais dos *pueblos*. De um lado, elas parecem sugerir que os *cabildantes* de Jesus Maria haviam assimilado a ideia de que, em tal contexto, a “conservacion y sustento” de uma comunidade estava diretamente vinculada à

---

243 A Ânuia de 1693 apresenta uma referência interessante sobre a utilização dos equinos pelos “Guenoas”: “Esta nacion es vagamunda, y no tiene puesto permanente, viviendo en qualquier parte donde halla mas conveniencia debajo de unas esteras que quando van de una parte a otra levam sobre cavallos” (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 7-920).

244 Ao que tudo indica, este projeto não chegara a ser concretizado. Em meados do século XVIII, o Pe. José Cardiel, tratara, em sua *Breve relación de las Misiones del Paraguay*, sobre as grandes dificuldades enfrentadas para a conversão dos “infieles” que viviam “en las campañas”: “No obstante esto, en todos tiempos se ha trabajado en la conversión de éstos. El P. Francisco García se esmeró mucho en reducirlos á pueblo. Logrólo, formando uno con nombre de Jesús María. Duró algún tiempo: mas, no pudiendo subsistir por su inconstancia, se agregó al de San Borja, y allí perseveró y persevera en un barrio: Sobre el residuo continuamente se hacen diligencias, y se suelen agregar varios al pueblo de San Borja y al de Yapeyú (HERNANDEZ, t. II, 1913, p. 598).

posse de rebanhos próprios. E mais, que a maior autonomia de um povoado era indissociável do domínio exclusivo sobre áreas de campo que servissem ao abrigo destes animais. Havia uma relação intrínseca entre a ideia de comunidade e a posse de uma estância, e, tudo parece indicar, que os moradores de Jesus Maria, ou, pelo menos, que os *cabildantes* daquele *pueblo* já haviam compreendido esta lógica.

Como uma última consideração, ainda cabe destacar outro aspecto, não menos pertinente ao tema deste tópico. A solicitação de um título de terras, deve-se reconhecer, também sinaliza certa familiaridade das lideranças de Jesus Maria, seja com o sistema de limites já consolidado naquele contexto, seja com as relações de domínio territorial que nele vigoravam. Os *cabildantes* daquela comunidade, isto sugere a solicitação que encaminharam ao provincial, sabiam que não poderiam simplesmente escolher uma área qualquer de sua preferência para estabelecerem uma estância, que isto seria o mesmo que dar motivo para um conflito com um ou mais *pueblos*. Em outros termos, tais lideranças eram cientes de que outras comunidades dispunham, ali, de direitos de exclusividade sobre suas estâncias, e que, em meio àqueles campos, haviam limites territoriais que deviam ser respeitados. Por outro lado, o pedido de um título manifesta que os *cabildantes* de Jesus Maria já possuíam uma noção a respeito do regime de títulos que vigorava naquele contexto. Ao que parece, ao menos suas lideranças já entendiam as funções dos registros escritos, e o quanto importava, naquele contexto, contar com tais garantias. Com efeito, ao solicitarem “tierras próprias” para suas estâncias, e títulos referentes a estas, os representantes da comunidade “Guenoa” demonstravam compreensão sobre as lógicas que regiam o sistema de domínios comunitários sobre o qual se assentava a organização daquele território.

Do exposto, é possível concluir que ainda que continuassem recebendo o designativo de “recien convertidos”, as parcialidades que compunham a comunidade de Jesus Maria mostravam-se, ao menos desde meados da década de 1690, bem habituadas às dinâmicas territoriais dos *pueblos*. Neste âmbito, é interessante notar que, muito possivelmente, sua adaptação àquela territorialidade houvesse se desenvolvido antes mesmo de sua efetiva conversão religiosa. Com efeito, se, como afirmavam os padres, seus conhecimentos e familiaridade com os elementos da fé cristã eram, por aqueles anos, ainda algo limitado, o mesmo não se pode afirmar sobre sua compreensão a respeito da importância das estâncias, sobre o vínculo entre estas e a autonomia das comunidades, e, também, sobre o sistema de limites e as relações de posse que estruturavam a divisão daqueles territórios. Ao que tudo indica, ademais, as lideranças “Guenoa” de Jesus Maria não tardaram a tomar ideia sobre os direitos de que dispunham como parte daquele contexto, e a valer-se destes de modo a garantir boas condições para a “conservacion y sustento” de sua comunidade. Mesmo que não houvessem nascido sob tal sistema, nem participado de sua formação, os *cabildantes* daquele “*pueblo*” não

levariam mais do que alguns anos para compreender suas lógicas, e, assim, tornarem-se atores efetivos naquele contexto.

### 6.3 Uma rinconada em litígio

A disputa travada entre os *pueblos* de La Cruz e Yapeyú, episódio a que fizemos referência no início deste capítulo, seria apenas um caso em meio a uma série de outras contendas que ocorreram naquele período. Com efeito, pode-se afirmar que a década de 1690 seria marcada por um incremento expressivo dos litígios envolvendo comunidades, territórios e direitos de posse. Neste âmbito, é interessante notar que grande parte dos casos que emergiram por aqueles anos, além de protagonizados por comunidades do Uruguai, seriam motivados por desacordos relacionados ao domínio de áreas localizadas na “otra banda”. Este aspecto já foi destacado nas pesquisas de Arthur Barcelos (2006, p. 451), e Helenize Serres (2018, p.108), que chamaram atenção para o aumento na frequência destes episódios em meio ao contexto de “reocupação” da banda oriental. E, como se poderia supor, uma parcela significativa daqueles pleitos envolveria disputas por áreas de campo relacionadas à criação ganadeira. Sobre esta questão, ninguém seria mais enfático do que o Pe. Geronimo Delfin, que, em carta escrita em setembro de 1690, afirmava: “la causa de los pleitos la tienen los Superiores en dar oídos a los q pretenden las tierras q estan poseyendo los otros, todo es querer aumentar ganados y consiguientemente tierras para ellos (...)” (AGNA, Sala IX, 6-9-4).

Por aqueles anos, é bem verdade, os litígios já não constituíam novidades, menos ainda quando envolviam as estâncias dos *pueblos*. No entanto, havia uma diferença importante, que distinguia tais episódios daqueles ocorridos em décadas anteriores. Em fins do século XVII, além de mais comuns, os pleitos se tornariam mais estruturados e bem Documentados. Por esta razão, ao menos alguns casos podem ser acompanhados em maior detalhe, o que permite melhor vislumbre, tanto sobre os instrumentos e argumentos evocados em tais processos, quanto sobre os papéis dos diferentes atores que neles tomavam parte. Neste item, trataremos sobre um destes pleitos, uma ocorrência que envolvera duas comunidades da banda oriental. Para melhor entender este processo, é preciso, ainda que de modo sucinto, retomar alguns aspectos relacionados a trajetória da comunidade de San Luís, um dos povoados que tomara parte na disputa. Poucos anos depois de terem se estabelecido na banda oriental, os habitantes daquele *pueblo* experimentavam uma condição que, ao menos a primeira vista, se mostrava bastante favorável. Desde seus princípios, a

comunidade usufruiria de uma área de bosques exclusiva para a produção da *caamini*, fruto dos arranjos estabelecidos por ocasião da divisão do povoado de Concepción. Além disto, para formarem estâncias, seus habitantes disporiam de uma extensão territorial que abarcava algo como doze léguas, boa parte composta por áreas de campo, e já contavam com um título referente àquela área outorgado pelo Pe. Thomas Donvidas (AGNA, Sala IX, 7-1-2).

Este quadro, contudo, não perduraria por mais do que alguns anos. Ainda na primeira metade da década de 1690, a comunidade de San Luís enfrentaria as primeiras contendas em torno dos limites de suas terras na banda oriental, e, a despeito das poucas referências de que dispomos sobre estes episódios, o certo é que o *pueblo* sofrera ao menos duas derrotas expressivas. Em disputas com os povoados de Concepción e San Borja, os moradores de San Luís perderiam boa parte das terras com que contavam para abrigar suas estâncias<sup>245</sup>. E estes insucessos seriam ainda mais sentidos em virtude das características dos territórios que haviam restado sob os domínios daquela comunidade. De um lado, boa parte era composta por áreas de relevo acidentado, de modo que apenas uma parcela era propícia a criação ganadeira. De outro, sua localização era bastante distante da “vaqueria del mar”, o que acarretava em dificuldades consideráveis na condução dos rebanhos provenientes daqueles campos.

Diante daquela conjuntura, a busca por novas áreas de campo se tornaria uma prioridade para o *pueblo*, e, também, para o seu pároco, o Pe. Francisco de Avendaño. Para isto, contudo, a comunidade de San Luís gozava de um trunfo importante, que se mostraria de grande valia naquele contexto. O povoado contava com vaqueiros experientes, que, desde fins da década de 1670 – período em que ainda viviam em Concepción –, estiveram a frente das primeiras tropas a cruzarem o “caminho da serra”. Com o conhecimento acumulado ao longo de anos percorrendo as terras da banda oriental, e boas aptidões para identificar áreas propícias para a criação ganadeira, não é surpresa que tenha partido destes a solução mais adequada para aquela situação. Em 1696, Lorenzo Abayebi – vaqueiro a que fizemos referência no capítulo anterior –, localizara uma “rinconada”, que se mostrava bastante conveniente aos objetivos da comunidade. Além de contar com uma extensão considerável, a área era cercada por cursos d’água e relevo acidentado, configuração particularmente ajustada para o controle dos rebanhos. Outra vantagem era sua localização, já que situava-se na “otra banda de la sierra”, e estava bem próxima ao “camino de las baquerias”<sup>246</sup>. Assim, além de maior proximidade em relação a “vaqueria del mar” – o que implicaria em menor

---

245 Em um documento relacionado ao litígio de que trataremos em seguida, o Pe. Francisco Avendaño faria uma referência pontual a um desacordo que, pouco antes, envolvera os povoados de San Luis e San Borja: “qdo yo hube de partirme deste Pueblo al Paraguai, en la ocasion estaba el Corregidor de aqui en la Estancia con otros índios mudando los Ganados i haçiendo Ranchos qdo los Pleitos de San Borja” (MCA-V, 1954, p. 108).

246 Atualmente, esta região compõe parte do distrito do município gaúcho de Santa Maria. Sobre o tema, ver: SANTOS, J. R. Q. As origens missioneiras de Santa Maria. *Estudios Históricos* (Rivera), v. 1, p. 1-16, 2009.

desgaste para a condução dos rebanhos –, a área poderia ser facilmente integrada as rotas de circulação que já eram utilizadas pelos vaqueiros daquele povoado.

Contando com objetivos bem estabelecidos, e os auxílios do Pe. Juan de Yegros, e, em especial, do Pe. Avendaño, a comunidade de San Luís daria início, já nos meses seguintes, a um processo de apropriação daquelas terras. Ao lado de Lorenzo Abayebi, outros quinze ou vinte vaqueiros se deslocariam até a região, onde realizariam uma série de operações com vistas a adequar a nova “rinconada” aos projetos do povoado. Valendo-se da força de tração de bois de arado, o grupo abriria uma entrada para o acesso dos animais, e comporia um amplo espaço de pastagem. Ademais, seriam erigidos dois ranchos e uma pequena capela, construções que sugerem que o local contaria com a administração de capatazes. A destreza e agilidade dos trabalhadores para efetuar aquelas tarefas chamam atenção, posto que levariam apenas dois meses para que o espaço fosse territorializado, passando a funcionar de acordo com os objetivos e necessidades do *pueblo*. Prova disto é que ainda em princípios de 1697, uma tropa de San Luís conduziria até a nova “rinconada” os primeiros reses provenientes da “vaqueria del mar”. De uma só vez, algo em torno de 20 mil animais seriam trazidos para compor o rebanho daquela “invernada”. Esta prática se repetiria alguns meses depois, e, desta vez, o número de bovinos conduzidos seria ainda maior. Com isto, ainda em fins daquele ano, a “rinconada” de San Luís já contava com mais de 40 mil vacuns (MCA-V, 1954, p.104).

Em meio a um contexto marcado por forte competição por áreas de campo, as lideranças de San Luís sabiam, tão bem quanto os missionários que atuavam no povoado, o quanto importava reunir o máximo de garantias possíveis para assegurar a posse da comunidade sobre aquelas terras. Assim, ao lado do Pe. Francisco Avendaño, e de outros caciques do *pueblo*, os cabildantes solicitariam ao superior das missões do Uruguai<sup>247</sup>, Pe. Sebastian de Toledo, a concessão de um título referente àquela rinconada. Para justificar o pedido, destacariam as carências do povoado, e, em especial, a necessidade que seus moradores tinham de uma área que permitisse o descanso e recuperação dos animais conduzidos desde a “vaqueria del mar”, “por venir tan flacas por caminos de muchas léguas sin pasto”. A requisição seria aceita pelo superior, e atendida em janeiro de 1698, quando o padre Toledo concedera um título referente àquelas terras. Transcrevemos, abaixo, um trecho daquele Documento:

(...) conbedo para q use de ellas como própria con los Términos, linderos i Mojones q aqui van expressos; i son los siguientes: El Caasapa, q es un Monte bastante grande i sirve de Puerta para tener Ganados allí; q para este fin se corto el monte; deste Monte sale la cabesada dei Bacacaiguasu, la qual cabesada si siguiera por termino hasta donde desemboca en el Bacacaiguasu, el qual Arroio Bacacaiguasu se ira siguiendo rio arriba hacia el sur hasta dar con el Piritiguasu q se seguira hacia el Poniente hasta encontrarse

---

247 A partir de 1695, passaram a ser designados dois padres superiores, um para cada província (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 9-922).

con un monte grande del qual Monte sale un Arroio llamado Caarandí; el qual Arroio q sale de dicho Monte tiene sus vertientes en el Bacacaimiri; el qual Bacacaimiri se seguira rio abaxo haçia el Monte, hasta dar con el Arroio llamado Aiaiaraiti, q desemboca en el. el qual Arroio Aiaiaraiti se seguira hasta su Cabesada principal q mira haçia el oriente, la qual cabesada llega a Caasapa o por mejor decir compone la única Puerta de la Careandose o quasi juntandose con la otra cabesada Principal dei Bacacaiguasu de donde se comenso a explicar dicha demarcacion etc. i todo lo contenido dentro de dichos términos, i demarcacion se le concedere parte, y da entera posesion; asi de quebradas. valles, rios, arroyos, esteros, lagunas, campos, montes, yerbales, pastos, y ensenadas, y todo lo demas contenido (sin exepcion alguna) dentro de dichos linderos arriba dichos; sin q nadie le inquiete, i perturbe la posesion de dichas tierras, ni se le introdusga en ellas, ni abrir camino para las Baquerias, ni para otro qualquier intento, todas las quales tierras contenidas en dichos términos se conçeden, i dan a Dicho Pueblo de San Luís para que en ellas pueda poner Ganados menores, i Maiores de qualesquier calidad, y condiçion q sean; levantar cruces, poner Ranchos, hacer corrales, podarlas, o venderlas, o haçer lo q quisiere de ellas en los efectos que le fuere demas conviniencia, como Dueno, i S.or Legitimo; en las quales tierras no tiene derecho alguno ningun Pueblo. Y usando de la facultad q para ello tengo dei P.P. Simon de Leon; i estos titulos le vandran, hasta que Ministro Real en nombre de su Mag. de titulos i posesion real, i esto se entiende sin dano, ni perjuicio de tercera Persona, que mejor derecho tenga (MCA-IV, 1970, pp. 499, 500)

O conteúdo do título evidencia as preocupações do padre superior em estabelecer com precisão os termos e garantias que envolviam aquela concessão. Em um primeiro plano, parece clara sua intenção de registrar, com a maior exatidão possível, todos os limites que conformavam aquele domínio. Mais do que referir quais seriam os “linderos” daquelas terras, o Pe. Toledo faria questão de descrever uma linha contínua de demarcação, estabelecendo um perímetro completo para a rinconada. Ao mesmo tempo, o título também deixa evidente outro objetivo do padre superior, o de expor todos os direitos relacionados aquela concessão. Os moradores de San Luís poderiam valer-se de “todo lo contenido dentro de dichos términos”, e isto incluía pastos, rios, lagunas, ervais, montes, etc.. Ademais, o *pueblo* seria “dueño e señor legítimo” daquelas terras, podendo dispor desta de acordo com suas conveniências. Todos estes aspectos parecem sinalizar um objetivo comum, qual seja, reduzir ao máximo as dubiedades que pudessem dar margem a mal-entendidos ou controvérsias. Tratava-se, portanto, de um expediente que visava evitar a emergência de desacordos e futuros litígios em torno dos direitos relacionados àquela concessão.

Embora cientes da importância daquele Documento para assegurar seus direitos de posse, os habitantes de San Luís também sabiam, por experiências recentes, que os títulos não eram garantias definitivas. E o padre superior faria questão de ressaltar uma espécie de máxima repetida em boa parte dos títulos concedidos por aquele período, tal outorga só teria validade se não ocasionasse “dano, ni perjuicio de tercera persona, que mejor derecho tenga”. Nada impedia, portanto, que outras comunidades, que considerassem haver injustiça naquela doação, pleiteassem sua nulidade. E, para desventura dos moradores de San Luís, não levariam mais do que alguns meses para que isto ocorresse. A objeção partiria da comunidade de San Miguel, que, por aqueles anos, já havia estabelecido uma “invernada” na “otra banda” da serra. E seu porta-voz seria um procurador daquele *pueblo*, que, ao constatar a abertura daquela rinconada, levantou um protesto

por considerá-la uma intrusão indevida sobre os domínios de seu povoado. Segundo este, todos os territórios “que caían a la falda de la Sierra” eram domínios dos *miguelistas*, razão pela qual nenhuma outra comunidade poderia utilizá-las sem seu devido consentimento (MCA-V, 1954, p. 111).

As queixas apresentadas pelo procurador seriam encampadas pelo Pe. Antonio Sepp, que, há época, acumulava as funções de pároco em San Miguel, e no novo povoado de San Juan Baptista. Tão logo informado sobre a questão, Antonio Sepp demandaria a interferência do então provincial, Pe. Simón de Leon, denunciando o que os *miguelistas* qualificavam como um avanço indevido sobre suas terras. A medida, contudo, não teria maior efeito, já que a comunidade de San Luís rejeitava tal hipótese. Assim, teria início um litígio entre os dois *pueblos*, e caberia ao próprio Antonio Sepp a incumbência de apresentar a defesa do povoado de San Miguel. Em favor da comunidade *miguelista*, o missionário apresentaria os títulos de terra, que, em anos anteriores, haviam sido concedidos pelos padres superiores àquele *pueblo*. Ao mesmo tempo, o pároco retomaria as alegações que haviam sido levantadas pelo procurador do povoado, deixando mais claras as razões que haviam motivado sua objeção. Considerava-se que as terras em questão – que “caían a la falda de la sierra” –, além de inscritas dentro dos limites demarcados nos títulos de que dispunha a comunidade de San Miguel, também compunham parte do primeiro sítio ocupado pelos moradores daquele povoado, territórios que os *miguelistas* haviam sido forçados a abandonar ainda em meados da década de 1630. Em outros termos, a alegação era de que a nova “invernada” de San Luís estaria em terras que, por herança devidamente reconhecida em títulos, constituíam domínios territoriais da comunidade de San Miguel.

Além de destacar o direito natural que vinculava o *pueblo* de San Miguel àqueles terras, Antonio Sepp, também incluiria ao menos dois outros tópicos entre seus argumentos. O principal deles envolvia uma acusação, a de que os vaqueiros de San Luís teriam se apossado de ao menos cinco mil reses pertencentes à invernada dos *miguelistas* (AGNA, Sala IX, 7-1-2). Tal denúncia seria corroborada pela constatação de que houvera uma significativa diminuição nos rebanhos alocados pelos vaqueiros de San Miguel naqueles campos. Além disto, ainda segundo o Pe. Sepp, teriam sido localizados rastros e caminhos, que, de modo evidente, indicariam a movimentação de animais em direção a invernada estabelecida pela comunidade de San Luís (MCA-V, 1954, p. 107). Para além deste ponto, o pároco de San Miguel ainda destacaria outro argumento, este relacionado a conveniência e as justificativas para o título outorgado pelo Pe. Sebastian de Toledo ao *pueblo* de San Luís. Segundo Antonio Sepp, aquela comunidade já contava com, pelo menos, três estâncias, e, portanto, dispunha de terras mais do que suficientes para abrigar seus rebanhos (AGNA, Sala IX, 7-1-2).

Diante dos argumentos e incriminações levantadas pelos *miguelistas*, caberia ao pároco de San Luís, o Pe. Francisco Avendaño, a tarefa de defender os interesses daquela comunidade no litígio. Ponto a ponto, o missionário contestaria as alegações apresentadas pelo Pe. Antonio Sepp. E um dos primeiros argumentos que destacaria era o de que antes de efetivar a concessão do título referente àquela rinconada, o padre superior consultara as outorgas realizadas em favor do povoado de San Miguel, e constatara que estas não mencionavam as terras que se estendiam pela “otra banda de la sierra”. Ademais, ainda segundo Avendaño, o Pe. Sebastian de Toledo havia tomado informações junto a Lorenzo Abayebi, que, além de ter “descoberto” a rinconada, era profundo conhecedor daquelas terras, e, portanto, sabia “cuantos rincones habia para darse dichos títulos sin perjuicio de nadie” (MCA-V, 1954, pp. 112-113).

O pároco também buscava contrapor as afirmações de que a comunidade de San Luís contava, como afirmava o Pe. Sepp, com campos suficientes para suas estâncias. Neste sentido, Avendaño mencionaria os infortúnios ocorridos durante a primeira metade da década de 1690. Segundo este, os moradores de San Luís haviam perdido algo como dois terços de seus territórios depois dos litígios com Concepción e San Borja, e, por aqueles anos, a nova invernada era a principal área de pastoreio da comunidade. Além disto, o missionário não perderia a oportunidade de registrar certa contradição nos argumentos do pároco de San Miguel, afinal, os *miguelistas* sim dispunham de grandes extensões de campo. De acordo com Avendaño – que, tudo sugere, já havia atuado naquele povoado –, os moradores de San Miguel possuíam quatro estâncias, e, somente a maior delas – localizada entre os rios “Piratini” e “Iyuímiri” – teria, segundo o registro anotado em “un mapa de San Miguel hecho por los índios”, uma extensão de 12 léguas (AGNA, Sala IX, 7-1-2).

Por outro lado, Avendaño também refutava as acusações de que os vaqueiros de San Luís teriam se apossado de parte dos rebanhos da invernada de San Miguel. De acordo com o missionário, as contagens em que o Pe. Sepp se baseara para fazer tais incriminações eram questionáveis, e não condiziam com os números levantados pela comunidade San Luís<sup>248</sup>. Ainda neste sentido, relatava que algumas lideranças do povoado teriam conduzido diligências naquela região, e afirmavam que os rastros a que se referiam os *miguelistas* não ultrapassavam o “arroyo bacacai miri”, limite entre as duas “invernadas”. Em seus termos:

(...) no avia rastro alguno de q hubiesen pasado dicho Arroio a la imbernada de San Luís por estar todo el cercado de monte, i no hallarse rastro en el, ni en la paja q no estaba hollada, etc. fuera de q como dixie ia arriba avia otros muchos arroyos grandes q no se secaron en la imbernada de San Miguel; todo esto lo vieron los Yndios de San Luís, q son 9 i el Corregidor. i dos alcaldes ordinários de aqui fueron a verlo, i hallaron ser asi verdad lo q digo aqui. (MCA-V, 1954, p 107)

248 Além deste ponto, Avendaño também sublinhava, que, se era mesmo verdade que parte do gado da invernada de San Miguel havia passado aos campos de San Luís, tal ocorrência não era resultado de intenção deliberada. Estes incidentes eram relativamente comuns, sobretudo em períodos de seca, mas, segundo o pároco, aquele nunca fora um motivo para a emergência de litígios entre os povoados (MCA-V, 1954, pp 107-108).



No entanto, a principal ênfase da defesa apresentada pelo Pe. Avendaño se centraria sobre o tema do “direito antigo”, e, também neste ponto, o pároco de San Luís contestaria os argumentos apresentados pelos *miguelistas*. Segundo o padre, era falso o pressuposto de que a invernada “descoberta” por Abayebi situava-se junto aos territórios que haviam abrigado a primeira povoação da comunidade de San Miguel. Em realidade, aquelas seriam, de acordo com Avendaño, terras pertencentes ao antigo *pueblo* de San Cosme, ou, em suas palavras, tratava-se do “tetângue” (termo Guaraní empregado para indicar sítios que já haviam abrigado povoações<sup>249</sup>) de San Cosme. Para sustentar esta tese, o padre se valeria de diferentes informes e indícios, parte resultado de testemunhos que tomara pessoalmente, parte fruto das diligências realizadas pelos moradores de San Luís. Assim, assegurava que, meses antes, em passagem pelo povoado de San Cosme, tomara informações junto aos “viejos” daquela comunidade, e estes haviam lhe assegurado que seu antigo povoado localizava-se nas proximidades do rio “Bacacai” (MCA-V, 1954, pp. 111, 112). E a veracidade destes informes, ainda segundo Avendaño, podia ser atestada com “pruebas reales”. Isto, pois alguns moradores de San Luís (provavelmente os mesmos que empreenderam as averiguações citadas anteriormente) haviam descoberto fragmentos de “ladrillos cocidos” em meio a invernada, e ainda afirmavam terem localizado vestígios dos “paredones y horcones” que compunham parte da estrutura da antiga residência utilizada pelos primeiros padres que atuaram em San Cosme. Tendo em vista que a posição do antigo povoado de San Miguel era bem conhecida – localizava-se nas proximidades do rio Toropi – tais evidências seriam, segundo Avendaño, provas inequívocas de que aquele território não correspondia ao “tetângue” de San Miguel<sup>250</sup>.

Por infortúnio, não foi possível localizar cópias das sentenças proferidas pelos juízes deste litígio. No entanto, a partir de referências relacionadas a um processo ocorrido anos mais tarde, constam alguns indicativos, que, se não dão uma ideia completa sobre o desfecho daquela contenda, fornecem algumas pistas sobre sua conclusão. A través de um parecer do Pe. Diego Garbia referente a um litígio posterior, ocorrido nos idos de 1713 (Documento a que fizemos referência no início deste capítulo), é possível certificar que coubera aos padres Anselmo de la Mata, Joseph Sarabia e Francisco Bençonio, a tarefa de emitir juízos sobre aquele pleito, e que suas decisões se orientaram no mesmo sentido. Ademais, consta uma menção sobre o conteúdo daqueles pareceres:

---

249 Sobretudo a partir de fins do século XVII, o vocábulo Tetângue (tetângue) se tornaria recorrente em meio a títulos de terra, e documentos relacionados a litígios. Seu significado é mencionado entre as anotações realizadas pelo Pe. Restivo a partir da *Arte* do Pe. Antonio Montoya: “tetângue pueblo que fué, dicese de un lugar en donde ubo pueblo”. *Arte de la Lengua Guaraní por el P. Antonio Ruiz de Montoya de la Compañía de Jesus, con los escolios, anotaciones y apendices de P. Paulo Restivo de la misma Compañía, sacados de los papeles del P. Simon Bandini y de otros*. En el pueblo de S. Maria La Mayor. 1724. p. 48

250 “(...) y dicen los Yndios de aqui, que hay paredones, y horcones de la casa del Padre todavia, que es prueba real que no es Tetângue de San Miguel, porque este cae mas acá como nuebe léguas” (MCA-V, 1954, p.111).

Fuera de esto el Pe. Anselmo de la Mata atendiendo al título antiguo de S. Miguel en el pleyto q tubo S. Luís con San Miguel dice: abiendo parecido los títulos de S Luís los juzgo q todas las tierras contenidas entre los dos arroyos Toropi e ñaguarui pertenecen y son del Pueblo de S. Miguel, y estan inclusas en sus títulos (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

Do que se pode deprender desta passagem, a decisão do litígio teria favorecido o povoado de San Miguel. De fato, neste mesmo parecer, há uma menção de que os vaqueiros de San Luís teriam sido obrigados a retirar parte de seus rebanhos de uma área localizada entre os rios Toropi e Ñaguarui, terras que haviam sido reconhecidas como domínios dos *miguelistas*<sup>251</sup>. Contudo, não constam indicações de que os moradores de San Luís tenham perdido seus direitos sobre a “invernada” que haviam estabelecido junto ao “Bacacaí”. Com efeito, ao menos nesta referência, não há menções a nenhum dos rios e arroios que conformavam os linderos daquela “rinconada”. Neste sentido, a possibilidade mais plausível que podemos aventar é a de que os vaqueiros de San Luís teriam se apropriado de uma extensão de terra mais ampla do que aquela definida pelo título concedido pelo Pe. Sebastian de Toledo, e a decisão proferida pelos juízes do litígio reestabelecera a posse de San Miguel sobre esta área. Assim, a decisão teria estabelecido uma espécie de meio-termo, ou seja, fora reconhecida a posse de San Miguel sobre as “tierras contenidas entre los dos arroyos Toropi e Ñaguarui”, mas não sobre todos os territórios que “caían a la falda de la sierra”, de modo que a comunidade de San Luís manteria seus direitos sobre a rincónada que havia estabelecido junto ao “Bacacaí”.

A falta de informações mais precisas sobre a resolução desta contenda não impede que se destaquem alguns dos aspectos elucidativos que permearam este processo. Dentre os diferentes temas que poderiam ser enfatizados, há um em específico, que, aqui, interessa de modo particular. Diz respeito à participação de lideranças e moradores de ambas as comunidades em distintas etapas do litígio. Pelo lado de San Miguel, não há dúvidas, o que mais chama atenção é a atuação do procurador do povoado. De fato, não é exagero afirmar que sua denúncia foi decisiva para deflagrar aquele pleito. Neste ponto, convém abrir um breve parêntese para tratar sobre esta função em específico, já que não fizemos qualquer menção a ela em capítulos anteriores. Em meio a Documentação que pudemos reunir, não constam, até a década de 1680, alusões consistentes sobre a figura dos procuradores. Assim, o primeiro registro efetivo que localizamos a este respeito provém dos escritos do Pe. Francisco Jarque, que se refere aos “procuradores del pueblo”, e sugere que, por aqueles anos, o cargo era parte do “ordinario gobierno” dos povoados<sup>252</sup>. Contudo, é somente por

---

251 O Pe. Diego Garbia menciona que, para dar seu parecer, havia consultado “la sentencia q dio el Pe. Anselmo de la Mata, Pe. Joseph Sarabia, y Pe. Francisco Bençonio en favor de San Miguel, por la qual sentencia se obligo a los de San Luís a que sacassen sus ganados por averlos puesto entre el Toropi y Ñaguaru tierras próprias de S.Miguel (...)” (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

252 “Asimismo, el primer dia de enero, se eligen, por votos del Concejo, dos Alcaldes, y otros Ministro, Procuradores del Pueblo, y los oficiales necesarios para la mejor administracion de Justicia, y ordinario gobierno” (JARQUE, 1687, p. 310).

referências presentes em Documentos da década de 1690 – quando as menções a este cargo, também referidos como *mayordomos*, se tornam comuns –, que se pode ter uma ideia mais clara das funções que estes exerciam, e da posição que ocupavam na administração das comunidades. Na maior parte dos casos, tais alusões aparecem relacionadas a tarefas ligadas a contabilidade dos rebanhos dos *pueblos*<sup>253</sup>, e atestam que, em fins do século XVII, tal função era parte do *cabildo* de todos os povoados<sup>254</sup>. Assim, de modo geral, parece seguro afirmar que os procuradores teriam suas atribuições vinculadas ao controle e administração dos bens de suas comunidades. E, a julgar pela intervenção do procurador *miguelista* no litígio, seus encargos também envolviam a vigilância sobre os territórios de seus povoados. Em outros termos, era competência dos procuradores assegurar os limites das terras do *pueblo*, defendendo seus direitos de exclusividade contra possíveis investidas de outras comunidades. Neste sentido, é possível considerar que a denúncia do procurador de San Miguel não fora motivada por uma descoberta realizada de modo acidental, mas a partir de uma constatação efetuada quando este executava uma de suas atribuições. Com efeito, se o controle das terras da comunidade era parte de suas funções, presume-se que a realização de inspeções de vigilância sobre os limites de tais domínios constituía um de seus deveres. Portanto, longe de uma ação atípica ou acidental, a intervenção do procurador *miguelista* se dava em pleno acordo com os deveres de sua função.

Por outro lado, a denúncia do procurador de San Miguel não seria o único exemplo da participação de lideranças indígenas naquele pleito. Como vimos, constam, nas alegações apresentadas pela comunidade de San Luís, menções sobre diligências capitaneadas por alguns dos *cabildantes* do povoado. E foram estas buscas que trouxeram notícias, tanto sobre os vestígios da antiga ocupação do território em litígio, quanto sobre a localização dos tais rastros referidos pelos *miguelistas*, dois dos pontos centrais da argumentação apresentada na defesa do povoado de San Luís durante o processo. Neste contexto, ainda importa acrescentar outro detalhe, ao menos até aquele período, tudo parece indicar que o Pe. Francisco Avendaño ainda não havia visitado a rinconada “descoberta” por Abayebi. Destarte, é possível concluir que sem tais informes, o pároco não teria acesso àqueles indícios, e, por óbvio, não poderia agregá-los as alegações que apresentara no pleito. Dito de outro modo, as informações levantadas a partir das diligências capitaneadas por lideranças e moradores de San Luís, que, deve-se repetir, seriam essenciais na composição da defesa

---

253 Um destes exemplos é citado nos *Trabalhos Apostólicos*, obra do Pe. Antonio Sepp. Ao referir-se às terras do recém-fundado *pueblo* de San Juan Baptista, Sepp afirmaria que “somente o campo ou pastagens, onde hoje se nutren 50.000 vacas (tantas contou hoje, enquanto escrevo isto, o meu músico e procurador; e isto somente nas pastagens da minha redução (...))” (SEPP, 1980 [1700], p. 208).

254 Julgando pelas palavras do Pe. Cardiel, a função de procurador seria parte dos *cabildos* ao menos até meados do século XVIII: “En cada pueblo hay un Corregidor, dos Alcaldes mayores, de primero y segundo voto, Teniente de Corregidor, Alférez Real, cuatro Regidores, Alguacil mayor, Alcalde de la Hermandad, Procurador y Escribaño, que componen su Cabildo ó Ayuntamiento: aunque el Teniente de Corregidor no es propiamente de él” (CARDIEL, Apud. HERNANDEZ, t. II, 1913, pp. 522, 523).

apresentada em nome daquela comunidade, não constariam em meio a esta se o pároco houvesse sido o único a contribuir em sua elaboração. Desta constatação, infere-se que além de informadas quanto às questões que haviam motivado o litígio, e bem inteiradas sobre as alegações levantadas pelos *miguelistas*, tais lideranças teriam participação efetiva na construção dos argumentos utilizados em defesa dos direitos de posse de sua comunidade. Assim como o procurador de San Miguel, os *cabildantes* de San Luís não seriam simples testemunhas distantes daquele processo, mas atores efetivos, já que suas ações teriam repercussões diretas em meio a este.

#### 6.4 O erval de San Xavier

Desde meados da década de 1680, período em que os habitantes de Concepción receberam os primeiros títulos referentes a bosques nativos, contar com áreas exclusivas para o benefício da *caamini* tornou-se um objetivo para outras comunidades. Com efeito, ainda no capítulo anterior, destacamos que aquele caso teria um caráter paradigmático, dando início, em ambas as províncias, a uma série de apropriações semelhantes. Acompanhar este processo em maior detalhe, contudo, não parece possível a partir das fontes disponíveis. Isto, pois, além de escassas, as referências, em geral, se resumem a menções abreviadas, que não se fazem acompanhar por informações sobre a localização das áreas, nem sobre os modos pelos quais elas se tornaram domínios territoriais comunitários. Sabe-se, por exemplo, que a comunidade de Itapua era uma das que, em meados da década de 1690, possuía títulos de um erval, mas isto apenas por uma referência posterior e bastante sucinta, sobre a qual não se agregam pormenores<sup>255</sup>. Por outro lado, são estas mesmas alusões pontuais que nos permitem afirmar que, por aquele período, já era algo expressivo o número de *pueblos* que contavam com bosques nativos de uso exclusivo, muitos dos quais já devidamente titulados<sup>256</sup>.

---

255 Na *Memoria de los Titulos, pertenencias de Tierras, Pleitos, y otros Papeles correspondientes a estos pueblos que quedan en el Archivo de esta Capital*, consta a menção sobre um título referente a “yerbales” concedido ao povoado de Itapuã por D. Sebastian Felix de Mendiola, governador do Paraguai entre os anos de 1692 e 1696 (AGNA, Sala IX, 22-02-07).

256 Uma passagem presente em um dos documentos relacionados ao litígio de que tratamos no tópico anterior fornece uma ideia sobre este contexto. Em meio a uma argumentação em que buscava contrapor as alegações apresentadas pela comunidade de San Miguel, o Pe. Francisco de Avendaño, ao ressaltar as dificuldades que atravessava o *pueblo* de San Luís, afirmaria que aquela comunidade contava apenas com um título referente a “yerbales”, isto, nas palavras do pároco: “como lo tienen todos” (AGNA, Sala IX, 7-1-2).

Na medida em que tais apropriações avançavam, também surgiriam desacordos em torno dos direitos de exploração daquelas áreas. E é sobre um destes episódios, muito provavelmente, o primeiro a envolver domínios ervateiros, que se pretende tratar neste tópico. Para entender as razões desta disputa, convém, inicialmente, destacar a situação do povoado de San Xavier em meados da década de 1690. Naquele período, os *xavieristas* não estavam entre os que dispunham de seus próprios bosques para o benefício da *caamini*. A situação era contraditória, sobretudo quando se considera a forte identificação daquele *pueblo* com as rotas da produção ervateira, mas os moradores de San Xavier pareciam decididos a mudá-la. Ainda em fins de 1696, seus esforços alcançariam resultados promissores com uma nova descoberta na banda oriental. O achado era fruto de uma entrada de exploração realizada sob a liderança de Bernardino Candiru, Sargento Maior daquele povoado. Depois de navegar por algumas léguas através do arroio *Iacanguaçu* (também referido como Iacaguaçu) – um afluente da margem oriental do rio Uruguai, que desaguava próximo as taperas do Mbororé – sua expedição localizara um conjunto de montes junto aos quais havia abundância da “tan deseada yerba” (MCA-CPH. Cx. 22. Doc. 39-649).

Tal descoberta, é possível supor, seria motivo de contento para os moradores do *pueblo*, que teriam acesso a uma importante fonte de recursos. E o fato de que aqueles bosques estavam relativamente próximos ao povoado constituía outra conveniência nada desprezível. Desde esta perspectiva, não é surpresa que, já nos meses seguintes, os *xavieristas* tenham direcionado esforços com vistas a assegurar seus direitos de posse sobre a área em que efetuaram aquele achado. Assim, uma comitiva formada por moradores do povoado saíra ao encontro do padre superior. O objetivo era claro, solicitar a este a concessão de um título referente àqueles bosques. E tudo indicava que o pedido não enfrentaria resistências, afinal, a descoberta era obra dos moradores daquela comunidade, e o erval em questão estava mais próximo a San Xavier do que a qualquer outro povoado. O resultado da petição, contudo, seria bem distinto do que os *xavieristas* haviam projetado. Mesmo antes de ter seu mérito analisado pelo padre superior, representantes de outro *pueblo* contestariam a solicitação. E o desagrado, é importante sublinhar, não partira de um jesuíta. Foi o corregedor de Concepción, Don Francisco Baraça, quem primeiro se insurgiu contra o pedido. Seu argumento era simples, os “achados” de que os *xavieristas* faziam menção eram parte do “*Ñucora*”<sup>257</sup>, erval que, desde 1685, constituía um território de uso exclusivo dos moradores de seu povoado. (MCA-CPH. Cx. 22. Doc. 39-649).

Esta contestação seria o ensejo para a deflagração de um litígio entre os dois *pueblos*, processo que seria marcado por uma série de idas e vindas. Ainda em princípios de 1697, atuando

---

<sup>257</sup> O topônimo *Ñucora* (também referido como *Nucorá* ou *Nucora*) não é citado no título que o Pe. Thomas Donvidas concedera a comunidade de Concepción em 1685. Ao que tudo indica, trata-se de um termo criado pouco depois, que passou a ser empregado para designar a área que, naquele documento, fora referida pela expressão genérica de “hierbales del Curyti”.

como representante do povoado de San Xavier, o Pe. Pedro de Medina apresentaria uma defesa em favor daquela comunidade. Ao que parece, o pároco era confiante de que bastaria exhibir o conteúdo dos títulos conferidos pelo ouvidor Blazquez Valverde para que a querela fosse decidida em favor dos *xavieristas*. Com efeito, haviam motivos bastante plausíveis para isto, uma vez que, nas outorgas que concedera àquele *pueblo*, Valverde havia assinalado que, para que formasse sua estância, a comunidade de San Xavier poderia dispor das terras que se estendiam “de la otra parte del Rio Uruguay que son las que estan desde el dho rio hasta el Yyui rio arriba con todos sus montes, entradas y salidas que derechamente le pertenecen” (MCA-IV, 1970, p. 32). Destarte, tendo em vista que o erval “descoberto” por Candiru localizava-se naquela área, não restariam dúvidas, nisto acreditava e defendia o Pe. Medina, que sua posse legítima caberia aos *xavieristas*.

Ao Pe. Angelo Petragrassa, então pároco de Concepción, recairia a tarefa de defender os interesses daquele *pueblo* no litígio. Seus argumentos, ao menos em parte, ecoariam as objeções que haviam sido levantadas pelo corregedor do povoado. Assim, Petragrassa defenderia a tese de que os pretensos achados realizados pelos moradores de San Xavier faziam parte do *Nucorá*, erval pertencente e devidamente titulado em favor da comunidade de Concepción. Além disto, o pároco também incluiria outro ponto entre suas alegações, este, ao que parece, por sua própria iniciativa. Petragrassa defendia que todas as terras que se estendiam entre os rios Ijuí e Uruguay compunham parte do “tetangue” de D. Francisco Donge, e, por isso, caberia à comunidade de Concepción, pelo direito natural, o domínio sobre aquele território. Em outros termos, o que o padre afirmava era que o *pueblo* San Xavier não possuía direitos legítimos sobre as terras da banda oriental, e, por esta razão, seus moradores deveriam ser impedidos de manterem chácaras ou estâncias naquela região.

As defesas e instrumentos apresentados pelas duas comunidades seriam levadas até os padres Joseph Saravia e Anselmo de La Mata, escolhidos pelo provincial, Pe. Simon de Leon, como juízes do litígio. Em março de 1697, os padres proferiram suas sentenças, que, em grande medida, favoreciam a comunidade de Concepción. O teor das decisões sugere que ambos partilhavam do entendimento de que os moradores de San Xavier pretendiam ter a posse de ervais que compunham parte do *Nucorá*. Ademais, os padres reforçariam suas sentenças salientando que os títulos concedidos por Blazquez Valverde a San Xavier mencionavam apenas “terras para estância”, e que a ausência de limites precisos naquela doação não autorizava os *xavieristas* a pretenderem a posse sobre todo o território que se estendia entre os rios Uruguay e Ijuí<sup>258</sup>. Ao cabo, as decisões só não seriam totalmente adversas à comunidade de San Xavier por um aspecto. Os juízes não

---

258 Esta perspectiva ficaria clara nos termos referidos pelo Pe. Anselmo de La Mata: “Por estes títulos no consta tener S. Xavier derecho mas q a una estancia q se suficiente para sus ganados. Porque quando en semejantes escrituras no se señala los terminos, para su cumplimiento se deben asignar, y para esto ninguna regla es mejor q el tenor de la petecion, y no pidiendo mas q [...] estancia suficiente para sus ganados, no se puede juzgar q sele concede mas de lo q piden” (AGNA, Sala IX, 6-9-4).

econheceriam o pedido efetuado pelo Pe. Petragrasa, e os *xavieristas* manteriam seus direitos sobre as estâncias e chácaras que possuíam na banda oriental.

Não é preciso muito para entender porque aquelas sentenças, que ainda receberiam a aprovação do provincial, causariam desagrado entre moradores de San Xavier. Ao menos em tese, as decisões haviam declarado que o achado realizado por Bernardino Candiru compunha parte dos bosques do *Nucorá*, hipótese cuja improcedência era uma convicção entre os *xavieristas*. Diante do que julgavam como uma clara injustiça, a única intervenção cabível seria contestar tal decisão, e assim foi feito. À vista disso, ainda em meados de 1697, instado pelos protestos apresentados pelo Pe. Medina, o provincial decidiria pela reabertura do caso, medida que levaria a um novo capítulo daquele processo.

Para esta segunda rodada de debates, o pároco de San Xavier faria questão de elencar uma série de argumentos em defesa da legitimidade dos *xavieristas* em pleitear a posse daqueles bosques. Por um lado, Medina destacaria os vínculos existentes entre as parcialidades que formaram o povoado, e as terras da banda oriental. Com base em testemunhos de moradores do *pueblo*, o pároco afirmaria que os montes descobertos por Candiru estavam em terras que correspondiam aos “tetângues” de caciques como Albareroa, Quarapemburita, Abape, Caracara, Papayu, Albaera, lideranças que estiveram entre as primeiras a se instalarem em San Xavier, e cujos descendentes ainda viviam no povoado<sup>259</sup>. Por esta razão, defendia Medina, o pleito dos *xavieristas* pela posse daqueles bosques estaria amparado pelo direito natural. Para reforçar esta tese, o pároco mencionaria decisões tomadas em outros pleitos, que teriam favorecido comunidades em situações semelhantes:

“(...) y que aunque se mudaron de alli sus padres y abuelos han mantenido y mantienen los nietos aquellos puestos antiguos de los dichos sus padres como herederos suyos, y assi vemos que en el Aguapey, y otras partes, que despues de muchos años an buelto a poseer, y poseen los puestos, que sus Abuelos dexaron como herederos legitimos suyos, y han quitado a algun pueblo pedazo de tierra que poseía (...)”. (MCA-CPH. Cx. 22. Doc. 39-649)

Para além de reivindicar os direitos de herança dos *xavieristas* sobre aqueles montes, Medina também se empenhara em desfazer um engano, que havia sido decisivo para a sentença anterior. Os bosques descobertos pelos moradores de San Xavier não estavam junto ao *Nucorá*, e o padre sabia que este ponto precisava ser devidamente esclarecido aos juízes do litígio. Para isto, Medina destacaria a completa independência entre aquelas áreas, enfatizando as consideráveis distâncias que as separavam. Ao mesmo tempo, sublinhava que, por ocasião da descoberta realizada

---

259 Ainda neste sentido, Medina argumentava que aquelas terras também estariam localizadas junto ao “tetangue” de Neçu, cacique ao qual fora atribuído o plano que, em 1628, resultou na morte dos padres Roque Gonzáles, Afonso Rodríguez e Juan de Castillos. Após sua fuga, ainda segundo o pároco, parte das famílias que compunham sua “parcialidade” teriam se instalado no povoado de San Xavier, outra razão que corroborava com a tese de que os *xavieristas* seriam, pelo direito natural, herdeiros daquele território (MCA-CPH. Cx. 22. Doc. 39-649).

pelos *xavieristas*, a expedição liderada por Bernardino Candiru não avistara “ni rastro de Infiel, ni de Christiano, ni rama cortada, ni senda alguna avierta; ni camino chico, ni grande, ni campaña alguna sino que quanto todo fue monte cerrado” (MCA-CPH. Cx. 22. Doc. 39-649), ou seja, não haviam quaisquer sinais de que houvessem sido realizados benefícios ervateiros na região, mais um indício de que não se tratavam dos mesmos bosques explorados pelos habitantes de Concepción. Ainda neste contexto, outro tópico importante destacado pelo pároco envolveria a rota tomada pela expedição que efetudara aquele achado. A entrada capitaneada pelo sargento Candiru, como já mencionamos, havia se deslocado através do *Iacanguaçu* (topônimo que pode ser traduzido como arroio grande), um afluente da margem oriental do Uruguai. Ao que parece, a menção a este topônimo havia gerado uma confusão, e esta teria sido uma das principais razões para a oposição levantada pelo corregedor de Concepción. Isto, pois era pelo mesmo termo (*iacanguaçu* ou *iacaguaçu*) que os moradores daquele *pueblo* conheciam um dos arroios localizados junto ao Ñucora. Ciente do mal-entendido<sup>260</sup>, Medina buscaria esclarecê-lo:

(...) tampoco es esse arroyo el Iacanguasu que ellos dicen, porque el Iacanguasu, que tiene esta yerba no sale alla al Nucora: aquel que sale halla es otro arroyo cuyo nombre los de la Concepcion han adulterado. Este Iacanguasu, que tiene esta yerba con el arroyo Itagua entran en el Uruguai en frente las chacaras de San Xavier, y sus cabezadas no salen halla, ni pueden salir por lo aspero, y levantado de la tierra. (MCA-CPH. Cx. 22. Doc. 39-649)

Para corroborar estes argumentos, o padre ainda apresentaria um mapa, que, tudo parece sugerir, havia sido produzido exclusivamente para aquele litígio<sup>261</sup>.

---

260 Ao tratar sobre os litígios em sua *Breve Relación*, o Pe. Joseph Cardiel mencionava que as dúvidas relacionadas a topônimos estariam entre as principais razões para emergência daquelas disputas: “Ocurren algunas diferencias y pleitos. Los más ordinarios son sobre límites de tierras: porque aunque hay títulos de ellas, dados y firmados de los Gobernadores en nombre del Rey, suelen con el tiempo mudarse los nombres de ríos ó cerros, etc., linderos de las tierras, de que se siguen dudas y diferencias (CARDIEL, Apud. HERNANDEZ, t. II, 1913, p. 578).

261 Este mapa foi publicado pela primeira vez por Guillermo Furlong, em *Cartografía jesuítica del Río de la Plata*, com o título *Mapa de los yerbales de las reducciones orientales*. No texto que acompanha a publicação, Furlong atribuí sua autoria ao Pe. Joseph Tolu, e, para sustentar esta afirmação, se vale de uma passagem do depoimento daquele missionário, um dos muitos testemunhos que, como referimos, foram reunidos pelo Pe. Medina na última etapa do processo. Na citação mencionada por Furlong, pode-se ler: “(...) y en cada puesto le dicen Santo como Santa Roza, S. Jorge, S. Marcos, S. Pedro: y aun puesto que los índios le llamaban anaciba, le llame Santa Cruz: a esse puesto fue el Exm. Domingo de Torres con los índios de S. Xavier para despenar la frente del diablo, como lo hizo, porque se iban muchos índios a esse paraje para hablar con el demonio; vea V. R.a el Mapa que yo dexé en mi aposento, y hallara todo esto que le dicho” (p.132). Contudo, na cópia *fac simile* deste depoimento, o ponto no qual, de acordo com aquele autor, constaria a referência à palavra “mapa”, aparece rasurado e ilegível. De todo modo, supondo que, de fato, o depoimento fizesse menção a uma representação cartográfica, outros dois aspectos nos fazem questionar a hipótese de que tal alusão tratasse deste mapa em particular. O primeiro diz respeito ao fato de que, em seu depoimento, o Pe. Joseph Tolu referia-se apenas a “postos” e estâncias, e não faria nenhuma menção a ervais. O segundo aspecto, este mais significativo, envolve a constatação de que aquele jesuíta atuara como pároco em San Xavier durante a década de 1680, e, ao que tudo indica, havia deixado o povoado ainda em 1689. Ou seja, o Pe. Tolu não dispunha de notícias sobre a localização do erval indicado no mapa, cuja descoberta, como sublinhamos, ocorrera somente em meados da década seguinte. Destarte, ainda que se aceite que o depoimento do missionário fizesse menção a uma representação cartográfica, parece bastante improvável que esta tratasse deste mapa específico, cuja elaboração só poderia ser realizada por alguém, que, além de bem informado sobre o tema do litígio, dispunha de pleno conhecimento sobre a localização daqueles bosques. (FURLONG, 1936, op.cit. Lâmina L, nº 109 do Catálogo, p.130-134 do texto).





Com efeito, este mapa parece constituir um suporte visual bastante fiel aos argumentos levantados pelos *xavieristas*. De um lado, buscava fazer ver as distâncias que separavam o *Nucorá* dos bosques “q hallaron los de S. Xavier”, evidenciando a completa independência entre ambos. Conjuntamente, realçava a proximidade entre aquele *pueblo* e os montes e bosques em questão, o que, em alguma medida, permitia um vislumbre do caminho utilizado pela expedição que realizara sua descoberta. Ademais, o mapa também precisava a localização do Iacanguaçu, de modo a destacar que este não alcançava o *Nucorá*, nem possuía qualquer relação com o arroio a que se referiam os moradores de Concepción. Por fim, ainda indicava a localização das estâncias daquele *pueblo*, uma forma reforçar as relações que os *xavieristas* mantinham com aquele espaço. Em resumo, o principal objetivo da representação cartográfica era fornecer aos juízes do litígio, cujos conhecimentos sobre a região eram bastante limitados, um amparo imagético capaz de facilitar a compreensão dos tópicos e argumentos apresentados em favor da comunidade de San Xavier naquela contenda.

A comunidade de Concepción, por seu turno, também apresentaria Documentos e argumentos para impedir o que entendiam como uma tentativa de usurpar seus direitos legítimos sobre o *Nucorá*. Nesta etapa do litígio, por razões que desconhecemos, o Pe. Juan de Palácios assumiria a defesa do povoado em lugar do Pe. Petrigrassa. Além de reiterar a tese de que os achados pleiteados pelos *xavieristas* faziam parte de um erval exclusivo dos moradores de Concepción, Palácios agregaria um importante instrumento em favor do povoado. Tratava-se de um testemunho tomado junto ao experiente Pe. Christóval Altamirano. Em 1697, Altamirano era o mais longo dentre todos os jesuítas que atuavam na província, possuía 96 anos de idade, e quase sete décadas dedicadas a atuação apostólica no Paraguai. Por ter convivido com alguns dos primeiros padres que chegaram a província, e participado, desde fins da década de 1620, da atividade missionária no Uruguai, seu depoimento seria revestido de grande autoridade naquela contenda. Questionado se teria notícias de que parcialidades provenientes da “otra vanda” haviam se estabelecido no povoado de San Xavier, Altamirano seria categórico:

ningun Cazique con sus famílias, o vasallos vino a poblarse, ni a agregarse a los que estaban poblados en la Doctrina de S. Francisco Xavier: seelo, porq estuve muchas veces en aquella Doctrina, ayude tambien a los PPs. q en ellas estaban a recoger los indios q estaban en sus taperas antiguas desta vanda deel Uruguai, sinq ubiesse indio alguno Guarani en la outra vanda del rio Uruguai .(AGNA, Sala IX, 6-9-4)

Para os fins daquele litígio, não há dúvidas, o testemunho do Pe. Altamirano contribuiria em muito para a defesa do povoado de Concepción<sup>262</sup>. Com efeito, o depoimento, além de partir de um missionário com grande experiência, contradizia um dos principais argumentos elencados pelos

---

262 O Pe. Cristóbal Altamirano nascera em Santa Fe, no ano de 1602: “(...) fué Cura de Yapeyú, rector de la Asunción, Superior de todas las Misiones Guaraníticas. Procurador ante las Cortes de Madrid y Roma, Rector del Colegio Máximo de Córdoba, y gran misionero. Falleció a los 97 años de su edad en Apóstoles, en 1698” (FURLONG, 1962, p.335).

*xavieristas* naquele conflito, o de que os territórios sobre os quais versava o litígio seriam seus por “derecho de herência”. E o fato de que Altamirano não havia atuado em nenhum dos *pueblos* envolvidos no pleito reforçava o peso de seu relato, pois afastava qualquer possibilidade de que suas palavras fossem acusadas de parcialidade.

As manifestações e instrumentos reunidos em defesa das duas comunidades seriam encaminhadas aos juízes do litígio, funções que, desta feita, caberiam aos padres Pablo Restivo e Domingo Calvo. Suas sentenças seriam proferidas ainda em dezembro de 1697, e, para novo desgosto dos *xavieristas*, favoreceriam a comunidade de Concepción. Nos pareceres, os padres sustentariam suas decisões com base em dois elementos principais. Primeiro, retomavam o argumento de que o título outorgado por Blazquez de Valverde não assegurava ao povoado de San Xavier mais terras do que as necessárias para uma estância, de modo que não cabia àquela comunidade pretender a posse de todos os montes que se estendiam ao norte do rio Ijuí (MCA-IV, 1970, p.54). No entanto, foi mesmo com base no depoimento do Pe. Altamirano, que os juízes ampararam as principais justificativas para suas sentenças. Frente a este, os testemunhos dos moradores de San Xavier seriam tratados com desconfiança, e teriam sua validade questionada. Esta perspectiva ficaria patente nos termos mencionados pelo Pe. Domingo Calvo:

Digo, que haviedo visto los instrumentos, y oydo las razones, que una, y otra parte alegan, no consta, que el dicho pueblo de S. Xavier tenga algun derecho al dicho yerval. No lo tiene por el derecho de herencia de sus Indios, porque esse derecho no lo prueba con razones suficientes, ni instrumentos dignos de Fee, porq solo lo prueba con el dicho de los Indios del mismo pueblo de S. Xavier, a los quales, por ser parte, no seles debe, ni puede dar credito, y mas estando en contrario un papel, que el pueblo de la Concepción presento en su favor, que es una declaracion del Pe. Christobal de Altamirano, el qual Pe. declara, que por haver sesenta y ocho años q vino a estas misiones y haver comunicado con los primeros PP. que convirtieron, y redujeron a pueblo a los primeros moradores de pueblo de S. Xavier, y haver tambien ablado y tratado a los dichos primeros moradores, y conocido a muchos de ellos aun gentiles, y haver baptizado a muchos, diçe, q sabe decierta ciência, que es falsedad, y mentira, el que algun cacique, o indios dueños de algunas tierras de la otra banda del Uruguai se agregasen al dicho pueblo de S. Xavier” (AGNA, Sala IX, 6-9-4)263

Ainda que justificadas por outros meios, tais sentenças teriam, na prática, o mesmo resultado do juízo proferido no litígio anterior. Assim, mantivera-se o entendimento de que, com exceção das estâncias e chácaras de que dispunham junto ao rio Ijuí, os *xavieristas* não possuíam direitos a outros territórios na banda oriental. Ao mesmo tempo, seguiria valendo a premissa de que a

---

263 Na mesma linha apresentada por Domingo Calvo, o Pe. Restivo também pontuaria a fragilidade dos testemunhos dos *xavieristas*: “(...) visto los instrumentos que las dos partes presentaron, no consta por el tenor dellos, que el dho pueblo de S. Xavier tenga algun derecho al dho hierbal por el derecho de herencia, que alega tener por los indio moradores del dho pueblo, porque esse derecho no se prueba por instrumentos legales, ni por testigos idoneos, ní tiene mas en su favor q el dho de la parte, a la qual en justicia no se deve creer no provandolo con prueba real, y clara. Añadese que por testimonio del Pe. Christóbal Altamirano que los conoce desde su infidelidad y ha vivido em estas Reducciones sessenta, y mas años, consta ser falso quanto los indios de S. Xavier han dho, y alegado em su favor.” (AGNA, Sala IX, 6-9-4).

descoberta realizada por Bernardino Candiru era parte do *Nucorá*, e, portanto, constituía um domínio do *pueblo* de Concepción<sup>264</sup>.

Malgrado o novo juízo desfavorável, o segundo em apenas um ano, a comunidade de San Xavier não se mostrava disposta a abrir mão de ter reconhecidos seus direitos de posse sobre aqueles bosques. Assim, com o auxílio de seu pároco, os *xavieristas* seguiriam contestando as decisões, em especial, a tese de que os bosques que haviam descoberto eram parte dos ervais explorados pelos moradores de Concepción. A insistência traria resultados, e, ainda em meados de 1698, o caso seria novamente retomado. No entanto, com o fim do provincialado do Pe. Simon de León em setembro daquele ano, caberia ao seu sucessor, o Pe. Ignacio de Frías, a responsabilidade de dar andamento ao processo. Com isto, seria somente em 1699, que as partes apresentariam – esta seria a terceira vez – os instrumentos e justificativas em defesa de seus direitos sobre aqueles bosques. Em favor da comunidade de San Xavier, além de apresentar títulos de terra daquele *pueblo*, e retomar os argumentos que expusera em anos anteriores, o Pe. Medina incluiria um número expressivo de depoimentos de outros missionários, a maior parte tomada entre os anos de 1698 e 1699. Nestes, padres que haviam atuado em San Xavier, e outros que conheciam bem os *pueblos* do Uruguai, atestariam a presença constante dos *xavieristas* na banda oriental. Os testemunhos destacavam que já se passavam mais de três décadas desde que as famílias daquela povoação haviam estabelecido suas chácaras e uma pequena estância entre os rios Uruguai e Ijuí. Somado a isto, enfatizavam que, até a emergência daquele litígio, os direitos de posse do *pueblo* de San Xavier sobre aqueles montes nunca haviam sido contestados. Por outro lado, o Pe. Medina também faria menção aos atropelos que teriam ocorrido ao longo dos pleitos anteriores. Segundo o pároco, alguns dos juízes que emitiram sentenças naquele litígio não haviam tomado pleno conhecimento dos argumentos e instrumentos apresentados pela comunidade de San Xavier. Ademais, Medina acusava a defesa de Concepción, em especial o Pe. Juan de Palácios, de ter persuadido os juízes do litígio, afirmando, por reiteradas vezes, e mesmo sem jamais ter visto aqueles montes, que os ervais descobertos pelos *xavieristas* eram parte do *Nucorá* (MCA-IV, 1970, p.54).

Através da argumentação apresentada pelo pároco de San Xavier, também é possível ter boa ideia das alegações, que, nesta etapa do pleito, foram apresentadas em favor da comunidade de Concepción. Em boa medida, o Pe. Juan de Palácios insistia na narrativa apresentada em anos anteriores, enfatizando que os “achados” realizados pelos *xavieristas* encontravam-se dentro dos limites do *Nucorá*. Ao mesmo tempo, o padre também retomaria os argumentos levantados pelos juízes que haviam emitido sentenças sobre aquele pleito. Assim, ressaltava que seus pareceres foram

---

264 A decisão era um sinal claro de que o mapa apresentado em defesa da comunidade de San Xavier não contara com maior crédito entre os juízes do litígio. Nas sentenças, apenas o Pe. Restivo faria referência a este, ainda assim, de modo bastante pontual (AGNA, Sala IX, 6-9-4).

unânicos em defender o entendimento de que os títulos concedidos pelo ouvidor Blazquez Valverde não garantiam aos moradores de San Xavier mais direitos do que o de manterem uma estância junto ao rio Ijuí. Também com base nas sentenças de 1697, o pároco de Concepción sublinhava que as alegações de que os *xavieristas* possuíam direitos de “herência” sobre aqueles montes haviam sido rechaçadas pelo testemunho do Pe. Altamirano, e frisava que os únicos fundamentos desta tese eram os depoimentos de moradores daquele *pueblo*, que, por serem parte interessada, não constituíam fontes fidedignas (MCA-IV, 1970, p. 52).

Apesar de não dispormos dos pareceres dos padres que atuaram como juízes nesta etapa do pleito, é possível, a partir de um Documento produzido anos mais tarde, ter acesso à transcrição de um trecho da sentença final, que, em 1699, seria proferida pelo Pe. Ignacio de Frías<sup>265</sup>. Nesta, os direitos dos *xavieristas* sobre os bosques descobertos por Candiru seriam finalmente reconhecidos:

“(...) atento a todos los meritos de esta causa, con parecer de los PP. Consultores, y de otros PP. graves, a quienes consulto la materia, deteminando, que este nuevo orden, se suspendiese el señalarla los linderos de las tierras, y montes, que pertenecian a uno, y otro Pueblo de la Concepcion, y San Xavier, y que por aora gosasse el Pueblo de San Xavier del Yerbal, *que hallaron* con todos los montes circumvecinos, y fronteras à el Pueblo de San Xavier en la otra banda del Uruguai, dejando los demas comarcanos à el Ñucora de la Concepcion, que sera como catorse leguas, poco mas, o menos, se divida por mitad de manera, que las siete leguas primeras hasta el yerbal nuevo de San Xavier, y de alli hasta el Rio Uruguai, frontero à San Xavier, que son como otras seis o siete, sean para San Xavier y las otras siete hasta el Ñucora con lo demas, que cae despues del ñucora, sea para el Pueblo de la Concepcion.” (AGNA, Sala IX, 6-9-5)

Depois de quase três anos de insistência, a decisão, enfim, garantiria à comunidade de San Xavier a posse exclusiva sobre o “yerbal” descoberto por seus moradores. Para isto, seria fundamental o reconhecimento de que havia distâncias significativas separando o *Nucorá* dos montes localizados pelo sargento Candiru, algo que, deve-se frisar, os *xavieristas* sabiam desde o princípio daquela contenda. Ainda que não contemos com referências específicas que revelem o que levara àquela mudança de entendimento, a sentença do Pe. Frías parece sugerir que, em algum momento entre os anos de 1698 e 1699, havia sido empreendida uma expedição, que, *in loco*, constataria a independência entre aqueles bosques. Assim, mais do que assegurar os direitos da comunidade de San Xavier, a sentença também estabeleceria uma linha divisória entre as áreas que caberiam a cada *pueblo*. Deste modo, é possível afirmar que a decisão não seria exatamente uma derrota para a comunidade de Concepción, pois, além de manterem todos os seus direitos sobre o *Nucorá*, a resolução do Pe. Frías ainda assegurava ao *pueblo* uma área que, tudo indica, era mais ampla do que aquela delimitada em 1685.

---

<sup>265</sup> Copia de la última sentencia del pleito sostenido por los pueblos de la Concepcion y de San Xavier, como consecuencia del interés por la posesión de tierras y parecer del padre viceprovincial Luys de la Roca. 30 de julho de 1714 (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

Este litígio apresenta uma série de elementos interessantes sobre os quais muito se poderia discorrer. Contudo, pelos limites desta pesquisa, e tendo em vista os objetivos específicos deste capítulo, há alguns que só podemos elencar de modo breve. Dentre estes, cabe sublinhar o de que este caso denota que as decisões daqueles juízos não eram absolutas, que as sentenças podiam sofrer contestações, e que havia espaço para que vereditos fossem revisados ou alterados. Outro aspecto interessante envolve o uso do mapa, que, neste processo, seria empregado como um instrumento em defesa dos direitos de posse de um *pueblo*, e faz pensar que os litígios constituíram uma espécie de estímulo para o desenvolvimento do saber e da produção cartográfica naquele contexto<sup>266</sup>. Há, ainda, ao menos mais um tópico relevante a se mencionar neste âmbito, que compreende a relação, bastante evidente neste caso, entre a emergência de pleitos e certa dinâmica de competição intercomunitária, sobretudo pelo domínio exclusivo de áreas que, naquela conjuntura, apresentavam maior interesse socioeconômico.

Por ora, no entanto, o que interessa sublinhar com maior ênfase é que também neste caso – ou seja, à semelhança do que observamos no litígio que envolvia as comunidades de San Miguel e San Luís – os padres não seriam os únicos a tomarem parte ativa e destacada nos desdobramentos do processo. Com efeito, o papel desempenhado por D. Francisco Baraça não pode ser qualificado como pontual ou secundário. Sua manifestação, ao deter a concessão do título solicitado pelos *xavieristas*, seria o principal motivo para a emergência daquele pleito. Além disto, não parece exagero afirmar que o teor de sua intervenção sustentaria a principal linha de argumentação apresentada pela defesa de sua comunidade ao longo de todo o processo. De modo claro e efetivo, Baraça dava mostras de pleno entendimento sobre os procedimentos que envolviam a concessão dos títulos, demonstrava conhecer as prerrogativas de que dispunha como corregedor, e, sobretudo, mostrava-se ciente das responsabilidades advindas de sua posição como representante maior dos interesses de sua comunidade. De outro lado, não faltam indícios de que os *xavieristas* também tomariam parte no processo. Mesmo que seus depoimentos tenham sido desacreditados pelos juízes do litígio, não deixam de constituir indicativos de que a comunidade possuía bom entendimento sobre os termos discutidos no pleito, e que seus moradores também se envolveram na construção dos argumentos expostos pelo Pe. Medina ao longo da contenda. E algo semelhante se poderia afirmar sobre o mapa que fora apresentado em defesa dos direitos daquela comunidade. Ainda que pouco se possa argumentar sobre sua autoria, não parece provável, pelo nível de detalhamento que nele se observa, que sua elaboração teria sido possível sem os informes dos habitantes daquele povoado. Seguramente, ninguém possuía, naquele contexto, melhor notícia sobre a região do que os próprios *xavieristas* – que, deve-se lembrar, haviam descoberto aqueles bosques –, de modo que

---

266 Esta questão será retomada no capítulo seguinte, a partir de outros exemplos.

parece um contrassenso pensar que a composição da defesa daquele *pueblo* pudesse prescindir seus conhecimentos.

## 6.5 Uma questão de limites

No mesmo período em que corriam litígios envolvendo terras na banda oriental, dúvidas e discordâncias a respeito dos limites dos domínios dos *pueblos* também surgiam na mesopotâmia. No entanto, enquanto o avanço das apropriações era o principal ensejo para a emergência de desacordos na “outra banda” do Uruguai, na margem ocidental, os motivos, em geral, eram de outra natureza. Ali, o espaço para a incorporação de novos territórios era bastante reduzido, já que, em fins do século XVII, boa parte havia sido ocupada e devidamente titulada em favor de algum povoado. Assim, as contendas teriam como principais motivações questionamentos referentes a disputas em torno da posição das divisas entre as terras que cabiam a cada comunidade.

Dentre estes casos, ao menos um envolveria povoados que faziam parte da província do Paraná. Em 1699, uma disputa seria protagonizada pelas comunidades de San Carlos e San Cosme y Damian. Este desacordo, cujos desdobramentos apresentam particularidades interessantes, diria respeito a duas áreas contíguas, conhecidas como *Caacarái* e *Taquaruçu*, terras que se estendiam “de la otra banda del Aguapey”, isto é, a partir da margem ocidental daquele rio. A região, que abrigava estâncias dos dois *pueblos*, era formada por áreas de campo, que, de norte a sul, eram cortados por um trecho de relevo acidentado, o “Ybiay”. Ao que tudo parece sugerir, tratavam-se de áreas cuja ocupação já remontava a algumas décadas, e para as quais, ambas as comunidades possuíam títulos<sup>267</sup>. Apesar disto, o foco do conflito era uma controvérsia em torno da posição da divisa das terras dos dois povoados. Nesta perspectiva, é possível conjecturar que os limites assinalados em tais registros – que, muito provavelmente, datavam das décadas de 1650 e 1660 –, já não eram suficientemente precisos para o contexto de ocupação que se verificava em fins do século XVII, período em que surgiram os desacordos entre aqueles *pueblos*. Em mais de trinta anos, pode-

---

267 No caso do povoado de San Carlos, constam, nos títulos conferidos pelo ouvidor Blazquez Valverde em 1657, referências de que parte das estâncias do *pueblo* ocupariam terras na margem ocidental do Aguapey: “(..)y para estancias de ganados mayores y menores les señalo las tierras que corren desde el dicho ñatiundi y su arroyo o pantano vogeando hasta el poniente hasta el Arroyo o pantano del Tareyrí hasta el Rio Aguapey con mas otras dos léguas de tierras de la otra parte del Rio tierra adentro desde el aguapey hasta los linderos y terminos que se an de señalar para Estancia del Pueblo y Doctrina del Corpus (...)” (AGNA, Sala IX, 22-8-2).

se supor, os rebanhos de ambas as comunidades haviam crescido de modo expressivo, e o mesmo ocorreria com as dimensões de suas estâncias. Estas dinâmicas faziam avançar a ocupação daqueles campos, e, muito possivelmente, haviam aproximado as áreas de uso empregadas pelas duas comunidades.

O principal aspecto que faria deste um caso diverso da maioria dos que tratamos até aqui diz respeito ao fato de que a divergência entre aquelas comunidades não culminara na emergência de um litígio. Isto, pois, através de uma negociação, chegara-se a um acordo, e este evitaria a necessidade de que fosse instaurado um processo. Trata-se, neste sentido, de um exemplo de que os pleitos não eram ocorrências inevitáveis diante do surgimento de desacordos daquela natureza. Por meio do ajuste, ficara acertado que o mais conveniente era que a divisa fosse demarcada tendo o *Ybiay* como referência. Com este acerto, “índios principais” e párocos dos dois povoados partiriam em direção a área em questão, e, enquanto percorriam seus *linderos*, estabeleceriam os marcos que comporiam a divisa entre aqueles campos. Dias depois de concluída a empreitada, quando as comitivas já se encontravam no povoado de San Carlos, seria produzido um registro relacionado ao processo. No Documento – que, ao que tudo indica, foi escrito por um dos padres que acompanharam o “deslinde” – seriam relatados alguns aspectos do acordo, e também detalhes sobre os procedimentos empregados na demarcação. No trecho mais significativo deste escrito, pode-se ler:

(...) para evitar en adelante dudas, y diferencias, como al presente se an originado, acerca de la division y linderos de dichas tierras entre los dichos dos Pueblos, se an convenido los Indios principales dellos con sus corregidores, con parezer, y buen sentir, de los padres, Juan Baptista Neuman, q actualmente cuidan del pueblo de S. Cosme, y Pe. Bernardo de la Vega, del de S. Carlos, y vienen unanimes y conformes, en q la division sea por el Ybiay y su medio poco mas o menos por la parte del sur, desde los linderos de las tierras de la Concepcion de un sitio algo montuoso, que llaman tamanduay; en el qual se pone una cruz, y desta cruz ba su linea recta por medio del poco mas o menos hacia el norte, hasta otra cruz q cerca del fin del se pone, en un monton o mogote de tierra; y ay de distancia entre estas dos cruces seis mil, ochocientas y setenta y dos baras, q asi emos acordado el medirlas, para la mayor firmeza y seguridad, y desta segunda cruz, ba voxeeando algo, hacia el oriente, y rio Aguapey, hasta otra cruz q se a puesto al principio, de un piritimini, o capijpitandi, (como llaman los Yndios) y ay distancia de la segunda cruz a esta tercera seis mil y Docientas y cinquenta baras; lo que resta es termino fixo el piritimini<sup>268</sup> o capijpitandi, hasta q llega, y por donde cae, en la zanxa y division de las tierras de Sta Ana y en esto quedan concordados los dhos Indios de entrambos pueblos con buen sentir de los padres, haviendo dado permissio para ello los superiores. Y para que de fe, de la firmeza de dho ajuste lo firman aqui todos en dho dia, mês y ano, en el pueblo de S Carlos Juan Baptista Neumann Bernardo de la Vega, Marcos Ybiti (corregedor), Aníceto Guarie, Ignacio Caruerequa, Bonifácio Aracoyî e Cristóbal Tariuma [San Cosme, grifo, Geronimo Guarupay (corregedor), Joseph Tacâ, Cristóval Aguayu, Cristóval Moño, Miguel Ariapu, Santiago Mborecobia. (MCA-CPH. Cx. 19. Doc. 71-520)

---

268 O termo *piritimini* refere-se a um charco ou banhado de pequenas dimensões.



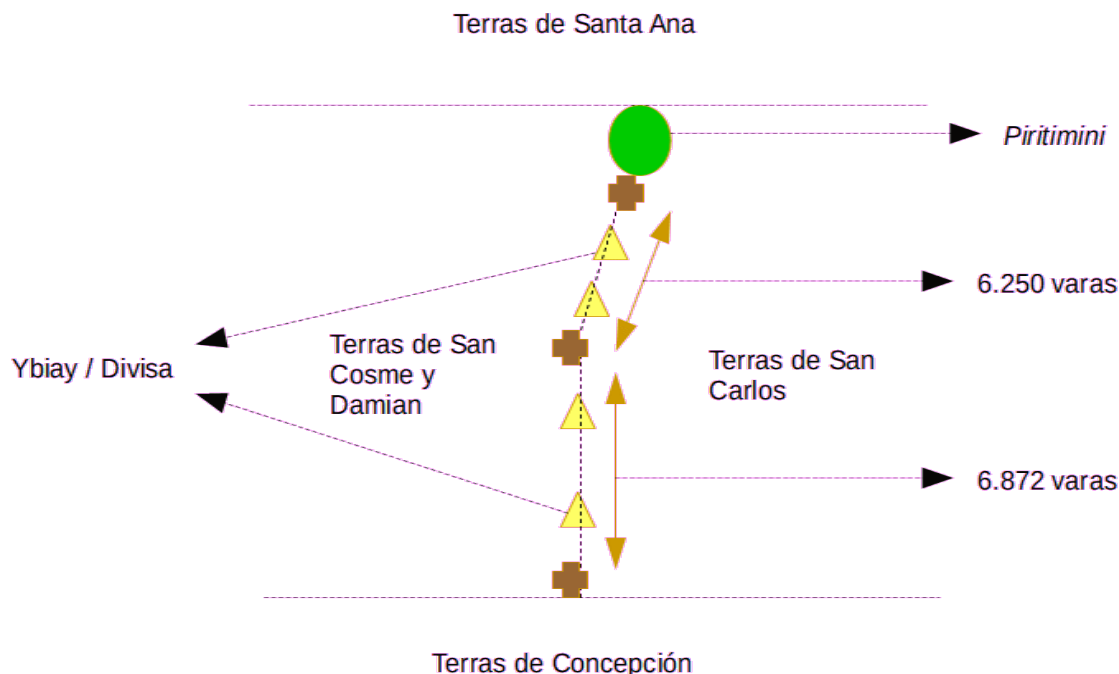
Antes de abordarmos seu conteúdo, cumpre destacar algo sobre as funções deste Documento. À semelhança do que observamos em outros casos, sobretudo naqueles que abordamos no início deste capítulo, nota-se, também aqui, que o objetivo era produzir um registro para formalizar o convênio entre as duas comunidades. Ao ter seus termos fixados em um Documento escrito, que seria devidamente firmado por lideranças e párocos de ambos os *pueblos*, o ajustamento ganhava maior legitimidade, já que se estabelecia uma garantia, um recurso que poderia ser consultado e/ou utilizado em caso de que novas dúvidas fossem suscitadas sobre o tema. Em outros termos, o registro dava um sentido jurídico ao acordo.

Dito isto, ao enfocarmos o conteúdo exposto no Documento, cabe iniciar ressaltando os papéis desempenhados pelos diferentes atores que tomaram parte no acordo. De um lado, o registro destaca a participação dos párocos de ambos os povoados, que, parece claro, acompanharam de perto as diferentes etapas daquele processo. De fato, julgando pelos termos deste Documento, não há dúvidas de que os padres Juan Baptista Neumann e Bernardo de la Vega teriam importante parcela de contribuição para a efetivação do ajustamento. Contudo, também parece certo que o principal fundamento para o sucesso do acordo era o interesse das lideranças daquelas comunidades. Em outras palavras, ainda que os padres tenham atuado de modo a facilitar a construção daquele arranjo, tudo leva a crer que este não poderia prosperar sem que os “índios principais” de ambos os *pueblos* se mostrassem “unanimemente y conformes” com a solução negociada. Como representantes das comunidades as quais cabiam os direitos de posse sobre aquelas terras, as lideranças seriam protagonistas do acordo, e parece pouco provável que, sem o seu aceite, existisse alguma possibilidade de que este se concretizasse.

Além de fornecer boa ideia sobre as dinâmicas que possibilitaram o ajustamento, o registro também aponta uma dificuldade relacionada à definição daquela divisa, e, ainda, descreve a solução que seria empregada para o seu “deslinde”. Com efeito, o grande empecilho decorria da inexistência de cursos d'água ou outras formações de relevo que estabelecessem um “termino fixo” entre as áreas que cabiam a cada *pueblo*. Ao que parece, isto sugere que o “Ybiay” que cruzava a região não formava uma barreira contínua, mas algo irregular e intermitente, configuração que não fornecia uma separação efetiva para aqueles campos. Por esta razão, julgara-se que não seria suficiente apenas apontá-lo como limite, e que era preciso dar maior precisão e clareza a divisa entre as duas áreas. A solução adotada era bem conhecida, seriam utilizadas cruces, que, depois de posicionadas sobre os pontos julgados mais convenientes (possivelmente os mais visíveis), seriam fixadas para demarcar tal separação. Contudo, como se depreende do registro, o procedimento empregado neste caso teria uma particularidade interessante. Não seria implantada apenas uma, mas um conjunto de três cruces, que, ao longo de uma extensão de cerca de duas léguas (aprox. 11 km), formariam uma espécie de linha demarcatória. E o aspecto mais relevante é que as distâncias entre estes marcos

passariam por medição, cujos resultados seriam registrados em *varas* (aproximadamente 83 cm)<sup>269</sup>. A razão para isto seria devidamente explicitada no Documento, o objetivo principal era dar “mayor firmeza y seguridad” para a demarcação. Nesta perspectiva, não se pode deixar de notar a existência de certa desconfiança em torno dos termos daquele acordo. E, neste sentido, a solução adotada parecia tão prática, quanto efetiva, posto que forneceria um parâmetro de verificação bastante eficiente para coibir possíveis adulterações. Em outros termos, a adoção daquele sistema era uma forma de garantir, que, caso surgissem suspeitas de que a posição de alguma das balizas houvesse sido modificada, contar-se-ia com uma referência, que, de modo relativamente simples, permitiria identificar a usurpação, dado que, para isto, bastaria medir as distâncias entre os marcos, e compará-las ao registro.

Ainda neste sentido, é interessante observar que os termos daquele acordo também mencionavam os limites das terras de outros *pueblos*. Com efeito, as áreas de campo pertencentes às comunidades de San Cosme e San Carlos faziam divisa com domínios pertencentes às comunidades de Concepción e Santa Ana. Nesta perspectiva, o Documento ainda fornece uma ideia da condição ajustada das malhas que haviam sido estabelecidas sobre os campos que se estendiam “de la otra banda del Aguapey”. Para melhor entender este ponto, propomos um diagrama, que, apesar de bastante esquemático, permite um vislumbre daquela configuração.



269 Uma légua espanhola era equivalente a 6.666 varas. Sobre o tema ver: GARZA MARTINEZ, Valentina. Medidas y caminos en la época colonial: expediciones, visitas y viajes al norte de la Nueva España (siglos XVI-XVIII). *Fronteras de la Historia* .17/2: 191-219. 2012.

Em que pese seu caráter simplificado e pontual, esta representação fornece uma perspectiva sobre o conjunto de domínios que ocupavam os territórios da margem ocidental do rio Aguapey. Ali, os limites dos domínios de um *pueblo* demarcavam o início das terras de outro, e já não existia espaço para avanços ou novas apropriações. Em tal contexto, portanto, não havia mais lugar para limites dúbios, ou lindeiros aproximados. Em outros termos, tornara-se imprescindível conferir maior precisão as divisas das terras que cabiam a cada *pueblo*, pois, do contrário, a tendência era de que os desacordos se tornassem cada vez mais recorrentes. Entende-se, assim, mais uma das razões que levaram aquelas comunidades a adotarem uma demarcação precisa para a divisão de seus campos. As circunstâncias exigiam divisas explícitas e bem definidas, pois, do contrário, sabia-se que era questão de tempo para que novos conflitos emergissem. E esta situação era ainda mais sensível para os *pueblos* da província do Paraná, já que muitos deles tinham nos campos que possuíam naquela região, as áreas mais propícias para o abrigo de seus rebanhos. Para comunidades como as de San Carlos e San Cosme y Damian, que não dispunham de domínios na banda oriental, cada légua contava, e era preciso garanti-las e demarcá-las para minimizar os riscos de que outras *pueblos* avançassem sobre seus domínios.

Ao encaminharmos a conclusão deste tópico, cumpre, como um último ponto, destacar que, a despeito de suas especificidades, este episódio também apresenta algumas das dinâmicas e características observadas em outros casos abordados ao longo deste capítulo, razão pela qual fornece ensejo para algumas considerações de ordem geral. A intenção não é traçar um paralelo extenso elencando estas convergências, mas, de modo sucinto, enfatizar dois aspectos principais. O primeiro, não poderia ser diferente, envolve a participação dos “índios principais” neste episódio, questão que remete as dinâmicas constatadas em outros casos de que tratamos ao longo do capítulo. Neste âmbito, convém ressaltar o papel central desempenhado pelas lideranças em meio às controvérsias e decisões que envolviam os domínios territoriais dos *pueblos*. Com efeito, os exemplos denotam que, por aqueles anos, *cabildantes* e caciques eram protagonistas cientes de suas prerrogativas e responsabilidades, e demonstravam entendimento sobre as lógicas que legitimavam os direitos de posse de suas comunidades. Ainda neste sentido, é interessante verificar a significativa relevância que as questões relacionadas aos domínios territoriais comunitários haviam assumido em meio às atribuições dos “índios principais”. De fato, em fins do século XVII, os temas ligados ao controle, à administração, a ampliação e a defesa dos domínios territoriais dos *pueblos* alcançariam primeira importância em meio às preocupações de suas lideranças. E o motivo para isto era patente, tendo em vista o valor que, em tal contexto, a posse da terra havia adquirido para a própria reprodução das povoações. Na medida em que, cada vez mais, os interesses das comunidades se voltavam à consolidação e expansão de seus domínios, não é sem razão que os encargos e incumbências de seus representantes tomassem este sentido.

O outro ponto que, bastante presente neste caso, também remete a aspectos observados nos episódios que abordamos em tópicos anteriores, compreende o caráter jurídico da posse comunitária, que, naquele período, parecia efetivamente consolidado. E a face mais visível desta dinâmica se revelava pela ubiquidade do registro escrito, que havia se tornado parte quase que indissociável das práticas e procedimentos que envolviam questões de ordem territorial. Através da escritura, delimitavam-se prerrogativas de exclusividade, definiam-se limites, formalizavam-se acordos e firmavam-se seus termos, em suma, fixavam-se salvaguardas sobre praticamente todos os expedientes que envolviam as relações de posse. E não era à toa, afinal, em um contexto em que os desacordos tornavam-se mais e mais comuns, e, em última instância, eram solucionados através de litígios, os registros constituíam as garantias mais efetivas de que uma comunidade podia dispor para defender seus domínios.

## Capítulo 7. A dilatação do território entre avanços e limites

As primeiras décadas do século XVIII seriam marcadas como um período de significativa expansão demográfica para praticamente todos os *pueblos*. Por aqueles anos, a população total em ambas as províncias ultrapassara a soma de 100 mil habitantes, feito tão expressivo, quanto simbólico. Para sustentar esta dinâmica de crescimento, como se poderia supor, seria imprescindível que as comunidades ampliassem a produção de recursos, sobretudo daqueles que eram fundamentais a sua reprodução material. Deste modo, não é sem razão, que, em meio à Documentação relativa a este período, proliferem os indícios que dão conta de incrementos consideráveis, seja na produção agrícola dos *pueblos*, na amplitude dos rebanhos que estes abrigavam em suas estâncias, ou nos volumes da erva-mate que beneficiavam todos os anos.

Ao longo deste capítulo, abordaremos as linhas gerais desta expansão, enfatizando sua perspectiva territorial. O objetivo inicial é destacar que as primeiras décadas do século XVIII também constituiriam um período de importante avanço nos domínios e margens de ocupação daquelas comunidades. Para que alcançassem tais incrementos produtivos, como veremos, os *pueblos* estenderiam as áreas sobre as quais estabeleciam seus cultivos agrícolas, fariam aumentar as dimensões de suas estâncias, incorporariam novos bosques para a produção ervateira, e adotariam técnicas e estratégias cuja finalidade era otimizar os usos e a exploração de suas terras. Por outro lado, busca-se enfatizar como este contexto expansionista também traria repercussões no âmbito das relações de exclusividade territorial. Com a dilatação das ocupações, cresceria a demanda por demarcações que definissem com precisão os limites dos domínios que cabiam a cada povoado, e é neste contexto que a cartografia tornara-se um elemento-chave na territorialidade daquelas comunidades.

## 7.1 A expansão agrícola em meio a necessidades e excessos

Entre fins dos anos de 1690, e as primeiras décadas do século XVIII, os *pueblos* que compunham as províncias do Paraná e Uruguai registrariam incrementos demográficos bastante acentuados. Por aqueles anos, a simbólica marca de 100 mil habitantes seria superada, algo que parecia impensável em décadas anteriores. No quadro abaixo, pontuamos alguns dados sobre a evolução populacional verificada naquele período, discriminando os dados de cada província:

**Tabela 7: Evolução demográfica dos *pueblos* entre os anos de 1698 a 1716**

Ano	Uruguai	Paraná	População total
1698	43.519	37.209	80.728
1702	48.018	41.483	89.501
1706	53.979	44.004	97.983
1708	56.422	45.059	101.481
1714	57.600	52.551	110.151
1716	66.367	54.990	121.357

(MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 15-928) Doc 3-369

Como se observa pela tabela, em pouco menos de duas décadas (1698-1716), a população total de ambas as províncias teria um aumento da ordem de 50%. E a despeito de que a incorporação de neófitos tenha constituído um fenômeno bastante comum por aqueles anos, não há dúvidas de que o crescimento vegetativo seria, de longe, o principal motor daquela expansão. Com efeito, a cada ano, a diferença entre o número de novos nascimentos, e a soma de óbitos alcançava totais que, em média, superavam as 2 mil pessoas. Assim, pode-se afirmar que, naquele período, cada povoado agregaria algo em torno de uma centena de novos habitantes todos os anos. Ou ainda, que a média de moradores de cada *pueblo* saltara de 2.850 em fins do século XVII, para algo como 4.000 em meados da década de 1710.

O número de comunidades também cresceria ao longo daquelas décadas. Além da fundação dos *pueblos* de Santa Rosa e San Juan Baptista entre os anos de 1697 e 1699, sobre os quais já fizemos menção nos capítulos anteriores, outras duas povoações surgiriam a partir de divisões ocorridas ainda na primeira década do século XVIII. Em 1706, logo após superar a marca das 1.300 famílias, e um total de 5.212 habitantes, o povoado de San Carlos passaria por um processo de divisão (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 22-935). Enquanto parte de seus moradores permaneceram no mesmo sítio, outra parcela, composta por algo em torno de 700 famílias, partiria para formar um

novo povoado, Trinidad<sup>270</sup>, cujo primeiro sítio estaria localizado entre os *pueblos* de San Joseph e Mártires<sup>271</sup>. No ano seguinte seria a vez do povoado de Concepción passar – pela segunda vez – por um processo semelhante. Em 1707, o povoado havia ultrapassado a marca de seis mil habitantes, que compunham algo em torno de 1.500 famílias. Sua divisão, que ocorrera naquele mesmo ano, daria origem a San Angel, o primeiro e único povoado, que, na banda oriental, se estabeleceria ao norte do rio Ijuí, há poucas léguas de distância do Nucorá<sup>272</sup>. Com as duas novas fundações, chegaria a trinta o número de *pueblos* nas duas províncias, quantidade que seria alcançada justamente quando a população total de ambas superava o total de 100 mil habitantes.

Dentre as razões que levaram a divisão daqueles *pueblos*, a pressão que o crescimento demográfico exercia na demanda por recursos agrícolas constituiria um fator de primeira importância. Naquele contexto, como destacamos em capítulos anteriores, o aumento populacional sustentado estava diretamente atrelado à ampliação dos cultivos, o que não poderia se concretizar sem expansão das áreas destinadas a estes. E, ao que tudo indica, ao menos para aquelas comunidades, já não havia espaços disponíveis para comportar tais aumentos<sup>273</sup>. Contudo, se é certo que, para alguns povoados, as implicações daquela dinâmica seriam mais drásticas, também é verdade, que, por aqueles anos, o aumento da demanda por áreas de plantio traria consequências para quase todos os *pueblos*, e isto em ambas as províncias. Com efeito, apesar de bastante escassas e pontuais, é interessante observar que boa parte das referências deste período, que tratam sobre a produção agrícola daquelas comunidades, traz indicativos neste sentido, ora referindo-se ao tempo que as famílias passavam fora de seus povoados devido à distância de suas chácaras<sup>274</sup>, ora

---

270 A relação entre o número de famílias que permanecera em San Carlos, e o contingente que partira para o novo *pueblo* seria bastante equilibrada. Assim, em 1707, um ano após aquele processo, San Carlos possuía 2.840 habitantes, e Trinidad contava com 2.847 moradores. *Estados de la población de las misiones del Paraná y Uruguay desde el año de 1649 hasta 1767* (MCA-CPH. Cx. 16. Doc 3-369).

271 A comunidade de Trinidad mantivera-se por poucos anos em seu primeiro sítio, que apresentava problemas devido à proximidade de um pântano. Por esta razão, ainda em 1712, o *pueblo* concluíra sua transmigração para um novo posto, localizado poucas léguas ao sul da povoação de Jesus. Nos anos seguintes, além de uma doação de terras dos próprios *jesuatos*, a comunidade ainda receberia concessões de outros três povoados, casos de Encarnación, San Ignacio, e San Carlos (LEVINTON, 2016, p.229).

272 Em boa medida, os habitantes de San Ángel comporiam suas terras a partir da divisão dos domínios territoriais pertencentes à Concepción. Assim, além de áreas para a produção agrícola, e campos para a formação de suas estâncias, o novo *pueblo* também disporia, desde sua fundação, de direitos sobre parte dos ervais do Nucorá.

273 Neste sentido, cabe lembrar, que poucos anos antes daquelas divisões, ao menos três comunidades, que, há décadas, ocupavam os mesmos sítios, deixariam estes postos em busca de novas terras para abrigarem suas povoações, casos de Córpus (1701), Itapuã (1702) e Santos Mártires (1705). Em que pese outros fatores tenham contribuído para estas mudanças, não há dúvidas de que, ao menos em alguma medida, a busca por novos assentamentos também envolvia questões relacionadas ao aumento da demanda por terras aptas para a produção agrícola. Esta situação era especialmente significativa para comunidade de Mártires, cujas dificuldades com a escassez de áreas de plantio eram conhecidas desde a segunda metade do século XVII.

274 Pelas referências presentes na *Ánua de la doctrina de Santos Apóstoles San Pedro y San Pablo*, de 1713, sabe-se que aquela comunidade era uma das que enfrentavam dificuldades neste âmbito. Devido à escassez de terras aptas à agricultura, grande parte de seus moradores mantinha seus roçados a boa distância do *pueblo*, e, em tempo de cultivá-los, passavam semanas longe de suas casas. Mesmo que considerassem que aquela situação estava longe da ideal, os missionários sabiam que havia pouco a se fazer a respeito. Assim, comemoravam o fato de que algumas famílias, “por

enfatizando as dificuldades que algumas comunidades enfrentavam para acessar suas áreas de roçado<sup>275</sup>.

Naquele período, a vinculação entre os aumentos demográficos e a expansão das áreas dedicadas à produção agrícola, por certo, não constituíam fenômenos novos. Em capítulos anteriores, destacamos que esta era uma dinâmica que se observava desde a segunda metade do século XVII. Ao longo das primeiras décadas do século XVIII, contudo, havia um aspecto singular neste contexto, que o diferenciava de períodos progressos. Ocorre que, por aqueles anos, uma parte importante dos incrementos na produção agrícola das comunidades não estaria necessariamente associada aos aumentos dos roçados familiares. De fato, era, em boa medida, a partir dos plantios cultivados em regime comunitário, que, por aqueles anos, os *pueblos* faziam avançar suas áreas de lavradio. E, sobre esta dinâmica – bastante atrelada a este período específico –, e algumas de suas consequências, parece válido um olhar mais detido. Em capítulos anteriores, tratamos sobre os *Tupambae*, os roçados comuns, e sua importância para o socorro de enfermos, órfãos e daqueles que, por razões diversas, não logravam colheitas suficientes para assegurar seu sustento. Ademais, também ressaltamos a relevância das “chácaras del comun” como fonte de amparo para os trabalhadores que realizavam viagens ou outras tarefas ligadas a seus *pueblos*<sup>276</sup>. Neste sentido, não é difícil entender porque a demanda por estes recursos só fazia aumentar em princípios do século XVIII. De um lado, os contingentes que necessitavam de tais auxílios cresciam, acompanhando a curva demográfica ascendente das comunidades. De outro, tornavam-se cada vez mais frequentes e dispendiosos os afazeres realizados em “útil del pueblo”, o que demandava volumes crescentes de recursos. Destarte, não é sem razão que os cultivos destinados a estas finalidades passariam por ampliações significativas naquele período, e, muito provavelmente, registrariam avanços proporcionalmente iguais ou superiores aos que se observava em meio aos roçados particulares.

---

no privarse de la costumbre, que tienen de asitir a la misa, y rosario”, haviam erigido “capillas en los partidos de sus sementeras.” 1713 (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 32-945)

275 A condição do *pueblo* de Candelária é representativa neste quesito. Ao menos desde meados da década de 1710 (provavelmente bem antes disso), a falta de áreas disponíveis nas proximidades do povoado forçaria parte de suas famílias a estabelecerem seus roçados em terras localizadas na margem ocidental do rio Paraná. Assim, sempre que estas se dirigiam a suas “sementeras”, precisavam efetuar a travessia daquele rio. Ao que parece, contudo, a jornada tinha seus percalços, e não eram raros os registros de acidentes naquela passagem. Em um memorial que dirigira ao pároco da comunidade em 1714, o então vice-provincial, Pe. Luis de La Roca incluiria uma advertência neste sentido, recomendando cuidado para que “la gente que ubiere de passar a la otra vanda a ver, travajar en sus chacras, y conducir los frutos de ella passen a alguna hora señalada en el Barco junta toda para evitar desordenes, y desgracias”. *Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el pueblo de La Candelaria*. 24/08/1714. (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

276 Neste âmbito, cabe ressaltar uma passagem presente em um escrito a que já fizemos referência em capítulos anteriores. Na obra do Pe. Francisco Jarque consta uma alusão interessante sobre as funções dos roçados comunitários: “Para ocurrir a la carestia, que de aqui podia temerse, acostumbra en cada pueblo hacer otras grandes sementeras de todos los generos, de que es capaz el terreno: para las cuales se escogen las mejores tierras que ay a vista del pueblo, los indios que mas sabem de labranza, y los sobrestantes de mayor capacidad, y mas diligentes, que atiendan el beneficio de la tierra, cultivo de los sembrados, y buen cobro de los frutos, los cuales se recogen despues en grandes percheles, y graneros, para socorrer à todos los enfermos, impedidos, huerfanos, y à los que por ocupados en util del pueblo, ò por desgracia, descuydo, y flogedad no les alcançam sus cosechas para todo el año”. (JARQUE, 1687, p. 304)



Por outro lado, havia um outro conjunto de plantios cultivados em “via de comunid” que registrariam aumentos expressivos naquele período. E é interessante sublinhar, que boa parte destes incrementos não envolvia a produção de gêneros alimentares, nem o objetivo de garantir recursos a necessitados, ou àqueles que atuavam em demandas de seus *pueblos*. Neste contexto, o exemplo mais significativo, sem dúvidas, envolvia os algodoads comunitários. Com efeito, desde fins do século XVII, e, sobretudo, a partir de princípios do XVIII, os plantios dedicados a este gênero cresceriam de modo significativo, e isto em quase todos os povoados. Os registros relacionados ao tema, apesar de algo escassos, não deixam dúvidas quanto a esta expansão, e sugerem que, para algumas comunidades, a produção algodoeira já não estava voltada somente ao suprimento das demandas de seus habitantes. Dentre os exemplos que podem ser arrolados neste âmbito, há uma referência interessante, que consta em uma espécie de contabilidade relacionada ao povoado de San Carlos. Nesta, que se refere ao ano de 1701 – ou seja, ainda antes da divisão daquele *pueblo* –, consta que a comunidade contava com um estoque de 2 mil arrobas (aproximadamente 23 t) de algodão em seus armazéns<sup>277</sup>. A quantidade expressiva dos volumes armazenados é um indicativo bastante sugestivo de que boa parte daquele montante era de excedentes, que, muito provavelmente, seriam destinados à produção de lenços e outros itens com fins comerciais. E talvez o mais surpreendente nesta referência seja o fato de que ela trata de um *pueblo* do Paraná, província que não dispunha das condições mais favoráveis para a formação de algodoads. Com efeito, as comunidades do Uruguai, e, em especial, as que se situavam na banda oriental, contavam, neste quesito, com vantagens significativas, posto que, para estas, a oferta de áreas planas e abertas, fundamentais para aqueles plantios, era significativamente mais ampla. Infelizmente, não contamos com registros sobre os estoques de comunidades do Uruguai naquele período. Por outro lado, algumas referências são claras em apontar que ali, os algodoads comunitários possuíam dimensões bastante expressivas. Uma destas, legada pelo Pe. Antonio Sepp, e relacionada à comunidade de San Juan Baptista, ainda sugere que, ao menos desde fins do século XVII, a formação de plantios daquele gênero estava entre as primeiras medidas levadas a cabo pelas novas comunidades que se estabeleciam na banda oriental. Segundo o Pe. Sepp, poucos anos após fundação de San Juan, isto é, ainda em princípios do século XVIII, a comunidade já havia formado um algodoad de dimensões consideráveis, que reunia não menos do que algumas centenas de milhares de plantas (BARCELLOS, 2000, p. 318).

O algodão não era o único dos cultivos comunitários que registraria incrementos por aqueles anos. Algo bastante semelhante ocorria com o tabaco, plantio que também ganharia maior relevância em meio as “chácaras del comum”. Com efeito, durante as primeiras décadas do XVIII,

---

<sup>277</sup> *Estado del pueblo de San Carlos, realizado en la visita de 11 de junio de 1701*. 11 de junho de 1701 (AGNA, Sala IX, 6-9-4)

além de constituir um gênero bastante comum entre os roçados familiares, era significativo o número de *pueblos* que haviam estabelecido seus tabacais “en via de comunidad”<sup>278</sup>. Ademais, se, em boa medida, seu uso seria empregado para abastecer a demanda interna das comunidades, e, sobretudo, para o consumo daqueles que realizavam tarefas “en útil del pueblo”, também eram crescentes – pelo menos entre os *pueblos* que dispunham de bosques propícios para tais plantios – os volumes de excedentes produzidos com fins comerciais. Destarte, ainda que sejam raras as menções relacionadas à amplitude destes cultivos, ou mesmo, a respeito dos volumes de tabaco que eram produzidos pelos *pueblos*, se tornariam cada vez mais comuns os registros relacionados a seus usos para fins de comércio, sejam em referências sobre trocas realizadas entre diferentes comunidades, em alusões relativas às relações de intercâmbio estabelecidas com diferentes grupos “infiéis”, ou, ainda, em meio aos registros das cargas enviadas aos mercados do rio da Prata.

Também por aqueles anos, isto é, entre fins do século XVII, e princípios do XVIII, teriam início esforços mais consistentes direcionados a formação de ervais hortenses, outro dos cultivos que passaria a constituir parte dos *Tupambaé* de diferentes comunidades. De fato, datam daquele período os primeiros intentos bem-sucedidos relacionados à composição de áreas dedicadas ao plantio da erva-mate, resultados de um antigo desejo dos jesuítas, que, há muito, buscavam reduzir os riscos relacionados às expedições ervateiras, e, minorar o tempo que os trabalhadores passavam longe de suas comunidades. Em *Misiones y sus pueblos de Guaranies*, Guillermo Furlong abordou este tema, destacando o papel decisivo desempenhado pelo Pe. Joseph Arce, que tomaria frente nas iniciativas empreendidas neste sentido. Em um memorial enviado ao Pe. Geral da Companhia em 1701, o Pe. Arce reforçava as conveniências de que cada comunidade contasse com seus próprios ervais cultivados, de modo que, gradualmente, fosse possível romper a dependência destas em relação aos bosques nativos. Neste mesmo Documento, ainda assinalava que alguns povoados como Santa Maria, San Xavier e San Carlos já haviam, naquele período, iniciado tais cultivos. Nos anos seguintes, com a devida aprovação dos projetos defendidos pelo Pe. Arce, outras comunidades dariam passos na mesma direção, em sua maioria, *pueblos* da província do Uruguai (FURLONG, 1962, p.416).

Na lista de cultivos que ganhariam proeminência em meio aos plantios comunitários durante aquele período, ainda é possível incluir dois outros gêneros – e isto, para ficarmos apenas entre os

---

278 Para este período em específico, os registros sobre os tabacais comunitários são pontuais, e não fornecem evidências que abarquem a condição destes plantios em todos os *pueblos*. Com efeito, é somente através de documentos posteriores, datados de meados da década de 1730, que encontramos referências mais consistentes a este respeito. Um destes é o testemunho do Pe. Bernardo Nussdorffer, parte de um informe produzido em 1737, que tratava de aspectos relacionados à situação econômica dos *pueblos*. Ao comentar sobre a produção de tabaco, o jesuíta pontuava que aquele cultivo não prosperava “en las campañas”, apenas em meio a áreas de “bosques”. Ainda neste âmbito, Nussdorffer afirmaria que somente cinco comunidades – casos de San Carlos, Apóstoles, San Tomé, La Cruz e Yapeyú –, não produziam tabaco suficiente para o consumo, justamente pela escassez de seus bosques, e, por isso, dependiam da compra de excedentes produzidos por outros povoados (Apud FURLONG, 1962, p. 435).

principais –, casos do trigo e da cana-de-açúcar. Em relação a estas culturas, observava-se certa divisão entre as províncias. Assim, o cultivo do trigo era mais comum entre os povoados do Uruguai, onde seu plantio era favorecido pelo clima subtropical, e, sobretudo, pela maior disponibilidade de áreas de campo<sup>279</sup>. A cana-de-açúcar, por outro lado, alcançaria maior relevância entre as comunidades do Paraná, que, por possuírem terras em regiões onde as temperaturas médias eram mais elevadas, teriam maior êxito no desenvolvimento de seus canaviais. Em ambos os casos, contudo, o destino da produção destes gêneros era bastante semelhante. A maior parte de seus frutos serviria ao consumo interno das comunidades, e apenas alguns *pueblos* logravam produzir excedentes, dos quais, em geral, se valiam como moeda de troca no comércio intercomunitário<sup>280</sup>.

Muito embora, com exceção da erva-mate, todos os outros plantios de que fizemos menção até aqui já fossem cultivados em regime comunitário, pelo menos, desde as últimas décadas do século XVII, parece claro, que, sobretudo a partir do século XVIII, as áreas ocupadas por estes gêneros passariam por ampliações consideráveis em quase todos os *pueblos*. E não há melhor testemunho para atestar esta expansão do que o surgimento, entre os próprios jesuítas, de posições críticas a respeito das dimensões excessivas de alguns destes plantios. Uma das manifestações mais incisivas neste sentido foi expressada ainda em 1707, pelo Pe. Blas de Silva. Em meio a uma carta que reunia instruções direcionadas a todos os missionários da província, o então provincial condenava os exageros que observara nos roçados comunitários de alguns *pueblos*. Segundo Blás de Silva (1706-1709), o crescimento desmedido “en las chacaras del Comun ô Tupâmbaè” impunha grandes cargas de trabalho aos índios, de modo que muitos acabavam sem tempo para “hazer sus chacaras, y de carpilas, ò de coger sus fructos; con que los miserables a vezes los padecen y hazen padezer a otros hurtandoles sus sementeras”. Diante disto, o provincial recomendava reparos neste tocante: “de suerte que se dispongan con tal modo las faenas, q ayga tiempo para las del comum, y le sobre mucho para la suya a cada particular (...)”<sup>281</sup>. Ainda que não especificasse exatamente em quais cultivos havia observado tais excessos, tudo indica que o Pe. Blás de Silva não se referia ao

279 Em 1707, ano em que as colheitas de trigo foram bastante afetadas em ambas as províncias, os estoques de alguns *pueblos* do Uruguay se mostrariam cruciais. Além de acudir a outras comunidades da mesma província, e grande parte das povoações do Paraná, estas reservas ainda permitiriam o socorro do colégio de Corrientes, que também havia sofrido perdas em seus trigais. As evidências, infelizmente, não permitem precisar de quais *pueblos* partiram àqueles auxílios. De todo modo, permitem afirmar que haviam comunidades no Uruguay que produziam excedentes consideráveis de trigo. Estado general de las Doctrinas dei Uruguay del ano de 1707, en carta escrita al Padre Provincial de la Compania de Jesus, por el Padre Salvador de Rojas, fecha en el Pueblo de Borja a 20 de Diciembre de 1708. (MCA-IV, 1979, p. 236).

280 O plantio da cana alcançaria maior desenvolvimento entre os *pueblos* de San Ignacio Guazu, N. Sra de Fé, Santiago e Santa Rosa. Ao menos, era assim em meados da década 1730, quando o Pe. Nussdorfer afirmou que “os pueblos más cercanos al Paraguay” estavam entre os únicos que logravam extrair algum excedente a partir da produção de seus canaviais (Apud FURLONG, 1962, p. 435).

281 Biblioteca Nacional de España. Cartas de los PP. Generales y Provinciales de la Compañía de Jesús a los misioneros jesuitas del Paraguay, Uruguay y Paraná [Manuscritos], t. I, s.XVIII. Localización: Mss/6976. Carta del Pe. Prv. Blas de Silva para todas las Doctrinas, su fecha 22 de Diciembre de 1707. p. 212.

plântio de gêneros alimentares, pois, se assim fosse, não haveria motivos para preocupações com o abastecimento das famílias. Ou seja, o mais provável é que o provincial se referisse aos grandes algodoads e tabacais que alguns *pueblos* haviam estabelecido naquele período.

Conquanto incisivas, as censuras do Pe. Blás de Silva não parecem ter motivado mudanças naquele quadro. Em realidade, as evidências são de que a expansão das “chácaras del comum” ainda se acentuara nos anos seguintes. Em 1713, outro Documento abordaria o mesmo assunto, e traria uma reprimenda bastante semelhante a que fora levantada pelo antigo provincial. Desta feita, contudo, as palavras não viriam de um jesuíta que atuava no Paraguai, mas do próprio Geral da Companhia, o Pe. Miguel Angel Tamburini. Em abril daquele ano, numa carta endereçada ao vice-província do Paraguai, Tamburini demonstrava bom conhecimento sobre o tema, e também preocupação com suas consequências. Neste sentido, afirmava que era excessivo “lo que se siembra en las Doctrinas”, e atribuía aos párocos a culpa por exageros que custavam “gran trabajo delos indios, sin necesidad” (PAGE, 2013a, p. 278). As palavras do Padre Geral permitem uma dupla leitura. Por um lado, indicam que as críticas do Pe. Blás de Silva não foram suficientes para estimular correções aos excessos, já que estes persistiam nos anos seguintes. De outro, o fato de que a maior autoridade da Companhia era informada sobre o assunto, e buscava intervir por sua solução, não deixa dúvidas de que o tema havia alcançado ainda maior relevância em princípios da década de 1710.

Não obstante os receios em torno do crescimento desmedido dos plantios comunitários, é importante ponderar, que nada indica que estas ampliações tenham ocorrido em detrimento das áreas que eram destinadas aos cultivos familiares. Ao contrário, como já referimos, as primeiras décadas do século XVIII também seriam marcadas por avanços nos roçados particulares, condição *sine qua non* para o crescimento demográfico dos *pueblos*. No entanto, o que parece certo é que, pelo menos, desde princípios do século XVIII, as “chácaras del comum” cresciam em um ritmo bem mais expressivo do que aquele que se verificava nas “sementeras” particulares, e os plantios cultivados em regime comunitário passariam a ocupar parcelas cada vez maiores em meio as terras dedicadas a produção agrícola dos povoados. Esta dinâmica, segundo compreendemos, é indicativa de uma mudança importante em relação às funções a que se destinavam os produtos dos *Tupâmbae*. Se é bem verdade que o consumo interno ainda constituía o principal destino dos frutos provenientes das “chácaras del comum”, a ampliação expressiva de tais cultivos evidencia um interesse crescente na geração de excedentes. Com efeito, as grandes dimensões que alguns destes plantios alcançariam em princípios do século XVIII não deixam dúvidas de que a sobreprodução não era ocorrência eventual, mas o resultado de intenção deliberada. Por aqueles anos, o destino dos frutos colhidos a partir dos plantios comunitários já não estaria voltado apenas a suprir as necessidades dos *pueblos*, mas, também, a fornecer recursos que servissem ao comércio, seja em

âmbito intercomunitário, ou visando os mercados do Rio da Prata.

Por fim, há, ainda, outros dois aspectos importantes a serem destacados neste contexto. O primeiro é bastante conhecido, diz respeito à constatação de que a difusão do plantio de gêneros como o algodão, o trigo e a cana-de-açúcar representava a incorporação de cultivos de origem europeia ao leque de cultivos dos Guarani. Este processo – que, obviamente, se desenvolvera a partir da influência dos jesuítas – iniciara-se durante o século XVII, mas, ao que tudo indica, só estaria efetivamente consolidado durante as primeiras décadas do período setecentista. Ainda neste âmbito, é importante frisar (mesmo que, a esta altura, isto não constitua qualquer novidade), que a adoção destes gêneros não implicara na substituição de cultivos tradicionais, tais como o milho, a mandioca, a batata-Doce, entre outros, que seguiriam constituindo parte central da dieta daquelas comunidades. Nesta perspectiva, o que havia era uma dinâmica de associação entre diferentes tradições agrícolas, que passariam a se desenvolver em paralelo, de forma não excludente. O segundo e último ponto que importa ressaltar neste contexto refere-se ao fato de que a difusão daqueles cultivos também representaria a adoção de um modelo de plantio específico, e algo distinto do que, comumente, era empregado na agricultura praticada pelos Guarani. Com efeito, diferente dos roçados de encosta, geralmente estabelecidos em clareiras abertas em meio a áreas de mata densa, os cultivos de algodão, trigo e da cana-de-açúcar eram assentados em espaços abertos, e, preferencialmente, planos. Por este ângulo, o que se destaca é que a expansão destas plantações também se fazia acompanhar por um importante componente territorial. Para além de implicar em aumento das áreas que as comunidades destinavam a produção agrícola, seu crescimento ainda significava um avanço dos plantios sobre espaços de campo. Destarte, pode-se imaginar que durante as primeiras décadas do século XVIII, as terras que circundavam os *pueblos* seriam, cada vez mais, ocupadas pelo avanço de diferentes plantações, dando àquelas paisagens aspectos bastante distintos do que se observava em meados do século anterior.

## 7.2 O tempo das grandes vaquerias

O aumento substancial das capturas de “ganado cimarron” realizadas na *vaqueria del mar* constituiria outro dos alicerces da expansão demográfica registrada durante as primeiras décadas do século XVIII. Com efeito, ao menos desde meados da década de 1690, os arreios efetuados nas campanhas da costa atlântica haviam tomado uma nova dimensão. Com o avanço das estâncias na

banda oriental, e a consolidação, em cada *pueblo*, de tropas de vaqueiros organizados e bem industriados nas *faenas* ganadeiras, o número de animais conduzidos a cada expedição elevara-se de modo significativo, e passara a ser contado na casa das dezenas de milhares. Ademais, se, comumente, tais expedições eram realizadas com frequência anual, já não eram exatamente raras, por aqueles anos, os casos em que vaqueiros de uma mesma comunidade, sobretudo daquelas que possuíam estâncias na “otra banda” do Uruguai, realizassem duas expedições em um mesmo ano, ou mesmo, que partissem com mais de uma tropa de peões em direção as vaquerias.

Dentre os muitos fatores que contribuiriam para esta expansão, as relações de intercâmbio estabelecidas com diferentes “parcialidades” que habitavam as áreas de pampa teriam importância singular. Isto, pois, ao longo da última década do século XVII, esta se tornaria a principal forma de acesso dos *pueblos* a animais de montaria, um recurso essencial para o sucesso daquelas expedições. Mesmo que a maioria das comunidades do Uruguai contasse, por aqueles anos, com poteiros e/ou estâncias dedicadas a criação de equinos, a demanda era superior a capacidade de reprodução dos animais, e seria através das relações de comércio estabelecidas com aqueles grupos que as comunidades de Uruguai teriam acesso a maior parte do gado cavalari utilizado em suas expedições. O modo pelo qual este intercâmbio se realizava era bastante semelhante ao que se observava desde a segunda metade do século XVII. Os “infiéis” estabeleciam suas *tolderias* junto às estâncias mais austrais do Uruguai, e, em troca de gêneros como erva-mate e tabaco, ou itens como lenços, cunhas, facas e anzóis, forneciam parte das “cavalhadas” que capturavam nas campanhas da costa atlântica.

Ainda em fins do século XVII, no entanto, os efeitos deste comércio passariam a ocasionar inconvenientes para povoados como San Borja, La Cruz, e, sobretudo, para a comunidade de Yapeyú. Isto, pois a presença recorrente dos “infiéis” traria prejuízos às estâncias daqueles *pueblos*, em especial, pelos frequentes furtos de seus rebanhos. Em 1699, o então provincial, Pe. Inácio de Frías manifestaria preocupações neste sentido. Segundo pontuava, uma das principais razões para aquelas desordens era a presença constante de vaqueiros de outros *pueblos*, que, munidos de resgates, se dirigiam até as estâncias dos “pueblos de abajo” com o objetivo de “comprar caballos de los infieles”. De acordo com o provincial, esta prática acabava estimulando aproximações recorrentes dos “infiéis”, o que ocasionava prejuízos frequentes àquelas comunidades. Assim, embora ciente de que não era possível prescindir daquele comércio, o provincial enfatizava a urgência de minorar tais efeitos. Neste sentido, recomendava que os padres que atuavam nas povoações de “arriba” evitassem a partida de vaqueiros naquela direção, e sugeria que tais comunidades se limitassem a efetuar a compra de suas cavalhadas por meio dos “pueblos de abajo” (CARBONELL DE MASY, 1989, p. 29).

Contudo, apesar destes intentos, a situação não mudaria nos anos seguintes. Em realidade, os

transtornos relatados pelo Pe. Frías seriam apenas os primeiros sinais de um quadro cuja gravidade se acentuaria nos anos seguintes. Em princípios do século XVIII, as ocorrências deixariam de constituir meros inconvenientes, para tomarem-se ares de um verdadeiro conflito. Neste contexto, um episódio transcorrido em 1701 marcaria um importante ponto de inflexão. Durante os primeiros meses daquele ano, um grupo que reunia centenas de “infiéles” identificados pelos jesuítas como “Yaros”, “Mbandas” e “Mbojas”, estabelecera suas *tolderias* em San Joseph, uma das estâncias que a comunidade de Yapeyú mantinha na banda oriental. À primeira vista, afora a amplitude daqueles contingentes, nada parecia muito distinto do que ocorrera em anos anteriores. Acompanhados por suas cavalcadas, os “pampas” demonstrariam interesse em intercambiar seus animais, e assim o fizeram. No entanto, após algumas semanas, com a permanência dos “infiéis” na região, ficaria claro que aqueles grupos não tinham planos de deixarem a estância tão cedo. De fato, apesar da insistência de emissários, e da oferta de gêneros e itens diversos, não fora possível convencê-los a deixarem aqueles campos. Para agravar a situação, algum tempo depois, os “pampas” não só rechaçariam as propostas para que partissem da região, como passariam a receber com ataques as diferentes comitivas que se aproximavam com o objetivo de negociar sua saída<sup>282</sup>. Além disto, efetuariam investidas em outras estâncias *yapeyuanas*, forçando seus capatazes e peões a abandonarem a banda oriental, e buscarem refúgio no *pueblo*.

Muito embora a comunidade de Yapeyú amargasse as maiores perdas com aquela situação, o impasse gerado pela postura dos “pampas” traria consequências a todos os *pueblos* do Uruguai. Isto, pois, a estância de San Joseph localizava-se em um ponto chave para a circulação dos vaqueiros que partiam em direção as campanhas da costa atlântica. Destarte, levaria pouco tempo até que a permanência dos “infiéis” naqueles campos passasse a ser associada a um bloqueio, que colocava em risco o abastecimento das estâncias de todas as comunidades<sup>283</sup>. Sob este argumento, e diante das reiteradas negativas dos agora inimigos, em deixarem o local, os jesuítas intercederiam junto ao governador de Buenos Aires, D. Manuel de Prado Maldonado, no intuito de garantir seu apoio para a realização de uma ofensiva. Em setembro daquele ano, o governador acederia ao pedido, e nomeara o sargento-maior, Alejandro de Aguirre, para liderar a investida (BRACCO, 2004, p. 222). Nos meses seguintes, junto a um exército que reunia 2 mil guerreiros provenientes de *pueblos* do Uruguai e Paraná, fora lançada uma primeira ofensiva, que partira com o objetivo de colocar fim a questão. Depois de uma forte ofensiva sobre as “tolderias” dos “infiéis”, que deixaria

---

282 Os “infiéis” certamente não partilhavam da ideia de que aquelas terras eram domínios dos *yapeyuanos*. Para estes, é bem provável, aquela era uma lógica sem qualquer sentido, tanto mais, porque frequentavam aqueles campos muito antes de os moradores de Yapeyú terem formado uma estância na região.

283 Com a ênfase de quem buscava convencer o governador a apoiar uma guerra contra os “infiéis”, o Pe. Gerônimo Delfin destacaria as possíveis consequências que aquele “bloqueio” poderia acarretar as demais comunidades: “apoderados dhos Ynfielles Yaros de dha Estan. de S. Joseph han de perecer de hambre estos veyntycho Pueblos porq dha Estan. es la puerta de las Baquerias donde tiene sus ganados de donde unicam. se sustenta” (MCA-V, 1954, p. 131).

patente sua inferioridade bélica naquele contexto, não lhes restaria outra opção além da fuga. A partir daí, o exército das reduções seguiria no encalço dos inimigos, numa perseguição que se estendera por meses. Enfim, já em fevereiro de 1702, as buscas pela “confederación de infieles” chegariam a seu termo nas proximidades do rio Yi, onde travara-se uma cruenta batalha, que resultou na morte de algumas centenas de “infieis”, e, pelo menos, 500 apresamentos de jovens e mulheres (BRACCO, 2016, p. 208).

Ainda que o embate no rio Yi tenha sido, de longe, o mais grave dos enfrentamentos transcorridos naquele contexto, seu desfecho não significara o fim das hostilidades na banda oriental. Com períodos de maior e menor tensão, e uma série de ocorrências e escaramuças, os conflitos se prolongariam por mais de uma década. Abordar este contexto em maior detalhe, contudo, excederia em muito os limites desta pesquisa, e teríamos pouco a acrescentar ao que já foi apontado por outros investigadores. Para os objetivos deste estudo, o fundamental é ressaltar ao menos uma das repercussões diretas da escalada daquele conflito. O “bloqueio” imposto pelos infieis tornara patente a dependência dos *pueblos* em relação aos rebanhos provenientes da *vaqueria del mar*. Assim, não é acaso que, nos anos seguintes, tenham sido empreendidos uma série de esforços com o objetivo de estabelecer novos *stocks* ganadeiros mais próximos aos *pueblos*. Entre os anos de 1702 e 1705, seriam delineadas duas novas áreas, para as quais seriam conduzidos rebanhos com o objetivo de fornecer alternativas para o abastecimento das estâncias. A primeira delas localizava-se em meio aos campos que se estendiam entre os rios Yi e Negro, no que ficaria conhecida como a *Vaqueria del Rio Negro*. A partir de 1702, a área receberia as primeiras reses, conduzidos por vaqueiros das comunidades de Yapeyú e San Borja. A estes, se somariam outros rebanhos, que, nos anos subsequentes, seriam deixados na região por tropas dos povoados La Cruz, San Thomé, San Nicolás e San Miguel (MCA-IV, 1970, pp. 512, 513). No mesmo período, outras terras também passariam a ser utilizadas com o mesmo propósito. Neste caso, tratava-se de uma área situada a leste do rio Taquari, de campos vastos, e distante como 80 léguas dos *pueblos* da banda oriental. A região do *Caaguaçu*, que ficaria conhecida como a *Vaqueria de los Piñares* – devido, é claro, a amplitude de seus bosques de Araucária –, receberia as primeiras reses ainda em princípios do século XVIII, um pequeno rebanho formado por não mais do que 50 animais (CARBONELL DE MASY, 1989, p.33).

Não obstante os esforços que eram direcionados a formação de novos *stocks* ganadeiros, não havia ilusões de que os *pueblos* poderiam, em curto ou médio prazo, prescindir dos rebanhos que conduziam desde as campanhas da costa atlântica. Em realidade, a demanda pelo gado proveniente da *vaqueria del mar* tornava-se, em princípios do século XVIII, mais expressiva do que nunca. Isto, pois, além de constituírem fonte vital para as comunidades do Uruguai, os animais capturados naqueles campos eram, cada vez mais, necessários para o abastecimento das estâncias do Paraná.



Em grande medida, isto se devia as dificuldades que os *pueblos* daquela província enfrentavam para realizarem suas “vaquerias” em meio aos campos que se estendiam ao sul do rio Miriñay, região que, ao menos até o final do século XVII, fornecia parte significativa do gado que supria suas estâncias. Ocorre que, desde o começo dos anos de 1700, os moradores de Santa Fé e Corrientes aumentavam sua presença na “otra banda” do Paraná, já que o gado selvagem que ocupava aqueles campos passara a constituir fonte de primeira importância para suas operações envolvendo a extração de couros e sebo. Assim, crescera a vigilância que *correntinos* e *santafecinos* exerciam sobre aquelas campanhas, e, em consequência, tornaram-se mais frequentes seus protestos contra as expedições de captura realizadas por tropas dos *pueblos* do Paraná na região<sup>284</sup>. Aparentemente, esta situação chegou a um ponto crítico entre os anos de 1705-06, quando, depois de uma série de denúncias e ocorrências, a questão foi encaminhada ao governador da província de Buenos Aires, e tornou-se motivo de um extenso processo. Ainda que desconheçamos o exato desfecho desta contenda, o que parece certo, é que, a partir de então, o acesso dos vaqueiros do Paraná àqueles campos seria bastante dificultado, e as comunidades daquela província passariam a depender, quase que exclusivamente, do gado que adquiriam junto aos *pueblos* do Uruguai, isto é, dos rebanhos provenientes da *vaqueria del mar*.

Considerando-se tal conjuntura, e, é claro, também a dinâmica de expansão demográfica registrada durante as primeiras décadas do século XVIII, é compreensível que, a despeito das crescentes animosidades na banda oriental, este período tenha sido marcado pela realização de grandes arreios na *vaqueria del mar*. Com ou sem os riscos de serem surpreendidos por investidas de grupos “infiéis”, os vaqueiros do Uruguai precisavam realizar suas expedições, já que delas dependia o abastecimento das estâncias de praticamente todos os *pueblos*. E a Documentação referente a este período conta com testemunhos eloquentes sobre tais operações. Além de atestarem a amplitude das capturas, os registros fornecem elementos que permitem ponderar sobre a organização e os procedimentos adotados pelas tropas que se lançavam naquelas empreitadas. Neste âmbito, destacam-se os relatos presentes em dois diários, cujos autores haviam tomado parte, ainda em princípios do século XVIII, em expedições realizadas com destino as campanhas da costa atlântica. O primeiro destes registros é o bem conhecido *Diário de viaje a las vaquerias del Mar*,

---

284 Este quadro se tornaria especialmente crítico em princípios do século XVIII, período em que o Cabildo de Santa Fé recebera uma série de queixas, que denunciavam as constantes expedições de captura realizadas por vaqueiros de comunidades do Paraná naqueles campos. Em 1706, a questão seria motivo de um longo processo, para o qual foram reunidos depoimentos de autoridades e moradores daquela cidade, e testemunhos prestados por diferentes missionários. De um lado, os *santafecinos* enfatizariam a frequência e as grandes dimensões das operações, que, sem quaisquer licenças, eram realizadas por tropas dos *pueblos* em meio àquelas campanhas. Os jesuítas, por seu turno, tratariam de minimizar tais acusações, afirmando que a prática era esporádica, e nem de longe alcançava as dimensões aduzidas naqueles instrumentos. Embora não tenhamos notícia do exato desenlace deste processo, conjecturamos que suas repercussões tenham sido significativas, posto que, ao menos entre a documentação que logramos reunir, não constam, a partir deste período, evidências de que as comunidades do Paraná tenham empreendido novas “vaquerias” naqueles campos (MCA-IV, 1970, pp. 351-389).

escrito produzido pelo “hermano” Silvestre Gonzales<sup>285</sup>. Em outubro de 1705, após receber instruções do superior do Uruguai à época, Pe. Salvador de Rojas, Gonzales partira do *pueblo* de San Borja acompanhando uma guarnição volante, que seguiria em direção a vaqueria com um objetivo bem definido: “resguardar” e escoltar os vaqueiros contra possíveis ataques de “los infieles yaros y otras naciones que se han juntado con ellos”<sup>286</sup>. Naquela oportunidade, tropas de, pelo menos, treze comunidades do Uruguai haviam se deslocado em direção as campanhas da costa atlântica<sup>287</sup>. Em geral, estes grupos eram compostos por contingentes que reuniam entre 60 e 70 vaqueiros, e cada um deles era liderado por seus próprios “capitanes”. Além de conduzirem grandes cavalcadas – que, em alguns casos, podiam reunir até mil animais – as tropas contavam com dezenas de mulas, que eram empregadas para o transporte de mantimentos e outros recursos. Neste contexto, duas referências presentes no diário chamam atenção de modo particular. A primeira envolve o registro de que as comunidades de Yapeyú e La Cruz dispunham, cada uma, de duas tropas de vaqueiros efetuando capturas naquela ocasião, evidência clara da forte vocação ganadeira daqueles *pueblos*. Um segundo ponto interessante era a presença de uma tropa de vaqueiros de Jesus Maria, prova de que, apesar de não terem constituído um povoado a parte, os “Guenoas” contavam com vaqueiros capazes de garantir o abastecimento de sua estância.

O diário ainda apresenta informações sobre os procedimentos adotados pelos vaqueiros naquelas expedições. E o aspecto mais relevante neste sentido, sobretudo pelas alusões recorrentes em meio ao relato, são as referências a um expediente empregado pelas tropas para otimizar suas operações. Enquanto narrava os deslocamentos do “esquadrão volante” que o acompanhava, o irmão Silvestre Gonzales faria uma série de menções aos “rodeos” ou “corrales” estabelecidos pelas tropas em meio aos campos da vaqueria. Em todos os casos, estes registros seriam acompanhados pela identificação dos *pueblos* a que pertenciam (mencionam-se, por exemplo, o “rodeo de la Concepción”, o “rodeo de la Cruz”, o “corral de los Apóstoles”, o “corral del Yapeyú”, etc.). Pelo que se depreende de outros trechos do diário, estas alusões referiam-se a uma técnica empregada

---

285 *Diário del viaje que hacen a la vaqueria del mar el P. Juan Maria Pompeyo y el Hno. Silvestre González*. In: CAMPAL, E. (compilador). *Las vaquerías del Mar*. José Cardiel - Silvestre Gonzalez. Montevideo: Tomo IV de la Enciclopedia Uruguaya de EditARCA., 1968.

286 Na *Ánua de las Doctrinas del Uruguay* de 1705, o Pe. Rojas faria uma referência expressa às determinações que havia disposto naquela oportunidade: “La vaqueria de este año ha sido no poco ruidosa, y de grande embarazo, por los graves rezelos, q se tuvieron de los infieles Yaros, y Mocas, q avian passado de esta vanda con designio de vernarse de lo sucedido en la guerra passada; y comose tenian las experiencias de tantas hostilidades ya executadas por ellos, se tuvo por muy creible, y se dispuso, q cada tropa llevasse escolta de soldados armados; y aun no dandonos por seguros, por las nuevas noticias q continuavan, me vi obligado à despachar un esquadron volante de gente de todas estas Doctrinas, con buenas armas, y dos sujetos de los nros que los governasses, un Pe. y un H°. Que en tanta penuria de sujetos, fue bien dificil; pero se juzgo necessario. Ia han vuelto los mas, y con felicidad, à Dios las gracias; pero aun queda por alla residuo, y el Pe. todavia en su escolta, porq no suceda algun desman al remate.” (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 21-934).

287 As tropas eram de Concepción, Apóstoles, Santa Maria, San Lorenzo, San Miguel, San Juan, San Nicolás, San Xavier, San Luis, La Cruz, Yapeyú, San Borja e “Jesus Maria”.

pelos vaqueiros que realizavam aquelas operações. Depois de alcançarem os locais que julgavam apropriados para efetuar suas *vaquerias*, cada tropa definia uma ou mais áreas, em geral junto a rincões ou enseadas, que, depois devidamente preparadas, serviriam para abrigar temporariamente o gado *cimarrón* capturado. Assim, na medida em que os vaqueiros efetuavam os apresamentos, os animais eram conduzidos até estes grandes “currais”, procedimento que seria repetido até que fosse atingida a quantidade de reses almejada. Esta prática – que, ressalte-se, guardava claras semelhanças com o modelo adotado na formação das estâncias – além facilitar a atividade dos peões, potencializava as operações de captura, permitindo que as tropas reunissem grandes rebanhos antes de iniciarem sua condução até as estâncias. Naquela oportunidade, de acordo com o relato do irmão Silvestre Gonzales, cada grupo de vaqueiros reuniria, valendo-se destas técnicas, algo entre 20 e 30 mil animais<sup>288</sup>. Assim, mesmo em uma estimativa comedida, é possível afirmar que os rebanhos capturados ao longo dos pouco mais de três meses em que as tropas realizaram aqueles arreios superavam o total de 200 mil reses<sup>289</sup>.

Há, ainda, mais um elemento, que, por sua recorrência ao longo de todo o diário, merece especial atenção. Em distintas passagens do relato, fica claro que os planos do irmão Silvestre nem sempre eram consonantes com os anseios das tropas que participavam daqueles arreios. E não é exagero afirmar que, por mais de uma vez, as instruções daquele coadjutor seriam completamente ignoradas pelos vaqueiros:

“Lo que éstos y todos los indios me han dado que padecer no es creíble sino a quien lo viere; porque cada uno de ellos no quiere ir si no es a su corral y de otra manera van rabiando, matando los caballos, quedándose cada instante atrás, deteniéndose en cualquier arroíto. No es creíble de la manera que me torear.” (GONZÁLES, [1705] 1968, p. 212)

A impressão que se tem a partir desta e de outras passagens daquele relato, é a de que enquanto o irmão Silvestre mostrava-se preocupado em certificar que havia segurança para que as tropas efetuassem suas operações, o interesse dos vaqueiros se orientava, antes de tudo, em iniciar seus arreios, para concluí-los tão cedo quanto possível. E ainda que se empenhasse em evitar tais práticas, esforçando-se por convencer as tropas de que tal conduta acarretava em riscos desnecessários, Gonzales, ao que tudo indica, pouco podia fazer para evitá-la. Destarte, o que tais referências denotam é a considerável autonomia dos vaqueiros naquele contexto. De fato, as tropas possuíam clareza acerca dos objetivos daquelas operações, e não necessitavam da supervisão de

---

288 É interessante destacar neste contexto, que apesar das grandes dimensões dos arreios efetuados naqueles meses, não constam, ao menos em meio a este diário, ou a *Ánua* do Pe. Rojas, evidências de que tais operações tenham sido muito distintas das que comumente ocorriam por aqueles anos.

289 A despeito da amplitude destas somas, nada sugere que aquelas capturas afetassem os níveis de reprodução do “ganado cimarron” que ocupava as campanhas da “costa del mar”. Em uma passagem de seu relato, o irmão Silvestre Gonzales traria uma observação bastante clara neste sentido. Em suas palavras, havia “muchísimo ganado, en particular en muchas ensenadas en donde han entrado a vaquear y adonde han vaqueado, se vuelve a llenar. Sólo de San Gabriel para acá en diez leguas no se ve vaca ni toro ni rastro” (GONZÁLES, [1705] 1968, p.216).

irmãos ou padres para atingi-los.

O diário do irmão Silvestre não é o único escrito produzido naquele período que fornece informações sobre as expedições de captura realizadas na *vaqueria del mar*. Alguns anos depois, outro relato, este produzido pelo Pe. Gerónimo Herran, também apresenta algumas referências interessantes sobre aquelas operações. Neste caso, contudo, o objetivo da incursão era outro, que não exatamente o de acompanhar a realização das vaquerias. Durante o verão de 1708-9, Herran tomaria parte, assim como outros padres e irmãos, em uma expedição de guerra, que tinha como propósito empreender uma ofensiva contra os “infiéles”. A investida, ao que parece, era tratada como uma resposta a ataques ocorridos em anos anteriores, que além de terem ocasionado prejuízos a uma das estâncias do *pueblo* de Yapeyú, haviam vitimado vaqueiros daquela e de outras comunidades<sup>290</sup>. Independente do exato motivo da ofensiva, o certo é que a expedição, que reunia algo como 600 guerreiros provenientes de *pueblos* do Uruguai e Paraná, partira ainda em outubro de 1708<sup>291</sup>. Depois dos primeiros movimentos, o contingente seria dividido em três “tercios”, que tomariam diferentes caminhos em busca dos infiéis. Esta estratégia, contudo, não teria maior sucesso, uma vez que, depois de meses de diligências, apenas um pequeno grupo de “infiéis” seria localizado. Assim, em 8 de janeiro, e com poucos resultados efetivos, os contingentes voltariam a se reunir junto ao “puesto de San Juan”, ponto muito próximo a costa atlântica. Ali, após “consulta, y parecer de los PP.es y Capitanes”, decidiu-se que seria seguro que as tropas de vaqueiros que ainda acompanhavam a expedição – eram cinco no total – dessem início a suas operações.

Mesmo sem indícios sobre a proximidade dos “infiéis”, a possibilidade de um ataque furtivo dos inimigos ainda era motivo de preocupação, sobretudo para os padres e irmãos que acompanhavam de perto aquelas movimentações. Por esta razão, ficara acertado que os arreios seriam realizados com a escolta dos *tercios*, e as tropas foram advertidas para que não se afastassem em demasia daquele posto, “pues allí avia bacas sin peligro, y después pasaríamos todos juntos a otro puesto para el mismo fin”. Estas instruções, contudo, não pareciam coadunar com os objetivos de parte dos vaqueiros. De fato, das cinco tropas que se encontravam na região, somente duas teriam seguido as determinações<sup>292</sup>. As demais, tão logo tiveram oportunidade, partiram em busca

---

290 Entre os anos de 1706 e 1707, os “infiéis” voltariam a dificultar “el paso para las baquerias” após um novo ataque a estância de San Joseph. Além do roubo de um grande rebanho de éguas de cria, a investida ainda implicaria na morte de mais de uma dezena de moradores de Yapeyú. E este não foi o único episódio de hostilidade ocorrido naquele período. Em fins de janeiro de 1707, uma tropa do *pueblo* de La Cruz, que retornava da “Vaqueria del Mar” conduzindo um rebanho de mais de 20 mil reses, seria surpreendida por uma ofensiva que resultara na morte de oito de seus vaqueiros. *Estado de las Doctrinas del Uruguay*. 1707 (MCA-CPH. Cx. 30. doc. 25-938).

291 *Diario de los sucesos y de las operaciones de guerra de los tercios de indios de las Misiones conducidos por los Padres de la Compañía de Jesus contra los indios infieles del Uruguay. Por el Pe. Gerónimo Herran. 1709.* (AGNA, Sala VII, Fondo Archivo y Colección Andrés Lamas (1549 – 1894), Legajo 2609). Agradeço a cortesia do professor Cesar Castro Pereira pela cessão de uma cópia deste documento.

292 Pelo relato do Pe. Herran não fica claro se foram apenas tropas destes cinco *pueblos* que realizaram vaquerias naquele verão, ou se estas eram somente as únicas que, em janeiro de 1704, ainda não haviam concluído suas operações.

de outros campos para efetuar suas “baquerias”. Em meio a este contexto, cabe destacar a atuação de uma das tropas, que teria papel central naquela ocorrência. De acordo com o relato do Pe. Herran, os principais responsáveis por tal “desorden” seriam os vaqueiros de La Cruz, que, sob a liderança do capitão Pedro Abiaru<sup>293</sup>, seriam os primeiros a abandonar a região sem qualquer aviso, e ainda levariam parte das montarias e animais de carga que eram conduzidos pelos “terzios”:

“(…) esta fuga executaron tal secreto, q.e ni los mismos soldados de su pueblo supieron cosa no obstante, q.e se llebaron las mulas y caballos de los soldados por medio de un caballerizo de su sequito. Quando yo supe lo que se pasaba invie en su seguim.to pero no les pudieron dar alcance, porq.e caminaron à toda prisa temiendo, segun supe despues, no les cogiessen lo de S. Borja las bacas del Piray. Dios les tenga misericordia, q.e mucho peligro corren assi ellos, como los de S. Borja (…)” (AGNA, Sala VII, Fondo Archivo y Colección Andrés Lamas [1549 – 1894], Legajo 2609).

Para além de um exemplo concreto dos limites da autoridade de padres e “hermanos” naquele contexto, e, também, do importante grau de autonomia dos vaqueiros que realizavam tais operações, esta passagem ainda permite algumas reflexões sobre as possíveis razões que orientavam a conduta daquelas tropas. Afinal, que motivos teriam os vaqueiros de La Cruz para abandonarem a escolta dos *terzios*, e exporem-se aos riscos de serem surpreendidos pelos “infiéis”? De acordo com o que se depreende deste excerto, a “desorden” promovida pelos *crucistas* devia-se ao receio de que os vaqueiros de San Borja lhes tomassem “las bacas del Piray”. Esta referência sugere uma dinâmica de concorrência entre tropas de diferentes *pueblos*, o que parece contrassenso, haja vista que, por aqueles anos, havia grandes rebanhos de “ganado cimarrón” em meio as campanhas da *vaqueria del mar*<sup>294</sup>. No entanto, ao considerarmos algumas evidências sobre os locais e distâncias referidas no diário, é possível conjecturar uma lógica razoável para a escolha dos vaqueiros de La Cruz. De início, é importante destacar, que os campos que se estendiam junto ao rio Piray<sup>295</sup>, destino escolhido por aquela tropa, estavam próximos de um caminho bastante utilizado pelas expedições que se deslocavam entre as estâncias de *pueblos* como Yapeyú, La Cruz, San Thomé e San Borja, e os campos da “costa del mar”. Outro ponto que se deve considerar, é que, a julgar pelo que relatara o Pe. Herran, haviam 50 léguas de distância entre o Piray, e o “puesto de San Juan”,

---

293 Tudo sugere que Pedro Abiaru, além de cacique, era descendente de Don Ignacio Abiaru, liderança que, como destacamos em capítulo anterior, capitaneara a frente de guerra que derrotaria os bandeirantes no Mbororé. No padrão realizado no *pueblo* de La Cruz em 1657, consta uma menção a Don Pedro Abiaru “de dose años reservado por casique y hijo de Don Ignacio Abiaru ya difunto q fue capitan y casique principal de este pueblo” (AGNA, Sala IX, 18-08-01). Décadas depois, já no ano de 1700, Pedro Abiaru é referido como “regidor” do povoado (MCA-CPH. Cx. 19. Doc. 72-521). Tendo em vista que o diário se refere aos anos de 1708 e 1709, e que, neste período, Don Pedro Abiaru teria pouco mais de 60 anos, o que parece mais provável é que o “capitan” referido naquele diário fosse um de seus filhos, um jovem cacique, neto de Don Ignacio Abiaru.

294 Assim como havia anotado o irmão Silvestre Gonzales em 1705, o Pe. Herran também faria menção a grande quantidade de animais que avistara ao longo de sua expedição pelos campos da costa atlântica. Segundo o padre, ainda haviam “muchas bacas” ao longo de toda “la tierra de la baqueria” (AGNA, Sala VII, Fondo Archivo y Colección Andrés Lamas [1549 – 1894], Legajo 2609).

295 Ao que tudo indica, tratava-se do atual arroio Piray, um afluente do rio Negro.

local que teria sido indicado para que as tropas realizassem suas operações de captura. Ou seja, ao se dirigirem àquele “paso”<sup>296</sup>, ignorando o sugerido por missionários e irmãos coadjutores, os *crucistas* fariam uma opção, trocar a segurança de uma escolta, pela conveniência de realizarem suas *vaquerias* em uma área bem mais próxima de suas estâncias. Assim, apesar de mais expostos a possíveis ataques dos inimigos, os vaqueiros de La Cruz dispunham de importantes vantagens, que, em última análise, significava a economia de tempo, força de trabalho e recursos para concluir suas operações. Desde esta perspectiva, parece inegável que haviam razões bastante lúcidas para que os *crucistas*, sabendo da existência dos rebanhos próximos ao Piray, tenham tomado à decisão de partir o quanto antes em direção àqueles campos.

Ainda neste contexto, é possível conjecturar que as razões que guiavam a conduta dos vaqueiros de *La Cruz* naquele episódio, não eram muito distintas das que orientavam as demais tropas que empreenderam fuga naquela ocasião, e, muito provavelmente, também expliquem os casos de “insubordinação” narrados pelo irmão Silvestre Gonzales no diário de 1705. De fato, há um elemento que parece comum a todos estes casos, qual seja, a pressa dos vaqueiros para iniciarem suas operações. Segundo compreendemos, este parece ser um indicativo de que, muito embora existissem grandes quantidades de “ganado cimarrón” na *vaquería del mar*, haviam, em meio àqueles campos, locais mais e menos cômodos para efetuar sua captura, seja pela amplitude dos rebanhos, pela distância em relação as estâncias, ou mesmo, pelas condições de acesso aos caminhos utilizados na condução dos animais. Por isso o afã das tropas em iniciar o quanto antes suas operações. Para ter acesso a estas áreas, e, assim, garantir condições mais favoráveis para suas “vaquerias”, era preciso alcançá-las antes que os vaqueiros de outras comunidades o fizessem. Destarte, tanto antes partiam os vaqueiros, tanto menor era o tempo, os recursos e a força de trabalho que necessitavam para concluir aquelas operações.

Do exposto ao longo das páginas anteriores, algumas conclusões parecem claras, e convém retomá-las em perspectiva. Primeiro, cabe sublinhar, que apesar de uma conjuntura marcada por crescentes animosidades na banda oriental, as operações de captura do “ganado cimarrón” nas campanhas da costa atlântica só fariam crescer em princípios do século XVIII. E não era sem razão, haja vista que, naquele período, a demanda pelos rebanhos provenientes daqueles campos aumentara substancialmente. Neste contexto, tudo indica que a organização e os procedimentos adotados pelas tropas que tomavam parte naquelas empreitadas passariam por aprimoramentos, que permitiam, ao menos desde princípios do século XVIII, que cada grupo de vaqueiros lograsse conduzir, todos os anos, dezenas de milhares de animais até as estâncias de suas comunidades. Apesar de não ter implicado na diminuição geral do “ganado cimarrón” que ocupavam aquelas campanhas, o crescimento daquelas operações estimulava certa concorrência entre as tropas. Para

---

296 Em outro trecho daquele diário, o Pe. Herran fazia referência expressa ao “passo ordinario del Piray”.

garantir melhores condições a realização de seus arreios, e otimizarem os recursos investidos naquelas operações, era fundamental que os vaqueiros acessassem áreas relativamente próximas as suas estâncias, ou aos caminhos que levavam a estas. E, tendo em vista que eram limitados os locais que contavam com estas conveniências, que aquele era um objetivo comum aos vaqueiros de todos os *pueblos* do Uruguai naquele período, e que não haviam, em meio àqueles campos, regiões previamente delimitadas que determinassem as áreas de atuação de cada comunidade, a melhor forma de assegurar condições favoráveis à realização dos arreios era dirigindo-se as campanhas tão cedo quanto possível, de preferência, antes que as tropas de outros *pueblos* o fizessem. Neste sentido, além de exigir importantes somas de recursos, vaqueiros experientes e tropas organizadas, o fator tempo também passaria a constituir uma variável fundamental ao sucesso das “vaquerias”, e, tanto mais importante, quanto maiores se tornavam os rebanhos capturados naquelas operações.

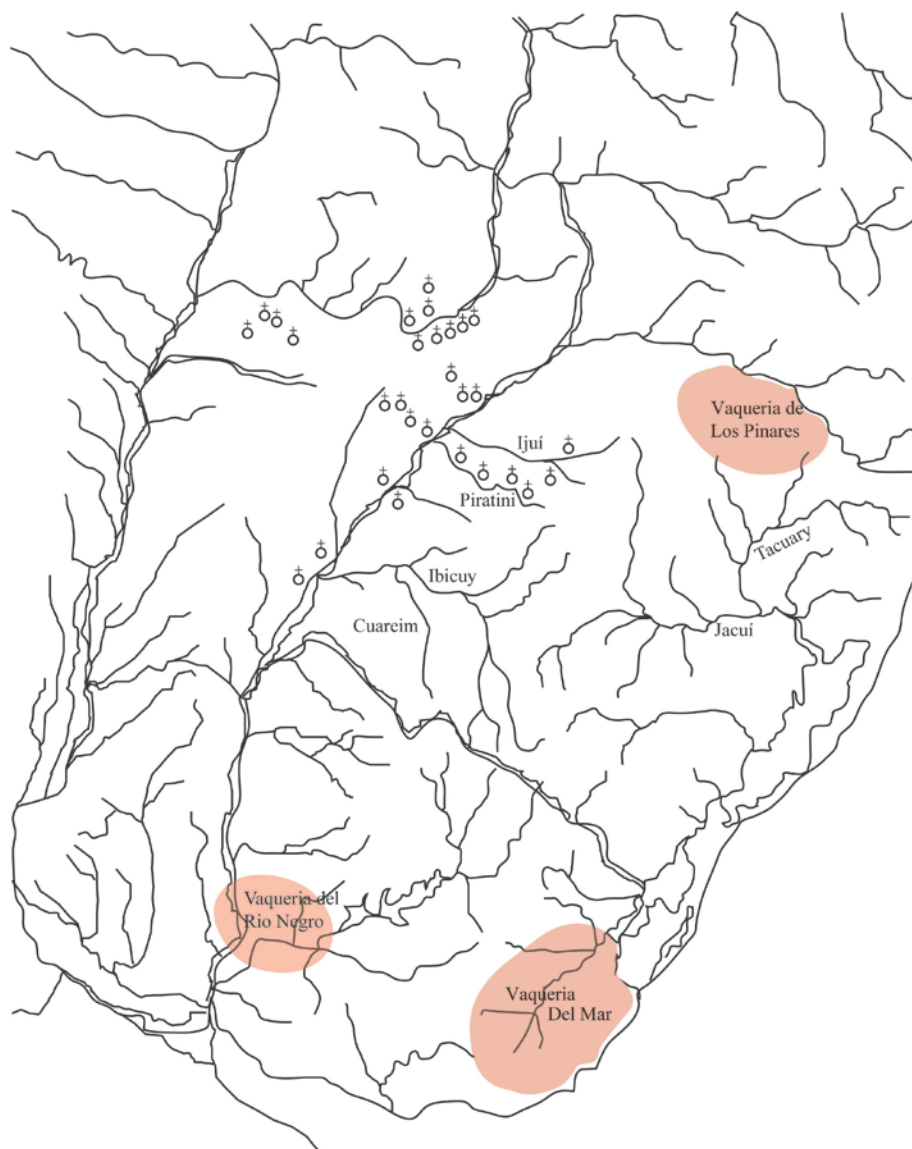


Imagem 11. Mapa das *vaquerias*.

### 7.3 A dilatação das estâncias e o reforço de seus limites

A expansão das operações de captura, que, todos os anos, eram empreendidas em meio a *vaqueria del mar* não tardara a repercutir nas estâncias dos *pueblos*. Isto, pois, a despeito de que o crescimento populacional tenha implicado em aumento geral no consumo da carne bovina, a quantidade de reses conduzidas desde os campos da “costa del mar” era significativamente superior a demanda. Deste modo, entre fins do século XVII, e, sobretudo, ao longo das primeiras décadas do século XVIII, a amplitude dos rebanhos que as comunidades passariam a abrigar em suas estâncias cresceria sobremaneira. Neste contexto, a situação das estâncias do *pueblo* de Yapeyú constitui um exemplo bastante elucidativo. Em princípios da década de 1690, a comunidade contava com três estâncias, que, no total, reuniam algo em torno de 70 mil reses (MCA-CPH. Cx. 21. Doc. 34-579). Também naquela década, os *yapeyuanos* ainda dariam início a povoação de, pelo menos, outros três estabelecimentos ganadeiros. Um deles, de acordo com os registros presentes na “*Memoria para las generaciones venideras, de los indios misioneros del pueblo de Yapeyú*”, seria estabelecido nas proximidades do rio “Cuarey”:

“A fines del año 1694, el P. Jerónimo Delfín, vino á componer la iglesia [¿estancia-] y llevó individuos del Cabildo á la Banda Oriental para ver el Cuarey, le vieron, y les agradó la posición del lugar, y después que regresaron al pueblo, dieron relación de la rinconada, muy aparente para una estancia, al cuerpo del Cabildo, proponiéndole que fundarían una estancia en el Cuarey con tropas de ganado que traerían del Para” (HERNANDEZ, 1913, t. I, p. 546).

Formada junto a uma “rinconada muy aparente”, a nova estância contava com uma configuração bastante propícia para o controle dos rebanhos, e serviria para abrigar parte das reses que os vaqueiros do povoado trariam desde as campanhas da “costa del mar”. Ao longo dos anos seguintes, com a adição contínua de novas “tropas de ganado”, e a própria reprodução interna dos animais, tanto esta, quanto as demais estâncias do *pueblo* registrariam aumentos consideráveis. Tanto assim, que, pouco mais de uma década depois, por volta dos anos de 1705 e 1706, as “rinconadas” junto às quais, anos antes, haviam sido estabelecidas naquelas estâncias, já não comportassem a amplitude de seus rebanhos. Destarte, tornara-se algo comum que os animais excedessem os limites daquelas áreas, mesclando-se aos de outras estâncias. Se, por um lado, este quadro indicava uma condição favorável, sinônimo de que o *pueblo* contava com abundância de provisões, por outro, traria encargos adicionais à administração daqueles estabelecimentos. O aumento dos rebanhos tornava seu controle uma tarefa de maior complexidade, o que demandava



cada vez mais recursos e força de trabalho à comunidade<sup>297</sup>.

O exemplo do *pueblo* de Yapeyú há que se reconhecer, era singular, posto que, além de contar com uma extensão de campos significativamente mais ampla do que aquelas de que dispunham outras comunidades, os *yapeyuanos* possuíam boa parte de suas terras cercadas por cursos d'água de dimensões expressivas. Assim, além de não enfrentarem problemas para acomodar grandes quantidades de bovinos, quando seus rebanhos excediam os limites de uma daquelas estâncias, acabavam, quase sempre, se mesclando a animais que também pertenciam à comunidade, fato que, apesar de demandar trabalho aos procuradores, capatazes e peões, não chegava a ocasionar maiores prejuízos. Esta situação, por certo, era bastante distinta daquela vivenciada pela maioria dos outros *pueblos*, que não dispunham de extensões de campo tão avultados, tinham suas terras cercadas por domínios de outras povoações, e, em muitos casos, não contavam com “linderos fixos” separando suas estâncias das terras pertencentes a outras comunidades. Para estes, o aumento progressivo dos rebanhos que abrigavam em seus campos implicava em desafios bem mais expressivos. Primeiro, haviam questões ligadas ao próprio espaço, que, para muitos *pueblos*, era bastante limitado, o que implicava em inconvenientes para comportar a quantidade crescente de animais provenientes da *vaqueria del mar*. Além disto, dado que muitas destas estâncias não dispunham de limites efetivos, o aumento dos rebanhos tornaria comuns os episódios envolvendo a mescla de gado pertencente a diferentes comunidades, o que gerava prejuízos consideráveis e estimulava conflitos.

Malgrado a exiguidade de informações sobre a condição das estâncias durante as primeiras décadas do século XVIII, há, pelo menos, um conjunto de Documentos datado daquele período que permite uma mirada sobre o tema. Referimo-nos aos bem conhecidos *Memoriais* internos, geralmente produzidos após visitas realizadas por provinciais, vice-provinciais ou padres visitantes. De conteúdo breve, direto e bastante específico, estes registros reuniam ordens e recomendações relacionadas à administração das diferentes estruturas que compunham a Província Jesuítica, o que incluía, desde os colégios mantidos pela Companhia nas cidades coloniais, até os *pueblos* de missão. E a despeito de sua temática variada, eram as questões de ordem “temporal” que predominavam em meio a estes Documentos, em especial, aquelas vinculadas à organização e funcionamento interno destes “espaços”. Para o tema de que ora tratamos, interessam de modo

---

297 Algumas passagens presentes na *Memoria para las generaciones venideras, de los indios misioneros del pueblo de Yapeyú* são exemplares neste sentido. Uma delas, que se refere aos idos de 1705, dá conta de que os rebanhos da estância *yapeyuana* de San Joseph haviam se multiplicado tanto naquele período que “ya llegaban hasta las serranías algunas puntas de ganado”, e o mesmo ocorria na estância de San Marcos, cujos animais “llegaban hasta el Itacorá y cabeceras del Ibirapitá”. Em ambos os casos, ainda segundo aquele registro, seriam necessárias providências para “reparar estos ganados alzados”, tarefa que caberia ao então “procurador” daquele pueblo, Pascual Yariyú. (HERNANDEZ, 1913, t. I, p. 548)

particular os memoriais produzidos em meados da década de 1710, pelo Pe. Luis de la Roca<sup>298</sup>. Ao longo de sua visita pela província, o então vice-provincial, como era de praxe, percorrera todas as comunidades – entre os meses de maio e outubro de 1714 –, e registraria recomendações específicas para cada uma delas. Suas instruções abarcavam temas bastante diversos, que iam desde a necessidade de reparo em moradias ou outras construções, até orientações para a condução de festas, ou de exercícios com armas de fogo. E, como se poderia presumir, não faltariam, em meio àqueles memoriais, referências relacionadas às estâncias dos *pueblos*. Nestes casos, as instruções seriam bastante pontuais, e referiam-se a casos concretos ou situações específicas. Dentre as instruções que anotara após sua visita ao povoado de San Miguel, por exemplo, o vice-provincial recomendava que a comunidade redobrasse a vigilância de sua estância, e, para evitar desordens constantes, tivesse o cuidado de tomar “frequentemente cuenta de lo que en ella ay”<sup>299</sup>. Uma orientação semelhante constaria no memorial dirigido ao *pueblo* de San Ignacio Mini. Neste caso, o Pe. de la Roca sugeria, que, tendo em vista a distância que separava aquele povoado de sua estância, e o fato de que, por aquele período, parte do gado que nela era mantido havia se “alzado”, seria conveniente buscar “español, o persona que a cuide, y componga, pagandole su travajo”<sup>300</sup>.

De um modo ou de outro, as instruções do vice-provincial que tratavam das estâncias fariam referência às dificuldades que os *pueblos* enfrentavam para administrar aquelas áreas. Na grande maioria dos casos, isto também parece claro, o principal motivo para embaraços envolvia o controle dos rebanhos, tarefa que, como já sublinhamos, tornava-se, tanto mais árdua, quanto maior o número de animais que as comunidades abrigavam em seus campos. E as orientações presentes nos memoriais dirigidos aos povoados de San Miguel e San Ignacio Mini não seriam as únicas a tratarem deste tema. Para os demais casos, contudo, os registros eram algo distintos, posto que aludiriam a um recurso empregado nas estâncias com o objetivo de facilitar o controle dos rebanhos. Com efeito, dentre as recomendações assinaladas pelo Pe. Luis de la Roca, há uma série de referências relacionadas a construção de valas e outros obstáculos em campos cujos limites não contavam com barreiras efetivas para obstar a movimentação do gado. Contudo, antes de destacar estas referências, convém lembrar que, naquele período, meados da década de 1710, obras desta natureza já não constituíam exatamente uma novidade. Em um dos episódios que abordamos no capítulo anterior – o acordo estabelecido entre os *pueblos* de San Cosme e San Carlos em fins da década de 1690 – consta a menção de uma “zanja”, que estaria localizada sobre um dos “linderos”

---

298 O Pe. Luis de la Roca ocuparia o cargo de vice-provincial entre os anos de 1713 e 1717, logo após deixar o posto de reitor da Universidade de Córdoba. Na década seguinte, ainda seria eleito provincial, função que desempenhara entre 1722 e 1726 (FURLONG, 1962, p. 324).

299 *Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el pueblo de San Miguel*. 28 de junho de 1714 (AGNA, Sala IX, 6-9-5)

300 *Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el pueblo de San Ignacio*. 04 de setembro de 1714 (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

das terras do povoado de Santa Ana. No entanto, em meio à Documentação a que tivemos acesso, aquela seria a única menção efetiva que pudemos localizar sobre estas obras para o século XVII. Assim, mesmo que não seja possível assegurar que aquela fosse a única, parece seguro afirmar que tais intervenções ainda eram pouco comuns por aqueles anos. Retomando os memoriais do Pe. de la Roca, a impressão que se tem é a de que, durante a década de 1710, a situação já era bastante distinta. Isto, pois, em meio àqueles Documentos, de la Roca fazia diferentes referências sobre a escavação de valas e/ou a construção de barreiras junto aos limites de estâncias, ora indicando que haviam obras em andamento durante aquele período, ora sugerindo que tais intervenções fossem empreendidas. Era o caso, por exemplo, do povoado de Nossa Senhora de Fé<sup>301</sup>. No memorial que dirigira ao *pueblo*, o vice-provincial incentivava o prosseguimento dos trabalhos em uma “zanja”, que a comunidade havia iniciado em uma de suas estâncias, pois, em suas palavras, a obra era de grande conveniência “para guarda de los ganados” daquela comunidade<sup>302</sup>. Em outro caso, este referente ao *pueblo* de Apósteles, de la Roca se mostraria favorável a abertura de uma vala “que en la Estancia se intenta hazer para la seguridad del ganado”, empreitada que qualificava como “importante al bien comum del Pueblo”<sup>303</sup>.

Para além de incentivar a conclusão de obras que já estavam em andamento, e estimular aquelas que pareciam em vias de serem iniciadas, o Pe. de la Roca também fazia recomendações para que intervenções semelhantes fossem levadas a cabo em estâncias de outros *pueblos*. Assim, no memorial dirigido ao povoado de Santos Mártires, o vice-provincial prescrevia a necessidade de que fosse aberta uma “zanja” junto a um dos limites da estância daquela comunidade. A finalidade da obra, segundo pontuava, era garantir “que los ganados de ella no se paseen a las tierras del pueblo de S. Maria, y se eviten pleitos”<sup>304</sup>. Além desta, outra recomendação no mesmo sentido seria assinalada no memorial relativo à comunidade de San Nicolás. Neste caso, contudo, em lugar da abertura de uma vala, a instrução era para que fosse erigida uma “cerca de pedra”, que comporia uma barreira na divisa entre a estância de San Juan, pertencente aos *nicolaístas*, e a estância de San Lucas, domínio do *pueblo* de Concepción. Apesar de distinta, a construção – que, segundo de la Roca, deveria ser realizada nos mesmos moldes daquela “que mando hazer el año de 705 el Pe. Blas

---

301 Em sua *Descripción General del Paraguay*, Felix de Azara fez referências a algumas destas valas, que identificou justamente durante sua passagem pelo povoado de Nuestra Señora de Fee. E o que se destaca em seu relato é que este é um dos poucos que traz indicações sobre as dimensões destas obras. Além de referir-se a “vasta extensión” das tais “zanjas”, Azara afirmaria que sua largura era de “tres varas” (aproximadamente 2,4 m), e que esta medida correspondia ao dobro de sua profundidade (aproximadamente 1,2 m) (BARCELOS, 2000, pp. 113,114).

302 *Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el pueblo de Nuestra Señora de la Fee*. 01 de outubro de 1714.(AGNA, Sala IX, 6-9-5)

303 *Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el pueblo de los Santos Aposteles*. 03 de agosto de 1714.(AGNA, Sala IX, 6-9-5)

304 *Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el Pueblo de los Santos Mártires*. 23 de setembro de 1714. (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

de Silva” – cumpriria um objetivo semelhante ao das “zanjas”, posto que serviria, de acordo com o vice-provincial, para “abviar algunas perdidas considerables de ganado, y quiza algunos sin sabores por ellas”<sup>305</sup>.

A recorrência deste tema entre os memoriais do Pe. Luis de la Roca, e mesmo a forma pela qual o vice-provincial se referia àquelas obras, não deixam dúvidas de que, em anos anteriores, outras intervenções semelhantes haviam sido empreendidas com o mesmo propósito. Ao que tudo indica, pelo menos desde princípios do século XVIII, era algo recorrente que as comunidades abrissem valas ou construíssem barreiras junto a alguns dos “linderos” de suas estâncias. Nesta perspectiva, é impossível não relacionar a difusão destas intervenções, à expansão das vaquerias, e ao conseqüente aumento dos rebanhos que, por aquelas décadas, os *pueblos* passariam a abrigar em suas estâncias. Com efeito, o incremento progressivo no número de animais que as comunidades reuniam em seus campos aumentava as possibilidades de que ocorressem incidentes envolvendo a mescla de seus rebanhos. E as palavras do Pe. de la Roca permitem afirmar, que em meados da década de 1710, tais ocorrências já não constituíam simples contratemplos, mas episódios graves, não raro, motivos para a emergência de discórdias e litígios entre os *pueblos*. Neste sentido, a construção de limites artificiais entre as estâncias que não dispunham de “linderos fixos” constituía uma solução para um problema, que, além de recorrente, acarretava prejuízos cada vez mais expressivos, ou, em outras palavras, era um recurso diretamente vinculado aos distúrbios decorrentes da forte expansão geral do gado que os *pueblos* abrigavam em suas estâncias.

A proliferação destas intervenções também revela que, para a grande maioria dos *pueblos*, valer-se apenas das áreas que contavam com barreiras naturais para o abrigo de seus rebanhos não era mais uma opção viável naquele período. O aumento progressivo dos animais provenientes da *vaqueria del mar* demandava espaços cada vez mais amplos, e, com grande parte das “rinconadas” já devidamente ocupadas, o que restavam eram os campos que não dispunham de “linderos fixos” que as separassem das terras pertencentes a outras povoações. Destarte, ao estabelecerem barreiras artificiais, além de evitarem conflitos com outros povoados, as comunidades aumentavam a área segura que podiam utilizar para o abrigo de seus rebanhos. Nesta perspectiva, as valas e cercas também podem ser tomadas como recursos que permitiam otimizar a ocupação dos campos do *pueblo*. Valendo-se destas obras, as comunidades deixavam de depender de barreiras naturais para assegurar o controle de seus rebanhos, e, assim, garantiam maior segurança para ampliar o número de animais que abrigavam em seus campos.

A construção de barreiras artificiais para a contenção do gado também diz muito sobre a própria dinâmica de ocupação das áreas de campo que serviam a criação ganadeira dos *pueblos*.

---

305 *Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el pueblo de San Nicolás*. 14 de julho de 1714. (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

Pelas referências presentes nos memoriais do vice-provincial, é possível afirmar, que, ao menos desde meados da década de 1710, a abertura de valas, e, em menor medida, a construção de cercas, era uma prática bastante difundida, e isto em ambas as províncias. E o fato de que era cada vez maior o número de comunidades que recorriam a tais obras, é indicativo de que as possibilidades de incorporar novas extensões de campo a seus territórios haviam se tornado reduzidas. Com efeito, deve-se ter claro que intervenções como aquelas constituíam tarefas de grande monta, que, em geral, envolviam número expressivo de trabalhadores, e meses de esforços coordenados. Sendo assim, parece muito pouco provável, que tais obras fossem empreendidas sem a convicção de que eram estritamente necessárias, ou seja, que não havia alternativas factíveis que pudessem ser empregadas naquele contexto. Em outros termos, caso ainda existissem áreas de campo aptas para novas apropriações, não haveria razões plausíveis para que as comunidades investissem tanto tempo, recursos e força trabalho abrindo valas ou erigindo muros junto aos limites de suas estâncias. Desde esta perspectiva, é possível considerar que a construção daquelas barreiras também constituía uma espécie de índice da escassez de campos disponíveis a novas incorporações, um sintoma de que era cada vez mais raro localizar espaços aptos à criação ganadeira que ainda não haviam sido devidamente apropriadas por algum *pueblo*. E, dado que tais intervenções proliferavam por estâncias de diferentes comunidades, tanto no Paraná, quanto no Uruguai, pode-se afirmar, que, ao menos desde as primeiras décadas do século XVIII, este quadro era uma realidade em ambas as províncias.

Ainda que enfocando apenas parte de um processo que combinava um conjunto de outros fatores, resta claro que as grandes expedições de captura empreendidas na *vaqueria del mar*, e o conseqüente aumento dos rebanhos que, sobretudo a partir de princípios do século XVIII, as comunidades passariam a abrigar em suas estâncias, trariam dificuldades crescentes a administração daqueles espaços. Estabelecer controle sobre os animais tornara-se tarefa árdua, e exigiria esforços cada vez maiores para todas as comunidades. Ademais, na medida em que diminuía as áreas disponíveis para a formação de novas estâncias, e buscava-se reunir quantidades cada vez maiores de gado naqueles espaços, os *pueblos* seriam impelidos a adaptar os campos de que já dispunham, tanto para evitar conflitos envolvendo a mescla de animais, quanto para maximizar o aproveitamento de suas terras. Neste sentido, a construção de barreiras artificiais para o controle do gado constitui um dos melhores exemplos para ilustrar como, durante as primeiras décadas do século XVIII, o aumento dos rebanhos fora o principal estímulo para a adoção de novas técnicas e soluções envolvendo a administração das estâncias.

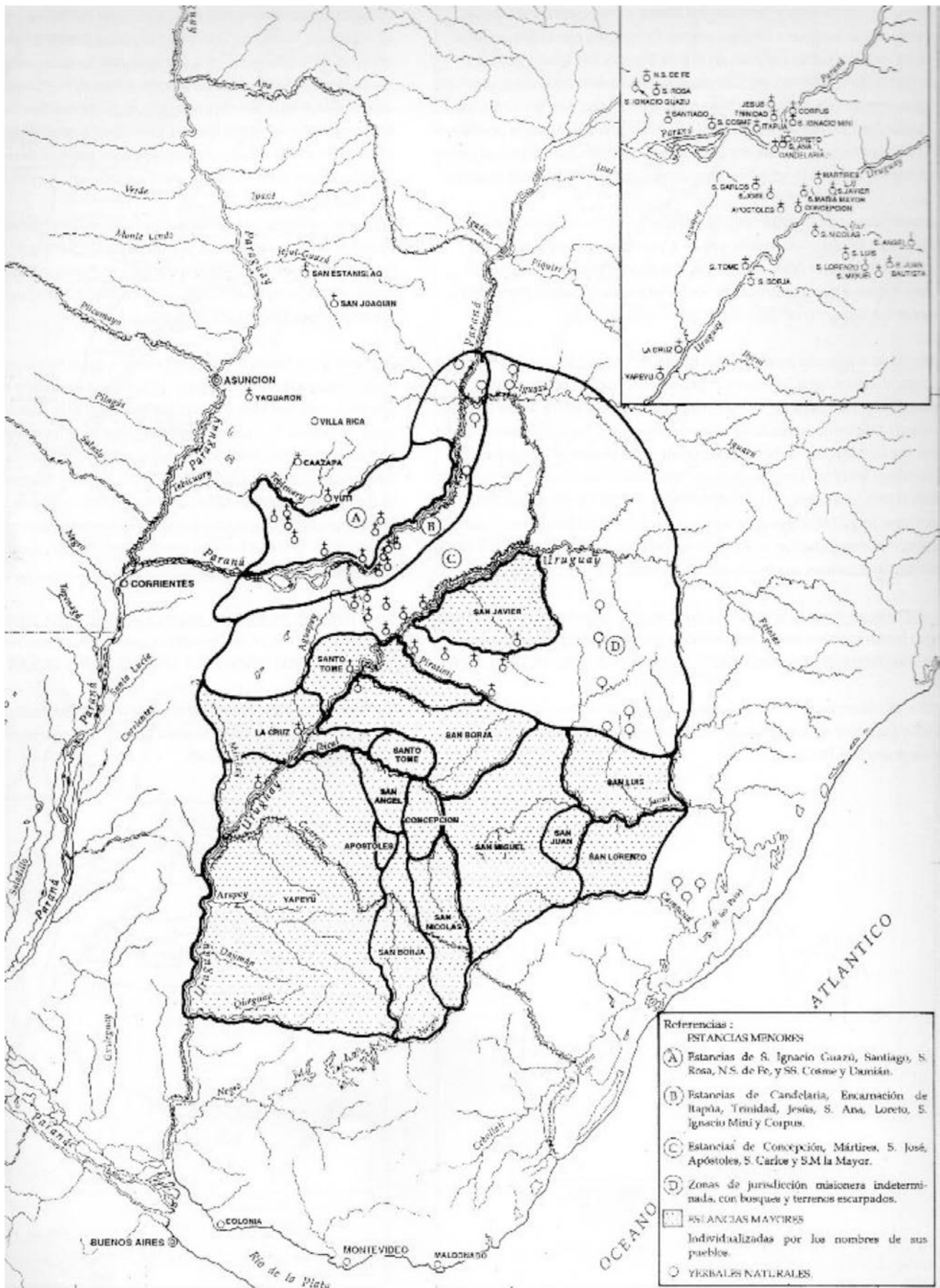


Imagem 12. Mapa das estâncias dos *pueblos* do Paraná e Uruguai no século XVIII.

Fonte: MAEDER & GUTIERREZ, 2009, p. 26.

## 7.4 A produção ervateira entre avanços e apropriações

Enquanto as estâncias dos *pueblos* atravessavam um período de forte expansão, a produção ervateira daquelas comunidades também registrava aumentos significativos ao longo das primeiras décadas do século XVIII. E não era sem razão, afinal, havia um conjunto de fatores a estimular incrementos nos volumes da erva-mate que era beneficiada naquele período. A começar pelo próprio crescimento demográfico, que implicava em acréscimos progressivos na demanda interna pelo produto. Para se ter um vislumbre da ampliação produtiva necessária apenas para suprir este gasto, basta considerar que o consumo familiar médio da *caamini* naquelas comunidades girava em torno de uma arroba ao ano, e, que, entre fins de 1690, e meados da década de 1710, o número de famílias, considerando-se as duas províncias, passara de 20 para algo próximo das 30 mil no total. Por estas médias, é possível estimar que, ao longo daquele período, menos de duas décadas, a demanda dos *pueblos* pela erva-mate aumentara em aproximadamente 50%.

Para além do consumo interno, o comércio da erva-mate, como já referimos em outro momento, compunha um eixo fundamental para a reprodução socioeconômica daquelas comunidades, e, por aqueles anos, sua importância atingiria novos patamares. Primeiro, pela condição central daquele produto em meio às transações levadas a cabo entre os próprios *pueblos*. Com efeito, a *caamini* era a mais importante moeda para as trocas realizadas em âmbito intercomunitário. E, para um número importante de povoados, este comércio adquiria importância crescente naquele período. Era o caso, por exemplo, da maior parte das comunidades do Paraná, que não dispunham de acesso à *vaqueria del mar*, e, por isso, precisavam recorrer a aquisição de animais para garantir o abastecimento de suas estâncias. E o mesmo se poderia afirmar para as povoações que não contavam com terras aptas para produzir gêneros como o algodão, o tabaco, ou a cana-de-açúcar, e, assim, dependiam da compra destes produtos junto a outras comunidades para suprir suas demandas.

Por outro lado, é importante lembrar que a comercialização da *caamini* nos mercados da província do Rio da Prata ainda constituía a principal fonte de proventos para a aquisição de matérias-primas e itens que não eram produzidos por aquelas comunidades. E, durante as primeiras décadas do século XVIII, a demanda por estes recursos só fazia aumentar. Isto, pois, como bem se sabe, aquele período também fora marcado por significativo desenvolvimento urbanístico, arquitetônico e artístico dos *pueblos*. Com efeito, além de consideráveis avanços em diferentes ofícios, datam daquelas décadas, a construção de um conjunto de obras de médio e grande porte –

algumas “bien difíciles e magníficas”, como qualificara o provincial, Pe. Blás de Silva, em 1707<sup>306</sup> –, tais como a edificação de novas igrejas e a reforma de antigos templos, a remodelação de casas, a construção de fontes d’água, ou, ainda, a abertura de canais, valas e novos caminhos<sup>307</sup>. Neste contexto, cresceria a demanda – e isto em todas as comunidades – por matérias-primas como a madeira, o ferro “en bruto” e o aço, fundamentais para a produção de ferramentas, e para estruturar toda sorte de edificações. Aumentara também a procura por tecidos como o linho e a seda, e por objetos sacros (não raro, forjados em prata<sup>308</sup>), que serviriam para a decoração de igrejas, capelas, ou outras construções do povoado. E, se o acesso à boa parte destes recursos (com exceção da madeira) dependia, sobretudo, dos montantes que eram auferidos a partir do comércio da *caamini*, não há dúvidas de que, por aqueles anos, existiam muitos motivos para que houvesse incrementos nas quantidades que eram movimentadas com destino aos mercados do Rio da Prata. Nesta perspectiva, apesar de não contarmos, para as primeiras décadas do século XVIII, com evidências confiáveis sobre as cargas de erva-mate que eram despachadas pelos *pueblos* em direção as cidades de Buenos Aires e Santa Fé, parece seguro afirmar, que, naquele período, seus volumes haviam aumentado em relação às décadas anteriores, e, muito provavelmente, estariam bem próximos das 12 mil arrobas estipuladas como limite para aquele comércio<sup>309</sup>.

---

306 Biblioteca Nacional de España. Cartas de los PP. Generales y Provinciales de la Compañía de Jesús a los misioneros jesuitas del Paraguay, Uruguay y Paraná [Manuscritos], t. I, s.XVIII. Localização: Mss/6976. Carta del Pe. Prv. Blas de Silva para todas las Doctrinas, su fecha 22 de Diciembre de 1707. p.212.

307 Além da habilidade dos artesãos indígenas, dentre os quais, neste período, não faltavam os “Maestros de Obras”, este desenvolvimento, sobretudo no campo arquitetônico (isto é, na construção de igrejas e capelas), também estaria bastante associado a chegada, em fins do século XVII, de jesuítas dotados de aptidões e conhecimentos nesta área. Ao longo da década de 1690, desembarcaram no Paraguay padres como Angelo Petragrassa e Antonio Sepp, ambos dotados de certa experiência na elaboração de construções. As principais contribuições neste âmbito, contudo, viriam de coadjuutores como José Brasanelli e Juan Krauss, dois dos principais responsáveis pela série de projetos de edificação e reforma de templos levadas a cabo durante as primeiras décadas do século XVIII (LEVINTON, 2008, pp. 25-102).

308 A compra de “alajas de plata, y otras para el adorno delas Iglesias” seria um dos temas de uma carta, que, em 4 de abril de 1713, o padre geral, Miguel Angel Tamburini, endereçara ao então vice-provincial do Paraguay, Pe. Luis de la Roca. Neste documento (ao qual já fizemos referência neste capítulo), Tamburini criticava – com base nos informes que lhe haviam sido encaminhados pelo visitador, Pe. Antonio Garriga – a existência de certos exageros nos gastos, que, por aqueles anos, eram empenhados com este fim (PAGE, 2013a, p. 279).

309 Apesar das constantes acusações dos comerciantes assucenhos, que, em diferentes oportunidades, denunciariam pretensos excessos nas cargas de erva-mate que os *pueblos* enviavam aos mercados provinciais, os missionários jamais admitiram que tais volumes tenham ultrapassado o total de 12 mil arrobas. Em meio as fontes jesuíticas do século XVIII, os registros sobre o tema fazem referência a cargas que oscilavam entre 6 e 8 mil arrobas anuais, sugerindo que as médias seguiam bem abaixo do limite estipulado pela Real Audiência. Em nosso ponto de vista, contudo, parece pouco provável, que os volumes da *caamini* destinados àquele comércio tenham se mantido nestes patamares durante as primeiras décadas do século XVIII. De fato, isto significaria que os excedentes enviados aos mercados de Santa Fé e Buenos Aires seguiriam em níveis próximos aos que haviam alcançado durante a segunda metade do século anterior, quando ainda eram 22 os povoados existentes nas duas províncias, e sua população total não superava os 75 mil habitantes. Neste sentido, o que julgamos mais plausível é que, ao menos em alguma medida, os jesuítas tenham dissimulado ou omitido informações sobre os volumes que, efetivamente, eram movimentados naquele comércio. Seguramente, havia muitas razões para isto. A principal delas era a vinculação entre os valores arrecadados pela venda da *caamini*, e o montante de tributos que os *pueblos* deviam as Caixas Reais. Ou seja, admitir que as cargas excediam os limites estipulados pela Real Audiência, além de representar a confissão de uma prática de “contrabando”, era dar mostras de que aquelas comunidades tinham condições de arcar com somas mais elevadas de impostos. Ainda neste contexto, cabe ressaltar, que, ao menos desde princípios do século XVIII, aquele comércio também era realizado por



A despeito dos esforços que, ao longo daquele período, eram direcionados ao plantio de ervais hortenses, não fora através deles que os *pueblos* lograram expandir sua produção ervateira. Isto, pois, durante as primeiras décadas do século XVIII, ainda eram poucas as comunidades que haviam obtido sucesso em formar seus próprios ervais. Com efeito, é preciso lembrar que nem todos os povoados contavam com áreas amplas o suficiente, ou que dispunham das qualidades e características necessárias para comportar tais plantios. Além disso, o cultivo da erva-mate exigia uma série de cuidados, e eram necessários anos de trabalho até que as plantas alcançassem o estágio de maturidade<sup>310</sup>. Assim, mesmo para as povoações que haviam logrado bons resultados em estabelecer seus próprios bosques, ainda levaria quase uma década até que as plantas atingissem o porte necessário para que pudessem suportar benefícios regulares. Em outros termos, os ervais hortenses ainda estavam longe de poderem fornecer as quantidades de que os *pueblos* necessitavam para atender suas demandas.

Para entender como foi possível que aquelas comunidades alcançassem aumentos tão expressivos em sua produção ervateira, é preciso mirar em outro sentido, e considerar dois fatores fundamentais. O primeiro e mais relevante envolvia a dinâmica de expansão das áreas de bosques nativos que eram explorados pelos *pueblos* por aqueles anos. De fato, entre fins do século XVII, e princípios do XVIII, enquanto ensaiavam-se os primeiros passos para a formação de cultivos hortenses, as expedições em busca ervais silvestres ainda partiam com frequência, e seriam responsáveis por achados bastante relevantes. Com novas descobertas, ampliaram-se bastante as áreas de bosque a partir das quais aquelas comunidades empreendiam sua produção ervateira, e não há dúvidas de que esta expansão seria crucial para que os *pueblos* pudessem incrementar os volumes da *caamini* que beneficiavam todos os anos. O outro fator que, segundo compreendemos, deve ser levado em conta neste contexto, tem relação com o avanço e a consolidação do regime de posses comunitárias que se estabelecera sobre as áreas ervateiras. De fato, na medida em que os povoados passavam a dispor de bosques reconhecidos como parte de seus domínios, sua produção ganhava previsibilidade, o que significava um conjunto de vantagens e conveniências. Com a

---

vias que não passavam pelas procuradorias. Com efeito, não parecem ter sido raros os casos de tratos envolvendo a *caamini* realizados diretamente pelas comunidades. Ao menos é isto que se depreende por uma das instruções legadas pelo visitador, Pe. Antonio Garriga, que, em princípios da década de 1710, recomendava proibir que aquele comércio fosse realizado por outros meios que não através dos ofícios de Santa Fé e Buenos Aires. E o fato de que, em meados da década de 1720, o padre geral, Miguel Angel Tamburini, retomara este tema em uma carta endereçada ao então provincial, Pe. Luís de la Roca, é um indicativo de que tais práticas persistiam, mesmo após as primeiras reprimendas do visitador. (PAGE, 2013a, p.305)

310 As palavras do Pe. Joseph Cardiel dá uma boa dimensão das dificuldades que envolveram a composição dos primeiros ervais hortenses. Segundo Cardiel, a tarefa havia custado “(...) mucho trabajo, porque la semilla que se traía no prendía. Es la semilla del tamaño de un grano de pimienta, con unos granitos dentro rodeados de goma. Finalmente, después de muchas pruebas se halló que aquellos granitos, lirapios de aquella goma, nacían: y trasplantando las plantas muy tiernas del semillero bien estercolado á otro sitio, y dejándolas allí hacer recias después se trasplantaban al yerbal, y regándolas dos ó tres años, prendían y crecían bien: y después de ocho ó diez años, se podía hacer yerba. Es planta muy delicada: y con toda esta industria y trabajo, se logra (...)”. (HERNANDEZ, 1913, t II, pp. 539, 540)

garantia de contarem com áreas exclusivas, as expedições eliminavam a necessidade de investir tempo na busca por ervais aptos a comportarem benefícios, e dispunham de maior capacidade de organização e planejamento em suas explorações. Ademais, é possível supor que a consolidação do regime de posse comunitária também estimularia a construção, junto as áreas ervateiras, de ranchos, galpões e outras estruturas de caráter permanente, que forneceriam importante apoio aos trabalhadores que tomavam parte naquelas empreitadas. Isso posto, parece razoável considerar, que, com ervais próprios, as comunidades reduziam os recursos que invertiam em suas expedições, moderavam a força de trabalho que estas demandavam, e teriam mais tempo para projetar o manejo e a exploração de seus bosques. Em suma, dispor de ervais exclusivos permitiu que as comunidades aprimorassem seus processos de produção, e esta dinâmica, seguramente, também contribuíra para o crescimento dos volumes de erva-mate que eram beneficiados ao longo das primeiras décadas do século XVIII.

A expansão das áreas de exploração ervateira, e a consolidação dos domínios comunitários sobre estas, ocorreriam de forma concomitante em ambas as províncias. No entanto, em cada uma delas, estes processos envolveriam especificidades importantes, e, por isso, convém considerá-las de modo particularizado. Neste sentido, parece válido que iniciemos pela província do Uruguai, onde uma série de descobertas implicaria em importante reorganização da produção ervateira de diferentes *pueblos*. Com efeito, ao menos desde as primeiras décadas do século XVIII, além dos bosques que se estendiam a partir das margens do curso médio do rio Uruguai, dos ervais do *Nucorá* e *Caaçapaguaçu*, e dos “montes” localizados pelos *xavieristas* em fins dos anos de 1690, duas novas áreas ervateiras de dimensões apreciáveis tornaram-se destino para as expedições ervateiras que partiam de *pueblos* daquela província. A primeira delas, composta por um conjunto de ervais de grande extensão, localizava-se entre os rios Igay (Jacuí) e Taquari<sup>311</sup>, a uma distância que oscilava entre 30 e 35 léguas das comunidades da banda oriental (aproximadamente 200 km). Além desta, outra área que também passara a ser explorada por aqueles anos fora descoberta junto às margens do rio *Icabacua* (atual Camaquã), não muito distante da lagoa dos patos, isto é, a uma distância de mais de 100 léguas do rio Uruguai (aproximadamente 550 km)<sup>312</sup>.

Desde a publicação de *História das Missões Orientais do Uruguai* – estudo, que, até os dias de hoje, segue como um dos poucos que abordaram este tema com maior ênfase –, sabe-se algo sobre as divisões que se estabeleceram sobre aqueles bosques. Cotejando informações provenientes de um pleito, que, na década de 1740, envolvera os povoados de San Miguel e San Juan Baptista, e evidências presentes no *Diário Resumido* do Dr. José Saldanha (escrito datado da década de 1780),

---

311 Esta área, atualmente, compreende as sedes de um conjunto de municípios do estado do Rio Grande Sul, que vão desde Carazinho e Passo Fundo, até Rio Pardo e Taquari.

312 Tratam-se dos bosques que se situam no que hoje se conhece como a Serra do Herval.

Aurélio Porto traçou um panorama identificando as áreas ervateiras da banda oriental, e, neste esforço, incluiria informações sobre aqueles achados. Referindo-se aos bosques que se estendiam nas proximidades dos rios Jacuí e Taquari, o autor identificou domínios de quatro povoados distintos, casos de San Thomé, San Lorenzo, San Nicolás e San Juan Baptista. Já os ervais localizados junto ao rio *Icabacua* se tornariam posses da comunidade de San Borja (PORTO, 1954, p. 336)<sup>313</sup>.

Não obstante o empenho em discriminar os domínios que se estabeleceu sobre aquelas áreas, a pesquisa de Aurélio Porto oferece poucas informações referentes ao período e o contexto de suas descobertas. Ademais, seu estudo tampouco contempla as circunstâncias que determinaram a quais comunidades caberiam os direitos de exploração sobre tais bosques. Contudo, é importante sublinhar que estas lacunas não se devem a simples lapsos daquele autor. Em realidade, elas apenas refletem a escassez, em meio às fontes daquele período, de evidências que permitam aproximações sobre estes aspectos em específico. Com efeito, não, há, para o caso dos ervais do Jacuí e do *Icabacua*, registros como aqueles de que nos valem para tratar das descobertas efetuadas pelas comunidades de Concepción e San Xavier em capítulos anteriores. Ainda assim, é possível conjecturar algumas possibilidades, sobretudo se sopesamos as lógicas que observamos a partir daqueles episódios. Neste sentido, iniciando pela questão da posse, soa bastante provável, haja vista a localização daquelas áreas, que a definição dos domínios que se estabeleceram sobre estas tenha seguido um padrão, algo semelhante ao que verificamos para os casos ocorridos durante as últimas décadas do século XVII. Ou seja, parece razoável considerar que as comunidades que efetuaram a descoberta daqueles ervais passariam a gozar de prerrogativas para explorá-los de modo exclusivo, isto, é claro, depois de terem seus achados devidamente reconhecidos.

Por outro lado, quando questionamos sobre o período em que se iniciara a exploração daqueles bosques, algumas referências, apesar de não fornecerem dados precisos, permitem conjecturar algumas hipóteses. Neste contexto, destaca-se um registro em específico, datado de 1713, que se refere a uma espécie de “deslinde” pactuado entre as comunidades de San Miguel e San Juan Baptista. Na ocasião, reafirmara-se um acordo que estipulara que o arroio *Urubucarú* demarcava a divisa entre as terras daqueles *pueblos*. Para o tema de que aqui tratamos, o importante é destacar uma passagem específica de um Documento relacionado a este processo, no qual menciona-se a existência de um caminho, que era utilizado pelos vaqueiros *juanistas* quando estes se deslocavam em direção a uma de suas estâncias. No mesmo registro – e este é o ponto que, aqui,

---

313 Em meio as fontes que consultamos para esta pesquisa, a única menção que pudemos localizar relacionada a títulos concedidos para estas áreas consta em um registro que já citamos em capítulo anterior, a *Memória de los títulos, pertenencia de Tierras y otros papeles correspondientes a estos pueblos que quedan en el archivo de esta capital (...)*. A referência faz alusão aos “títulos de los ierbales del pueblo de San Borja en el rincón del Icabacua con un mapa del terreno.” (AGNA, Sala IV, 22-02-07)

deve-se ressaltar –, consta a indicação de que aquela era a mesma via empregada por expedições que se dirigiam a “los yerbales”. Apesar de pontual, esta é uma referência bastante sugestiva, pois, levando-se em conta a localização da estância da comunidade de San Juan, tudo indica que os ervais acessados através daquele caminho eram justamente os que se estendiam entre os rios Jacuí e Taquari. Em outros termos, aquele também era o trajeto que as comunidades de San Thomé, San Luís, San Nicolás e San Juan Baptista se valiam para alcançar seus domínios ervateiros. Sendo assim, o que, a partir deste registro, parece seguro afirmar, é que a “descoberta”, e os primeiros benefícios ervateiros realizados naqueles bosques ocorreram antes de 1713, muito possivelmente, ainda em princípios do século XVIII, afinal, durante a primeira metade da década de 1710, já havia um “camino de los Yerbales”, isto é, uma via de acesso devidamente consolidada ligando os *pueblos* da banda oriental àqueles bosques<sup>314</sup>.

A menção a este caminho ainda é ensejo para destacar uma importante decorrência da incorporação daqueles bosques ao conjunto das áreas que comportavam a produção ervateira dos *pueblos* do Uruguai. Com efeito, tais descobertas implicariam, para um número expressivo de comunidades daquela província, em um processo de reorientação das rotas de circulação, e, também, das formas de transporte ligadas a produção da *caamini*. Desta feita, ao menos desde princípios do século XVIII, em lugar das vias fluviais, e da utilização de canoas e balsas, a maior parte das comunidades do Uruguai empreenderia suas expedições por terra, empregando carretas e mulas no transporte das cargas. E o caminho referido naquele registro, que se tornara uma via de intensa movimentação, passaria a constituir a principal rota para a produção ervateira dos *pueblos* daquela província<sup>315</sup>. Com pouco mais de 30 léguas (aproximadamente 200 km), seu percurso

---

314 Em relação aos ervais do Icabacua, pertencentes a comunidade de San Borja, o primeiro registro devidamente datado que pudemos localizar refere-se ao ano de 1730. Trata-se de uma instrução presente em um memorial do então provincial, Pe. Geronimo Herran, escrito em 22 de maio daquele ano. Nesta, pode-se ler: “Los indios de S. Borja elegeran para ir a sus yerbales un camino fixo, que no puedan alterar, ni ala ida, ni a la venida, y elegido dicho camiño se dará noticia al Pueblo, ô Pueblos por cuyas estancias passarem, para que no seles embaraze”. Memorial del Padre Provincial Geronimo Herran paramel Padre Superior de Misiones de la Compañia de Jesús y sus consultores. 22 de maio de 1730. (AGNA, Sala IX, 6-9-6).

315 Dentre os poucos registros coetâneos que mencionam este caminho, há um que chama atenção especial, não apenas pelas informações que agrega, mas, também, por sua procedência. Trata-se de um depoimento de Manuel Gonçalves de Aguiar, Sargento-Mor da Praça de Santos, que fora tomado em um interrogatório formulado em 1721 por Antônio de Brito e Menezes, governador das Capitâneas do Sul. Claramente orientado a reunir informações a respeito do litoral que se estendia de São Vicente à colônia de Sacramento, o questionário é um exemplo elucidativo de como os portugueses concebiam a região como parte de seus domínios por direito, e de como almejavam explorá-la de fato. Ademais, o interrogatório também torna patente sua convicção de que existiam fontes de metais preciosos no interior daquelas terras, em especial nas proximidades do “Rio Grande de São Pedro”. Neste contexto, apesar de não ter percorrido a região pessoalmente, Gonçalves de Aguiar pudera agregar algumas notícias com base em depoimentos que ouvira de terceiros, em especial de alguns lagunistas. Para o tema que tratamos aqui, importa destacar apenas parte de uma de suas respostas, que faz referência ao rio “Tecuary”: “(...) A notícia que tenho, e me deram os moradores da Laguna, sobre o ouro, é que nas cabeceiras do rio que chamam Tecuary havia bastante cópia dele, e que se o buscassem em todos os mais, que deságuam, como este no mesmo Rio Grande, o achariam, segundo as disposições das terras (...). Também me disseram que na direitura do mesmo Rio Grande, na serra chamada Botucarayba, haviam minas de prata, por notícias que havia dado um indio apanhado naquelas partes a Francisco Dias Velho e ao Capitão-mor Domingos de Brito Peixoto; e com efeito foram estes com uma boa tropa a certificar-se do dito, e subindo pela serra chegaram perto

iniciava-se nas margens do rio Uruguai, passava junto aos povoados de San Nicolás, San Luís, San Lorenzo e San Miguel, e seguia em direção ao leste, até cruzar o rio Jacuí, quando, enfim, se dividia em caminhos menores que levavam aos diferentes ervais daquela região.

Enquanto as comunidades do Uruguai expandiam suas áreas de exploração, e abriam novas rotas para a produção ervateira, os *pueblos* do Paraná vivenciavam um contexto distinto. Por certo, durante as primeiras décadas do século XVIII, as comunidades daquela província também empreenderam entradas exploratórias e novos achados, que ampliariam em muito a extensão das áreas ervateiras a partir das quais produziam a *caamini*. Esta expansão, contudo, não parecem ter avançados para além das regiões montanhosas que se estendiam junto ao médio Paraná, e seus principais afluentes, os rios Pirayguaçu, Acaray, Monday e Iguaçu. Assim, as novas descobertas não estariam a grande distância dos bosques, que, desde meados do século XVII, eram destino das expedições que partiam daquelas comunidades. Isto significa que, para os *pueblos* daquela província, a via fluvial, ou seja, o grande rio Paraná, seguiria constituindo a principal rota de circulação para os trabalhadores que, todos os anos, participavam da produção ervateira.

Lamentavelmente, a Documentação coetânea fornece poucas evidências a respeito das relações de posse, e das divisões que os *pueblos* daquela província estabeleceriam sobre as áreas ervateiras do médio Paraná. Assim, afora a menção pontual ao título referente à “yerbales” concedido ao *pueblo* de Itapua durante a primeira metade da década de 1690, e alguns indicativos de que, mesmo após deixarem suas terras no Monday, os *jesuatos* teriam reconhecidos seus direitos de exclusividade na exploração dos ervais existentes naquela região, não pudemos localizar, para o período que se estende entre fins do século XVII, e as primeiras décadas do XVIII, outras referências diretamente relacionadas a estes temas. Esta escassez de registros, por certo, constitui um obstáculo quando o que se pretende é abordar as relações de posse sobre áreas ervateiras atinentes aos povoados daquela província. Contudo, este quadro não impede que, considerando-se estes poucos indícios, e os exemplos que observamos entre os *pueblos* do Uruguai, sejam traçadas algumas hipóteses para aquele contexto. Neste sentido, a primeira observação que vale destacar é a de que parece improvável que os povoados de Itapua e Jesus fossem os únicos, que, a partir de fins do século XVII, passaram a contar com ervais próprios entre os bosques do Paraná. Com efeito, tudo leva a crer que, por aqueles anos, ocorria ali algo semelhante ao que sucedia entre as comunidades do Uruguai, isto é, os *pueblos* que compunham aquela província, ao menos desde a década de 1690, também realizavam a incorporação de ervais silvestres a seus territórios. E as

---

do morro, onde o índio dizia haver prata, mas ouvindo alguns tiros de espingardas, e mandando explorar o que seria, acharam situados já naquelas mesmas partes aos Padres Jesuítas Castelhanos com os seus índios com caminhos feitos de carros e cavalgadas, em que conduziam a prata as suas aldeias (...). Ainda que marcada pelo imaginário fantasioso das fontes de ouro e prata, esta passagem fornece uma boa imagem sobre as dimensões, e a intensidade da movimentação que caracterizava aquele caminho. CESAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul. 1605-1801*. (3ª Ed.) Editora da Universidade – UFRGS. Porto Alegre, 1998. p.70.

lógicas que sustentariam tais apropriações, isto também supomos, seriam as mesmas que, em geral, orientavam processos daquela natureza. Ou seja, as comunidades do Paraná estabeleceriam tais domínios, ora por que teriam reconhecidos seus “direitos antigos” sobre determinados territórios, ora por efetuarem a descoberta de novos bosques, ou, ainda, a partir de concessões ou ajustes estabelecidos entre diferentes *pueblos*.

Ainda neste contexto, há que se mencionar um registro, que, apesar de não dispor de indícios conclusivos, parece sugerir que, em princípios do século XVIII, era bastante significativo o número de comunidades do Paraná que contavam com áreas ervateiras exclusivas. Referimo-nos a um *informe* produzido em 1707, por iniciativa do Pe. Bartholome Ximenez, então superior daquela província<sup>316</sup>. Neste registro, Ximenez reuniria testemunhos de missionários experientes, que responderiam a um questionário que abordava temas relativos à produção ervateira daqueles *pueblos*. A intenção, ao que tudo indica, era contrapor um novo conjunto de acusações levantadas pelos assucenhos, já que boa parte do informe versava sobre aspectos como o volume das cargas comercializadas por aquelas comunidades, e as condições enfrentadas pelos trabalhadores ervateiros em suas expedições. No entanto, dentre as mais de dez questões arroladas pelo superior naquela oportunidade, interessa, aqui, destacar apenas uma em específico. Nesta, seria indagado se os depoentes tinham conhecimento de “que los pueblos mas distantes de los Yervales por la incomodidad y distancia no van a ellos a hazer Yerva sino que compran con sus Generos otros Pueblos la que an menester”. Tendo em vista que as respostas apresentadas pelos missionários seriam bastante semelhantes, basta que se mencione uma para que tenhamos ideia das demais. Assim, destacamos o que afirmara o Pe. Francisco de Robles, que atestara haverem:

(...) muchos Pueblos q por su distancia a los yervales no hazen dho Beneficio por la descomodidad y gran trabajo que seles seguiria en el, y por no poder lograr la combeniencia de conducir dha yerva por el rio y q Particularmente son los pueblos que no ban a dhos beneficios el de San Ignacio del Paraguai, Nra Señora de Fee, Santa Rosa y Santiago (...) (MCA-CPH. Cx. 20. Doc. 15-539)

A resposta do Pe. Robles, assim como a dos demais missionários que deram depoimentos para o *informe*, revela que, por aqueles anos, nem todas as comunidades da província realizavam benefícios ervateiros em meio aos bosques do médio Paraná<sup>317</sup>. Sua réplica, ademais, ainda discriminava quais eram os *pueblos* que não produziam a *caamini* a partir daqueles ervais: San Ignacio del Paraguai, N. Señora de Fee, Santa Rosa e Santiago. No entanto, é quando adotamos uma perspectiva inversa na leitura deste registro, que as conclusões possíveis se tornam mais

---

316 *Copia de una información levantada sobre los trabajos de los indios de las misiones en los yerbales*. 1707 (MCA-CPH. Cx. 20. doc. 15-539).

317 No mesmo *informe*, o Pe. Robles afirmaria que haviam “pueblos del Uruguay” que também não produziam a *caamini* por aqueles anos. Apesar de não identificá-los, parece bastante provável que o missionário estivesse se referindo as comunidades de La Cruz e Yapeyú. (MCA-CPH. Cx. 20. doc. 15-539).

elucidativas. De fato, as palavras do Pe. Robles, ainda que de modo indireto, também sugerem, que, com exceção daquelas quatro povoações, todas as demais comunidades que compunham a província realizavam nos idos de 1707, seus benefícios ervateiros a partir dos bosques silvestres do médio Paraná. E, considerando-se o período em que fora realizado aquele *Informe*, parece bem provável que tais comunidades, isto é, as que produziam a *caamini* naquela região, não o faziam em qualquer parte, entre bosques que escolhiam de acordo com as conveniências, mas em áreas ervateiras já devidamente assentadas como domínios de suas comunidades. Em outros termos, a hipótese que consideramos a partir deste Documento é a de que, muito possivelmente, afora as comunidades de San Ignacio del Paraguai, N. Señora de Fee, Santa Rosa e Santiago, todos os demais *pueblos* do Paraná contavam, desde a primeira década do século XVIII, com suas próprias áreas ervateiras, das quais se valiam de modo exclusivo, e cujos direitos de posse eram reconhecidos como tal pelos demais *pueblos*.

Por infortúnio, nem este informe, nem outros registros relativos àquele período dispõem de informações sobre as divisões, e a localização dos bosques que cabiam as diferentes comunidades que compunham a província. Deste modo, se o objetivo é lançar alguma luz sobre estas questões, torna-se imperativo recorrer a Documentos posteriores, todos datados da segunda metade do século XVIII. Apesar de excederem o escopo temporal desta pesquisa, julgamos válido destacá-los, pois é bastante provável, que, ao menos em parte, eles reflitam configurações estabelecidas ainda nas primeiras décadas daquele século. Neste sentido, parece oportuno iniciar por dois mapas específicos, ambos produzidos durante a segunda metade daquele século. O primeiro deles foi parcialmente publicado por Guillermo Furlong, e, mais recentemente, e de modo completo, por Norberto Levinton. A partir do estudo deste autor, é possível afirmar que se trata de uma representação cartográfica produzida em 1765, que fora apresentada pelo *pueblo* de Jesus como instrumento em um pleito travado entre aquela comunidade, e a redução franciscana de Yuti (LEVINTON, 2010, p. 595). No mapa, constam referências a ervais próximos ao rio Monday, que aparecem identificados como domínios do *pueblo* de Jesus. Pelo que se depreende de sua leitura, e tendo em vista que aquele litígio envolvia direitos de exploração sobre uma área ervateira, parece claro que a intenção por trás daquele instrumento era indicar que a região compunha o *tetangue* dos *jesuatos*, o que corroborava com a tese de que os bosques localizados junto ao Monday eram, pelo “direito natural”, posses legítimas daquela comunidade. No mesmo Documento, cumpre ressaltar, ainda estão representados alguns bosques localizados mais ao sul, que são identificados como domínios da comunidade de Itapua.







Imagem 14. Mapa dos ervais do *pueblo* de Loreto. Fonte: AGNA, Sala IX, 40-2-5.

Além destes mapas, há, ainda, pelo menos um outro registro, também datado do período posterior a expulsão dos jesuítas, que vale destacar neste contexto. Trata-se do *Diario de la segunda división de límites al mando de don Diego de Alvear con las descripción de su viaje desde Buenos Aires para reconocerlos terrenos neutrales entre el Chuy y Tahin, el Rio Grande San Pedro con todas sus vertientes*, escrito produzido na década de 1780, no âmbito das “partidas” demarcatórias organizadas após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso<sup>320</sup>. No décimo capítulo desta obra, que traz um relato sobre o *Reconocimiento del Paraná desde la boca del Iguazú hasta su salto Grande*, Alvear faria alusão a passagem de sua comitiva pelas áreas ervateiras do médio Paraná, em especial pelos “montes” que se estendiam pela margem oriental daquele rio. Neste contexto, o que primeiro chama atenção no relato é uma referência ao modo pelo qual as comunidades identificavam seus domínios em meio àqueles bosques. Aqui, o que fica patente é a semelhança entre o que observara o demarcador, e alguns procedimentos bastante característicos das relações de exclusividade

---

Sán Ángel). Neste sentido, tudo sugere que, ao menos desde princípios do século XVIII, o *pueblo* de San Carlos tivesse reconhecido seu domínio sobre toda aquela área (indicada no mapa), e que, em 1706, ano de sua divisão, e da fundação do povoado de Trinidad, estabelecera-se uma linha demarcatória definindo um limite entre as porções que caberiam a uma e outra comunidade.

320 ALVEAR, D. Diego de. *Diario de la segunda división de límites al mando de don Diego de Alvear con las descripción de su viaje desde Buenos Aires para reconocerlos terrenos neutrales entre el Chuy y Tahin, el Rio Grande San Pedro con todas sus vertientes*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1837.

territorial, que, ainda no século XVII, haviam se consolidado entre aqueles *pueblos*:

“En todos estos arroyos y en los dilatadísimos montes del Paraná que en partes se extienden a muchas de que aun no se tiene conocimiento se da de sí muy frondoso y alto, el árbol de la Yerba tan celebrada del Paraguai (...) Los Pueblos de Misiones tienen en muchos de ellos sus establecimientos de ranchos y galpones, con una Cruz en parage visible y en ella inscripto de aquel a que pertenecen” (ALVEAR, 1837, p. 383).

Mesmo durante as últimas décadas do século XVIII, a cruz e a escrita exposta ainda eram empregadas como forma de sinalizar os domínios pertencentes a cada *pueblo*. E aqueles marcadores ainda cumpriam bem suas funções, pois, em grande medida, seria graças a estes, que a expedição liderada por Alvear lograria identificar, entre os extensos “montes del Paraná”, áreas vinculadas à diferentes *pueblos*. De fato, em meio aquele mesmo capítulo do *Diário*, constam alusões a domínios de ao menos quatro comunidades: Córpus, povoado que possuía duas ou mais áreas ervateiras na região, uma delas junto ao *Pirayguaçu* (Idem. p.382); Itapua, comunidade que também dispunha de um erval na “otra banda” do Paraná, junto a “barra del Hocoy” (pp. 388, 389); Santa Ana, povoação que contava com, pelo menos, três bosques relativamente próximos, identificados como “*Taliyupía*”, “*Capibary*” e “*Capiruguay*” (p.388); e San Ignacio Mini, *pueblo* cujos moradores possuíam os ervais do “*Tacuru*”, “*Itapitanguá*”, e, também, o “vistosissimo aunque pequeño *Itaypá*” (p.389).

Embora datados de décadas posteriores àquelas que enfatizamos neste capítulo, tanto o *Diário* de Diego de Alvear, quanto os dois mapas que destacamos, trazem referências a divisões e arranjos, que, seguramente, já estavam consolidadas muito antes de que tais registros fossem produzidos. E grande parte daquelas configurações, este é o ponto que defendemos, haviam sido definidas entre fins do século XVII, e, princípios do XVIII, período em que a maioria das comunidades do Paraná passara a contar com bosques exclusivos para a exploração ervateira. Neste sentido, antes de passarmos ao próximo tópico, parece válido traçar um breve comparativo entre as condições, que, durante as primeiras décadas do século XVIII, estruturavam a produção ervateira nas duas províncias. Longe de um paralelo extenso, a intenção aqui é cotejar dois aspectos específicos, que chamam atenção pelas dissemelhanças que trariam a cada um daqueles contextos. O primeiro envolve a localização das áreas ervateiras que eram exploradas por aqueles *pueblos*. Examinando as evidências que pudemos reunir o que se nota é que, enquanto as comunidades do Paraná possuíam bosques relativamente próximos uns aos outros, e todos em uma mesma região, os povoados do Uruguai dispunham de bosques distribuídos entre três áreas ervateiras independentes, e algo distantes umas das outras. Estas singularidades implicariam em distinções na configuração das redes de circulação que estruturavam a produção ervateira de cada província. Assim, ao passo que os *pueblos* do Paraná percorriam praticamente as mesmas rotas, e, salvo casos pontuais, precisavam vencer distâncias relativamente semelhantes para alcançarem seus ervais, entre as

comunidades do Uruguai, não havia tal uniformidade, seja porque as expedições que partiam de cada comunidade transitavam por diferentes caminhos quando se dirigiam a seus bosques, seja porque variavam muito as distâncias que os trabalhadores de um e outro povoado daquela província precisavam cobrir nestas jornadas<sup>321</sup>. O outro aspecto que parece pertinente destacar neste contexto diz respeito às diferenças entre o que se observava na distribuição dos domínios ervateiros dos *pueblos* das duas províncias. No Uruguai, para as comunidades que possuíam seus próprios bosques, a condição geral era a de que cada comunidade dispunha de somente uma área ervateira, que poderia estar apartada, ou contígua a bosques que pertenciam a outros povoados. Esta configuração era algo distinta da que se observava na província do Paraná, onde não parecem ter sido raros os casos de comunidades que dispunham de duas ou mais áreas localizadas em pontos distintos, e entremeadas por terras pertencentes a outras povoações<sup>322</sup>. Destarte, a conclusão a que se chega por este breve comparativo é a de que, durante as primeiras décadas do século XVIII, com a incorporação de novos bosques, e a consolidação do regime de domínio comunitário sobre as áreas ervateiras, acentuaram-se as distinções e particularidades nas condições que orientavam a produção da *caamini* em cada província.

## 7.5 “Con los mapas de la tierra en la mano”

Em um contexto em que a demanda por recursos era crescente, e as comunidades expandiam seus domínios, era de se esperar que surgissem disputas territoriais e debates envolvendo limites e direitos de posse. No entanto, para a grande maioria dos casos ocorridos neste período, enfrentamos dificuldades semelhantes às que observamos para boa parte dos pleitos que emergiram durante o século XVII, qual seja, a Documentação que restou para a maior parte destes processos é bastante pontual, o que impede que acompanhem seu desenvolvimento em maior detalhe. Assim, sabemos, por exemplo, que, em meados da década de 1710, ocorrera um litígio entre as comunidades de

---

321 Para os habitantes de comunidades como San Xavier, San Ángel ou San Luís, as distâncias até seus ervais eram de poucas léguas, e podiam ser percorridas em um ou dois dias de caminho. Esta situação era bastante distinta da que experimentavam, por exemplo, os habitantes de San Thomé e San Borja, que enfrentavam trajetos dezenas de vezes mais longos, e, por isso, levavam, pelo menos, uma semana para alcançarem seus domínios ervateiros.

322 Além do caso do povoado de Córpus, que, a julgar pelas informações do *Diário* de D. Diego de Alvear, dispunha de mais de uma área ervateira em meio aos bosques que se estendiam entre os rios Iguazu e o Pirayguaçu, chama atenção a condição da comunidade de Itapuã, que, ao que parece, possuía domínios ervateiros em ambas as margens do rio Paraná.

Loreto e San Miguel. Contudo, não dispomos, para este caso, de outras informações além de que o mesmo envolvera disputas sobre as “tierras del Iberá”, e que sua decisão final beneficiaria o *pueblo* de Loreto<sup>323</sup>. Do mesmo modo, tudo indica que, neste mesmo período, as comunidades de San Borja e La Cruz entraram em conflito por diferenças relacionadas a direitos territoriais. Para este episódio, entretanto, as referências são ainda mais escassas, e não permitem sequer um vislumbre sobre a área que teria motivado a disputa<sup>324</sup>.

Em meio à Documentação que logramos localizar para este período, há, contudo, pelo menos dois episódios envolvendo disputas por domínios territoriais para os quais as referências, apesar de incompletas, são mais expressivas. Apesar de bastante distintos, tanto por suas razões, quanto por seus desdobramentos, estes episódios apresentam ao menos dois pontos em comum. O primeiro envolve a questão temporal, já que ambos ocorreram durante a primeira metade da década de 1710. O segundo, e mais importante, se refere ao uso de mapas, que teria relevância para o desfecho dos dois casos, e, como veremos, revela muito sobre este período em específico.

Seguindo uma ordem cronológica, cabe iniciar pelo litígio, que, entre os anos de 1712 e 1713, envolvera as povoações de San Miguel e San Thomé. Sobre este pleito, apesar de não contarmos com os instrumentos e defesas apresentadas em favor das duas comunidades, dispomos do conteúdo das sentenças proferidas pelos juízes encarregados de sua decisão<sup>325</sup> – tarefa que coube aos padres Juan Maria Pompeyo e Diego Garbia –, o que permite um vislumbre sobre as questões que motivaram a disputa, e alguma noção dos argumentos levantados por aquele *pueblos*. O pleito envolvera uma contenda pelos direitos de posse sobre uma área – “parte monte, parte campo” – localizada entre os rios Toropi e Ñaguarui<sup>326</sup> (bem próxima à região que havia motivado o pleito entre as comunidades de San Miguel e San Luís em fins da década de 1690). Durante a primeira metade da década de 1710, aquelas terras eram ocupadas por uma das estâncias do povoado de San Miguel, e o litígio se estabeleceu quando os *thomistas* passaram a reivindicar sua posse sobre a região. Basicamente, o reclamo daquela comunidade baseava-se em dois argumentos principais. O primeiro deles era o de que as terras em questão faziam parte do *tetangue* do povoado, ou seja, compunham o sítio ocupado pelos primeiros habitantes daquele *pueblo* antes de sua mudança para a margem ocidental do Uruguai. Por outro lado, o *pueblo* de San Thomé também amparava sua

---

323 *Orden de Padre Anttonio Garriga en la cual se afirma que las tierras del Iberá pertenecen al pueblo de Nuestra Señora de Loreto y no al de San Miguel*. 22 de janeiro de 1713 (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

324 A referência a este caso provém de um memorial do Pe. Luis de la Roca, que, em determinado ponto deste registro, faria a seguinte recomendação: “el pleyto que tienen los dos Pueblos de la Cruz, y San Borja si no se compusiere con la mudanza de uno de los Curas se señalaran Juezes que lo vean, lean los papeles, y sentencien segun lo que juzgaren”. *Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el Padre Superior de las Doctrinas de los Ríos Parana y Uruguay*. 6 de novembro 1714. (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

325 *Parecer del Padre Juan Pompeyo acerca de la decisión Concerniente al Pleito por Tierras Mantenido por las Reducciones de Santo Thome y San Miguel*. 14 de janeiro de 1713. (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

326 Segundo conjecturamos, trata-se do atual rio Jaguari, um dos afluentes do Ibicuí.

reivindicação com base em um título, que, em 1697, havia sido concedido ao povoado pelo Pe. Simon de León, e, segundo defendiam, abarcava toda aquela área.

Em janeiro de 1713, depois de analisarem os argumentos e instrumentos apresentados pelas duas comunidades, os juízes assinalados pelo então superior do Uruguai, Pe. Angelo Petragrassa, fariam conhecer suas sentenças. Ainda que ambos tenham chegado a conclusões relativamente semelhantes, seus pareceres possuíam algumas distinções. Assim, a decisão proferida pelo Pe. Pompeyo, além mais sucinta, se centrara, sobretudo, no conteúdo dos títulos que haviam sido apresentados pelos dois povoados. Neste sentido, o padre via a disputa como o resultado de um problema relacionado à imprecisão daqueles escritos. Segundo Pompeyo, nos idos de 1690, época em que foram produzidos tais registros, ainda não havia um conhecimento acurado sobre a região, de modo que nenhuma das comunidades dispunha de títulos que expressassem com clareza seus direitos de exclusividade sobre aquelas terras. Tendo isto em vista, a conclusão do padre era a de que, para solucionar a contenda, devia-se considerar, por um lado, a posse corrente do povoado de San Miguel sobre aquelas terras, e, por outro, o conteúdo do pedido que embasara a concessão do título que o Pe. Simon de Leon outorgara a comunidade de San Thomé. Cotejando estes pontos, o Pe. Pompeyo consideraria que a decisão mais justa era algo como um meio-termo, que garantisse a manutenção do domínio dos *miguelistas* sobre a “parte” campo daquele território, justamente onde se localizava a estância daquela comunidade, e, ao *pueblo* San Tomé, a posse sobre a área de “montes”, já que era destes que tratava a solicitação que haviam encaminhado ao Pe. de Leon.

O parecer do Pe. Pompeyo seria algo distinto de seu colega, o Pe. Diego Garbia, cuja decisão apresentava uma argumentação mais extensa e detalhada. Para sustentar sua sentença, além de evocar o conteúdo dos títulos apresentados pelos *pueblos* de San Thomé e San Miguel, Garbia faria alusão a um conjunto de outros registros, que, de algum modo, também possuíam relação com o território sobre o qual tratava o litígio. Assim, constam, em meio a seu parecer, referências a títulos concedidos a comunidade de San Luís, ao registro da doação efetuada pelos *miguelistas* à comunidade de San Lorenzo, e, ainda, à sentença proferida em fins da década de 1690 sobre o pleito que envolvera as comunidades de San Luis e San Miguel (sobre esta, também há uma menção no juízo apresentado pelo Pe. Pompeyo). Pelo conteúdo do parecer, não fica claro se tais registros haviam sido apresentados pelas defesas de alguma daquelas comunidades, ou se sua menção era fruto de diligências realizadas pelo próprio Garbia. De todo modo, o certo é que estas evidências o levariam a uma conclusão diferente da que fora apresentada pelo Pe. Pompeyo. Depois de considerar o teor e a linha cronológica de tais registros, o Pe. Garbia decidiria o caso em favor da comunidade de San Miguel, afirmando que seu direito era anterior ao título outorgado pelo Pe. Simon de Leon, e se estendia sobre toda a área compreendida entre os rios *Ñaguaru* e o *Toropi*. Destarte, a comunidade de San Thomé não teria, em suas palavras, direito nem “a las tierras ni

montes q intenta quitar a los de S. Miguel”.

Apesar de bem marcadas, as diferenças entre os dois juízos não parecem ter ocasionado maiores celeumas para a conclusão daquele litígio. Poucos dias mais tarde, em 14 de janeiro de 1713, o então superior do Uruguai, Pe. Angelo Petragrassa anunciaria a sentença final do pleito, que estabeleceria uma espécie de arranjo entre os dois pareceres. Por esta decisão, a comunidade de San Miguel manteria seu direito de posse sobre toda região, incluindo “campos e montes”, mas garantia-se aos habitantes de San Thomé o direito de retirarem as madeiras “q huvieren menester pa. dho su Pueblo por la parte q mira el monte a dho Pueblo de S Tome”, isto com a condição de que estes não estabelecessem galpões ou outras construções naquelas terras.

Este episódio permite entrada a um conjunto de questões, e muitas delas poderiam fornecer indicativos interessantes se analisadas de modo pormenorizado. Em sua tese sobre as “estâncias missioneiras da banda oriental”, ao abordar o mesmo litígio, Helenize Serres destacou alguns destes tópicos, enfatizando aspectos como o uso de Documentos vinculados a outros processos como parte da argumentação que embasara as sentenças daquele pleito, e o arranjo estabelecido para sua resolução, que manifestava a preocupação do juízo em evitar a reemergência das disputas (SERRES, 2018, pp. 123-133). Considerando-se os limites e objetivos da presente pesquisa, parece válido chamar atenção para outro dos temas presentes neste caso. Para isto, é crucial retomar uma passagem específica do parecer do Pe. Diego Garbia, que trata de um ponto sobre o qual não nos referimos ao abordar seu veredito. Na parte final daquele Documento, quando já eram claros os termos de sua decisão, Garbia incluiria um outro conjunto de argumentos, que serviria como amparo ao veredito que proferira. Neste trecho, pode-se ler:

(...) Nostante lo dicho digo q aviendo visto los títulos de las dos partes, esto es de S. Thome y S. Miguel y tambien los mapas, q presentaron, y haver oido a varios indios de autoridad sobre este informe como fueron Francisco Baraça de la Concepción Don Ignacio Parabera de S. Lorenzo Ignacio Chacay de S Luis, convienen todos q el ñaguaru entra en el Ibicui guaçu y que es lindero de las tierras de S Miguel de la parte, q mira al Poniente, lo mismo dicen los Borgistas, y haver precedido la certificacion del mapa q presentaran los de San miguel, estar conforme las tierras, y arroyos, sobre q es el Pleyto me veo obligado a dezir, como digo, y lo juzgo assí, q las tierras q Sto Thome pretende quitar a S. Miguel no tiene derecho de justicia para ello, y assi declaro, segun las razones alegadas, q las dhas tierras del Pleyto, son de S. Miguel, y no realengas (...) (AGNA, Sala IX, 6-9-5)

O primeiro aspecto que se destaca nesta passagem refere-se as consultas que o Pe. Garbia afirmava ter realizado junto a lideranças de diferentes *pueblos*. Segundo o missionário, “varios indios de autoridad”, quando indagados sobre aquela disputa, afirmaram que a área era um domínio dos *miguelistas*, já que o “ñaguaru” era um dos “linderos” das terras daquela comunidade. Além de indicar o quão informadas eram tais lideranças quando o assunto era a localização dos domínios e limites das terras que cabiam a cada *pueblo*, este trecho também fornece uma boa imagem da relevância de sua posição em meio aos debates que envolviam questões territoriais e direitos de

posse. Com efeito, é significativo notar que o entendimento expressado por aqueles “índios de autoridad” foi exatamente o mesmo que o Pe. Garbia defendeu em sua sentença.

No entanto, é para outro tópico referido naquela citação que propomos um olhar mais detido. Referimo-nos as evidências sobre o uso da cartografia em meio àquela disputa. Neste âmbito, o que mais chama atenção, não há dúvidas, é a menção ao mapa “q presentaron los de San Miguel”. Apesar de não dispormos de uma cópia deste registro, é possível supor, pelo que se depreende do excerto, que tratava-se de uma representação cartográfica que retratava a extensão e os limites de uma ou mais estâncias daquele *pueblo*. E as palavras do Pe. Garbia não deixam dúvidas quanto à pertinência deste mapa para os debates que envolviam o litígio, e, sobretudo, para a defesa apresentada pelos *miguelistas* naquela oportunidade. Segundo o missionário, seu conteúdo estava em pleno acordo com o que indicavam os títulos e demais escritos que este havia consultado para elaborar sua sentença. E mais, também era consonante com a posição manifesta por todas as lideranças ouvidas pelo padre durante o processo. Assim, o mapa apresentado pela comunidade de San Miguel teria sua “certificacion” devidamente atestada, ou seja, confirmara-se que tal registro apresentava uma representação fidedigna dos “linderos” das terras daquele *pueblo*. Nesta perspectiva, parece claro, que, ao menos para a decisão proferida pelo Pe. Garbia, tal instrumento seria de grande relevância, não só porque fornecia um suporte privilegiado para situar o território litigado, mas, principalmente, por que suas referências corroboravam com o que apontavam as demais evidências reunidas naquela ocasião.

Por outro lado, cumpre ressaltar que o mapa apresentado pela comunidade de San Miguel não parece ter sido o único analisado naquele litígio. Com efeito, as palavras do Pe. Garbia dão a entender que cada *pueblo* utilizou-se de ao menos uma representação cartográfica para defender seus direitos de posse durante o pleito. Infelizmente, não contamos com quaisquer dos exemplares apresentados naquela ocasião, menos ainda, com informações que permitam precisar seu número exato. Contudo, o fato de que, muito provavelmente, ambas as comunidades incluíram representações cartográficas como parte da defesa de seus direitos em meio àquela contenda, constitui, por si só, indicativo bastante relevante. Segundo compreendemos, isto diz algo, tanto sobre a difusão, quanto sobre as funções da tecnologia cartográfica naquele período e contexto. Se, por aqueles anos, o uso de mapas em meio a litígios já não era exatamente uma novidade – afinal, como vimos, ao menos desde fins do século XVII, constam exemplos de seu emprego em meio a tais processos –, o que este caso parece sugerir, é que durante as primeiras décadas do século XVIII, seu emprego em tais ocasiões já não era algo esporádico ou circunstancial, mas uma prática relativamente comum. Por aqueles anos, tudo indica, era corriqueiro que as comunidades se valessem de representações cartográficas quando pleiteavam ou defendiam seus direitos de posse em meio a disputas daquela natureza. Ainda retomaremos este ponto em seguida, mas, desde já, é

importante salientar esta relação entre os mapas e o controle que as comunidades buscavam exercer sobre seus domínios. A cartografia ligava-se ao senso de exclusividade territorial dos *pueblos*, ou seja, era, cada vez mais, parte integrante das territorialidades comunitárias.

A disputa entre os povoados de San Miguel e San Thomé não seria o único caso relacionado a litígios, que, naquele período, contara com o uso de mapas. No mesmo ano de 1713, a comunidade de San Xavier encaminhara um reclamo ao visitador, Pe. Antonio Garriga. A demanda não exatamente nova, posto que envolvia um território que já havia sido foco de disputas. Com efeito, o questionamento levantado pelos *xavieristas* junto ao visitador estava diretamente relacionado ao pleito, que, em fins dos anos de 1690, aquela comunidade havia travado com o *pueblo* de Concepción, episódio de tratamos no capítulo antecedente. Em que pese não dispormos de referências assertivas sobre que razões levaram os *xavieristas* a retomar aquela questão, os indícios com que contamos sugerem, que, pelo menos em alguma medida, estas se relacionavam com a fundação do povoado de San Ángel, e com um título de terras que havia sido concedido àquela comunidade. De fato, cabe lembrar que o sítio onde se estabelecera aquele *pueblo*, e boa parte das terras que comporiam seus territórios, localizavam-se justamente naquela região, ou, mais precisamente, sobre a porção, que, a partir da sentença proferida pelo Pe. Ignacio de Frías em 1699, havia sido definida como um domínio da comunidade de Concepción. Neste sentido, é possível cogitar que o novo pleito dos *xavieristas* envolvia algum impasse que o assentamento do *pueblo* de San Ángel havia gerado em relação à posição dos limites que definiam os domínios territoriais de cada comunidade naquela região.

Com o fim de sua visita a província, o Pe. Antonio Garriga não teria tempo hábil para arbitrar o conflito, e este encargo recairia, já no ano seguinte, ao novo vice-provincial, Pe. Luis de la Roca. E logo ficaria patente que sua orientação era por evitar a ocorrência de um novo capítulo daquele litígio. Destarte, em lugar de nomear juízes para analisar o caso, ou solicitar a apresentação dos instrumentos de que dispunham os dois povoados, o vice-provincial apostaria na promoção de um acordo entre as partes. Para isto, convocaria uma reunião para fins de julho de 1714, que teria como palco a povoação de Concepción. Nesta, além das lideranças daquele *pueblo*, dos *cabildantes* de San Xavier, e do próprio Luis de la Roca, estariam presentes, um secretário, o Pe. Joseph Lopez, o superior do Uruguai, Pe. Joseph Pablo de Castañeda, e os padres, Henrique Cardule (pároco de Concepción), Pedro Joseph Alvear (pároco de San Xavier), e Diego Garvia (pároco de San Ángel). Em 29 de julho de 1714, depois de algumas deliberações, formalizara-se um acordo, que contaria com a aquiescência de cabildos e padres de ambos os *pueblos*. Em boa medida, o ajuste seria assentado nos moldes dispostos pelo Pe. Ignacio de Frías em 1699, posto que, de forma unânime, as comunidades reafirmariam seu compromisso com a decisão estabelecida naquela oportunidade. A grande diferença era que, desta feita, o pacto seria reforçado por uma delimitação precisa dos



“linderos” que comporiam a divisa entre aquelas terras. E é especificamente para os procedimentos adotados com este fim que propomos um olhar mais detido. Neste sentido, cabe sublinhar o registro do Pe Luis de la Roca:

Y ultimamente assi los PP Curas mencionados, como los dos Cabildos ante mi el Pe. Superior, y el Pe. Secretario dixeron, que libre, espontaneamente, y con todo gusto estaban a la determinacion, que hacia SR el Pe. Provincial, que es conforme ala ultima, que hizo el Pe. Provincial Ignacio de Frias, em todo, y por todo em la forma arriba subscrita, y que para dar pleno cumplimiento a todos sus puntos en el de señalar los linderos se señalaban aqui de una vez, con el mapa de las tierras en la mano, y a vista de todos los padres y Cabildos, y se señalaron por los dichos el arroyo Ytapuà de suerte que lo que cae azia el yerbal del Pueblo de San Xavier, que esta junto a su estanzuela, se a para dicho pueblo, y lo que cae a la parte del Ñucora sea para la Concepcion o S. Angel segun la division de sus yerbales, corriendo estos terminos, del Ytapuay por parte de lo asignado a el Pueblo de San Xavier hasta las cavesadas del Arroyo llamado Aguarapei, cuijo termino es un lomo de tierra, que ay en dichas cavesadas del dicho Yaguarapei, que es la division del Pueblo de S. Angel, y San Xavier, y todo lo que cae de la otra parte de las dichas cavesadas o lomo de tierra, sea para S. Angel en la forma, que rezan sus titulos de tierras dados, y aprovados por el Pe. Visitador desta provincia Antonio Garriga<sup>327</sup>.

Pelo que se deprende desta passagem, a escolha de pontos geográficos específicos seria a estratégia adotada para fixar o curso da linha demarcatória, que estabeleceria a divisa daquelas terras. E o que mais chama atenção neste contexto é que a definição destes marcos não seria realizada *in loco*, mas à distância, o que fora possível graças ao uso de um mapa. Por infortúnio, não contamos com uma cópia deste registro, nem com indicativos sobre sua autoria ou procedência. De qualquer forma, o que se destaca é mesmo a função daquele instrumento, que se mostrara uma ferramenta ideal para a ocasião. Seu emprego permitiria assinalar uma linha contínua para os “linderos” daquelas terras, e fornecia uma referência bastante precisa para situar aquela divisa. Ademais, o mapa ainda teria outro fim prático, já que, como referimos não fora necessário que as partes se deslocassem até a região para estabelecer tais limites. O consenso alcançado naquele encontro, e a linha traçada no mapa, seriam suficientes para selar e dar validade àquela demarcação.

Embora seja bem claro que alguns padres desempenharam importante papel na construção daquele acordo, também parece evidente que os *cabildantes* de ambos os povoados tiveram voz ativa na formulação de seus termos<sup>328</sup>. Sem estes, de fato, era impensável que um ajuste como

---

327 *Copia de la última sentencia del pleito sostenido por los pueblos de La Concepcion y de San Francisco Xavier, como consecuencia del interés por la posesión de tierras y parecer del padre viceprovincial Luys de La Roca*. 30 de julho de 1714. (AGNA, Sala IX, 6-9-5). Tudo indica que este documento foi utilizado como instrumento em um litígio posterior. Ao menos é isto que se deprende do que diz o cabeçalho da cópia de que dispomos, onde se lê: “Ultima decision, y finalizacion del pleito que el Pueblo de la Concepcion tubo con el de S. Xavier hecha por el Pe. Provincial Luis de la Roca, fundada en la sentencia, que dio el Pe. Ignacio de Frias de la qual sentencia se vale el Pueblo de Sta Maria, de quien ninguna mencion se haze en esta decision”.

328 Além do acordo sobre a linha demarcatória que estabeleceria o limite entre as terras de cada *pueblo*, o “deslinde” também fora ocasião para o pacto de outro compromisso entre aquelas comunidades, que seria descrito nos seguintes termos pelo Pe. Luis de la Roca: (...) “para obviar qualquiera inovacion en lo adelante, y quitar ocasion de nuevos pleitos en el litigio presente y alegatos de posesion, domínio o legitimidad en las terras, y montes mencionado: El pueblo de la Concepcion cede libre y espontaneamente todo, y qualquiera derecho de todo que tenga, o pudiera tener a lo que en este papel queda asignado para el pueblo de San Xavier, y assi mismo el pueblo de San Xavier cede libre, y

aquele pudesse prosperar em tal contexto. Neste caso específico, contudo, isto não implica somente em pressupor que as lideranças de San Xavier e Concepción eram bem informadas sobre o que estava em jogo naquela ocasião, mas, também, que estas dispunham dos conhecimentos necessários para negociar, a partir de um mapa, a posição e o curso daquela linha demarcatória. Assim, ainda que indiretamente, este caso também diz algo sobre o entendimento daquelas lideranças em relação à cartografia. De fato, para que pudessem acordar uma divisa através de um mapa, era imprescindível que aqueles *cabildantes* contassem com um conjunto mínimo de saberes, que iam desde o entendimento mais básico de que tal registro era uma representação do território, até a capacidade de interpretar os sinais e símbolos daquela tecnologia. Em resumo, o que se afirma aqui é que tais lideranças possuíam alguma familiaridade com a cartografia, haviam incorporado suas lógicas, e, por isso, dispunham de todo o necessário para compreender exatamente o que significava, e quais eram as consequências da linha que havia sido traçada naquele mapa.

Ao compararmos este episódio àquele de que tratamos há pouco – isto é, o litígio que opusera as comunidades de San Miguel e San Thomé – é fácil perceber as importantes diferenças que os separam, a começar pelo rumo de seus desdobramentos. No entanto, é quando enfatizamos uma similitude entre ambos, e, por óbvio, nos referimos aos registros sobre os usos da cartografia, que as conclusões parecem mais significativas. Neste sentido, é válido mencionar, antes de tudo, que a razão pela qual optamos por tratar destes episódios específicos não envolvia exatamente o fato de que eles trazem referências à utilização de mapas, mas, sobretudo, porque dentre a Documentação relacionada a disputas territoriais que pudemos localizar para este período, estas são as ocorrências para as quais foi possível reunir informações mais consistentes. Destacamos este ponto para enfatizar que não há nada a sugerir que estes casos tenham sido os únicos deste gênero, que, por aqueles anos, envolveram o uso de instrumentos cartográficos. Em realidade, as evidências parecem indicar justamente o contrário. Ora como expedientes apresentados pelos *pueblos* em defesa de seus domínios e interesses, ora como ferramentas empregadas com o objetivo de formalizar acordos e decisões, os mapas tornavam-se, ao longo das primeiras décadas do século XVIII, instrumentos usuais em meio a litígios e “deslindes”. No entanto, o que conjecturamos neste âmbito não se encerra neste postulado. Em nosso ponto de vista, a utilização de mapas em tais circunstâncias era apenas parte de um processo mais amplo, relacionado a difusão daquela tecnologia durante as primeiras décadas do século XVIII. Naquele período, segundo especulamos, já era habitual que as comunidades produzissem representações cartográficas de seus territórios, precisando as extensões e limites de seus domínios, com o objetivo de defender seus direitos de

---

espontaneamente todo y qualquiera derecho, que tenga, o pudiera tener de las tierras assignadas a el Pueblo de la Concepción, a dicho Pueblo. Y es [...], que el cabildo de San Xavier dio permiso, para que los de el pueblo de S. Angel sacassem las maderas, que necesitasse el Pueblo, y su Iglesia” (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

posse sobre estes. Ademais, também inferimos que era significativo, e isto em todos os *pueblos*, o contingente de lideranças que partilhavam de conhecimentos cartográficos, e, portanto, dispunham de todo o necessário para interpretar estes registros, e valer-se destes sempre que as circunstâncias exigiam. E se não há dúvidas de que os jesuítas, além de terem sido os principais responsáveis pela transmissão destes saberes, participaram ativamente da elaboração de tais instrumentos, também parece certo, que, por aqueles anos, não eram poucas as comunidades que contavam, entre seus habitantes, com sujeitos capazes de construir mapas<sup>329</sup>. Em resumo, ao menos desde princípios do setecentos, a cartografia era uma tecnologia devidamente assimilada àquele contexto, estava diretamente associada à territorialidade de todas as comunidades, e constituía parte da realidade político-administrativa dos *pueblos*<sup>330</sup>.

Por fim, há, ainda, mais um aspecto neste âmbito que é preciso ressaltar, e diz respeito à importância de que esta difusão cartográfica seja percebida de modo contextualizado. A consolidação dos mapas como parte da realidade político-administrativa daquelas comunidades ocorreria em meio a um período específico, que, como ressaltamos em páginas anteriores, fora marcado, em todos os *pueblos*, por expressivos avanços demográficos e socioeconômicos. E estas dinâmicas expansionistas, isto também destacamos, repercutiram em um aumento das demandas por recursos e espaço. Naquele período, as comunidades ampliavam seus domínios, expandiam suas

---

329 Infelizmente, as referências a registros cartográficos raramente vem acompanhadas de evidências que permitam identificar sua autoria. No entanto, alguns indicativos, como o do mapa “hecho pelos índios de San Miguel” (que citamos no capítulo anterior), permitem atestar que os jesuítas não eram os únicos – e isto, ao menos desde fins do século XVII –, que, naquele contexto, dispunham de conhecimentos e habilidades para produzirem estes instrumentos. Neste âmbito, também é válido citar outra referência, esta legada pelo Pe. José Peramás. Em uma das passagens de *La República de Platón Y los Guaraníes*, Peramás afirmaria que enquanto atuava na província – isto é, em meados do século XVIII –, havia conhecido um “índio que se llamaba Melchor”, autor de uma “Historia del pueblo de Corpus Christi”. Esta obra, que, segundo Peramás, contava com “cosas muy variadas”, abordava episódios marcantes na trajetória daquela comunidade, como o período de sua fundação, da construção de sua Igreja, ou a ocorrência de epidemias que afetaram seus moradores. Ademais, o escrito ainda dispunha de informações sobre “cuáles eran los límites del pueblo, según la tradición” e “cuáles eran los campos asignados a los pobladores,(...)”. E o mais interessante neste sentido é que Melchor teria agregado ao manuscrito “un mapa trabajado por él, en el que no estaban puestos los grados de Longitud y Latitud, que él desconocía, pero en el mismo estaban consignados con toda exactitud los montes, los arroyos y los ríos, contenidos dentro de los lindes del pueblo” (Apud FURLONG, 1962, p. 594).

330 As discrepâncias entre a quantidade de referências sobre mapas e o número de exemplares que conhecemos hoje (que é composto, em sua grande maioria, por registros datados da segunda metade do século XVIII), sugere que a maior parte destes documentos não sobreviveu ao tempo, ou permanece inédita em meio aos arquivos (o que parece menos provável, haja vista os esforços, que, desde os trabalhos pioneiros de Guillermo Furlong (1936), e Julio César González (1940), foram empreendidos por diferentes pesquisadores que se dedicaram ao tema). Sobre esta questão, convém destacar o exemplo que se observa a partir dos registros presentes na *Memoria de los títulos (...)*, documento datado de 1784, ao qual já nos referimos ao longo desta pesquisa. Neste, constam referências a oito mapas, a saber: “un mapa de las tierras del Pueblo de Martires”, “dos mapas de las tierras del Pueblo de San Carlos”, “un pedazo de mapa de las tierras de los Pueblos del Uruguay”, “mapa de San Ignacio Mini”. “títulos de los Ierbales del Pueblo de San Borja en el rincón del Icabacua con un mapa del Terreno”, “otro mapa viejo de los hierbales de San Borja con explicacion de él”, “un mapa en pergamino de las tierras de Yapeyu y La Cruz” (AGNA, Sala IX, 22-02-07). De todos estes registros, contudo, apenas o último – que parece referir-se ao bem conhecido mapa, que, em setembro de 1784, foi apresentado pelo Cabildo de La Cruz ao governo de Buenos Aires – poderia ser relacionado a um exemplar de que se tem notícia atualmente. Sobre este mapa em específico, ver: BARCELOS, Artur Henrique Franco. A cartografia indígena no Rio da Prata Colonial. X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional, Universidade Federal de Santa Maria. 2010. Ver ainda: LEVINTON, La micro-región: espacio y tiempo en la cartografía producida por la interacción jesuítico-guaraní. *Anuario de Estudios Americanos*, [S. l.], v. 67, n. 2, 2010.

áreas de ocupação e exploração, e buscavam modos de otimizar o aproveitamento de suas terras. Neste contexto, reforçar as divisas de seus territórios, delimitando-as com o maior acerto possível, era a melhor estratégia para evitar disputas territoriais constantes e intermináveis, e os mapas constituíam ferramentas bastante adequadas para este propósito. Com efeito, é significativo notar, que nos dois episódios de que tratamos acima, o foco dos debates eram divisas que não contavam com registros precisos, e fora justamente com o objetivo de dar cabo a estas dubiedades que os mapas foram empregados. A cartografia atendia a uma necessidade crescente, e era esta que fomentava sua difusão naquele período<sup>331</sup>. Neste ponto, é oportuno retomar o que enfatiza Raffestin, quando afirma que o “mapa é o instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar a fronteira” (1993, p. 167). De fato, não são outras as funções e objetivos que orientam o desenvolvimento da produção cartográfica no contexto de que tratamos. Durante as primeiras décadas do século XVIII, “definir”, “delimitar” e “demarcar” com precisão os domínios que cabiam a cada *pueblo* constituía um objetivo de primeira ordem, e é nesta conjuntura que os mapas se consolidam como parte da territorialidade daquelas comunidades.

---

331 A despeito dos diferentes contextos e realidades, é possível traçar um paralelo entre os objetivos que orientam a produção cartográfica que ora referimos, e aqueles que estimularam a elaboração dos chamados “títulos primordiales” por diferentes *pueblos* mesoamericanos durante o período colonial. Em ambos os casos, o que se observa é o interesse das comunidades em contar com instrumentos capazes de contribuir na defesa de seus direitos territoriais. Sobre as circunstâncias de produção e os objetivos dos “títulos primordiales”, ver: MENEGUS BORNEMANN, Margarita. Los títulos primordiales de los pueblos de indios. *Revista de Historia Moderna*, n. 20, p. 207–230, 1994. Ver ainda: OUDIJK, Michel R & FRIZZI, María de los Ángeles Romero. “Los títulos primordiales: un género de tradición mesoamericana. Del mundo pre-hispánico al siglo XXI”, en *Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad*, núm. 95, vol. XXIV, 2003.

## Capítulo 8. O fim de um ciclo: crise e reestruturação

Desde meados dos anos de 1710, após décadas de relativa tranquilidade, a emergência de ameaças externas traria riscos a preservação de uma importante fonte de recursos para os 30 *pueblos*, a *vaqueria del mar*. Em princípio, apesar de ter se tornado motivo de grandes preocupações, os avanços de “espanhóis” e “portugueses” sobre aqueles rebanhos não chegariam a afetar a reprodução material das comunidades. Tanto assim, que, apesar do rápido declínio daquele *stock* gadeiro, ao longo de toda a década de 1720, e ainda em princípios dos anos de 1730, os povoados de ambas as províncias viveriam um período de florescimento, e, por aqueles anos, alcançariam seu ápice demográfico. No entanto, a partir dos anos de 1732 e 1733, com o início de uma sucessão de conflitos e graves crises, a situação mudaria radicalmente. Ao longo de quase oito anos, as comunidades sofreriam com situações de penúria, que, aliadas a eclosão de diferentes surtos epidêmicos, seriam ensejo para um elevado número de óbitos, e grande quantidade de fugas.

Além da expressiva queda demográfica, como veremos, as crises da década de 1730 também seriam marcadas pelo fim de importantes ciclos, que haviam sido cruciais para o desenvolvimento socioeconômico dos *pueblos*. E um deles estaria diretamente relacionado às dinâmicas territoriais, posto que, a partir de então, as comunidades enfrentariam a derrocada de sua marcha expansionista, e, pior, ainda perderiam seu domínio sobre áreas que antes controlavam. Por estas e outras razões, a superação daquele período de calamidades exigiria um amplo esforço de reestruturação, que envolvera a construção de arranjos e soluções adaptadas ao que impunham as novas circunstâncias.

## 8.1 A invasão das campanhas

Desde princípios do século XVIII, a província do Rio da Prata – assim como boa parte da América espanhola – era palco de importantes transformações políticas e econômicas. E o principal motor destas mudanças eram disputas e acordos que ocorriam bem longe dali, do outro lado do Atlântico. Em 1701, a Coroa estabeleceria um *asiento*, que outorgava a Companhias francesas a exclusividade no comércio de escravos em suas colônias. Neste pacto, que, na prática, representava o fim da política de exclusivo colonial, os franceses teriam direito a importar 4.800 escravos para a América todos os anos (FERNÁNDEZ, 2011, p. 46). Além disto, o tratado ainda previa um conjunto de outras concessões, que garantiam aos franceses privilégios comerciais nos mercados americanos. O pacto estabelecido entre Felipe V e Luís XIV traria descontentamentos a outras potências europeias, e seria um dos muitos motivos para a eclosão da Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714), conflito que envolvera as principais forças do Velho Mundo. O *asiento* francês duraria até 1713, quando, pelo Tratado de Utrecht – que marcara o fim das disputas pelo trono espanhol – este privilégio comercial tornara-se prerrogativa inglesa. Pelo acordo celebrado com os britânicos, a agência South Sea Company, teria autorização para importar os mesmos 4.800 escravos a cada ano. Ademais, assim como previa o *asiento* francês, o pacto com os ingleses também abarcava concessões para o envio de embarcações mercantes, que dispunham de isenções para a venda de produtos nos mercados coloniais.

Ao impulsionar a entrada de escravos e mercadorias na colônia, a celebração dos *asientos* constituiria um forte estímulo para as práticas comerciais em toda a América espanhola. E uma parte importante deste fluxo mercantil passaria pelo porto de Buenos Aires, que, já há muito, constituía um dos principais portos do continente. Em troca de escravos e mercadorias diversas, os comerciantes do Rio da Prata forneciam itens produzidos a partir do recurso mais abundante da província, os rebanhos bovinos. Assim, cada navio que retornava a Europa após comercializar seus produtos, partia carregado com cargas de sebo, e dezenas de milhares de peças de couro. Para se ter uma ideia destes volumes, basta mencionar, que, entre os anos de 1708 e 1712, os navios franceses deixariam o porto de Buenos Aires transportando 174 mil couros (MORNER, 1959, 206, 207).

Desde princípios do século XVIII, em razão do aumento da exploração dos rebanhos, a amplitude dos *stocks* ganadeiros da província dava sinais de franco declínio. No distrito portenho, a escassez logo se fazia sentir, e afetava tanto o gado doméstico, quanto os rebanhos selvagens. Em 1713, um censo realizado entre as 26 estâncias instaladas na jurisdição de Buenos Aires dava conta

de que havia apenas 31.550 animais naqueles estabelecimentos (CONI, 1930, p. 284). Esta mesma tendência era verificada entre o “ganado cimarrón” que povoava as campanhas que se estendiam ao sul daquele distrito. Tanto assim, que, entre os anos de 1700 e 1715, a preocupação com o declínio dos rebanhos selvagens levava o *cabildo* a decretar por três vezes o “cierre” das vaquerias, medida extrema, que visava evitar seu completo esgotamento<sup>332</sup>. A situação em Buenos Aires não era muito distinta da que, naquele período, era enfrentada pelos habitantes de Santa Fé. Ainda em 1705, as estâncias *santafecinas* registravam forte declínio em seus rebanhos, e os *cabildantes* do povoado discutiam soluções para evitar que a falta de bovinos afetasse “el abasto de la población”<sup>333</sup>. Nos anos seguintes, ante a escassez de animais naquele distrito, os vizinhos da comunidade encaminhariam uma série de petições para a realização de vaquerias “en la acción que la ciudad posee en la otra banda del Paraná”<sup>334</sup>. Assim, por pouco mais de uma década, o “ganado cimarrón” que povoava aqueles campos constituiria o único recurso efetivo para os estancieros *santafesinos*. No entanto, depois de alguns anos de exploração intensiva naquelas campanhas - que também se tornaram destino frequente de tropas *correntinas*<sup>335</sup> - os sinais de escassez de rebanhos eram cada vez mais nítidos. Não sem razão, já em princípios de 1717, a necessidade de um “cierre” das vaquerias do Paraná seria tema de discussões no *cabildo* de Santa Fé<sup>336</sup>.

Com a diminuição dos rebanhos atingindo um ponto crítico em toda a província, ficaria patente que já não restavam alternativas a portenhos e *santafesinos*, que não a de partirem em busca de novas reservas ganadeiras. E a opção mais viável, tanto pela localização, quanto pela amplitude de seus rebanhos, era recorrer ao “ganado cimarrón” que ocupava os campos da banda oriental.

---

332 “En primer término, se cierran las vaquerías en 1700 por cuatro años, en 1709 por uno y en 1715 por cuatro, siendo ésta la última disposición de esa clase que se toma, por cuanto de ahí en adelante será innecesario el cierre, por no haber que vaquear” (CONI, 1930, p. 281).

333 Em 18 de julho de 1705, o *cabildo* de Santa Fé aprovaria uma determinação para que todas as tropas que deixassem a jurisdição do povoado conduzindo animais fossem obrigadas a reter uma parte destes rebanhos para o consumo de seus moradores. *Acta del cabildo de Santa Fe el día 18 de Julio de 1705*. Disponível em: [https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/2887-18\\_de\\_Julio\\_de\\_1705](https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/2887-18_de_Julio_de_1705)

334 As quantidades solicitadas nestas petições variavam bastante, 1,5 mil, até 24 mil animais. *Acta del cabildo de Santa Fe el día 9 de septiembre de 1705* (Disponível em: [https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/2183-9\\_de\\_Septiembre\\_de\\_1705](https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/2183-9_de_Septiembre_de_1705)). *Acta del cabildo de Santa Fe el día 26 de septiembre de 1706* ([https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/2227-26\\_de\\_Septiembre\\_de\\_1706](https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/2227-26_de_Septiembre_de_1706)). *Acta del cabildo de Santa Fe el día 3 de diciembre de 1706* ([https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/2232-3\\_de\\_Diciembre\\_de\\_1706](https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/2232-3_de_Diciembre_de_1706)). *Acta del cabildo de Santa Fe el día 7 de septiembre de 1707* ([https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/2253-7\\_de\\_Septiembre\\_de\\_1707](https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/2253-7_de_Septiembre_de_1707)).

335 Em 1715, esta questão seria encaminhada ao novo governador, Baltasar García Ros, que enviaria uma carta aos “vecinos” de Corrientes censurando a realização de vaquerias nas campanhas pertencentes à jurisdição de Santa Fé. *Acta del cabildo de Santa Fe el día 1 de agosto de 1715* (disponível em: [https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/3248-1\\_de\\_Agosto\\_de\\_1715](https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/3248-1_de_Agosto_de_1715))

336 Ante a diminuição expressiva do gado selvagem que ocupava aquelas campanhas, o “procurador general” da cidade, D. Andrés Lopéz Pintado defendia, em sessão de 5 de fevereiro de 1717, que “seria bien se serrassen las baquerias del Paraná”. (Acta del cabildo de Santa Fé). Disponível em: [https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/3340-5\\_de\\_Febrero\\_de\\_1717](https://actascabildo.santafe.gov.ar/actascabildo/default/ficha/3340-5_de_Febrero_de_1717)

Ainda em meados da década de 1710, partiram de Santa Fé as primeiras tropas hispano-crioulas a empreenderem vaquerias entre os rios Uruguai e Negro. Poucos meses depois, isto é, em fins de 1716, o cabildo de Buenos Aires concederia as primeiras licenças para que moradores do povoado empreendessem capturas na banda oriental. Em princípio, as autorizações, que contavam com a anuência do governador, previam que as retiradas seriam limitadas, e durariam até que se alcançassem quantidades suficientes para o repovoamento das estâncias. No entanto, desde que as primeiras tropas passaram a efetuar seus arreios na “otra banda” do Uruguai, estaria claro que tais limites não seriam respeitados. Com efeito, a partir de 1718, aqueles rebanhos tornar-se-iam a principal – e quase que exclusiva – fonte para a produção de couros e sebo na província (CONI, 1930, p. 313). Dali em diante, o número de vaqueiros que se dirigiam àquelas campanhas cresceria ano a ano, e suas operações se estenderiam até os campos da costa atlântica.

Naquele ritmo, levaram poucos anos até que fossem visíveis os impactos destrutivos provocados pelas vaquerias coureiras sobre o “ganado cimarrón” que povoava aquelas campanhas. Com efeito, já em fins da década de 1710, a exploração daqueles rebanhos havia atingido níveis bastante superiores a sua capacidade de reprodução, e as informações davam conta de que restava apenas uma fração dos animais que existiam em princípios daquele século. Diante da atuação predatória dos vaqueiros “espanhóis”, que, cabe lembrar, atingira em cheio a principal fonte de rebanhos dos 30 *pueblos*, os jesuítas encaminhariam uma série de petições, informes e depoimentos às autoridades da província. Nestes Documentos, além de enfatizarem os “direitos imemoriais” dos *pueblos* sobre aqueles animais, os padres da Companhia também incluíam um grande número de denúncias sobre os excessos praticados pelas tropas provenientes de Buenos Aires e Santa Fé em meio àqueles campos. No entanto, em que pese o empenho dos procuradores jesuítas, e os diferentes processos abertos em decorrência de seus protestos, os resultados destes pleitos seriam bastante restritos. Mesmo que algumas decisões tenham estabelecido novos limites às capturas, a exemplo da “concórdia” estabelecida em 1720, que estipulava um máximo de 30 mil reses ao ano para as retiradas efetuadas pelos moradores Buenos Aires (CONI, 1930, p.333), na prática, tais determinações teriam poucos efeitos. De fato, dada a amplitude daqueles campos, e a crônica escassez de soldados na província, tudo sugere, que mesmo que houvesse uma intenção firme de impor a observância daquelas restrições - algo que, sublinhe-se, jamais ocorreria -, seriam muitos os obstáculos a dificultar a implementação de medidas de fiscalização realmente efetivas.

O avanço dos vaqueiros "espanhóis", é importante destacar, não era o único fator, que, naquele período, contribuía para a diminuição dos rebanhos da *vaqueria del mar*. Em 1715, um novo acordo realizado no âmbito do Tratado de Utrecht, também fruto das negociações que puseram fim a Guerra da Sucessão Espanhola, estabeleceria a restituição da Colônia de Sacramento ao domínio lusitano. Com a retomada da cidadela no ano seguinte, os portugueses lograriam, enfim,



desenvolver o que há muito projetavam, e, ao longo da segunda metade da década de 1710, a colônia alcançaria seu pleno funcionamento como entreposto portuário (JUMAR, 2000, p. 86). E o principal alicerce econômico de Sacramento, como se poderia supor, também envolveria a exploração daquela que era a principal riqueza disponível na região, qual seja, os rebanhos da *vaqueria del mar*. De fato, a produção de couros e sebo com destino ao comércio atlântico daria suporte ao desenvolvimento da colonização portuguesa na região, que se estruturaria como uma importante praça comercial.

Em poucos anos, a atuação dos vaqueiros lusitanos ao longo das campanhas da costa atlântica tornara-se motivo de descontentamentos entre os portenhos. Pelo acordo firmado entre as duas coroas em 1715, os moradores da cidadela não poderiam estender sua colonização para além de um raio superior a distância correspondente a um tiro de canhão, determinação que deveria ser observada até que, em comum acordo, fossem definidos os limites da jurisdição lusitana na região. Diante do que julgavam como uma violação daquele tratado, e preocupados em assegurar seus interesses sobre as campanhas da banda oriental, as autoridades Rio da Prata passariam a acompanhar de perto os avanços dos portugueses, e tomariam medidas para pressionar por seu recuo. Um exemplo destas iniciativas é a expedição, que, por ordem do governador, D. Bruno Maurício de Zabala, teria início em dezembro de 1718, com o objetivo de percorrer a costa para averiguar a extensão da área ocupada pelos moradores da colônia. Em informes sobre esta jornada, da qual tomaram parte 400 indígenas de diferentes *pueblos*, e bom número de soldados espanhóis, o “hermano” Marcos de Villodas, um dos jesuítas que acompanhava o comboio, consignaria um conjunto de registros, que dariam boa mostra da amplitude dos avanços lusitanos. Além de destacar a existência de ranchos e currais, que chegavam até as proximidades dos rios San Juan e Rosário – isto é, há pelo menos 10 léguas de distância da colônia (aproximadamente 55 km) – o relato de Villodas também registraria o grande número de carretas e animais de montaria com que os portugueses contavam para operacionalizar suas *faenas*. Ao localizarem tais estabelecimentos, a conduta das milícias indígenas seria semelhante, os galpões, currais e acampamentos seriam pilhados, e, em seguida, incendiados com vistas a sua inutilização (MCA-V, 1954, p. 176-179).

Apesar de incursões como aquela terem se repetido com alguma frequência, a repressão aos avanços dos moradores da Colônia pelas campanhas enfrentariam uma série de obstáculos. Por um lado, os lusitanos seriam hábeis em estabelecer relações pacíficas com os “infiéis” da banda oriental, inclusive com as populações “Guenoas” (BRACCO, 2004, p. 166, 167). Através desta política, além de evitarem confrontos que pudessem prejudicar seus intentos, os portugueses garantiriam boas condições de intercâmbio, que lhes permitiriam, dentre outras coisas, fácil acesso a animais de montaria, tão importantes para a realização de *vaquerias*. Por outro lado, a despeito do contexto de disputas que opunha as frentes de colonização portuguesa e espanhola no Rio da Prata, nas

campanhas, a tônica nem sempre era de conflito. Com efeito, não era incomum, que tropas formadas por vaqueiros provenientes de Buenos Aires ou Santa Fé estabelecessem comércio com os moradores da cidadela, vendendo a estes, quantidades expressivas de couro e sebo. Apesar de terminantemente proibida, esta prática constituiria um dos principais meios pelos quais os comerciantes da colônia garantiriam um fluxo constante de cargas<sup>337</sup>.

Enquanto os avanços de "espanhóis" e "lusitanos" sobre os rebanhos da costa atlântica ganhavam volume, e as tentativas de restringir seu acesso às campanhas da banda oriental fracassavam, outras medidas capitaneadas pelos jesuítas se mostravam mais efetivas na tentativa de mitigar os efeitos decorrentes do declínio daquela fonte ganadeira. Em um Documento datado de 1717, meses após terem sido concedidas as primeiras licenças para que portenhos e *santafesinos* empreendessem vaquerias na banda oriental, o então provincial, Pe. Luys de La Roca pontuava as preocupações originadas por tais decisões, e detalharia algumas providências a serem observadas a partir de então. Ao tempo em que alertava sobre os riscos que as autorizações representariam à reprodução dos rebanhos que povoavam aquelas campanhas - "con sobrados fundamentos se teme que los españoles que entraron a vaquear en las vaquerias del Mar, en pocos años han de consumir el gañado (...) - o provincial defendia ser urgente, que "todos los pueblos, con todo enpeño", retirassem daqueles campos, tantos animais, quanto fosse possível (CARBONELL DE MASY, 1989, p. 39). A proposta era bastante clara, tirar o máximo proveito dos rebanhos selvagens da *vaqueria del mar* antes de que aquela reserva se esgotasse. Contudo, dentre o conjunto de ordens enumeradas pelo provincial naquele escrito, seriam as referências a outro projeto, também diretamente relacionado ao avanço dos "espanhóis" na banda oriental, que receberia maior atenção. Este, envolvia a formação de uma nova reserva ganadeira, a ser utilizada quando já não fosse possível recorrer aos rebanhos da costa atlântica:

Y por que en las presentes circunstancias de tanta carestia de vacas en todo el Reino será dificultoso impedir del todo la entrada de los españoles en las Vaquerias del Mar Océano, se vuelva a poblar la Vaqueria de los Piñares con las circunstancias que en juntas se ha propuesto y quedan en papel aparte escritas por los hermanos, Jose Bressanelli y Joaquín de Zubeldía, prácticos de aquellas tierras (Idem. p. 39)

As palavras do provincial dão conta das tratativas, que marcariam o início de um processo de reestruturação da *vaqueria de los Piñares*. Para as necessidades daquele contexto – ao menos a

---

337 Esta prática não seria denunciada apenas pelos jesuítas. Em um depoimento tomado em 10 de setembro de 1722, um dos muitos a compor aqueles processos, o comissário de cavalaria, Juan Valiente Castroverde, asseverava que as justificativas alegadas pelos *cabildos* de Buenos Aires e Santa Fé para empreender vaquerias na banda oriental eram apenas pretextos: "(...) no a sido para el fin q pretestaron de socorrer las dhas Ciudades y poblar sus estancias sino es para vender fuera de la Prov." y aun a los Portugueses de San Gabriel comerciando con ellos vendiendoles el sebo, grassa y cueros q hazen publicam. en dha Baqueria dhas Espaholes en q an poblado estancias para su cituacion en hazer dhas conveniências de mercancias con el sebo, grassa y cueros y Bacas donde tienen y an tenido asentado y corriente el comercio Prohibido con Portugueses de la Islã de S. Gabriel lo qual le consta de vista q aora três anos q bolvio a entrar este declarante a dha Baqueria con algunos Yndios de estas Reducciones (...)" (MCA-V, 1954, p.233).

primeira vista – aqueles campos pareciam ideais, seja por sua amplitude, seja pela distância que os separava das cidades espanholas. O projeto exigiria um grande esforço, posto que, devido à exploração realizada por vaqueiros de algumas comunidades da banda oriental, o gado, que, em princípios do século XVIII, havia sido alocado na região, já não existia em meados da década de 1710. Em outros termos, como bem sublinhou Rafael Carbonell de Masy, seria necessário empreender o “repopoamento” daqueles campos (Idem, p. 39). Desta feita, para evitar aquele mesmo destino, e garantir a multiplicação dos bovinos, as determinações do Pe. de la Roca eram bastante explicitas: uma vez conduzidos os animais que comporiam seu rebanho inicial, devia-se, “con todo o aprecio”, restringir quaisquer retiradas da “nova” vaqueria, medida a ser observada “hasta que a los padres Superiores pareciere conveniente salir a vaquear en ella” (Idem. p.38).

A empreitada com vistas ao repovoamento da *vaqueria de los Piñares* teria início ainda em fins da década de 1710. Em grande medida, caberia ao sucessor de Luys de la Roca, o provincial Juan Baptista de Zea, a tarefa de coordenar aqueles esforços. Neste ponto, vale ressaltar, que, diferente do que comumente se afirma, a maior parte do gado destinado a compor a “nova” reserva ganadeira não seria composta por animais vindos diretamente da *vaqueria del mar*, e sim por rebanhos já domesticados, ou, para empregar os termos mencionados na Documentação coetânea, por “ganado estanciero”. Sobre este aspecto, parece relevante sublinhar as informações provenientes de um processo específico, que, em geral, é pouco mencionado por pesquisas que se dedicaram a tratar sobre este tema. Em 1724, quando já se haviam concluído os trabalhos relacionados ao povoamento da “nova” vaqueria, a composição dos rebanhos utilizados para este fim seria motivo de um pleito. O processo, que, ao que tudo indica, fora instaurado por iniciativa dos próprios jesuítas, tinha por objetivo dar clareza quanto as contribuições de cada *pueblo*, e determinar a justa divisão de seus custos envolvidos no esforço de repovoamento. Por ordem do provincial Luys de la Roca<sup>338</sup>, os padres Angelo Petrigrassa e Juan de Anaya<sup>339</sup> seriam encarregados de colher informações sobre o tema, e elaborar pareceres com suas conclusões. Através deste registros, é possível constatar uma série de discrepâncias quanto aos aportes e auxílios de cada comunidade àquele projeto. Assim, enquanto alguns *pueblos* participaram com quantidades expressivas de rebanhos, outros sequer haviam tomado parte nos esforços para

---

338 O Pe. Luys de la Roca desempenhou o cargo de provincial do Paraguay por duas oportunidades, a primeira entre os anos de 1713 e 1717, e a segunda entre 1722 e 1726 (FURLONG, 1962, p. 621).

339 O Pe. Juan de Anaya ocuparia um cargo chave na administração da “*vaqueria de los pinares*”. Desde 1724, seu nome constaria como “Superintendente de la nueva vaquería”, função que exercera com o auxílio de dois consultores, os “padres curas” de San Juan e San Miguel (Idem, p.264). Naquele mesmo ano, um memorial do provincial, Pe, Luys de la Roca, daria certa ideia das funções desempenhadas pelo superintendente. Num dos itens mencionados naquele registro, que era direcionado ao Superior das Missões, o provincial recomendava: “Despachara dos sujetos los quales un sera el Pe. Juan de Anaya a registrar la Vaqueria de los Pinares y les podra acompñar como pratico el mulato Marcos de Mencada”. *Memorial do Provincial Luys de La Roca para o Superior Thomas Rosa*. 17 de abril de 1724. AGNA, Sala IX, 6-9-6.

conduzir os animais até a *vaqueria de los Piñares*. No entanto, o que mais chama atenção nestes Documentos são as menções a proveniência dos rebanhos empregados no repovoamento daqueles campos. Segundo indicam os dois pareceres, a principal contribuição dada à concreção daquela empreitada seria proveniente de uma das estâncias do povoado de Yapeyú. Por ordem do então provincial, Pe. Juan B. Zea, provavelmente ainda em fins da década de 1710, um contingente bastante expressivo, que contava com mais de 600 vaqueiros de quatorze *pueblos*<sup>340</sup>, dirigira-se a “estância del Quareym”, principal domínio ganadeira da comunidade *yapeyuana*. Ao longo de 4 meses, sob a supervisão do Pe. Juan de Anaya – encarregado de registrar toda a operação – seria reunido um total de 75.604 reses<sup>341</sup>. A partir daí, as tropas se dividiriam, e cada uma seria responsável pela condução de uma parcela daquele rebanho. Contudo, de acordo com as sentenças, nem todos os animais daquele “rodeio” foram devidamente conduzidos até o destino combinado. Em realidade, menos da metade daquele rebanho, ou, mais precisamente, 30.794 bovinos, foram, efetivamente, direcionados até a *vaqueria de los Piñares*<sup>342</sup>.

Devido a algumas diferenças nas conclusões apresentadas nos dois pareceres, o provincial nomearia um terceiro jesuíta, o Pe. Diego de Vargas, para elaborar um voto conclusivo para o pleito. A decisão confirmaria os termos da sentença proferida pelo Pe. Petragrassa, que estipulara que cada *pueblo* deveria restituir o equivalente a 2.700 bovinos a comunidade de Yapeyú. No entanto, o parecer do Pe. Garcia também destacava a necessidade de que a divisão dos custos investidos naquela operação também levasse em conta as contribuições realizadas por outras comunidades. Ao elencar estes aportes, sua sentença permite um vislumbre aproximado sobre a origem, e a composição total dos rebanhos empregados na reestruturação da *vaqueria de los Piñares*. Segundo o Pe. Garcia, além das pouco mais de 30 mil reses provenientes da estância do Quareim, a repovoação daquela reserva ainda contaria com 36 mil animais cedidos pelas comunidades de San Lorenzo, San Luis e La Cruz, e outras 10 mil reses conduzidas por vaqueiros de San Borja. Por estes registros, portanto, chega-se a soma pouco mais de 76 mil bovinos, quantitativo bem próximo aos 80 mil referidos pelo Pe. Cardiel em sua *Breve Relación* (CARDIEL: in HERNANDEZ, t. II p. 534).

Apesar da urgência que cercava os esforços com vistas ao repovoamento da *vaqueria de los Piñares*, e do progressivo declínio da *vaqueria del mar*, é interessante notar, que não há qualquer

---

340 As tropas que participaram desta operação eram provenientes dos *pueblos* de Yapeyú, Santos Martyres, Santa Maria, San Xavier, Apóstoles, San Carlos, San Cosme, Trinidad, Corpus, Jesus, Santiago, Santa Rosa, Nossa Senhora de Fee e San Ignacio Guazu. *Parecer del Pe. Angelos Petragrassa de la Compania de Jeus sobre la paga de bacas del Pueblo de Yapeyu para a fundacion de la nueva baqueria de los Pinares hecho en el Pueblo de San Thome en 1 de abril de 1724.* (AGNA, Sala IX, 6-9-6)

341 *Memoria de cantidad de ganado retirada de la estancia de Yapeyu y traslada hacia diversos pueblos de la Compania de Jesus por orden del padre provincial Luys de la Roca. 13 de março de 1724.* (AGNA, Sala IX, 6-9-6)

342 Pelos pareceres, não fica claro qual fora o destino dos mais de 40 mil bovinos que não chegaram à nova vaqueria.

indicativo de que, ao longo da década de 1720, as comunidades de ambas as províncias tenham enfrentado quaisquer dificuldades relacionadas a condição de suas estâncias. Se, é bem verdade, a amplitude dos rebanhos trazidos desde as campanhas da costa atlântica já não era a mesma de outrora, por certo, aquela ainda seria uma fonte importante de rebanhos durante todo aquele período<sup>343</sup>. Além disto, com as grandes vaquerias realizadas em décadas anteriores, é possível supor, que boa parte dos povoados, e, em especial, aqueles que dispunham de terras na banda oriental, tenham formado reservas expressivas, com as quais lograram manter suas estâncias em condições de atender a pleno a demanda de todas as comunidades por carne bovina. Assim, ainda que pareça contraditório, a década de 1720 seria marcada como um tempo de prosperidade para os 30 povos<sup>344</sup>. E um bom indicativo desta condição pode ser observado através dos registros sobre a dinâmica demográfica dos *pueblos*, que apresentaram forte crescimento por aqueles anos. Enquanto, em 1720<sup>345</sup>, havia 104.914 habitantes em ambas as províncias, quatro anos mais tarde, este contingente saltara para 117.169 pessoas, e, em 1728, eram 125.365 o total de moradores em ambas as províncias. De fato, como veremos nos próximos itens, seria somente na década seguinte, que os efeitos do declínio dos rebanhos da *vaqueria del mar* passariam a afetar a reprodução material dos *pueblos*.

---

343 Em um memorial escrito em agosto de 1725, o provincial, Pe. Luys de La Roca recomendava ao padre superior, que instrísse as tropas que iriam a vaqueria para que retirassem daquelas campanhas o máximo de reses possível. Além disso, também determinava o envio de “escolta competente” para o resguardo dos vaqueiros. Memorial del Pe, Prov. Luys de la Roca para el Pe. Superior de las doctrinas Thomas Rosa en la visita de Agosto de 1725. (AGNA, Sala IX, 6-9-6).

344 Na Ânua referente àquele período, as avaliações relativas à situação dos *pueblos* são bastante auspiciosas: “Entre todas las muchas misiones encomendadas a la Compañia de Jesús, es la más célebre la de la Provincia del Paraguay entre los indios Guaraníes, para con los cuales, más que con ninguna tribu de las muchas que se hallan en las dilatadas regiones de Amercia, se ha mostrado Dios admirablemente midericordioso. Pues, hemos visto, como otros pueblos de indios han decaido y hasta completamente desaparecido, mientras crece cada día más esta Iglesia nueva, la cual ya consiste de 30 reducciones, algunas de ellas tan populosas, que se pudieran hacer seis de cada una, suficientes para ocupar dos misioneros. (...) La gran prosperidad de estos pueblos se puede comprender, tomando em cuenta, que en un sólo año tuvieron aumento de 7.000 cristianos” (C. A. 1720-1730, 1994 [1928], pp.143, 144).

345 Dois anos antes, a eclosão de uma epidemia de febre tifoide interrompera a tendências de crescimento, que, por mais de duas décadas, caracterizava a dinâmica demográfica daquelas comunidades. Irradiada a partir do porto de Buenos Aires, a “peste grande” se alastraria por todo o Rio da Prata ainda em 1717, e não tardara a avançar pelas províncias do Paraguay e Tucumán (FRIAS & MONTSERRAT, 2017). Quando, em meados de 1718, a “comum epidemia” atingira os 30 *pueblos*, seu contingente total era de mais de 120 mil pessoas. No ano seguinte, este número estaria reduzido a 103.157 moradores (MCA-CPH. Cx. 16. Doc. 3-369).

## 8.2 A derrocada das *vaquerias*

Como a muito se sabe, foi no período que se estende entre fins da década 1720, e os primeiros anos de década de 1730, que os 30 *pueblos* alcançaram seu auge demográfico. Por aqueles anos, o contingente total das duas províncias chegaria a superar a marca de 140 mil habitantes (PAGE, 2013b, p. 331). Isto significa que cada comunidade contaria, em média, com algo em torno de mil famílias, ou pouco mais de 4,5 mil moradores. No entanto, esta dinâmica florescente ocorria em paralelo a um contexto marcado por crescentes preocupações. Ao passo em que os povoados registravam taxas de crescimento bastante expressivas, e a demanda por recursos crescia de modo constante, os sinais de esgotamento da *vaqueria del mar*, principal fonte ganadeira dos *pueblos*, eram nítidos. Em outros termos, estava claro que era questão de tempo até que os rebanhos provenientes da costa atlântica deixassem de constituir uma opção viável para prover a demanda de carne bovina, que garantia boa parte do sustento das comunidades.

Afora a presença frequente de tropas provenientes de Buenos Aires e Santa Fé, que se avolumara durante a segunda metade da década de 1720, a atuação dos portugueses nas campanhas da costa atlântica também se intensificaria naquele período. Neste âmbito, além dos pontos que destacamos no início deste capítulo, cumpre assinalar outro aspecto importante, sobre o qual ainda não fizemos menção. Já não constitui novidade afirmar, que, desde fins do século XVII, com a descoberta das primeiras jazidas de ouro nas Minas Gerais, e o início da corrida do ouro, a colônia de Sacramento também se tornara uma fonte de recursos para os centros mineradores. Através do chamado “caminho do mar” (FLORES, 1998, pp. 31,32), pequenas tropas se aventuravam pelo litoral, quase sempre conduzindo animais de montaria, que, depois de chegarem à vila Laguna, eram enviados até os campos de Curitiba, de onde seguiam em direção à Sorocaba. Em 1716, com o retorno dos lusitanos a Colônia, esta prática seria retomada, ganhando volume e maior diversificação. Além do gado cavalariço, também passariam a ser conduzidos por aquele caminho rebanhos bovinos e muareles, bem como, cargas de couro e sebo. No entanto, seria ao longo dos anos de 1720 – e, sobretudo, a partir segunda metade daquela década – com o aumento da demanda por recursos gerados pela expansão da atividade mineira<sup>346</sup>, que o trânsito pela via litorânea ganharia maior constância, e a atividade tropeira adquiriria verdadeira relevância econômica. Em

---

346 Se, desde princípios do século XVIII, as quantidades de ouro produzidas em Ribeirão do Carmo, Ouro Preto e Sabará, principais centros mineradores da América lusa, registravam crescimentos anuais, entre as décadas de 1720 e 1730, com as descobertas das jazidas de Cuiabá (1719), e Rio Vermelho de Goiás (1725), a extração aurífera na colônia portuguesa entraria em franca aceleração. Assim, em uma década, os volumes extraídos anualmente cresceriam mais de 90%, passando de 7,6 t em 1725, para pouco mais de 14,1 t em 1735 (PINTO, 1979, pp. 113, 114).

consequência, além de empreenderem novos avanços pelas campanhas da costa atlântica, estabelecendo pontos de apoio aos viajantes, os portugueses também intensificariam a captura de animais na região.

Seja pela atuação desmedida dos vaqueiros hispano-crioulos, ou pelo aumento progressivo das retiradas efetuadas pelos moradores da colônia, o certo é que em fins da década de 1720, os *pueblos* já enfrentavam grandes dificuldades em efetuar suas operações na *vaqueria del mar*. E, como se não bastasse o expressivo declínio dos rebanhos selvagens, a série de riscos para as tropas que se dirigiam as campanhas da costa atlântica era mais um motivo a dificultar a realização dos arreios. De fato, se tornariam frequentes os episódios de hostilidade entre vaqueiros que partiam dos povoados do Uruguai, e os bandos que atuavam, tanto na produção de couros e sebo, quanto na condução de animais pelo caminho do mar. A constância destes conflitos seria motivo de atenção e receio entre jesuítas e indígenas, e levaria a tomada de novas precauções no intuito de mitigar seus efeitos. Em um *memorial* que dirigira ao superior das missões em maio de 1730, o então provincial, Pe. Geronimo Herrán advertia, que, para minimizar “os daños y perjuizios grandes que han recebido nuestros Indios en las Vaquerias”, todos os “indios vaqueros”, que, a partir de então, se dirigissem àquelas campanhas, partissem devidamente armados. Além disto, Herrán ainda incluiria outra recomendação no mesmo Documento, sugerindo que, a cada tropa que se deslocasse até a *vaqueria del mar*, fossem agregados dez ou doze soldados, “que solo sirvan de escolta, y resguardo de los que vaquean”<sup>347</sup>.

Com o franco declínio dos rebanhos da costa atlântica, e os contínuos percalços enfrentados pelas tropas que partiam em direção àquelas campanhas, tornava-se evidente que a *vaqueria del mar* já não constituía uma opção viável para garantir o abastecimento das estâncias dos *pueblos*. Com efeito, se a operação armada proposta pelo Pe. Herrán em 1730 realmente ocorreu, é bem possível que aquela tenha sido uma das últimas expedições de captura realizadas pelas comunidades do Uruguai naquelas campanhas. Destarte, era cada vez mais nítido, que as comunidades de ambas as províncias estariam dependentes do sucesso da multiplicação do gado alocado na *vaqueria de los piñares*. No entanto, ainda naquele período, ou seja, mesmo antes de que os *pueblos* passassem a se valer de tais rebanhos, uma ameaça decorrente de um novo avanço das frentes de colonização lusa em direção ao “Rio Grande” colocaria aquela reserva sob risco. Ainda em 1727, o novo governador da capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, resgataria um projeto iniciado anos antes, que ambicionava a abertura de novo caminho ligando os Campos de Curitiba, e a colônia de Sacramento<sup>348</sup>. O plano, que contaria com apoio e suporte da coroa portuguesa (HAMEISTER,

---

347 *Memorial del P. Provincial Geronimo Herran para el P. Superior y sus PP. en la visita de 22 de Mayo de 1730.* (AGNA, Sala IX, 6-9-6)

348 Em maio de 1720, Bartolomeu Pais de Abreu, paulista de grandes cabedais, endereçara a coroa portuguesa uma missiva, na qual solicitava mercês em troca de investimentos na abertura de uma nova rota pelo interior, que ligaria a

2002, p.105), e, muito provavelmente, vinculava-se a dinâmica de expansão da produção aurífera na América portuguesa, era estabelecer uma rota pelo interior, uma espécie de desvio para o caminho litorâneo, que possibilitasse a condução de rebanhos mais amplos do que aqueles que permitia a via costeira. Para liderar a empreitada, Caldeira Pimentel nomeara o Sargento-mor, Francisco de Souza e Faria, sujeito experimentado em tais empreitadas, e conhecedor das terras que se estendiam ao sul de São Vicente. Depois de vencer uma série de obstáculos e oposições, o Sargento-Mor daria início a sua expedição, partindo de Laguna em fevereiro de 1728<sup>349</sup>. Sua caravana seguiria rumo ao sul, até alcançar o rio Araranguá, onde deixaria a faixa costeira, para estabelecer um desvio em direção oeste. Depois de meses de muitos esforços, o comboio venceria as íngremes escarpas da Serra Geral, e, já nos idos de 1729, adentrara nos “campos de cima da serra”. Depois de localizar uma passagem que permitia a descida do planalto, a expedição prosseguiria sua jornada em sentido ao sul, estabelecendo trajeto até os Campos de Viamão. Dali, o comboio seguiria em direção ao leste, até retomar o caminho do mar, e, depois de algumas semanas, concluir sua empreitada na barra do Rio Grande.

Para infortúnio dos *pueblos*, parte do novo trajeto aberto pela expedição de Souza e Faria passava justamente em meio aos campos que compunham a *vaqueria de los piñares*<sup>350</sup>. Neste ponto, é importante ressaltar, que, pelo que se depreende das fontes de origem lusitana, a existência daquele *stock* ganadeiro não era conhecida de antemão pelos partícipes da entrada capitaneada pelo sargento-mor<sup>351</sup>. Em realidade, dados os subterfúgios que empregaram para obstar aquela incursão,

---

vila de Curitiba, às campanhas do “Rio grande”. Na carta, Pais de Abreu destacava a conveniência da empreitada, que permitiria um acesso cômodo a “gados vacuns e cavallares em muita quantidade”. O caminho pelo “interior de sertão”, segundo defendia, seria mais propício do que a via litorânea, que não permitia o trânsito de grandes rebanhos. O projeto, contudo, não chegara a sair do papel, ao que parece, porque os interesses de Pais de Abreu se voltariam à mineração de ouro após as descobertas realizadas em Mato Grosso (GOULART, 1961, p. 206-209).

349 A principal oposição ao estabelecimento da nova rota seria imposta pelos próprios lagunistas, que temiam que a abertura de um caminho pelo interior gerasse prejuízos aos moradores da vila, já que esta seria alijada do roteiro usualmente empregado pelos tropeiros. Tal postura, contudo, não seria manifesta abertamente, mas de modo velado, através de subterfúgios e pequenas sabotagens, que tinham por objetivo dificultar a atuação da expedição capitaneada por Souza e Faria (HAMEISTER, 2002, p. 106-107).

350 A expedição de Souza e Faria alcançaria os campos de cima da serra em 1729, isto é, alguns meses após o início daquela jornada. Ao menos é isto que se depreende de um dos relatos fornecido pelo sargento-mor, que fazia menção a uma cruz localizada há algumas léguas daqueles campos: “(...) e pouco mais de 7 léguas de caminho achei uma cruz feita de pinho e este letreiro nela “Maries 16 de Dezembro de 1727 Capitolo Marcos Omopo”. Descida a cruz e adorada com toda veneração, lhe mandei tirar o título, e lhe pus este outro – Viva El-Rei de Portugal D. João o 5, ano de 1729” (Apud: SILVA, 2010, p. 74).

351 Em sua *Breve Relación*, o Pe. Joseph Cardiel daria a entender, que os portugueses dispunham de informações prévias sobre a existência de rebanhos nos campos de cima da serra. Após relatar as circunstâncias que levaram a (re)fundação da “*vaqueria de los Pinãres*”, o missionário afirmaria: “Sintieron los portugueses hacia cuyas tierras caía, lo que había: y luego abrieron camino, aunque con mucho trabajo, por aquellos espesos bosques y sierras, para meter caballos por ellos: y en poco tiempo acabaron con todas esas vacas, ajenas y en tierra ajena, matándolas por la misma codicia de los cueros para llevarlos á Europa, y del sebo, grasa y lenguas”. (CARDIEL in: HERNANDEZ, 1912, t. II, p.534). Ao que parece, foi tomando como base os escritos deste jesuíta, que muitos historiadores – sobretudo àqueles ligados à Companhia – difundiram a ideia equivocada de que a abertura daquele caminho tinha como objetivo principal estabelecer um acesso aos rebanhos alocados nos campos de cima da serra. Guillermo Furlong foi um dos autores que seguiram por esta linha: “Desgraciadamente los llamados Lagunistas o habitantes de San Pedro de Río Grande supieron



tudo sugere, que nem mesmo os *lagunistas* dispunham de quaisquer notícias sobre tais rebanhos. Neste sentido, é possível imaginar o misto de surpresa e regozijo dos integrantes daquela expedição – cujo objetivo, vale destacar, era justamente estabelecer uma rota para a condução de rebanhos – ao constatarem, que, em um planalto cujo acesso exigia tantos esforços, havia tão grande quantidade de bovinos. Ademais, tendo em vista, que a colonização portuguesa atravessava um período no qual a demanda por gado crescia de modo acelerado, não há dúvidas de que tal “descoberta” atrairia ainda mais atenção e interesse pelo novo trajeto aberto pelo interior.

Transcorridos alguns meses desde a conclusão da expedição liderada por Souza e Faria, as notícias sobre o novo caminho estabelecido pelos portugueses já circulavam entre os *pueblos*. Assim, levaria pouco tempo até que fossem determinadas medidas com o objetivo de levantar a veracidade das primeiras suspeitas. No mesmo memorial em que recomendava o armamento dos peões que se lançavam em expedições com destino a *vaqueria del mar*, Documento escrito em maio de 1730, o provincial, Pe. Gerônimo Herran ordenara ao superior das missões a realização de diligências para averiguar o caso:

Señalara va un Pe. para visitar la vaqueria nueva de los Piñares, advirtiendole que reconosca todas sus enseñadas, ô rinconadas, para que trayga la noticia muy individual assi del multiplico y extension de las vacas, como del caminho, que han abierto los portugueses por aquela vaqueria<sup>352</sup>.

Apesar da iniciativa do provincial, suas palavras sugerem que ainda não havia uma ideia clara da gravidade que aquele avanço representava. Com efeito, não tardaria até que os portugueses concentrassem esforços com o objetivo de assentar uma nova rota, que, valendo-se do desvio aberto pela expedição capitaneada pelo Sargento-Mor, permitisse o deslocamento de rebanhos desde a colônia de Sacramento, até os mercados do Sudeste. Em 1731, Cristovão Pereira de Abreu, profundo conhecedor dos territórios meridionais, e talvez o principal apoiador da empreitada de Souza e Faria<sup>353</sup>, daria início àquela que seria a primeira viagem bem-sucedida através do caminho pelo interior. Seu comboio, que partira da colônia de Sacramento em meados daquele ano, contava com algo como 130 pessoas, que conduziam um rebanho de aproximadamente 3 mil cavalgadas (p.104). Sem maiores percalços, a expedição chegaria aos campos de Curitiba depois de 13 meses

---

la inmensa riqueza ganadera que había en aquella zona y hacia el año de 1730 hicieron tales robos, con matanza de los indios que cuidaban de aquellos campos que, a lo menos por entonces, se pensó en formar otra Vaquería, donde fueran mayores las garantías de seguridad” (FURLONG, 1962, p. 406).

352 *Memorial del P. Provincial Geronimo Herran para el P. Superior y sus PP. en la visita de 22 de Mayo de 1730.* (AGNA, Sala IX, 6-9-6)

353 A intervenção do capitão Cristovão de Abreu Pereira, que, em fins da década de 1720, partira da colônia de Sacramento em direção a Laguna para auxiliar a comitiva do sargento-mor, seria crucial para a superação dos contínuos obstáculos impostos pelos moradores da vila, que se mostravam pouco afeitos a auxiliar aquela expedição. Sobre a trajetória de Cristovão de Abreu Pereira. Sobre o tema, ver: HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (1727-1763)*. Tese [Doutorado em Historia] – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002, p.109-132.

de jornada. Mais do que comprovar a viabilidade do novo trajeto pelo interior, aquele comboio também seria responsável por um conjunto de melhorias destinadas a facilitar o tráfego das tropas, tais como a construção de pontes, estivas, e a abertura de pequenos desvios. Na prática, portanto, a expedição liderada por Cristovão Pereira serviria para consolidar o que, mais tarde, ficaria conhecido como o Caminho das Tropas, uma via, que permitiria aos portugueses a condução de rebanhos, desde a Colônia de Sacramento, até os mercados do sudeste.

O sucesso da empreitada lusitana em estabelecer uma nova rota pelo interior, e o fato de que esta atravessava os campos de cima da serra, são ensejos para algumas ponderações a respeito das limitações do projeto de repovoamento da *vaqueria de los piñares*. Ao que parece, a preocupação em assentar uma reserva ganadeira, que estivesse fora do alcance dos hispano-crioulos, levou os jesuítas, principais incentivadores daquela medida, a desconsiderarem a possibilidade de que, em algum momento, os portugueses pudessem alcançar aqueles campos. Por certo, não parece razoável atribuir culpa aos missionários por desconhecerem o andamento dos projetos lusitanos, muito menos por ignorarem sua ambição em estabelecer um caminho pelo interior. Contudo, não se pode esquecer, que a *vaqueria de los piñares* estava mais próxima de Laguna, que dos *pueblos* da banda oriental, e que, em fins da década de 1710, já eram patentes as intenções lusitanas de estender sua colonização em direção ao Rio Grande. Levando-se isto em conta, parece claro, que a avaliação que levou os jesuítas a escolherem aqueles campos para abrigarem a nova reserva ganadeira dos *pueblos* padecera de maior reflexão quanto aos riscos de um possível avanço dos lusitanos. E o fato de que estes não possuíam informações prévias sobre a existência daqueles rebanhos só faz reforçar esta leitura.

De todo modo, o certo é que em princípios da década de 1730, enquanto os *pueblos* alcançavam seu ápice demográfico, e a demanda pela carne bovina atingia patamares sem precedentes, as principais fontes para o abastecimento de suas estâncias estavam comprometidas. De um lado, a *vaqueria del mar* já não constituía uma fonte viável para as tropas, e a situação declinante dos rebanhos que ocupavam a costa atlântica era dada como irreversível. Isto não significava, deve-se ressaltar, que o gado que povoava aquelas campanhas havia sido extinguido por completo. Ocorre que, diante da diminuição expressiva na quantidade de bovinos, e do aumento dos riscos envolvidos em tais operações, os gastos invertidos na realização de vaquerias já não se justificavam<sup>354</sup>. Por outro lado, a chegada dos portugueses a *vaqueria de los piñares* deflagraria um problema ainda mais grave, porque totalmente imprevisto. Repovoada com vistas a suprir as

---

354 Em princípios de 1732, em meio a um conjunto de recomendações relacionadas a administração temporal dos *pueblos*, o Pe. Antonio Sepp faria referência a este contexto, e já ponderava algumas necessidades que deveriam ser observadas a partir de então: “Como las vaquerias del Mar ya se acabaron, es forzoso cuidar bien de los bueyes, novillos y toros, para que los pocos que ay en los pueblos a lo menos para hacer chácaras de los Tupambaes y de los pobres indios (...)” (SEPP, 1958, p.44).

estâncias dos *pueblos* quando as campanhas da costa atlântica deixassem de fornecer os rebanhos necessários para seu abastecimento, a reserva ganadeira estaria sob risco, mesmo antes de que as comunidades pudessem desfrutar dos esforços investidos naquele projeto. Neste caso, contudo, ao menos a primeira vista, a intrusão dos lusitanos não constituía um fato consumado, nem era sinônimo de uma perda incontornável. Embora, muito provavelmente, desde que o comboio liderado por Cristovão de Abreu Pereira consolidara o novo caminho pelo interior, os portugueses tenham passado a se valer do gado que povoava aqueles campos, em princípios da década de 1730, as comunidades contavam com grandes contingentes, e, seguramente, dispunham de recursos para opor resistência ao avanço dos lusitanos. No entanto, antes que fosse possível estabelecer uma defesa efetiva contra a investida portuguesa na região, uma série de outras necessidades, ainda mais urgentes, tomariam o centro das atenções. Com efeito, o declínio das vaquerias seria uma espécie de prelúdio de um período de graves crises, que colocariam em risco a própria sobrevivência daquelas comunidades.

### 8.3 Um “cúmulo de males”

Enquanto o abastecimento das estâncias dos *pueblos* era ameaçado pelo declínio das vaquerias da banda oriental, outra fonte de preocupações ganhava força bem longe dali. Para melhor compreender esta dinâmica, é importante traçar um breve panorama a respeito dos conflitos que agitaram a província do Paraguai durante a primeira metade do século XVIII. Em 1721, a chegada do fiscal da Real Audiência de Charcas, D. Joseph de Antequera y Castro, acentuara um contexto já bastante conturbado em Assunção. Não sem razão, a despeito de que os conflitos na província houvessem se iniciado anos antes, muitos pesquisadores consideram a data de seu desembarque como o início da chamada Revolução Comunera do Paraguai (1721-1735)<sup>355</sup>. Com a incumbência

---

355 Desde fins da década de 1710, Assunção era palco de disputas políticas, que envolviam diferentes setores da sociedade paraguaia. A onda de conflitos teria início durante o governo de Diego de Reyes Balmaceda, que acedera ao cargo em 1717, apoiado pelos jesuítas, e por uma facção de comerciantes antes alijada das principais posições de mando da província. Entre suas primeiras medidas, o novo governador ordenara uma polêmica ofensiva contra os Payaguá, que, segundo seus opositores, seria marcada por uma série de excessos. A investida desencadeara uma onda de ataques dos canoieiros chaquenhos, e de seus aliados Guaycuru, que acarretariam em prejuízos a diferentes proprietários rurais, e tornaram quase impossível o trânsito pelos caminhos que se estendiam ao norte de Assunção. Para aumentar a antipatia de seus adversários, Balmaceda substituíra boa parte dos cargos administrativos e militares da província, retirando poderes de sujeitos vinculados à elite *encomendera* assucenha, para nomear pessoas de sua confiança (AVELLANEDA, 2014, p.130)

de averiguar um conjunto de denúncias que pesavam contra o então governador, D. Diego de Reyes Balmaceda, o juiz pesquisador não tardara a se alinhar aos anseios de seus principais opositores, a elite *encomendera* assucenha. Assim, em pouco mais de um mês após sua chegada, Antequera ordenaria a prisão do governador, e, munido de uma procuração que lhe outorgava a faculdade de ocupar o cargo de forma interina caso restasse comprovada a culpa de Balmaceda, assumira a posição de principal mandatário da província. A decisão desencadearia uma forte reação dos partidários do antigo governador, em especial, dos jesuítas, e do Cabildo eclesiástico de Assunção, que encaminhariam protestos em favor do governador afastado a Diego Morcillo Rubio de Auñón, religioso trinitário, que, há época, ocupava o cargo de vice-rei em Lima. Após 8 meses preso, Balmaceda lograra fugir do cárcere, e, em fevereiro de 1722, já preparava-se para embarcar em direção a Espanha, quando tomou conhecimento sobre a chegada de uma provisão, que determinava sua recondução ao cargo. Com o objetivo de retomar seu posto, o governador dirigira-se ao *pueblo* de San Ignacio, de onde enviara emissários a Assunção com notícias sobre a decisão do vice-rei. Seus intentos, contudo, seriam frustrados após a descoberta de que haviam soldados a postos para prendê-lo assim que este adentrasse a jurisdição assucenha. Por meses, Balmaceda permanecera refugiado em San Ignacio, até que, em maio do ano seguinte, uma nova determinação do vice-rei, que já havia sido inteirado da situação, reafirmava sua restituição, e revogava todos os poderes concedidos a Antequera pela Real Audiência. A nova resolução não alterara as disposições do Cabildo assucenho, que, alegando que a readmissão do governador deposto era contrária ao “bien comun” da província, se negaria a dar cumprimento à provisão real.

Frente aos reiterados fracassos em reconduzir Balmaceda ao governo da província, e o aprofundamento da crise entre as facções rivais, o vice-rei apelara a uma nova alternativa. Desta feita, Morcillo outorgara ao tenente de Buenos Aires, Baltasar Garcia Ros, o título de governador interino do Paraguai. Em fins de 1723, uma carta dando conta da nova determinação chegara ao cabildo de Assunção, que decidira pela realização de um “cabildo abierto” para deliberar sobre o tema. Em 13 de dezembro, a junta seria realizada, e a maioria dos presentes se manifestara de modo contrário à disposição, argumentando que o novo nomeado era partidário do antigo governador, e contava com apoio dos jesuítas. Ante a notícia do resultado daquela deliberação, Garcia Ros, que já tomava caminhos em direção a Assunção, faria uma parada no *pueblo* de Santa Rosa, onde solicitaria apoio das milícias indígenas para garantir a segurança de sua entrada na província. O pedido seria negado pelo então provincial, Pe. Luys de la Roca, que ponderava que qualquer

movimentação precipitada acirraria os ânimos dos *comuneros*, sobretudo contra os padres da Companhia, que já sofriam perseguições em razão de seu apoio ao antigo governador<sup>356</sup>.

A nomeação de um novo vice-rei, D. José de Almendáriz y Perurema, colocaria fim a estratégia dos jesuítas de evitar a deflagração de um confronto aberto contra os *comuneros*. Logo após sua posse em 14 de maio de 1724, o Marquês de Castelfuerte tomaria cargo da situação no Paraguai, e mostrara-se decidido a dar cabo das revoltas que agitavam a província. Para tanto, o novo vice-rei encarregara o governador de Buenos Aires, D. Bruno Zabala, a tarefa de liderar uma ofensiva com o objetivo de assegurar a posse de Garcia Ros, e dar fim às sublevações na província. Para tanto, ainda em meados daquele ano, Zabala solicitaria o apoio de 2 mil soldados das reduções, e, frente a ordens emanadas diretamente do vice-rei, os jesuítas não poderiam contestar o pedido. Em pouco tempo, as milícias indígenas já estavam acampadas nas proximidades do Tebicuary, prontas para acompanhar a entrada do novo governador em Assunção. Enquanto isso, apesar do sigilo daquela movimentação, não tardou até as que notícias de que havia um exército a postos no Tebicuary chegassem ao conhecimento dos *cabildantes* assucenhos. Assim, em julho de 1724, uma comitiva partira da cidade com o intuito de negociar a retirada daquele exército, proposta que seria rechaçada pelas forças “realistas”. Diante da negativa, como havia previsto o provincial meses antes, os *comuneros* reforçariam sua pressão contra os jesuítas, e, em 7 de agosto, o cabildo deliberara pela imediata expulsão dos padres do colégio de Assunção. No dia seguinte, Antequera e seus apoiadores formariam um exército de 3 mil homens, que pronto iniciariam seu deslocamento em direção ao Tebicuary. Em 25 de agosto, o conflito armado se instaurara, mas as circunstâncias que levaram a sua deflagração seriam desconhecidas. Enquanto os *comuneros* afirmariam que a contenda eclodira após um ataque a seu acampamento, os jesuítas defenderiam que o primeiro ato de hostilidades fora uma investida inesperada dos *Paraguaios*. De todo modo, o certo é que as milícias *comuneras* fariam valer sua superioridade numérica, impondo ao exército Guarani sua primeira grande derrota em décadas<sup>357</sup>. Dias depois de concluída a batalha, o contingente vitorioso marcharia em direção aos *pueblos de abajo*. Sua intenção era fazer cumprir um desejo antigo de parte da elite assucenha, que havia se tornado uma das principais bandeiras do movimento *comunero*: expulsar os jesuítas dos povoados vinculados a governação do Paraguai, e impor o regime de *encomiendas* a seus habitantes. A tentativa, contudo, não prosperaria. Cientes dos objetivos do exército liderado por Antequera, os moradores dos quatro *pueblos* deixariam suas casas

---

356 Além do apoio que deram a Balmaceda ao longo de seu governo, e da defesa que encaminharam ao vice-rei após sua prisão, os jesuítas ainda abrigariam o governador deposto por seis meses no *pueblo* de San Ignacio (AVELLANEDA, 2014, pp. 144-145).

357 Na avaliação de Mercedes Avellaneda, a excessiva confiança dos jesuítas, que se mostravam convictos de que as forças *comuneras* não estavam à altura da destreza militar das milícias Guarani, estaria entre os principais motivos daquela derrota (AVELLANEDA, 2014, p. 158).

para refugiarem-se nos “montes”, de modo que não restara alternativa ao exército vencedor, que não a de retornar a Assunção, e buscar outros meios para efetivar seu plano (AVELLANEDA, 2014, pp.162,164).

Após a batalha no Tebicuary, os ânimos arrefeceram, e muito disso devera-se a nomeação, em maio de 1725, de um novo governador, Martín de Barúa. Antigo Tenente de governador em Santa Fé, Barúa seria considerado um sujeito imparcial em meio aos conflitos que haviam agitado a província, o que facilitara sua aceitação pelo cabildo assucenho. Durante seu governo, as disputas entre as principais facções políticas da província prosseguiram, mas, em lugar do confronto aberto, os embates ocorreriam nos tribunais. Neste âmbito, os jesuítas fariam valer sua vasta rede de influência, e alcançariam importantes vitórias contra os *comuneros*. Antequera, que havia se dirigido a Charcas em 1725, seria preso, e, em seguida, remetido ao cárcere em Lima, onde permanecera até a confirmação de sua sentença. Em princípios de 1728, depois de sucessivas tentativas, o apoio do vice-rei garantiria o retorno dos jesuítas a Assunção. No ano seguinte, os procuradores da Companhia ainda alcançariam outra importante conquista que resultara no fim do vínculo entre os “pueblos de abajo” e a governação do Paraguai. Assim, já em fins da década de 1720, todas as 30 comunidades estariam atreladas a província de Buenos Aires, decisão, que, ao menos em tese, afastava a possibilidade de que seus moradores fossem submetidos ao regime de *encomiendas*.

Em princípios da década de 1730, o clima de hostilidade voltaria à tona na província. Após amargarem sucessivas derrotas nos tribunais, e verem seus interesses reiteradamente prejudicados com as medidas determinadas pelo Marquês de Castelfuerte, a elite crioula de Assunção não hesitara em externar suas insatisfações. Neste contexto, a escolha, em 1730, de um novo governador acirraria ainda mais os ânimos da facção *comunera*. Nome de confiança do vice-rei, Juan Ignacio Soroeta, seria visto como um partidário dos jesuítas, e, mesmo antes de chegar à província, a resistência a sua posse ganhara corpo entre os grupos “del comum”. Assim, ainda em janeiro de 1731, pouco depois de seu desembarque em Assunção, Soroeta optaria por deixar a cidade, retornando a Cuzco já nos meses seguintes. Sua partida, contudo, não seria suficiente para aplacar o ambiente de revolta que tomava a província, e, em especial, a forte oposição que se formava contra os padres da Companhia, acusados de arquitetarem sua nomeação junto ao vice-rei. Em janeiro de 1732, os protestos contra os jesuítas alcançariam seu auge, levando parte das milícias *comuneras* a invadir o colégio de Assunção, medida que resultaria na segunda expulsão dos padres da Companhia daquela cidade em menos de uma década (AVELLANEDA, 2014, pp. 202-208).

A investida contra o colégio jesuíta reavivara os temores de que, à semelhança do que ocorrera em 1724, os *comuneros* empreendessem uma ofensiva contra os “pueblos de abajo”. Assim, não é sem razão, que logo que as notícias sobre o ocorrido em Assunção chegaram até as

comunidades, uma série de medidas seriam tomadas com o objetivo de opor resistência a uma possível investida. Neste contexto, ficaria patente, que a derrota sofrida na década anterior trouxera lições, e a principal delas era a de que não se podia subestimar a força militar dos Paraguaios. Destarte, o contingente mobilizado para assegurar a defesa dos *pueblos* seria redobrado, e, em princípios de 1732, já havia um exército de mais 5 mil índios de diferentes comunidades acampados nas proximidades do Tebicuary (MCA-VI, 1955, p. 174). Ao longo de meses, as tropas se manteriam em guarda na região, atentas a todos os sinais que pudessem indicar a chegada dos inimigos. Além disso, em mais de uma oportunidade, pequenos destacamentos seriam designados para realizarem incursões de reconhecimento na “otra banda” do Tebicuary, quando, não raro, promoveriam ataques e pilhagens a estabelecimentos espanhóis. Até meados daquele ano, contudo, a esperada ofensiva dos *comuneros* não se confirmara. Em realidade, muito embora houvessem claros motivos para crer que os assucenhos pretendiam invadir aqueles *pueblos*, o certo é que a mobilização daquele contingente fora baseada em suposições. Se, por ventura, a intenção da elite *encomendera* era empreender aquela ofensiva, tudo indica que o plano fora abandonado desde a chegada das primeiras notícias sobre o grande exército que se formava junto ao Tebicuary. De fato, entre os *comuneros*, a mobilização das milícias indígenas seria vista com temor, e associada a uma possível resposta a invasão do colégio jesuíta. Tanto assim, que, em junho daquele ano, uma comitiva liderada pelo bispo do Paraguai, Fr. José de Palos, seria designada para intermediar uma solução pacífica para aquele impasse. Ante a promessa de que os assucenhos não pretendiam investir sobre os “pueblos de abajo”, o exército indígena seria desfeito, e, ao longo dos meses seguintes seus contingentes retornariam aos povoados.

Ainda que a ofensiva dos *comuneros* não tenha se concretizado, a grande mobilização das milícias indígenas traria imensos custos aos *pueblos*. Em verdade, a principal razão para o aceite da proposta de retirada das tropas do Tebicuary envolveria os enormes gastos invertidos no sustento daquele contingente. Com efeito, logo nos primeiros meses de mobilização, a maior parte dos recursos reunidos para amparar as milícias indígenas se esgotara, e, a partir de então, o peso de fornecer alimentos àquele contingente recairia sobre os “pueblos de abajo”. Neste contexto, os maiores encargos incidiriam sobre os povoados mais próximos ao Tebicuary, isto é, sobre as comunidades de San Ignacio Guazu, N. Sra de Fee e Santa Rosa. E, muito embora seus moradores tenham demonstrado grande generosidade para com os soldados, tardou pouco até que aqueles *pueblos* passassem a registrar quedas em seus estoques. Para agravar aquele quadro, enquanto as condições se deterioravam, e ficavam nítidos os sinais de escassez, tornaram-se comuns os furtos praticados por soldados, que, sem alternativas, investiam sobre áreas de plantio em busca de alimentos.

Se, como afirmarmos em páginas anteriores, os avanços empreendidos por espanhóis e lusitanos sobre as *vaquerias* constituíram uma espécie de epílogo para um período de crises entre os *pueblos*, pode-se considerar, que os prejuízos acarretados pela grande mobilização das milícias indígenas em 1732 seriam o primeiro capítulo daquela sucessão de infortúnios. Mesmo com a retirada das tropas a partir de meados daquele ano, a condição de penúria que atingira as comunidades de San Ignacio, N. Sra de Fee e Santa Rosa só se acentuara nos meses seguintes. Segundo o então provincial, Pe. Jaime de Aguilar, depois de esgotados todos os bovinos de suas estâncias, seus moradores precisariam apelar ao consumo de “los burros, mulas, cavallos, yeguas, cueros de vacas y todo quanto hallaban” para aplacar a fome. Neste contexto, em busca de recursos, muitas famílias optariam por deixar seus povoados para se lançarem em direção aos “bosques y selvas” da região. Para estas, contudo, a sorte não seria muito distinta, posto que, justamente naquele período, uma “hellada” consumira boa parte dos frutos silvestres que floresciam por aquelas matas (C. A. 1730-1735, 1994 [1928], p.141).

Como se não bastasse a situação de grave escassez, em fins de 1732, a eclosão de uma epidemia de sarampo aprofundaria ainda mais uma situação que já era dramática, e que atingira em cheio os “pueblos de abajo” (Idem. p.142). Por certo, o surto não poderia ter chegado em pior momento. Ao avançar em meio a uma população debilitada pela condição de penúria, os contágios trariam resultados funestos, e ainda contribuiriam para multiplicar os episódios de fuga entre moradores daqueles povoados. Como decorrência desta série de desventuras, os três *pueblos* registrariam significativo declínio populacional naquele período. De acordo o provincial Aguilar, depois de “tan espantosa calamidad”, as comunidades de San Ignacio, N. Sra de Fee e Santa Rosa, que, em princípios de 1732, reuniam um total de 15.735 habitantes, não contariam, no ano seguinte, com mais do que 8.292 moradores. Ou seja, no espaço de apenas um ano, os três *pueblos* perderiam quase a metade de seus contingentes (7.442), “parte perdidos en las montañas, parte muertos” (Idem. pp. 142, 143).

Os anos de 1733 e 1734 seriam marcados pela expansão da crise. A escassez de alimentos, que, até então, estivera concentrada entre os *pueblos* mais próximos ao Tebicuary, passaria, progressivamente, a atingir a maior parte das comunidades do Paraná. Com o declínio das *vaquerias*, as estâncias dos *pueblos* daquela província seriam as primeiras a enfrentarem problemas com a falta de rebanhos. Além de implicar na perda abrupta de um dos principais recursos para a reprodução dos povoados, a escassez de gado ainda teria outro efeito significativo, ela redobraría a importância dos recursos provenientes da agricultura. E se o aumento da demanda pelos frutos provenientes da produção agrícola já causava receios de que seria questão de tempo até que as comunidades do Paraná passassem a sofrer com a escassez de alimentos, as colheitas alcançadas durante aquele período seriam ainda inferiores em comparação às médias de anos anteriores. Em parte, tais



resultados seriam consequências das mobilizações de guerra levadas a cabo em 1732. Com efeito, a permanência daqueles contingentes por longo período longe de seus *pueblos* afetaria os ritmos de trabalho necessários ao bom desenvolvimento dos cultivos, o que traria impactos aos rendimentos da produção agrícola. Para tornar aquela situação ainda mais grave, as esperanças de que, em princípios de 1734, as novas colheitas pudessem amenizar o contexto de escassez, e repor as parcas reservas daquelas comunidades, acabariam frustradas. A falta de chuvas, que se estendera entre dezembro de 1733, e fins de março do ano seguinte, trariam grandes prejuízos aos plantios, e, em lugar do tão desejado alívio, a situação de penúria só se agravava. Nas palavras do Pe. Lozano, a seca arruinaria “toda clase de cosechas”, e, como consequência, já em abril de 1734, “comenzó a apretar el hambre en los pueblos” (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p.344)<sup>358</sup>.

Enquanto a falta de recursos afetava a maior parte das comunidades do Paraná, a emergência de novos distúrbios em Assunção seria motivo de novas preocupações. Em setembro de 1733, poucos meses após sua posse como governador, Manuel Agustín de Ruiloba y Calderon, seria assassinado. Este atentado era o primeiro ato de um processo de radicalização do movimento *comunero* (AVELLANEDA, 2014, p. 208-213). Ainda naquele ano, após eleição popular, o bispo de Buenos Aires, Fr. Juan de Arregui y Gutiérrez, seria nomeado governador interino da província. Pressionado pela elite *encomendera*, Arregui promulgaria uma petição com doze pontos, que, ao cabo, destinavam-se a penalizar os apoiadores do antigo governador, e teriam os jesuítas como principais alvos. Dentre as medidas decretadas na ocasião, que, em sua maioria, envolveriam confiscos de bens e propriedades, uma afetava diretamente os *pueblos*, e geraria especial controvérsia. Nesta, determinava-se que as comunidades, que, em 1729, haviam sido desvinculadas da governação do Paraguai, fossem transferidas para o território que compunha a jurisdição de Buenos Aires, medida que, na prática, determinava que sete povoados deveriam deixar os sítios que então ocupavam, para se realocarem na margem oriental do rio Paraná. Ao tomar conhecimento sobre o assassinato de Ruiloba, e receber notícias a respeito dos excessos promovidos pelos *comuneros*, o vice-rei responderia com medidas enérgicas. Em princípios de 1734, Almendáriz determinara que D. Bruno Zabala deixasse seu posto de governador em Buenos Aires, para liderar uma ofensiva contra os *comuneros*. O objetivo era, de uma vez por todas, por fim ao movimento, que, há mais de uma década, causava distúrbios na província. Para dar cumprimento a operação, Zabala faria uma nova convocação as milícias indígenas, e, apesar da condição crítica que afetava boa parte dos *pueblos*, seu pedido seria integralmente atendido. Assim, ainda em dezembro daquele ano, 6 mil guerreiros indígenas se dirigiram a fronteira do Tebicuary. Depois de alguns meses,

---

358 O número de mortes ocorrido ao longo do 1734 seria verdadeiramente alarmante: “Despues de haberse hecho el censo de la población actual de las misiones, y comparandola con la del año pasado, según el plano de la acostumbrada numeración anual, resultó, que se pudo constatar la muerte de diez mil, ciento treinta indios en aquel ano (...)” (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p. 349).

diante da posição obstinada de uma parcela de *comuneros*, não restara outra opção além de uma ofensiva, que seria realizada em princípios de 1735. Na investida, enquanto a maior parte das milícias indígenas permanecera em sentinela no Tebicuary, 200 guaranis, e 300 soldados espanhóis marchariam juntos para dar combate aos “rebeldes”. O confronto seria travado em uma localidade denominada *Tabapé*, e, desta feita, os *comuneros* acabariam derrotados.

Mesmo após a vitória alcançada contra os *Paraguaios*, as milícias indígenas ainda se manteriam a postos por mais algumas semanas. Assim, seria apenas em maio de 1735, que o contingente mobilizado naquela ocasião deixara a fronteira do Tebicuary, e iniciara seu retorno aos *pueblos* (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p. 378). E, como era de se esperar, a situação das comunidades ao longo daqueles meses só se agravara. Pela segunda vez em menos de três anos, um montante expressivo de recursos seria empregado para abastecer os soldados, consumindo boa parte dos já diminutos estoques daqueles povoados. Ademais, tal como ocorrera em 1732, a grande mobilização de guerra prejudicara em muito os ritmos do trabalho agrícola<sup>359</sup>. Para os *pueblos* da província do Paraná, onde a situação era mais crítica, outro agravante potencializara as dificuldades. Pelo segundo ano consecutivo, a falta de chuvas faria com que boa parte daqueles povoados amargasse prejuízos em seus plantios. Com os poucos resultados da produção agrícola, que se somava a “extremada falta de ganado vacuno” em toda a província, seus habitantes enfrentariam situações de completa penúria, que acarretariam em mortes, e uma série de fugas (Idem. p. 360). A extensão destes prejuízos parece clara ao observarmos os registros demográficos referentes àquelas comunidades. Enquanto, em 1733, os povoados do Paraná contavam com um contingente de 54.019 habitantes, em princípios de 1735, este total era de apenas 36.473 pessoas (MCA-CPH. Cx. 16. Doc. 3-369). Ou seja, em apenas dois anos, os *pueblos* da província haviam perdido mais de 17 mil moradores, algo como 33% de toda a sua população<sup>360</sup>.

Ao decretar o fim das revoltas *comuneras*, a vitória alcançada em princípios de 1735 traria esperanças de que as milícias indígenas teriam um período de trégua, algo que, sabia-se, seria essencial para a recuperação dos *pueblos*. Esta expectativa, no entanto, cairia por terra em apenas alguns meses. Em meados de 1735, o governador de Buenos Aires, Don Miguel de Salcedo – que, desde o ano anterior, havia sido o escolhido para substituir D. Bruno Zabala – solicitaria o apoio de 4 mil soldados para empreender uma ofensiva sobre colônia de Sacramento. O pedido atendia a uma ordem direta da coroa, que, em abril de 1735, determinara um ataque à cidadela lusitana. Assim,

---

359 “Quedaron estos en la miseria por no cultivarse la tierra, consistiendo el necesario sustento de estas misiones en gran parte de los rendimientos de la agricultura. La necesaria consecuencia de este estado de cosas, era el hambre que sobrevino a sus familias (...)” (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p. 344).

360 Ainda que também tenham sido afetados, os *pueblos* do Uruguai registrariam baixas bem menos expressivas ao longo daqueles anos. Em 1735, as comunidades daquela província possuíam um total de 71.761 habitantes, número pouco inferior aos 72.378 que reuniam em 1733 (MCA-CPH. Cx. 16. Doc. 3-369).

apesar da situação de penúria da maioria das comunidades, que, nas palavras do Pe. Lozano, encontravam-se “casi arruinadas por un cúmulo de males” (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p. 382), a solicitação seria integralmente atendida, e, ainda em meados de 1735, as milícias indígenas iniciaram seu deslocamento em direção a colônia. Em razão da demora do governador em organizar a reunião das tropas, que também contaria com um exército de 1.500 soldados espanhóis, os planos de empreender uma rápida ofensiva para desterrar os lusitanos acabariam frustrados. À vista disso, em lugar de uma investida, Miguel de Salcedo optaria pelo estabelecimento de um cerco, que, ao impedir a circulação dos lusitanos pela campanha, visava impor uma espécie de asfixia a seus moradores. Em princípio, a atuação conjunta entre as milícias indígenas e as tropas espanholas, que teria início efetivo em outubro daquele ano, lograria bons resultados, e, apesar da chegada de embarcações com soldados e recursos em apoio à cidadela portuguesa, não tardou para que seus habitantes passassem a sofrer os impactos do bloqueio. Contudo, o surgimento de conflitos entre as forças sitiadas logo tornaram-se um empecilho para o sucesso daquela empreitada. As tensões alcançariam seu ápice quando se comprovara que um pequeno grupo de indígenas havia entrado na cidadela para “tratar con el enemigo lusitano” (Idem. p. 398). A partir daí, as contendas se intensificaram, e chegariam a tal ponto, que aquele esforço conjunto já não parecia ser possível. Destarte, ainda em março de 1736, diante do agravamento das dissensões, o governador decidira pela dispensa das milícias indígenas, ordenando seu imediato retorno aos *pueblos*<sup>361</sup>. Se, ao que parece, aquela era única alternativa capaz de evitar uma escalada das hostilidades, não há dúvidas de que a medida traria prejuízos para a manutenção do cerco. Ao cabo, o sítio ainda se estenderia por mais um ano, mas, até meados de 1737, quando a notícia de que as duas coroas haviam celebrado um armistício e colocara um ponto final àquelas contendas, os espanhóis ainda não haviam alcançado seu objetivo de desterrar os habitantes da colônia.

Os meses que se seguiram ao retorno das milícias que haviam participado do cerco à colônia de Sacramento marcariam um momento especialmente grave em meio àquele período de múltiplas tribulações. Ao constatarem que suas comunidades encontravam-se em condições ainda piores do que aquelas que apresentavam antes de sua jornada, muitos ex-combatentes formariam verdadeiros bandos, e, ao lado de outros prófugos, passariam a promover atos indiscriminados de pilhagem sobre chácaras, estâncias e moradores de outros *pueblos*. As palavras do Pe. Lozano fornecem uma descrição bastante vívida daquele contexto, e fazem ver que os episódios de violência explícita não seriam raros:

Podían verse tropas de 80, hasta 100 indios (no contándose las malas mujeres ni a los párvulos, a los cuales desparramó el hambre por todas partes), los cuales vagaban por las

---

<sup>361</sup> A dispensa das milícias indígenas não pôs fim a entrada de suprimentos na colônia, já que, entre os próprios soldados espanhóis, não faltariam aqueles, que, em troca de roupas e outros utensílios, forneciam alimentos aos moradores da cidadela (POSSAMAI, 2014, p. 175).

estancias, asaltando y matando cruelmente a los pastores, que cuidaban del ganado, e inundaban los caminos públicos, atropellando tropas enteras de ladrones a los viajeros, despojandolos de todo que tenían, y, en caso de resistencia, acabando com ellos. Llegó a tanto el atrevimiento de aquella gente, que tuvieron que librar com ellos verdaderas batallas los agricultores, pues estos pobres, para defender sus siembras y ganados, y su misma vida contra los salteadores, tuvieron que ponerse bajo armas, logrando vencer y capturar en la lucha a algunos de los asaltantes, y, en caso de resistencia los mataron (Idem. p. 402).

Em princípios de 1737, após anos marcados por grave escassez, os *pueblos* dariam os primeiros sinais de melhora. O verão de 1736-37 contara, enfim, com chuvas regulares, depois de um largo período de secas prolongadas. Graças ao fim da estiagem, e ao empenho que as comunidades dedicaram a seus cultivos, os “campos rindieron la tan deseada cosecha” (Idem. p. 431). Além dos bons resultados agrícolas, outra medida tomada em fins de 1736 ajudaria a aplacar a situação de penúria que fustigava os povoados. Por intermédio dos jesuítas, seria adquirido, junto a alguns proprietários “españoles”, um rebanho de 38 mil reses, animais que seriam distribuídos entre as comunidades mais afetadas pela falta de bovinos (Idem). Com a melhora das condições materiais, e, em especial, dos estoques alimentares, muitos fugitivos optariam por retornar a seus *pueblos*. Assim, embora, tal como em anos anteriores, o número de óbitos registrados em 1737 ainda tenha sido superior ao de novos nascimentos, a maior parte das comunidades apresentaria aumento demográfico naquele período. No computo geral, a população total de ambas as províncias seria de 104.473 habitantes, pouco mais do que os 102.721 registrados em 1736 (MCA-CPH. Cx. 16. Doc. 3-369).

Por infortúnio, o alívio registrado naquele ano seria apenas um lapso. Ainda em fins 1737, a eclosão de uma nova epidemia dera cabo das expectativas de uma recuperação sustentada. Desta vez, a crise seria provocada por um surto de varíola, que, segundo conjecturava-se, chegara aos *pueblos* através de alguns grupos que retornavam de uma viagem à província do Paraguai (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p. 434). Em princípio, a doença estaria restrita a seis povoados, e causaria resultados mais graves em três deles, casos de Trinidad e Jesus, no Paraná, e Yapeyú, no Uruguai. Ao longo dos primeiros meses do ano de 1738, a peste arrefecera, dando a impressão de que a epidemia havia cessado. Pouco mais tarde, contudo, os contágios retornariam, e, desta vez, os surtos avançariam com redobrado vigor, atingindo grande número de comunidades:

(...) estallando con mayor furia el fuego al principio de la primavera en la reducción de la Candelaria. Amenazaba ya esta peste la ruina total de esta antes tan floreciente población, cuando, a mayor sentimiento aun de nosotros, se extendió también a las otras reducciones, invadiendo por de pronto a las más inmediatas poblaciones de San Cosme y de San José., adelantandose desde el primero de los nombrados hasta los pueblos del Alto Paraná, es decir, a Santa Ana, San Ignacio Miní, y a Corpus, y desde San José se propagó a las reducciones de Uruguai, es decir, a San Carlos, Apósteles, Concepción, San Nicolás, San Javier, Martires, Santa Maria la Mayor, Santo Tomé, San Borja y Santa Cruz. Fue tan activo el contagio en algunos de estos pueblos, que, apareciendo em uno, el mismo día cayeron enfermas 60 y hasta 70 personas (Idem. pp. 438, 439).

Os contágios se alastrariam ao longo de quase dois anos, entre fins de 1737, e meados de 1739. Neste período, a varíola atingiria 20 dos 30 *pueblos*. Contudo, é importante sublinhar, que a peste não perduraria por mais do que quatro ou cinco meses em cada comunidade, e, em algumas delas, os efeitos seriam bem mais expressivos do que em outras<sup>362</sup>. No quadro abaixo, destacamos os povoados onde, pelos registros do Pe. Lozano, os totais de óbitos ocasionados pela varíola foram mais expressivos:

**Tabela 8. Número de óbitos entre os *pueblos* mais afetados pela varíola.**

<b>Pueblo</b>	<b>Total de óbitos</b>
San Lorenzo	2.681
San Luis	2.445
Apósteles	2.262
Concepción	2.168
Yapeyú	1.919
San José	1.874
La Cruz	1.605
Santa Maria	1.279

Fonte: C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p. 439 e 458).

Em meio ao “cúmulo de males” que afetaram os *pueblos* durante aquela década, este, seguramente, seria o período mais grave em termos demográficos. Em menos de dois anos, a peste seria responsável por, pelo menos, 20 mil mortes, o que equivalia a algo como 1/5 da população total que, há época, habitava ambas as províncias. E, para além dos milhares de mortes, os surtos também ensejariam um número bastante expressivo de novas fugas. Assim, ao longo dos pouco mais de dois anos em que a epidemia de varíola se alastrara, a redução populacional registrada entre os 30 *pueblos* superava a marca dos 30 mil habitantes.

Observando os dados populacionais referentes a estes quase oito anos de sucessivas crises, o que se nota são duas fases bastante nítidas. Enquanto, entre os anos de 1732 e 1736, os maiores impactos seriam registrados entre as comunidades da província do Paraná, no período que se estendera entre 1737 e 1739, foram os *pueblos* do Uruguai que enfrentaram declínios mais acentuados:

---

362 Para os missionários, este também seria um período de enormes desafios. Em uma carta escrita em junho de 1739, o Pe. Buenaventura Suárez, assegurava ao vice-superior, Pe. Felix Villagarcia, que, em suas mais de três décadas atuando na província, jamais havia enfrentado tantas dificuldades como as que vivenciara no *pueblo* de Santa Maria ao longo daquele ano. “Le aseguro que en el espacio de 34 años, en que he trabajado como misionero en estas Doctrinas, jamás me había visto oprimido por tantos trabajos, como en el pueblo de Santa María sólo durante estos cinco meses, en que duró la peste, no dejandome ella ni un sólo día libre. Para que tuviese yo tiempo para los ejercicios espirituales, decir misa, y rezar el breviario me era preciso levantarme dos horas antes de la aurora, gastando todo el santo día en visitas a los enfermos” (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p. 457).

**Tabela 9. O declínio demográfico dos 30 *pueblos* entre os anos de 1732-1739**

Ano	Paraná	Uruguai	Total
1732	67.725*	75.527*	141.252
1733	54.019	72.378	126.389
1735	36.437	71.761	108.228
1736	32.738	69.983	102.721
1737	33.151	71.322	104.473
1738	30.632	59.665	90.287
1739	30.594	43.742	74.336

\* Totais calculados com base nos dados do ano anterior.

Fonte: MCA-CPH. Cx. 16. Doc. 3-369

Ao longo daquele período, como se observa pelo quadro acima, as comunidades perderiam quase a metade dos habitantes que possuíam durante os primeiros anos da década de 1730. Tal diminuição, motivada tanto pelo elevado número de óbitos, quanto pelo grande número de fugas, faz ver o caráter disruptivo da série de infortúnios que atingiram os *pueblos* por aqueles anos. Se, é bem verdade, aquela não era a primeira vez que as comunidades eram atingidas por surtos epidêmicos, e períodos de severa carestia, também é certo que tais fenômenos jamais haviam provocado baixas demográficas tão expressivas. Neste contexto, dentre as muitas razões que contribuiriam para efeitos tão dramáticos, duas parecem ter sido decisivas. A primeira tem relação com a dinâmica subsequente, e, por vezes, concomitante daquelas calamidades. De fato, com a ocorrência de catástrofes sucessivas, uma crise acabava por potencializar outra, intensificando seus impactos. Além disso, dado que as causas de tais flagelos eram múltiplas, e as soluções necessárias para aplacá-los demandavam tempo, o ritmo subsequente daquelas tribulações tornaria praticamente impossível o engendramento de soluções efetivas para mitigar seus efeitos. A outra variável, que, segundo compreendemos, seria determinante para a amplitude daqueles desastres, envolvera a escassez geral de rebanhos, que, naquele período, passaria a afetar a grande maioria dos *pueblos*. Ao longo de quase um século, além de constituir um recurso fundamental para a reprodução daquelas comunidades, o gado servira como um anteparo decisivo em períodos de crise<sup>363</sup>. Nesta perspectiva, o esgotamento das reservas ganadeiras significaria a perda de um socorro, que, sem dúvidas, teria sido crucial para amenizar os efeitos devastadores daquela sucessão de crises.

---

363 Em sua *Breve Relación*, ao tratar sobre a importância da *vaquería del mar*, o Pe. Joseph Cardiel resumiria bem a função crucial dos rebanhos bovinos em períodos de crise: “Mientras duraron estas vacas, que llamaban la Vaquería del MAR por estar á sus orillas, estaban los indios muy bien asistidos, sin que necesitasen dehesas de ganado manso. Todo el cuidado estaba en tener muchos caballos para ir á la vaquería: y ésta era la dehesa y estancia de los treinta pueblos: y aunque por los malos tiempos se perdiesen las cosechas aquí hallaban refugio para todo: porque el indio es muy aficionado á la carne, y más de vaca: y en teniendo ésta, ya lo tiene todo” (CARDIEL in: HERNANDEZ, 1912, t. II, p. 532, 533).

#### 8.4 Crise e território, o fim de um ciclo.

Em meio à série de repercussões decorrentes das graves crises que afetaram os *pueblos* ao longo da década de 1730, uma interessa de modo particular a esta pesquisa. Referimo-nos aos impactos territoriais daquele “cúmulo de males”, e, mais especificamente, a seus reflexos sobre a dinâmica expansionista, que, há quase um século, constituía um dos traços centrais do desenvolvimento daquelas comunidades. Para abordar esta questão, julgamos que a melhor alternativa é considerá-la a partir de situações e episódios específicos, que ilustrem de modo concreto tais repercussões. Neste âmbito, optamos por privilegiar ocorrências, que, naquele período, teriam como cenário a banda oriental, e isto, por duas razões principais. De um lado, por que ali transcorreram os casos mais expressivos e elucidativos relacionado a este tema. De outro, pois, desde a segunda metade do século XVII, aquela região constituía a principal frente de expansão para os *pueblos*.

Antes de passarmos a análise dos casos concretos, contudo, é fundamental traçar alguns apontamentos breves sobre os avanços, que, por aqueles anos, impulsionavam a colonização portuguesa em direção ao “Rio Grande”. Isto, pois, como veremos em seguida, para compreender os impactos do cúmulo de crises da década de 1730 sobre as dinâmicas territoriais dos *pueblos*, também é preciso considerar o ritmo acelerado, que, naquele período, caracterizava a expansão lusitana na América meridional. De fato, com a abertura do Caminho das Tropas em princípios daquela década, a movimentação de comboios conduzindo animais desde as campanhas da costa atlântica cresceria de forma expressiva. Ao fomentar um aumento das possibilidades econômicas da região, a novo caminho tornara-se um fator de estímulo ao povoamento, ensejando a formação de núcleos incipientes, e estâncias diretamente vinculadas ao trânsito das tropas, tais como aquelas, que, ainda durante a primeira metade da década de 1730, seriam estabelecidas nos Campos de Viamão por famílias provenientes de Laguna (KÜHN, 2006). Neste contexto, levariam poucos anos até que aquela via, que se consolidava no mesmo período em que a produção aurífera na América portuguesa entrava em sua fase mais pujante<sup>364</sup>, se tornasse a principal rota responsável por abastecer a demanda dos centros mineradores com bovinos, mulas e equinos (BOXER, 1969, p. 254). Em resumo, portanto, ao tempo em que os *pueblos* enfrentavam uma série de crises e calamidades, os portugueses só faziam expandir sua colonização em direção a América meridional.

---

364 De acordo com as estimativas calculadas por Virgílio Noya Pinto, o auge da produção de ouro no Brasil colônia abrange o período de 1735-1753, quando, anualmente, eram extraídas entre 14 t e 15 t daquele metal (PINTO, 1979, p.113).

Feito este sucinto adendo, o primeiro episódio a que faremos menção ocorrera nos idos de 1736. Enquanto as comunidades atravessavam um dos momentos mais graves em todo aquele período, um grupo de habitantes do povoado de San Angel partira em direção a *vaqueria de los pinares*. Segundo o Pe. Lozano, entre os objetivos daquela expedição estavam os de “reconocer la tierra limitrofe del Brasil”, e, em caso de necessidade, “poner remedio oportuno” aos avanços realizados pelos “mamelucos”. Além destes, tendo em vista a situação de penúria que os *pueblos* enfrentavam por aqueles anos, não há dúvidas de que outro dos intuitos da incursão era averiguar as condições dos rebanhos alocados naqueles campos, e, se possível, valer-se destes para aplacar a situação de penúria que atingia boa parte das comunidades. No entanto, mesmo antes de concluir sua jornada, o comboio sofreria um forte revés:

Mientras estos marchaban descuidadamente por las selvas, fueron inopinadamente sorprendidos por un número mayor de lusitanos, los cuales mataron a nueve de ellos, obligando a los demás a volver a su pueblo, y a llevar la triste noticia, de que en adelante no se podía cifrar ninguna esperanza más en la vaquería de los pinares, la cual durante 70 años había producido, para un eventual socorro de las misiones, doscientas, treinta mil vacas siendo esta estancia ahora ocupada ya por los lusitanos y otros (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p.411).

Surpreendida por um ataque repentino, a expedição, que, cabe sublinhar, visava perscrutar e combater os avanços da colonização portuguesa, sequer fora capaz de alcançar os campos da *vaqueria*. Do pior modo possível, os partícipes daquela incursão tomariam conhecimento, que, naquele período, o poderio bélico, e a extensão da ocupação dos lusitanos sobre aqueles campos eram bem maiores do que se imaginava. Em poucos anos, após a formação do caminho pelo interior, além de imprimirem um ritmo de intensa circulação por aqueles campos, e, muito possivelmente, terem estabelecido pontos de apoio para as tropas que cruzavam a região, tudo indica, que os portugueses já haviam conformado uma rede de vigilância sobre as rotas que levavam àquelas terras. De fato, é difícil imaginar que uma investida como aquela tenha ocorrido a partir de um encontro sucedido ao inteiro acaso. O mais provável, segundo compreendemos, é que o ataque tenha partido de um grupo de soldados, que se mantinha a postos com um objetivo bem definido de interceptar quaisquer ameaças que pudessem interferir no livre trânsito das tropas que cruzavam aquelas terras.

No entanto, o que mais chama atenção neste episódio, e, mais especificamente, no relato produzido pelo Pe. Lozano sobre o ocorrido é sua conclusão ante aos resultados daquela expedição. Em tom resignado, o jesuíta tornaria patente sua total desesperança quanto à possibilidade de reverter aquele quadro. Apesar de não detalhar as razões que embasavam tal avaliação, a lógica que a sustentava parece bastante óbvia. Diante do poderio bélico demonstrado pelos portugueses naquela ocasião, e da situação de calamidade que afetava os *pueblos*, não parecia sequer razoável cogitar a ideia de que seria possível empreender uma ofensiva para retomar a *vaqueria*. A “ocupação” lusitana naqueles campos apresentava-se como um fato consumado, sobre o qual pouco



ou nada poderia ser feito. E aquela intrusão, é importante destacar, não representava somente o descaminho da grande reserva ganadeira, que, com muito custo, havia sido estabelecida naquela região. Tratava-se, também, da perda do poder sobre um extenso território, que, até pouco tempo, era controlado pelos *pueblos*.

A perda da *vaqueria de los pinãres* seria apenas um exemplo dos resultados decorrentes da nova dinâmica de forças, que emergia na banda oriental ao longo daquele período. Com efeito, outros episódios ocorridos por aqueles anos dariam conta do progressivo aumento da presença dos portugueses na banda oriental, e, também, das crescentes dificuldades enfrentadas pelas comunidades do Uruguai para conter suas investidas. Neste contexto, cabe mencionar um caso ocorrido em uma das estâncias de San Miguel. Também por volta de 1736, uma “tropa de lusitanos” avançara sobre os campos *miguelistas*, que, há época, era uma das poucas comunidades que ainda dispunham de algum gado em suas terras. Após tomarem como refém um “estanciero” que cuidava daquele posto, os salteadores teriam poucas dificuldades para executar a pilhagem daquele posto. Assim, sem que fosse necessário vencer qualquer oposição efetiva, a tropa invasora levaria somente alguns dias para furtar “gran parte de la caballada y de los buyes” que povoavam a estância. Por fim, segundo o relato do Pe. Lozano, os intrusos ainda investiriam contra um grupo de “guenoas” – que, em suas palavras, “aunque infieles”, eram “afectos a nuestros indios cristianos” –, ação que resultaria na morte de 7 indígenas (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p.411).

Este caso faz ver, que, durante aquele período, os efeitos da expansão lusitana em direção ao “Rio Grande” não se restringiam aos campos mais próximos do Caminho das Tropas. Ao que parece, não tardara a que os portugueses passassem a empreender expedições pelo interior, e que estas se tornassem uma ameaça às postos ganadeiros de alguns *pueblos*. Com efeito, tendo em vista a localização dos campos *miguelistas*, é bem provável, que a invasão à estância daquela comunidade não tenha sido um caso isolado, mas, apenas, o episódio de consequências mais vultosas ocorrido naquele período. Para além de sugerir o crescente arrojo e confiança das tropas lusitanas para percorrerem aquelas terras, este caso também permite perceber como o “cúmulo” de crises, que afetaram os *pueblos* ao longo da década de 1730, fragilizara sua capacidade de assegurar o domínio de suas terras. Em meio a uma série de calamidades e transtornos que atingiam os povoados, manter uma vigilância efetiva e constante sobre seus territórios havia se tornado uma tarefa praticamente impossível, tanto mais diante do poder bélico daqueles inimigos. E não há dúvidas de que, ao menos em alguma medida, os “lusitanos” conheciam a gravidade daquela situação, e, cientes de que as chances de encontrarem resistência eram diminutas, adquiriam cada vez mais segurança para empreenderem tais investidas.

Ainda que diretamente relacionado a este contexto, o último caso a que faremos referência é bastante distinto dos anteriores, tanto por sua dinâmica, quanto por suas consequências. Em

fevereiro de 1737, a colonização lusa empreenderia a fundação de sua primeira base militar nas terras, que, mais tarde, passariam a denominar como o Continente do Rio Grande de São Pedro. Sob o comando do brigadeiro José de Silva Pais, seria erigida uma pequena fortificação na margem direita da Lagoa dos Patos, o presídio de Jesus Maria e José (FORTES, 1980, p. 49)<sup>365</sup>. Três meses mais tarde, em seguimento as ordens do governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, dera-se início oficial, na mesma localidade, à Colônia do Rio Grande de São Pedro, o primeiro núcleo de povoamento português oficialmente estabelecido na região. Composta por tropeiros, lagunistas, e, sobretudo, por famílias que haviam deixado a colônia de Sacramento durante o cerco estabelecido pelos espanhóis, a vila do Rio Grande nasceria atrelada ao Caminho das Tropas, razão pela qual não tardara até que surgissem as primeiras estâncias em seus arredores.

As notícias sobre a fundação de uma colônia portuguesa na banda oriental demoraram pouco para repercutir em Buenos Aires. E as autoridades portenhas, tão logo tomaram conhecimento sobre o avanço português na região, concluiriam que era preciso determinar providências para neutralizá-lo. Com este intuito, já em 1738, o governador, Don Miguel Salcedo, encaminharia ao então superior das missões, Pe. Bernardo Nussdorffer, uma carta solicitando o pronto envio de milícias indígenas para dar cabo das estâncias que os portugueses haviam erigido nas proximidades de seu novo povoamento. Após um tempo de espera maior do que o habitual, Salcedo, enfim, receberia sua resposta, mas o retorno era distinto do esperado. Na missiva, o Pe. Nussdorffer se mostraria contrário ao encargo proposto pelo governador. Para justificar sua negativa, o jesuíta mencionaria o conteúdo do armistício celebrado entre espanhóis e portugueses em 1737, e pontuaria, que tal empreitada não poderia ser realizada sem a devida assistência de militares espanhóis. Além disso, Nussdorffer também manifestara seu temor de que uma ofensiva como aquela pudesse desencadear represálias da Coroa portuguesa, e que estas teriam os *pueblos* como alvo principal (MÖRNER, 1985, p.124).

Ao abordar esta questão, Mercedes Avellaneda, sugere, que, para além das razões explicitadas pelo Pe. Nussdorffer, ainda haviam outras motivações para aquela negativa (2014, p.238). Em 1738, os *pueblos* viviam o auge da epidemia de varíola, isto é, enfrentavam o período de maior declínio demográfico em toda aquela década. Neste contexto, a ideia de mobilizar contingentes para empreender uma ofensiva contra a nova colônia portuguesa devia soar como um completo despropósito. E isto, não só por que as comunidades atravessavam graves calamidades, mas, também, pelos resultados dos enfrentamentos ocorridos anos antes. Por certo, tanto os jesuítas, quanto os habitantes daqueles povoados, sabiam bem, que, mesmo que a empreitada fosse bem-

---

365 O local escolhido para a fundação do forte seria sugerido por condutores de gado, dentre os quais encontravam-se partícipes da empreitada responsável pela abertura do Caminho das Tropas, caso do próprio Cristovão de Abreu Pereira (HAMEISTER, 2002, pp. 135, 136).

sucedida, os portugueses não tardariam a empreender uma contraofensiva, e as milícias indígenas enfrentariam grandes dificuldades para resistir aos ataques. Assim, mesmo que cientes de que a fundação de uma colônia junto ao porto de Rio Grande representasse uma grave ameaça aos interesses daquelas comunidades, naquele contexto, tudo parecia sugerir que o melhor a se fazer era evitar qualquer confronto.

Todos estes episódios – e outros poderiam ser citados na mesma linha – revelam, pelo menos, dois sentidos comuns. O primeiro deles é o de que os *pueblos* já não dispunham de força suficiente para assegurar completo domínio sobre todos os territórios que antes controlavam. As crises ocorridas ao longo da década de 1730, ao acarretarem em diminuição expressiva de seus contingentes, haviam minado o poderio bélico daquelas comunidades. E isto ocorreria justamente quando a colonização portuguesa ganhava vigor, aumentando sua capacidade de mobilizar forças e recursos<sup>366</sup>. Neste contexto, os *pueblos* passariam a encontrar sérias dificuldades para estabelecer uma resistência efetiva diante das incursões daqueles inimigos. Em outros termos, não parece exagero afirmar, que o “cúmulo de males” que fustigara aquelas comunidades implicaria na emergência de uma nova relação de forças na banda oriental, e esta pendia em favor dos lusitanos.

Mirando por outra perspectiva, estes episódios também sugerem o fim de um ciclo, que havia sido decisivo para a prosperidade daquelas comunidades. Desde meados do século XVII, isto é, a partir das vitórias alcançadas contra as frentes bandeirantes, os *pueblos* empreenderiam sucessivos avanços territoriais. Esta dinâmica expansionista, como vimos em capítulos anteriores, fora crucial, tanto para o desenvolvimento econômico, quanto para o crescimento demográfico daquelas comunidades, dado que, em última análise, a produção de volumes cada vez maiores de recursos dependia de aumentos territoriais contínuos. Com as sucessivas calamidades da década de 1730, e o progressivo avanço da colonização portuguesa, este ciclo seria interrompido. A partir de então, as comunidades não só perderiam a capacidade de fazer expandir seus territórios, como passariam a enfrentar enormes desafios para assegurar o domínio sobre suas terras, e, no limite,

---

366 De modo geral, as pesquisas que abordam a expansão da colonização portuguesa em direção ao Rio Grande, ao enfatizarem a década de 1730 como um período-chave, atentam pouco para o contexto de crise, que, por aqueles anos, atingia os 30 *pueblos*. Com efeito, é importante lembrar, que, como bem destacam estes mesmos estudos, os projetos lusos que objetivavam o estabelecimento de núcleos de povoamento na região já existiam desde meados do século anterior. Se é verdade, que, por muito tempo, a falta de recursos, especialmente entre os moradores de Laguna, constituía um empecilho para a concretização destes intentos, não se pode esquecer, por outro lado, das dificuldades impostas pelas expias e milícias indígenas, que, ao longo de décadas, haviam sido bem-sucedidas na tarefa de impor controle sobre aquelas terras, e interceptar expedições que se aventuravam para além dos caminhos costeiros. Neste sentido, para além de considerar o renovado estímulo, que, naquele período, impulsionava o avanço da colonização portuguesa, qual seja, o avanço da produção aurífera, e o conseqüente aumento da demanda por recursos nos centros mineradores, também parece importante levar em conta o fato de que as sucessões de crises que atingiram as reduções no decorrer da década de 1730, ao minarem a capacidade bélica daquelas comunidades, facilitaram em muito os avanços lusitanos. De fato, parece difícil imaginar, que em décadas anteriores, os portugueses teriam levado tanta vantagem em embates contra as expias e tropas provenientes dos *pueblos* do Uruguai. Menos ainda, que sem enfrentarem maior resistência, seriam capazes de estabelecer caminhos, estâncias e uma nova colônia na barra do “Rio Grande”.

veriam esmorecer seu poder sobre áreas que antes controlavam. Para além das crises econômica e demográfica, portanto, o “cúmulo de males”, que atingira os *pueblos* ao longo daquela década, também seria ensejo para uma grave crise territorial.

## 8.5 A construção de um novo equilíbrio

Diante das catástrofes vivenciadas ao longo daqueles quase oito anos de sucessivos flagelos, os temores de que os *pueblos* estavam à beira da total ruína passariam a ser compartilhados por muitos. Em julho de 1737, numa carta endereçada ao provincial, Pe. Jaime Aguilar, o então geral da Companhia, Pe. Francisco Retz expressava apreensão com o teor dos informes que recebera em anos anteriores. Entre os pontos mencionados na missiva – que, cabe destacar, fora redigida ainda antes da eclosão da grande epidemia de varíola, ocorrência mais funesta em todo aquele período –, a principal preocupação do padre geral seria com o sentimento de desalento, que tomava boa parte dos jesuítas que atuavam naquelas comunidades:

(..) no puedo negar se me aumenta la afliccion y cuidado del fin de essas Misiones con las noticias, que me dan del summo decaimiento de animo, que todo esso ha causado en los Misioneros; queriendo mucho dexar las Misiones; y mirandolas otros con summa tibieza; y casi todos, como cosa ya perdida (PAGE, 2013b, p.311)

O “decaimiento de animo” de que tratava o Padre Geral, por certo, não acometera apenas os missionários. Com efeito, é possível imaginar, que, ao menos em alguma medida, as dúvidas quanto às possibilidades de recuperação dos *pueblos* tenham surgido entre a grande maioria de seus habitantes. E parte da série de fugas registradas ao longo daquele período sugere que muitos estavam convictos de que já não havia remédio capaz de dar fim a todas aquelas calamidades. Se, é bem verdade, havia prófugos que pareciam encarar suas evasões como decisões temporárias, outros tantos dariam mostras de que consideravam a partida como decisões definitivas. Prova disto, é que, durante aqueles anos, algumas famílias deixariam suas comunidades, não apenas em busca de recursos, mas sim, para, junto a outras, formarem verdadeiros povoados. Neste âmbito, o exemplo mais notável e bem conhecido é o da povoação composta por fugitivos nas proximidades do “paso ordinario del Iberá”, entre os rios Miriñay e Corrientes. Em 1736, após receber informações tomadas a partir de diligências realizadas na região, o Pe. Bernardo Nusdorffer dava conta das dimensões expressivas da “poblacion nueva de los fugitibos en el Iberá”. Composta por famílias provenientes de 15 *pueblos* distintos, a comunidade já contava com grande número de moradias,

que, dispostas de modo ordenado, formavam um total de 23 fileiras. Ademais, seus moradores já haviam erigido um “cabildo”, e até uma pequena Igreja, que planejavam expandir dado o número crescente de novos habitantes (MCA-CPH. Cx. 22. Doc. 30-640). Mesmo que não tenha durado por muito tempo – um ataque perpetrado por moradores de Corrientes desmantelara a povoação ainda em dezembro daquele ano – a organização adotada naquele povoamento evidencia que seus habitantes tinham planos de permanecerem na região. Ao que tudo indica, portanto, aquelas famílias não nutriam quaisquer intenções de retornarem a seus antigos povoados, e isto, muito provavelmente, por que já não alentavam esperanças de que estes pudessem se recuperar da série de flagelos que os atingiam.

Apesar das imensas adversidades, e das muitas dúvidas que pairavam quanto às possibilidades dos *pueblos*, sabe-se bem, que a sucessão de infortúnios da década de 1730 não decretara o fim daquelas comunidades. A partir de 1740, com o abrandamento da epidemia de varíola, os povoados poderiam, enfim, gozar de algum alívio após oito anos de contínuas perdas demográficas. Assim, embora bem longe do ritmo alcançado em décadas anteriores, a maior parte dos *pueblos* esboçaria certa recuperação em seus contingentes, o que se observa a partir da tabela a seguir<sup>367</sup>:

**Tabela 10. Evolução demográfica dos trinta *pueblos* entre os anos de 1740-1745**

<b>Ano</b>	<b>População total dos 30 <i>pueblos</i></b>
1740	73.910
1741	76.960
1744	84.046
1745	87.240

Fonte: MCA-CPH. Cx. 16. Doc. 3-369

Os bons resultados da produção agrícola estariam entre os principais esteios desta recuperação. Ainda no ano de 1740, a dedicação aos cultivos, e a melhora nas condições climáticas, garantiriam abundância para as colheitas de todas as comunidades. Mais do que assegurar as provisões necessárias para reprodução material dos *pueblos*, e fazer cessar os episódios de fuga, os bons rendimentos dos plantios também seria um estímulo para que muitos prófugos optassem por retornar a suas comunidades. As palavras do Pe. Losano referentes àquele ano seriam bastante claras neste sentido:

---

367 ‘En el año de 1740 pluga Dios en su misericordia, suspender la espada vengadora se su derecha, en estas misiones. Cesó la peste que las había despoblado, no excediendo el número de los difuntos a 4499 (...)’ (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p.468).

Y aunque los campos sufrían algo de la sequía, sin embargo, aquel año recogieron copiosa cosecha de sus tierras nuestros neófitos, por lo cual resultó que muchos de los vagabundos volvieron a sus pueblos, y cesó el prurito de otros, de ausentarse de su casa (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p. 469).

As boas colheitas se repetiram ao longo de toda aquela década, assegurando uma recuperação sustentada da produção, e, em consequência, o reestabelecimento dos estoques comunitários. Embora o retorno das chuvas periódicas tenha contribuído de modo decisivo neste processo, tais resultados não teriam sido possíveis sem uma rápida recomposição dos regimes de trabalho agrícola. Sobre este aspecto, vale destacar as boas impressões do novo bispo de Buenos Aires, Fr. José de Peralta, que, em 1741, faria sua primeira visita aos *pueblos*. No informe que encaminhara ao rei, além de enfatizar a “piedad” e “magnificencia” com que se celebrava o “culto divino” naquelas comunidades, e ressaltar a dedicação com que os padres exerciam seu apostolado, Peralta também se mostraria bastante admirado com a disciplina dos ritmos de trabalho executados pelos moradores de todos os povoados, e, em especial, daqueles que envolviam a agricultura. Em suas visitas, o bispo observaria que, logo após a celebração das missas, eram repartidas juntas de bois e ferramentas aos trabalhadores, que, prontamente, davam início a suas jornadas, seja no cultivo de suas chácaras particulares, seja no lavradio dos *Tupâmbae* (PERALTA in: HERNANDEZ, 1913, t. I, p. 504, 505).

Enquanto se observava uma retomada agrícola nos mesmos moldes que haviam se estruturado ainda no século anterior, e isto, tanto no que diz respeito aos ritmos e organização de trabalho, quanto no que se refere ao sistema misto de plantios familiares e comunitários, na produção ervateira, a recuperação seria acompanhada por transformações importantes. E a principal delas envolveria um forte estímulo ao desenvolvimento de ervais hortenses. Já em princípios da década de 1740, o provincial, Pe. Antonio Machoni (1739-1743) daria mostras de que o objetivo era que todos os *pueblos* possuíssem seus cultivos ervateiros. Dos cinco *memoriais* que pudemos localizar relacionados às suas visitas nas comunidades ao longo do ano de 1740, três contam com referências expressas relacionadas a este tema. Nestes registros, Machoni determinava grande empenho e diligência nos cuidados com os ervais hortenses, ressaltando a importância destes cultivos para a economia dos povoados<sup>368</sup>. Estas diretrizes teriam continuidade durante o provincialado do Pe. Bernardo Nussdorfer (1743-1747). Em meio aos *memoriais* que produzira ao longo de seu período como provincial, os tópicos relacionados ao plantio, recuperação e aumento

---

368 No *memorial* dirigido ao “padre cura” da comunidade de Santiago, a ordem era “llevar adelante la plantacion de yerbal empezado, para que tenga este pueblo essa finca tan necessaria y util”. *Memorial del Pe. provincial Antonio Machoni para el padre Cura del Pueblo de Santiago en la visita de 18 de junio de 1740*. (AGNA, Sala IX, 6-9-7). Para o missionário que atuava em N. Sra de Fee, a instrução era trabalhar “con todo el empeño el yerbal empezado, para que tenga el pueblo esta finca de mas”. *Memorial del Pe. provincial Antonio Machoni para el padre Cura del Pueblo de Nsa Sra. de Fe en la visita de 25 de junio de 1740*. (Idem). Já em San Ignacio Guazu, a recomendação era dar continuidade “con toda la diligència el plantar yerbal en parte bastantemente úmida”. *Memorial del Pe. provincial Antonio Machoni para el padre Cura del Pueblo de San Ignacio Guazu en la visita de 29 de junio de 1740*. (Idem).

dos ervais hortenses tornaram-se lugar-comum. Através destes registros, é possível perceber um sensível progresso nas técnicas empregadas nos cultivos, que iam desde uma maior atenção às características de relevo mais propícias ao desenvolvimento dos plantios, até o aprimoramento nas formas de manejo do solo e das plantas (FURLONG, 1962, p. 418). Por tudo isso, fica patente que o incentivo ao cultivo de ervais tornara-se uma das prioridades no processo de reconstrução dos *pueblos*<sup>369</sup>. Muito embora a Documentação não traga maiores explicações a este respeito, é possível cogitar ao menos duas razões para isso, ambas associadas aos efeitos das crises ocorridas durante a década de 1730. A primeira tem relação com o tempo e os recursos que eram gastos nas viagens realizadas em direção as áreas de bosque nativo. Em um período em que as comunidades concentravam esforços em sua reestruturação socioeconômica, presume-se que era algo desejável, que, na medida do possível, estes custos fossem evitados ou minorados. Outra provável explicação para o aumento nos incentivos direcionados a composição de ervais hortenses envolve os crescentes riscos relacionados às expedições realizadas em direção aos bosques nativos, questão que afetaria especialmente as comunidades do Uruguai. Com o avanço da colonização portuguesa, tornaram-se comuns os encontros entre grupos de trabalhadores que se deslocavam em direção as áreas ervateiras e as “tropas lusitanas” que percorriam a banda oriental, o que gerava temores quanto a possíveis ataques.<sup>370</sup> Se é certo que a produção em áreas de bosques nativos seguiria ocorrendo com frequência, também é verdade, que os benefícios realizados a partir de ervais hortenses teriam, sobretudo a partir da década de 1740, cada vez mais peso nos volumes da *caamini* produzida pelos *pueblos*.

No entanto, as principais transformações verificadas naquele período estariam relacionadas à economia ganadeira, que passaria por um processo de verdadeira reestruturação. As crises da década de 1730 só reforçaram uma perspectiva, que, há muito, era bem conhecida, tanto entre os jesuítas, quanto entre as famílias que habitavam os *pueblos*, a de que a dependência exclusiva dos recursos provenientes da agricultura não era viável a médio e longo prazo, de modo que as comunidades não poderiam subsistir sem disporem de um suprimento constante de rebanhos. Neste contexto, posto que as *vaquerias* já não constituíssem opções plausíveis, a busca por uma alternativa para garantir aquela demanda se tornara uma prioridade. A solução para este impasse crucial teria uma definição ainda em meados 1737, ou seja, alguns meses após ter se tornado patente

---

369 Em sua bem conhecida *Carta y Relación de las misiones de la provincia del Paraguay de 1747*, o Pe. Joseph Cardiel, que acompanhara de perto todo aquele processo, também sugeria a ênfase, que, naquele período, era dada ao plantio de ervais hortenses em todas as comunidades. Em suas palavras: “todos los Padres han tomado con empeño el hacer yerbal en su pueblo, al modo de los olivares en Europa. Unos, ha muchos años que lo han conseguido, trayendo las plantas de 50 y más leguas, y tienen yerbal que sirve para pagar el tributo y para el abasto del pueblo. Otros prosiguen en hacerlo”. (CARDIEL, 1953, p. 148).

370 Na *Ânuia de 1735-43*, constam referências a alguns destes “encontros”, que, ao que parece, tornaram-se relativamente comuns ainda em fins da década de 1730. (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p. 454).

que a ocupação da *vaqueria de los pinares* pelos portugueses era um fato consumado. Em um memorial escrito em setembro daquele ano, o então provincial, Pe. Jaime Aguilar, detalharia o plano que havia sido elaborado com vistas a compor, não uma, mas duas reservas ganadeiras, que deveriam servir ao abastecimento de todos os *pueblos*:

En las Juntas se ha conferido, y discurrido largamente sobre una, o dos Estancias comunes de ganado vacuno de rodeo, de cuyo multiplico anualmente, a disposicion del P. Superior, se socorriesse en algun modo a los pueblos mas necesitados. Y despues de todo, lo que ha parecido util, y de menos dificultades, e inconvenientes, es lo siguiente. 1° En las Estancias de Yapeyu, y S. Miguel se buscaran dos porciones de tierra capaces de 40 mil, o mas cabezas de ganado en cada una, buenos pastos, aguadas, tierra cerrada, o que con facilidad se pueda cerrar. 2° Supuesto, que ni de las vaquerias, ni de seglares se pueden a ver al presente estas vacas, se cogeran de las Estancias de los mismos dos pueblos. 3° Estas vacas todas se reduciran a rodeos competentes. 4° Los mismos dos pueblos no han de tocar estas vacas para su gasto ordinario, sino de lo restante de sus estancias. 5° En los dos años primeros, despues de entrado dho ganado en los parages destinados, no se sacara para nadie, ni para nada vaca hembra alguna. 6° Despues de estos dos años, quedando siempre el princiapal, y si se pudiere mejorado, de lo restante dispondra el P. Superior conforme a la necesidad de los pueblos, que las pagaran a los dos Pueblos, que las dan, y el precio sera el de arriba. 7° Y para que los dos PP. Curas de los dos dhos pueblos (a quien com todo mi afecto encargo este cuydado importantissimo, no solo p el comum de todos los pueblos, sino también pa. el particular de los suyos) puedan aplicarse incessantemente a la perfecta conclusion y estabilidad favetuosa de estas Estancias, à mas del Compañero se les pondra otro sugeto, pa, que les ayude, y en necessarias ausencias no padezcan los pueblos. (...) Memorial del Padre Provincial Jayme Aguilar para el Padre Bernardo Nusdorffer, Superior de las Misiones (12 de setembro de 1737) (AGNA, Sala IX, 6-9-7)

A alternativa definida com vistas a garantir o reestabelecimento do tão necessário suprimento de gado para as comunidades seria a formação de duas reservas ganadeiras, amplas o suficiente, não só para comportarem um grande número de reses, como, também, para permitirem a reprodução dos rebanhos. E os locais escolhidos para abrigá-las seriam os campos pertencentes às comunidades de Yapeyú e San Miguel, não por acaso, os dois povoados que dispunham das maiores áreas de estância entre todos os 30 *pueblos*. Esta resolução pode ser qualificada como um misto entre estratégia e necessidade. De um lado, devido aos avanços realizados pelos portugueses, partes expressivas dos campos que se estendiam pela banda oriental haviam deixado de constituir áreas seguras, de modo que, para além dos limites das estâncias, já não existiam outras opções viáveis para comportar aquelas reservas. Por outro lado, acreditava-se que a escolha de locais mais próximos aos *pueblos* reduziria os riscos de intrusões, ou, que, pelo menos, permitiria que os invasores fossem detectados e combatidos com maior celeridade.

A primeira destas “estâncias de rodeos” seria formada em terras pertencentes à comunidade de Yapeyú, ao que parece, ainda entre os anos de 1737 e 1738. Para isto, segundo os registros do Pe. José Cardiel, definira-se uma área de campo com “veinte leguas de largo y diez de ancho”, (aproximadamente 12.100 km<sup>2</sup>, ou 1.210.000 ha), o que correspondia a pouco mais de um terço das terras daquele *pueblo*, e, segundo conjecturava-se, era suficiente para abrigar algo como 200 mil



reses<sup>371</sup>. Em meio a esta, foram delimitados diferentes “rodeos”, muito provavelmente, em locais que já haviam abrigado estâncias, medida que se destinava a facilitar o manejo dos animais, e garantir maior controle sobre a expansão das manadas. As referências sobre a composição do rebanho inicial, que povoaria aqueles “rodeos” são algo desconhecidas. O que se sabe, é que entre os anos de 1736 e 1739, o *pueblo* de Yapeyú adquiriu reses através do *Ofício de Misiones*, animais que, é bem possível, comporiam a base da nova estância (LEVINTON, 2009, p.218). Em relação ao número de animais que seria destinado àqueles campos, há uma discrepância na Documentação, pois, enquanto, na *Ânua* de 1735-43, consta o registro de uma quantidade que variava 10 a 20 mil bovinos, segundo o Pe. Cardiel, a nova estância teria início a partir de um rebanho de 40 mil animais.

Dois anos mais tarde, ou seja, provavelmente entre os anos de 1739 e 1740, seria formada a segunda destas reservas, a “estancia de rodeos” de San Miguel (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], pp. 469, 470). As razões para este lapso entre uma e outra fundação não ficam explícitas nas referências coetâneas, mas uma possibilidade é que a invasão da tropa lusitana em 1736 tenha contribuído para que levasse mais tempo até que os *miguelistas* dispusessem de rebanhos suficientes para iniciarem a composição daquela reserva. De todo modo, o certo é que a disposição ali seria semelhante àquela adotada em meio aos campos de Yapeyú, ou seja, procedera-se a escolha de uma área com as mesmas “veinte leguas de largo y diez de ancho”, que contava com “tierra cerrada, o que con facilidad se pueda cerrar”, e, em seguida, foram definidos os locais que comportariam os diferentes “rodeos” da nova estância<sup>372</sup>.

A despeito de que o objetivo daquelas reservas era assegurar o suprimento de bovinos para todos os *pueblos*, é importante sublinhar que aquelas não seriam exatamente “estancias comunes”. Mesmo com o novo arranjo, os povoados de Yapeyú e San Miguel manteriam suas prerrogativas de “senhores legítimos” daqueles campos. Além disso, como a composição daqueles rebanhos se dera a partir de animais custeados inteiramente por *yapeyuanos* e *miguelistas*, todo o gado que ocupava aqueles “rodeos” seria considerado posse daquelas comunidades. Assim, para que pudessem ter acesso aos animais de ambas as estâncias, os demais *pueblos* deveriam arcar com os custos de sua aquisição. Neste sentido, foram definidos preços fixos para as compras. De acordo com o Pe. Cardiel, as “vacas ya mansas, y hechas a vivir con sosiego” seriam comercializadas por quatro “reales de plata”, um a mais do que o cobrado pelas “cimarronas recién sacadas” (p.535). Outro

---

371 De acordo com os registros do Pe. Cardiel, a comunidade de Yapeyú contava com campos que perfaziam “cincuenta leguas de largo y treinta de ancho”, o equivalente a impressionantes 45.375 km<sup>2</sup>, ou 4.537.000 ha. (CARDIEL: in HERNANDEZ, t. II p. 534).

372 A área destinada a nova estancia de rodeios correspondia a algo como a metade dos campos pertencentes à comunidade de San Miguel, que, também segundo as referências do Pe. Cardiel, teria algo como 40 léguas “de largo” e “20 de ancho”. (24.200 km<sup>2</sup>, ou 2.420.000 ha) (CARDIEL: in HERNANDEZ, t. II p. 535).

ponto que chama a atenção diz respeito ao ordenamento estabelecido para a captura e a condução daqueles rebanhos. Caberia exclusivamente aos vaqueiros de San Miguel e Yapeyú, a tarefa de, “á fuerza de caballos y trabajo”, sujeitar os animais em meio aos diferentes “rodeos”, e conduzi-los até as estâncias dos *pueblos* compradores (Idem, p. 534-535).

Ainda em princípios da década de 1740, a “estância de los rodeios de Yapeyú” já cumpria a função para a qual havia sido projetada. Dentre os primeiros registros conhecidos relativos ao comércio de gado proveniente daquele posto, o mais significativo data de abril de 1741, quando, visando a repovoação de suas estâncias, doze povoados receberam autorização para efetuarem a aquisição de rebanhos, que variavam entre 4 e 5 mil animais (MAEDER, 2003, p. 127)<sup>373</sup>. Poucos anos mais tarde, ou seja, ainda durante a primeira metade da década de 1740, a estância de rodeios de San Miguel também entraria em pleno funcionamento, e, ao que tudo indica, com capacidade e proveito semelhantes ao da estância *yapeyuana*. Assim, em pouco mais de 5 anos desde a formulação daquele projeto, seu sucesso era nítido, razão pela qual considerava-se, que, para os anos vindouros, estava “asegurado el abastecimiento de los pueblos” (p.470).

Por fim, cabe destacar as importantes implicações deste novo arranjo sobre as dinâmicas demográficas daquelas comunidades. Neste âmbito, o primeiro aspecto relevante a ser mencionado diz respeito ao expressivo número de famílias que passariam a habitar aquelas paragens. Em julho de 1744, um memorial do Pe. Bernardo Nusdorffer, que tratava exclusivamente de questões relacionadas à estância de rodeios de Yapeyú, fazia referência a um total de “70 indios”, que trabalhavam e viviam de modo permanente naqueles campos<sup>374</sup>. Se considerarmos, que, em geral, estes “estancieros” eram acompanhados por suas famílias – e há indícios desta prática no mesmo Documento – chega-se a conclusão de que, por meados da década de 1740, havia algo entre 250 e 300 pessoas habitando aquele posto. E é bem provável, que, já naquele período, este contingente fosse semelhante ao que se encontrava nos campos de San Miguel. Isto explica, por que, ainda na primeira metade da década de 1740, além de um “hermano” ou “padre estanciero”, que atuava como administrador dos “rodeos”, cada uma daquelas “estâncias” contaria com um “padre cura”, que vivia de modo permanente naqueles postos, e era responsável por cuidar “de lo espiritual” das famílias que ali habitavam<sup>375</sup>.

Contudo, é atentando a evolução do número de habitantes daqueles *pueblos* entre fins da década de 1730, e meados da década de 1740, que se revela o prisma mais significativo das repercussões demográficas decorrentes daquele arranjo. No quadro abaixo, discriminamos os dados

---

373 Cinco anos após sua fundação, e a “estância de rodeos” de Yapeyú contava com algo em torno de 100 mil reses (C. A. 1735-1743, 1994 [1928], p. 470).

374 *Memorial del Padre Bernardo Nusdorffer para el pueblo de Yapeyú*. 31 de julho de 1744. (AGNA, Sala IX, 6-9-7).

375 *Nómina de sacerdotes y compañeros asignados para los pueblos de indios de los rio Paraná y Uruguay por el padre provincial Bernardo Nusdorffer*. 12 de fevereiro de 1745. (AGNA, Sala IX, 6-9-7).

populacionais referentes as comunidades de Yapeyú e San Miguel ao longo daquele período, estabelecendo uma comparação com as médias dos demais *pueblos*.

**Tabela 11. Comparativo da evolução demográfica dos pueblo de Yapeyú e San Miguel Anos de 1736 e 1746**

ANO	Yapeyú	San Miguel	População média dos <i>pueblos</i> do Uruguai	População total da província do Uruguai	Percentual dos dois <i>pueblos</i> no total da província do Uruguai	População média dos <i>pueblos</i> de ambas as províncias	População total de ambas as províncias	Percentual dos dois <i>pueblos</i> no total de ambas as províncias
1736	5283	4156	4.116	69.983	13,1%	3.424	102.721	9,2%
1737	4862	4.378	4.195	71.322	12,9%	3.482	104.473	8,8%
1738	5410	4.522	3.509	59.655	16,6%	3.009	90.287	11%
1739	6245	4.734	2.573	43.742	25%	2.477	74.336	14,7%
1740	5687	4.740	2.485	42.252	24,6%	2.463	73.910	14,1%
1741	5.749	4.974	2.620	44.542	24,07%	2.565	76.960	13,9%
1744	6.187	6.611	2.900	49.307	26,08%	2.801	84.046	15,2%
1745	6.147	6.675	3.027	51.463	24,9%	2.908	87.240	14,6%
1746	6.419	6.852	3.148	53.527	24,7%	3.022	90.679	14,6%

Fonte: MCA-CPH. Cx. 16. Doc. 3-369

Os registros demográficos fazem ver, que até os idos de 1737, o total de habitantes dos povoados de San Miguel e Yapeyú estava próximo da média das demais comunidades da província do Uruguai. No entanto, a partir dos anos seguintes, ou seja, justamente durante o período em que seriam formadas as “estâncias de rodeos” em meio aos campos pertencentes àqueles povoados, observa-se uma forte guinada ascendente, de modo que, em cerca de três ou quatro anos, ambos os *pueblos* alcançariam contingentes que correspondiam a algo como o dobro da população média das comunidades daquela província. Já em meados da década de 1740, quando as novas estâncias se encontravam em pleno funcionamento, aproximadamente 25% da população de todo o Uruguai era composta por habitantes de Yapeyú e San Miguel. E, quando a comparação considera os dados referentes aos 30 *pueblos*, o que se observa é um movimento bastante similar, ou seja, o número de habitantes de ambas as comunidades alcançaria, ainda em fins da década 1730, um contingente duas vezes superior àquele, que, em média, compunham as demais comunidades. Ao evidenciarem a ascensão demográfica das comunidades de Yapeyú e San Miguel durante aquele período, tais registros atestam com clareza, que, na medida em que se consolidavam como centros de distribuição ganadeira, tais povoados assumiriam a condição de verdadeiros polos de atração populacional. O maior acesso ao gado, e a situação socioeconômica privilegiada decorrente daquela configuração, não só tornariam ambos os *pueblos* as alternativas preferenciais para os contingentes

de fugitivos que optavam pelo retorno, como, tudo indica, também estimulariam a transferência de famílias de outras comunidades para Yapeyú e San Miguel.

Levando-se em conta os aspectos mencionados, resta evidente, que após as sucessivas calamidades ocorridas ao longo da década de 1730, o processo de recuperação dos *pueblos* exigira um amplo esforço de reorganização. Para superar a tendência de declínio demográfico, a extinção de importantes fontes de recursos, a perda do domínio sobre vastas extensões territoriais, e as crescentes ameaças externas, seria necessária a construção de estratégias e arranjos capazes de fazer frente às novas condições que se impunham. A consequência deste processo seria a emergência de uma nova organização, significativamente distinta daquela que vigorava há quase um século. Com efeito, embora sejam inegáveis algumas continuidades, e também o fato de que os principais recursos que sustentavam a reprodução material daquelas comunidades permaneceriam basicamente os mesmos, também é certo, que a reestruturação iniciada ainda em fins daquela década seria ensejo para um conjunto de transformações. Dentre estas, as mais visíveis envolveriam o aumento dos estímulos à produção ervateira a partir de bosques cultivados, a maior concentração de recursos ganadeiros em povoados específicos, e a emergência uma nova disposição demográfica. A partir da consolidação deste novo equilíbrio, os *pueblos* retomariam a tendência de crescimento populacional, e, em que pese tenham levado poucos anos para que emergissem novas crises e conflitos, esta dinâmica ainda se manteria por, pelo menos, duas décadas. Contudo, as taxas de crescimento jamais atingiriam os níveis de outrora. De fato, em tempo algum os 30 *pueblos* recuperariam a condição de pujança e esplendor que haviam alcançado em princípios do século XVIII.

## Considerações finais

A análise e confronto da variada documentação que reunimos para o desenvolvimento desta pesquisa permite concluir, que a compreensão sobre as razões e fatores que sustentaram os progressos alcançados pelas reduções do Paraguai, bem como as interpretações a respeito das crises e períodos de declínio vivenciados por aquelas comunidades, não podem prescindir de um olhar atento sobre suas dinâmicas territoriais. Com efeito, qualquer que seja o enfoque de abordagem, quer este privilegie fatores socioculturais, econômicos ou políticos, sua construção passará, invariavelmente, por questões de ordem espacial. E o mesmo se pode afirmar sobre perspectivas que adotem enquadramentos mais amplos, seja para tratar sobre a natureza das relações que se estabeleceram entre aqueles *pueblos* e os contextos coloniais, ou para focar as dinâmicas de interação que se desenvolveram entre os contextos reducionais e as populações ditas “infiéis”. Em todas estas perspectivas e enquadramentos, as dinâmicas territoriais não só estarão presentes, como, muito provavelmente, ocuparão posição central em seus desdobramentos.

Muito embora não tenham sido os precursores da política de reduções no Paraguai – papel que coubera aos franciscanos –, desde as primeiras décadas do século XVII, os religiosos da Companhia de Jesus assumiriam a linha de frente da atividade missionária na província. Em poucas décadas, a construção de alianças entre missionários jesuítas e comunidades indígenas prosperou de um modo que parecia impensável mesmo entre prognósticos mais otimistas, e resultaria na fundação de dezenas de *pueblos* em diferentes províncias. E boa parte daquelas reduções, é importante ressaltar, seriam compostas por populações, que, naquele período, se recusavam a manter contatos com os espanhóis, e estariam localizadas em terras, que, até então, sequer haviam sido acessadas pelas frentes coloniais.

Contudo, não levariam muitos anos para que estes princípios auspiciosos fossem abalados, dando lugar a um período de crises e incertezas. Ainda em fins dos anos de 1620, com os ataques promovidos pelas expedições bandeirantes, as alianças entre indígenas e jesuítas enfrentariam sua primeira grande provação. Acoissadas pelas ofensivas paulistas, que atingiriam, primeiro o Guairá, e, anos mais tarde, a província do Tape, o futuro daquelas comunidades estaria em risco. Diante da força e poderio bélico de tais inimigos, as comunidades se veriam incapazes de resistir a suas ofensivas, e a única solução que se apresentava em seu horizonte era a busca por refúgio. Esta alternativa seria o ensejo para longos processos migratórios, que seriam marcados por situações

extremas, e grande número de mortes. Ao cabo, apenas uma fração das milhares de famílias que iniciaram aquelas jornadas lograram concluí-la.

Embora os deslocamentos dos refugiados tenham sido cercados por traumas e grandes perdas demográficas, a concentração populacional na mesopotâmia traria ao menos uma vantagem. Cientes de que era questão de tempo até que as expedições bandeirantes empreendessem novos ataques, e de que não haviam outras possibilidades se não enfrentar aqueles inimigos, as comunidades estabeleceriam, com importante auxílio dos jesuítas, uma aliança de guerra com o objetivo de defender seus povoados. E a proximidade entre os *pueblos* seria um elemento crucial nesta tarefa. De fato, além de contribuir para a reunião de forças, a nova conjuntura também se mostraria determinante para a execução de movimentos e estratégias conjuntas. A partir de então, as comunidades forjariam uma milícia de guerra organizada, que, unida em torno do objetivo de derrotar aquele inimigo comum, alcançaria feitos, que, anos antes, pareciam impossíveis. Em duas oportunidades, com o apoio e contribuições dos jesuítas, aquela junta de guerra imporia derrotas contundentes aos paulistas. Com isto, além de rechaçarem adversários que ameaçavam a própria existência de seus povoados, as milícias indígenas afirmariam seu poderio, dando mostras de que o tempo em que os bandeirantes constituíam uma força imbatível havia passado.

Com as vitórias alcançadas sobre os paulistas, e a composição de uma rede de vigilância sobre as principais rotas de acesso à mesopotâmia, as comunidades contariam com maior segurança, o que lhes permitira, enfim, dispor de um período de relativa estabilidade. Este ambiente seria fundamental para que, a partir de meados do século XVII, se iniciasse um processo de reestruturação dos *pueblos*. Neste sentido, as comunidades passariam a compor unidades político-administrativas, que, com a consolidação de seus *cabildos*, contariam com suas próprias instâncias de decisão e representação. Ao mesmo tempo, reforçariam suas bases socioeconômicas, forjando um modelo de produção comunitário, baseado no trabalho coletivo, e na redistribuição de seus rendimentos. Neste âmbito, além da agricultura, que, desde a formação dos primeiros *pueblos*, constituiria uma atividade fundamental para o sustento de seus habitantes, as comunidades passariam a desenvolver a atividade pecuária, formando rebanhos e compondo suas estâncias, e, também, a dedicarem-se a produção ervateira com fins comerciais, edificando estruturas para o armazenamento de excedentes, e organizando meios e estratégias para o transporte das cargas, que periodicamente, passariam a remeter aos mercados coloniais.

Ao tempo em que consolidavam suas estruturas socioeconômicas, compondo áreas de plantio e estâncias, as comunidades assentariam relações de poder sobre seus territórios, estabelecendo limites e noções de exclusividade sobre estes domínios. E um importante passo neste sentido ocorreria em 1657, quando a maioria do *pueblos* passaram a contar com seus primeiros títulos de terras. Solicitados pelas próprias comunidades, que, há época, já compreendiam e

valorizavam as potencialidades da cultura escrita, tais documentos estabeleceriam contornos mais nítidos as áreas que cabiam a cada redução. A partir de então, estes documentos, que logo passariam a ser concedidos também pelos jesuítas, tornaram-se parte indissociável das relações entre as comunidades e seus territórios, reforçando e legitimando seu poder de controle sobre estes. Conformara-se, assim, uma espécie de vínculo entre os registros escritos e a posse da terra, relação que se tornaria cada vez mais importante com o passar do tempo

Ao longo da segunda metade do século XVII, graças a um conjunto de fatores, tais como a consolidação da organização comunitária, o início da exploração das vaquerias, e o aumento dos volumes de comércio da erva-mate, as reduções alcançariam uma fase de acelerado desenvolvimento. E estes progressos, aliados a um contexto favorável, seriam cruciais para sustentar um período de contínuos aumentos demográficos entre os *pueblos*. Neste sentido, estabelecera-se uma espécie de ciclo, uma vez que, com o crescimento populacional das reduções, sua reprodução socioeconomia estaria dependente de contínuos aumentos na geração de recursos. E uma consequência direta desta dinâmica envolveria seus territórios, pois, enquanto o sustento daquelas comunidades estava atrelado a exploração da terra, qualquer incremento na produção de recursos demandava, quase sempre, que estas expandissem as áreas que dedicavam a este fim. Diante deste imperativo expansionista, que incidiria sobre praticamente todas as reduções, não tardara a afetar as relações que estas mantinham entre si. Isto, pois, em razão da proximidade entre os assentamentos ocupados pela maior parte daqueles povoados, os espaços disponíveis em meio a estes, pronto se mostrariam insuficientes para bem comportar suas necessidades, e este descompasso entre demanda e disponibilidade estabeleceria certo conflito de interesse entre as comunidades. Com efeito, ao menos desde fins da década de 1650, e a despeito da concessão dos títulos, cujo principal objetivo era justamente o de evitar o surgimento de “desgostos e discórdias” entre as reduções, as disputas intercomunitárias envolvendo a posse de terras tornaram-se ocorrências relativamente comuns. Diante deste casos, quando as tratativas para a composição de acordos fracassavam, o caminho adotado envolvia a instauração de processos por meio dos quais buscava-se determinar a que comunidade cabiam os direitos de posse sobre a área litigada. Destarte, cada *pueblo*, por meio de seus párocos, apresentava instrumentos e alegações no intuito de respaldar suas pretensões. De modo geral, desde que não houvessem ajustes prévios referentes a posse dos territórios sobre os quais versava o litígio, a base que sustentava as decisões sobre a quem cabia o domínio legítimo sobre este era o direito natural. Assim, o principal fundamento empregado para dirimir as disputas envolvia avaliação sobre a antiguidade dos vínculos entre as comunidades (ou parte delas) e a parcela de território que motivava a disputa. Até este ponto, os procedimentos e critérios utilizados naquele contexto seriam bastante semelhantes aos que eram aplicados em toda a América hispânica para decidir contendas desta natureza. Contudo, havia um aspecto importante,

que diferenciava os litígios de terras que ocorreram naquele contexto dos demais. No caso das reduções do Paraguai, o desenrolar de tais processos transcorria sem a intervenção dos poderes coloniais que comumente estavam a cargo daquelas disputas. Assim, cabia aos jesuítas a tarefa de julgar os pleitos. Para tanto, os padres formavam colegiados, que, após a análise dos títulos e argumentos apresentados pelos *pueblos* envolvidos, apresentavam suas sentenças. Neste âmbito, a despeito de que os jesuítas fossem reconhecidos como árbitros isentos pelas comunidades, suas decisões não eram imunes a contestações. Ao contrário, as apelações contra sentenças consideradas injustas não seriam incomuns, e estariam entre as razões pelas quais alguns litígios se estenderam por décadas.

Não há dúvidas de os jesuítas desempenhariam funções cruciais em meio aos pleitos, já que atuavam como procuradores de suas comunidades, e também como juízes daqueles processos. No entanto, pensar que os padres eram os únicos agentes a tomarem parte naquelas disputas é um equívoco. De fato, a análise dos casos concretos evidencia que as comunidades indígenas, e, em especial, suas lideranças, tiveram atuação destacada no transcurso dos litígios. Por um lado, a documentação relacionada a tais processos faz ver que muitos deles emergiram pela iniciativa de cabildantes e/ou corregedores, que, ao constatarem avanços indevidos sobre os domínios territoriais de seus *pueblos*, acionariam as vias pertinentes no intuito de assegurar seus direitos de posse. Em realidade, a norma era exatamente esta, ou seja, na grande maioria dos casos, partiam das próprias comunidades, através de seus representantes, as denúncias que motivavam os pleitos. Além disto, tanto as defesas apresentadas em nome das reduções durante os litígios, quanto os pareceres produzidos pelos padres designados para sentenciá-los, trazem referências bastante claras, seja a respeito da participação das próprias comunidades na reunião de indícios que pudessem contribuir com a defesa de seus direitos, seja sobre a utilização de questões levantadas por estas na construção dos argumentos que seriam empregados em meios àqueles processos. Por tudo isso, parece seguro afirmar, que a participação indígena nos litígios – e o mesmo se poderia afirmar para os casos que envolviam doações de terras e deslindes – não se dava de modo circunstancial ou de forma inadvertida. Ao contrário, as comunidades mostravam-se bem inteiradas a respeito dos motivos que suscitavam aquelas contendas, e cientes de suas possíveis consequências. Ademais, suas lideranças, além de familiarizadas em relação as etapas e critérios que norteavam os pleitos, demonstravam entendimento quanto aos instrumentos empregados em meio a estes, e boa compreensão a cerca das lógicas, que, desde a perspectiva do direito natural, garantiam a suas comunidades a condição de “senhoras legítimas” de suas terras.

As mesmas razões que motivariam a emergência de litígios por terras entre os *pueblos*, estariam na base dos processos, que, a partir das últimas décadas do século XVII, levariam algumas comunidades a se dividirem e/ou partirem em busca de novos sítios para seus para abrigarem suas



povoações. Com efeito, ao longo da segunda metade do século XVII, além de tornar-se motivo de disputas entre as reduções, o descompasso entre a expansão demográfica e a exiguidade territorial passara a afetar o desenvolvimento de diferentes reduções, tornando-se uma espécie de trava a inibir seu crescimento. Esta dinâmica teria efeitos mais significativos entre as reduções do Uruguay, que, pelo crescimento acelerado, e maior densidade, seriam as primeiras a enfrentarem dificuldades para garantirem os recursos necessários a sua reprodução. No entanto, o fato de que tais processos foram mais comuns entre *pueblos* daquela província não pode ser relacionado apenas a maior amplitude de seus contingentes. Ocorre que, para aquelas comunidades, a possibilidade de se instalarem na banda oriental, espaço que dispunha de grandes extensões de campo, e acesso facilitado à *vaqueria del mar*, constituía um estímulo nada desprezível.

Ao longo das primeiras décadas do século XVIII, as reduções experimentariam seu auge demográfico e econômico. Neste contexto, apesar de terem alcançado um total de 30 *pueblos*, e estendido seus domínios por centenas de quilômetros quadrados, a demanda das comunidades por espaço não deixaria de constituir uma preocupação de primeira ordem. Neste contexto, dado que a possibilidade de incorporação de novos territórios era cada vez mais restrita, as comunidades seriam impelidas a se utilizar de artifícios cujo emprego visava aprimorar o aproveitamento de seus territórios. Dentre os procedimentos e técnicas levadas a cabo com este fim, talvez o exemplo mais significativo tenha sido a abertura de valas sobre os limites dos campos que abrigavam estâncias. Com o crescimento no número de animais, que, todos os anos, eram trazidos desde a *vaqueria del mar*, as comunidades passariam a dispor de rebanhos cada vez mais amplos, e, conseqüentemente, seriam impelidas a aumentar as parcelas de campo que destinavam ao abrigo de seus rebanhos. No entanto, como as estâncias nem sempre contavam com limites físicos capazes de impedir o deslocamento dos animais, os casos envolvendo a mescla de gado pertencente a diferentes comunidades se tornariam comuns, e, não raro, motivo de discórdia entre estas. Neste sentido, a abertura de valas sobre os limites dos campos surgiria como uma alternativa bastante apropriada. De um lado, tais obras auxiliariam na conformação de barreiras capazes de obstar a dispersão dos rebanhos, contribuindo para evitar a emergência de conflitos entre os *pueblos*. Ao mesmo tempo, dado que viabilizavam a construção de estâncias em áreas que não contavam com limites naturais, as valas constituiriam um recurso que permitia que as comunidades otimizassem o uso de seus campos.

Por outro lado, este período também seria marcado pela difusão da produção cartográfica nas reduções. De fato, se, ainda durante as últimas décadas do século XVII, as referências ao uso de mapas, sobretudo em contextos que envolviam litígios, já não constituam exatamente uma novidade, em princípios do XVIII, seu emprego em meio a tais disputas parece ter se tornado prática habitual. E a razão para isto relacionava-se ao fato de que boa parte dos conflitos que emergiram naquele

período diriam respeito a desacordos em torno da posição de divisas entre territórios de diferentes comunidades. Neste contexto, as propriedades da cartografia se mostravam bastante convenientes, já que esta tecnologia permitia, como nenhuma outra, representar limites territoriais de modo preciso. Assim, não é sem razão que, por aquele período, a grande maioria, se não todos os *pueblos*, produziram mapas – parte dos quais elaborados por indígenas – para identificar seus domínios. Mais do que simples utensílios, as representações cartográficas tornaram-se instrumentos de primeira importância para que as comunidades exercessem o controle e a defesa de suas terras.

Enquanto as reduções ainda atravessavam seu período de maior pujança, espanhóis e portugueses passariam a explorar sua principal fonte ganadeira, os rebanhos da *vaqueria del mar*. E a despeito das denúncias e protestos levantados pelos jesuítas, nada fora capaz de deter tais capturas ou atenuar o rápido declínio daqueles rebanhos. Assim, logo seriam implementadas medidas com o intuito de garantir que os *pueblos* seguiriam dispostos de animais em suas estâncias, e a principal delas seria o repovoamento da *vaqueria de los piñares*. Apesar da progressiva redução do gado da costa atlântica, e da quantidade de animais deslocados com vistas à composição da nova *vaqueria*, ao menos durante a década de 1720, as comunidades lograram garantir o suprimento necessário de rebanhos para atender suas demandas, possivelmente porque as reduções do Uruguay ainda contavam com grande número de animais em suas estâncias. No entanto, esta situação mudaria durante a década de 1730, mais precisamente, a partir de 1733, ano que marcaria o início de um período de sucessivas crises para os 30 *pueblos*. Além de enfrentamentos contra assucenos e lusitanos, as reduções seriam afetadas por uma série de calamidades, como a eclosão de epidemias, e temporadas de forte estiagem. Assim, não tardaria para que a situação de penúria se alastrasse entre *pueblos*. Para agravar sua situação, com o avanço das frentes de colonização portuguesa em direção ao “Rio Grande”, as comunidades se veriam impossibilitadas de acessar os *stocks* ganadeiros que haviam alocado na *vaqueria de los piñares*. Nesta condição de crise generalizada, além de um grande número de óbitos, as reduções passariam a registrar constantes fugas. E o abrupto declínio demográfico traria graves consequências de ordem territorial para os *pueblos*. De fato, com o aumento das pressões impostas pelas frentes de colonização portuguesa, as reduções do Uruguay se mostrariam incapazes de assegurar controle sobre parte expressiva de seus domínios na banda oriental.

Muito embora não tenham determinado o fim das reduções, não há dúvidas de que as crises da década de 1730 circunscreveram o encerramento de um ciclo para aquelas comunidades. Depois de quase um século de sucessivos avanços territoriais, os *pueblos* não só se veriam impedidos de seguirem sua marcha expansionista, como enfrentariam a perda de uma parcela expressiva das terras que, anos antes, compunham parte de seus domínios. Deste modo, sua recuperação só fora possível após um processo de reestruturação, que demandaria ajustes e a construção de soluções

adaptadas ao novo contexto que emergira. Destarte, a partir da década de 1740, as reduções atingiriam um novo equilíbrio, logrando, inclusive, retomar parte de seus contingentes. Ainda assim, aqueles *pueblos* jamais alcançariam a mesma condição de pujança demográfica e econômica que haviam conquistado durante as primeiras décadas do século XVIII.

Por fim, não poderíamos encerrar esta tese sem antes pontuar, que nosso intento por contribuir para uma melhor compreensão sobre as dinâmicas territoriais das reduções, jamais foi pautado pela ilusão de que os aportes que nos propomos a desenvolver poderiam, de algum modo, esgotar esta problemática. E esta convicção, cabe ressaltar, só se reforça ao concluirmos esta pesquisa. Com efeito, ainda há uma série de questionamentos que permanecem em pauta, e a espera de novas investigações e aprofundamentos. Ademais, parece seguro afirmar que outras abordagens e perspectivas teórico-metodológicas poderão revelar aspectos ainda inexplorados nesta temática, trazendo a tona novas entradas e percepções a este campo de pesquisas.

## FONTES

### – Archivo General de la Nación Argentina (Buenos Aires).

*Carta del padre Francisco de Ribas a Alonso de Mercado y Villacorta sobre indios de los pueblos de San Miguel y San Joseph que desean trasladarse al pueblo de Yapeyú. 28 de maio de 1664. (AGNA, Sala IX, 6-9-3).*

*Carta de petición del Hermano Francisco Flores de testimonio de movimiento de embarcaciones provenientes de los pueblos de indios de la Compañía para el pago de tributo a la corona. 14 de novembro de 1673 (AGNA, Sala IX, 6-9-3).*

*Copia de la sentencia dada a favor del pueblo de Santa Anna, por los sacerdotes Alonso Gutierrez, Ignacio de Faria y Thomas de Baeza, en el pleito que el dicho pueblo mantenía con el de San Nicolas por la posesión de una franja de tierras. 7 de fevereiro 1674 (AGNA, Sala IX, 6-9-3).*

*Carta del padre Pedro Ximenez al padre provincial Diego de Altamirano sobre pleito por chacra de un particular, entre los pueblos de San Ignacio y de Nuestra Señora de Loreto, de la Compañía de Jesus. 17 de outubro 1677 (AGNA, Sala IX, 6-9-4).*

*Carta de petición del Padre Pedro de Orduña de admisión de relación relativa al transporte de yerba de y hasta el Puerto de Santa Fee. 14 de junho de 1678 (AGNA, Sala IX, 6-9-4).*

*Carta del padre Geronimo Delfin a sacerdote provincial sobre el trabajo de los indios en sus propias chacras. 20 de setembro de 1690. (AGNA, Sala IX, 6-9-4).*

*Amparo del Padre Thomas Donvidas relativo al descubrimiento de nuevo Yerbales para el mantenimiento de los habitantes del pueblo de la Concepcion. 1 novembro 1685. (AGNA, Sala IX, 6-9-4).*

*Parecer del Padre Anselmo de la Mata sobre el conflicto por tierras entre el pueblo de Yapeyu y el pueblo de La Cruz. 13 de novembro de 1696 (AGNA, Sala IX, 6-9-4).*

*Copia de Pareceres dados sobre el pleito entre los pueblos de San Xavier y de la Concepción sobre el derecho de posesión de Yerbales. 29 de março de 1697. (AGNA, Sala IX, 6-9-4).*

*Copia de la sentencia dada por el padre Pablo Restivo a favor del pueblo de la Concepcion, como consecuencia del pleito por la posesión de Yerbales que mantenía con el pueblo de San Xavier. 19 de dezembro de 1697. (AGNA, Sala IX, 6-9-4).*

*Carta del padre Christoval de Altamirano en la que responde acerca de si los caciques de la banda alejada del río Uruguay se trasladan al pueblo de San Xavier con familia y vassalos. 19 de dezembro de 1697. (AGNA, Sala IX, 6-9-4).*

*Copia de la sentencia pronunciada por el Padre Domingo Calvo a favor del pueblo de la Concepcion, como consecuencia del pleito por la posesión de Yerbales que mantenía con el pueblo de San Xavier. 19 de dezembro de 1697 (AGNA, Sala IX, 6-9-4).*

*Estado del pueblo de San Carlos, realizado en la visita de 11 de junio de 1701. 11 de junho de 1701 (AGNA, Sala IX, 6-9-4).*

*Parecer del padre Juan Pompeyo acerca de la decisión concerniente al pleito por tierras mantenido por las reducciones de Santo Thome y San Miguel. 14 de janeiro de 1713. (AGNA, Sala IX, 6-9-5).*

*Resposta do Pe. Francisco de Avendaño ao Pe. Antonio Sepp em matéria referente ao pleito entre*

*os pueblos de San Luis e San Miguel.* [16--] (AGNA, Sala IX, 7-1-2).

*Carta do Pe. Geronimo Delfin referente ao pleito entre os pueblos de Loreto e San Ignacio.* 26 de março. [1678?] (AGNA, Sala IX, 7-1-2).

*Carta ao Provincial Juan Pastor referente a fusão entre os pueblos de Santa Maria e Santos Mártires.* [16--] (AGNA, Sala IX, 7-1-2).

*Orden del Padre Anttonio Garriga en la cual se afirma que las tierras del Iberá pertenecen al pueblo de Nuestra Señora de Loreto y no al de San Miguel.* 22 de janeiro de 1713 (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

*Copia de la última sentencia del pleito sostenido por los pueblos de La Concepcion y de San Francisco Xavier, como consecuencia del interés por la posesión de tierras y parecer del padre viceprovincial Luys de La Roca.* 30 de julho de 1714. (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

*Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el Padre Superior de las Doctrinas de los Ríos Parana y Uruguay.* 6 de novembro 1714. (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

*Memorial del Padre Provincial Geronimo Herran para el Padre Superior de Misiones de la Compañia de Jesús y sus consultores.* 22 de maio de 1730. (AGNA, Sala IX, 6-9-6).

*Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el pueblo de San Nicolás.* 14 de julho de 1714. (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

*Copia del Auto del padre Anttonio Garriga por el cual se nombra a los sacerdotes que han de asistir al deslinde y mejoramiento de las tierras de los pueblos de Santo Tomé y San Miguel.* 22 de janeiro de 1713 (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

*Orden del padre Anttonio Garriga en la cual se afirma que las tierras de Iberá pertenecen al pueblo de Nuestra Señora de Loreto y no al de San Miguel.* 22 de janeiro de 1713. (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

*Copia de aprobacion del padre Anttonio Garriga de linderos y tierras que pertenecen a los pueblos de San Miguel y San Juan.* 2 de março de 1713. (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

*Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el Pueblo de los Santos Mártires.* 23 de setembro de 1714. (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

*Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el pueblo de los Santos Aposteles.* 03 de agosto de 1714.(AGNA, Sala IX, 6-9-5).

*Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el pueblo de Nuestra Señora de la Fee.* 01 de outubro de 1714.(AGNA, Sala IX, 6-9-5).

*Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el pueblo de San Ignacio.* 04 de setembro de 1714 (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

*Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el pueblo de San Miguel.* 28 de junho de 1714 (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

*Diario de los sucesos y de las operaciones de guerra de los tercios de indios de las Misiones conuzidos por los Padres de la Compañia de Jesus contra los indios infieles del Uruguay. Por el Pe. Gerónimo Herran.* 1709. (AGNA, Sala VII, Fondo Archivo y Colección Andrés Lamas (1549 – 1894), Legajo 2609).

*Memorial del Padre Viceprovincial Luys de la Roca para el pueblo de La Candelaria.* 24/08/1714. (AGNA, Sala IX, 6-9-5).

*Memorial del P. Provincial Geronimo Herran para el P. Superior y sus PP. en la visita de 22 de Mayo de 1730.* (AGNA, Sala IX, 6-9-6).

*Memorial del Pe, Prov. Luys de la Roca para el Pe. Superior de las doctrinas Thomas Rosa en la visita de Agosto de 1725.* (AGNA, Sala IX, 6-9-6).

*Memoria de cantidad de ganado retirada de la estancia de Yapeyu y traslada hacia diversos pueblos de la Compañía de Jesus por orden del padre provincial Luys de la Roca. 13 de março de 1724. (AGNA, Sala IX, 6-9-6).*

*Parecer del Pe. Angelos Petragrassa de la Compania de Jeus sobre la paga de bacas del Pueblo de Yapeyu para a fundacion de la nueva baqueria de los Pinares hecho en el Pueblo de San Thome en 1 de abril de 1724. (AGNA, Sala IX, 6-9-6).*

*Memorial do Provincial Luys de La Roca para o Superior Thomas Rosa. 17 de abril de 1724. (AGNA, Sala IX, 6-9-6).*

*Copia de títulos de las tierras de Jesus Maria dados a los indios de la Nación Guenoa por los sacerdotes Simon de Leon y Geronymo Herran. 7 de junho de 1735 (AGNA, Sala IX, 6-9-7).*

*Memorial del Padre Provincial Jayme Aguilar para el Padre Bernardo Nusdorffer, Superior de las Misiones. 12 de setembro de 1737. (AGNA, Sala IX, 6-9-7).*

*Memorial del Padre Bernardo Nusdorffer para el pueblo de Yapeyú. 31 de julho de 1744. (AGNA, Sala IX, 6-9-7).*

*Memorial del Pe. provincial Antonio Machoni para el padre Cura del Pueblo de Santiago en la visita de 18 de junio de 1740. (AGNA, Sala IX, 6-9-7).*

*Memorial del Pe. provincial Antonio Machoni para el padre Cura del Pueblo de Nsa Sra. de Fe en la visita de 25 de junio de 1740( AGNA, Sala IX, 6-9-7).*

*Nómina de sacerdotes y compañeros asignados para los pueblos de indios de los rio Paraná y Uruguay por el padre provincial Bernardo Nusdorffer. 12 de fevereiro de 1745. (AGNA, Sala IX, 6-9-7).*

*Carta del padre Juan Antonio de Rivera al padre Nicolas Cantucci sobre pleito por tierras entre el pueblo del Jesus y el pueblo de la Santissima Trinidad. 4 de novembro de 1762. (AGNA, Sala IX, 6-10-5).*

*Empadronamiento de Misiones. 1657 (AGNA, Sala IX, 18-7-7).*

*Empadronamiento de Misiones. 1676 (AGNA, Sala IX, 18-7-8).*

*Empadronamiento de Misiones. 1677 (AGNA, Sala IX, 18-8-1).*

*Autos. Testimonios. Administracion de Misiones. 1767-1803 (AGNA, Sala IX, 10-07-04).*

*Memoria de los Titulos, pertenencias de Tierras, Pleitos, y otros Papeles correspondientes a estos pueblos que quedan en el Archivo de esta Capital . 28 de agosto de 1784 (AGNA, Sala IX, 22-2-7).*

*Inventários dos pueblos de 1784 (AGNA, Sala IX, 22-8-2).*

*Herbal del pueblo de Loreto (AGNA, Sala IX, 40-2-5).*

#### **– Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Buenos Aires)**

*Información hecha en la ciudad de Buenos Aires, á petición del gobernador don Pedro Esteban Dávila, acerca de los indios Uruguay, tapes y viaza, en la que se encuentran insertos vários pareceres é informes sobre dichos indios y países, su conquista y reducción, comenzada por Hernán Arias de Saavedra (01/04/1634). Colección de copias de documentos del Archivo General de Indias de Sevilla [manuscrito]. Tomo 214 (1618-1635). Documento N° 4878. Colección Gaspar García Viñas.*

**– Manuscritos da Coleção de Angelis. Centro de pesquisas Históricas da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Arquivos digitalizados) (Porto Alegre).**

*Estados de la población de las misiones del Paraná y Uruguay desde el año de 1649 hasta 1767.* (MCA-CPH. Cx. 16. Doc. 3-369).

*Información sobre la yerba que baja del Paraguay.* 1655. (MCA-CPH. Cx. 17. Doc. 4-388).

*Título y posesión de las tierras que pertenecen al pueblo de Yapeyú.* 1696. (MCA-CPH. Cx. 19. Doc. 62-511).

*Deslinde de las tierras de los pueblos de San Cosme y San Carlos.* 1699. (MCA-CPH. Cx. 19. Doc. 71-520).

*Deslinde de las tierras del pueblo de la Cruz.* 1700. (MCA-CPH. Cx. 19. Doc. 72-521).

*Copia de una información levantada sobre los trabajos de los indios de las misiones en los verbales.* 1707. (MCA-CPH. Cx. 20. Doc. 15-539).

*Estado comparativo del pueblo de Yapeyú.* (MCA-CPH. Cx 21. Doc. 34-579).

*Noticia de una nueva población fundada en el Iberá.* 1736. (MCA-CPH. Cx 22. Doc. 30-640).

*Títulos del derecho que tiene el pueblo de San Francisco Javier a los montes y tierras de aquel partido.* (MCA-CPH. Cx 22. Doc. 39-649).

*Derecho que tiene La Cruz a las tierras de la estancia.* (MCA-CPH. Cx 23. Doc. 53-719).

*Anua de la reducción de San Ignacio del Paraná con la descripción de las tierras del Iguai.* 1613.(MCA-CPH. Cx. 28. Doc. 8-857).

*Anua de la reducción de San Ignacio del Paraná.* 1627. (MCA-CPH. Cx. 28. Doc. 21-870).

*Estado de la reducción de Nuestra Señora de los Reyes.* 1627. (MCA-CPH. Cx. 28. Doc. 22-871).

*Estado de la reducción de San Ignacio del Paraguay.* 1645. (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 16-899).

*Relación General de las reducciones de la provincia del Paraguay con informe detallado de los sucesos que han tenido lugar en las desavenencias ocurridas en tiempo del obispo Cárdenas.* (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 18-901).

*Carta anua de la provincia del Paraguay.* 1645 y 1646. (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 19-902).

*Anuas de la provincia de la Compañía de Jesús del Paraguay.* 1675. (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 23-906).

*Puntos para anua de la reducción de la Concepción.* 1675. (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 26-909).

*Carta anua de las doctrinas del Paraná y Uruguay.* 1678. (MCA-CPH. Cx. 29. Doc. 29-912).

*Carta anua de las doctrinas del Paraná y Uruguay.* 1690. (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 5-918).

*Estado de las doctrinas del Paraná y Uruguay.* 1691. (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 6-919).

*Anuas de las doctrinas del Paraná y Uruguay.* 1693. (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 7-920).

*Anua de las doctrinas del Paraná.* 1695. (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 9-922).

*Estado de las misiones del Paraná, Uruguay y Chiquitos.* 1702. (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 15-928).

*Carta anua de las doctrinas del Uruguay.* 1705. (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 21-934).

*Estado de las doctrinas del Paraná.* 1706. (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 22-935).

*Estado de las doctrinas del Uruguay.* 1707. (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 25-908).

*Anua de la doctrina de los Santos Apóstoles San Pedro y Pablo*. 1713. (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 32-945)

## FONTES MANUSCRITAS ACESSADAS EM MEIO DIGITAL

*Actas de Cabildo de Santa Fe. Periodo XVI a XIX.*

Disponível em: <https://actascabildo.santafe.gob.ar/actascabildo/default/index>

*Cartas de los PP. Generales y Provinciales de la Compañía de Jesús a los misioneros jesuitas de Paraguay, Uruguay y Paraná 16 de julio de 1623 a 19 de septiembre de 1754.* Biblioteca Nacional – Madrid, Mss. 6976.

Disponível em: <http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000071287>

## FONTES IMPRESSAS OU EDITADAS

ACOSTA José de. *De procuranda indorum salute. Pacificación y colonización*. Vol 1. Madrid: CONICET. 1984

*Actas capitulares y documentos del Cabildo de Asunción*. Asunción: Municipalidad de Asunción, 2001.

ALVEAR, D. Diego de. *Diario de la segunda división de límites al mando de don Diego de Alvear con las descripción de su viaje desde Buenos Aires para reconocerlos terrenos neutrales entre el Chuy y Tahin, el Rio Grande San Pedro con todas sus vertientes*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1837.

ANCHIETA, José de. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta. (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1933.

AZARA, Felix de. *Descripción e Historia del Paraguay y del Rio de la Plata*. 2 vol. Madrid: Imprenta de Sánchez, 1847.

CABEZA DE VACA, Álvaro N. *Naufragios y Comentarios [1555]*. Madrid: Espasa-Calpe, 2005  
Carta de Luis Ramírez a su padre desde el Brasil (1528): Orígenes de lo ‘real maravilloso’ en el Cono Sur. Edición, Introd. y notas de Juan Francisco Maura. Col. Textos de la revista Lemir. 2007. (Carta de Luis Ramírez). <http://parnaseo.uv.es/Lemir/Textos/Ramirez.pdf> (acesso em 20/03/2017).

CAMPAL, E. (compilador). *Las vaquerías del Mar. José Cardiel – Silvestre Gonzalez*. Montevideo: Tomo 5 de la Enciclopedia Uruguaya de EditARCA., 1968.

*Cartas Ânuas de la Provincia del Paraguay (C. A). Anõs 1668*. Tradución de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1927. Versão Tradução Digitada. (1994) São Leopoldo, RS: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS.



Cartas Ânuas de la Provincia del Paraguay (C. A). Anõs 1669-1672. Tradución de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1927. Versão Tradução Digitada. (1994) São Leopoldo, RS: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS.

Cartas Ânuas de la Provincia del Paraguay (C. A). Anõs 1672-1675. Tradución de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1927. Versão Tradução Digitada. (1994) São Leopoldo, RS: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS.

Cartas Ânuas de la Provincia del Paraguay (C. A). Anõs 1714-1720. Tradución de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Versão Tradução Digitada. (1994) São Leopoldo, RS: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS.

Cartas Ânuas de la Provincia del Paraguay (C. A). Anõs 1720-1730. Tradución de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Versão Tradução Digitada. (1994) São Leopoldo, RS: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS.

Cartas Ânuas de la Provincia del Paraguay (C. A). Anõs 1730-1735. Tradución de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Versão Tradução Digitada. (1994) São Leopoldo, RS: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS.

Cartas Ânuas de la Provincia del Paraguay (C. A). Anõs 1735-1743. Tradución de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Versão Tradução Digitada. (1994) São Leopoldo, RS: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS.

CARTAS AVULSAS, 1550-1568 / Azpilcueta Navarro e outros. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil. 2ª série; v. 148).

COLECCIÓN GENERAL DE DOCUMENTOS tocantes á la tercera época de las conmociones de los Regulares de la Compañía en el Paraguay. Contiene El reyno jesuítico del Paraguay, por siglo y medio negado y oculto, hoy demonstrado y descubierto. Su autor D. Bernardo Ibáñez de Echavarri. Va añadido el Diario de la Guerra de los Guaranies, escrito por el P. Tadeo Henis. Tomo Quarto. Con licencia del Consejo en el Extraordinario. Madrid: Imprenta Real de la Gazeta, 1770.

DÍAZ DE GUZMÁN, R. [1612]. *La Argentina*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1945.

DOCUMENTOS PARA LA HISTORIA ARGENTINA. Tomo XIX. Buenos Aires, Facultad de Filosofía y letras, Instituto de Investigaciones Históricas, 1927. (DHA)

DOCUMENTOS PARA LA HISTORIA ARGENTINA. Tomo XX. Buenos Aires, Facultad de Filosofía y letras, Instituto de Investigaciones Históricas, 1929. (DHA)

DEL TECHO, Nicolás. [1673]. *Historia de la Provincia del Paraguay y de la Compañía de Jesús*. Asunción, Biblioteca Paraguaya, 1897.

DU BISCAY, Acarete. *Relación de un viaje al Río de la Plata y de allí por tierra al Perú, con observaciones sobre los habitantes sean indios o españoles, las ciudades, el comercio, la fertilidad y las riquezas de esta parte de América*. Trad. Francisco Fernandez Wallace; Prólogo y notas de Julio César Gonzalez, Buenos Aires, 1943.

FURLONG, Guillermo. *José. Cardiel y su Carta Relación*. Buenos Aires: Librería del Plata, 1953.

GONZÁLEZ DE SANTA CRUZ, Roque, Alonso RODRÍGUEZ y Juan del CASTILLO. *Para que los indios sean libres. Escritos de los mártires de las Reducciones guaraníes*. Introducciones y notas de Fernando García Moreno SI, Rafael Carbonell de Masy, SI y Tomás Rodríguez Miranda, SJ, Colección Santos Mártires. Asunción, 1994.

GROUSSAC, P. *Anales de la Biblioteca*. Publicación de Documentos Relativos al Rio de la Plata, con introducción y notas por P. Goussac, Director de la Biblioteca Nacional. Tomo X. Buenos aires: Imprenta y Casa Editora de Coni Hermanos, 1915. (Anales de la Biblioteca)

MAEDER, Ernesto (org.). *Cartas ânuas de la Província del Paraguay (1637-1639)*. Buenos Aires:

Fecic, 1984.

MAEDER, Ernesto J. A. (org.) *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay (1632-1634)*. Buenos Aires: FECIC, 1990.

MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS. Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640). Introdução, notas e glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951. (MCA I)

\_\_\_\_\_. Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760). Introdução, notas e glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952. (MCA II)

\_\_\_\_\_. Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641). Introdução, notas e glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. (MCA III)

\_\_\_\_\_. Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758). Introdução, notas e glossário por Hélio Vianna. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970. (MCA IV)

MINISTERIO DEL FOMENTO. *Cartas de Indias*. Madrid: Imprenta de Manuel G. Hernández, 1877. (C.I.)

MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañia de Jesus, en las prouincias del Paraguay, Parana, Uruguay, y Tape*. Madrid : en la imprenta del Reyno, 1639a.

\_\_\_\_\_. *Tesoro de la lengua guarani*. Madrid: Juan Sanchez, 1639b.

Monumenta Peruana. Vol. V, 1592-1595. Ed. A. de Egaña, S.J. Institutum Historicum Societatis Iesu, 1970. (MP).

Monumenta Peruana. Vol. VIII, 1603-1604. Ed. A. de Egaña, S.J. Institutum Historicum Societatis Iesu, 1986. (MP).

MORENO, Fernando María; CARBONELL DE MASY, Rafael; MIRANDA, Tomás Rodríguez. *Para que los indios sean libres: escritos de los mártires de las reducciones guaraníes*, Asunción: Centro de Espiritualidad Santos Mártires. 1994.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil (1549/1560)*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

PAGE, C. A. Las cartas de los generales Tirso González y Miguel Ángel Tamburini para la provincia del Paraguay. IHS. *Antiguos jesuitas en Iberoamérica*. 1, 1. 2013a.

PAGE, C. A. Cartas del general Francisco Retz a la Provincia del Paraguay. IHS. *Antiguos jesuitas en Iberoamérica*. 1, 2. 2013b.

PAGE, C. A. Relación de las misiones del Paraguay del P. Marciel de Lorenzana (1621). *Antiguos Jesuitas En Iberoamérica*. 6(1), 128–157. 2018.

PAREDES, I. *Recopilación de leyes de los Reynos de las Indias : Tomo segundo*. En Madrid, 1681.

RABUSKE, Arthur. A Carta Magna das Reduções Jesuíticas Guaranis. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, v. 14, n. 47, p. 21-39, 1978.

*Revista de la Biblioteca publica de Buenos Aires*: fundada bajo la proteccion del gobierno de la provincia; por Manuel Ricardo Trelles. Tomo III, Buenos Aires, 1881. (Revista de la Biblioteca)

*Revista de la Biblioteca Nacional*. Tomo I, N 1. Buenos Aires. Enero-marzo de 1937. (RBN).

*Revista de la Biblioteca Nacional*. Tomo I, N 4. Buenos Aires. Octubre-diciembre de 1937 (RBN).

SCHMIDEL, Ulrico. *Viaje al Río de la Plata 1534-1541*. Notas bibliográficas por Bartolomé Mitre. Prólogo, traducción y anotaciones de Samuel Lafone Quevedo, Junta de Historia y Numismática Americana, Buenos Aires, 1903.

SEPP, Pe. Antônio. *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980,

SOUZA, Pero Lopes de. *Diário de Navegação da Armada que foi à terra do Brasil – em 1530 – sob a Capitania-mor de Martim Affonso de Souza*. Publicado por Francisco Adolfo de Varnhagen. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1839.

## BIBLIOGRAFIA

AFFANI, F. Mónica. “Participación indígena en la conformación de patrones religiosos y artísticos en las misiones jesuíticas de guaraníes”. *Jesuítas 400 años en Córdoba*. Congreso Internacional, Tomo I, Córdoba, 1999.

AFONSO, M. C. Um painel da arqueologia pré-histórica no estado de São Paulo: os sítios cerâmicos. *Especiaria (UESC)*, v. 11,12, p. 127-155, 2009.

ALMEIDA, M. Regina Celestino. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2003.

ASTRAIN, Antonio , *Historia de la Compañia de Jesus em la asistencia de Espana*. Vol. IV, (2ª parte) , Madrid: Administración de Razón y Fé. 1913.

AVELLANEDA, Mercedes. Orígenes de la alianza jesuita-guaraní y su consolidación en el siglo XVII. *Memoria Americana 8, Cuadernos de etnohistoria*. Buenos Aires, F.de F. y L. UBA, 1999.

\_\_\_\_\_. El Arcángel San Miguel y sus representaciones en las reducciones jesuíticas del Paraguay. *Suplemento Antropologico*, XXXVIII(2):131.175, 2003.

\_\_\_\_\_. *Guaraníes, criollos y jesuitas. Luchas de poder en las Revoluciones comuneras del Paraguay, siglos XVII y XVIII*, Asunción, Editorial Tiempo de Historia, 2014.

AVELLANEDA, Mercedes &, QUARLERI, Lia. Mujeres guaraníes en las misiones jesuíticas: categorías en tensión, reordenamiento social y resistencias. *História Unisinos*. v. 17, p. 365-378, 2020.

BACIGALUPO, M. Bernardo Ibáñez de Echavarrí and the Image of the Jesuit Missions of Paraguay. *The Americas*. 35(4), 475-494. 1979.

BAÊTA NEVES, L. F. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

BAPTISTA, Jean. *O Temporal: sociedades e espaços missionais*. (Dossiê Missões). São Miguel das Missões: Museu das Missões/IBRAM, 2009 (v. I);

\_\_\_\_\_. *O Eterno: crenças e práticas missionais*. (Dossiê Missões). São Miguel das Missões: Museu das Missões/IBRAM, 2009 (v. II)

\_\_\_\_\_. A visibilidade étnica nos registros coloniais: Missões Guaranis ou Missões Indígenas? In: GOLIN, Tau; SANTOS, Maria Cristina dos; KERN, Arno Alvarez (dir.) *Povos Indígenas. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul – Vol. 5)*. Passo Fundo: Livraria e Editora Méritos, 2009. p. 207-228 .

BAPTISTA, Jean; SANTOS, M. Cristina dos. Reduções Jesuíticas e povoados de índios: controvérsias sobre a população indígena (séc. XVII-XVIII). *Revista História Unisinos*. v.11. n.2. Maio/Agosto 2007.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. A cartografia indígena no Rio da Prata Colonial. *X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional*. Universidade Federal de Santa Maria. 2010.

\_\_\_\_\_. *Espaço & Arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre, Edipucrs, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Mergulho no Seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América Espanhola*. Porto Alegre: PUCRS (Tese de doutorado), 2006.

BARTH, F. *Ethnic groups and boundaries: The social organization of culture difference*. Boston, Little, Brown and Company, 1969.

BECKER, Ítala Irene Basile. Lideranças Indígenas no Começo das Reduções Jesuíticas da Província do Paraguai. São Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1993.

BENGOA, J. *La Emergencia indígena en América Latina*. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica. 2000.

BOCCARA, Guillaume. Etnogénesis mapuche: resistencia y restructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII). *Hispanic American Historical Review*. 79-3: 425-461, 1999.

\_\_\_\_\_. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. *Tempo* [online], vol.12, n.23, pp.56-72. 2007.

BOCCARA, Guillaume & GALINDO, Sylvia (Eds.). *Lógica Mestiza en América*. Temuco Universidad de La Frontera. 2000.

BORAH, Woodrow. W. *El juzgado General de Indios en la Nueva España*. México, Fondo de Cultura Económica, Primera edición en español, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOXER, Charles. R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

BRACCO, Diego. *Charrúas, guenoas y guaraníes interacción y destrucción: indígenas en el Rio de la Plata*. Montevideo: Linardi y Risso, 2004.

\_\_\_\_\_. Los guenoas minuanos misioneiros. *Memoria Americana, Caderno de Etnohistoria*. 24.1, p. 33-54, 2016.

- CADOGAN, Leon. *Ayvu rapyta. Textos míticos de los Mbyá-Ouaraní del Guairá*. Sao Paulo: Univ. de Sao Paulo, Fac. de Fil. Cienc. e Letras. Boletim 227, Antropologia 5. 1959.
- CANDELA, Guillaume. Corpus indígenas en la Conquista del Paraguay (siglo XVI). *Corpus - Arquivos virtuales de la alteridad americana*. Vol. 4, No. 1. 2014.
- \_\_\_\_\_. Las mujeres indígenas en la conquista del Paraguay entre 1541 y 1575. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2014. <http://nuevomundo.revues.org/67133> (Consultado em 21/02/2017)
- CARDOZO, Ramón I. *El Guaira, historia de la antigua provincia, 1554-1676*. Asunción: El Arte, 1970.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, : Secretaria Municipal de Cultura, : FAPESP, 1992.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de La Société des Amériquenistes*. Vol. 71. 1985.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil (1580-1620)*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.
- CASTILLO, W. Javier M. La encomienda y las reducciones jesuíticas de América meridional. *Temas Americanistas*, no. 21, p. 66-84. 2008.
- CASTRO, I.Q. *De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme*. Paris: Présence Africaine, 1955.
- CHAMORRO, Graciela. *Historia Kaiowa: Das origens aos desafios contemporâneos*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Terra Madura, Yvyaraguyje: Fundamento da Palavra Guarani*. 1. ed. Dourados: Editora da Ufgd, 2008.
- CHASE SARDI, Miguel y SUSNIK, Branislava. *Los indios del Paraguay*. Madrid: MAPFRE, 1995
- CLASTRES, Hélène. *Terra sem Mal: O profetismo tupi-guarani*. São Paulo, Brasiliense 1978,
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- COMBÈS, Isabelle & SAIGNES, Thierry. *Alter Ego: naissance de l'identité Chiriguano*. Ed. Ecole des hautes études en sciences sociales. 1991.
- COMBÈS, I.; VILLAR, D. Os mestiços mais puros: representações chiriguano e chané da mestiçagem. In. *Mana*, Rio de Janeiro, n.13, v.1, p.41-62, 2007.
- CORDIVIOLA, A. A palabra expuesta: Los naufragios de Cabeza de Vaca. *Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos*. Madrid, v. 11, p. 151-160, 2001.

DAHER, Andréa. Dos intérpretes aos especialistas: A gramaticalização e a dicionarização das línguas indígenas da América Portuguesa e Hispânica nos séculos XVI e XVII. In: *Histórias e Linguagens: Texto, Imagem, oralidade e representações*. Org. LOPES, Antonio Herculano. VELLOSO, Monica Pimenta. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

DAVIS, Natalie Zemon. Las formas de la historia social. *Historia Social*, 10, 1991.

\_\_\_\_\_. *Nas Margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo. Companhia das Letras, 1997

CARBONELL DE MASY, Rafael. Estrategias de desarrollo rural en los pueblos guaraníes (1609-1767). Barcelona, Antoni Bosch Editor, 1992.

\_\_\_\_\_. La génesis de las vaquerías de los pueblos tapes y guaraníes de la banda oriental del Uruguay a la luz de documentación inédita, apenas conocida. Anais do VIII Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Santa Rosa, Fac. Dom Bosco, 1989.

FAUSTO, Carlos. Banquete de Gente: Canibalismo e Comensalidade na Amazônia. *Mana- Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, 2002.

\_\_\_\_\_. Fragmentos de História e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo : Companhia das Letras, : Secretaria Municipal de Cultura, : FAPESP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Inimigos fiéis: História, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os Índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.

\_\_\_\_\_. Se Deus fosse Jaguar: Canibalismo e Cristianismo entre os Guarani (séculos XVI a XX). *Mana- Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 11, n.2, 2005.

FELIPPE, Guilherme Galhegos. Casar sim, mas não para sempre: o matrimônio cristão e a dinâmica cultural indígena nas reduções do Paraguai. *História Unisinos*, v. 12(3), p. 248-261, 2008.

\_\_\_\_\_. O Registro do Batismo em Oposição ao da Conversão: o discurso inaciano nas Missões do Paraguai na primeira metade do século XVII. *Espaço Ameríndio (UFRGS)*, v. 1, p. 10-41, 2007.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. A morte no centro da vida: reflexões sobre a cura e a não-cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-75). *História, Ciências, Saúde -Manguinhos*. Rio de Janeiro, RJ, v. 11, nº 03. 2004.

\_\_\_\_\_. Sobre feitiços e ritos: enfermidade e cura nas reduções jesuítico-guaranis, século XVII. *Topoi* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, RJ, v. 06, n. 10, 2005.

FLORES, Moacyr. *Tropeirismo no Brasil*. Porto Alegre. Nova Dimensão, 1998.

FORTES, João Borges. *O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande*. Porto Alegre: Erus, 1980 [1933]

FRADKIN, Raúl; GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial. El Río de La Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

FREITAS DA SILVA, André Luis. *Reduções Jesuítico-Guarani: espaço de diversidade étnica*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2013.

FURLONG, Guillermo. Cartografía jesuítica del Río de la Plata, Buenos Aires, Peuser, 1936.

\_\_\_\_\_. Misiones y sus pueblos de Guaraníes. Buenos Aires, Imprenta Balmes, 1962.

GADELHA, Regina A.F. (ed.). *Missões Guarani: Impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo, EDUC, 1999.

GARAVAGLIA, J. C. Las misiones jesuíticas: Utopía y realidad. In: GARAVAGLIA, J. C. Economía, sociedad y regiones. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1987. p. 120–191.

\_\_\_\_\_. *Mercado interno y economía colonial. Tres siglos de historia de la yerba mate*. México: Grijalbo, 1983.

\_\_\_\_\_. Un modo de producción subsidiario: la organización económica de las comunidades guaranizadas durante los siglos XVII-XVIII en la formación regional altoperuana-rioplatense». In: Modos de Producción en América Latina, C.S. Assadurian, comp. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1984.

GARAY, Blas. *El comunismo de las misiones. La Compañía de Jesús en el Paraguay*. Biblioteca Paraguaya del Centro de Estudiantes de Derecho, 10. Asunción, La Mundia, 1921).

GIBSON, Charles. *The Aztecs under Spanish Rule. A History of the Indians of the Valley of Mexico, 1519-1810*. Stanford: Stanford University Press. 1964.

GIUDICELLI, Christophe. Encasillar la frontera. Clasificaciones coloniales y disciplinamiento del espacio en el área diaguito-calchaquí (S. XVI-XVII)", Tandil (Argentina), *Anuario IEHS*, n. 22, 2007.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Colonização do Imaginário – Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, [1988], 2003.

GOLIN, Tau; SANTOS, Maria Cristina dos; KERN, Arno Alvarez (dir.) *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Livraria e Editora Méritos, 2009.

GUEVARA, Pedro. Historia del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán. In: DE ANGELIS, Pedro (Org.). *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Río de la Plata*, tomo 2. Buenos Aires: Imprenta del Estado, [1764] 1836.

GUTIERREZ, Ramón. Estructura socio-política, sistema productivo y resultante espacial en las misiones jesuíticas del Paraguay durante el siglo XVIII. *Estudios Paraguayos*. Asunción. vol. II, nº 2, 1974

\_\_\_\_\_. Evolución urbanística y arquitectónica del Paraguay 1537-1911, Chaco,

Universidad Nacional del Nordeste, 1977.

HAMEISTER, Martha Daisson. O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (1727-1763). Rio de Janeiro, 2002. Tese [Doutorado em História] – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HANSEN, João. A. *Alegoria: Construção e Interpretação da Metáfora*. São Paulo/Campinas: Hedra/Editora Unicamp, 2006

\_\_\_\_\_. A Servidão Natural do Selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. In: NOVAES, Aduato (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. A Civilização pela Palavra. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARALD, Thum. Félix de Azara, los jesuitas y el guaraní”, in: THIELEMANN, Werner (ed.), *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata*. Frankfurt a. M., 475-502, 2006.

HAUBERT, Maxime: La vida cotidiana de los indios y jesuitas en las misiones del Paraguay, Madrid, Temas de Hoy, 1991.

HERNANDEZ, Pablo: Misiones del Paraguay: organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús, (2 volúmenes), Barcelona, Gustavo Gil, 1913.

HERNANDEZ, Isabel. *Los indios de Argentina*. Madrid, Mapfre, 1992.

HICKERSON, Nancy P. Ethnogenesis in the South Plains: Jumano to Kiowa; In: HILL, J. (Ed.) *History, Power, & Identity. Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. University of Iowa Press: 70-89.

HILL, Jonathan. Introduction. Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992. In: J. Hill (Ed.) *History, Power, & Identity. Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. University of Iowa Press: 1-19, 1996.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *The Invention of Tradition*. Cambridge University Press. 1983.

HONORES, R. Litigando en la Audiencia: El devenir de un Pleyto. *Historia y Cultura*. Lima, vol. 22, p. 27-45, 1993.

KERN, Arno A. *Missões: uma Utopia política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

\_\_\_\_\_. *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Livraria e Editora Méritos, 2009

\_\_\_\_\_. *Utopias e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre, EDUFRGS, 1994.

KOK, Glória. Peregrinações, conflitos e identidades indígenas nas aldeias quinhentistas de São Paulo. *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 25, Fortaleza. Anais. Fortaleza: Associação Nacional de História, 2009.



- KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: Família, Sociedade e Poder no Sul da América Portuguesa*. Niterói: Tese de Doutorado, UFF, 2006.
- JACKSON, Robert H. Una mirada a los patrones demográficos de las misiones jesuítas de Paraguay. *Fronteras de la Historia*. n. 9, p. 129-178, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La Production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão início – fev. 2006.
- LEÓN PORTILLA, Miguel. *Visión de los vencidos: relaciones indígenas de la conquista*. México, Biblioteca del Estudiante Universitario, 1959.
- LEVINTON, Norberto. *El espacio jesuítico-guaraní. La formación de una región cultural*. Asunción: CEADUC, 2009.
- \_\_\_\_\_. La micro-región: espacio y tiempo en la cartografía producida por la interacción jesuítico-guaraní. *Anuario de Estudios Americanos*, [S. l.], v. 67, n. 2, p. 577-604, 2010.
- \_\_\_\_\_. Las estancias de Nuestra Señora de los Reyes de Yapeyú: tenencia de la tierra por uso cotidiano, acuerdo interétnico y derecho natural (Misiones jesuíticas del Paraguay). *Revista Complutense de Historia de América*, 31, pp. 33-51, 2005.
- LEVINTON, N. & SNIHUR, E.. *Misiones: territorio de fronteras (1609-1895)*. Buenos Aires: EBY. 2015.
- LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 43, p. 11-32, 2002.
- LOZANO, Pedro SJ. *Historia de la Conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán*. Vol. V, Buenos Aires, Imprenta Popular, 1873-1875.
- \_\_\_\_\_. *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay*. Madrid, Bilbao, s.n, 1892 (2 vols).
- MAEDER, Ernesto. Del esplendor a la crisis. Las misiones de guaraníes entre 1734 y 1744. *Temas de historia argentina y americana*. Buenos Aires: Pontificia Universidad Católica Argentina, Facultad de Filosofía y Letras. 2003.
- \_\_\_\_\_. De las Misiones del Paraguay a los Estados Nacionales. Configuración y disolución de una región histórica: 1610-1810. *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo, EDUC, 1999.
- \_\_\_\_\_. La administración franciscana en los pueblos de guaraníes. Observaciones, reparos y soluciones de fray Pedro José de Parras. *Actas de las VIIª Jornadas sobre las Misiones Jesuíticas*. Resistencia. Universidad Nacional del Nordeste, pp. 377- 386, 1998.
- \_\_\_\_\_. La población de las Misiones de Guaraníes (1641-1682). Reubicación de los pueblos y consecuencias demográficas. *Estudios Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, V.XV, N.1, pp. 49 a 68. 1989.

- \_\_\_\_\_. Las encomiendas en las misiones jesuíticas. *Folia Histórica del Nordeste*. Resistencia, nº6, pp. 119-137, 1984.
- MAEDER, E. & GUTIERREZ, R. *Atlas histórico y urbano del nordeste argentino*. Resistência, IIGH, 1994.
- MARTINS, M. Cristina Bohn. *Sobre festas e celebrações: as reduções do Paraguai (séculos XVII e XVIII)*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2006.
- \_\_\_\_\_. Sobre as práticas guaranis nas Reduções. *História Unisinos*, São Leopoldo/RS, v. 8, p. 107-128, 2004.
- \_\_\_\_\_. Acerca da guerra e da paz nas crônicas jesuíticas das reduções: o caso da Conquista Espiritual de Montoya. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. XXXIII, n.1, p. 133-148, 2007.
- MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní conquistado y reducido: ensayos de Etnohistoria*. 4. ed. Asunción: CEADUC-CEPAG, 1997. (Biblioteca Paraguaya de Antropología, v. 5).
- \_\_\_\_\_. *La lengua Guaraní en el Paraguay Colonial. Que contiene la creación de un lenguaje cristiano en las Reducciones de los Guaraníes en el Paraguay*. Asunción. CEPAG, 2003.
- \_\_\_\_\_. Modo de ser Guaraní en la primera documentación Jesuítica (1594-1639)". *Revista de Antropología*. 24, pp. 1-23, 1981.
- \_\_\_\_\_. Potirõ: las formas de trabajo entre los Guaraní antiguos "reducidos" y modernos. *Revista Complutense de Historia de América*. Nº 22. Servicio de Publicaciones, UCM. Madrid, 1996.
- MELIÀ, Bartomeu, & NAGEL, Liane María. *Guaraníes y jesuitas en tiempo de las Misiones: una bibliografía didáctica*. Asunción: Santo Ângelo, URI / Centro de Cultura Missioneira / CEPAG. 1995.
- MENDES, Isackson Luiz Cavilha. *As mulheres indígenas nos relatos jesuíticos da província do Paraguai (1609-1768)*. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2013.
- MENEGUS BORNEMANN, Margarita. Los títulos primordiales de los pueblos de indios. *Revista de Historia Moderna*, n. 20, p. 207-230, 1994.
- METRAUX, Alfred. *A religião dos Tupinambá e suas relações com as demais tribos tupi-guaranis*. 2a. ed. port. Sao Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Univ. de Sao Paulo, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Religión y magias indígenas de América del Sur*. Madrid: Aguilar, 1973.
- MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas - História e resistência dos índios. in: NOVAIS, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Departamento de Antropologia, IFCH-Unicamp, Campinas 2001.

MONTEIRO, Jônathas da Costa Rêgo. A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul (1763 – 1777) In: Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração de Rio Grande (1776-1976). Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/ Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979. v.4 [1936].

MONTERO, Paula (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006.

MÖRNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1985.

NACUZZI, L. Los grupos, los nombres, los territorios y los blancos: historia de algunos nombres étnicos. In: *Colonización, Resistencia y Mestizaje en las Americas*. Ed. Guillaume Boccara, Quito: Abya Yala, 2002.

NÉCKER, Louis. *Indios guaraníes y chamanes franciscanos. Las primeras reducciones del Paraguay (1580-1800)*. Biblioteca paraguaya de antropología. Asunción: Centro de estudios antropológicos; Universidad Católica, v. 17, 1990.

NEUMANN, Eduardo S. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental – 1680/1757”. In: *Revista Complutense de História de América*. Madrid, 26: 73-92, 2000.

\_\_\_\_\_. *Letra de índios. Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai*. 1. ed. Sao Bernardo do Campinas/SP: Nhanduti Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. “Ni V. E. ignora que no he tenido ociosa la pluma”: A polémica produção escrita de um jesuíta durante o Tratado de Limites. *Revista de Estudos de Cultura*, n. 5, p. 35-48, 2016.

\_\_\_\_\_. *O trabalho guarani missioneiro no Rio da Prata colonial (1640-1750)*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1996.

NIMUENDAJU, C. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani*. São Paulo: Hucitec, 1987.

NOELLI, F. La distribución geográfica de las evidências arqueológicas Guaraní (Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay). *Tellus*, 4 (7), p.15-36, 2004.

NOELLI, Francisco S. *Sem Tekohá não na Tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Rio Jacuí-RS*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1993.

OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. A rebelião de Ñezú: em defesa de su antiguo modo de vida (Pirapó, Província Jesuítica do Paraguai, 1628). *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 18, pp. 109-138, 2011.

\_\_\_\_\_. Clio na Companhia de Jesus: Notas sobre a historiografia jesuítica das reduções do Paraguai. *Revista de Teoria da História*. v. 12, p. 78-108, 2015.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana- Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 4, n.1,

p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, Y.M.M. de; ROTTA, E. Área de distribuição natural da erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.). In: *Anais do Seminário sobre atualidades e perspectivas florestais*, Curitiba, Embrapa-CNPQ, pp. 17-36, 1985.

OUDIJK, Michel R & FRIZZI, María de los Ángeles Romero. "Los títulos primordiales: un género de tradición mesoamericana. Del mundo pre-hispánico al siglo XXI", en *Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad*, núm. 95, vol. XXIV, 2003

PADGEN, Anthony. *La caída del hombre natural- El índio americano y los orígenes de la etnología comparativa*. Alianza Editorial: Madrid. 1988.

PASTELLS, Pablo SJ. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay según los documentos originales del Archivo General de Indias*. Madrid, Suárez: Consejo, Instituto S. Toribio de Mogrovejo, 1912-1949 (8 vols).

PÉCORA, Alcir. Cartas à segunda escolástica. in: NOVAIS, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio Anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

POMPA, Maria Cristina. *Religião como tradução- Missionários, Tupi, e "Tapuia" no Brasil Colonial*. Tese de Doutorado UNICAMP. Campinas: SP, 2001.

POPESCU, Oreste. *El sistema económico en las Misiones Jesuíticas*. Bahía Blanca, Pampa Mar, 1952.

POSSAMAI, Paulo C. *Colônia del Sacramento. Vida Cotidiana durante la ocupación portuguesa*. Montevideo: Torre del Vigía, 2014.

QUARLERI, Lía. *Rebelión en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

RABUSKE, Arthur. Doutrina de Juli, do Peru, como modelo inicial das reduções do Antigo Paraguai. *Anais I - Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1975.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.

\_\_\_\_\_. Space, territory and territoriality. *Environment and Planning D : Society and Space*. vol. 30, pp. 121-141. 2012.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. Classificação do tronco lingüístico Tupi. *Revista de Antropologia*. Vol. 12, No. 1/2, p. 99-104, 1964.

ROGGE, Jairo Henrique. Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. In: *Pesquisas*

*Antropologia*, Nº 62. São Leopoldo: IAP/UNISINOS, 2005.

ROULET, Florencia. *La resistencia de los guaraní del Paraguay a la conquista española..* Posadas. Editorial Universitaria - Universidad Nacional de Misiones, 1993.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história.* Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SALOMON, Frank & SCHWARTZ, Stuart B.. New Peoples and New Kinds of People: Adaptation, Readjustment, and Ethnogenesis in South American Indigenous Societies (Colonial Era). In: F. Salomon & S. B. Schwartz (Eds.) *The Cambridge History of ative Peoples of the Americas. South America.* Part 2. Cambridge University Press: 443-501, 2000.

SANTOS, M. Cristina. *Caminhos historiográficos na construção da História Indígena.* Revista de História da Unisinos , v. 21, p. 337-350, 2017.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova.* 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

SCHMITZ, Pedro I.; GAZZANEO, Marta. O que comia o guarani pré-colonial. Revista de Arqueologia, São Paulo, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 06, 1991.

SIDER, Gerald. Identity as History. Ethnohistory, Ethnogenesis & Ethnocide in the Southeastern United States. *Identities*, vol. 1 nº1, pp. 109-122, 1994.

SOUZA, J. O. Catafesto de. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais”. *Horizontes Antropológicos*, Ano 8. N.18. Porto Alegre, 2002.

SCHMITZ, P. I.; NAUE, G.; BASILE BECKER, I. I. Os aterros dos Campos do Sul: A Tradição Vieira. In: KERN, A. A. (org). *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 221-250.

SORIANO, Rosa T.. *Las mujeres guaraníes de los treinta pueblos misioneros de la Compañía de Jesús (siglos XVII-XVIII).* Tese de Doutorado. Universidad de Alicante, 2016.

SUSNIK, Branislava. *El Indio Colonial del Paraguay I: El Guarani colonial.* Asunción. Museo Etnográfico “Andrés Barbero” (MEAB), 1965.

\_\_\_\_\_. Las Características Etno-Socio-Culturales de los Aborígenes Del Paraguay en el Siglo XVI. Museo Etnográfico Andrés Barbero. Asunción, 1993.

STERN, Steve J. *Los pueblos indígenas del Perú y el desafío de la conquista española,* Alianza, Madrid, 1986.

\_\_\_\_\_. Paradigms of Conquest: History, Historiography, and Politics. *Journal of Latin American Studies*, n.24. pp. 1-34, 1992.

SUSTERSIC, Darko. Pueblos indígenas y jesuitas en el surgimiento de las nuevas culturas sudamericanas. *Patrimonio jesuitico.* Ed. Marta Momigliano. Buenos Aires: Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio y Comisión Nacional de la Manzana de las Luces, 1999.

\_\_\_\_\_. Imágenes Guaraní-Jesuíticas. Paraguay, Argentina, Brasil. Centro de Artes Visuales. Museo del Barro. Asunción. 2010.

TAKEDA, Kazuhisa. Cambio y continuidad del liderazgo indígena en el cacicazgo y en la milicia de las misiones jesuíticas: análisis cualitativo de las listas de indios guaraníes. *Revista Tellus*. No. 23, 59-79. 2012.

\_\_\_\_\_. Los padrones de indios guaraníes de las misiones jesuíticas (1656- 1801): análisis dinámico y comparativo desde la óptica de los cacicazgos Surandino Monográfico 1, 66-105. 2016.

TELESCA, Ignacio. La reinención del Paraguay: La operación historiográfica de Blas Garay sobre las misiones jesuíticas. *Revista Paraguay desde la Ciencias Sociales*. n. 5, p. 1-17, 2014

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIGGER, Bruce. Ethnohistory: Problems and prospects. *Ethnohistory*: Chicago, 29(1), 1982.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

\_\_\_\_\_. Os Pronomes Cosmológicos e O Perspectivismo Ameríndio. *Mana- Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, 1996.

WHITE, Richard. *The Middle Ground: Indians, Empires and Republics in the Great Lakes Region, 1650- 1815*. 9 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WILDE, Guillermo. Poderes del ritual y rituales del poder: un análisis de las celebraciones en los pueblos jesuíticos de Guaraníes. *Revista Española de Antropología Americana*, Madrid, v. 33, p. 203-229, 2003.

\_\_\_\_\_. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009a.

\_\_\_\_\_. Territorio y Etnogénesis Misional en el Paraguay del siglo XVIII. *Dourados: Fronteiras*, vol. 11, no 19, p. 83-106, 2009b.

WILDE, Guillermo (Ed.). *Saberes de la conversión. Jesuítas, indígenas e imperios coloniales en las fronteras de la Cristiandad*. Buenos Aires, SB, 2011.

ZAPATA, H. M. H. Los “guaraníes históricos” en perspectiva antropológica. Derivas críticas a propósito de dos libros recientes sobre las misiones jesuíticas en el espacio rioplatense. *Estudos Ibero-Americanos*. 37(1), 2011.

ZORRAQUÍN BECÚ, Ricardo. Las capitulaciones rioplatenses. *Revista Chilena de Historia del Derecho*. N° 11, pp. 85-105. Santiago, Chile: Facultad de Derecho, Universidad de Chile, 1985.